



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANA PAULA MONTEIRO DE CARVALHO

**A HUMANIDADE COISIFICADA PELO CAPITAL: APREENSÃO DA CATEGORIA
REIFICAÇÃO E SUA RECUPERAÇÃO ONTOLÓGICA PELO PERCURSO
FORMATIVO MARXIANO-LUKACSIANO**

FORTALEZA

2021

ANA PAULA MONTEIRO DE CARVALHO

A HUMANIDADE COISIFICADA PELO CAPITAL: APREENSÃO DA CATEGORIA
REIFICAÇÃO E SUA RECUPERAÇÃO ONTOLÓGICA PELO PERCURSO
FORMATIVO MARXIANO-LUKACSIANO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Prof^ª. Dra^a Maria das Dores Mendes Segundo.

Coorientadora: Prof^ª. Dra^a Josefa Jackline Rabelo.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C321 Carvalho, Ana Paula Monteiro de.
A humanidade coisificada pelo capital : apreensão da categoria reificação e sua recuperação ontológica pelo percurso formativo marxiano-lukacsiano / Ana Paula Monteiro de Carvalho. – 2021. 327 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo.
Coorientação: Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo.
1. Reificação. 2. Fetichismo da mercadoria. 3. Ontologia. 4. Formação Humana. 5. Educação. I. Título.

CDD 370

ANA PAULA MONTEIRO DE CARVALHO

A HUMANIDADE COISIFICADA PELO CAPITAL: APREENSÃO DA CATEGORIA
REIFICAÇÃO E SUA RECUPERAÇÃO ONTOLÓGICA PELO PERCURSO
FORMATIVO MARXIANO-LUKACSIANO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 29/10/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria das Dores Mendes Segundo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a. Josefa Jackline Rabelo (Coorientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a. Francisca Maurilene do Carmo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a. Dr.^a. Betânea Moreira de Moraes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. José Derivaldo Gomes dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico essa pesquisa a todos os trabalhadores que lutam, das mais variadas formas e graus de consciência, contra o metabolismo destrutivo do capital.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, aos meus familiares, em especial minha irmã Isabel, amigos e companheiros de atividade profissional que apoiaram e contribuíram para a realização desse trabalho. Agradeço, de forma especial, à orientadora, Prof.^a Maria das Dores, pela confiança que depositou em minha disciplina de estudo e escrita, possibilitando um espaço mais autônomo de produção, bem como, suas contribuições, muito próximas de minha própria compreensão teórica. Agradeço, também de forma especial, à co-orientadora, Prof.^a Jackline, pelas produtivas conversas e debates nos encontros de estudo e às sugestões de desenvolvimento da pesquisa. Aos demais membros da Banca avaliadora, um agradecimento especial a cada um. À Prof.^a Betânea, pelo entusiasmo e pelas relevantes indicações de aperfeiçoamento da pesquisa. À Prof.^a Maurilene, pela perspicácia e sensibilidade sobre o significado dessa pesquisa em minha vida pessoal. Ao Prof. Deribaldo, por oportunizar diversas vezes o debate livre sobre as formulações categoriais, mesmo as discordantes, desde os tempos de orientação da pesquisa de mestrado. Acrescento outro agradecimento especial ao Prof. Luis Távora, que contribuiu, informalmente, para o desenvolvimento desse trabalho, bem como o valoroso e imprescindível estímulo à releitura dos clássicos do pensamento social.

Agradeço aos demais professores das Linhas de pesquisas marxistas irmãs, *Educação, Estética e Sociedade e Marxismo e formação do educador*: Prof^o Valdemarin, Prof^o Osterne, Prof^a Ruth e suas aulas riquíssimas, em luta permanente para a manutenção desse importante espaço de estudo e disseminação do legado marxiano.

Agradeço aos companheiros mestrados e doutorandos, que sempre formularam questões importantes nos momentos de estudo e discussão dos projetos de pesquisa. Além de nos alentar com a juventude, a energia e esperança em uma nova história da humanidade.

Gostaria, ainda, de enfatizar nesse momento, os agradecimentos a tantos outros que, de forma direta ou indireta, contribuíram para minha formação marxista: os professores do meu curso de normalista no Instituto de Educação, em suas grandes marchas contra a opressão do Estado burguês, das quais participei e aprendi muito; ao meu único professor marxista da graduação em História na UECE, Prof. Paulo Emilio, em tempos estranhos de transição do Regime militar, nos quais, perseguidos e perseguidores dividiram o mesmo espaço formativo. Tive, ainda, o privilégio de receber suas orientações na Especialização; Prof. José Paulo Netto por ter possibilitado minha inserção autodidata nos estudos do legado marxiano; aos colegas da luta sindical e formação na sala de aula; aos inúmeros professores-pesquisadores do Brasil e do mundo, dos quais bebi de suas sínteses de estudo, em incontáveis palestras e leituras, abrindo

os caminhos para o aprofundamento proporcionado pela experiência acadêmica, o que demonstra, concretamente, a importância do professor marxista para a formação humana orientada para a crítica e para a emancipação.

[...] a burguesia é incapaz de continuar por muito mais tempo sendo a classe dominante da sociedade e de impor à sociedade, como lei reguladora, as condições de existência de sua própria classe. É incapaz de dominar porque é incapaz de assegurar a existência de seu escravo em sua escravidão.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 57).

RESUMO

A complexidade da vida social em sua reprodução contraditória, capitaneada pela fragmentação objetiva do ser social perpetrada pelo fetichismo da mercadoria, gerou múltiplas apreensões da categoria Reificação, heterogeneidade que denominamos, inspirados em Lukács, de *graus diferenciados de apreensão das determinações da sociedade reificada*, que precisam ser desvelados até o grau mais próximo da realidade concreta. Nosso pressuposto marxiano, extraído da historicidade: a trajetória de apreensão da realidade tem, sempre, caráter ontológico, esteja o ser social consciente disso ou não, uma vez que constitui a relação entre ser e pensamento; ou seja, a capacidade de reprodução do movimento ideal das determinações objetivas que lhe permitem produzir sua existência. Face ao exposto, o objetivo geral da pesquisa é *analisar os graus de apreensão da reificação pela consciência do ser social em seu percurso histórico-formativo*. Esse trajeto, que é não-linear, denominamos de percurso histórico-formativo da consciência do ser social. Para nortear a investigação de forma mais refinada, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: 1) recuperar o percurso marxiano de descoberta dos fundamentos do fetichismo da mercadoria, enquanto gênese da reificação, culminando na obra magna *O Capital*. 2) analisar as determinações e mediações da categoria reificação encontrados por Lukács em seu percurso formativo, com destaque para as obras *História e consciência de classe* e *Para uma ontologia do ser social*. 3) situar o grau atual de apreensão da categoria reificação no pensamento acadêmico brasileiro, identificando aproximações e distanciamentos do legado marxiano-lukacsiano. 4) extrair dos percursos formativos de Marx e Lukács, elementos da abordagem ontológica sobre o processo de reificação da educação, enquanto práxis desdobrada das relações de produção, articulado à Totalidade concreta dos complexos sociais e, sobretudo, enquanto produção espiritual do gênero humano imprescindível à reprodução social, à formação humana. A pesquisa de cunho teórico-bibliográfico-documental, com apropriação atual do pensamento acadêmico brasileiro, mapeou as aproximações e distanciamentos com as descobertas desses dois autores, Marx e Lukács. Realizou-se levantamento da categoria reificação no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), organizando os dados em grupos comuns de aproximação e/ou distanciamento teórico em relação à ontologia marxiana. Do esforço investigativo extraímos algumas conclusões. Tese 1: Recuperação do Fetichismo da mercadoria como base ontológica do processo de Reificação, considerando o esvaziamento categorial gerado ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo avançado e as novas mistificações criadas pelo socialismo histórico; tese 2: Caráter ontológico

das trajetórias teóricas de Marx e Lukács, da Juventude à maturidade. As continuidades e descontinuidades foram determinadas historicamente pelo percurso da generidade humana, com a qual se confrontaram, assimilaram e elevaram, em um processo de aproximações sucessivas da realidade social com o objetivo de oferecer ao ser social o método necessário à construção da práxis emancipadora do capital; tese 3: Hiperautonomização do complexo da educação como elemento importante do processo de Reificação em decorrência do aumento do trabalho morto na composição orgânica do capital, potencializador da exploração pelo capital. Por fim, constatamos que a Reificação é parte do processo de reprodução social e está intrinsecamente relacionado.

Palavras-chave: reificação; fetichismo da mercadoria; ontologia; formação humana; educação.

ABSTRACT

The complexity of social life in its contradictory reproduction, led by the objective fragmentation of the social being perpetrated by the commodity fetishism, generated multiple apprehensions of the investigated category, heterogeneity that we call, inspired by Lukács, different degrees of determination's apprehension from the reified society which it must be unveiled to the closest degree of the objective reality. In our Marxian assumption that is drawn from historicity: the trajectory of reality's apprehension always has an ontological character, whether the social being is aware of it or not, since it constitutes the relationship between being and thought; that is, the ability to reproduce the ideal movement of the objective determinations that allow it to produce its existence. In light of the above, the general objective of this research is to analyze the degrees of apprehension of reification by the consciousness of the social being in its historical-formative course. This path, which is non-linear, we call the historical-formative path of the social being's consciousness. To lead this investigation in a more refined way, we established the following specific objectives: 1) to restore the path that Marx followed for discovered the fundamentals about the commodity fetishism, which is the genesis of reification and culminated in the great work "Capital. Critique of Political Economy". 2) to analyze the determinations and mediations of the reification's category found by Lukács in his formative path, which it was emphasized in his two publications: "History and Class Consciousness" and "The Ontology of Social Being". 3) to situate the current degree of apprehension from reification's category in Brazilian academic thinking, that identify the approximations and distances from the Marxian-Lukacsian legacy. 4) to extract from the formative paths of Marx and Lukács the elements of the ontological approach about the process of education's reification while a praxis unfolded from the relations of production, which articulate the concrete Totality of the social complexes and, above all, as a spiritual production from the human race essentiality to the social reproduction, to human formation, assuming that reification is part of the process of social reproduction and is intrinsically related with it. The theoretical-bibliographic-documental research, with the current appropriation of Brazilian academic thinking, mapped the approximations and distances from the discoveries of these two authors, Marx and Lukács. A search in thesis and dissertation database from CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) for information about the category of reification provided an organization that separated the data in common groups of theoretical approximation and / or distance from the Marxian ontology. From the investigative effort we draw some conclusions. Thesis 1: Recovery of the Commodity Fetishism as the ontological basis of the Reification

process, considering the categorical emptiness generated throughout the process advanced capitalism's development and the new mystifications created by historical socialism; thesis 2: Ontological character of the theoretical trajectories from Marx and Lukács, since Youth to Maturity. The continuities and discontinuities were historically determined by the path of human race, which confronted, assimilated and elevated themselves, in a process of successive social reality's approximations with the objective of offer to the social being the method necessary for the construction of the praxis emancipating from capital; thesis 3: The increasing autonomisation of the education complex as an important element of the Reification process it is a result of the increase of dead labor in the organic composition of capital, what potentiate exploitation by capital. Finally, we find that Reification is part of the process of social reproduction and is intrinsically related.

Keywords: reification; commodity fetishism; ontology; human formation; education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação registradas no Banco CAPES distribuídas por período no Brasil	29
Quadro 2 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação registradas no Banco CAPES distribuídas por área de pesquisa	29
Quadro 3 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação registradas no Banco CAPES distribuídas por ênfase do termo na pesquisa	30
Quadro 4 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação registradas no Banco CAPES distribuídas por grupos de referenciais teóricos	30
Quadro 5 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação referenciadas por Teorias Subjetivistas	44
Quadro 6 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação referenciadas por Teorias Críticas	64
Quadro 7 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação por segmentação referenciados por teorias marxistas.....	69
Quadro 8 – Total de Teses e Dissertações do grupo 3 (teorias marxistas) com a palavra-chave reificação que explicitaram a obra de Lukács.....	71
Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação.....	301

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise do Discurso
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CUT	Central Única dos Trabalhadores
HCC	<i>História e Consciência de Classe</i>
MEGA II	<i>(Marx-Engels-Gesamtausgabe)</i> edição completa dos autores
POSS	<i>Para uma ontologia do ser social</i>
PRD	Política de Responsabilização Docente
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RNE	Referenciais Não Identificados
TC	Teorias Críticas
TM	Teorias Marxistas
TS	Teorias Subjetivistas.
TTI	Termo Técnico da Informática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	GRAUS DE APREENSÃO CONTEMPORÂNEA DAS DETERMINAÇÕES DA SOCIEDADE REIFICADA	27
2.1	A Categoria Reificação na pesquisa acadêmica atual: a formação dos formadores da consciência social.....	27
2.2	Reificação segundo as Teorias Subjetivistas (Grupo 1-TS)	34
2.3	Reificação segundo as Teorias Críticas (Grupo 2-TC)	45
2.3.1	<i>Teorias Críticas e a interpretação da Reificação lukacsiana.....</i>	56
2.4	Reificação segundo Teorias Marxistas (Grupo 3-TM)	64
2.4.1	<i>Panorama geral das pesquisas acadêmicas marxistas sobre Reificação</i>	65
2.4.2	<i>Apropriação acadêmica marxista do pensamento lukasiano sobre Reificação</i>	69
2.5	Debate sobre as contribuições marxianas de HCC sobre a Reificação: para além da CAPES	79
3	PERCURSO FORMATIVO MARXIANO PARA APREENSÃO DO SER SOCIAL REIFICADO: ALGUMAS MARCAÇÕES	87
3.1	Problematização do Marx-marxiano e Marx-não-marxiano.....	87
3.2	Primeiros passos de autoconscientização ontológica de Marx: os despossuídos do mundo e o gênero humano	90
3.3	A superação marxiana das bases do pensamento burguês	94
3.3.1	<i>A crítica ao Estado burguês como falsa generidade.....</i>	94
3.3.2	<i>A descoberta da centralidade ontológica do trabalho e as determinações específicas do trabalho alienado.....</i>	103
3.3.3	<i>Os limites do socialismo utópico.....</i>	122
3.4	A reelaboração ontológica da teoria do valor.....	128
3.4.1	<i>Lições objetivas da causalidade histórica sobre os processos revolucionários.....</i>	130
3.4.2	<i>O Fetichismo da mercadoria e os processos objetivos de alienação do ser social.....</i>	142
3.5	Marx e a educação reificada.....	162
4	O PERCURSO FORMATIVO LUKÁCSIANO E O RESGATE DAS DETERMINAÇÕES ONTOLÓGICAS DA SOCIEDADE REIFICADA.....	172
4.1	Considerações sobre o contexto histórico da produção teórica lukacsiana.....	172
4.2	Primeiros passos de autoconscientização ontológica de Lukács: Alienação e Reificação em <i>História e Consciência de Classe</i>	189

4.3	Consolidação lukacsiana da ontologia do ser social.....	206
4.3.1	<i>Crítica ao pensamento anti-ontológico do século XX.....</i>	206
4.3.2	<i>Categorias fundamentais para elevar o grau de apreensão da realidade pelo ser social</i>	220
4.3.3	<i>Alienação e Reificação em Para uma ontologia do ser social.....</i>	232
4.4	Lukács e a educação reificada.....	249
5	CONCLUSÃO.....	259
	REFERÊNCIAS.....	284
	APÊNDICE A – RESUMO MAPEAMENTO TESES E DISSERTAÇÕES CAPES.....	300
	APÊNDICE B – LISTA DE TESES E DISSERTAÇÕES REIFICAÇÃO.....	301

1 INTRODUÇÃO

O estudo que se inicia nasceu da necessidade de compreensão dos mecanismos objetivos da Alienação¹ capitalista, materializada, de forma introdutória, na pesquisa de mestrado, dedicada ao que chamamos, então, de Política de Responsabilização Docente (PRD). Este fenômeno foi tratado como uma expressão do processo de *Reificação* das relações sociais geneticamente produzidas pela sociabilidade capitalista (CARVALHO, 2017a). Nesse exercício de apreensão da realidade, apoiamos-nos na construção categorial de Lukács (2012), em seu texto clássico *História e Consciência de Classe*, doravante identificado por *HCC*, articulado à análise categorial feita na obra madura do pensador, *Para uma ontologia do ser social*, volumes 1 e 2 (LUKÁCS, 2013, 2018b), que passaremos a identificar como *POSS*. Enquanto base da própria Reificação, temos a formulação Marxiana do Fetichismo da mercadoria, consolidada em sua obra magna, *O Capital* (MARX, 1989). Assim, buscamos apresentar um panorama da construção da Categoria Reificação, de Marx e Lukács, até a apropriação atual pelo pensamento acadêmico brasileiro, mapeando as aproximações e distanciamentos com as descobertas desses dois autores comunistas. O trajeto, porém, é repleto de continuidades e discontinuidades que precisam ser conhecidas para que possamos compreender a radicalidade histórica do método marxiano. Apesar das dificuldades que impõe, o método é imprescindível para perceber a fragilidade do pensamento anti-ontológico atual, reificado e reificante, obstrutor da emancipação humana. Usamos o termo anti-ontológico, nessa investigação, para as formulações teóricas que negam a categoria da Totalidade, em geral, independente da substância dessa totalidade. E, sobretudo, para aquelas que negam a Totalidade concreta, descoberta por Marx, determinada pelo desenvolvimento material produzido no processo histórico da genericidade humana. Negar a Totalidade concreta resulta na produção de conhecimento fragmentado, pouco determinado, descolado do processo de produção material da existência, enfim, descolado da vida social real.

Para orientar o leitor nessa investigação, precisamos fazer referência à pesquisa anterior. Na referida pesquisa de Mestrado, o fenômeno que denominamos de PRD foi constituído em sua dinamicidade histórica, ou seja, inserido na Totalidade social que explica sua gênese e desenvolvimento. Nessa direção, apontou alguns indícios ontológicos nas formulações lukacsianas de juventude, *HCC*. Apesar da severidade do Prefácio de

¹ Usaremos alguns dos termos mais diretamente relacionados a nossa investigação destacados com letra maiúscula, considerando-os categorias ontológicas conforme o método marxiano, ou seja, como expressão ideal do movimento real da sociabilidade.

autocrítica, escrito em 1967 (LUKÁCS, 2012), entendemos que a obra em questão contribuiu para descobertas de determinações do ser social em sua trajetória prática, apropriando-se de categorias essenciais ao resgate do pensamento marxiano como ontologia desse ser social e, por isso, capaz de instrumentalizar os trabalhadores para a emancipação humana concreta, o objetivo maior do método legado por Marx. Lukács promoveu diversos avanços teórico-metodológicos, com destaque ao enfrentamento do neopositivismo, subjetivismos e falsas ontologias, realizado de forma contínua, mas com algumas discontinuidades, de *HCC* à *POSS*, oportunizando debate importante para compreender a Alienação dos percursos formativos da consciência social, em seu esforço para apreender a sociedade de classes na qual *o pensar* e *o fazer* encontram-se separados. O esforço lukacsiano possibilitou o resgate do pensamento marxiano para a elaboração de alternativas teórico-práticas em meio às contradições do Capital.

Afirmamos ainda, na Dissertação indicada, que consideramos a Categoria Reificação como “[...] extremamente robusta para a apreensão ontológica da sociabilidade capitalista.” (CARVALHO, 2017a, p. 73). Nesse sentido, nos colocamos como tarefa o aprofundamento da categoria e sua capacidade catalisadora da relação ontológica entre objetividade e subjetividade, tanto nas formas alienadas produzidas pelas sociedades de classes, quanto na essência fundante do ser social, em qualquer tempo histórico: o trabalho como relação humanidade-natureza e as objetivações diversas da existência produzida por essa relação, de forma direta e indireta.

Sabemos que o percurso formativo da consciência do ser social se constrói na concretude da processualidade histórica, determinada pelo modo de produção. Não se trata, contudo, de uma determinação absoluta; se fosse assim, a história seria estática e sem possibilidades de novas determinações. Trata-se de um processo desigual e contraditório que permite avanços e recuos no próprio processo de construção e apreensão da realidade. A realidade é a totalidade das objetivações históricas, e, portanto, autônoma em relação à consciência, mas que pode ser apreendida em exercícios aproximativos que busquem acompanhar seu movimento. Esse exercício é dificultado pela própria complexidade de um objeto em movimento, mas, sobretudo, pela fragmentação gerada nas relações de produção que subordinam o trabalho ao capital, como veremos ao longo de toda a investigação.

Iniciando com uma abstração pouco determinada, temos um pressuposto inicial²: a trajetória de apreensão da realidade tem, sempre, caráter ontológico, esteja o ser social

² Lembramos que, para Marx (2008), o pressuposto é construído historicamente, como tendências ou legalidades já explicitadas de forma concreta pelo devir dos homens.

consciente disso ou não, uma vez que constitui a relação entre Ser e Pensamento; ou seja, a capacidade de reprodução do movimento ideal das determinações objetivas que lhe permite produzir sua existência, sua base histórica, mesmo quando o sujeito a nega. Essa capacidade é determinada, entre outros elementos, pela sua posição na luta de classes. O trajeto, que é não-linear, denominamos de *percurso histórico-formativo da consciência do ser social*. O referido processo, como nos explicitou Lukács (2018b) é a Totalidade concreta, indivisível, composta de todos os complexos sociais, articulados entre si pela gênese de seu fundamento, o trabalho, e mediados pela unidade dialética entre universalidade-particularidade-singularidade, em permanente devir histórico de autoformação.

Em nossa investigação, a universalidade é o gênero humano, a particularidade é a classe social e a singularidade é o indivíduo. São componentes de uma unidade dialética que se determinam reflexivamente, reciprocamente, em movimento contraditório, e, por isso, indivíduos nascidos em classes dominantes podem contribuir, no âmbito da singularidade, para uma nova generidade capaz de superar a dominação de classe. Temos a evidência histórica: a genialidade de Marx e Lukács, desbravadores do referido *percurso histórico-formativo da consciência do ser social*, outra forma de dizer percurso ontológico de investigação, que desvendou e superou a consciência social do seu tempo, em aproximações sucessivas do Ser. O método de investigação marxiano, radicalmente diferente dos métodos gnosiológicos³, está ancorado na apreensão do Real, o devir histórico fundado pelo trabalho e constituído pela necessária e insuperável produção da existência material. Esta, como mediadora e mobilizadora de forças objetivas e subjetivas, possibilita ao ser social conscientizar-se de sua *dimensão ontológica*, ou seja, de sua historicidade, de sua relação objetiva com a natureza, com os outros homens e consigo, síntese do Ser (inorgânico-orgânico-social).

A captura da Categoria Reificação por Lukács recebe um destaque especial na presente investigação, por ter atribuído ao termo o caráter de categoria, mas para compreendê-la como uma das chaves teóricas que pode abrir as íngremes e estreitas veredas da práxis emancipadora, é preciso recuperar a trajetória marxiana da formulação do Fetichismo da Mercadoria que lhe dá o fundamento. Nesse bojo, e, em especial, pela importância da categoria em questão, consideramos as descobertas e formulações de Lukács, apesar de alguns limites, como as que melhor contribuiram para o renascimento marxista, em especial, após o fim do

³ Denominamos métodos gnosiológicos aqueles que produzem conhecimento presos ora à dimensão subjetiva, ora à dimensão objetiva do ser social, incapazes de recompor, no plano ideal, a Totalidade. Em outras palavras, as ciências particulares criadas pela burguesia, incluindo aí, também, a filosofia e formulações economicistas ou psicologistas feitas por estudiosos apressados de Marx.

socialismo histórico⁴. Seu trajeto pessoal é importante na medida em que continua a tarefa marxiana de acompanhar e participar do esforço do ser social para apreensão e transformação da realidade. Sua produção teórica ilustra o processo de aproximações sucessivas. Lukács perfaz o caminho necessário a todos nós para a elevação da consciência social: redescobre as legalidades da barbárie capitalista em um mundo aparentemente caótico; liberta-se dos limites kantianos, passa pelo idealismo hegeliano, chega à Marx, resgatando-o, e retoma o debate com o pensamento de seu tempo, em autoconscientização contínua na busca da emancipação humana. O Lukács da maturidade é o resultado desse percurso, e o fio condutor de nossa investigação é a Categoria da Reificação.

Conforme os procedimentos metodológicos exigidos pela forma particularizada de produção do conhecimento, a pesquisa nos moldes burgueses, delimitamos o objeto de pesquisa à apropriação da Reificação pela consciência social acadêmica brasileira, em busca da presença marxiana-lukacsiana nesse escopo formativo. Mas, para tornar inteligíveis os limites dessa apreensão, é preciso a apresentação da formulação da Categoria na trajetória teórica de Marx e Lukács.

Como Marx e Engels (2002) já demonstraram, a produção espiritual é realizada, majoritariamente, pela classe social que domina os meios de produção material; portanto, a produção do conhecimento, para essa classe, está ancorada em abordagens unilaterais, subjetivistas ou objetivistas, contaminando a forma de pensar das demais classes sociais. Esta abordagem direciona o processo formativo de toda a consciência social; seja pela objetividade do imediatismo cotidiano reificado, pelo acesso à educação formal, com destaque ao Ensino superior ou pelo impacto das múltiplas formas de teleologias secundárias produzidas pelo gigantesco aparato midiático do capital. Cientes disso, tratamos o processo histórico-formativo de forma ontológica, ou seja, ancorado às legalidades (objetivas) da sociabilidade capitalista que engendra e reproduz o processo formativo, sempre historicamente situado. Para a ontologia social marxiana, as determinações causais não são absolutas, são sempre contraditórias, mantendo uma base material que se transforma na relação reflexiva com o sujeito. Movimento que só pode ser capturado dialeticamente.

⁴ Preferimos o termo *socialismo histórico* a *socialismo real*, uma vez que o termo *real*, para os fundamentos dialéticos que estão na base do materialismo histórico, remete à essência, e pode induzir à compreensão de que o socialismo, em sua essência, não poderia ir além do stalinismo, e estaria destinado ao totalitarismo, como já é identificado indevidamente. Em oposição a essa mistificação, o termo *histórico* remete justamente ao oposto, às condições objetivas e subjetivas de sua realização. Em condições históricas favoráveis há a possibilidade de desenvolver o trabalho livre associado e alcançar o *telos* original: emancipar todo o gênero humano da sociedade de classes. Também não devemos confundir com determinismos históricos absolutos que pensam a superação do capitalismo como destino, independente da subjetividade e das casualidades.

A complexidade da vida social em sua reprodução contraditória, capitaneada pela fragmentação objetiva do ser social perpetrada pelo capital, gerou múltiplas apreensões da categoria investigada, heterogeneidade que vamos denominar, inspirados em Lukács⁵ (1979), de *graus diferenciados de apreensão das determinações da sociedade reificada*. Essa terminologia ajuda a explicitar a dimensão ontológica da consciência social, resultante objetivamente do estágio atual do desenvolvimento histórico, e não de meras decisões voluntaristas de ideólogos manipuladores, embora isso aconteça. Sabemos que sem o suporte da produção material alienada, na forma de trabalho abstrato, o controle da produção espiritual pelo capital não seria possível, como nos provaram Marx e Engels (2002). Sendo assim, o percurso histórico-formativo da consciência social, em seu processo de apreensão da realidade, nesta sociabilidade, se desenvolve de forma necessariamente alienada. Contudo, de suas contradições surgem novas oportunidades para graus mais elevados de entendimento. Buscaremos demonstrar alguns elementos e trajetos desse grande percurso formativo da consciência do ser social, contributivo para construção da práxis emancipadora. Nesse sentido, definimos o objetivo geral da investigação: *analisar os graus de apreensão da Reificação pela consciência do ser social em seu percurso histórico-formativo*.

Para nortear a pesquisa de forma mais refinada, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

1. Recuperar o percurso marxiano de descoberta dos fundamentos do Fetichismo da Mercadoria, enquanto gênese da Reificação, culminando na obra magna *O Capital*;
2. Analisar as determinações e mediações da Categoria Reificação encontradas por Lukács em seu percurso formativo em *HCC* e em *POSS*;
3. Situar o grau atual de apreensão da Categoria Reificação no pensamento acadêmico brasileiro, identificando aproximações e distanciamentos do legado marxiano-lukacsiano;
4. Extrair dos percursos formativos de Marx e Lukács os elementos da abordagem ontológica sobre o processo de reificação da educação, resultante de forma mediada, das relações de produção, articulado à Totalidade concreta dos complexos sociais e, sobretudo, enquanto produção espiritual do gênero.

A exposição dos resultados foi organizada da seguinte forma:

⁵ No texto *Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*, parte da *POSS*, Lukács discorre sobre a complexidade dos “graus de apreensão” do ser social (LUKÁCS, 1979b, p.105) que tomamos como expressão muito feliz para capturar o caráter ontológico da relação entre conhecimento e realidade.

Primeira parte: iniciaremos com a apresentação dos diversos graus de apreensão encontrados no pensamento acadêmico brasileiro atual sobre a categoria em foco. Demonstrando, entre outros aspectos, a relevância categorial que se manifesta em diversas orientações teóricas, desde os mais esdrúxulos afastamentos da realidade, às aproximações mais concretas; identificamos as pesquisas que consideramos com grau mais elevado de apreensão da Reificação, aquelas orientadas pelo pensamento marxiano-lukasciano.

Segunda parte: apresentaremos a gênese da Reificação, o Fetichismo da Mercadoria, descoberto por Marx. Por ser a essência da Reificação, compreender esse Fetichismo é condição para a análise de quaisquer fenômenos que o capital engendrou, e continua engendrando, em seu estágio atual. A Categoria do Fetichismo da Mercadoria viabiliza a compreensão da constituição objetiva, portanto, ontológica da Teoria do Valor, capaz de desvelar, efetivamente, os mecanismos de produção e reprodução social, e nos orientar para a construção concreta de um novo ser social. Rabelo e Mendes Segundo (2014) elaboraram uma síntese muito feliz dessa conexão:

A categoria do fetichismo da mercadoria de Marx e sua teoria do valor acham-se indissolivelmente ligadas. Ambas põem em evidência a forma peculiar assumida pelo trabalho na sociedade burguesa. [...] Em outras formas de sociabilidade anteriores ao capitalismo, tanto naquelas em que as relações são comunais, naquelas em que prevalecem relações de exploração (escravismo e feudalismo), o trabalho pode ser reconhecido diretamente pelo que ele é: uma relação social entre os produtores de valores-de-uso. [...] No modo de produção capitalista, a relação social entre produtores só se efetua na relação de compra e venda de seus produtos. O caráter social do trabalho só aparece de modo indireto nos valores dessas mercadorias, valores esses que, sendo todos igualmente materialização do trabalho, tornam as mercadorias comensuráveis. [...] A realidade do trabalho social fica oculta por trás dos valores das mercadorias e os salários não mostram a exploração no processo de produção. Na verdade, uma relação de exploração de trabalho parece ser uma relação justa, pois mascara as relações sociais existentes na produção de mercadorias, uma vez que oprime as pessoas aparentemente livres ao domínio deste processo. (RABELO: MENDES SEGUNDO, 2014, p. 60).

As marcações do percurso histórico-formativo de Marx sobre o Fetichismo ajudam a compreender as marcações de esforço semelhante realizado por Lukács, imbricando as trajetórias desses dois indivíduos ao desenvolvimento contraditório da consciência do ser social, ou seja, o percurso histórico-formativo do gênero humano, a natureza ontológica do método marxiano. Esse exercício teórico é possível ao nos ampararmos pelas determinações reflexivas entre singularidade e universalidade. O indivíduo singular inserido na universalidade das relações sociais, ou seja, o indivíduo buscando apreender a historicidade de seu tempo.

Terceira parte: apresentaremos o percurso formativo lukacsiano, as principais formulações teóricas que contribuíram para desenvolver a Categoria Reificação, inseridos em

breve contextualização histórica. Apontaremos as contribuições de *HCC* para recuperação do legado marxiano como ontologia do ser social, indicadas ao longo da formulação categorial e algumas controvérsias sobre a chamada *virada ontológica*. Destacaremos, também, os estudos de maturidade do autor e novas proposições sobre nossa categoria de estudo.

Elemento transversal da pesquisa: considerando ainda a especificidade de uma pesquisa posicionada na particularidade da Educação, em seu sentido burguês, pretendemos extrair dos percursos históricos-formativos, investigados ao longo da pesquisa, alguns elementos que reforçam a abordagem ontológica da Educação, enquanto formação humana, enquanto complexo articulado à Totalidade dos complexos, enquanto produção espiritual do gênero humano imprescindível à reprodução social.

Do esforço investigativo extraímos as seguintes Teses:

Tese 1: Recuperação do Fetichismo da mercadoria como base ontológica do processo de Reificação da Totalidade social, considerando o esvaziamento categorial gerado ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo avançado e as novas mistificações criadas pelo socialismo histórico;

Tese 2: Caráter ontológico das trajetórias teóricas de Marx e Lukács, da Juventude à maturidade. As continuidades e descontinuidades foram determinadas historicamente, articuladas ao percurso da generidade humana, com a qual se confrontaram, assimilaram e elevaram, em um processo dialético de aproximações sucessivas da realidade social com o objetivo de oferecer ao ser social o método necessário à construção da práxis emancipadora do capital;

Tese 3: Hiperautonomização do complexo da educação como elemento importante do processo de Reificação em decorrência do aumento do trabalho morto na composição orgânica do capital, potencializador da exploração pelo capital.

Para ajudar na compreensão do texto e as implicações das proposições acima, segue um rol de termos-chaves que extraímos das formulações marxianas e lukacsianas. A síntese, contudo, é de nossa inteira responsabilidade. Advertimos que são delimitações precárias, com intuito didático, uma vez que as categorias de apreensão da realidade são, efetivamente, formas de ser, em movimento. Nesse sentido, são compreensíveis enquanto conjunto das determinações explicitadas até o momento pelo processo histórico, irredutíveis à conceitos fechados.

- *Ontologia* é o estudo do Ser; este, por sua vez, é a Totalidade concreta em suas dimensões inorgânica, orgânica e social. Do Ser em geral surge o ser social como a síntese

elevada das três dimensões. É a humanidade que se constitui sempre como sociabilidade pelo conjunto das objetivações e subjetivações mediadas pelo trabalho (relação entre humanidade e natureza). A Totalidade é formada pela unidade contraditória entre essência e aparência. A essência não é sinônimo de verdade imutável e aparência não é sinônimo de ilusório-falso. São dimensões verdadeiras e mutáveis da realidade, porque esta é sempre devir histórico, sempre processo, sempre relação. Somente na Totalidade concreta é possível apreender a unidade singularidade-particularidade-universalidade.

- *Objetivação* é o produto da relação insuperável entre humanidade e natureza. Para objetivar, o ser humano precisa por teleologicamente o que tem em sua mente, ou seja, tem que confrontar a finalidade que deseja alcançar com o que realmente existe no mundo, como os elementos objetivos da natureza. Uma vez objetivada, a produção passa a ter existência autônoma em relação à consciência. Enquanto a finalidade estiver apenas na mente do sujeito social, for apenas vontade, sem a realização material (por teleológico), não é objetivação. A objetivação não tem caráter alienado em essência, torna-se alienada devido às formas historicamente determinadas de divisão do trabalho e apropriação privada dos meios de produção.

- *Exteriorização* é componente do processo de objetivação, é indissociável dele. É o momento específico em que, uma vez realizada a objetivação, o produto do trabalho se autonomiza com impacto de retorno na práxis humana (ação e consciência), gerando novas necessidades, novas objetivações e um novo ser humano. Como explicou Marx, o ser humano que come com garfo e faca não é o mesmo que rasga a carne com os dentes. Não é, em essência, um processo alienado, desrealizador do Ser. Ao contrário, é um processo realizador do Ser. Seu desenvolvimento alienado se dá pelo mesmo fundamento negativo da objetivação apontado acima. Acontece quando o produto do trabalho na relação alienada não é reconhecido pelo produtor como realização dele, se exteriorizando, impactando sobre ele, de forma negativa, ganhando autonomia absoluta. Por esse motivo, no capitalismo, a coisa, a mercadoria, passa a ser o sujeito, porque todo o processo de produção é direcionado, exclusivamente, para a produção de mercadorias, diferentemente dos modos de produção anteriores, nos quais a circulação de mercadorias existia, mas não interferia, significativamente, no processo de produção de cada época. No capitalismo, o poder social do produtor da riqueza é transferido para a mercadoria e seu equivalente universal, o dinheiro.

- *Alienação* é a relação invertida entre objeto e sujeito, na qual o sujeito social encontra-se dominado por suas objetivações no processo de produção material da existência.

Nesse sentido, é um processo essencialmente negativo de desrealização do ser social. A inversão é determinada pela apropriação privada da riqueza social produzida pelo trabalho, em qualquer sociedade de classes em suas determinações específicas. O sujeito que produz a riqueza social (escravo, servo ou operário) não tem domínio do por teleológico, produzindo para outros sujeitos, possuidores dos meios, dos processos e dos produtos do trabalho. Esse processo se constitui como luta de classes. A Alienação se consolida com o desenvolvimento das sociedades de classe, mas é anterior a elas, se considerarmos o incipiente recuo das barreiras naturais que submetia o ser social, em seus primórdios, aos ciclos naturais de forma quase absoluta. É mais abrangente que a Reificação. A Alienação está presente em toda a história da humanidade, até os dias atuais; não porque seja insuperável, mas porque ainda não conseguimos conquistar, enquanto gênero humano, o controle consciente de nossas objetivações. Por isso Marx denomina nossa processualidade histórica alienada de pré-história da humanidade. A história humana irá começar, efetivamente, quando o modo de produção alienado do capitalismo for superado historicamente; esta é a emancipação autêntica preconizada pelo marxismo.

- *Fetichismo da mercadoria* é o fundamento, a base objetiva da forma específica da Alienação na sociabilidade capitalista, resultante do movimento da mercadoria gerado na esfera da produção. Este movimento se constitui pela particularidade do processo de produção do valor que reduz todo o trabalho humano a uma geleia geral de quantidade de tempo social necessário, denominado de trabalho abstrato que atribui à mercadoria o caráter objetivo de sujeito social autônomo do processo de produção. A peculiaridade do trabalho abstrato é possível pela acumulação de capital, pelo elevado nível de desenvolvimento das forças produtiva e pelo aprofundamento da violência da apropriação privada dos meios de produção e da riqueza social na referida sociabilidade.

- *Reificação* é a forma mais desenvolvida e universal da Alienação, historicamente determinada pela sociabilidade capitalista. Essa forma se desdobra do Fetichismo da mercadoria que se reproduz para todos os complexos sociais formando uma Totalidade social fundamentalmente alienada. Os reais produtores da riqueza social, os trabalhadores, obrigados a vender sua força de trabalho, tornam-se insumos ou meios de produção, coisas que reproduzem outras coisas, presos à relação fantasmagórica (alienada) do sujeito social com sua produção. O sujeito, portanto, não se reconhece como produtor de suas objetivações e por isso é dominado por elas. Pelo elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, a inversão alienada entre objeto e sujeito assume a forma mais complexa, refinada

e dissimulada de Alienação, uma vez que o sujeito não percebe-se reduzido à exclusiva função de produtor-vendedor-comprador de mercadorias.

Diante das categorias principais, a multiplicidade de pseudo-teorias cada vez mais distantes da ontologia do ser social precisa ser compreendida ontologicamente, ou seja, como produto do movimento objetivo da sociabilidade reificada, cuja gênese está no trabalho abstrato que dissocia sujeito e realidade. A massificação e a atomização individual são partes de um mesmo processo, no qual o sujeito social é incapaz de compreender-se como gênero. O indivíduo não vê os outros indivíduos, vê somente a massa, porque ele próprio não é uma individualidade plena, apenas parte indeterminada da geleia de tempo de trabalho exigido pelo movimento da mercadoria. Nesse processo, sempre mistificado, aparece apenas o sujeito isolado em luta contra a sociedade, acreditando-se que apenas com um dos componentes da unidade dialética, objetividade ou subjetividade, poderá solucionar a barbárie criada pela modernidade capitalista.

Apresentar o panorama de afastamento do grau mais elevado de apreensão contribui para explicitar algumas das consequências da Alienação objetiva promovida pelo antagonismo capital x trabalho que fragmenta a realidade e dificulta sua apreensão pelo ser social. Realidade compreendida como Totalidade, mas não qualquer totalidade presente em diversas falsas ontologias fora do mundo, mas a Totalidade social concreta. Precisamos advertir que nosso foco não é o rigor teórico da categoria em si mesma⁶, mas a processualidade teórica necessária à sua formulação enquanto método de aproximações sucessivas. Marx, cuja existência singular foi dedicada à apreensão da Totalidade concreta do metabolismo do capital, capturou e reelaborou a síntese dialética das descobertas teóricas produzidas pela generidade, da antiguidade clássica à modernidade, construindo o produto ideal da reprodução real da luta de classes de milhões de homens e mulheres ao longo da história. Por sua vez, Lukács dedicou sua existência singular ao resgate da obra marxiana em sua dimensão ontológica, fazendo a síntese teórica da generidade de seu tempo. Temos, também, o esforço, cada vez mais difícil, de pesquisadores-educadores para preservar, disseminar e atualizar o legado marxiano-lukacsiano em restritos espaços acadêmicos brasileiros.

⁶ Entendemos que para investigar o rigor teórico da Categoria Reificação teríamos que fazer um profundo mergulho na obra *O Capital*, com destaque para o Livro III, no qual o desenvolvimento do capital fictício é melhor explicitado e o circuito da mercadoria se completa. Além disso, seria preciso enfrentar as polêmicas sobre os possíveis equívocos de interpretação feitos por Engels e Kautsky, considerando que Marx fez a revisão para publicação somente do Livro I. Deixamos como indicação para estudos futuros. É preciso destacar que o Fetichismo da Mercadoria é apresentado de forma abstrata no Livro I, gradativamente determinado ao longo da obra de maturidade. Essa característica do método exige, portanto, o estudo de toda obra.

Gostaríamos de explicitar que essa pesquisa é a síntese de anos de estudos espontâneos e reflexões pessoais, muitas vezes, solitárias, potencializadas com o salto teórico das leituras dirigidas pela experiência acadêmica. Um fim de caminho que abre um leque maior de novos caminhos para aprofundar a Categoria Reificação, sobre a qual temos a compreensão de ser fundamental para o desvelamento do estágio atual do desenvolvimento capitalista e das dificuldades objetivas e subjetivas para formação de graus mais elevados de consciência capazes de serem apropriados pelas massas, e, talvez, daí, encontrar novos horizontes para emancipação.

E, por fim, é preciso fazer referência ao momento histórico em que vivemos, o contexto da pandemia global (Covid-19), que expõe de forma inequívoca a incompatibilidade entre a humanidade e o metabolismo insano do capital. A capacidade humana no atual estágio de desenvolvimento da ciência, viabilizadora de rápida produção de vacinas, é obstruída pela disputa dos insumos em lutas geopolíticas pelas reservas de mercado, ceifando incontáveis vidas que poderiam ser salvas. Além disso, a própria lógica de produção de mercadorias não permite a desaceleração econômica sob nenhuma circunstância. Com clareza ímpar, o processo que vivemos demonstra como a sociabilidade capitalista pode dispor da vida humana, deixando-a perecer como *coisas* dispensáveis, ferramentas substituíveis, cujo cuidado necessário é mero obstáculo ao seu movimento de reprodução. Trata-se da Reificação do ser social no seu limite de explicitação.

As mortes em larga escala servem, periodicamente, e, especialmente, hoje, à reprodução do capital, eliminando trabalho vivo excedente. Tragédia humana dissimulada como cataclisma natural. O Trabalho vivo excedente não se constitui mais como exército industrial de reserva, útil à reprodução de seu metabolismo. O desemprego é, no atual estágio, estrutural, como nos revelou Mészáros (2011a, 2011b). Nesse sentido, o trabalho vivo excedente encontra-se sem perspectivas, se constituindo como ameaça permanente de sublevação. E enquanto meros instrumentos inservíveis, o trabalho vivo que não é reaproveitado, pode ser eliminado. No caso específico do Brasil, enquanto periferia do capital, os efeitos da barbárie sanitária e econômica são vividos de forma mais intensa. Temos o agravante da dominação política autoritária, estratégia brutal sempre utilizada pela burguesia para tentar recompor rapidamente os lucros perdidos do capital central. Veremos a análise marxiana dessa estratégia na investigação. Sem dúvida, a exposição da essência do capital, sua substância antagônica à humanidade, em especial, aos trabalhadores, se constitui um divisor de

águas no aprofundamento da crise de todo um metabolismo social que põe a existência da generidade em risco.

2 GRAUS DE APREENSÃO CONTEMPORÂNEA DAS DETERMINAÇÕES DA SOCIEDADE REIFICADA

O termo Reificação foi cunhado, enquanto categoria de apreensão da realidade, por Lukács (2003) em sua obra *História e Consciência de Classe (HCC)*, com base na descoberta marxiana do Fetichismo da Mercadoria, propondo apontar os obstáculos para a formação da consciência de classe, e assim, explicar o recuo revolucionário que presenciou em seus tempos de juventude. Contudo, pela própria força da Categoria em expressar a degradação do ser social perpetrada pela essência destrutiva do modo de produção capitalista, o termo foi apropriado pela consciência social em graus diferenciados de apreensão ontológica, ou seja, conforme a capacidade de apreensão das determinações históricas, individuais e classistas dos sujeitos. Nesse sentido, iniciamos a investigação apresentando um panorama geral dos referidos graus de apropriação da categoria em análise. no âmbito do pensamento acadêmico brasileiro.

2.1 A Categoria Reificação na pesquisa acadêmica atual: a formação dos formadores da consciência social

A raiz etimológica da Reificação (*res*=coisa), seu sentido imediato de coisificação, desumanização, traz a palavra para inúmeros contextos e referenciais teóricos. Dos enquadramentos mais subjetivistas até as tentativas de resgate da crítica ontológica formulada pelo pensamento marxiano.

Bewes (2015) afirma, de forma peremptória, que a Reificação “está na moda” e esse fenômeno deformaria o próprio conceito. De fato, são inúmeras as deformações, contudo, não se trata de deformações exclusivamente epistemológicas. O que realmente “está na moda”, uma moda inacreditavelmente resistente e longa, é a capacidade capitalista de se reinventar, de mudar na aparência para permanecer em essência, no mesmo passo em que destrói ou submerge as possibilidades de realização das potencialidades emancipatórias do ser social. O momento histórico atual torna o processo de desumanização extremamente evidente, e, por isso, reafirmado em muitas formas de representação da consciência social. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de compreendermos os diversos graus de apreensão da realidade, uma vez que, como educadores, temos que lidar com a fragmentação objetiva-subjetiva para encontrarmos as possibilidades de constituir a massa crítica necessária à construção das alternativas. É nesse campo de batalha que o ser social se forma cotidianamente. Não se trata, apenas, de

manipulações ideológicas intencionais. As cisões criadas pela inversão objeto x sujeito, a submissão do sujeito aos objetos sociais que cria, e a negação absoluta das determinações reflexivas⁷ atuam decisivamente na apropriação cada vez mais subjetivista e atomizada da realidade. Em resumo, trata-se de um processo objetivo. Na Reificação das relações sociais produzidas pelo Fetichismo da Mercadoria, reside a gênese e o desenvolvimento histórico das dificuldades de apreensão da realidade pela consciência social. Explicaremos os fundamentos e os processos que produzem e reproduzem a Reificação ao longo da pesquisa. Nesse momento, mapeamos como ela é apreendida pela consciência social.

Nesse sentido, diante da coisificação social objetiva que nos assola, cotidianamente, buscamos capturar alguns dos exercícios atuais de apreensão da realidade mediada por diversas formas de compreensão da Reificação. O propósito desta seção é situarmos o patamar de afastamento e/ou aproximação ontológica, ou seja, dos fundamentos históricos determinados. Em outras palavras: conhecer os graus de distanciamento e aproximação com o pensamento marxiano-lukacsiano.

O passo inicial para o cumprimento da tarefa foi a realização do levantamento de pesquisas acadêmicas relacionadas à palavra-chave *Reificação* no Banco de Teses e Dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com títulos publicados até o dia do acesso (CAPES, 2018)⁸. Entendido esse universo como espaço privilegiado de catalogação dos debates que refletem o momento atual de apreensão do metabolismo capitalista, sua multiplicidade de análises fenomênicas, ainda que muitos desses mesmos pesquisadores neguem esse metabolismo. Nessa atividade, encontramos 340 (trezentas e quarenta) pesquisas com a referida palavra, distribuídas no período de 1986 a setembro de 2018. Advertimos que esse total representa apenas o acervo disponibilizado pela plataforma, e o esforço das Universidades em aglutiná-las, e não o universo real das pesquisas no mesmo período indicado. Até agora, o intervalo de 32 (trinta e dois) anos de investigações. Desse montante, fizemos algumas estratificações:

⁷ Veremos um pouco da análise lukacsiana das determinações reflexivas na quarta seção desta investigação. Reafirmamos, apenas, que ontologicamente não é possível romper com a unidade dialética sujeito-objeto, essência-aparência, ser-consciência, ontologia-gnosiologia, que se determinam reciprocamente no processo histórico. Lembrando, ainda, que unidade não significa identidade, uma vez que o objeto existe de forma autônoma em relação ao sujeito, exigindo mediações entre os componentes.

⁸ Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

Quadro 1 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação registradas no Banco CAPES distribuídas por período no Brasil

1986-1995	1996-2005	2006-2015	2016-2018	Totalização
16	82	185	57	340
5%	24%	54,3%	16,7%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Observe que a projeção da Categoria é crescente. O terceiro circuito de 10 anos (2006-2015) duplica os achados. E apenas um ano e nove meses do quarto circuito (2016-2018) já traz quase um terço do total de achados do circuito decenal anterior. A expansão da barbárie cotidiana expressa na crescente tentativa de compreendê-la. Outra estratificação importante é a distribuição das áreas do conhecimento, surgindo a Educação como a mais sensível à questão:

Quadro 2 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação registradas no Banco CAPES distribuídas por área de pesquisa

Nº	Área/ Curso	Valor absoluto	Valor percentual
1	Educação	77	23%
2	Letras/Literatura/ Linguística/Língua Estrangeira	56	16%
3	Ciências Sociais/ Sociologia/Antropologia	38	11%
4	Psicologia	33	10%
5	Filosofia	31	9%
6	Direito	24	7%
7	Comunicação	17	5%
8	Serviço Social	13	4%
9	Saúde	9	3%
10	Artes	7	2%
11	Geografia	6	2%
12	História	6	2%
13	Informática/ Ciências da Computação	5	1%
14	Políticas Públicas	5	1%
15	Teologia/Ciências da Religião	3	1%
16	Outras	10	3%
	Total	340	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Observe-se que o maior percentual é de pessoas formadas nas áreas referentes às atividades educacionais e formativas. Se considerarmos as licenciaturas e bacharéis que também exercem a função docente, a maioria torna-se absoluta. Além da função formativa estrita, é importante destacar que todos os segmentos acima terão importante papel na formação da consciência social, considerando o plano das teleologias secundárias, processo de convencimento, das mais variadas formas, seja da pregação religiosa até um atendimento médico em que o paciente ouve que a dor que sente é psicológica, sinônimo de *não-realmente-*

existente, subjetividade sem causalidade, e tantos outros exemplos que poderíamos lembrar de nosso cotidiano.

Para qualificar um pouco melhor a varredura mecânica feita pelo sistema da CAPES, que não distingue a ênfase da categoria na pesquisa, criamos uma gradação de força, considerando que quanto mais destacada a palavra-chave surge na varredura, mais importância ela tem na pesquisa. Nesse sentido, percebemos que algumas colocam o termo destacado no título, o que indica tratar-se de categoria principal da pesquisa; outras trazem no resumo, com caráter categorial, embora nitidamente secundarizado, como resultado do fenômeno analisado, e, por fim, as pesquisas em que a palavra surge apenas no texto, de forma contingencial, uma adjetivação, com menor força categorial.

Quadro 3 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação registradas no Banco CAPES distribuídas por ênfase do termo na pesquisa

Reificação no título	Reificação no resumo	Reificação no corpo da pesquisa	Resumo não localizado*	Totalização
48	184	50	58	340
14%	54%	15%	17%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

*Os resumos não disponibilizados pela CAPES foram procurados nos repositórios das universidades e nos buscadores da rede mundial de computadores, mas as pesquisas mais antigas não foram encontradas.

Pela opção de recorte temporal, fizemos apenas a leitura dos resumos e buscamos agrupar as pesquisas em grandes grupos de critérios de apreensão da realidade, definidos de forma explícita ou implícita, nas sínteses elaboradas pelos próprios pesquisadores. Caracterizamos, conforme termos ou pistas indicadoras dos referenciais teóricos utilizados. Adiante, aprofundaremos os referidos critérios. Nesse momento, seguem apenas as quantificações:

Quadro 4 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação registradas no Banco CAPES distribuídas por grupos de referenciais teóricos

Grupo 1 TS	Grupo 2 TC	Grupo 3 TM	Grupo 4 TTI	Grupo 5 RNI	Totalização
68	115	106	6	45	340
20%	34%	31%	2%	13%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Legendas: TS (Teorias subjetivistas); TC (Teorias Críticas); TM (Teorias Marxistas); TTI (Termo técnico da informática; RNI (Referenciais não identificados).

Estamos conscientes das dificuldades e riscos relativos ao exercício da classificação; dos reducionismos e enquadramentos indevidos que, inevitavelmente, são feitos. Ainda assim, faz-se necessário, considerando a importância de nos situarmos no esforço do gênero em compreender a realidade, uma vez que expressa o grau de Alienação a que estamos submetidos, e sobre o qual teremos que atuar para encontrar os pontos de ruptura. Sem retomar o *telos* da emancipação do Capital, não será possível criar alternativa, além da causalidade posta brutal do movimento da mercadoria. Estamos cientes, também, que todo exercício de apreensão da realidade, por mais precário que seja, reflete algum nível de complexidade da vida social. E juntos com Lukács, advertimos sobre os limites inerentes à própria tentativa de classificação, mas ainda assim, temos que fazê-la:

Uma hierarquia sistemática, todavia, não é apenas algo dado de uma vez para sempre; além disso, ao sistematizar as categorias numa conexão definitiva, ela deve também – por vezes ao preço de empobrecê-las e violentá-las em seu conteúdo – torná-las homogêneas, reduzi-las o mais possível a uma dimensão única de conexões. Os pensadores que têm um verdadeiro sentido ontológico para riqueza e variedade da estrutura dinâmica da realidade concentrarão seu interesse, ao contrário, precisamente nos tipos de relação que não podem ser encaixados adequadamente num sistema. (LUKÁCS, 1979a, p. 28).

Mapeamos ideias convergentes para identificar dissonâncias. Compreendemos que o exercício de apreensão da realidade implica, sobretudo, e mesmo sem consciência disso, na apreensão da relação entre Ser e Pensamento, entre essência e aparência, entre coisa-em-si e fenômeno. Mesmo aqueles que negam a dimensão ontológica da realidade estão, inexoravelmente, enredados nessa relação, ainda que de forma exclusivamente negativa, ou seja, negando as contradições do devir histórico que permitem situar a imediaticidade na Totalidade social.

Consideramos ainda que a Teoria Social Marxiana é a síntese da relação ontológica em questão. Contudo, das lutas para disseminação de seus pressupostos teóricos-metodológicos, a consciência social produziu diversas formas de apropriação marxista, diversos marxismos, como afirmaria José Paulo Netto (2004). Nessa precária catalogação das pesquisas, consideramos os marxismos ou a negação dos marxismos, declarados ou sugeridos pelos autores. Não enfrentaremos o debate sobre legitimidade ou rigor teórico. O que estamos perseguindo é o percurso ontológico afirmado ou negado, explícito ou implícito, no processo de investigação. Nesse sentido, organizamos e definimos a terminologia dos grupos da seguinte forma:

- Grupo 1-TS: Teorias Subjetivistas. Começamos pelas pesquisas que, em nossa compreensão, estão mais distantes da Tradição Marxista. Identificamos como subjetivistas, as

pesquisas que, em geral, não reconhecem a sociabilidade capitalista como fundamento da Reificação, e consideram a realidade como produção exclusiva do sujeito, seja individual ou coletivo. Negam, em graus diferenciados, a autonomização alienada das objetivações humanas no processo de reprodução social. Concluem, de forma geral, que a barbárie é intrínseca à subjetividade; portanto, insuperável, ou na melhor das hipóteses, superável pela decisão voluntarista de super-sujeitos capazes de vencer os limites, também meramente subjetivos, que impedem a plenitude dos próprios sujeitos. Esses limites são sempre de natureza ética, religiosa, cultural, psicológica etc., uma vez que a exterioridade social é apenas espelhamento da subjetividade.

- Grupo 2-TC: Teorias Críticas. Nesse grupo, agregamos as pesquisas que de forma direta destacaram os autores vinculados à chamada Escola de Frankfurt, em especial, Adorno (1903-1969), Horkheimer (1895-1973), Marcuse (1898-1979), Benjamin (1892-1940), Habermas (1929-) e Honneth (1949-). Também agregamos ao grupo as pesquisas que mesmo sem fazer referência direta à referida Escola ou aos seus pensadores, analisaram a Reificação como fenômeno produzido pelas relações de produção capitalistas. Apesar desse diferencial positivo em relação ao grupo anterior, consideram o Fetichismo da Mercadoria como produto predominantemente cultural, base da Indústria cultural, focando a análise apenas nas consequências sociometabólicas, sem os fundamentos ontogenéticos do trabalho.

- Grupo 3-TM: Teorias Marxistas. Aglutinamos aqui todas as pesquisas que de forma direta se consideram marxistas, invocando a autoridade do nome de Marx ou de forma indireta, utilizando categorias de análise marxistas, como exploração do trabalho, trabalho concreto-abstrato, teoria do valor, luta de classes, proletariado, relações de produção etc., ainda que articuladas em alguns momentos, de forma inadequada ou superficial, a outros referenciais teóricos. Daí a denominação do grupo no plural, indicando a pluralidade de marxismos. Os critérios principais de vinculação de pesquisas a esse grupo são, em resumo, o reconhecimento de Marx como principal estudioso da sociedade capitalista, e das relações de produção como gênese da Reificação.

Vejam a importância da varredura para a nossa investigação. Não encontramos pesquisas que sugerissem a criação de um grupo que pudéssemos denominar de *objetivistas*; que poderia ser ilustrado, por exemplo, com pesquisas sobre resultados quantitativos valorizados por si mesmos. A apreensão da Reificação, em qualquer referencial teórico encontrado, faz algum tipo de crítica ao objetivismo, e tem no positivismo um antagonista teórico comum. O objetivismo é entendido, de forma geral, como falsa objetividade que

apreende apenas o imediato, fora do contexto. A varredura mostra, portanto, a predominância absoluta do componente oposto da cisão/inversão objeto x sujeito: o subjetivismo, que se apresenta em diversos graus, incluindo aí, também, a Tradição Marxista. Esse não é um fenômeno passageiro, e podemos analisá-lo ontologicamente. Lukács (2018, p. 47) aponta, de forma enfática, o momento histórico do recuo para o subjetivismo puro contra o qual nos defrontamos hoje. Depois de 1848,⁹ a filosofia da história elaborada por Hegel é substituída por filosofias anistóricas como Schopenhauer (1788-186), que considerava Fichte (1762-1814), Schelling (1775-1864) e Hegel (1770-1831) enganadores, e ajudou a conduzir o recuo das reflexões teóricas a Kant:

[...] Schopenhauer liquida, por um lado, todo o desenvolvimento dialético da filosofia clássica alemã e exige um retorno à concepção metafísica da realidade. Por outro, ele ‘depura’ o próprio Kant de todas as oscilações na direção do materialismo, reduzindo Kant e Berkeley. (LUKÁCS, 1979a, p. 28).

E a consolidação do recuo foi feita pelos neokantianos posteriores que impuseram a anulação mais completa, e, de uma forma ainda mais vulgar, destacando a figura de Otto Liebmann, que em obra de 1865 apresenta Kant como completamente subjetivista, enquanto negação de qualquer realidade objetiva independente da consciência. É o que vamos chamar, em nossa investigação, de *virada subjetivista*, e aqui o termo se aplica de forma mais adequada, virada mesmo, no sentido de movimento abrupto de simplesmente negar os avanços ontológicos já explicitados e ignorando toda a processualidade histórica que desvelou os processos dialéticos de base que dariam as condições para Marx formular o materialismo histórico.

E para finalizar, identificamos os grupos que não analisaremos, mas os apresentamos a título de fechamento das quantificações.

- Grupo 4-TTI: Termo Técnico da Informática. Nesse universo, a Reificação é um mero termo técnico das Ciências da Computação, sem relação com o processo de apreensão da realidade. Faremos apenas a quantificação.
- Grupo 5-RNI: Referenciais-Não-Identificados. O último grupo aglutina as pesquisas que os resumos não foram disponibilizados pela CAPES e não foram localizados na Rede Mundial de Computadores, e cujos títulos não apresentaram elementos suficientes para identificar os referenciais teóricos sem o suporte dos resumos.

⁹ Para Marx a Revolução de 1848 demarcou o momento de vitória total da burguesia sobre o Antigo Regime e sua apartação da aliança com a classe trabalhadora, e Lukács retoma-o para fazer sua demarcação da decadência ideológica, ou seja, da perda do caráter revolucionário da sociedade burguesa.

Apresentamos o primeiro circuito de aproximação da categoria estudada com os grandes grupos organizados acima. Agora faremos mais um circuito, aprofundando algumas características no interior de cada grupo, de forma a situar as diversas apropriações da Reificação.

2.2 Reificação segundo as Teorias Subjetivistas (Grupo 1-TS)

Retomamos o Grupo 1-TS. Ainda que esse grupo seja o mais afastado da Teoria Social Marxiana¹⁰, é importante destacar que suas pesquisas contribuem com descobertas sobre a individualidade humana e fenômenos sociais específicos. Infelizmente, são insuficientes para a formação da massa crítica necessária para a construção efetiva de uma nova sociabilidade que realize o ser social. Consideramos que a fragmentação de suas pesquisas expressa as relações reificadas de reprodução social. Analisam somente o fenômeno porque não dispõem das ferramentas categoriais para alcançarem níveis mais profundos do real, o que discutiremos ao longo desse estudo. Essa circularidade fenomênica que se esgota rapidamente, leva-os a becos sem saída, fazendo-os recuar para instâncias mais íntimas das ilimitadas representações fenomênicas. Analisam, na maioria dos casos, a Reificação como consequência de representações subjetivas insalubres, mas sem investigação da gênese dessas representações fora do âmbito subjetivo, justamente porque entendem que não existe nada além delas, ou, se existe, é kantianamente incognoscível. Daí o lugar especial e a larga disseminação dos estudos discursivos como meio mais comum de expressão da representação. Nesse sentido, das 68 (sessenta e oito) pesquisas classificadas como parte desse grupo, cerca de 36 (trinta e seis) tratam de questões da linguagem e do discurso¹¹. Nelas, a pergunta fundamental é como o sujeito expressa sua experiência, sua leitura do fenômeno. Encontram-se camadas cada vez mais profundas e individuais dos danos causados pela Reificação à subjetividade, em múltiplas formas. Destacamos alguns casos extraídos dos resumos:

As pessoas com problemas de saúde mental que são excluídas da sociedade, ou tornadas objetos por profissionais da saúde, são estudadas por Rodrigues (2001) com “procedimentos de evocação-enunciação”; Kaercher (2006) pesquisa os livros de bibliotecas escolares que produzem discursos da “branquidade, negritude, masculinidade e feminilidade”;

¹⁰Teoria Social é o termo usado por José Paulo Netto para referir-se ao pensamento marxiano. Teoria é a apropriação da realidade pela consciência.

¹¹Apresentaremos os números absolutos ao longo do texto e um quadro resumo ao final da análise de cada grupo com os percentuais.

Pocahy (2011) estuda as “[...] significações desqualificantes [...] como dispositivos de Reificação da velhice como forma de abjeção”; Albuquerque (2006) analisa o discurso que expressa a coisificação do corpo pela medicina estética, os problemas de saúde, físicos e emocionais decorrentes; Lustosa (2013) investiga como o cinema nacional reifica o conceito de brasilidade; Cordeiro (2013) demonstra como os saberes são reificados nas “trocas discursivas” sobre a dengue; Guimarães (2006) apresenta a Reificação da mulher nas revistas femininas; Oliveira (2014) reflete sobre as respostas emocionais de pacientes comatosos, que, em geral, são tratados como objeto nos hospitais. Encontramos muitas pesquisas nessa direção.

Observe-se que a concretude das relações de dominação econômica, política etc., em alguns momentos aparece, em geral, na forma fenomênica mais imediata, entretanto, o centro da análise é o discurso em si mesmo, ou como o sujeito do discurso se percebe no processo de coisificação do outro e de si. A realidade objetiva, nessas pesquisas, nunca está no centro, apenas a representação, enquanto percepção da realidade, sem preocupação com as causalidades, apenas os efeitos no âmbito da subjetividade.

Outra característica marcante dessas pesquisas é a equivocada identidade entre Razão e Racionalização, entendida de forma estática, a-histórica. Medeiros (1996), por exemplo, ao criticar a Reificação dos funcionários nos processos de treinamento profissional promovidos pela racionalização excessiva do ambiente empresarial, propõe uma nova estratégia de conduzir o processo formativo dos trabalhadores denominada “gestão por significados”, constituída pela “confluência de saberes” de todos os sujeitos envolvidos, o que supostamente humanizaria os modelos de treinamento e as próprias rotinas de trabalho.

Na perspectiva de um subjetivismo mais coletivo, mais social, temos pesquisas que investigam o impacto da Reificação, entendida como desumanização, na formação das identidades; contudo, a coisificação concreta é reduzida ao discurso. Cunha (2017), por exemplo, analisa a criminalização dos imigrantes africanos em Israel, tratados como ameaça à segurança do Estado. Apesar da facilidade com que essa temática poderia ser tratada de forma ontológica, o pesquisador prefere fazer a crítica da “exacerbação de discursos identitários e de pertencimento”. Da mesma forma, Magalhães Néto (2007) discute uma “dominação discursiva” de um mundo comandado pelos homens (masculino), ao qual denominou “Regime falocêntrico”. Essa pesquisa afasta até as formas mais evidentes e tangíveis de coisificação da mulher, enclausuradas em expressões discursivas.

Nesse grupo, os danos causados pela Reificação são analisados, em sua maioria, de forma tão isolada da Totalidade social, que se assemelha ao estudioso dos componentes da

célula que vai esquecendo que esta é parte de um todo, pretendendo curá-la da coisificação, sem perceber que o todo também está coisificado. Alguns perceberam a fragmentação, mas não conseguiram sair da abstração intangível dos estudos representacionais. E, nos permitindo um neologismo, sofrem de *ontofobia*. O medo de encontrar a realidade concreta poderia muito bem constituir-se objeto para os seus próprios referenciais teóricos subjetivistas, talvez encontrassem a saída dos labirintos criados pelo Capital.

Existem inversões surrealistas da relação objetividade-subjetividade que chegam a considerar a linguagem em si mesma como sujeito, e o indivíduo como abstração, ou um mero portador da língua. Navarro (2017), por exemplo, apresenta o debate entre Donald Davison (1917-2003), Frege (1848-1925) e Carnap¹²(1891-1970) sobre a Reificação dos axiomas e suas implicações para o conhecimento e a busca da verdade. O sujeito é a linguagem; é ela mesma quem determina se quer ou não encontrar a verdade. A própria teoria que defendem reproduz o ser social reificado, sem a compreenderem.

Afastando-se um pouco mais do discurso, temos algumas poucas pesquisas, como a de Santos (2010) que propõe a superação da Reificação pela religião; Castro (2009) defende uma sociologia das emoções para enfrentá-la. A Categoria, aqui, se expressa como exclusão das mulheres de meia-idade; Machado (2011) investiga o reencontro do sujeito com seu corpo através da capoeira, embasando-se em estudos cartográficos.

As pesquisas agrupadas no Grupo 1-TS expressam múltiplas formas de compreender a subjetividade, e, de fato, trazem algumas contribuições necessárias; contudo, pela dissociação da Totalidade concreta, se empobrecem e tornam-se apenas recortes subjetivistas, uma vez que estão presos ao espelho do si-mesmo, incapazes de encontrar até a forma mais abstrata de generidade. Ironicamente, essas pesquisas consideram-se como aquelas que verdadeiramente estudam a vida social, entendida como um caos pulsante em nível celular. Nesse sentido, torna-se compreensível que, no plano do átomo, e agora no nível mais interiorizado ainda das partículas quânticas, fique progressivamente mais difícil apreender, por exemplo, que o automóvel é um conjunto dessas partículas, que existe independente do sujeito, que é produzido pela relação concreta sociedade-natureza e que pode atropelar nossa materialidade orgânica, como nos lembrou Lukács (2013). Na hiperfragmentação que dissimula a realidade, a incognoscibilidade kantiana parece fazer sentido ao olhar apressado de nosso tempo histórico, restando apenas a subjetividade como passível de investigação, em mergulhos

¹²Carnap é analisado de forma mais aprofundada por Lukács (2018b) no primeiro volume da *ontologia do ser social* como um dos expoentes da mistificação anti-ontológica promovida pelo neopositivismo.

cada vez mais internos, mais individualistas. Lukács (2018b), como vimos anteriormente, aponta a paradoxal responsabilidade do racionalismo kantiano como chaveiro das portas para o irracionalismo contemporâneo, no mesmo instante em que negou a possibilidade de conhecimento da coisa-em-si.

As tentativas de solucionar os becos sem saída do subjetivismo produziram abordagens teóricas que fizeram aglutinações bem heterogêneas, chamadas de bricolagem, que ora, se dão ao trabalho de alinhar diversas abordagens, ou simplesmente não identificam formalmente nenhum referencial teórico em seus resumos. E aqui, pelo próprio montante significativo de pesquisas, precisamos explicar essa forte tendência acadêmica nos argumentos de seus próprios entusiastas. Neira (2012), por exemplo, faz um resumo bem direto:

A intensidade das mudanças sociais em curso colocou em xeque o legado da modernidade. As verdades elaboradas pela ciência moderna têm sofrido fortes abalos. Até mesmo o modo de produzir conhecimentos é questionado nos tempos atuais. Dentre as alternativas emergentes, encontra-se a bricolagem. Os *bricoleurs* apelam para uma variedade de métodos, instrumentos e referenciais teóricos que lhes possibilitem acessar e tecer as interpretações de diferentes origens. Impulsionados pelos Estudos Culturais, denunciam as relações de poder que influenciam os discursos científicos postos em circulação. (NEIRA, 2012, p. 607).

Considerando mais alguns argumentos apresentados pelos defensores dessa colcha de retalhos, expressão por eles mesmos utilizada, Neira (2012) entende que essa forma de pesquisa realiza, efetivamente, uma crítica ao legado positivista, seu maior inimigo teórico, e estaria contribuindo para desvelar as relações de dominação implícitas nos discursos hegemônicos, e qualquer forma de manifestação da verdade é mero artifício discursivo. Sua estratégia de luta é a necessária apresentação das múltiplas leituras de mundo, de forma a garantir a voz de todos os segmentos sociais. Sendo assim, as pesquisas guiadas pela bricolagem não devem mesmo chegar a nenhuma conclusão, apenas apresentar o panorama pluricultural, sem nenhum fio condutor ou uma base que as sustentem. Para esses pesquisadores, a verdade é sempre uma invenção do discurso hegemônico, expressão do neoliberalismo.

Apesar das tentativas de crítica, o que os *bricoladores* não percebem, por reduzirem o conhecimento ao exclusivo processo subjetivo, é que reproduzem a inversão reificadora da relação objeto e sujeito. Os discursos têm vida própria, são os sujeitos. Se esses pesquisadores reconhecem que há um neoliberalismo, um dos nomes fenomênicos do capitalismo; se, também, reconhecem que os discursos hegemônicos que combatem são representações neoliberais, então, por que não reconhecem, ainda que restrito à imediatividade, que há uma base concreta, material, que determina qual discurso tem poder de se impor como hegemônico? Fica implícito que evitam esse reconhecimento por entenderem que toda determinação é absoluta. Não as

compreendem historicamente, e não podem fazê-lo porque a própria compreensão de história que possuem é reduzida ao discurso do sujeito. Neira (2012, p. 615) novamente nos explica que “[...] por meio do estabelecimento da relação entre fatos e histórias, constroem-se significados. É o que permite interpretar a realidade.” Em resumo, se o sujeito não expressar sua fome (determinação biológica) em alguma forma qualquer de linguagem, a fome concreta não existe.

Outra reflexão que parece escapar aos defensores da bricolagem é que a referida colcha teórico-metodológica não possui retalhos simétricos; há uns retalhos bem maiores que outros e, de acordo com as pesquisas encontradas, o retalho da linguagem, nesse grupo, surge como momento predominante da sociabilidade. E mesmo aqueles que colocaram a linguagem como aparentemente secundária, acabaram por dar-lhe destaque especial enquanto mediação sujeito-mundo-sujeito, mundo aqui é somente o que foi captado pela linguagem. É o clássico princípio de Wittgenstein (1889-1951) que preconiza a identidade entre limite da linguagem e limite do mundo, e que parece querer extinguir a concretude até mesmo do fenômeno mais imediato.

Já a Fenomenologia, inicialmente, não deveria estar nesse grupo de classificação, uma vez que reconhece a existência da coisa-em-si, ainda que incognoscível, colocando-se a tarefa de ficar atenta às mistificações produzidas pelas inúmeras camadas de representações que se acumulam sobre a inalcançável objetividade. Explicando melhor: em nossa compreensão, a fenomenologia se mantém no movimento de busca permanente de uma análise mais objetiva possível do fenômeno, aquela que as ferramentas kantianas de cognição permitem realizar, ou seja, o princípio fundamental husserliano de voltar às coisas mesmas, ainda que o fundamento do real seja a empiria, enquanto crítica à matematização e ao cientificismo, como defende também Struchiner (2007). O problema é que as tais “coisas mesmas” não são reconhecidas como independentes do sujeito. A Fenomenologia, segundo essa autora, pretende lembrar que o mundo é resultado das mediações do subjetivo que se objetiva por convenção social, como a criação do sistema de medidas, por exemplo, e que toda experiência tem fundamento real, aprendido do contato com o mundo, mas que nunca se revela integralmente. Defende a existência do real como múltiplas totalidades em oposição à fragmentação excessiva do conhecimento científico e a desvalorização dos sentidos. Eles acertam algumas questões, mas não chegam à gênese da produção da existência social, o trabalho.

O que se observa nas pesquisas encontradas que invocaram a Fenomenologia é a priorização do que denominamos nessa investigação de *circularidade subjetivista*, ou seja, não saem do labirinto do sujeito *em-si-mesmo* que se pensa o *alfa* e *ômega* de tudo. Para estes

pesquisadores, a causalidade só existe, de fato, quando o sujeito reconhece essa existência. E ainda assim, com limitada capacidade de conhecimento. Obviamente, não cabe aí, portanto, a relação essência e aparência, no sentido de que precisamos chegar à essência. E o que vale mesmo é a relação entre as várias aparências. A tarefa da Fenomenologia seria tirar as lentes mais embaçadas que veem essa “coisa mesma” ao longe, nunca totalmente visível, em sua essência, uma vez que ela está fora do alcance humano. Diante disso, acabamos por considerar a fenomenologia como exclusivamente subjetivista, critério focal desse primeiro grupo. Carvalho (2003a), por exemplo, conforme seu resumo, analisa a riqueza de textos literários sobre mulheres que confrontaram as relações de dominação e exploração a que estiveram submetidas, reduzindo o objeto de investigação ao “plano ético-existencial da imagem da mulher transgressora”. Note-se que o objeto não é o plano existencial do sujeito, mas o plano existencial da *imagem* do sujeito. Magalhães (2012), por sua vez, afirma fazer uma composição da Fenomenologia com a Filosofia da Diferença, mas o resumo destaca melhor a segunda referência e o mergulho intimista na alteridade de indivíduos, nesse caso, pessoas com paralisia cerebral que são reificados, aqui no sentido de infantilização, não reconhecidos como seres humanos adultos.

Ainda no âmbito da Fenomenologia, encontramos uma pesquisa que foi um pouco mais longe na descamação do fenômeno, e fomos além da leitura do resumo. Almeida Júnior (1997) faz um interessante trabalho sobre a “reificação da consciência pelo consumo acrítico de imagens”, e até faz uso de um conceito ontológico de imagem no qual esta passa a ser a realidade; e quando a pesquisa parecia indicar uma possível análise da inversão objeto x sujeito, própria da Reificação no sentido marxiano, o pesquisador faz uma virada incompreensível ao apresentar sua teoria da realidade:

De início, afirma-se aqui não se tratar de uma realidade material ou social, concebida como um todo indivisível de entidades e significados, mas de uma complexidade de objetos e determinações abstratas, de referentes visíveis e invisíveis e de seus signos. Trata-se de um campo em que se movimenta a consciência do sujeito para explicar os diferentes aspectos, os diferentes mundos, em última instância, as diversas dimensões, todas resultantes das manifestações sógnicas da comunicação inter-humana.[...] rejeita-se a ideia de realidade monolítica, de cuja concretude as diversas ciências construiriam modelos na tentativa de oferecerem representações e explicações; descarta-se também a ideia de uma realidade única, para a qual confluíram os diferentes enfoques teóricos que buscam justificar sua ontologia. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 55).

O Fetichismo, para Almeida Júnior (1997, p. 58), é produto histórico longínquo, perdurando apenas por processos simbólicos que “[...] são fantasmas que circulam no imaginário moderno como imagens vivas misturadas às do presente.” Essa pesquisa ilustra bem

as consequências da *circularidade subjetivista*, que mesmo tão perto da objetividade, simplesmente considera mais viável dar voltas dentro do labirinto em que o sujeito está perdido.

E sempre que a fragmentação ou a abstração excessiva tornam o desenvolvimento teórico impossível, até mesmo para os próprios pesquisadores subjetivistas, algumas leituras marxistas, mesmo limitadas ou distorcidas, são convocadas para a luta contra o irracionalismo paralisante que eles mesmos reforçaram. Podemos destacar dois momentos:

Primeiro momento: encontramos uma pesquisa autodeclarada deleuziana (OLIVEIRA, 2001) cujo objeto é a crise da representação do corpo resultante da reificação da ciência e da tecnologia, mediada pela categoria *corpo sem órgãos*. O pesquisador não destacou nenhum vínculo com o marxismo em seu resumo. Contudo, considerando Deleuze um dos expoentes do irracionalismo contemporâneo que se propôs a fazer uma releitura de Marx, precisamos fazer uma digressão aqui. Segundo um de seus disseminadores (MEJAT, 2012), os autores da extensa obra *Mil Platôs - Esquizofrenia e Capitalismo*, Deleuze (1925-1995) e Guatarri (1930-1992), explicam a esquizofrenia e demais transtornos psíquicos-sociais como resultado da Reificação capitalista, reconhecendo, inclusive, a necessidade e a possibilidade de sua superação. Infelizmente, sua solução também é esquizofrênica. Acreditaram que suas estranhas ferramentas categoriais atualizaram o conceito marxiano de produção. Contudo, reduziram toda a força objetiva do metabolismo capitalista a um conceito chamado *produção desejanste*, no qual há um tipo de retorno à ontologia fictícia do sujeito-objeto idêntico. A relação humanidade-natureza mediada pelo trabalho, até aparece, mas este não é uma atividade social, e, sim, uma atividade exclusivamente biológica, como resquício desagradável da vida orgânica, como uma necessidade fisiológica que temos que suportar. Pedindo permissão para um gracejo, talvez seja por isso que o *corpo* esteja *sem órgãos*¹³. E entendem isso como a crítica que Marx fez a Hegel (MEJAT, 2012). Uma distorção inaceitável. Marx faz justamente o oposto, apreendendo a autonomia do objeto frente ao sujeito, o que permitiu a descoberta da mediação do trabalho sem criar dualidades, mantendo a unidade dialética entre os componentes, na relação insuperável entre os planos inorgânico, orgânico e social do Ser. Mas as deformações não terminam aí. Deleuze e Guatarri até capturam corretamente uma das consequências da coisificação: a Reificação impede o sujeito de desejar outra forma de existência porque está preso à produção capitalista e a saída seria desgarrar-se da produção. Entretanto, a práxis

¹³Explicando melhor o gracejo: o corpo sem órgãos é um corpo etéreo, desprovido de organicidade, pois esta é a causa do sofrimento da existência. O corpo com órgãos é um inconveniente à realização do fantasioso desejo absoluto do sujeito burguês deprimido ou impaciente, que não entende por que seus desejos não se realizam. Reconhecem, eventualmente, que as crises do capital atrapalham, mas não aceitam o ônus da luta pela sua superação.

proposta é inacreditável: o sujeito não deve criar outra relação de produção, deve apenas, tornar-se fluido, móvel, livre para novos desejos. E entendem que esse novo sujeito foi descrito por Marx:

Não é um sujeito no sentido clássico do termo, mas sim uma espécie de sujeito esquizofrênico; sujeito difícil de apreender, é verdade, afinal parece contraditório que a esquizofrenia permita a existência de um sujeito. Este sujeito parece realizar o programa enunciado por Marx na *Ideologia Alemã*. Ao reencontrar o ser objetivo, ao reestabelecer o processo de produção que define o verdadeiro desejo – o desejo “saudável”, poderíamos dizer – nós reencontramos um sujeito fluido, que pode passar de uma atividade à outra. Um sujeito do qual Marx nos fala seguidamente sob a denominação de “indivíduo total. (MEJAT, 2012, p. 8).

Então, a emancipação do Capital seria o enlouquecimento coletivo de indivíduos que com a força do puro desejo se libertariam da materialidade orgânica e inorgânica e se desvinculariam de qualquer modo de produção que limitasse seus desejos? Seria isso mesmo? Precisaríamos de um alucinógeno de massa poderoso. O capitalismo já dispõe deles. Considerando que não é o objetivo da nossa investigação, paramos por aqui e passamos para o segundo momento indicado anteriormente:

Segundo momento de aplicação marxista kantianizada: algumas pesquisas encontradas com abordagens da AD (Análise do Discurso) se apoiaram em três fontes marxistas: conceito de ideologia em Althusser (1918-1990); conceito de hegemonia em Gramsci (1891-1937) e o conceito de interações dialógicas em Bakhtin (1895-1975). Este exercício de apreensão da realidade buscou situar a linguagem em um contexto social mais amplo, desdobrando-se na chamada Análise Crítica do Discurso (ACD). Melo (2009) faz um resumo histórico da luta teórica para libertação do que chamam de Estruturalismo de Saussure (1857-1913), cujo enfrentamento inicial é de Pêcheux (1938-1983), até chegar à forma, que segundo eles, estaria mais conectada à realidade. Os defensores dessa abordagem entendem que o discurso é a única arma na batalha contra a Alienação e a dominação dela decorrente, e Gramsci, considerado um “neomarxista” é convocado para ajudá-los. Melo (2009) privilegia o embate entre AD e ACD, destacando favoravelmente os que beberam nas fontes da tradição marxista:

[...] discurso como prática social, mas com bases e conceitos extremamente diferenciados dos desenvolvidos pela AD, era a chamada Análise Crítica do Discurso (ACD), que se denomina assim porque tenta revestir-se de uma prática social transformadora da sociedade, dando aos analistas um relevante estatuto de interventor social por meio de seu trabalho de análise. [...] A ACD é um estudo de oposição às estruturas e às estratégias do discurso das elites. Seus analistas são, normalmente, militantes sociais, intelectuais orgânicos que formulam propostas para exercerem ações de contrapoder e contra-ideologia à situações de opressão. [...] As bases epistemológicas da ACD são: [...] - os estudos anglo-saxões sobre discurso na década

de 70 – Linguística Crítica – principalmente a Linguística Sistêmico-funcional de Halliday; [...] - as teorias neomarxistas, especialmente as de Gramsci [...] - os estudos da Escola de Frankfurt. (MELO, 2009, p. 9).

No universo da pesquisa AD/ACD, o pesquisador mais estudado é Norman Fairclough (1941-), este, segundo Melo (2009, p. 17):

[...] retoma Pêcheux e se esforça em sintetizar o pensamento marxista, [...] que se refletem nas propostas de engajamento da análise de discurso nos dois domínios: Pêcheux defendia uma tomada de posição pelo marxismo-leninismo e Fairclough se coloca entre os neomarxistas que procuram dar conta das transformações do capitalismo face à globalização.

Pela leitura dos resumos das pesquisas que se orientaram pela AD/ACD, é possível captar alguns graus de apreensão das determinações reflexivas sobre o ser social. A sociedade de consumo é uma expressão da força da mercadoria na vida social. Esses pesquisadores possuem mais consciência da materialidade da degradação gerada pela sociabilidade capitalista e chegando mesmo a destacar a importância do complexo econômico para situar os sujeitos do discurso. As referidas pesquisas teriam condições de ir além do discurso, mas não conseguem. Limitam-se a uma suposta economia do conhecimento que desumaniza os sujeitos, mas que poderia ser superada, segundo sua argumentação, por novos conhecimentos, não reificados. Com esse objetivo, buscam formar sujeitos produtores de novos discursos, produção somente de palavras, capazes de humanizar e transformar a sociedade. Nessa direção, Silva (2011b) vê a mediação das artes visuais no processo de Reificação e, ao mesmo tempo, com potencial para combater a padronização das identidades sociais; Damasceno (2011) destaca a ACD como prática social capaz de desvelar as formulações ideológicas e o poder real que subjaz a essas formulações; Vieira (2018) analisa a coisificação dos imigrantes pelo discurso midiático, identificando-os como problema social; Bartoly (2010) analisa como a Reificação jurídica (burocratização) torna o sujeito objeto de uma igualdade formal, mas trata o fenômeno apenas como “evento discursivo”; existe a coisa, e, existe a troca, mas entendem que essa desumanização poderia ser resolvida pelo sujeito que mudaria a natureza da troca somente com a força da vontade e a competência discursiva. Não compreende a teoria do valor e a reduzem ao simples jogo subjetivo de interesses. A troca mercantil reificada, para esse pesquisador, poderia se transformar, pelo discurso, em troca de dádivas, fazendo a bricolagem com a Antropologia de Marcel Mauss (1872-1950), este pretendeu ensinar ao sujeito inserido nas relações de produção capitalistas, as práticas culturais solidárias dos povos primitivos:

[...] em que consiste esse interesse? Para além do valor de uso e valor de troca há o valor de vínculo. Damos, recebemos e retribuimos, sobretudo dádivas. Os ‘bens’ que são transitados nessas trocas são, acima de tudo, veículos, receptáculos de algo que

circula por meio deles. Essa dádiva que se dá, antes de mais nada, pelo dom da palavra, é o que constitui, mantém, fortalece, destrói e reconstrói os vínculos sociais. (BARTOLY, 2010, p. 214).

Colombo (2012), por sua vez, ao orientar a análise do discurso pelo pensamento de Bakhtin, vai mais longe, capturando alguma noção de determinação reflexiva, compreendida como refração entre infraestrutura e superestrutura mediada por uma realidade externa, pela materialidade do mundo. A produção dos signos não acontece fora dela e traz para sua pesquisa o que entende como “[...] a noção marxista da ‘primazia da vida vivida, do real concreto, como a origem da formação da consciência.’” (SOBRAL, 2009 *apud* COLOMBO, 2012, p. 23). Mesmo com esse avanço na forma de tratar o discurso, a pesquisa esbarra na necessidade de enfatizar o caráter subjetivo da mesma, como se fosse um mérito, em uma seção denominada pela estudiosa como “Meu Bakhtin” e esbarrou, também, nos limites do próprio pensamento bakhtiniano que a orientou: “[...] o organismo e o mundo encontram-se no signo. A atividade psíquica constitui a expressão semiótica do contato entre o organismo e o meio exterior” (BAKHTIN, 2006 *apud* COLOMBO, 2012, p. 27). A linguagem surge não como uma mediação fundamental, mas a única mediação fundamental. Conseqüentemente, não há possibilidade de se chegar à gênese da Reificação, sendo possível apenas captar a genericidade abstrata permitida pela imediaticidade do sujeito, o que ele comunica do seu pensamento a si mesmo e aos outros. Um tipo de infância teórica. Mas diante dessas limitadas formas de apreensão da realidade, não podemos esquecer, em nenhum instante, de pensá-las ontologicamente; ou seja, essa disputa pela eliminação do trabalho como elemento fundante da mediação humanidade-mundo é resultante do processo de fragmentação e dissociação gerado pela sociedade de classes, determinada pela forma como produz valor, e as inúmeras caixinhas em que Ser e Pensamento foram separados. E a caixinha do trabalho foi distanciada da caixinha da linguagem. Eis um vislumbre da importância da Totalidade concreta para o pensamento marxiano, erguendo-o como o grau mais elevado de apreensão do ser social.

Apesar dos referidos limites das pesquisas agrupadas para apreensão ontológica da realidade, note-se que os últimos textos indicados realizaram um pequeno afastamento do subjetivismo puro, alguma aproximação do real, frágil, precária, mas que nos permite fazer o gancho para o agrupamento seguinte de pesquisas. Lembrando que nosso objetivo, nessa parte da exposição, é situar os graus de apreensão ontológica da Reificação nas pesquisas acadêmicas atuais.

O combate declarado ao positivismo reificador do sujeito, pretendido pelas pesquisas apresentadas nesse grupo, também foi travado por Lukács; mas este, munido com o

método marxiano, como veremos, desde *HCC*, não caiu nas armadilhas do irracionalismo produzido pela tentativa ineficaz de proteger os indivíduos da homogeneização coisificante de um metabolismo que não conseguem compreender. Escapar ao irracionalismo é uma tarefa difícil, pois a irracionalidade é produzida de forma objetiva pelo processo de valorização do valor, de fato esquizofrênico, transformando as frágeis ferramentas discursivas de luta contra as relações de dominação em instrumento de reprodução dessa mesma dominação; indiferente à gigantesca massa de seres humanos que lutam incansavelmente para ter acesso aos elementos básicos de sobrevivência. As elocubrações e exortações para a apropriação da pluralidade de discursos não parecem fazer nenhum sentido, quando o único discurso que chega às massas sociais é o discurso do Capital. E caso os sujeitos sociais mais críticos tenham a oportunidade de produzir novos discursos capazes de mobilizar a consciência social, a força concreta de Estados militarizados, dos aparatos jurídicos de criminalização dos movimentos sociais e o desemprego estrutural, conforme já demonstrou Mészáros (2011b), neutralizam com extrema facilidade o alcance do discurso como instrumento de luta contra a sociedade produtora de mercadorias, produtora de valor. Para conclusão da seção, vejamos a quantificação dos achados no Grupo 1- TS:

Quadro 5 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação referenciadas por Teorias Subjetivistas

Grupo 1 - TS e subgrupos	Qtde	% do grupo
Grupo 1-TS - Teorias subjetivistas/ Subgrupo -Linguagem, Discurso	36	53%
Grupo 1-TS -Teorias subjetivistas/ Subgrupo -Referenciais não explicitados	15	22%
Grupo 1-TS -Teorias subjetivistas/ Subgrupo -Psicanálise, Existencialismo	8	12%
Grupo 1-TS -Teorias subjetivistas/ Subgrupo -Fenomenologia	5	7%
Grupo 1-TS -Teorias subjetivistas/ Subgrupo -Bricolagem	4	6%
Grupo 1-TS - Teorias subjetivistas/ Totalização	68	100%

Fonte: dados da pesquisa.

2.3 Reificação segundo as Teorias Críticas (Grupo 2-TC)

Passemos agora para os nossos achados do Grupo 2 – Teorias Críticas (TC). Aqui, agrupamos as pesquisas que reconhecem algum grau de autonomia do real como independente do sujeito. Algum grau de objetividade que pressiona o sujeito a uma práxis e/ou consciência determinada. Reconhecem que existe uma sociedade industrial obcecada pela produção de mercadorias, um processo que coisifica os sujeitos em uma relação de inversão entre criador e

criatura, e buscam fundamentação ou se inspiram na tradição marxista. Não negam a gênese do trabalho fundante da sociabilidade, mas entendem que o desenvolvimento histórico capitalista teria superado essa dependência do trabalho vivo e, assim, o trabalho morto já daria conta de prover nossa subsistência, e não precisaríamos mais tratar disto. Essa miopia acabou também por preconizar um super-sujeito, agora necessariamente coletivo. O super-sujeito, segundo essa Escola, poderá triunfar sobre a Reificação pela força do que vamos chamar, em um esforço de síntese, de *consciência-crítica-cultural-cooperativa-ecológica*, baseada nas contradições do Esclarecimento, ou seja, na capacidade de transformação da consciência social pela mediação da cultura mais progressista possível. Daí a denominação de Teorias críticas, pois assumem uma postura de desnaturalização das relações sociais reificadas.

O grau de apreensão da Reificação se apresenta aqui com um grau mais elevado; em comparação com as pesquisas do grupo anterior; não se constitui como consequência de indivíduos maléficos ou desorientados que dominam outros indivíduos mais vulneráveis. Para as TC, a Reificação se apresenta como causalidade objetiva provocada pelo movimento da mercadoria na sociedade capitalista. Seu limite está no reconhecimento da genericidade e da Totalidade social apenas como universalidade cultural abstrata, descolada da teoria do valor, como veremos adiante. Poderia ser um grupo mais homogêneo, pela prevalência das pesquisas orientadas pela chamada Escola de Frankfurt. Contudo, existem características bem distintas entre os pensadores das primeiras gerações como Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamim e das últimas gerações como Habermas e Honneth. Antes, porém, iniciaremos por um dos principais influenciadores, Max Weber (1864-1920), o que nos ajudará a compreender porque a Teoria Crítica se perdeu de avanços importantíssimos alcançados por Marx. Apesar da importância de Weber, encontramos poucos exemplares que explicitaram essa orientação. Segue nossa análise para esse grupo:

Hunold (1986) investiga as formas de resistência dos escravos no contexto do Brasil Colonial, preocupado em demonstrar que, mesmo coisificado, esses seres humanos tinham capacidade de luta contra a dominação; mas o pesquisador não toca na questão da luta contra a exploração. Ou seja, a luta se limita a preservar sua identidade cultural. Encontramos algumas releituras weberianas mediadas por categorias de Bourdieu (1930-2002): Lopes (2014) investiga a produção de fatos políticos pela mídia. Sua compreensão de Reificação está limitada à manipulação ideológica. Silva (2015a), por sua vez, analisa a coisificação racial dos negros através da “permanência do positivismo criminológico no Brasil e sua parcela de contribuição para a naturalização da desigualdade”.

Ironicamente, não encontramos pesquisas com foco sobre o *Desencantamento*, categoria weberiana que mais se aproxima da Reificação. Considerando a importância da abordagem weberiana para compreender as críticas ao jovem Lukács em *HCC*, faremos uma digressão aqui, destacando algumas sínteses weberianas feitas por Thiry-Cherques (2009, p. 898). Weber compreende que o trabalho racionalizado criado pela burguesia gerou “[...] o mal-estar do trabalho contemporâneo, espoliado da espiritualidade pela técnica e pela rotina, privado do seu caráter emancipador pela impossibilidade da autorrealização.” Embora suas conclusões sejam promissoras, o pensamento weberiano não identifica as contradições imanentes do capitalismo como gênese do trabalho alienado, mas apenas as distorções criadas pelas relações de dominação capitaneada pela política, em sua forma de Estado:

A racionalização formal-instrumental do Estado, da economia, das organizações e das decisões privadas vai desembocar no ‘espírito coagulado’ do capitalismo monetarizado, na “jaula de ferro” da vida juridificada em que estamos contidos e nessa “escura noite polar” quantitativizada que a humanidade atravessa. Significa a submissão da individualidade às regras legais e burocráticas. (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 903).

Segundo Weber, o *Desencantamento* significa, basicamente, o afastamento da religião pelo excesso de racionalização técnica da sociabilidade burguesa, coisificando todas as manifestações culturais. Essa limitação do pensamento weberiano resulta justamente da ausência do fundamento ontológico do trabalho em suas análises, que é visto como uma categoria meramente cultural:

[...] a racionalização substantiva está presente na crença de que o trabalho é essencial à vida espiritual, no opróbrio dos que não trabalham, na ideia de que o trabalho é um fenômeno antropológico, e não, como de fato acontece, uma *necessidade econômica ausente em muitas culturas e em muitas épocas*. [...] Os conceitos de racionalidade e de racionalização possibilitaram a Weber demonstrar a *importância das ideias na determinação das ações humanas* [...] A racionalização, que havia derrotado a religião, derrota agora, no capitalismo moderno, a razão, a ‘herdeira sorridente do iluminismo’. O produtivismo capitalista, nascido de um ascetismo religioso, se perpetuou em virtude de uma lógica materialista. Sem dúvida o capitalismo produziu a abundância, mas o fez à custa do trabalho mortificante, porque, para serem utilizados e consumidos, os produtos do trabalho têm que ser comprados. (THIRY-CHERQUES, 2009, p.914, grifo nosso).

O reducionismo economicista e a centralidade subjetivista em Weber comprometem todo o desdobramento do seu pensamento que não tem como oferecer teoricamente nenhuma proposta de emancipação concreta da humanidade, sem condições de ir além de exortações éticas de apelo a uma nova burocracia, nova sociedade, nova religião, nova política, e, poderíamos acrescentar: uma nova escola, uma nova mídia, entre outros elementos.

O desencantamento weberiano também foi base para a reflexão de Adorno e Horkheimer (1985) sobre o que denominaram de dialética do esclarecimento:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19).

Diante disso, podemos compreender também outro limite das Teorias Críticas, uma vez que consideram a decadência do Esclarecimento como produto da própria pretensão arrogante da ciência. Identificam corretamente a classe que detém o controle da ciência, mas não reconhecem a luta de classes. Chegam até a perguntar para qual objetivo essa classe desencantou o mundo, mas a resposta é frustrante: “destruir o animismo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 20); ou seja, para vencer o medo da natureza, medo que cria os mitos. A resposta permanece no plano gnosiológico, mesmo tratando-se do afastamento das barreiras naturais. De qualquer forma, as reflexões desses autores contribuíram para o necessário combate ao positivismo, o que confere um grau mais elevado de apreensão da realidade e configura-se como uma das tarefas emancipatórias postas por Lukács. Eis um fragmento da crítica frankfurtiana ao positivismo que parece ter saído das linhas lukacsianas da própria *ontologia do ser social*:

O pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo. O esclarecimento pôs de lado a exigência clássica de pensar o pensamento [...]. O procedimento matemático tornou-se, por assim dizer, o ritual do pensamento. Apesar da autolimitação axiomática, ele se instaura como necessário e objetivo: ele transforma o pensamento em coisa, em instrumento, como ele próprio o denomina. [...]. Para o positivismo que assumiu a magistratura da razão esclarecida, extravar em mundos inteligíveis é não apenas proibido, mas é tido como um palavreado sem sentido. Ele não precisa – para sorte sua – ser ateu, porque o pensamento coisificado não pode sequer colocar a questão. De bom grado o censor positivista deixa passar o culto oficial, do mesmo modo que a arte, como um domínio particular da atividade social nada tendo a ver com o conhecimento. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 37-38).

Infelizmente, o mesmo Horkheimer que participou da elaboração da crítica acima, escrita em 1944; pelo seu próprio limite gnosiológico em ver a gênese da Reificação do pensamento no próprio pensamento, é o mesmo Horkheimer que, em entrevista no ano de 1969, proferiu o irracionalismo anti-histórico transcrito a seguir:

[...] como Marx tinha o ideal de uma sociedade de seres humanos livres, ele acreditava que essa sociedade capitalista teria de ser superada necessariamente por meio da solidariedade ocasionada pela crescente miséria da classe trabalhadora. Esta ideia está errada! Esta sociedade na qual vivemos não torna miseráveis os trabalhadores, mas os ajuda a construir uma vida melhor. Além disso, Marx não percebeu que a liberdade e

justiça são conceitos dialéticos. Quanto mais liberdade, menos justiça, e quanto mais justiça, menos liberdade. A teoria crítica que concebi posteriormente baseia-se na ideia de que não se pode determinar o que é bom, nem o que seria uma sociedade boa, livre, a partir de dentro da sociedade em que vivemos agora. Faltam-nos os meios para isso. Mas em nosso trabalho, podemos expor os aspectos negativos desta sociedade, que nós queremos mudar. (HORKHEIMER, 1969).¹⁴

Como negaram a Teoria do Valor, Horkheimer e outros, se deixaram iludir pelos benefícios contingentes gerados pela imediatividade histórica. No período em questão, nos referimos à acumulação de capital gerada pela tragédia da Segunda Guerra e a própria Guerra Fria, com as concessões aos trabalhadores do capitalismo central por meio do chamado *Estado de bem estar social*. Esqueceram, ou nunca compreenderam, que no jogo da divisão social internacional do trabalho, a elevação das condições materiais de vida de alguns poucos segmentos laborais, em poucos países, ocorria às expensas dos trabalhadores do capitalismo periférico. E permitindo uma dedução intuitiva, simplesmente, temessem perder seus espaços confortáveis de exercício da atividade de *intelectualizar*, já que associavam as tentativas de superação do Capital ao totalitarismo. Ora, para os despossuídos do mundo, a barbárie do totalitarismo capitalista¹⁵ é vivida cotidianamente, de forma crescente. E, até mesmo, o exercício da crítica é atividade arriscada, criminalizada.

Ciente desses limites do pensamento frankfurtiano, vejamos mais de perto as pesquisas encontradas que se apoiaram nas primeiras gerações da Teoria Crítica: das 115 (cento e quinze) pesquisas aglutinadas nesse grupo, 32 (trinta e duas) se declararam alinhadas ao pensamento de Adorno, Horkheimer e Marcuse. Esse grupo se apoia basicamente nas categorias da Razão Instrumental e Indústria Cultural aplicadas às inesgotáveis manifestações fenomênicas da coisificação social, gerada pela industrialização da vida. Destacamos apenas algumas: Oliveira (2007) investiga a arte como mercadoria e as implicações para a formação de sujeitos alienados; Franco (2012) acredita que, mesmo reificados, alguns produtos da indústria cultural podem contribuir para o educador implementar o que denomina de “formação cultural emancipadora”; Goulart (2014) entende a Indústria cultural como gênese da Reificação; Amorim (2006) mostra o sorriso humano transformado em mercadoria pela publicidade e a relação com o mercado de produtos e serviços odontológicos; e Rodrigues (2000), em seu resumo, recupera de Marcuse sua crença em uma revolução cultural que não precisaria tocar

¹⁴Fragmento de 1:58 min de entrevista Max Horkheimer. Teoria Crítica e marxismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o-WWvteGCWM>.

¹⁵Marcuse (1967, p. 73) é o único dessa escola que faz a reflexão sobre o totalitarismo enquanto domínio absoluto do Mercado, dissimulador do seu caráter totalizante pelo “[...] pluralismo harmonizador, no qual as obras e as verdades mais contraditórias coexistem pacificamente com a indiferença.” Uma discussão interessante que se aproxima da Reificação na perspectiva da Totalidade alienada. Ironicamente, essa contribuição não apareceu nas pesquisas encontradas.

nos fundamentos das relações de produção. Embora reconheça a centralidade da produção do valor, o conceito de economia aqui é bastante simplista, ao gosto do pensamento burguês, longe de captar sua natureza ontológica:

[...] a noção de uma sociedade não centrada na valorização do valor, partindo do pressuposto de que a revolução do século XX não é mais simplesmente econômica e social, mas também cultural, uma vez que libertos dos efeitos da razão instrumental os indivíduos estarão aptos a criar um meio técnico isento da submissão, violência e fealdade característicos da sociedade industrial avançada. (RODRIGUES, 2000).

Percebe-se com mais clareza nesse momento as implicações em desconsiderar o trabalho como fundamento da sociabilidade. O pesquisador compreende o caráter negativo e coisificante do movimento da mercadoria, mas como não compreende a substância desse movimento, reduz a um fenômeno social que pode ser substituído por outro. Daí a crítica ao consumismo e à mercantilização da vida constituir-se o limite de seu escopo teórico. Nesse sentido, para a Teoria Crítica, a Razão Instrumental seria a essência da Reificação, e não o trabalho abstrato, e sua maior expressão fenomênica seria a indústria cultural. Lemos (2013) estuda essa relação e destaca, da mesma forma que o pesquisador anterior, a estratégia de enfrentamento do capitalismo tardio, agora com a proposição adorniana de uma dialética negativa de não-identificação com as estratégias de dominação do Capital, promoveria a formação de uma Razão crítica para combater a consciência reificada.

A crença frankfurtiana nas possibilidades de superação da Razão Instrumental pela formação da Razão Crítica, dispensando a superação das bases de reprodução do Capital, ilustram a própria fragmentação da realidade criada pela Reificação. Essa Escola não conseguiu apreendê-la com a profundidade necessária devido ao distanciamento do complexo da economia, o qual reforça a separação aparente entre os demais complexos, da cultura, do conhecimento etc. Não fizeram a relação histórica básica do momento que testemunharam: a crise econômica que assolava o mundo e a intensificação da loucura fascista como sobrevivência do Capital através da Guerra. O referido distanciamento também levou os frankfurtianos a negarem a luta de classes. Piva (2012), por exemplo, destaca as contribuições de Marx e Lukács para as formulações sobre a Reificação das consciências, mas não aceita que a saída seja a práxis dos segmentos que produzem a riqueza material, isso seria *mitologia metafísica*:

Com figuras de proa como Lukács, o marxismo tradicional principia a sua investigação da crise adequadamente ao acusar a filosofia da decadência de condizer com o status quo vigente, além de perpetuar as relações sociais sob as quais a burguesia se mantém na condição de classe-sujeito da história; entretanto, ao refutar tanto o conceito de luta de classes como a afirmação de que o proletariado substituiria

a burguesia decadente rumo à transformação social, Adorno questiona tal interpretação ortodoxa do pensamento de Marx: se teoria e práxis são a mesma coisa, apenas com o incremento da teoria pode a prática social se renovar independentemente da cegueira determinista de certas correntes ou de sua recaída na *mitologia metafísica*. (PIVA, 2012, p. 5, grifo nosso).

A pesquisa acima resume os limites das Teorias Críticas: o problema estaria na decadência ideológica e bastaria recuperar a ideologia burguesa original, supostamente libertadora, e, claro, a criação de uma elite de formadores de novas consciências, preparada para dirigir a prática social seria suficiente. Ironicamente, esse antagonismo ao proletariado já expressa a posição social dos teóricos e ilustra justamente a luta de classes que negam. Os frankfurtianos tratam, sem a mesma radicalidade, das múltiplas manifestações da decadência ideológica burguesa desvelada por Marx. Este, desde 1848, sabe que não há mais possibilidade de diálogo entre trabalhadores e burguesia. Conforme nos lembra Netto (2004, p. 60), qualquer possibilidade histórica de emancipação não tem como surgir das classes proprietárias. Assim, as possibilidades de elevação do gênero humano pela sociabilidade burguesa já se esgotaram, objetivamente, pela lógica destrutiva do movimento da mercadoria. A esperança dos frankfurtianos de aguardar o fim do *eclipse da razão*¹⁶, passa a ser anti-histórico e antidialético. Outro limite fundamental desvelado pela citação anterior é a dificuldade frankfurtiana em distinguir as deformações das teorias de espelhamento que preconizaram a relação mecanicista entre infra e super-estrutura, equivocadamente associado ao pensamento marxiano.

E ainda com o foco na industrialização dos produtos culturais, temos 7 (sete) pesquisas orientadas pelo pensamento de Benjamin. Vejamos algumas: Maranhão (2014) e Costa (2017) investigam a Reificação da memória e do tempo histórico, enquanto manipulação do uso das imagens pela grande indústria da comunicação. Bezerra (2007) estuda a Reificação do espaço urbano através da interdição da boemia aos artistas mendigos. Carvalho (2017b) propõe, pela produção de “imagens utópicas”, um movimento “aboliconista-romântico-revolucionário” do sistema penal.

E encerrando as pesquisas apoiadas por Benjamin e, como mais uma ilustração da contaminação irracionalista contra qualquer desvelamento das determinações da realidade, temos a pesquisa de Maya Neto (2017) que refuta a tese benjaminiana da Reificação, enquanto neutralização, domesticação, esvaziamento cultural dos movimentos de enfrentamento do Capital, a exemplo da imagem de Che Guevara como produto para consumo. O pesquisador entende que Benjamin foi excessivamente pessimista, não enxergando novas possibilidades para as camisas e mochilas com a foto do guerrilheiro. Pensamos que esse pessimismo seria

¹⁶Referência ao título do texto clássico de Horkheimer (2015).

relacionado a Adorno, não a Benjamin. De qualquer forma, não há mesmo muito o que fazer com as tais mochilas. A pesquisa em questão é um bom exemplo da transição frankfurtiana de sua fase um pouco mais crítica, no sentido de mais consciente da força reificadora da mercadoria, para uma fase menos crítica, descolada até mesmo do que já reconheceu na primeira fase. E seguindo a tendência do primeiro grupo (TS – Teorias Subjetivistas), a centralidade da comunicação apresenta-se como mediação primordial dos homens entre si, intersubjetiva. A relação humanidade-mundo desaparece. Enorme retrocesso. A crítica da Razão Instrumental da primeira fase é substituída pela exortação ou proposição de uma Razão Comunicativa capaz de resolver os problemas do Capital, em Habermas, inicialmente, e depois, a proposição do Reconhecimento recíproco dos entes, pressuposta pela Razão comunicativa, em Axel Honneth.

No conjunto Habermas-Honneth, temos 18 (dezoito) pesquisas que investigam a Reificação. Nesse grau de apreensão da realidade, a Categoria sofreu o que vamos chamar de um recuo ontológico, em relação à primeira fase, mas que, de fato, resultou das implicações teóricas da primeira geração. Explicando melhor: já que não conseguiram compreender a decadência ideológica de forma objetiva, ou seja, não compreenderam a natureza da reprodução do Capital, reduziram a barbárie capitalista à manipulação ideológica. Dessa forma, a análise da Razão Instrumental transformou-se em uma antinomia insolúvel, usando a linguagem lukacsiana em *HCC* e *POSS*. Os frankfurtianos sabem que o movimento da mercadoria é causalidade posta da Reificação, mas entendem que poderá ser resolvida apenas com uma nova consciência e uma nova forma de comunicá-la, que se sobreponha a esse movimento, sem alterá-lo. Um beco sem saída, e a única saída, portanto, é o recuo.

Para Habermas e Honneth, a Reificação é entendida, de forma geral, como não-participação, como negação do direito à expressão, direito à decisão em espaços de poder; o que coloca novamente a linguagem no centro do debate, certamente em um patamar mais elevado em comparação ao grupo das TS, contudo reduz a dialética ao plano dialógico. A comunicação torna-se a ferramenta dos sujeitos para a práxis política, um tipo de política universal, uma pólis universal, uma *ágora* de toda a humanidade, onde os cidadãos se reuniriam para decidir seus destinos. Entretanto, quando olhamos para a arena fratricida do Capital, ocupada cotidianamente com os espetáculos da barbárie, nos perguntamos em que planeta estes teóricos vivem. O que nos remete às ontologias fictícias apontadas por Lukács em sua obra madura. Vejamos o caso de Machado (2016): nos explica que existem os conflitos e eles são parte integrante do amadurecimento político dos sujeitos que lutam pelo seu empoderamento.

O conflito é somente intersubjetivo, sem apreensão mínima da objetividade da luta para manter a humanidade do ser social frente à exploração. Nesse sentido, nem mesmo as contribuições weberianas do desencantamento aqui são levadas em consideração, e os esforços da primeira geração frankfurtiana em relacionar a coisificação dos sujeitos com o movimento da mercadoria são soterrados em definitivo. Na primeira geração, apesar dos limites, a Teoria Crítica se identificava como herdeira de Marx, e até os dias atuais, sem considerar o rigor teórico, as pesquisas alinhadas com os autores dessa geração se veem como herdeiros marxistas (RAMOS, 2013). Encontramos esse esvaziamento na pesquisa de Fagundes (2013), esta pesquisa denuncia a formação docente reificada pela exclusiva valorização do saber-fazer, do repasse de experiências de quem sabe para quem não sabe [fazer], em detrimento das relações de reconhecimento intersubjetivo. O saber-fazer é a questão final e o reconhecimento ajudaria a ver o outro como fonte de conhecimento prático, e nada mais do que isso; não há saber além do praticismo.

E no âmbito do que consideramos bricolagem, identificamos uma mescla do que chamamos, nessa investigação, de *dialogismo-participacionista* de Habermas e o *praticismo-positivista* clássico, usado como Capital social nas organizações empresariais. Encontramos duas pesquisas que não se adequariam aos critérios que estabelecemos para alocação nos três grupos, uma vez que a carga positivista é muito grande, e as pesquisas sobre a Reificação, em geral, consideram o positivismo como antagonista comum. Apesar disso, destacaremos aqui pela relevância educacional, a título de digressão sobre coisificação de educadores e educandos. As pesquisas positivistas, em questão, apoiam-se no que entendem por *Teoria Social de Aprendizagem* de Wenger (1952-). Este estudioso vê a sociedade organizada em comunidades de prática. Lacerda (2017) aplica sua “metodologia” (simulação de problemas e instâncias de solução etc.) e faz uma descrição da experiência sem preocupação com fundamentos teóricos. Silva (2015b) e Rocha (2013, p. 26-27) ainda fazem um esforço em apresentar os precários fundamentos teóricos. Para Wenger, a Reificação é o resultado do nosso engajamento com o mundo, da nossa prática, uma forma de objetivação. Em alguns momentos, a Reificação é apresentada como ação, verbos no infinitivo (desenhar, decodificar, reestruturar); em outros momentos, aparece como substantivo (documento, monumento, instrumento). Para os pesquisadores, Reificação não tem nenhuma relação com Alienação. É um componente do que denominam de *negociação de sentido*, um conceito pasteurizado de relação humanidade-mundo, na qual tudo depende do sujeito. O mundo é um tipo de entrelaçamento das comunidades de prática e está lá, passivo, esperando a competência intersubjetiva do

relacionamento. E usam o termo competência de forma bem destacada, adequado aos adestramentos de culturas organizacionais. O que chama atenção é a inserção direta na escola, considerada como a forma mais eficaz e atual de garantir a aprendizagem dos alunos e a qualidade da formação docente. Ausência total de conflitos e contradições nos fenômenos analisados em sala de aula. As comunidades de prática parecem um tipo paradoxal de massificação em pequenos grupos fechados exigindo muito mais do que discurso de adesão; exigem engajamentos efetivos e racionalizados. Um caso clássico de positivismo que vê a relação entre Ser e Pensamento como espelhamento, e resolvida facilmente com descrições da realidade que definem como “precisas” e aplicações corretas de técnicas. Merece nossa atenção em estudos futuros.

Retornando às pesquisas frankfurtianas propriamente ditas, Perfeito (2017) nos apresenta o expoente atual Axel Honneth, para quem a Reificação é “esquecimento do reconhecimento”, isto é, o esquecimento que o outro é ser humano como eu, o esquecimento da generidade. Essa compreensão da Reificação se aplica à maioria das pesquisas apoiadas nesse autor. Nessa direção, os pesquisadores vão apresentando a Reificação em suas variadas manifestações: nós “esquecemos” de reconhecer como parte da humanidade as mulheres (CIRINO, 2017), os negros (ALVES, 2009), os homossexuais (PEREIRA, 2015), as crianças doentes (NASCIMENTO, 2010), os professores (NOGUEIRA, 2016), os presidiários (LINCK, 2008), infundavelmente. A própria multiplicidade de esquecimentos, uma clara fenomenologia do esquecimento, já deveria suscitar entre seus estudiosos a pergunta pela gênese comum a todos eles, mas não o fazem. Não perguntam por que os indivíduos esquecem de si como gênero. Existe somente a faticidade dos sujeitos cujas consciências estão adormecidas, esquecidas, necessitando realizar o esforço de lembrar coletivamente, ou cada um dos entes, dependendo de interesses identitários. É o cerne dos movimentos identitários, de fato. Não se perguntam sequer pela estranheza do sono da consciência ser tão longo e tão universal. Sem história. Não tem tempo, nem começo, mas segundo eles, pode ter um fim. Com uma roda de conversa global? É menos coerente que o rizoma deleuziano, este se diz sem começo e sem fim, assumidamente anti-histórico e irracional.

Ainda no escopo das pesquisas baseadas em Honneth, temos a pesquisa de Wickert (2013) que faz uma investigação teórica mais robusta e defende que a *Teoria do Reconhecimento* tem sua base no pensamento de Hegel, com destaque para a análise da dialética do senhor e do escravo. Fomos além da leitura do resumo pelos indícios de um confronto entre idealismo objetivo conservador e o materialismo histórico. E encontramos uma imensa

preocupação do pesquisador em neutralizar o que vamos chamar de potencial histórico-crítico do pensamento hegeliano que foi extraído por Marx. Wickert (2013, p. 44) afirma que “[...] Embora Hegel referencie a escravidão factual, em especial a escravidão romana, ele não pretende falar dessa escravidão, mas mostrar como essas duas realidades habitam o coração humano, em especial, como são elementos da própria consciência.” E faz a leitura kantiana de Hegel, reduzindo o fenômeno exclusivamente ao conhecimento: afirma que “[...] a *Fenomenologia do Espírito* pode ser lida como uma exposição da fenomenologia do conhecimento.” (LUDWIG, 2011 *apud* WICKERT, 2013, p. 24). Ao mesmo tempo que desautoriza qualquer análise histórica da dialética senhor-escravo hegeliana, o pesquisador afirma, incoerentemente, a interdependência entre senhor e escravo, remetendo às relações sociais concretas (apropriação de bens de consumo), considerando-as como a ponte entre Hegel e o Honneth, mediada pelo conceito de Reificação:

O senhor tem acesso à coisa através da coisificação do servo. Mas o servo enquanto autoconsciência se relaciona de modo negativo com a coisa, suprassumindo-a. Porém, o escravo não poderá eliminar a coisa, mas apenas *trabalhá-la com a sua força de trabalho*. Essa realidade não é a mesma para o senhor, pois ele nega imediatamente a coisa por meio do gozo, que supre as necessidades do desejo. Mas como o senhor percebe a própria independência da coisa, ele introduz o escravo como o mediador entre ele e a coisa. A realização dos seus desejos depende da própria coisa, ao passo que o escravo abnega seus desejos em função do trabalho e do gozo do próprio senhor. p.47 [...] Ainda que o senhor não dê o reconhecimento ao servo pelo seu trabalho realizado, ele começa a perceber que *os bens que ele consome e utiliza* provém da força do trabalho e da modificação do mundo. É nesse momento que o senhor percebe e conhece que existe um servo, alguém que alimenta a sua vida. Percebe que há alguém que no uso da força e da técnica modifica o mundo material e lhe permite viver ao invés de morrer. Essa reviravolta se evidencia na medida em que há um reconhecimento de mútua dependência. (WICKERT, 2013, p. 53, grifo nosso).

Observe-se que é o senhor que reconhece sua dependência em relação ao servo. O servo, por sua vez, não tem ação, o que indica que já se reconhece como dependente do senhor, sujeito passivo que, na relação assimétrica, precisa do *reconhecimento* do senhor para sua emancipação. Reconhecimento é a palavra-chave. O dominador *reconhece* a humanidade do dominado. Segundo esse grau de apreensão superficial da realidade, para conquistar a emancipação, bastaria construir o que entendem por relações simétricas de reconhecimento mútuo de pertencimento ao mesmo gênero humano. Destacando ainda que, segundo Wickert (2013), toda essa movimentação ocorre apenas na consciência, pois a emancipação é sempre no âmbito da interioridade. Ora, só poderia acontecer lá mesmo, sem confronto com a realidade. E como não poderia deixar de ser, considerando esses parâmetros, para o pesquisador, Marx teve o mérito [somente] de realizar a crítica moral das injustiças, patologias e exploração perpetradas

pelo capitalismo (WICKERT, 2013). É a reedição da igualdade formal burguesa em bases mais abstratas porque não precisa dos complexos burgueses do direito, do estado e do trabalho.

Para além dessa leitura conservadora, a dialética hegeliana do senhor e do escravo, mesmo desenvolvida de forma abstrata, aponta claramente para a relação concreta, histórica, unilateral de dominação do senhor em relação ao escravo, afinal, para Hegel, consciência é sujeito-objeto idêntico, é materialidade também. Hegel buscava reaproximar sujeito e objeto, cindidos pelo pensamento burguês de seu tempo. A identidade sujeito-objeto, apesar do limite, se constituiu uma brecha para a apropriação mais elevada da relação mediada, não-idêntica, entre sujeito e objeto que viria em seguida com Marx. O mais importante da dialética hegeliana do senhor e do escravo é demonstrar que a relação de dependência é unilateral: o escravo produz sua existência e o senhor não produz nada. O que mantém relação tão desigual? Certamente não é a falta de uma consciência ética que reconheça a relação de interdependência entre senhor e escravo, pois esta relação não existe ontologicamente, como acreditam nossos teóricos do reconhecimento. Marx, pelo conjunto de todas as suas investigações ancoradas no processo histórico, presenteou-nos com a resposta: quem produz sua própria existência só precisa do senhor porque este se apropriou privadamente dos meios de produção, através do monopólio do uso da violência garantido pelo Estado. A pesquisa de Wickert (2013) é uma oportuna ilustração dos limites da leitura neohegeliana conservadora que surge após a unificação alemã; a kantianização do pensamento hegeliano denunciada por Lukács (2018), analisada em seus estudos dos anos 1930.

Lembramos que o inacreditável recuo de uma radicalidade histórica já alcançada pelo marxismo para um precário idealismo subjetivo, deformador de Kant e Hegel ao mesmo tempo, precisa ser visto ontologicamente. Entendemos que esse grau de apreensão da realidade é produto objetivo da Totalidade alienada, da Reificação, em que o sujeito vislumbra apenas um fragmento, transformando-o em alegoria. Não conseguem fazer as conexões mais básicas da totalidade concreta.

Finalizando a varredura CAPES para o Grupo 2 – TC (Teorias Críticas), do montante de pesquisas informadas, 38 (trinta e oito) não indicam os teóricos em que se baseiam, mas estruturam suas pesquisas com categorias frankfurtianas clássicas como Indústria Cultural ou Razão Instrumental; e 13 (treze) fizeram uso da bricolagem, mas com prevalência de autores frankfurtianos. Não nos deteremos nessas pesquisas pela multiplicidade de autores e pela pouca relevância para nossa investigação. Destacamos apenas que, na bricolagem aqui, prevalece a análise do impacto da universalização do capitalismo e o que seria, para essas reflexões, a

irracional obsessão pela produção de mercadorias. O que confere, como já apontamos, maior grau de apreensão ontológica da realidade em comparação ao grupo anterior. Nesse escopo, a Categoria aparece com um pouco mais de consistência e algumas pesquisas trouxeram à tona a apropriação das formulações lukacsianas, embora distorcidas ou superficiais, como veremos na próxima seção. Além disso, mantém alguma concepção de generidade, ainda que abstrata, afastando-se da atomização defendida pelo Grupo das TS. Nosso próximo passo é analisar as pesquisas que citam diretamente Lukács e *HCC*.

2.3.1 Teorias Críticas e a interpretação da Reificação lukacsiana

Inicialmente, temos o legado de Max Weber. Lukács declara a influência weberiana em sua trajetória, em especial no texto de *HCC*. Na varredura do banco CAPES, encontramos a pesquisa de Teixeira (2010) que trata dessa influência de forma mais aprofundada. Considerando a importância desse debate que suscitou o problema do chamado marxismo weberiano, aprofundaremos um pouco mais o texto.

Próxima de nossa compreensão da relação Weber-Lukács, a pesquisa de Teixeira (2010) trouxe contribuições interessantes. Reforça que o autor húngaro fez uso do legado weberiano de maneira dialética, compreendendo o método marxista, no sentido de capturar os elementos de vanguarda possibilitados pelo desenvolvimento do pensamento burguês, e superá-los. Lembra que existem diferenças fundamentais entre os dois autores. Uma delas é que Weber destaca o indivíduo como sujeito, e Lukács a classe social. Esse destaque determina outro salto de distanciamento em que o jovem Lukács, por assumir a perspectiva de classe do proletariado, consegue vislumbrar a superação da Reificação, enquanto, que, Weber, preso ao individualismo burguês não vê possibilidades de impedir os efeitos destrutivos e desumanizadores da racionalização, a forma weberiana de compreendê-la. Segundo a autora, Lukács entende que a Reificação é a mesma para as duas classes, mas como a burguesia se vê como protagonista do ato de produção, e sem o impacto mais negativo dos seus efeitos, diferentemente do proletariado, ela não tem o mesmo interesse de superação, portanto, somente o proletariado teria as condições e motivações para superá-la.

Parecia abordagem promissora, entretanto, a autora segue seus colegas frankfurtianos, e compreende as categorias da racionalização instrumental, da calculabilidade, do controle social pela racionalização como elaborações originadas no pensamento weberiano. Com pouco esforço, podemos identificar na própria análise do Fetichismo da Mercadoria e do trabalho abstrato, a quantificação universalizada e abstrata da qualidade dos diversos trabalhos

humanos como indicativos da gênese ontológica da racionalização. O mesmo se pode dizer do destaque dado pela autora à oposição Humanização x Reificação apresentada por Lukács em *HCC*, que entende como legado weberiano. Nesse momento, precisamos fazer uma antecipação de mais uma crítica¹⁷ ao suposto marxismo weberiano de Lukács. Ora, Weber destaca os efeitos da racionalização, mas não deu as condições ao pensador húngaro de chegar à Reificação como Totalidade. Ele encontrou em Marx. Teixeira, no artigo de resumo inicial de sua pesquisa (2009, p.184-185) cita passagem de *HCC* em que Lukács trata da mistificação primordial: a relação entre homens transformar-se objetivamente em relação entre coisas, racionalizada, relação entre essência e aparência. Sabemos que o Fetichismo da Mercadoria explicita essa oposição e seu caráter fantasmagórico de forma magistral, e é justamente nessa oposição que Lukács descobre a compreensão da Totalidade pela consciência social como um dos antídotos concretos para orientar a luta contra a Alienação, como veremos mais adiante. Então, poderíamos até afirmar que não existe um marxismo weberiano, mas um weberianismo marxista, ou seja, Weber explicitou descobertas marxianas que só poderiam ficar mais visíveis em momento posterior do desenvolvimento industrial, aprofundando os mecanismos de fetichização da mercadoria, devido à própria objetivação ontológica dessa racionalização no início do século XX. E Lukács, por sua vez, apropriou-se dessa explicitação weberiana, e superou-a, ancorando-a ao método ontogenético do materialismo histórico. Da mesma forma, o quantitativo e o qualitativo não são conceitos weberianos, em sentido estrito, mas uma determinação objetiva do trabalho abstrato que foi percebida inicialmente por Marx e saltou aos olhos para a Sociologia. Não se trata de “picuinhas” teóricas sobre quem descobriu o quê primeiro, mas desvelar os limites do pensamento weberiano que ignorou ou deformou as pistas deixadas por Marx, criando novas mistificações.

Retornando à varredura; de uma forma geral, as pesquisas sobre Reificação localizadas no Grupo 2- TC (Teorias Críticas) apontam Lukács como pensador marxista que contribuiu para articulação da Categoria aos princípios teóricos da Escola de Frankfurt. Na esteira de Adorno, Lukács aparece como influenciador favorável nas pesquisas de Maia (2016, p. 5), que analisa a “[...] reificação do sujeito pelo trabalho como espaço de desagregação”, e de Petry (2007) que, em seu resumo, traz uma ilustração da parceria marxismo-teoria crítica da primeira geração, procurando:

[...] relacionar os conceitos da teoria marxista, como [...] forma-mercadoria e a noção de reificação da consciência, também empregada por Lukács. [...] discutiremos a crítica de Adorno à indústria cultural especificamente na obra *Minima moralia*,

¹⁷Fizemos uma crítica inicial ao marxismo-weberiano na pesquisa de mestrado (CARVALHO, 2017a).

destacando o método empregado por ele para a apresentação do problema, a fragmentação da subjetividade [...] como os esquemas da indústria cultural se inseriram na vida dos indivíduos de tal forma que a dominação, própria do projeto do esclarecimento em sua dimensão instrumental, passou a reger a esfera do particular e, conseqüentemente, a converter também a vida em um processo de fragmentação que corresponde à tendência objetiva da sociedade. (PETRY, 2007, p. 4).

Por outro lado, Lukács aparece como influenciador negativo da Escola de Frankfurt em duas pesquisas amparadas em Habermas. Este fez a *crítica da crítica não tão crítica*¹⁸ da Razão Instrumental dos seus companheiros teóricos Adorno e Horkheimer, denunciando o pessimismo da primeira geração que não apresentou nenhuma perspectiva emancipatória. E a culpa desse pessimismo seria a influência weberiana e do chamado marxismo ocidental, cujo expoente era Lukács. Destacamos duas pesquisas que investigam esse debate. Siqueira (2017), por exemplo, afirma ter recuperado:

[...] a conceitualização habermasiana sobre racionalidade, a qual permitiu compreender suas críticas à teoria da racionalização social de Weber; as investigações sobre as teses weberianas ensejam proporcionar a compreensão da análise que Habermas realizou sobre a crítica da razão instrumental a partir da apropriação do marxismo ocidental de Lukács, o qual assumiu a racionalização social como um processo de reificação, visto que, de acordo com Habermas, esta foi a leitura que proporcionou a Horkheimer e Adorno elaborarem uma crítica da razão instrumental que buscou atestar a existência de um mundo totalmente administrado e sem perspectivas de emancipação. (SIQUEIRA, 2017, p. 6).

Anjos Junior (2015), por sua vez, resume o entendimento de Habermas sobre as diferenças conceituais entre Weber, Lukács e o suposto avanço habermasiano em relação aos dois pensadores sobre coisificação do ser social:

Weber entende as patologias da modernidade em termos de “perda de sentido” e “perda da liberdade”, ambas decorrentes do processo de “racionalização social”. Lukács, em sua apropriação e transformação de Weber, elabora tais patologias sob o conceito de “reificação”. Habermas, por sua vez, põe o problema em termos de “colonização do mundo da vida” pelo sistema social. À medida que Habermas atribui aos dois primeiros o caráter de análise unilateral, por levarem em consideração somente o conceito restrito de racionalidade, ele busca desenvolver um diagnóstico que abarque as patologias da modernidade em toda a sua amplitude [...] (ANJOS JUNIOR, 2015, p. 9).

Posicionamo-nos criticamente e afirmamos o oposto sobre Adorno e Horkheimer: justamente por terem aprendido com a Categoria ontológica Fetichismo da Mercadoria, não anunciaram uma saída gnosiológica-subjetivista para um problema ontológico. Sabiam que a Reificação era muito mais do que mera patologia social. Sabiam que suas ferramentas categoriais não eram suficientes para apontar a saída. O limite estava no plano histórico-

¹⁸Referência à jocosidade de Marx e Engels (2003) ao escreverem *A Sagrada Família* sobre os equívocos teóricos dos Irmãos Bauer. Explicaremos a ironia na terceira seção dessa investigação.

concreto, e como ignoraram o trabalho como fundante da sociabilidade, conseqüentemente, não poderiam ver os sujeitos da transformação. De certa forma, seu pessimismo expressava honestidade intelectual.

Dos autores frankfurtianos, paradoxalmente, aquele que menos compreendeu Lukács é seu maior disseminador na última geração da Teoria Crítica até esse momento: Axel Honneth. Este pensador aponta a contribuição lukacsiana como basilar para o que entendeu como Reificação. Por sorte, poucas pesquisas da varredura destacaram essa explicitação de Honneth em seus resumos. Considerando a importância de esclarecer a apropriação deformada da obra de Lukács por Honneth, e em termos que nós consideramos muito destoantes da tradição marxista, faz-se necessário uma nova digressão para suprir as lacunas das pesquisas encontradas sobre Reificação.

Camargo e Sousa (2012) trazem uma síntese interessante da apropriação honnethiana do conceito de Reificação formulado por Lukács em *HCC*. Em primeiro lugar, entendem que precisam “atualizar” o pensamento lukacsiano para superar “[...] a tradição epistemológica de sujeito-objeto em prol de uma teoria da intersubjetividade.” (CAMARGO; SOUSA, 2012, p. 165). Em outros termos, o momento predominante é a subjetividade, o que já comprometeu todo o entendimento da categoria Reificação, logo de início. A “inclinação”¹⁹ ontológica de *HCC* não permite a leitura exclusivamente gnosiológica, subjetivista, pois considera o movimento da mercadoria como determinação objetiva da Reificação. Este ponto fundamental resguarda toda a reflexão posterior e desautoriza a apropriação subjetivista honnethiana. E a origem do problema é simples, os autores não têm como superar o subjetivismo de base, uma vez que estão convencidos do “[...] esgotamento do paradigma da produção”. (CAMARGO; SOUSA, 2012, p. 166), e, conseqüentemente, o processo histórico é secundarizado. Os autores afirmam, sem constrangimentos, a *desimportância* da História em suas formulações teóricas: “[...] reconceituando Reificação em moldes totalmente novos, não necessariamente em decorrência de eventos históricos, embora não os desconsiderando”. (HONNETH, 2008 *apud* CAMARGO; SOUZA, 2012, p. 167).

E segundo os referidos disseminadores, qual seria a novidade do pensamento de Honneth? A Totalidade. Esta, contudo, está longe da reflexão lukasiana, sendo entendida apenas como abstração idealista subjetiva, ou mais precisamente, “atualizada” para idealismo intersubjetivo, uma vez que a tarefa dos habermasianos-honnethianos é superar a relação

¹⁹Termo de inspiração chasiniana utilizado pela Professora Livia Cotrim em palestra proferida na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará no dia 27/3/2019.

sujeito-objeto. Segundo eles, é essa relação, independente da dimensão qualitativa, que coisifica o sujeito. Para este grau de apreensão da realidade, a verdadeira relação social é a relação sujeito-sujeito. Só existiriam sujeitos. O objeto seria uma invenção do economicismo marxista, que seria, segundo eles, combatido por Lukács em *HCC*. Disso concluem que o erro estaria no método, sendo necessário renová-lo, e assim, a proposta de resgate do legado lukacsiano se apresenta de forma esdrúxula, sem entender que *HCC* não era uma crítica à Marx, mas crítica às deformações de Marx:

[...] O método dialético marxiano passa a ser interpretado não como algo cuja estrutura *lógica* se concentre em uma crítica exclusivamente econômica do capitalismo, mas, mediante o recurso à categoria da totalidade, sendo ela a categoria dialética fundamental que define o próprio método. (CAMARGO; SOUZA, 2012, p. 167-168, grifo nosso).

O pesquisador citado compreende corretamente que a Totalidade é a categoria fundamental, mas ao reduzir a análise econômica à estrutura *lógica*, aquela torna-se abstração, no sentido de mera concepção gnosiológica, existindo apenas no plano da consciência, apenas no plano ético formalista-burguês ou do conhecimento. De fato, *HCC* contribuiu parcialmente para essa leitura, mas Lukács não excluiu o plano econômico; ao contrário, agregou a dimensão subjetiva da classe que poderia interferir no movimento objetivo da mercadoria, criado pelo trabalho alienado. Em *HCC*, a Totalidade não alcançou a concreticidade necessária à práxis revolucionária efetiva; seu grau de apreensão capturou-a somente como exercício do pensamento para compreender o todo social, mas sempre com o propósito de mudar a realidade econômica da mercantilização da vida. Esse limite de *HCC* resultou da ausência categorial do trabalho concreto, e, a consequência disso é que, como não poderia colocar o trabalho alienado como centro gerador exclusivo da sociabilidade, pois criaria uma essência alienada intransponível, encontrou somente a mediação da consciência para a luta operária. Apreendeu, portanto, somente a dimensão negativa do trabalho. O movimento da mercadoria, o catalisador da vida social concreta alienada no capitalismo, somente poderia aparecer na forma de Reificação. A Totalidade concreta, em sua dimensão potencialmente não-alienada só seria possível à Lukács mais tarde, com a apropriação de novas determinações, recuperando a descoberta marxiana do trabalho concreto, como veremos em sua obra de maturidade. Resumimos: a dimensão determinante da Reificação em *HCC* é a dimensão econômica do movimento da mercadoria e os impactos disso na subjetividade do indivíduo, inserido em sua classe social. O grau de apreensão da Totalidade em *HCC* é ontologicamente muito superior ao suposto resgate feito por Honneth, que excluiu a dimensão econômica da sociabilidade.

O resgate proposto por Honneth, portanto, ignora as profundas reflexões sobre o trabalho abstrato em *HCC*; é uma kantianização indevida do texto lukacsiano. Essa diferença nos graus de apreensão da Totalidade em Lukács e Honneth, partindo da mesma obra, ilustra bem as dificuldades formativas da consciência social ao se distanciar da fundamentação ontológica. Honneth busca confrontar o irracionalismo de uma realidade ultrafragmentada, recuperando de Lukács a Totalidade, e com ela, a generidade, mas como faz isso de forma estagnada, lógica, gnosiológica, descolada do processo histórico, acaba por produzir um eticismo²⁰ insuficiente para atingir seus próprios objetivos de superar a barbárie da coisificação. Lukács, já nos anos 1920, avançara esse limite kantiano e recuperara a categoria fundante do ser social, o trabalho, mesmo que somente em sua forma negativa, alienada, ancorada na luta de classes. Para arrematar a apreensão precária do texto lukacsiano por Honneth, vejamos como o materialismo-histórico é compreendido por meio de suas próprias palavras:

[...] lá onde nos últimos anos ainda se ouvia falar de Marx nas ciências humanas, geralmente pode ser encontrada uma destas duas tendências interpretativas: ou a teoria é compreendida como um conceito da explicação materialista dos processos sociais de desenvolvimento, como em Althusser e seus seguidores, ou ela é interpretada, tal como, frequentemente, no marxismo analítico, como uma tentativa promissora de crítica ética ao capitalismo. Eu, porém, desde o início estava convencido que as duas tradições interpretativas compreendem mal o verdadeiro cerne do empreendimento teórico de Marx: os conceitos centrais de alienação, passando por reificação até fetichismo, que ele utilizou tanto em seus escritos da juventude como nos escritos posteriores, p.68-69 [...] O ponto central de todos estes conceitos consiste, [...] [no] desenvolvimento equívoco ou patologias no modo de pensar e agir dos sujeitos socializados, os quais não podem ser descritos nem na linguagem puramente neutra de uma sociologia explicativa, nem nos termos puramente normativos de uma ética. *O interesse específico de Marx está voltado para a compreensão das condições de vida de nossa sociedade como causa para uma deformação das habilidades humanas da razão; aquilo com que ele se ocupou, aquilo para o que ele voltou o seu olhar ao longo de toda a sua vida, eram patologias cognitivas ou existenciais que são produzidas pela forma específica de organização da sociedade capitalista.* (HONNETH, 2008, p. 69, grifo nosso).

Honneth pensa ter encontrado outra forma de ancorar sua análise no que entende ser a vida social concreta, em uma perspectiva que acredita emancipatória e superadora do formalismo ético através de uma suposta atualização de Marx. Ainda assim, mesmo quando apropriada incorretamente, sem alcançar a gênese, a Categoria Reificação tem força para demonstrar o processo formativo/deformativo da consciência social. De forma imediata e impactante, remete diretamente à barbárie social, que não pode mais ser eufemizada, embora as soluções propostas sejam mistificadoras. Ao mesmo tempo, a categoria também revela as

²⁰Se ficássemos no plano da ética, precisaríamos discutir uma ética radicalmente objetiva, ancorada em relações históricas concretas que se desenvolvesse na direção de um novo modo de produção: o trabalho livremente associado.

antinomias insolúveis criadas pela apreensão meramente gnosiológica, e o seu clamor não atendido pelo emergir do fundamento ontológico do trabalho para explicar o movimento da mercadoria. Honneth faz a leitura durkheim-weberiana de doenças sociais criadas pelo capitalismo, o que implica na compreensão de que a Alienação-Fetichismo-Reificação são desvios do desenvolvimento do capitalismo e não da sua essência destrutiva insuperável. Além disso, reduz a Crítica da Economia Política a uma crítica ética, tal qual Weber constrói em seu texto clássico. *O Capital* seria um volume complementar da *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. E o autor segue “atualizando” o conceito subjetivista de Reificação como esquecimento do reconhecimento:

[...] Lukács explica a propagação social da reificação com as exigências de abstração que a participação contínua na troca capitalista de mercadorias exige. [...] pareceu-me pouco plausível derivar diretamente da simples atividade da troca de mercadorias uma postura reificante (cf. cap. 6); no entanto, pareceu-me muito mais promissor conceber uma determinada forma de práxis contínua, exercida rotineiramente, como causa social da reificação. A conclusão que eu imagino poder tirar da tentativa de explicação de Lukács consiste, portanto, em uma hipótese geral, ainda vaga, sobre a etiologia social da reificação: *sujeitos podem “esquecer” ou aprender a negar posteriormente aquela forma elementar de reconhecimento que em geral eles manifestam a toda outra pessoa se eles participam continuamente numa forma de práxis altamente unilateral*, que torna necessária a abstração das características “qualitativas” de pessoas humanas. (HONNETH, 2008, p. 75, grifo nosso).

Impressionante é a fuga da questão que se impõe aqui mesmo nessa citação: ora, se as pessoas esquecem de reconhecer a alteridade como generidade, pela participação contínua em uma “práxis altamente unilateral”, baseada na permanente troca de mercadorias; esta conclusão já seria uma gênese objetiva latente do esquecimento. O autor afirma a gênese sem o perceber. E novamente perguntamos qual a gênese do esquecimento? Em bom kantianês, a resposta não deve ser procurada, pois seria incognoscível, mesmo caindo sobre nossas cabeças. Nem mesmo o pretense resgate da Totalidade ajudou na superação da incognoscibilidade, uma vez que parece servir apenas ao resgate da humanidade enquanto universalidade burguesa, aquela da velha máxima liberdade-igualdade-fraternidade.

Em virtude da importância desse debate para Lukács, como apresentaremos adiante, vejamos mais um pouco da força do subjetivismo unilateral que se apropriou da consciência social e recuou até os poucos avanços promovidos pela 1ª geração de frankfurtianos: Melo (2010) faz uma síntese da importância da Categoria Reificação para as Teorias Críticas de Adorno a Habermas, incluindo Marx e Lukács como teóricos críticos no conjunto:

[...] o conceito de reificação ainda parece ser central e comporta em si um rico potencial de diagnóstico das patologias sociais presentes nas sociedades contemporâneas. A tarefa proposta por Honneth implica investigar se a formulação de

Lukács pode ainda dar conta desses novos e diferentes fenômenos. Mas para se ter idéia da abrangência de sua reformulação, é importante notar ainda dois aspectos fundamentais da reatualização: por um lado, a partir do conceito de reificação, é possível estabelecer um fio condutor que perpassa toda a tradição da teoria crítica à qual o próprio Honneth está vinculado, uma vez que nesse conceito se expressa a dimensão de uma crítica social às patologias da razão, ligando a crítica do “fetichismo da mercadoria” de Marx [...], passando pela crítica da razão instrumental em Horkheimer e Adorno da Dialética do esclarecimento [...], chegando por fim até a formulação de Jürgen Habermas, em que o conceito de reificação é interpretado como colonização do sistema econômico e do poder administrativo do Estado sobre a dimensão de um mundo da vida constituído por ações comunicativas [...] (MELO, 2010, p. 233).

Ironicamente, a pretensão de Honneth para superar todo o legado acima indicado é superar justamente o caráter ontológico da investigação marxista-lukacsiana. Irônico porque utiliza um texto (*HCC*), cujas “inclinações ontológicas” contribuíram para o resgate do marxismo autêntico. Para Honneth, Reificação não é apenas coisificação gerada pelo trabalho alienado [apenas?] e o mérito de Lukács seria o distanciamento do que chama de fenomenologia marxiana das trocas, e incluir a subjetividade no processo social, considerando as práticas cotidianas. E essa suposta ajuda foi dada por Weber; Lukács entendeu, com mediação de Weber, a capilarização da Reificação em toda a vida social, como segunda natureza. Isso só seria possível saindo do âmbito econômico para as esferas não-econômicas (MELO, 2010, p. 235-236). Tamanha deformação de Marx e Lukács é inaceitável, uma vez que, claramente, em *HCC*, a Reificação está ancorada ao Fetichismo da mercadoria enquanto relação social total e não apenas econômica. E o esforço lukacsiano em relacionar sujeito e objeto, é entendido por Honneth, entusiasticamente, como subjetivista. *HCC* não autoriza essa leitura. A identificação hegeliana entre sujeito e objeto, ainda que equivocada, foi usada por Lukács para solucionar o problema do economicismo da Segunda internacional e o ultraobjetivismo neopositivista. Mesmo errando, Lukács acerta. E desorientado pela leitura deformada honethiana de Lukács, Melo (2010) aponta o que seria a tarefa atual das Teorias Críticas:

[...] por fim, se o núcleo da reificação reside em um esquecimento do reconhecimento, então a tarefa fundamental da teoria crítica consistirá em procurar suas fontes sociais nas práticas e mecanismos que possibilitam e perpetuam sistematicamente tal esquecimento. No caso de Lukács, apenas as coações econômicas poderiam conduzir à negação dos traços propriamente humanos das pessoas. Seu olhar estava tão voltado aos efeitos do intercâmbio capitalista de mercadorias que ele não considerou qualquer outra fonte social de reificação. Para Honneth, contudo, os homens podem adotar um comportamento reificante na medida em que perdem de vista o reconhecimento precedente em função de duas causas: ao participarem em uma práxis social na qual a mera observação do outro se tornou um fim em si mesmo, extinguindo toda consciência do engajamento existencial da socialização precedente, ou ao conduzirem suas ações por um sistema ideológico de convicções reificante que os coage à negação posterior do reconhecimento originário. Honneth aponta para casos de racismo e de discriminação de pessoas, grupos e minorias (tratando, por exemplo, do caso dos

judeus e das mulheres). Além disso, seu livro traça uma crítica àquelas instituições que coagem os indivíduos a fixar de maneira conclusiva determinados sentimentos, desde o modelo de entrevista de emprego, passando pelos casos mais comuns sobre sites de busca por parceiros na internet, até o fenômeno da reificação no mercado pornográfico. (MELO, 2010, p. 243).

A tarefa atual, portanto, para honnethianos, é o fortalecimento da consciência social dos movimentos identitários para o que acredita ser o caminho para a recomposição da generidade perdida, no caso, esquecida. A tarefa é exclusivamente subjetiva: lembrar. Contudo, trata-se de lembrar sem historicizar. Um paradoxo que torna a tarefa inexecutável. Para finalizar essa seção, vimos que para os pesquisadores desse grupo, o legado marxiano-lukacsiano é importante, mas precisaria ser “atualizado” (deformado), uma vez que o economicismo comprometeria a apreensão correta da realidade. Desconstruiremos com mais profundidade esse reducionismo teórico mais adiante com a varredura de pesquisas sobre Reificação organizadas em um terceiro grupo que denominamos de Teorias marxistas –TM. Para ajudar o leitor, vejamos a quantificação dos achados no Grupo 2- TC, antes de darmos o próximo passo:

Quadro 6 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação referenciadas por Teorias Críticas

Grupo 2-TC e subgrupos	Qtde	% do grupo
Grupo 2-TC -Teorias Críticas/ Subgrupo - Referenciais não explicitados	38	33%
Grupo 2-TC - Teorias Críticas/Subgrupo - Adorno, Horkheimer, Marcuse	32	28%
Grupo 2-TC -Teorias Críticas/ Subgrupo - Habermas, Honneth	18	16%
Grupo 2-TC -Teorias Críticas/ Subgrupo - Bricolagem	13	11%
Grupo 2-TC -Teorias Críticas/ Subgrupo - Benjamin	7	6%
Grupo 2-TC -Teorias Críticas/ Subgrupo - Weber	7	6%
Grupo 2-TC - Teorias Críticas/ Totalização	115	100%

Fonte: dados da pesquisa.

2.4 Reificação segundo Teorias Marxistas (Grupo 3-TM)

Como vimos nos dois grupos de pesquisas anteriores, Marx é uma referência que se impõe à consciência acadêmica das mais variadas formas, pela força de suas descobertas categoriais, fundadas ontologicamente, ainda que muitos não reconheçam isso ou pela apreensão reducionista ou negativa. E até mesmo quando seu nome não é citado diretamente, seu legado é criticado em sua captura da Totalidade. Marx é o grande contraponto às ciências

burguesas fragmentadas, naturalizadoras do capitalismo etc. E quando seu legado é convocado de forma positiva para sair dos becos irracionalistas, as deformidades geradas por leituras apressadas ou descontextualizadas dificultam ainda mais a recuperação ontológica necessária à emancipação humana. Organizamos, então, o terceiro grupo de pesquisas que traz o diferencial de um entusiasmo com o pensamento marxiano, destacando seu nome ou de autores ligados aos diversos marxismos. Outro critério utilizado para classificação das pesquisas neste grupo foi o uso de categorias econômicas clássicas do marxismo como determinantes da sociabilidade, em especial a Categoria Trabalho, seja na forma concreta ou abstrata. Contudo, o entusiasmo não é garantia de um grau mais elevado de apreensão da realidade, de forma a garantir o compromisso com a tarefa revolucionária de superação do Capital. Vejamos mais de perto.

2.4.1 Panorama geral das pesquisas acadêmicas marxistas sobre Reificação

Segmentando a análise das pesquisas marxistas, identificamos que, das 106 (cento e seis) pesquisas desse grupo, 15 (quinze) trazem Marx da forma clássica, com referência direta à Reificação como produto do Fetichismo da Mercadoria e ênfase no exclusivismo das determinações econômicas. Escolhemos apenas alguns exemplos: Oliveira (2015) analisa a mercantilização da saúde, não como mero fenômeno cultural, mas resultado do desenvolvimento das forças produtivas para produção de mais-valia; Lima (2012) estuda a Reificação partindo do desenvolvimento das tecnologias da informação como instrumento de subsunção do trabalho ao Capital; Ávila (2016) investiga a Reificação como reprodução social cotidiana que impede a emancipação; Silva (2010d) demonstra os limites das análises culturais das favelas, quando descoladas das determinações econômicas que as produzem; Batista (2013) analisa o Instituto Ethos e demonstra a impossibilidade da existência de um capitalismo “verde”, responsável ou humanizado; Silva (2014a) investiga a relação trabalho qualificado e não qualificado na expansão do mercado do turismo no nordeste brasileiro. São pesquisas importantes, mas que trazem alguns problemas sobre a construção de alternativas e engendramento do sujeito revolucionário. Araújo (2013), por exemplo, estuda a composição orgânica e o acelerado processo de redução do trabalho vivo pelo desenvolvimento tecnológico, de forma tão inexorável, que conclui: o proletariado não tem mais condições objetivas de ser sujeito revolucionário, pois a exploração do trabalho estaria diminuindo (em termos absolutos)

pela expulsão dos trabalhadores do sistema produtivo, criando uma nova classe da absoluta exclusão das relações de produção.²¹

Outro grupo de pesquisadores marxistas busca preservar o lugar da subjetividade nas relações de produção. Nessa segmentação se aglutinam 51 (cinquenta e uma) dos estudos encontrados, sendo esse subgrupo o maior entre as pesquisas consideradas marxistas. Diferentemente dos grupos subjetivistas anteriores (Grupo 1-TS e Grupo 2-TC), aqui os autores se reconhecem como marxistas e criticam o marxismo economicista de forma geral. Entretanto, em alguns casos, resvalam em um subjetivismo muito preocupado em situar as atividades econômicas dos segmentos sociais médios como atividades produtivas. Nessa linha, temos Silva (2016c) e Almeida (2008) que veem a expansão dos cursos de educação à distância como reestruturação produtiva específica da educação; ou Maciel (2004b) que estuda a Reificação como padronização do trabalho do tecnólogo. Outras pesquisas investigam a reestruturação produtiva com ênfase na universalização da informática e seu impacto na subjetividade do trabalhador como apêndice da máquina. No toyotismo, a máquina de apresenta como sujeito, mas em patamares diferenciados do taylorismo. Nessa direção encontramos Wolff (1998, 2004), Korgut (2008) e Dias (2008).

Precisamos lembrar que esse fenômeno decorre do aprofundamento da composição orgânica que reduz o Trabalho Vivo em interação com a natureza e cria a ilusão de que a atividade intelectual se autonomizaria de tal forma que poderia, sozinha, gerar riqueza. O fenômeno produz na aparência, o desaparecimento da classe social e o enfraquecimento do trabalho como intercâmbio humanidade-natureza, dificultando a apreensão objetiva da realidade e estimulando, mesmo entre os que se consideram marxistas, uma tendência mais subjetivista. Apresentam contribuições importantes, mas caem também, em alguns casos, na armadilha do fim da centralidade do trabalho. Nessa direção encontramos as pesquisas fundamentadas em Debord e a Reificação expressa na forma de sociedade do espetáculo, como em Aquino (2005) e em Casale (2012). E até mesmo algumas críticas a essa tendência são subjetivistas, como em Barroso (2003) que critica Robert Kurz (1943-2012) sobre sua crença na impossibilidade de superação positiva do capitalismo devido às reestruturações que tiram a

²¹Com as mesmas determinações econômicas analisadas por esse pesquisador, mas consideradas de forma ontologicamente reflexivas, poderíamos defender o oposto. Em um ensaio, poderíamos vislumbrar historicamente que a classe despojada até mesmo de vender sua força de trabalho será obrigada, coletivamente, para não perecer, a encontrar novo modo de produção de sua existência, ou aumentar o exército anti-revolucionário do *lupemproletariado*, que pelo tráfico, roubo, homicídios pagos ou mendicância, manter-se-ão inseridos nas relações de produção capitalistas, explorando outros despojados. Nesse último caso, o autor estará certo e a barbárie se consolida de forma intransponível; mas é a processualidade histórica que aponta o caminho. Problemas para estudos futuros.

centralidade do trabalho produtivo. Seria uma boa crítica, mas a faz de forma muito abstrata, denunciando apenas o irracionalismo filosófico de Kurz. Nessa direção, muitos pesquisadores apoiam-se em autores frankfurtianos para discutir o lugar da subjetividade nas relações de produção. Nessa linha de raciocínio, temos: Puzone (2008), Nunes (2013), Cunha (2008) e Silva (2010d), por exemplo.

Com o fenômeno da invisibilização do trabalho como categoria fundante, temos pesquisadores marxistas que buscam compreender a subjetividade manipulada e adoecida na Psicologia e na Psicanálise: Gonçalves Filho (1995) e Soares (2008). Também de forma clássica, alguns pesquisadores encontram a subjetividade em inspirações gramscianas como Cristofaro (2017) que, estudando a militância política do filósofo marxista italiano Antonio Negri, vê a Reificação como resultante das relações assimétricas de poder entre os trabalhadores; ou Silva (2007a) que defende uma pedagogia da revolução preconizada por Gramsci para superar a referida assimetria. Mais rara é a Categoria relacionada aos fundamentos do Estado burguês. Encontramos apenas Csiszer (2011).

E ainda na esteira do subjetivismo no marxismo, temos a bricolagem utilizando Marx como referência principal. Encontramos 13 (treze) pesquisas que se enquadram nessa estratégia. Esse grupo de bricolagem precisa ser apresentado com mais detalhes, considerando a necessidade de conhecermos como o pensamento marxiano vem sendo apreendido. Silva (2016c) coloca Marx e Arendt juntos para explicar a Reificação, analisando a criação de um mercado humano específico, sustentado pelo Biodireito. Silva (2013e) “cola” Marx à Kant para analisar os danos causados à dignidade humana pelo capitalismo. Tardin (2007) utiliza Marx, Bakhtin, Foucault, Deleuze e Guattari para defender a literatura como espaço para encontro com a alteridade e desvelamento das contradições capitalistas, como espaço possível de não-reificação. E nosso último exemplo, uma ilustração privilegiada da colcha de retalhos: em Freire (2012), Marx se junta à Lukács, Giddens, Bauman, Simmel, Elias, Foucault e Maingueneau para investigar a medicalização da comida.

Os determinismos econômicos e subjetivismos incongruentes que emergem em formulações nos diversos exercícios de apropriação do pensamento marxiano vistos ao longo dessa seção, em geral, são frutos das dificuldades em compreendê-los no plano ontológico. Somente nesse plano é possível apreender a Totalidade social como unidade histórico-concreta, como unidade dialética entre objetividade e subjetividade, favorecendo a apreensão da mediação do trabalho e da práxis como fundamentos da autoprodução humana, material e espiritual. Sabemos que o resumo é insuficiente para identificar as pesquisas que se apoiaram

em abordagens conscientemente ontológicas, quando não explicitam o termo, salvo algumas poucas exceções com maior capacidade de síntese. Trazemos dois casos para ilustrar essa capacidade de síntese ontológica, mesmo sem usar o termo. Oliveira (2003) investiga as contradições entre o distanciamento da política nacional de formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e as necessidades objetivas dos trabalhadores para confronto com o Capital, tornando os processos educativos alienados, e contributivos para reificar a consciência de classe. E, por fim, Gaioli (2017) demonstra que a ausência da categoria da Totalidade concreta no processo de apreensão da realidade falseia essa mesma apreensão, separando essência de aparência, objetividade de subjetividade.

Somente 9 (nove) pesquisas anunciaram a abordagem ontológica, explicitando-a em seus resumos. Considerando a pequena quantidade de estudos encontrados, vejamos todos. Medeiros (2015) faz uma interessante análise ontológica entre história e memória, na qual a História se apresenta como processo de objetivação do ser social, determinada pelo desenvolvimento do suporte material, e a Memória é a forma como a subjetividade capta conscientemente esse processo. Se um dos elementos for analisado de forma isolada, não será possível reconstituir a historicidade; Sá (2003) estuda o impacto objetivo da exploração do trabalho que assume a forma do Fetichismo da Mercadoria, e sua capilaridade para toda a vida social. Com essa base objetiva, focaliza as atividades de lazer estimuladas na sociabilidade capitalista como coisificação da subjetividade; Sottilli (2014) investiga a relação do trabalho como categoria fundante e o que chama de trabalho estético; Gouveia (2013) articula o cotidiano de jovens infratores e o Fetichismo, como forma de demonstrar a ontogênese da barbárie social. Moura (1999) faz a relação entre Trabalho, Alienação e Reificação; Cordeiro (2018) investiga o processo objetivo de Reificação da subjetividade pelas imposições da produção flexível; Barbagallo (2005) faz um estudo relacionando trajetórias profissionais e linguagem de assistentes sociais, baseando-se nos estudos de Vygotsky; Resende (1992) estuda a constituição da subjetividade no processo de objetivação e daí demonstra porque a subjetividade é reificada pelo Fetichismo da Mercadoria.

Concluindo o grupo dos marxistas, encontramos 18 (dezoito) pesquisas que explicitaram em seus títulos e/ou resumos o apoio direto do pensamento lukacsiano, como autor fundamental para compreender a Reificação. Pela relevância para nossa análise, detalharemos o último subgrupo na seção a seguir. Abaixo está a visualização dos achados dessa etapa:

Quadro 7 – Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação por segmentação referenciados por teorias marxistas

Grupos e subgrupos	Qtde	% do grupo	% do todo
Grupo 3-TM -Teorias Marxistas/ Subgrupo -Ênfase na subjetividade	51	48%	15%
Grupo 3-TM -Teorias Marxistas/ Subgrupo -Referenciadas em Lukács *	18	17%	5%
Grupo 3-TM - Teorias Marxistas/ Subgrupo -Ênfase no econômico	15	14%	4%
Grupo 3-TM -Teorias Marxistas/ Subgrupo -Bricolagem	13	12%	4%
Grupo 3-TM -Teorias Marxistas/ Subgrupo -Ênfase na ontologia marxiana	9	8%	3%
Grupo 3-TM - Teorias Marxistas/ Totalização	106	100%	31%

Fonte: dados da pesquisa.

*Ver quadro 8 para detalhamento desse segmento/

** Ver quadro 4 (foram descartados pesquisas da área técnica da informática e referenciais não identificados).

E para melhor visualização dos achados dessa etapa, o apêndice A apresenta o apanhado de todos os grupos e subgrupos, com os respectivos percentuais em relação a cada grupo e a totalização geral. Também disponibilizamos, no apêndice B, a lista de todas as pesquisas analisadas e a classificação indicada no apêndice B.

2.4.2 Apropriação acadêmica marxista do pensamento lukasiano sobre Reificação

Das pesquisas marxistas sobre Reificação que foram referenciadas explicitamente em Lukács, encontramos 3 (três) que apontaram o texto da *POSS*, e 15 (quinze) que declararam o texto de *HCC* como referência principal. A oposição *POSS* x *HCC* é provisória, apenas para quantificar o universo de abrangência de leitura das obras lukacsianas.

Das referências diretas ao Lukács maduro, temos Húngaro (2008) que investiga a reestruturação produtiva como velamento da centralidade do trabalho; Holanda (2005) analisa as determinações objetivas e subjetivas da Alienação do ser social e Gajanigo (2012) aponta as determinações classistas para formação reificada da identidade cultural enquanto consciência de classe. Este último termo sugere as discussões feitas em *HCC*, mas no resumo da pesquisa o autor faz referência, em suas palavras, ao último Lukács, articulado ao conceito de anti-práxis de Sartre, o que já nos parece incoerente.

Das referências diretas ao jovem Lukács, a segmentação teórica é maior e aglutinamos três. A primeira segmentação considera *HCC* como marxismo influenciado pelo pensamento weberiano, aqui identificamos três pesquisas emblemáticas: Santos (2014) que

investiga a Reificação das relações de trabalho no Mercosul com forte ênfase no complexo do direito; Almeida (2006) que vê em *HCC* a defesa de uma ordem jurídica socialista após a vitória da Revolução Russa, e Medeiros (2013) que entende o exercício da crítica imanente já como práxis.

A segunda segmentação considera *HCC* como texto basilar para o resgate do Fetichismo da Mercadoria: temos Braga (2014), que analisa a Reificação como dialética negativa e seus desdobramentos objetivos e subjetivos. Almeida (2014), partindo do Romance São Bernardo, de Graciliano Ramos, demonstra como na sociedade capitalista todos os valores éticos tornam-se *valores de troca*. Bueno (2013) estuda a Reificação da consciência social resultante do avanço das tecnologias educacionais e propõe novas formas de apropriação dessas tecnologias. Ramalho (2017) tem como foco a contribuição de Lukács para recolocar o proletariado como sujeito revolucionário e a Reificação como obstáculo a ser superado. Guelman (2009) apresenta os sítios históricos, transformados em mercadorias. Aqui, Lukács está acompanhado de Simmel e seu conceito de simulacro ou cenarização como meios de coisificação desses espaços. Dutra (2014) estuda o Fetichismo da avaliação numérica do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), suas implicações para a produção do conhecimento educacional, contextualizando o fenômeno com as análises de Peter Gowan, um estudioso do imperialismo estadunidense e sua pretensão de domínio econômico global após o fim da União Soviética.

E, finalmente, na terceira segmentação, identificamos as pesquisas que consideram *HCC* como texto contributivo de uma análise ontológica, um dos objetivos de nossa investigação: Mayer (2006)²², que relaciona Reificação à barbárie capitalista, articula achados ontológicos de *HCC* à obra madura de Lukács; Mendes (2012) analisa a formação da consciência social que busca apreender a si mesmo no seu desenvolvimento histórico e descobre o obstáculo da Reificação; Almeida (2012) se aprofunda na categoria da Totalidade. Nobre²³ (1991) apresenta o esforço lukacsiano em demonstrar as implicações negativas da relação objeto e sujeito, necessária à autoformação do sujeito revolucionário e, por fim, Zengo (2002)

²²Esta pesquisa não indica a referência de *HCC* no título ou no resumo; no entanto, ao longo da exposição, traz uma série de conexões ontológicas feitas por Lukács nesta obra, o que mostra os limites e complicações das varreduras para elaborar catálogos de Estado da Questão com critérios textuais muito restritos. Por tratar-se de pesquisa orientada pelo Prof. José Paulo Netto, conhecido estudioso da ontologia marxiana, fizemos a leitura mais aprofundada e alocamos a pesquisa nesse grupo/subgrupo.

²³Não encontramos o texto original da tese desse autor. Utilizamos sua publicação posterior na forma de livro.

já afirma no título de sua pesquisa: *A Ontologia Social de Georg Lukács: estudo dos Pressupostos Ontológicos de História e Consciência de Classe*²⁴.

Para maior clareza da interseção do último subconjunto do Grupo 3 -TM, fizemos nosso último quadro para ajudar na visualização:

Quadro 8 – Total de Teses e Dissertações do Grupo 3 (Teorias marxistas) com a palavra-chave Reificação que explicitaram a obra de Lukács

Grupos e subgrupos	Qtde	% Lukács	% do todo
TM – Referência à <i>HCC</i> como resgate do Fetichismo da Mercadoria	6	33%	2%
TM – Referência à <i>HCC</i> como texto ontológico	5	28%	1%
TM – Referência à <i>HCC</i> como marxismo weberiano	4	22%	1%
TM – Referência somente à <i>POSS</i>	3	17%	1%
Total	18	100%	5%

Fonte: dados da pesquisa.

Encerramos aqui as quantificações e agrupamentos. Passemos aos achados que poderão contribuir para recuperar o percurso ontológico de investigação lukacsiana sobre a Reificação. Considerando que este último subgrupo situa de forma mais precisa nosso objeto, fizemos a leitura mais aprofundada dos textos para descobrirmos quais conexões ontológicas foram descobertas em *HCC* por outros pesquisadores iniciantes, e o grau de apreensão da realidade que a apropriação da Categoria alcançou no pensamento acadêmico até o momento.

Iniciemos por Mayer (2006), que relaciona a Reificação à barbárie capitalista, considerando as contribuições de *HCC* e *POSS* como processo contínuo de aproximação da realidade social metabolizada pelo Capital. O pesquisador destaca a importância fundamental da categoria Totalidade para recuperação do pensamento marxista revolucionário, e sugere, como nós também entendemos, que sem a Categoria da Totalidade é impossível para a consciência social compreender a realidade. O foco de sua pesquisa é a análise de inúmeros indicadores que demonstram o aprofundamento da pobreza no mundo, como forma de objetivar a barbárie e comprovar a impossibilidade da sociedade burguesa produzir a felicidade do gênero humano. A única possibilidade de existência do Ser para o Capital é a forma alienada, mediada pelo ter, pela posse da mercadoria para vender e comprar:

²⁴Ficamos muito interessados nessa pesquisa, mas não conseguimos o texto, físico ou digital. Fizemos vários contatos com a biblioteca da universidade responsável, mas não obtivemos sucesso.

[...] a totalidade a qual estamos submetidos apresenta-se como um espaço onde a maior riqueza espiritual e material é, ao mesmo tempo, miséria espiritual e material. [...] Submetido ao fenômeno da reificação, o ser social [...] necessita da mercadoria para se valorizar e para se sentir valorizado. Ao tocar o celular, aquele som apresenta-se como realmente o que é: a mercadoria que nos projeta como possibilidade de "ser" e de "ser reconhecido". Aqui um traço explícito da barbárie. O ser acoplado ao lastro da mercadoria. (MAYER, 2006, p. 110).

A Reificação é, segundo o autor, a síntese global da Alienação de todas as promessas burguesas e a concomitante produção e reprodução da barbárie. A pesquisa coloca em pauta, convergindo com nossa investigação, a compreensão da Reificação como manifestação alienada da Totalidade social, o que a torna um processo fundamental para compreender a dimensão objetiva da Alienação, colocada em suas bases ontológicas. Apoiando-se na orientação de José Paulo Netto, o pesquisador destaca outra questão fundamental à práxis dos que lutam pela emancipação humana e veem na Reificação a categoria fundamental para apontar os pontos de fissura da muralha capitalista que nos aprisiona:

O que a tradição marxista subestimou, e subestima, penso eu, é a capacidade do capital de se adaptar à nova realidade [...], funcionalizando a mesma; e a capacidade do capital quanto aos processos próprios à reificação. A estrutura por onde se destila a 'coisificação' é tão bem construída, que o capital é capaz de socializar os sonhos de uma vida melhor (dentro da lógica da compra e venda de mercadorias) e privatizar as condições materiais para alcançar tal sonho [...] e o 'ser social' não perceber que tal processo leva à sua morte. Trata-se de uma '*barbárie administrável*'. E o capital o faz com uma competência sem precedentes na história. Trata-se de um 'genocídio a contagotas'. (MAYER, 2006, p. 158-159, grifo nosso).

O conceito de *barbárie administrável* proposto pelo pesquisador pode contribuir para a reflexão sobre o profundo recuo revolucionário que vivenciamos, mesmo diante de ataques tão severos às condições mais básicas de sobrevivência da força de trabalho. Mais uma proposta de estudo futuro.

Outro pesquisador que traz vários elementos convergentes a nossa investigação é Mendes (2012), que prontamente nos apresenta a Reificação como categoria ontológica, desde sua concepção inicial feita pelo jovem Lukács:

[...] o desenvolvimento da consciência filosófica reificada, para Lukács, exemplificaria de modo fecundo dois aspectos fundamentalmente ontológicos: 1) o processo de formação do sujeito da história no âmbito das relações fetichistas, ou seja, ao ser reificado corresponde uma formação reificada do pensar; 2) a forma em que estaria velado, para um ser social específico, o acesso ao substrato material e histórico da reificação. (MENDES, 2012, p. 1).

O pesquisador destaca bem a relação entre a base objetiva da produção material e a subjetividade humana, feita de forma não-mecanicista, colocando a mediação do trabalho, embora somente o trabalho abstrato, como fundamento objetivo da Alienação. A Consciência

alienada está em suas bases ontológicas; segundo o pesquisador, como não-consciência do produzir-se a si mesmo a partir de sua base material. Não-consciência contraditória, com espaços estreitos, para pensar-se a si mesmo em sua historicidade, portanto, sem determinação absoluta da base, abertas às alternativas. Além disso, o pesquisador também destaca que *HCC* apresenta a Reificação como fragmentação, objetiva e subjetiva, impedindo a apreensão da Totalidade. E aponta que Lukács, mesmo sem ler os *Manuscritos* parisienses de Marx, “[...] discerniu a reificação como a inversão estrutural da realidade social sob o domínio do capital”. (MENDES, 2012, p. 1).

O pesquisador em análise faz um importante resumo histórico da luta pela recuperação do caráter revolucionário do pensamento de Marx, esvaziado pela social democracia, destacando que, no mesmo ano de 1923, foram conhecidos esforço semelhante de Lukács, com *HCC*; Karl Korsch (1966), com *Marxismo e Filosofia* e Ernest Bloch, com *O Espírito da Utopia*. Todos utilizaram o retorno ao hegelianismo como estratégia. E podemos ir um pouco além. Se considerarmos a concreticidade histórica, o retorno a Hegel era, não só, uma exigência teórica, mas a única alternativa naquele momento, uma vez que os *Manuscritos Econômico-filosóficos* não eram conhecidos. Nessa esteira do retorno à Hegel, o pesquisador brasileiro fez diversas análises sobre categorias hegelianas apropriadas por Lukács. Destacaremos alguns indícios de conexões ontológicas que já estavam latentes ou parcialmente desenvolvidas em *HCC* e que serão plenamente desenvolvidas na *POSS*. Segue a primeira delas, a categoria segunda natureza:

Para Lukács, a economia, o direito e principalmente a filosofia moderna manifestam o caráter fetichista de uma segunda-natureza, ao tornar coisas aquilo que não são coisas (não são dados da natureza), a partir das formas de objetividade na produção social de mercadorias. [...] Justifica-se então a grande importância que Lukács atribui ao *problema da coisa em si*; problema que estará imerso nos impasses conceituais registrados no desenvolvimento do pensar filosófico. Reporta a problemas concretos, aos níveis de problematização do ser. (MENDES, 2012, p. 9-10, grifo nosso).

Em nossa compreensão, o problema da *coisa em si* fetichizada por uma segunda natureza, criada pelo movimento da mercadoria, é uma evidência de que qualquer discussão sobre a apreensão da realidade social é, mesmo que em patamares atomizados, em essência, uma discussão ontológica. Lukács recolocará, mais tarde, essa importante descoberta como ontologia fictícia, fundamental para compreender a consciência social imobilizada pelo movimento da mercadoria, compelida a reproduzir o mesmo dessa segunda natureza.

Outra conexão ontológica apontada pelo pesquisador é que a luta para a consciência do proletariado alcançar a compreensão de sua tarefa histórica de emancipar-se do Capital é a

própria luta de realização do ser, uma vez que “[...] o ponto de vista do proletariado seria então o que remete às formas autênticas do ser.” (MENDES, 2012, p. 10). Apoiando-se na Tese de Doutorado de Wolfgang Leo Maar (*A Formação da Teoria em História e Consciência de Classe de Georg Lukács*), o pesquisador defende que o sujeito em *HCC* já é concebido dentro de uma unidade teórica e prática, ou seja, como um sujeito diante de sua realidade concreta, que precisa ser desvelada e transformada, indo muito além de formalismos idealistas. A reflexão teórica, portanto, tem objetivos práticos; a consciência precisa desenvolver a capacidade de apreender a essência das relações sociais capitalistas, a Reificação:

A função – ‘teórica’- da teoria, diz Lukács, é o conhecimento de si da realidade [*Wirklichkeit*], aplicada por si, a partir de critérios imanentes, para si: o ‘desvendamento’ para si das conexões internas, essenciais, que caracterizam a realidade em seu devir. Esta ‘imanência do critério’ é apenas uma das características da *imanência* na totalidade, cuja perspectiva significa o domínio do todo sobre as partes, ou seja, a não exclusão de qualquer parte em relação ao todo e à sua abrangência crítica. (MAAR, 1988 *apud* MENDES, 2012, p. 12).

Podemos aproveitar esse gancho para inserir mais um elemento de análise: certamente que, captando apenas a negatividade absoluta do trabalho abstrato, sem o seu componente fundante, trabalho concreto, Lukács não poderia identificar a capacidade necessária e decisiva para a superação do capitalismo; ou seja, a construção de novas relações de produção; mas abriu caminhos para pouco tempo depois, dar mais um passo em direção à plena apreensão alcançada na *POSS*, como veremos. Dissemos anteriormente que Lukács já superara o kantismo em *HCC*. E agora podemos defender que também alcançou um pensamento mais elevado do que o meramente especulativo ou subjetivista. Ao considerar a importância fundamental do Fetichismo da mercadoria para alienação imobilizadora da consciência de classe, a reflexão lukacsiana de juventude já utilizava algumas ferramentas para compreender a base material da sociabilidade, embora não todas, com o intuito de recuperar a dialética e a Totalidade. Também é preciso sempre lembrar que a dissociação entre o desenvolvimento da consciência social capaz de apreender a relação essência e aparência, bem como a práxis capaz de realizar as descobertas dessa consciência é muito mais do que limites teóricos de qualquer pensador ou escola; é cisão objetiva engendrada pelo metabolismo capitalista.

Outra conexão ontológica oferecida por *HCC* apontada por Mendes (2012, p. 14-15) é o caráter histórico da particularidade, que não é falsa em si mesma, mas somente quando descolada da universalidade. O particular é componente do devir. E acrescentamos: mais tarde, em seu percurso ontológico de investigação, Lukács desenvolverá a Categoria *Determinações Reflexivas*, elevando a apreensão dessa relação dialética imprescindível para encontrar as

alternativas de superação. O pesquisador também destaca que Lukács já aponta em *HCC* o trato diferenciado para conhecimento da natureza e da sociedade, o que já está além da noção do ser absoluto hegeliano, e, também superou os limites do cientificismo burguês, indicando em todo o seu percurso, o caráter objetivo da fragmentação da realidade e seu impacto na consciência social:

A aplicação do método das ciências naturais à realidade histórica como única forma de conceitualização científica traria consequências negativas para o conhecimento e domínio da realidade concreta, resultando na perda da perspectiva prática desse conhecimento [...], pois os fatos, apreendidos isoladamente uns aos outros, de maneira contingente, transparecem à consciência (igualmente afetada pela estrutura mercantil) como dados atemporais, imutáveis, ou seja, fatos independentes uns dos outros. [...] A conceitualização científica já afetada pela reificação, segundo Lukács, promoveria a cisão entre método e realidade, e entre ser e pensamento, tendo em vista que este padrão metodológico é tomado como índice de progresso e validade científica para o conhecimento. (MENDES, 2012, p. 26).

Entre nossas diversas concordâncias com as conclusões do pesquisador, precisamos destacar uma discordância parcial. Mendes (2012, p. 20) defende que Lukács resgata o trabalho como mediação entre objeto e sujeito em *HCC*. Entendemos que, sem compreender ainda o trabalho concreto como fundamento da sociabilidade, ele não teria as ferramentas categoriais necessárias para fazer isso de forma plena, já que, devido a essa falta, se apoiou na concepção hegeliana de sujeito-objeto idêntico. Na relação de identidade, ao nosso ver, não há mediação, já são idênticos, cabendo à consciência apenas o processo abstrato de desvelamento para si mesma, sem ação externa de transformação efetiva, apenas ação de reconhecimento, daí a brecha para apropriação de Honneth ao elaborar sua *Teoria do Reconhecimento*, analisada anteriormente. Entendemos que a transformação só é possível na mediação com o não-idêntico, no processo de determinação recíproca entre objeto e sujeito em sua unidade dialética; o que Lukács repetirá mil vezes na *POSS*, como se fosse uma forma de alerta aos limites de seu texto de juventude. Apesar disso, podemos ver claramente em *HCC* que a relação de identidade não é, ironicamente, tão idêntica assim. Existe a mediação do trabalho abstrato, alienado, que explicita a consciência despojada de si, coisificada. Em outras palavras: o Trabalho Abstrato, ao mesmo tempo em que produz mistificações na consciência, contraditoriamente, também possibilita torná-la, ela própria, objeto de conhecimento e superação, o que já se expressa como nível ontológico de mediação entre Ser e Pensamento. Foram captados, portanto, dois planos de objetivação (ontológicos) aí; um plano negativo, superável, alienado, da coisificação; do sujeito submetido por uma força externa criada por ele mesmo, o produto do seu trabalho; e um plano positivo, em que o sujeito descobre sua capacidade de consciência de si pelo trabalho, que poderá deixar de ser alienado com a sua práxis, o problema é que no jovem Lukács a

superação do trabalho alienado se dá pela consciência, mas atenção, a consciência é revolucionária. Ou seja, Lukács sabia que a superação é concreta, mas não conseguiu apreendê-la adequadamente, pois utilizou categorias do idealismo objetivo. De qualquer forma, abriu veredas para mais aproximações do devir, levando-o mais tarde à redescoberta da mediação do trabalho concreto, como veremos.

E chegamos à última pesquisa encontrada na varredura CAPES que também contribui para o debate sobre o percurso ontológico de investigação lukacsiana. Da mesma forma que o pesquisador anterior, Almeida (2012, p. 14) destaca que o jovem Lukács já apresentava em *HCC* uma concepção de Totalidade mais elevada que a especulação hegeliana, e se coloca como tarefa:

[...] mostrar essa transição operada em *História e Consciência de classe*, em que a categoria totalidade ganha outro estatuto, passando de uma noção lógico-epistêmica para uma construção histórica, cuja missão de transformá-la radicalmente compete ao proletariado, cuja condição objetiva no processo produtivo lhe permite apreender a sociedade como uma totalidade. (ALMEIDA, 2012, p.14).

A pesquisa destaca bem as análises sobre a fragmentação do sujeito, e a relação direta entre Reificação e Totalidade, reforçando nossos achados. Podemos afirmar, inclusive, que a relação só pode ser apreendida, justamente, pela visibilização maior das cisões perpetradas pelo Fetichismo da Mercadoria. O pesquisador faz também um contraponto interessante entre a crítica de Chasin (*Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica* de 1995) e a defesa de Michael Lowy (*Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários* de 1976) relativas às reflexões de *HCC* sobre o proletariado como sujeito revolucionário e o seu caráter ontológico. Para Chasin, o jovem Lukács sobrepõe o método à economia, e, dessa forma, teria aprisionado a Categoria ao âmbito exclusivo da consciência: “[...] ainda que o proletariado seja o portador da visão da totalidade, ele não é a própria totalidade social, de modo que seu privilégio seria o de poder ver e não de ser a totalidade.” (CHASIN, 2009 *apud* ALMEIDA, 2012, p. 75). Aproveitamos o texto do pesquisador para apresentar nossa posição sobre essa crítica de Chasin. Como já afirmamos, Lukács, nesse momento de seu percurso, desconhece o trabalho concreto como categoria fundante e vê apenas o negativo absoluto do trabalho abstrato; então, a suposta sobreposição do método ao plano social econômico é relativa. Mas se estamos realmente falando do ser social, em sua radicalidade histórica, é preciso fazer a seguinte ponderação: *VER* é condição necessária para que a consciência social possa orientar sua práxis para além da reprodução fetichizada; mas *SER* só é possível, concretamente (historicamente), com o trabalho livre associado. Nesse sentido, mesmo quando alcançamos a compreensão mais

ontologicamente elevada do trabalho como categoria fundante e chave para superação do capitalismo; sem a realização histórica, continuamos ainda, concretamente, no patamar do *VER* e não do *SER*. A crítica de Chasin, portanto, tem eficácia insuficiente.

Voltando ao contraponto de Almeida que, apoiando-se em Lowy, defende que *HCC* já apresenta a Totalidade como relações históricas concretas, e não mera abstração teórica. O ponto de vista do proletariado, não seria apenas um ponto de vista, pois estaria sempre apresentado como visão para orientar uma prática determinada:

[...] a solução dialética das antinomias e das dualidades é o ponto de vista do proletariado revolucionário que tem a capacidade de ‘elevar positivamente à consciência e de transformar a práxis no sentido imanente da evolução.’ Esta evolução leva objetivamente para a destruição do capitalismo, sem ser, no entanto, capaz de fazê-lo por sua própria dinâmica. A realidade só será transformada com a ação do proletariado consciente, sujeito-objeto consciente da história. (LOWY, 1979 *apud* ALMEIDA, 2012, p. 76).

E mais uma vez, alinhando-se as nossas hipóteses, encontramos a compreensão da Reificação como Totalidade social alienada. Almeida (2012), com argumentação semelhante à pesquisa anterior de Mendes (2012), também se apoia em Wolfgang Leo Maar, mas em obra diferente (*Lukács: um Galileu no século XX*). Este autor não só afirma que a Reificação é a Totalidade alienada, como afirma que esta não é expressão ilusória. Na sociabilidade capitalista, a Totalidade social só pode constituir-se de forma alienada, ou seja, na forma e no conteúdo objetivo da Reificação, e só pode ser elucidada por uma nova ciência, totalizante, diferente das ciências particulares burguesas:

A totalização da *reificação* adentra o indivíduo em todas as suas dimensões, pois, como fenômeno social no plano da objetividade, não basta desvelar as ideologias subjacentes recorrendo aos métodos das ciências naturais, fragmentadas e formais, mas ao contrário, devemos buscar uma ciência globalizante dirigida à totalidade material. [...] A inversão não está no pensamento sobre os objetos, mas nos próprios objetos (mercadorias), assim as representações ideológicas são reflexos corretos da realidade ‘falsa’, ou seja, não há uma falsa representação da realidade concreta. A corrupção da realidade é social e depende do modo de produção e reprodução social. Nessa acepção, a *totalidade* da subjetividade e objetividade garante a objetividade da análise da *reificação*, se tiver como referência o *substrato material concreto*, precedido metodologicamente por uma ciência globalizante. Assim, a partir de uma teoria dos objetos materiais, Lukács explica a origem dos *objetos formais* por via do fetichismo. (ALMEIDA, 2012, p. 76, grifos do autor).

Almeida (2012) faz ainda uma reflexão interessante sobre o suposto marxismo weberiano de Lukács, confrontando Marcos Severino Nobre (*Limites da Reificação*) e Lowy (*Para uma sociologia dos intelectuais e revolucionários*). O primeiro considera a expressão *consciência como possibilidade objetiva*, presente no texto weberiano apropriada por Lukács em *HCC*, como uma versão própria do conceito de tipos ideais, e com forte ênfase subjetivista.

O segundo afirma que a Categoria *Possibilidade Objetiva* é dialética e já aparecia em Hegel. Almeida (2012) extrai dessa análise a dimensão ontológica do pensamento lukacsiano, quando este trata das possibilidades concretas de formação da consciência de classe:

[...] Bem fala Lukács que não é o mero aspecto psicológico que limita a burguesia compreender os problemas da organização social capitalista, mas sim a própria estrutura da economia com suas ‘leis naturais’ [...] Lukács sopesa que nas épocas pré-capitalistas o homem nunca conseguiu se conscientizar das forças motrizes (motivos das ações humanas) na história, e foi com o advento do capitalismo que se chegou ao estágio da possibilidade de se atingir esse conhecimento. (ALMEIDA, 2012, p. 85).

Podemos ir, com a ajuda de Almeida, um pouco além, e acrescentar que Lukács, ao utilizar a Categoria *Possibilidade Objetiva* tratava das *possibilidades* concretas de apreensão da realidade pela classe expropriada, e refletia sobre o seu conceito ontológico de *alternativa*, cujo lastro para a liberdade humana são as condições concretas de realização e, não, voluntarismos e desejos descolados da objetividade. Afinal, Lukács estava extraindo suas formulações da Revolução russa. E concluindo a contribuição de Almeida para o nosso debate, temos uma importante síntese sobre a dimensão ontológica apreendida por Lukács em seu primeiro encontro com Marx em *HCC*:

O caminho percorrido por Lukács o leva a concluir que não basta apenas possuir o conhecimento meramente teórico da realidade social, para que haja uma transformação radical, também é imperioso unificar teoria e prática. [...] O desafio é saber como a massa vai apoderar-se da teoria e do método, que é a condição prévia da dialética revolucionária ou como prefere chamar, *veículo da revolução*. Para tanto, é necessário que o proletário seja ao mesmo tempo, sujeito e objeto da história, para que possa mediar a *consciência e a realidade social*. [...] Para Lukács, romper o imediatismo a que está submetido o indivíduo só é possível numa perspectiva de *totalidade*, que é uma síntese de várias determinações, é a unidade do múltiplo e categoria fundamental da realidade que tem nas relações de produção o ponto de partida metódico para o conhecimento histórico das relações sociais. (ALMEIDA, 2012, p. 90, grifos do autor).

Ainda que, sem todas as ferramentas categoriais necessárias, o pensamento lukacsiano de juventude em *HCC*, assegurado pela robustez do método marxiano em estágios iniciais de apropriação, apresenta o processo histórico como Totalidade concreta, *possibilitando objetivamente* o conhecimento de *si da classe* e não um processo abstrato de pensamento.

Encerramos a varredura do “estado atual da questão” sobre a Reificação (ou seria estado da arte? Revisão da literatura?). Mais uma digressão: nosso texto não se enquadraria em nenhum grupo individualmente, talvez nos três grupos simultaneamente. Esses termos, contudo, não são importantes para o método onto-histórico, da forma como são pensados pelas abordagens gnosiológicas. Além do exercício de uma investigação melhor situada; o que realmente importa é que a identificação de análises convergentes, divergentes e indicações

teóricas não desenvolvidas ajudam a construir o percurso ontológico de investigação realizada pela generidade, em mais um passo na apreensão da realidade, porque o conhecimento da realidade é um processo coletivo. Com a varredura, buscamos demonstrar, sobretudo, nosso objeto de pesquisa em parte de seu movimento, a *apreensão da Categoria Reificação* em um percurso ontológico histórico-formativo do ser social. O que buscamos ilustrar aqui é parte do confronto, até este momento, entre o esforço da tradição marxiana-lukacsiana em formar sujeitos capazes de práxis emancipatória²⁵ e os obstáculos objetivos-subjetivos gerados pela fragmentação reificadora da sociabilidade produtora de valor que ainda mantêm a consciência social presa às mistificações impeditivas do cumprimento da tarefa histórica de superação do Capital. Em resumo, a reprodução social é captada no plano da reprodução ideal da realidade feita pela produção do conhecimento, nessa investigação, delimitamos o conhecimento acadêmico.

E como a tarefa se faz cada vez mais necessária e mais difícil pelo sufocamento da crítica radical marxiana, perpetrada pela universalização das subjetividades presas nos “labirintos” fenomenológicos, incluindo aí, diversos momentos ou segmentos da própria tradição marxista, precisaremos agora partir para o debate de pesquisadores maduros focados no percurso ontológico lukacsiano, em mais um esforço de aproximação do nosso objeto, a apreensão da Categoria Reificação pela Consciência do ser social.

2.5 Debate sobre as contribuições marxianas de HCC sobre a Reificação: para além da CAPES

Ultrapassando a varredura realizada no Banco de pesquisas da CAPES, necessitamos complementá-la com as contribuições de pesquisadores marxistas maduros sobre a Reificação em *HCC*. A ausência de autores importantes, que não apareceram na varredura do banco de teses, já aponta para a problemática de concepções de ciência cada vez mais particulares, restritivas, quase personalizadas, com pouca consciência da dimensão coletiva da produção do conhecimento, e sobretudo, desconectadas da Totalidade social concreta

²⁵É preciso não confundir práxis emancipadora com práxis emancipada. Desenvolveremos melhor essa distinção nas seções sobre educação reificada. Por ora, apenas destacamos que os elementos de possível futuro emancipado estão nas contradições do metabolismo social em curso e precisamos da teoria que esteja acompanhando esse movimento, para identificá-las e orientar o agir sobre elas enquanto classe ou, pelo menos, em frágeis ações singulares. Já a práxis emancipada será possível, apenas, quando houver a materialização de uma sociedade igualmente emancipada, ou seja, que possibilite ao ser social o seu pleno desenvolvimento, enquanto gênero, cujos limites são determinados somente pelo devir. Não sendo algum tipo de fim da história, mas o começo, um novo salto ontológico.

(histórica) que determina essa produção. Observaremos um pouco mais sobre a apropriação da Categoria Reificação por intelectuais marxistas mais “livres” das restrições acadêmicas impostas às pesquisas de mestrado e doutorado.

Retomamos Bewes (2015) que, como dissemos no início do capítulo, destacou o ressurgimento dos estudos sobre a Reificação como um tipo de moda acadêmica, decorrente do resgate feito pelos autores Axel Honneth em 2005, Bill Brown em 2006, Kevin Floyd em 2009 e Fredric Jameson em 2011, prejudicando a sua apropriação correta. Segundo ele, os referidos autores conservaram um ponto de convergência: a Reificação como elemento de crítica às relações sociais capitalistas. Entretanto, segundo ele, os referidos pensadores interpretaram equivocadamente o legado lukacsiano e pretenderam recuperar o verdadeiro Lukács. Infelizmente, Bewes também não vai muito longe. Destacamos o erro apontado por Bewes sobre a teoria de Honneth: “[...] tomar a reificação como uma categoria representacional, em vez de tomá-la como uma categoria puramente lógica.” (BEWES, 2015, p. 14-15). Consideramos que, do ponto de vista ontológico, não há diferença relevante entre lógico e representacional, mas o autor faz a diferenciação nos seguintes termos: o *lógico* seria a formulação de um problema, e *representacional* seria a expressão subjetiva de uma objetividade; ou seja, diferencia apenas um subjetivismo problematizador e outro não problematizador da realidade. Faz uso de diversas passagens de Lukács em *HCC*, e até mesmo citações de Marx para demonstrar sua tese. O autor compreende que “[...] em Lukács, a consciência de classe, como a própria Reificação, não é uma questão de representação ou representabilidade, mas uma lógica: uma formação cuja verdade ou validade não depende de sua realização.” (BEWES, 2015, p. 26-27). Essa afirmação teria o propósito de refutar a crença Honnethiana de que existiriam somente casos de reificação, passíveis do que poderíamos chamar de *desreificação*, negando, portanto, a universalidade reificada pela lógica de reprodução da sociedade capitalista. Acertou na crítica, mas o caminho encontrado para expô-la é uma abstração não-materialista, não-histórica, não-dialética, portanto, não-ontológica, incompreensível como pensamento marxiano. Vejamos outro exemplo de sua crítica à Honneth:

[...] o que ocorre na reificação não é a reificação, mas simplesmente o acontecer, o ter acontecido. Novamente (e contra Honneth), não existem “casos” de reificação, pois a lógica da reificação é a lógica do caso. [...] uma vez que a reificação não é senão o acontecer. Pelas mesmas razões, devemos insistir que não há um antes e um depois da reificação – já que a reificação é inseparável da lógica do antes e depois – isto é, da lógica da instanciação. O que o capitalismo alcança por meio da lógica da reificação não é a falsificação ou a má representação de qualquer coisa ou pessoa, mas a sua verdade, o seu vir a ser. (BEWES, 2015, p. 28).

O autor tenta explicar que a Reificação é a própria reprodução social capitalista, criando uma articulação que ele denomina de *instanciação*. Bewes trata kantianamente o problema da Reificação, embora a situe em um tipo alienado de Totalidade (instanciação). Ou seja, tem o mérito de recolocar a Totalidade, categoria expurgada do pensamento dito pós-moderno. Bewes sabe que existe a coisa-em-si da reprodução social capitalista, mas a torna passível apenas de uma análise lógica, definida como problematização, somente como atividade pura da consciência. Entendemos que, a obra lukcsiana de juventude crítica justamente essa postura contemplativa herdada de Kant. Mesmo se considerássemos somente a realização abstrata hegeliana na forma do trabalho realizado pelo espírito, já teríamos uma mediação importante, porque, em Hegel, o espírito precisa objetivar-se para reconhecer-se. A análise de Bewes, nesse sentido, está aquém de *HCC*, uma vez que Lukács se apropria do legado hegeliano de forma mais elevada.

Academicamente, um comentador mais famoso de *HCC* é Zizek (1949-), filósofo que busca recuperar a obra combatendo sua exclusão pelos críticos de sua terra (antiga Iugoslávia, hoje Eslovênia), e libertá-la do suposto peso stalinista. O autor faz uma síntese da importância da obra para o século XX, influenciando o pensamento marxista e não-marxista até hoje; entende que há uma ruptura entre os textos de juventude e maturidade, em especial, pela ênfase especulativa-hegeliana afirmada pelo próprio Lukács, mas destaca especialmente a influência leninista em *HCC*. Apesar disso, a obra, segundo Zizek (2003), não poderia ser desprezada, sobretudo, por ser uma construção teórica baseada na luta política de seu tempo. O pensador esloveno denuncia também a Escola de Frankfurt por ter abandonado a luta política, transformando-se apenas em atividade acadêmica, e Lukács foi muito além disso. Considera que a polarização entre os reformistas da social-democracia e os stalinistas foi uma das explicações da exaustão da onda revolucionária no tempo analisado em *HCC*. O pensador esloveno recupera, brevemente, o momento histórico imediatamente após a morte de Lenin, em que os inimigos de Lukács e Korsch os acusam de revisionistas e subjetivistas; sobretudo, pela Escola de Abram Deborin, então ideólogo dominante no pensamento soviético:

[...] escola essa que foi a primeira a sistematicamente desenvolver a concepção de que o marxismo seria um método dialético com validade universal, capaz de elaborar leis gerais que poderiam ser aplicadas tanto à análise dos fenômenos naturais como dos sociais – a dialética marxista é estripada, dessa forma, de sua atitude prático-revolucionária, que leva ao engajamento direto, e transforma-se numa teoria epistemológica geral que lida com as leis universais do conhecimento científico. (ZIZEK, 2003, p. 162).

Considerando o que já é amplamente divulgado sobre o stalinismo, nossos achados teóricos e históricos nos textos lukacsianos e algumas indicações zizekianas, podemos afirmar que *HCC* é condenada nos anos 1920 pelos ideólogos stalinistas²⁶ por ser obra inaceitável para a consolidação de uma ideologia de estado, estática, ultrasubjetivista, baseada na vontade de um super-sujeito individual (Stalin), fantasiado de sujeito coletivo (Partido); mistificação da objetividade universal pela domínio total das forças produtivas e mistificação da subjetividade universal mediada de forma violenta pelo Partido-Estado. A tragédia da sociedade de classes em qualquer forma de sociabilidade. E acrescentamos à análise de Zizek: a obra era uma ameaça por buscar o lugar da subjetividade, no confronto com a objetividade das limitações econômicas capitalista, mas que, certamente, também alcançaria as limitações econômicas e voluntaristas produzidas pelo stalinismo. Concordamos com Zizek. Observe-se o imbróglio: o desenvolvimento teórico da obra poderia ter levado à profunda crítica dos caminhos sinistros tomados pelo socialismo naquele momento, e, ao mesmo tempo, as alternativas disponíveis para Lukács estavam restritas a desistir do socialismo, partindo para um país capitalista, a exemplo de Korsch, ou ficar, e submetendo-se ao stalinismo, encontrar uma alternativa para continuar a luta pelo desenvolvimento do socialismo. Lukács optou pela segunda.²⁷

Voltemos às contribuições de Zizek. Sua questão é saber como o stalinismo foi possível como desdobramento de um evento com a magnitude da Revolução Russa. Seguindo os passos de Alan Badiou (1905-1996), que reconhece “[...] o tremendo potencial emancipador do evento de outubro.” (ZIZEK, 2003, p. 164). O pesquisador esloveno descarta imediatamente a relação de identidade entre revolução (qualquer uma) e totalitarismo, hipocrisia disseminada pelo pensamento liberal. Por outro lado, defende uma problemática relação de identidade entre leninismo e totalitarismo. Sua tese afirma que “[...] o stalinismo é *inerente* à lógica revolucionária leninista e não o fruto de alguma influência corruptora externa, como o ‘atraso russo’ ou a postura ideológica ‘asiática’ das massas [...]” (ZIZEK, 2003, p. 164-165), indicando como tarefa uma profunda análise do processo político daquele tempo. Além disso, o autor também afirma que o stalinismo já estaria inscrito em Hegel:

Apesar da tarefa de explicar a ascensão do stalinismo estar além do escopo deste ensaio, somos tentados a arriscar um curto comentário preliminar sobre ela. Todo marxista se lembra do comentário de Lenin, nos seus *Cadernos filosóficos*, de que aquele que não leu e estudou cuidadosamente toda a *Ciência da lógica* de Hegel não

²⁶Lukács escreve *Reboquismo e Dialética*, defesa visceral de *HCC*, texto-denúncia das deformações grosseiras promovidas pela referida escola de ideólogos stalinistas.

²⁷Como vimos nos fragmentos biográficos e autobiográficos apresentados, Lukács justificou, de fato, o stalinismo, frente ao capitalismo, mas também o combateu internamente, nos limites possibilitados pelo seu momento histórico.

pode realmente entender *O capital* de Marx. Na mesma linha, *somos tentados a afirmar que quem não leu e estudou com cuidado os capítulos sobre “Julgamento” e “Silogismo” da Lógica de Hegel não pode realmente entender a emergência do stalinismo*. Isto é, a lógica da emergência do fenômeno histórico pode ser melhor entendida com base na sucessão das três formas de mediação silológica, que vagamente correspondem à tríade marxismo-leninismo-stalinismo. Os três termos mediados (o Universal, o Particular e o Singular) representam a História (o movimento histórico universal), o proletariado (a classe particular que tem uma relação privilegiada com o Universal) e o Partido Comunista (o agente singular). Na primeira forma marxista clássica de mediação, o Partido realiza a mediação entre a História e o proletariado: sua ação permite que a classe trabalhadora “empírica” torne-se consciente da missão histórica inscrita em sua própria situação social e aja de acordo com ela [...] torna-se sujeito revolucionário. A ênfase está na atitude ‘espontaneamente’ revolucionária do proletariado: o Partido apenas desempenharia um papel maiêutico, tornando possível a conversão, meramente formal, do proletariado de classe-em-si para classe-para-si. (ZIZEK, 2003, p. 166-167, grifos nossos).

Zizek critica a Razão histórica hegeliana, apropriada por Lenin, ou seja, o proletariado é a classe destinada à revolução e cumprirá sua tarefa inexoravelmente, como um tipo de Espírito Absoluto. Para tanto, o Partido teria que *educar* a massa proletária para cumprir sua tarefa, um paradoxo, o que teria determinado o caminho para Stalin ou qualquer outra liderança que aparecesse, inclusive, o próprio Lenin, se tivesse sobrevivido. Nesse sentido, a identidade sujeito-objeto hegeliana teria chegado a Lukács por Lenin, e daí o problema teórico fundamental de *HCC*, como obra stalinista, que como o próprio autor aponta, já fora indicado pelos frankfurtianos e althusserianos; crítica repetida em diversos textos que desqualificam a obra. E quando tudo parecia convergir, estranhamente, para o reforço da tese de *HCC* como obra stalinista, Zizek (2003, p. 169), com sua dialética peculiar, encontra o que ele chama de “rachadura no edifício do ser”: as contradições e as discontinuidades do stalinismo latente de Lenin foram neutralizadas por Lukács, daí sua obra não ter se tornado anacrônica e ainda valiosa para os novos tempos.

Segundo o pensador esloveno, o texto lukacsiano apresenta uma categoria que considera fundamental para quebrar a ideologia stalinista, inserindo a dimensão subjetiva capaz de interferir no processo histórico: “O artifício que Lukács chamou de *Augenblick*²⁸ (o momento

²⁸No texto *Reboquismo e Dialética*, o mesmo termo é traduzido como *instante*, entusiasticamente defendido por Lukács (2015) em sua polêmica com Rudas nos anos 1925 e 1926. Existe, ainda, um debate sobre a tradução correta desse termo lukácsiano entre “aqui e agora” ou “agora ou nunca”, contudo a segunda expressão exprime melhor a diferença que a subjetividade pode exercer na condução da processualidade histórica, se estiver atenta às causalidades e à força do *telos*, aproveitando-se de oportunidades que podem jamais repetir-se. Aproveitar ou deixar passar um *momento* ímpar poderá determinar o sucesso ou o fracasso da práxis. Como exemplo, temos a decisão de Lenin em aproveitar-se do contexto da derrota russa na Primeira Guerra para potencializar a adesão de trabalhadores industriais e o campesinato aos bolcheviques. A expressão “aqui, agora”, por sua vez, indica a imediatez do cotidiano, o fluxo perpétuo do contingente, não aponta para situações especiais *per se*, e, talvez, não seja a melhor tradução para o sentido apresentado. O que importa compreender, em termos de estratégia, é que o movimento da realidade precisa ser acompanhado de perto para identificar os momentos especiais que podem ajudar a alavancar ondas emancipatórias.

quando, por pouco tempo, há a abertura para um *ato* de intervenção numa situação), é a capacidade de aproveitar o momento certo, agravando o conflito *antes* que o Sistema possa acomodar a demanda.” (ZIZEK, 2003, p. 171). Lukács teria extraído a categoria do próprio Lenin, quando este afirmou que, mesmo sem as condições objetivas, a oportunidade de fazer a revolução não poderia ter sido desperdiçada. Com a Categoria *Momento*, Zizek defende que *HCC* pode ser atualizada e melhor aproveitada hoje, pois “[...] O *Augenblick* de Lukács está também surpreendentemente próximo do que Alain Badiou chama de *Evento*: uma intervenção que não pode ser entendida com base em suas ‘condições objetivas’ preexistentes” (ZIZEK, 2003, p. 172, grifo nosso). Ora, nem precisaríamos de Badiou para atualizar *HCC*; podemos fazê-lo com o texto lukacsiano de maturidade, *POSS*. Nesta obra, desenvolve a categoria do *momento* de forma mais aperfeiçoada, o *hic et nunc*, ‘agora ou nunca’ (LUKÁCS, 2013) ou ‘aqui e agora’ (LUKÁCS, 2018a), o momento decisivo na experiência imediata, que pode promover saltos na práxis revolucionária, colocada de forma mais explícita suas bases ontológicas.

Apesar da contribuição contraditória de Zizek em favor de *HCC*, precisamos refletir sobre alguns problemas ontológicos presentes em algumas de suas afirmações. Iniciamos com a afirmação já apresentada em citação anterior, de que distorções teóricas do pensamento leninista teriam sido mais determinantes para explicar o fracasso da experiência socialista do que as condições históricas de uma Rússia agrária, continental, multicultural, isolada política e economicamente em um mundo capitalista etc. Então, se Lenin tivesse elaborado melhor sua teoria, o stalinismo não teria se desenvolvido? A teoria determinaria a realidade? Eis um exemplo clássico de subjetivismo não-ontológico. Concordamos com o autor que o stalinismo estava embutido no leninismo, mas não pela teoria, mas pela forma concreta de organização que criou militantes profissionais, neutralizando as lideranças operárias autênticas, criando uma oposição entre burocracia operária e verdadeiros operários que em brevíssimo tempo se revelaria perniciosa, como sabemos. Lenin compreendeu isso, mas não a tempo de reverter. E a Reificação? Como ela aparece na análise zizekiana? Infelizmente, a categoria é vista de forma muito simplista, como Razão Instrumental frankfurtiana, um tipo de subjetivismo objetivado pelo desenvolvimento técnico-científico, intransponível:

É evidente que, no interior do marxismo ocidental, a *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, e os diversos ensaios posteriores de Horkheimer sobre a “razão instrumental” levaram à mudança fatal, de análises sociopolíticas concretas às generalizações antropofilosóficas. A transformação exige que, ao reificar a “razão instrumental”, ela mesma deixe de se basear em relações capitalistas concretas, para tornar-se, de maneira praticamente imperceptível, o “princípio” ou “fundação” quase-transcendental. (ZIZEK, 2003, p. 165).

A identificação da Reificação com a Razão Instrumental é feita de forma muito apressada, abaixo até mesmo dos parâmetros de Adorno e Horkheimer, que não se descolaram do Fetichismo da Mercadoria. Zizek estaria correto em apontar a Razão Instrumental como categoria abstrata, se tivesse levantado o problema criado pelos frankfurtianos de ignorar a relação entre Fetichismo e Trabalho Abstrato, o que acabou por colocar a malignidade do mercado flutuando sobre uma nuvem cultural. Pior do que isso, Zizek parece recusar o próprio Fetichismo, reduzindo-o a um tipo de estruturalismo. Sabemos que Lukács constrói a categoria da Reificação sobre o Fetichismo colado ao trabalho alienado, como demonstramos em Carvalho (2017a) e apresentaremos com mais detalhe adiante, não se aplicando, portanto, a relação de identidade mecanicista entre Reificação e Razão Instrumental. O pensador esloveno ressentia-se da suposta falta de espaço para a subjetividade concreta, cotidiana, na categoria. Lukács foi acusado de subjetista pelos soviéticos e Zizek, agora, o acusa de objetivista. A explicação da acusação de objetivismo pode estar em algumas confusões teóricas da crítica zizekiana, que considera elementos subjetivos (decisões partidárias) como objetivos e opõe Totalidade à objetividade. Vejamos tudo isso nesse trecho em que Zizek critica Lukács por considerar os erros cometidos pelo partido como causa do fracasso da Revolução Húngara:

[...] pode-se sempre afirmar que a fraqueza do Partido Comunista Húngaro era um componente “objetivo” da situação social; contudo, por trás desse “fato”, há ainda outras decisões e atos subjetivos, o que faz com que nunca seja possível atingir o nível zero de um pretensado estado de coisas puramente “objetivo”. O ponto realmente importante não é a objetividade, mas a “totalidade”, entendida como processo global de “mediação” entre o aspecto subjetivo e o objetivo. Em outras palavras, o Ato nunca pode ser reduzido ao reflexo de condições objetivas. (ZIZEK, 2003, p. 172).

Zizek compreende corretamente o conceito de Totalidade como relação entre objetividade e subjetividade; mas ao fazer a estranha oposição com a objetividade, como um obstáculo à intervenção do sujeito na realidade, repete a acusação clássica do objetivismo economicista estendida a todos os marxistas e ao próprio Marx. Ora, Lukács combatia justamente o economicismo de algumas lideranças marxistas, e pagou um preço por isso, sendo silenciado. Zizek, embora invoque a Totalidade como unidade, privilegia claramente a subjetividade como momento predominante, a força de super-sujeitos que podem se sobrepor a quaisquer limites impostos pelo mundo objetivo, demonstrando incompreensão da Totalidade concreta, ou seja, da unidade dialética das determinações reflexivas entre as duas dimensões do ser social, na qual surgiria a atuação do sujeito real, os *pores teleológicos*, como afirmaria o Lukács maduro. A subjetividade está vinculada às alternativas possíveis construídas

socialmente em um mundo objetivo. E Lukács fez essa aproximação em *HCC* que não foi captada pelo pensador esloveno.

Poderíamos ainda analisar as contribuições de outros importantes autores que buscaram resgatar a importância de *HCC* na trajetória de Lukács, como Jameson (1995), Infranca (2013) e, sobretudo, Anselm Jappe (2014), polêmico pensador marxista do nosso tempo, mas deixaremos para estudos futuros. Considerando os limites dessa exposição, é mais relevante, para os educadores focados na emancipação humana, compreender as bases ontológicas da Categoria Reificação descobertas por Marx e Lukács em suas respectivas trajetórias teóricas de forma a recuperar a importância da Reificação para elucidar o metabolismo destrutivo no qual estamos inseridos. É o que faremos a seguir.

3 PERCURSO HISTÓRICO-FORMATIVO MARXIANO PARA APREENSÃO DO SER SOCIAL REIFICADO: ALGUMAS MARCAÇÕES

O objetivo do capítulo é demonstrar a trajetória marxiana de apreensão do Fetichismo da Mercadoria, com vistas a compreender as bases da Reificação. O percurso marxiano elucida a relação objetividade e subjetividade no esforço da consciência social de apreender a realidade. Nenhum indivíduo, por mais extraordinário que seja, consegue realizar esse esforço sozinho. Seu esforço é sempre o resultado do esforço de todo o gênero humano em produzir a existência e compreender como esse processo se dá. A genialidade marxiana reside em extrair os avanços do pensamento acumulado até o seu tempo de vida e elevar-se da imediatividade reificada, capturando a realidade em suas múltiplas determinações. Sintetizou todo esse esforço em ferramenta teórica para nortear a práxis dos expropriados dos meios de produção. Apresentaremos um pouco desse percurso, que saltou sobre as barreiras objetivas da alienação da consciência social, desenvolvendo um método para autoconscientização ontológica. Iniciamos a demonstração desse processo criticando a cisão de seu pensamento.

3.1 Problematização do Marx-ontológico e Marx-não-ontológico

Seguimos o entendimento de José Paulo Netto (1981, p. 33). Para este importante marxista brasileiro, a Alienação do ser social é a categoria que permeia todas as obras marxianas, é “[...] constitutiva de sua teoria social.” Podemos facilmente comprovar a afirmação nos escritos marxianos de juventude, nos quais, Marx considerou o caráter social da alienação que fragmenta a generidade; para tanto, precisou percorrer uma longa trajetória de aproximação de seu objeto, a sociabilidade capitalista. Nesse esforço para apreendê-la, o pensador alemão foi construindo o método onto-histórico, indo de uma análise abstrata, criticando inicialmente o Estado, até alcançar mais determinações da Alienação, concretas, processo denominado em sua obra magna de Fetichismo da Mercadoria. Marx não utilizou o termo reificação em seus escritos, mas, em todo o seu percurso, explicitou os processos históricos que desumanizam e coisificam os seres humanos, encontrando sua essência na apropriação privada da produção social da riqueza e, junto, com essa descoberta, a possibilidade de superação pelas próprias contradições da luta de classes, se devidamente potencializadas pela luta dos expropriados.

Apresentar algumas passagens do percurso marxiano sobre o Fetichismo da Mercadoria é facilitada pelo privilégio de podermos acessar cada vez mais as publicações de seus textos, diferente de diversos autores que nos antecederam. José Paulo Netto, em palestra²⁹, chamou de “o problema da fortuna editorial de Marx”, ou seja, a publicação tardia de textos fundamentais para compreensão de sua gênese teórica-metodológica. Lenin e Rosa Luxemburgo não conheceram a *Ideologia Alemã*, por exemplo. Sabemos que, pela natureza do método, acompanhar o processo de aproximação do objeto concreto, em seu movimento histórico, exige o conhecimento dessa continuidade, obedecendo sua cronologia, de modo a recompor os saltos. Caso contrário, corremos o risco de nos fixar em análises parciais. Não é possível compreender as sínteses mais amadurecidas sem compreender as descobertas anteriores que as possibilitaram. Decorre dessa fragmentação, uma das dificuldades de compreensão dialética do mundo, entender como as contradições geraram os movimentos. A Totalidade concreta só pode ser compreendida como processo histórico.

Também é preciso alertar que a leitura mecânica das obras também não é suficiente, é preciso a compreensão teórico-prática da dialética. Vejamos o problema da cisão do pensamento marxiano: após o conhecimento das obras de juventude de Marx na década de 1930, iniciou-se um longo debate sobre como essa produção intelectual se articulava às suas formulações de maturidade. Criou-se a cisão althusseriana do *Marx-jovem-filósofo* e o *Marx-maduro-cientista*. Esta cisão foi superada, felizmente. Contudo, posteriormente, criou-se outra cisão: Marx antes e depois da chamada “virada-ontológica”: um *Marx-não-marxista* (*democrata burguês/ não revolucionário/ não-ontológico*) e um *Marx-marxista* (*comunista, revolucionário, ontológico*). Como toda separação, por melhor que seja a intenção de análise do fenômeno, em geral, desconecta-se, em alguns graus, da Totalidade social. Fazemos uma reflexão inicial: como posso extrair Marx de seu próprio processo histórico-formativo, enquanto ente, parte do ser social? Esse corte não seria a negação do movimento dialético próprio ao método onto-histórico? As abstrações marxianas iniciais, menos determinadas, não fariam parte do esforço da apreensão da realidade, em sua dinamicidade universal-particular-singular? É possível separar Marx de si mesmo?

Nesse debate, vários estudiosos procuraram identificar a obra que se constituiria um tipo de elo perdido entre o Marx-ontológico e o não-ontológico. O próprio Lukács considerou os *Manuscritos de Paris (Econômico-Filosóficos de 1844)* como conexão que o fez

²⁹Introdução ao Método de Marx (primeira parte) (INTRODUÇÃO..., 2016). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8&t=3916s>.

compreender a ontologia marxiana. Chasin (1995) e Netto (2004) recuam um pouco mais e indicam a importância dos *Manuscritos de Kreuznach (Crítica à Filosofia do Direito de Hegel de 1843)*. Para Netto (2004, p.15), a obra marca o rompimento com o pensamento político de Hegel e a filosofia especulativa, surgindo a práxis como “[...] novo estatuto teórico para a reflexão referida à socialidade.” Apesar dessa marcação, o autor alerta sobre as implicações negativas dessa busca, e analisa diversos autores que fizeram esse exercício sem muito sucesso.

Inspirados pelo alerta de Netto, fizemos breve reflexão sobre Chasin (1995). Esse autor é o mais emblemático na busca do Marx ontológico. E cumpriu muito bem sua tarefa, considerando seu caráter de desbravador dos caminhos para melhor compreensão da dimensão ontológica do pensamento marxiano, e para a inserção das contribuições lukacsianas no pensamento acadêmico brasileiro. Sem desconsiderar esse avanço, fazemos nossa crítica: Chasin insistiu em uma argumentação negativa da história e da subjetividade, separando o sujeito Marx de suas próprias determinações, o que, ironicamente, negou o que se constitui como indispensável para apreender o caráter ontológico, concreto, da Totalidade social. O pensador brasileiro explicou, de fato, com muito rigor conceitual, a ontologia do ser social; mas, ao fragmentar a produção do conhecimento marxiano do seu próprio processo histórico enquanto indivíduo, permitiu o antagonismo, não-dialético, entre ontologia e gnosiologia. Também não conseguiu escapar ao trato burguês (particular) da Filosofia, mesmo invocando a Categoria da Totalidade. Em outros termos, Chasin tratou a ontologia apenas filosoficamente, de maneira abstrata, apartada da história, que é a forma mesma de produzir ciência imposta pelo metabolismo capitalista. Vejamos uma afirmação chasiniana na qual defende que nos escritos marxianos da Gazeta Renana não havia nenhum: “[...] elemento germinal do itinerário posterior de Marx.” (CHASIN, 1995, p.354). Segundo esse autor, deveríamos lê-los somente para mostrar o abandono total de Marx ao seu suposto pensamento pré-marxista. Pensamento bem característico nos servirá como contraponto para nossa análise adiante.

Diante das advertências e reflexões anteriores, esclarecemos que para identificação dos momentos de apreensão marxiana dos elementos necessários à descoberta do Fetichismo da mercadoria, o fio norteador será compreender a Alienação, de forma geral, como negativo absoluto, gerada pela inversão da relação objeto x sujeito, ou seja, a humanidade dominada por suas próprias criações sociais; desde a expressão menos determinada de desumanização do ser social até à expressão mais complexa, revelada pela Teoria do Valor e seus desdobramentos. Não se trata de nenhum historicismo de ideias, mas a apresentação panorâmica do esforço de toda uma vida dedicada a apreender as determinações do ser social e apresentá-las à classe

trabalhadora, ajudando-a em sua tarefa histórica de emancipação do Capital. Compreender a dinamicidade histórica e a complexidade lógica do metabolismo social que inviabiliza nossa plenitude humana concreta é condição necessária para a práxis emancipadora.

3.2 Primeiros passos de autoconscientização ontológica de Marx: os despossuídos do mundo e o gênero humano

Iniciamos com o recuo na trajetória de Marx, desautorizado por Chasin, e recuperamos a importância dos artigos jornalísticos na Gazeta Renana sobre a criminalização dos trabalhadores que “roubavam” galhos caídos de árvores para não morrerem de fome e frio. Nesses textos, Marx (2017) usa sua habilidade jornalística e sua formação em Direito como um tipo de práxis engajada na defesa dos pauperizados, que se constitui mais relevante que meros discursos apelativos à sensibilidade dos agentes estatais de um democrata radical, como afirmam seus críticos vermelhos. Muito além disso, Marx demonstra as contradições iniciais reveladoras do Fetichismo, visibilizando pessoas desumanizadas, não reconhecidas como exemplares da generidade. Revela, ainda, o impacto do processo histórico em suas formulações; o contato direto com a expropriação concreta das terras comunais, pedaços de chão utilizados há séculos pelos camponeses para extrair meios de subsistência; Marx já trata, aqui, da produção material da existência.

Se a análise marxiana tivesse tratado o fenômeno da criminalização dos camponeses como algo dado em sua imediaticidade, e considerasse a Totalidade social como uma universalidade abstrata e imutável, sem ancoragem na História, ele teria apenas produzido uma “Teoria do reconhecimento”, muito antes dos frankfurtianos³⁰ e ficado nesse patamar, paralisado, como vemos em muitos pensadores dessa escola. Marx teria apenas “reconhecido” os camponeses como seres humanos e seu direito aos gravetos. Sabemos que isso não aconteceu. Mesmo limitadas, as ferramentas teóricas adquiridas em sua formação ontológica hegeliana lhe possibilitaram apreender, da visceral realidade concreta de desumanização na sociedade burguesa, elementos para continuar as aproximações do seu objeto.

É certo que há, nesse momento, uma crença marxiana no poder emancipador do Estado Moderno, mas também é aqui que ele encontra a relação entre Estado e propriedade privada. Podemos pinçar elementos para os saltos que virão. Marx inicia sua análise destacando a fraqueza do Estado alemão frente aos proprietários florestais, exortando-o a tomar as decisões

³⁰Tratamos dessa teoria na seção anterior dessa investigação.

legislativas em favor dos camponeses. A exposição argumentativa aparenta limitar-se apenas ao fenômeno jurídico, mas, com um pouco mais de atenção, observa-se que todo o levantamento documental do processo feito pelo jovem pensador como as falas dos deputados, as propostas vencedoras e as alterações legais, se constitui como processualidade histórica que, de forma inequívoca, demonstra a classe proprietária como força determinante do Estado alemão. Talvez esse estudo tenha dado as condições para Marx perceber que os legisladores não poderiam submeter os proprietários, facilitando a *Crítica* ao conceito hegeliano de Estado, o que aconteceria imediatamente a seguir, entre 1842 e 1843.

Vamos olhar mais de perto. Marx se engaja contra o endurecimento das leis de furto de madeira. Ele faz uma recuperação histórica comparada entre a nova classificação de furto reivindicada pelos proprietários do século XIX com o código penal anterior, feito no século XVI e vigente até o XVIII. Dessa análise, que detalharemos adiante, Marx (2017, p. 80) extrai do evento um dos fundamentos do fenômeno: “Uma determinação é comum a ambos, apropriação de madeira alheia.” E faz a conexão entre as duas legislações para que se compreenda que é o processo de apropriação privada que está no comando, coisificando, desumanizando o ser social, conduzindo o Estado (burguês), que nesse momento de sua apreensão, ainda entendia como relação deformada entre Estado e Sociedade Civil. E com suas ironias e trocadilhos, expressou a relação de inversão objeto x sujeito criada pela nova lei da madeira:

Não há maneira mais elegante, e ao mesmo tempo mais simples, de derrubar o direito das pessoas em favor dos direitos das árvores novas. Se, por um lado, o parágrafo for aprovado, será necessário cortar uma massa de pessoas sem intenção criminosa da árvore verdejante da moralidade e lançá-la qual madeira seca no inferno da criminalidade, da infâmia e da miséria. Se, por outro lado, o parágrafo for rejeitado haverá a possibilidade de que algumas árvores novas sofram maus-tratos, e alegar isso é quase desnecessário! Os ídolos de madeira obtêm a vitória e as vítimas humanas são abatidas! (MARX, 2017, p.79-80).

Imbuído da influência de Proudhon (1975), Marx apresenta a legislação anterior: cortar a árvore representava uma afronta aos direitos do proprietário da árvore, mas coletar gravetos não era violação de propriedade. E capta indícios da relação entre essência e aparência na coisificação do proprietário que se expressa na coisa que ele possui, pois se alguém pegar madeira já cortada por outro criminoso, ela continua em sua condição de propriedade, independente do deslocamento: “[...] A ligação natural com a propriedade foi substituída pela ligação artificial. Portanto, quem furta madeira cortada furta propriedade.” (MARX, 2017, p. 81).

Na Lei anterior (século XVI), a madeira seca, caída, não pertencia à árvore, não pertencia ao proprietário, não era propriedade e, portanto, não era crime se fosse coletada pelos camponeses. Observa-se o caráter material que perfaz todo o estudo da situação. A nova legislação (século XIX), demandada pelos proprietários florestais, passa a criminalizar também a coleta dos gravetos caídos, secos. Em sua análise, Marx (2017) faz a analogia entre a relação árvore-graveto e expropriador-expropriado, em um texto poético, que nos remete a uma experiência da nova ciência ontológica intuída por ele, histórica-filosófica-estética, que estava nascendo:

[...] é uma representação física de pobreza e riqueza. A pobreza humana sente essa afinidade e deriva desse sentimento de afinidade seu direito de propriedade, de modo que, deixando a riqueza orgânico-física para o proprietário premeditado, ela reivindica a pobreza física para a necessidade e sua contingência. Ela sente nessa atividade das potências elementares uma potência amistosa que é mais humana que a potência humana. [...] A arbitrariedade contingente dos privilegiados foi substituída pela contingência dos elementos, que arrancam da propriedade privada o que ela não larga mais por si só. (MARX, 2017, p. 89).

De forma explícita, Marx define sua posição na luta de classes que nunca mais irá abandonar, ilustrando o caráter profundamente desumanizador da relação entre proprietários e não-proprietários, na qual o pobre já era obrigado a respeitar, desde sempre, a propriedade do rico, coletando somente os gravetos secos que não faziam mais parte da árvore, parte morta, sem a seiva, aquilo que nem a natureza, nem o proprietário queriam mais³¹. Agora, com a nova legislação, a natureza passa a ser mais generosa que o burguês, pois continuará dando suas esmolas para a sobrevivência do pobre, enquanto o proprietário irá expropriá-las também. Eis uma expressão invertida da relação entre o ser humano e a coisa, a natureza como sujeito mais generoso do que o sujeito proprietário, e o camponês pobre como objeto desses dois sujeitos. Essa já é uma formulação precária do Fetichismo da mercadoria.

Indo além dessas descobertas, o pensador alemão busca a determinação do aprofundamento da desumanização no capitalismo e aponta algumas evidências do movimento da mercadoria e da exploração do trabalho. Destaca a fala dos legisladores alemães que defenderam o direito do proprietário em apropriar-se dos gravetos para venda, denunciando o interesse privado conduzindo o interesse público. E mesmo com a crença temporária de que o interesse privado subjetivo é, em si mesmo, um impeditivo da igualdade universal, Marx (2017, p. 92) apreende a determinação ontológica da coisa produzida pela humanidade tornada sujeito

³¹Sabemos que não há desperdício na natureza e até os gravetos são reabsorvidos nos processos bioquímicos, a metáfora nessa passagem sobre a mercantilização dos gravetos “doados” pelas árvores tem a função de humanizar a natureza em confronto à desumanização do ser humano gerada pelo Fetichismo da mercadoria criado pelo capitalismo.

(propriedade privada) e pergunta: “[...] como poderia agir com humanidade o legislador movido por seu próprio interesse, dado que o não-humano, um ser material estranho, é seu ser supremo?”

A base filosófica hegeliana de Marx, apropriada criticamente, lhe dá condições de fazer algumas aproximações importantes já nesse texto. A importância dada à vida social articulada a uma forma de generidade humana *cindida*, coisificada, pelo metabolismo capitalista, expressa na relação entre proprietários e não-proprietários, em movimento de luta entre si, são elementos facilmente identificáveis. Evidências do tratamento ontológico do objeto guiando as reflexões e não meras assertivas de defesa do Estado democrático burguês. Atento ao caráter fundamental da relação proprietário e não-proprietário, Marx encontra a mercadoria e a produção da riqueza material, embora ainda nas bases da Economia Política Clássica, limitadas ao conceito de renda, e o uso do Estado como instrumento de expropriação da riqueza social. A teoria do valor era vista como inadequada, modismo:

[...] o proprietário florestal que já recebe o valor simples [da própria madeira], pode fazer negócio com a pena de quatro, seis ou oito vezes o valor [multas]. Porém, se, além do valor simples, ele ainda receber uma indenização especial, a pena de quatro, seis ou oito vezes o valor, de qualquer modo é lucro limpo. [...] Haveria melhor modo de o proprietário florestal assegurar sua madeira do que o que aconteceu aqui, no qual o crime foi transformado em renda? Como um general habilidoso, transforma um ataque contra si em uma oportunidade infalível de ganho, pois até mesmo *o mais-valor da madeira, essa coqueluche econômica*, transforma-se em substância por meio do furto. (MARX, 2017, p. 112, grifo nosso).

Mesmo que, nesse momento de sua trajetória, o pensador alemão visse o legislador e o proprietário como funções sociais distintas, idealizando um legislador não-proprietário, comprometido com o direito público, que efetivamente contribuísse para o Estado justo, ou algo que o valha, Marx começa a apontar que não há de fato essa separação, mas uma identidade entre legislador e proprietário, natureza mesma do Estado que ele elucidará, em breve, justamente porque já percorrera essas aproximações sucessivas:

[...] O proprietário florestal legislador confundiu por um instante as pessoas, ou seja, a si como legislador e a si como proprietário florestal. De um lado, fez com que na condição de proprietário florestal, lhe fosse paga a madeira, e de outro fez com que, na condição de legislador, lhe pagassem a *intenção criminosa* do ladrão, sendo puro acaso que, nas duas vezes, o pagamento se destinasse ao proprietário florestal. Portanto, não estamos mais diante do simples *droit des seigneurs* [direito senhorial]. Passando pela época do direito público, chegamos à época do direito patrimonial duplicado, potenciado. (MARX, 2017, p. 113-114, grifos do autor).

Nas primeiras linhas marxianas, já podemos vislumbrar, perfeitamente, o lugar da propriedade para perceber a inversão do processo de apropriação da riqueza social, enquanto materialidade da existência e insuperável relação humanidade-natureza. Essa formulação

alcançará um grau mais elevado muito rapidamente, como veremos em seus próximos textos de juventude.

3.3 A superação marxiana das bases do pensamento burguês

Após esse recuo ao período marxiano de práxis jornalística que lhe proporcionou a primeira aproximação do seu objeto, oportunizando conhecer a situação de pauperização extrema de seres humanos e a importância da natureza para produção da existência, passemos aos textos marxianos de 1843. Obedeceremos à cronologia da escrita o mais precisamente possível, de acordo com as informações obtidas por pesquisadores, considerando nosso objetivo de capturar o esforço de aproximação do Fetichismo da Mercadoria enquanto trajetória de autoconscientização ontológica de Marx. Nesse caso, a linearidade permite observar que mesmo uma subjetividade genial precisa da objetividade inorgânica/orgânica do tempo, as rotações terrestres, a cotidiana passagem dos dias, noites e anos, e o esforço humano de sobrevivência material contido em cada um deles, para apreensão, reflexão e exposição de ideias, e, principalmente, para observar o seu próprio tempo histórico.

3.3.1 A crítica ao Estado burguês como falsa generidade

Escrito em 1843, e publicado em 1844 nos Anais Franco alemães, temos o texto *Sobre a questão judaica*.³² É uma resposta ao texto de Bruno Bauer *A Questão judaica* de 1842. Para Bauer, a emancipação política do judeu e do cristão dependia da recusa, respectivamente, do cristianismo e do judaísmo, para que pudessem se reconhecer como iguais enquanto generidade humana, expressa pelo Estado laico burguês, mediada pela cidadania. É preciso lembrar que Bauer trata aqui do Estado Prussiano não-laico, e que, naquele momento, o Estado laico burguês era a expressão mais desenvolvida de generidade humana. Marx reconhece esse avanço:

[...] Bauer exige, portanto, por um lado, que o judeu renuncie ao judaísmo, que o homem em geral renuncie à religião, para tornar-se emancipado *como cidadão*. Por outro lado, de modo coerente, a superação *política* da religião constitui para ele a

³²Existem algumas controvérsias sobre a sequência cronológica de alguns textos marxianos. Netto (2015), por exemplo, defende que *Sobre a Questão Judaica* foi escrito depois da *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, por entender que a concepção de Estado está mais desenvolvida naquele texto. Entretanto, como a *Introdução* da *Crítica* [...] foi escrita, seguramente, depois do texto principal, e trata com mais profundidade os elementos necessários para a passagem aos *Manuscritos de 1844*, ficamos com a sequência cronológica iniciando pelo texto *Sobre a Questão Judaica*.

superação de toda religião. O estado que pressupõe a religião ainda não é um Estado verdadeiro, um Estado real. (MARX, 2010, p. 36).

Marx aponta também os limites: Bauer não critica o Estado como tal, mas somente o Estado cristão, confundindo emancipação política com emancipação humana. Marx diz que é preciso primeiro identificar o Estado em que o judeu está. Na Alemanha, o Estado não seria político, mas confessional, então, o antagonismo judeu x Estado é religioso, teológico, gerando, apenas, a crítica teológica. Na França, o Estado seria constitucional, a religião do Estado é aparente, como religião da maioria, o antagonismo judeu x Estado é, portanto, apenas aparente. Nos “estados livres norte-americanos” (MARX, 2010, p. 37), a questão judaica se torna secular, pois o Estado político está plenamente desenvolvido. Nesse sentido, Bauer conseguiu fazer a crítica do Estado teológico, e, quando entrou na esfera do Estado Político, sua crítica, deixou de ser crítica. E observando a vida social concreta, Marx demonstrou que os Estados Unidos formaram o Estado laico, propriamente dito, mas é a terra da religiosidade, onde um ateu ou uma pessoa sem religião não são consideradas pessoas honestas. Marx afirma que essa é a evidência de que a plenificação do Estado político não se contrapõe à religião. E completa destacando, ontologicamente, a relação entre essência e aparência, na qual a aparência orienta o caminho para chegar à essência: “[...] a existência da religião é a existência de uma carência, a fonte dessa carência só pode ser procurada na *essência* do próprio Estado.” (MARX, 2010, p.38). Podemos observar a importância da ontologia hegeliana para Marx avançar em sua trajetória. O pensamento dialético não permite que você estacione em qualquer fenômeno, porque exige que se chegue à essência, em movimento imposto pela força das contradições.

Outra evidência do caráter formal da emancipação política é que o Estado burguês, laico, plenamente desenvolvido, elimina a propriedade privada somente no âmbito da formalidade ao abolir o voto censitário, concedendo direito de voto ao não-proprietário, sem aboli-la concretamente, criando um falso mediador entre o ser humano e sua liberdade real. Mais um passo na descoberta da carência essencial que gerou esse Estado. Marx explica que a universalidade do Estado burguês só foi possível pelo fortalecimento das igrejas e da liberdade religiosa no âmbito privado, da mesma forma que fortaleceu a propriedade privada. Marx lembra que essa é uma descoberta de Hegel. O mesmo raciocínio vale para todos os princípios de emancipação na universalidade abstrata burguesa (liberdade, igualdade, fraternidade). E da contribuição hegeliana, Marx dá o salto para a carência essencial do Estado burguês que procurava:

Isso mesmo! Só assim, *pela via* dos elementos *particulares*, (grifo do autor) é que o Estado se constitui como universalidade. [...] O Estado político pleno, constitui, por

sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla, não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, *a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele.* [...] na sua realidade mais imediata, na sociedade burguesa, o homem é um ente profano. Nesta, onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno inverídico. No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal. (MARX, 2010, p. 40-41, grifo nosso).

A descoberta marxiana da centralidade da vida material, aquela carência essencial, concreta, cujas determinações procurava para explicar a necessidade do Estado laico burguês, está só no início; ainda não temos a mediação da categoria do trabalho, mas é todo o esforço de desvelamento do Estado burguês para chegar à vida material concreta que possibilita chegar à produção dessa vida pelo trabalho. Vejamos o avanço extraordinário que já foi feito por Marx até aqui. Religião e Estado, duas particularidades que se transformaram em universalidades necessárias à reprodução da sociedade de classes desde os seus primórdios até hoje. A descoberta foi possível pela força da processualidade histórica, ou seja, as revoluções burguesas em sua luta para formação do seu próprio Estado gestor da dominação de classe. A carência essencial geradora desse Estado, a vida material, se expressa pelo ser social cindido, separado de sua realização plena. Novamente lembramos que Marx ainda não compreende o que realmente determina essa cisão na vida material, mas apreende que o Estado burguês faz um tipo de compensação formal, fetichizando a relação indivíduo e humanidade como uma abstração que não se materializa no corpo que sofre as misérias reais da cisão. A humanidade é tornada uma abstração pelo Estado, por que esse ser humano é coisificado em sua vida real.

Vejamos, também, que mesmo sem a descoberta das determinações principais, e apoiando-se no vigor do método histórico e dialético, Marx aponta a importância do engendramento da emancipação política burguesa para ajudar a revelar seu próprio limite (contradição) e indicar o caminho para superação. Essa capacidade de apreensão do movimento real da vida social empurra Marx, continuamente, para a descoberta de novas determinações:

A emancipação política, de fato, representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui da emancipação real, de emancipação prática. (MARX, 2010, p. 41, grifo do autor).

Marx aprofunda com diversas análises a cisão do ser social na dualidade entre esfera pública (abstrata) e privada (concreta), e alerta que o Estado Laico não é um estágio no processo de emancipação humana, mas a realização máxima possível de emancipação que a sociedade burguesa pode alcançar. A emancipação política burguesa sequer conseguiu emancipar-se da religião; ao contrário, o Estado laico desloca a religião para a sociedade civil, fortalecendo-a ao torná-la mais concreta. O que já nos ajuda a desmistificar algumas análises do fundamentalismo religioso atual como anacronismo histórico, quando, na verdade, é genuíno produto da essência burguesa alienada, que lhe acompanhará enquanto se reproduzir, e se manifestará mais claramente sempre que suas contradições chegaram aos riscos de ruptura. Marx extrai daqui, já nesse texto, sua apreensão da revolução permanente, mas nesse momento, explicita apenas um dos mecanismos de reprodução da sociabilidade burguesa:

[...] nos momentos em que está particularmente autoconfiante, a vida política procura esmagar seu pressuposto, a sociedade burguesa e seus elementos, e constituir-se como vida real e sem contradição do gênero humano. No entanto, ela só consegue fazer isso caindo em contradição *violenta* com suas pré-condições de vida, ou seja, declarando a revolução como *permanente*, e, em consequência disso, o drama político termina tão necessariamente com a restauração da religião, da propriedade privada, de todos os elementos da sociedade burguesa, quanto a guerra termina com a paz. (MARX, 2010, p. 42, grifo do autor).

Atualmente, vivemos no Brasil, e em vários países do mundo, um momento bem ilustrativo dessa análise marxiana: tivemos um breve período de expansão dos direitos sociais, algumas migalhas, tal e qual os gravetos secos das árvores que podiam ser coletados e agora não mais. Isso aconteceu porque a necessária expansão reificadora da valorização do valor foi afetada por essas poucas migalhas, em tempos de capital em crise; e o verdadeiro ‘espírito’ capitalista se manifesta com seu metabolismo destrutivo, na forma de associação explícita entre estados-empresas-igrejas, incluídas aí, as organizações para-militares. Estas se constituem como ramificação não formalizada do estado burguês que atuam livremente no controle truculento dos trabalhadores mais pauperizados e outros segmentos humanos considerados indesejáveis, o que também facilita o recrutamento do *lumpemproletariado*, quando necessário. Na aparência, contudo, esse conflito surge como uma grande comunidade de indivíduos digladiando-se no mundo real das chacinas e no mundo surreal das redes sociais. Aliás, a atomização do indivíduo, seja no mundo real ou virtual, está pressuposta na essência da sociabilidade burguesa. Marx analisa essa tendência a partir da relação entre Estado e sociedade civil, a Totalidade concreta burguesa, alienada, reificadora. Análise feita no século XIX, mas ontologicamente válida, enquanto o fundamento que o sustenta não for superado:

A democracia política é cristã pelo fato de que nela o homem – não apenas um homem, mas cada homem é considerado um ente *soberano*, o ente supremo, ainda que seja o homem em sua manifestação inculta, não social, o homem em sua existência casual, o homem assim como está, o homem do seu jeito corrompido pela organização de toda a nossa sociedade, perdido para si mesmo, alienado, sujeito à dominação por relações e elementos desumanos, em suma: o homem que não chegou a ser um ente genérico real. (MARX, 2010, p. 45, grifo do autor).

Eis o subjetivismo esquizofrênico que submete a consciência social burguesa, potencializado pelas tecnologias da informação. E do debate com Bauer sobre a questão judaica, que parece apenas um problema da imediaticidade, Marx avança mais um passo na apropriação do Real, conservando os avanços e superando os limites do legado dialético hegeliano. Precisou da ajuda de Feuerbach, o que veremos na próxima obra.

Escrito entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844, Marx (2005) sintetiza na *introdução* magistral da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, que passou a ser mais importante que o texto principal, os avanços da crítica feurbachiana à Hegel, ou seja, a crítica da religião, o que chamou de “crítica do céu”. E alerta que agora se fazia necessária a “crítica da terra”; mas esta seria possível porque fora cumprida a tarefa de recolocar o sujeito histórico em seu lugar, na mundanidade, criador das transcendências que passaram a dominá-lo, é a inversão da relação entre objeto x sujeito, que defendemos. Lembrando que esse processo não foi feito pela genialidade subjetiva do filósofo, isolada, mas pelo processo histórico burguês que explicitou, através de seu movimento revolucionário de luta contra o poder econômico-político feudal, encarnado na Igreja, a capacidade do sujeito em transformar a sua realidade e desvelar as fontes materiais da alienação religiosa. Ou seja, a burguesia formou-se, concretamente, na luta de classes que depois negaria, e a questão da crítica religiosa era uma crítica fundamental que saltava objetivamente das contradições dessa luta. Feuerbach, portanto, viu, restrito à particularidade filosófica, o sujeito dominado pela sua própria criação, a religião, sua luta para libertar-se, e captou o problema do ponto de vista da genericidade, embora abstrata. Marx faz uso desse salto como apoio para realizar o seu próprio salto. Eis as palavras de Marx (2005, p. 15, grifos nossos):

[...] a religião é de fato a autoconsciência e o sentimento de si do homem, que ou não se encontrou ainda ou voltou a se perder. Mas o homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Este Estado e esta sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, *porque eles são um mundo invertido*. A religião é a teoria geral deste mundo, o seu resumo enciclopédico, a sua lógica em forma popular [...] sua sanção moral, [...] a sua base geral de consolação e de justificação. É a *realização fantástica da essência humana*, porque a essência humana não possui a verdadeira realidade. [...] A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a *expressão da miséria real* e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. A religião é o ópio do povo. A abolição da religião enquanto felicidade ilusória dos homens é a *exigência da sua felicidade real*.

Podemos observar a apreensão marxiana da objetividade perversa que oprime o ser social a ponto de fazer-lhe criar um mundo fantástico, sobre-humano, para suportar suas múltiplas misérias. Não se trata de mero fenômeno subjetivo de interpretar erroneamente sombras projetadas na parede ou os limites individuais de cada subjetividade. A consciência social inverte a relação criador x criatura, nesse caso, humanidade e religião, porque as relações na vida material, em sua totalidade alienada, estão invertidas. Mais uma aproximação da inversão alienada que se apresentará plenamente desenvolvida no Fetichismo da mercadoria e elucidada na maturidade do autor. Aqui, Marx já apreendeu que a inversão ser humano-religião é uma fantasmagoria de base objetiva, histórica, portanto, *ontológica*. Entendemos que a inversão específica da religião é Alienação presente desde as sociedades primitivas, não somente nas sociedades de classe, sempre gerada por causalidades objetivas do complexo do trabalho, afinal, nas sociedades primitivas, a relação com a natureza era luta diária para sobreviver mais um dia, que demandou milhões de anos para ser compreendida. Ora, se o criador (humanidade) se vê como objeto de sua criação (demiurgo transcendente ou imanente), então ele não é sujeito, mas objeto, é coisa manipulável pela coisa que foi invertida em sujeito. Essas inversões se dão de forma determinada, de acordo com o desenvolvimento do complexo do trabalho. Nesse sentido, adiantamos que a Reificação é uma forma determinada da inversão da relação objeto x sujeito. É produzida pelo Fetichismo da Mercadoria, pela forma específica de produção da riqueza na sociabilidade burguesa. Mantém a alienação religiosa porque esta facilita sua reprodução em meio a tanta miséria.

Nesse momento, também precisamos fazer algumas considerações sobre o termo *ontológico*, antes de continuarmos nossa exposição. Como sabemos, o termo ontologia tem múltiplas categorizações, e Marx não nos deixou definições prontas, pela própria natureza ontológica do método. Mas nos arriscaremos com algumas delimitações. Em nossa compreensão, a determinação primordial para a captura da Totalidade concreta pela consciência social é o processo histórico. A categoria principal de qualquer ontologia, em todas as tradições teóricas, é a Totalidade; o que muda, basicamente, são os graus muito diferenciados de sua apreensão, gradações entre abstração e concreticidade. Não temos condições de fazer uma historiografia do seu desenvolvimento categorial, embora, esteja profundamente imbricada com a Categoria Reificação, como veremos mais adiante. Por ora, poderemos destacar, que para o pensamento marxiano, focado na emancipação humana efetiva, a Totalidade é concreta. Em uma definição precária pinçada de Marx e Lukács, trata-se do conjunto das objetivações produzidas pela processualidade histórica do Ser, em suas múltiplas esferas (inorgânica,

orgânica e social), cuja existência independe da consciência social, mas que só pode ser apreendido por ela, em seu devir, também histórico.

A Totalidade é formada pela unidade contraditória entre essência e aparência. Para Marx, essência não é sinônimo de imutável-verdadeiro, e aparência não é sinônimo de ilusório-falso, como na maior parte das tradições ontológicas, denominadas, geralmente, de metafísicas; o que gera muita confusão entre alguns marxistas que negam, por isso, o caráter ontológico do pensamento marxiano. A essência e a aparência, para Marx, são dimensões verdadeiras e mutáveis da realidade, porque esta é sempre devir histórico, sempre processo, sempre relação. O trabalho é fundante enquanto devir que transforma permanentemente, mas não imutavelmente, a relação humanidade-natureza, daí, somente o princípio dialético da contradição capturar esse movimento. Os fenômenos são os elementos da essência que aparecem para a consciência social (aparência) à medida que se explicitam historicamente. Os fenômenos possibilitam acessar a essência somente quando apreendidos na Totalidade que os engendra (essência). Poderemos ver todo esse movimento na trajetória marxiana de desvelamento da sociabilidade burguesa, e em todas as suas formulações categoriais. Em razão disso, o legado marxiano não pode ser enquadrado em nenhuma ciência particular burguesa, e por isso, Marx e Engels afirmaram que a única ciência que reconheciam era a Ciência da História, enquanto apreensão da Totalidade, do devir. Isso explica por que é tão difícil encontrar essa formulação categorial pronta em algum texto isolado de Marx. Resumindo: as categorias ontológicas são as categorias essenciais, históricas, que determinam a existência e o desenvolvimento do ser social. O complexo do Trabalho é fundante porque é a categoria que permite o seu desenvolvimento básico, sua existência mais elementar. Sem esse complexo não há ser social para criar outros complexos necessários ao seu desenvolvimento.

Retornando à *Introdução da Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx apoia-se em Feuerbach e rapidamente o supera, ao perceber a religião como autoconsciência engendrada por demandas sociais reais, a miséria humana concreta, e não meramente uma questão de consciência, descolada da vida social. E aqui aponta que a superação da ilusão de felicidade prometida, após a morte, depende da superação da religião, mas não como se o problema fosse a religião em si mesma, como pensava Feuerbach, mas como *fantasmagoria* que dificulta ver a felicidade real como resultante da superação da miséria real, já apresentada, por Marx, como causalidade do problema religioso. Outra afirmação disso é a célebre passagem de que a crítica não servia para causar sofrimento gratuito, aniquilando o consolo religioso, mas a busca da verdade movente de uma nova práxis:

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem as suporte sem fantasias ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva brote. A crítica da religião liberta o homem da ilusão, de modo que pense, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e reconquistou a razão, [...] conseqüentemente, *a tarefa da história*, depois que o outro mundo da verdade se desvaneceu, *é estabelecer a verdade deste mundo*. (MARX, 2005, p.146, grifo nosso).

A ancoragem marxiana no processo histórico lhe garante tratar, simultaneamente, do Estado burguês em desenvolvimento e o Estado feudal alemão em degenerescência, em contradições que se determinam reflexivamente. E relaciona-os como expressão política da forma de produção social da riqueza:

[...] a relação da indústria, do mundo da riqueza em geral, com o mundo político, é um dos problemas fundamentais dos tempos modernos. [...] Enquanto na França e na Inglaterra o problema se põe assim: economia política ou o domínio da sociedade sobre a riqueza, na Alemanha apresenta-se desse modo: economia nacional ou o domínio da propriedade privada sobre a nacionalidade. (MARX, 2005, p.149).

Marx, nesse momento, apreende a produção da riqueza social como totalidade abstrata, ainda sem as determinações de produção do valor. A riqueza parece ser um problema predominantemente de distribuição, e, para torná-la acessível a todos, precisa do gerenciamento do Estado Moderno. Sua crítica ao Estado Hegeliano não é ainda a crítica do Estado em si, como ontonegatividade, usando a terminologia de Chasin (1995), mas crítica de sua dimensão idealista, que se realiza apenas no pensamento, sem beneficiar, concretamente, todos os exemplares do gênero humano. Aqueles entes que precisam alimentar-se todos os dias, junto às demais necessidades do corpo e do espírito. Marx (2005, p.150) afirma que os alemães já conquistaram o Estado Moderno no pensamento, mas não historicamente, apresentando a tarefa teórica a ser enfrentada: superar a dicotomia entre Filosofia e História criada pelos problemas especulativos da filosofia hegeliana, incluindo, também, os avanços e retrocessos dos neo-hegelianos. Vemos claramente a preocupação com a relação teoria-prática. Para cumprir a tarefa, Marx marca bem seu critério de verdade determinada pela práxis, ou seja, o pensamento precisa se realizar pela ação concreta dos homens, é o que Lukács vai denominar de pôr teleológico:

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas para o homem, a raiz é o próprio homem. (MARX, 2005, p.151).

Para que a crítica se aproprie das massas, é preciso condições históricas objetivas. Para Marx (2005), nesse momento, trata-se da luta contra o Estado feudal e em favor da

constituição do Estado Moderno, o momento revolucionário burguês de confronto contra a aristocracia, com batina ou sem batina. Reconhece, nesse contexto, a burguesia como classe revolucionária, mas já alerta que se trata apenas da emancipação particular de uma classe com potencial para o domínio universal, pois possui a capacidade de unificar interesses e entusiasmos de todos os segmentos da sociedade civil sob o jugo da propriedade fundiária feudal. O que já aponta um critério de identificação do sujeito revolucionário, em qualquer tempo histórico. O critério mais concreto, contudo, apreendido da formação burguesa, é que a emancipação universal precisa garantir o acesso à riqueza universal, material, e espiritual, que denomina, nesse momento, de dinheiro e cultura. Marx (2005, p.152) afirma que “[...] Tal classe emancipa a sociedade como um todo, mas só no caso de a totalidade da sociedade se encontrar na mesma situação que esta classe; por exemplo, se possuir ou facilmente puder adquirir dinheiro ou cultura.” Surpreendentemente, ainda com poucos elementos para tal, alerta para os perigos da burguesia e da pequena burguesia, e indica com convicção plena, ainda não devidamente fundamentada, a classe que tem, efetivamente, condições de conquistar a emancipação universal autêntica de todas as classes:

Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade positiva de emancipação? Eis a nossa resposta: Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular *porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano*; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma, nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a perda total da humanidade, portanto só pode redimir-se a si mesma por uma redenção total da mesma. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado. (MARX, 2005, p. 155-156, grifo nosso).

E a síntese genial não termina por aí, enfatizando que apesar do proletariado alemão ser ainda incipiente, o que realmente caracteriza essa classe, “[...] não é a pobreza naturalmente existente, mas a pobreza produzida artificialmente, [...] os números do proletariado foram também engrossados pelas vítimas da pobreza natural e da servidão germano-cristã.” (MARX, 2005, p.156). Resolve-se, teoricamente, a dicotomia entre filosofia e história, indicando o caminho da práxis, com a mediação do proletariado como classe social concreta que realiza a filosofia como “arma intelectual”. Resolve, ainda, teoricamente, a alienação entre particular e universal que impede a realização concreta da generidade, pois entende que “[...] logo que o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente no solo virgem do povo, os alemães

emancipar-se-ão e tornar-se-ão homens.” (MARX, 2005, p.156); o autor indica que o cerne do problema está na questão da riqueza. A simples diferenciação entre pobreza natural e pobreza artificial já sugere que a riqueza é, de alguma forma, tirada do indivíduo, como Marx denunciou nos artigos sobre o roubo da madeira, citados anteriormente. E acumula-se um conjunto de determinações que viabiliza o salto para a descoberta da centralidade do trabalho.

3.3.2 A descoberta da centralidade ontológica do trabalho e as determinações específicas do trabalho alienado

Segundo Netto (2015), a experiência marxiana em Paris, que resultou nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, escritos em 1844, jamais concluídos e jamais postos para publicação pelo próprio autor, são os textos que demarcam o salto qualitativo de sua trajetória, sem diminuir a importância dos estudos anteriores para que ele chegasse até aqui. O salto foi possível pela unidade teórico-prática que teve a oportunidade de vivenciar, ao conhecer o movimento operário francês.

Vejam os alguns elementos contextuais apresentados pelo pesquisador brasileiro. De uma só vez, nessa cidade, Paris, Marx encontra o movimento operário ativo, a economia política, o comunismo e seu companheiro Engels, que já tinha toda essa vivência bem antes dele. Antes de Paris, por exemplo, Marx desprezava o comunismo, considerando-o uma “abstração dogmática.” (NETTO, 2015, p.10). Por outro lado, pela mediação filosófica, já compreendia que a esquerda hegeliana liderada por Bruno Bauer não conseguia dar respostas com o pensamento especulativo, e, em 1842, esse grupo se divide informalmente, não assumindo outros nomes; Marx busca outras fontes de esclarecimento, em um tipo de auto-exílio e Paris não foi acidental, mas o foco, mais uma vez, da efervescência do novo. Nesta cidade, Marx participa dos encontros clandestinos dos movimentos operários, pois o direito à associação só seria conquistado em 1864. Esses movimentos, em sua maioria, já tinham consciência da centralidade da luta contra a propriedade privada, e do necessário caráter internacionalista; portanto, tendências revolucionárias. Marx conheceu lideranças como Louis Auguste Blanqui (1805-1881), Armand Barbès (1809-1870), Étienne Cabet (1788-1856), Théodore Dézamy (1808-1850) e forte presença de pequenos-burgueses radicais, reformistas, como Louis Blanc (1811-1882) e Proudhon (1809-1865). Marx conheceu a solidariedade da classe operária nesses encontros.

Vejam a importância do método de apreensão da realidade. Muito antes de tornar-se comunista, Marx já caminhava em sua direção. A chave para processos formativos orientados para a emancipação não está em proselitismo deste ou daquele pensador ou doutrina, mas no método que possibilita apreender a realidade objetiva. Com toda aquela efervescência revolucionária diante dos olhos, ele mergulha nos estudos históricos da Revolução Francesa e da Economia Política. Netto (2015) destaca que, em seus estudos iniciais sobre a economia política, o pensador alemão não aceitara a teoria ricardiana do valor-trabalho, revendo essa posição em 1847, no texto *A miséria da filosofia*. Junto com Engels, entendia que o determinante dos custos da produção estava na concorrência, e não no próprio processo de produção. A atenção marxiana, nesse momento, volta-se com mais intensidade para a análise da propriedade privada. Marx também não aceita a teoria do valor ricardiana devido à sua contradição primordial não resolvida por Ricardo: se o trabalho é a fonte do valor, porque o trabalhador não enriquece, ao contrário, empobrece, quando aumenta a produtividade? Marx busca resolver a contradição nos *Manuscritos de 1844* e desvela a distinção do trabalho fundante e do trabalho alienado; faz isso com ferramentas categoriais filosóficas, fazendo emergir o caráter desumanizador do trabalho alienado. E acrescentamos: aqui, já aparece a Reificação no seu sentido mais fenomenológico, mais imediato de coisificação capitalista, de ser humano sugado de sua energia como bateria. Essa formulação explicita a aparência como componente da realidade, como acesso à essência, ao conjunto de suas determinações, o que Marx levaria muitos anos para apreender de forma concreta e não apenas filosófica. Netto (2015, p.38) afirma, inclusive, que nos *Cadernos de Paris*, o pré-rascunho dos *Manuscritos*, já indicava o fetichismo do dinheiro: “[...] Para Marx, o que ocorre é que, quando o dinheiro se converte em mediador universal de todas as relações, a mediação que realiza se autonomiza da atividade dos homens, e aparece a estes como algo alheio.” Antes disso, no texto *Sobre a questão judaica*, já existiam algumas reflexões sobre o caráter alienador do dinheiro como equivalente universal da riqueza. E acrescentamos: vejam como o exercício marxiano anterior da inversão alienada entre ser humano e deus, entre estado e sociedade civil, entendidas como fantasmagorias, ajudou Marx a acessar o Fetichismo pela mediação filosófica, embora, ainda, insuficiente.

Netto (2015) destaca também o equívoco da tese marxiana da pauperização absoluta, que Marx irá rever e corrigir somente nos *Grundrisse*, nos anos de 1860. Não se trata de erro, no sentido epistemológico, mas novas apreensões teórico-metodológicas que só são possíveis à medida que o desenvolvimento histórico permite elucidar. A miséria explicitada nas

condições de vida e de trabalho dos operários do século XIX, que apresenta alguma melhora pela luta proletária por direitos, revela uma nova forma de pauperização, a forma relativa; ou seja, mesmo melhorando suas condições de vida, na imediatidade, no cotidiano, a pobreza aumenta diante da acumulação exponencial de riqueza extraída pelo capital, que só poderá ser vista na universalidade da produção do valor, mais tarde.

E concluímos essa breve contextualização sobre a importância dos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, com o destaque feito, também, por Netto (2015), sobre o problema dos termos usados por Marx, com múltiplos sentidos, ora alienação, ora estranhamento, exteriorização, objetivação, que ainda geram muitas polêmicas no mundo acadêmico marxista. O referido pesquisador brasileiro faz um resumo interessante dessa polêmica, e apresenta os principais debatedores sobre o assunto, mas entende que o mais adequado é considerar somente o termo alienação, em seu sentido de negação do ser social³³, na expropriação de seu trabalho, de seu produto, de sua individualidade, de sua generidade, tal como Marx explicita em seu texto. Posição com a qual nos identificamos. A Alienação, para o marxista brasileiro, é a categoria central dos *Manuscritos*, mas em novas bases, preservando as descobertas relevantes, superando os limites dos escritos anteriores, criando o novo:

[...] está em processo a ultrapassagem dos influxos hegelianos (para Hegel, a objetivação do sujeito, a Ideia/Espírito, é universal e necessariamente alienação) e da inspiração feebachiana (na qual alienação tem como sujeito o *homem abstrato* e é um processo que se opera na consciência de si desse homem *em geral*) – Marx caminha para a historicização materialista da alienação, determinando-lhe um novo sujeito nuclear (o produtor direto, o operário) e precisando a sua processualidade sociomaterial e histórica: o ato e o processo da produção. A *alienação* do sujeito

³³Lessa (2015) participou dessa polêmica, e após longo período defendendo a diferenciação entre estranhamento (objetivação negativa) e alienação (objetivação geral), reconheceu o equívoco e retomou o sentido inicial defendido pela tradição marxista sobre o caráter exclusivamente negativo do termo alienação em Marx. Alienação é, portanto, uma forma de objetivação social determinada negativamente pelas relações de produção que expropriam o produtor da riqueza social, cindindo a Totalidade e a capacidade de sua consciência em apreender as relações sociais que o domina. E podemos acrescentar que como não temos ainda a experiência da emancipação autêntica, portanto, nossa análise da alienação só pode ser negativa. Para Hegel fazia sentido a identidade entre alienação e objetivação porque, para ele, não haveria nada além da sociabilidade burguesa e esta seria sempre uma cisão, em movimento eterno de autodesenvolvimento, daí a identidade sujeito-objeto. Uma antinomia que combinava perfeitamente com o capitalismo. Embora Lessa não afirme isso, entendemos que o seu equívoco é oriundo, muito provavelmente, da apropriação descontextualizada, historicamente, de algumas análises categoriais do próprio Lukács maduro ao reforçar a distinção entre objetivações positivas [reificação inocente] e negativas [reificações autênticas], sugerindo, inclusive, que a Alienação, talvez, não fosse plenamente superável. Aprofundaremos na seção sobre Reificação em Lukács. Defendemos que o pensador húngaro buscava, veladamente, apreender as causas do limite da sociabilidade socialista de seu tempo, incapaz de superar a Alienação do ser social, degenerado tão rapidamente. Dizemos “veladamente”, porque a sociabilidade soviética tinha, aparentemente, vencido a luta de classes, a apropriação privada e a exploração do trabalho, fontes originárias da alienação. Contudo, como não havia espaço para críticas internas, como sabemos, estas só poderiam ser feitas de forma indireta. Prejuízo incalculável produzido pelo leninismo-stalinismo. Não é um equívoco gnosiológico. Trata-se de um limite categorial imposto pelo próprio desenvolvimento histórico, portanto, limite ontológico. É uma descontinuidade histórica. Arriscamos afirmar que, se Lukács estivesse vivo após a derrocada final do socialismo histórico, provavelmente reveria essa apropriação teórica.

recebe um novo trato: deixa de ser uma objetivação universal e necessária (como em Hegel, que identifica *objetivação* como *alienação*) e não se reduz a um *produto da consciência* (como em Feurbach). Se em Hegel, a supressão da alienação equivale à supressão da objetivação, nos *Manuscritos* a objetivação *só é alienação em condições históricas determinadas* – nas condições próprias à existência histórica da *propriedade privada* (com as suas conexões com a divisão do trabalho, a produção mercantil e o trabalho assalariado)[...]; e se em Feurbach ela se mostra privilegiadamente na consciência religiosa, nos *Manuscritos* esta é, antes, *uma* dentre várias resultantes de condições sócio-históricas muito determinadas. [...] formulações que implicam uma teoria da alienação enriquecida, *sobretudo muito mais determinada e concretizada historicamente*, estarão na base da análise marxiana do *fetichismo* (tal como apresentada n' *O capital*). (NETTO, 2015, p.54-56, grifos do autor).

Destacaremos agora algumas análises marxianas dos *Manuscritos de Paris* que, em nosso entendimento, contribuem, de forma mais direta, para a formulação do Fetichismo da mercadoria. Certos autores entendem que como não há uma análise da mercadoria, propriamente dita, não se poderia afirmar que há conexões diretas³⁴, o que consideramos um indicativo do uso de parâmetros exclusivamente epistemológicos para analisar um percurso investigativo que está claramente sobre bases ontológicas; ou seja, Marx está perseguindo o objeto em movimento histórico, não está preocupado em definir terminologias, conceitos, palavras-chaves, mas desdobramentos categoriais, que só ficarão claros posteriormente; os elementos já estão postos no trajeto, em processo de determinação.

A negação do ser social, o sujeito dominado pelas suas objetivações, a Alienação específica do capitalismo, a coisificação, enfim, a Reificação, é apresentada por Marx desde a análise dos camponeses criminalizados por coletarem os gravetos secos, e vai perseguindo a gênese desse fenômeno, ampliando o escopo de determinações envolvidas, inicialmente como totalidade abstrata. Em Paris, nos primeiros estudos marxianos de economia política e suas experiências com o movimento operário, Marx reconstitui gradativamente uma Totalidade que se mostra concreta, manifesta em uma sociabilidade, determinada por algum tipo de fetichização, cujo átomo, em movimento dinâmico, a mercadoria, só poderia revelar-se plenamente, de forma sintética, inteligível, no Livro I de *O Capital*. Parece tão claro quando colocamos todas as cartas na mesa. Portanto, o conhecimento das categorias marxianas não se faz com a leitura linear, positivista, do errado para o correto, descartando o processo de formulação. Precisamos de todo o percurso, porque não é uma linha horizontal esticada, com começo e fim, mas uma espiral de abrangência, que ora se abre, ora se fecha, na qual todas as descobertas permanecem importantes, porque compõem simultaneamente a Totalidade, e continuam em movimento, mesmo depois da morte do autor, uma vez que o objeto de estudo

³⁴Ver negação da conexão dos *Manuscritos de Paris* com o Fetichismo da mercadoria feita por Ruy Braga em palestra (MANUSCRITOS..., 2008), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P0qQGxUBzzU>.

continua se desenvolvendo. E nunca é demais repetir que a cronologia de nossa exposição tem como objetivo mostrar que a apreensão da realidade é feita no tempo histórico de seres humanos singulares, de carne e osso. Não é o pensamento marxiano que inventa essa complexidade, mas a realidade é que se constitui como um complexo de complexos. Já nos estudos iniciais de Marx sobre a economia política em Paris, mesmo sem o aprofundamento que fará posteriormente, sabia que os elementos estavam conectados:

Precisamente porque a economia nacional não concebe (*begreift*) a conexão do movimento, pôde-se, p. ex., tornar a contrapor a doutrina da concorrência à doutrina do monopólio, a doutrina da liberdade industrial à doutrina da corporação, a doutrina da divisão da posse fundiária à doutrina da grande propriedade fundiária, pois concorrência, liberdade industrial, divisão da posse fundiária eram apenas desenvolvidas e concebidas (*begriffen*) como consequências acidentais, propositadas, violentas, e não como consequências necessárias, inevitáveis, naturais do monopólio, da corporação e da propriedade feudal. (MARX, 2015, p. 303).

Lembrando que, ao polemizar com Proudhon, na *Miséria da filosofia*, em 1847, que veremos adiante, o pensador alemão demonstra a dialética equivocada do pensador francês em conceber o antagonismo entre concorrência e monopólio como oposição absoluta. Marx comprovará que é o movimento da concorrência que necessariamente gera o monopólio, com muito mais domínio desse processo dialético. E qual a importância disso para compreender a Reificação? Só é possível compreender o monopólio como resultado da concorrência se o fenômeno for visto na Totalidade determinada pelo complexo econômico. Da mesma forma, o Fetichismo da mercadoria, base da Reificação, desenvolvido mais tarde, só poderá ser compreendido nessa mesma Totalidade. Um exemplo clássico é que se o patrão paga o trabalho do operário, na imediatez, só é possível entender que, na essência, é o próprio trabalhador que está pagando seu próprio salário, se o processo Total de produção for apreendido. A Reificação é compreensível, plenamente, somente como Totalidade, o próprio metabolismo social capitalista que engoliu toda a humanidade. Sem compreendê-la como Totalidade, a Reificação é reduzida à desumanização de alguns segmentos humanos, um mero problema ético particular.

E perseguindo a Totalidade concreta determinada que nega a humanidade, em Paris, Marx chega às portas do Fetichismo da mercadoria. Nesse momento, orienta-se pela crueza do fenômeno, e apreende que o ser humano é transformado em mercadoria. Ainda não sabe que existe a mercadoria força de trabalho que carrega uma diferença importante em relação à categoria ser humano-mercadoria, como o escravo, por exemplo. Mas não é possível negar que o Fetichismo da mercadoria está claramente aí, na centralidade da valorização do mundo das

coisas em detrimento do mundo dos homens, o esboço da pintura é apresentado, o todo, ainda pouco determinado; a Alienação específica do capitalismo é visível, e sua gênese³⁵:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral. Esse fato exprime apenas que: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o como um ser *alienado* [*ein fremdes wesen*], como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho num objeto, se coisificou, ele é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Essa realização (*Verwirklichung*) do trabalho aparece na situação nacional-econômica como *desrealização* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *alienação* [*Entfremdung*], como *exteriorização* [*Entausserung*]. (MARX, 2015, p. 304-305).

Marx captura nesse esboço elementos fundamentais do Fetichismo da mercadoria em relação dialética e histórica: o ser humano que trabalha produz a riqueza, mas é expropriado dela e essa perda cria uma relação antagônica entre produtor e produto. E como o ser humano não pode viver sem suas objetivações, passa a ser dominado pela objetivação que necessita, e se submeterá a qualquer práxis para obtê-la. E não adianta trabalhar mais, porque quanto mais alimenta a relação, maior sua pobreza, o que já aponta a alteridade, o outro, outra classe, que se apropria dessa riqueza. Também demonstra que não se trata apenas de roubo da riqueza produzida pelo trabalhador, no que já supera Proudhon, mas todo o processo de produção da riqueza é alienador, aliena não só o produto, mas também o produtor e quem se apossa do produto. Outra determinação fundamental apresentada nesse texto é que a produção da riqueza social, a objetivação, somente é um negativo absoluto em contexto histórico específico, não se constitui em todas as formas de objetivação, como entendia Hegel. A objetivação social é negativa quando “aparece”, termo recorrente em Marx, quando se materializa, quando se manifesta em uma determinada sociabilidade, como a economia burguesa, por exemplo. Sendo assim, é histórica, portanto, superável pela luta social. Netto (2015) lembra que para Mészáros, o principal tema dos *Manuscritos* é a emancipação da alienação. Aqui, a genialidade de Marx é inacreditável, porque ele não tinha muitos elementos de análise, ainda nem compreendera bem a teoria do valor ricardiana. Simplesmente maravilhoso. Percebamos a importância da aplicação da dialética-materialista-histórica, que é necessariamente ontológica. A Totalidade não se perde em nenhum momento da investigação, mesmo pouco determinada.

³⁵Para conhecer com mais profundidade todos os componentes da alienação desenvolvidos por Marx nos *Manuscritos*, recomendamos a leitura de Braga, 2015.

Sem pretender resolver antigos debates acadêmicos, pensamos que ao ler o trecho anterior dos *Manuscritos*, a utilização de múltiplos termos para alienação [estranhamento, exteriorização etc.], tem a função de distinguir múltiplos processos que formam a unidade interna da alienação enquanto desrealização do Ser. E Marx alerta, também aqui, que não há limite para a barbarização do ser social e observa o absurdo da miséria material dos produtores da riqueza, revelando o capital como o grande algoz:

A realização do trabalho aparece a tal ponto como desrealização que o trabalhador é desrealizado até à morte pela fome. A objetivação aparece a tal ponto como perda do objeto que o trabalhador é privado dos objetos mais necessários não só da vida como também dos objetos de trabalho. Sim, o próprio trabalho torna-se um objeto, do qual ele só pode se apoderar com o máximo esforço e com intervalos os mais erráticos (*Unregelmäßigsten Unterbrechungen*). A apropriação do objeto aparece a tal ponto como alienação que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob a dominação do seu produto, do capital. (MARX, 2015, p.305).

Entre os múltiplos termos que Marx utiliza para explicitar todas as dimensões que compõem o processo total da alienação, o termo *exteriorização* enfatiza bem o Fetichismo da mercadoria no sentido de que todo o poder de criação da humanidade é transferido para a coisa criada, tal e qual a alienação religiosa, que transfere toda a potência humana para os demiurgos, mostrando como a inversão da relação objeto x sujeito é o cerne da questão:

[...] a *exteriorização* do trabalhador no seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência *exterior*, mas também de que ele existe *fora dele*, independente e *alienado* a ele, e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo hostil e alienado. (MARX, 2015, p.306, grifos do autor).

E Marx apresenta o movimento alienado-alienador da inversão do sujeito que se transforma em objeto de sua própria criação. Aqui é um dos pontos de diferenciação da apropriação lukacsiana da Categoria Alienação que enfatiza o momento da exteriorização, criando uma dualidade, positiva e negativa para o termo. Na seção dedicada à trajetória do pensador húngaro faremos uma reflexão sobre o provável contexto que o levou à formulação dessa dualidade. Para Marx, o foco era a inversão do sujeito dominado pelas suas objetivações, produzida no contexto capitalista, e a exteriorização foi tratada como processo negativo, momento do processo de Alienação que consolidava a referida inversão.

Voltemos aos *Manuscritos* de 1844. No desenvolvimento do texto, Marx demonstra que a humanidade depende da sua relação com a natureza para sobreviver, faz isso em um processo de criação, estabelece as finalidades, realiza, produz sua existência. Mas o faz sem saber as implicações totais disso, entende como luta do “cada um por si” e cumpre de forma

inconsciente a tarefa necessária de produzir coisas para conseguir outras coisas. Então, as coisas produzidas não são fins, não atendem a uma necessidade direta, não realizam o produtor, são apenas meios. Ele não estabelece os frutos do seu trabalho, não os põe teleologicamente, como dirá mais tarde Lukács; o trabalho é apenas meio de subsistência. Ele não se vê como um Ser complexo, pois está reduzido ao trabalho para adquirir meios de vida, não importando a finalidade do trabalho. A finalidade está, portanto, sempre *exterior* a ele. Então, ele não pode se reconhecer na sua realização, empobrecido, também, espiritualmente. Mesmo que ele produza violões, não significa que ele tenha apreciado o instrumento. Isso é irrelevante para a produção capitalista. E nessa lógica, fica muito fácil o metabolismo se reproduzir de tal forma que faça desaparecer a própria identidade do trabalhador. Com esse pressuposto histórico, mais adiante, Marx poderá apreender a geleia geral de trabalho humano, sem qualidade, sem identidade, apenas quantidade, na sua formulação da Teoria do valor; elemento fundamental para compreender o Fetichismo da mercadoria. Essa desidentificação do ser humano com a sua atividade de produção da existência condiciona-o para qualquer atividade, do cientista que produz venenos e armas, ao ser humano que apenas entrega coisas, e muitos outros exemplos nessa direção. Ora, se o trabalho é somente meio, qualquer meio vale e a essência da Alienação se reproduz.

Marx vislumbrou, ainda, na maquinofatura que conheceu em seu tempo, a tendência à coisificação extrema do ser social, já capturada nos textos de Paris: o capital “[...] substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas.” (MARX, 2015, p. 307-308). O tempo de ócio no capitalismo, que na realidade, deveria ser o tempo de trabalho necessário liberado para outras práxis, que poderiam ser desenvolvidas para a realização do ser social em todo o seu potencial, apenas, o desumaniza, porque o propósito não é o ser humano, é a coisa (mercadoria). Sendo assim, Marx explica que a alienação do produto e do processo de produção do produto é também autoalienação, a consciência é reificada; o sujeito desconecta-se de si mesmo e dos outros, enquanto indivíduo social, e por fim, resulta na alienação da generidade. Marx lembra que o animal é idêntico à sua atividade vital, determinada de forma absoluta, enquanto, que:

[...] o homem faz a sua própria atividade vital objeto de sua vontade e da sua consciência. [...] a sua própria vida é para ele objeto, precisamente porque ele é um ser genérico. Só por isso a sua atividade é atividade livre. O trabalho alienado inverte essa relação até que homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*. (MARX, 2015, p. 312, grifos do autor).

E tamanha é a importância em compreender as consequências terríveis da perda da generidade, isto é, perder a consciência de pertencer ao gênero humano, reduzida a mera abstração, é que Lukács vai dedicar muitas e muitas páginas refletindo sobre as implicações dessa tragédia para o processo de formação humana. Imagine milhões de anos para que a generidade humana se tornasse, nos termos de Lukács, “não-mais-muda”, aprendendo a utilizar as potências naturais em seu favor. Podemos dizer, que, agora, a Reificação da vida pelo capital, ameaça, novamente, o gênero com um novo tipo de mudez, pela desrealização brutal do Ser. A generidade só pode ser reproduzida de forma consciente, conhecendo a relação entre singular e universal, mediada pelas particularidades históricas. O animal também produz, mas apenas o imediato, para sobreviver. Produz apenas singularmente, a humanidade produz universalmente, mesmo sem necessidade imediata. Eis a síntese marxiana belíssima do trabalho como fundante do ser social:

[...] só na elaboração do mundo objetivo o homem se prova realmente como *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece como obra *sua* e sua realidade. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente (*werkstätigt*), realmente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele. Por isso, na medida em que arranca ao homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado arranca-lhe sua *vida genérica*, a sua real objetividade genérica, e transforma sua vantagem sobre o animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza. (MARX, 2015, p.312-313, grifos do autor).

Em resumo precário, podemos dizer que a atividade humana enquanto Totalidade social concreta, ou seja, em sua dimensão ontológica, só pode ser apreendida na relação do indivíduo e seu gênero. O determinante máximo do ser social consciente de seu ser genérico é o trabalho não-alienado, e, a realização plena só é possível depois da superação do trabalho alienado. Marx dedica muitas páginas para mostrar a relação de todo o processo de alienação do trabalho e a propriedade privada. Aqui há algumas controvérsias porque Marx coloca a propriedade privada como consequência do trabalho alienado, e alguns contestam, uma vez que a propriedade privada é anterior à sociabilidade capitalista, mas esquecem que o trabalho alienado também é anterior³⁶, e Marx não faz uma relação hierárquica de processos, mas dialética, em que os elementos se relacionam e se influenciam reciprocamente, reflexivamente:

³⁶Não temos condições de historiar o processo de Alienação nessa investigação, mas entendemos que este processo é anterior à propriedade privada, é anterior às sociedades de classes, embora com determinações históricas distintas. O pouco desenvolvimento das forças produtivas nos primórdios do surgimento do ser social, por si, já o colocava em uma relação de submissão às forças da natureza, uma expressão da Alienação. Podemos afirmar que o trabalho é alienado, nesse momento, porque o sujeito do trabalho apreendia o seu próprio ciclo de sobrevivência como dádiva dessa natureza divinizada, mesmo sendo sua a luta para interagir com ela e tirar o sustento coletivo. A Alienação se determina historicamente desde à submissão às forças naturais até a Reificação

[...] a economia nacional parte do trabalho como alma propriamente dita da produção e, todavia, dá ao trabalho nada e à propriedade privada tudo. Proudhon, a partir dessa contradição, concluiu a favor do trabalho contra a propriedade privada. Mas nós vemos que essa aparente contradição é a contradição do *trabalho alienado* consigo próprio, e que a economia nacional apenas exprimiu as leis do trabalho alienado. (MARX, 2015, p. 318, grifos do autor).

A superação do trabalho alienado implica, pois, na superação da propriedade privada que a reproduz. Superação necessária, mas não suficiente, como o socialismo histórico comprovou. Nesse momento do percurso marxiano, os avanços do pensamento socialista proudhoniano são conservados e somente mais tarde, os elementos negativos dessa influência serão superados. Diante do exposto, perguntamos: seria possível perceber a amplitude do Fetichismo da mercadoria no pensamento maduro de Marx sem conhecer o seu percurso até aqui? Com o salto extraordinário realizado em Paris, registrado nos *Manuscritos*, Marx precisou desvencilhar-se, em definitivo, das concepções teóricas de seus companheiros de militância neo-hegelianos que insistiam em permanecer no conforto do idealismo, inofensivo para a batalha que precisaria ser travada para emancipação humana real. Marx se apropriaria, então, do socialismo de seu tempo.

Escrito, também, em 1844 e publicado logo a seguir, em fevereiro de 1845, Marx, em parceria com Engels, faz no texto *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica*, o registro público do momento de separação dos jovens hegelianos de esquerda, que se recusaram a sair da luta imaginária contra os inimigos do Espírito Absoluto. Lembrando que esse texto foi publicado imediatamente, e os *Manuscritos* de 1844 e a *Ideologia alemã*, que expressaram o esforço de superação dos entraves teóricos do idealismo alemão, só foram publicados no século XX.

De forma rude e impaciente, os jovens Marx e Engels (2003) produziram um texto irônico, daí a expressão jocosa de “*sagrada família*” para identificar os irmãos Bruno e Edgar Bauer, cujo pensamento dogmático dificultou a compreensão dos pontos de avanço da própria herança hegeliana para uma nova e radical concepção de mundo, efetivamente transformadora. O subtítulo do texto marxiano é mais jocoso ainda: “*crítica da crítica crítica*” e precisa de um resumo explicativo: Bruno Bauer era o líder dos hegelianos de esquerda; estes defendiam os princípios da burguesia revolucionária (sociedade democrática, livre, igual e fraterna) e criticavam a feudalidade aristocrática alemã, essa é a terceira *crítica* do subtítulo; portanto, os

capitalista atual, por isso é tão importante compreender a Categoria marxiana *Modo de produção*, síntese dos fundamentos objetivos da Alienação na forma de produzir a existência material e os apresenta na especificidade das determinações de cada tempo histórico.

jovens hegelianos eram críticos do idealismo alemão mais conservador, o problema é que a crítica era abstrata, apenas como princípios, e faziam a crítica mais severa aos socialistas, preferindo preservar seu mundo aristocrático-burguês, com mudanças apenas na liberdade de pensamento e produção do conhecimento, em luta contra a autocracia prussiana. Em referência a isso, Bauer fez uma crítica à crítica socialista. Essa é a segunda *crítica* do subtítulo. Marx e Engels, já associados ao socialismo, por sua vez, farão sua crítica à crítica de Bauer à crítica socialista. E fechamos as três críticas do subtítulo: *Crítica da crítica crítica*. E muitas outras ironias e provocações ao longo de todo o texto. Uma marca da subjetividade marxiana, em meio ao absurdo da negação da centralidade da vida social e da produção material da existência mediada pelo trabalho. A mesma perplexidade que sentimos hoje, frente à produção teórica do nosso tempo que nega até a materialidade das necessidades biológicas mais primárias. O texto é, principalmente, uma grande varredura do pensamento filosófico burguês de seu tempo em luta contra os avanços dos primeiros socialistas, que mais tarde também seriam superados e considerados utópicos, na longa caminhada para a conquista do socialismo concreto, revolucionário. O texto é, enfim, um grande acerto de contas com o idealismo, preparando a consolidação do materialismo histórico e dialético, um degrau importante para a obra seguinte. Vejamos alguns fragmentos:

Edgar Bauer se contrapõe às afirmações dos socialistas franceses de que os trabalhadores produziam tudo e não tinham direito a nada, bem como a afirmação proudhoniana de toda propriedade é um roubo. Segundo o idealista alemão, a consciência do trabalhador não tem capacidade de criar, e os socialistas teriam o pensamento invertido sobre a realidade, pois o trabalho concreto, diário, não produzia o real, apenas suas necessidades imediatas. Engels responde:

[...] aqui a Crítica atinge a completude ao alcançar aquela altura da abstração na qual ora considera como ‘algo’, ora como ‘*tudo*’, exclusivamente as criações de seu próprio pensamento e as generalidades contrárias a toda realidade. O trabalhador não cria nada, porque cria apenas ‘unidades’, quer dizer, objetos físicos, tangíveis, desprovidos de espírito e de crítica, objetos que são um verdadeiro horror aos olhos da Crítica pura. Tudo o que é real, tudo o que é vivo é acrítico, massivo e, portanto, ‘nada’, ao passo que apenas as criaturas ideais e fantásticas da Crítica crítica são ‘*tudo*’. (MARX; ENGELS, 2003, p. 29, grifo dos autores).

Sabemos que para o idealismo objetivo, o sujeito é a ideia; ela é objetiva porque é imanente, desse mundo; contudo, a materialidade do mundo é uma manifestação empobrecida, corrompida da Ideia. O real é a Totalidade, mas apreendida apenas na sua forma abstrata de Ideia. Marx e Engels não negam a Totalidade, ao contrário, aprofundam sua apreensão, desvelando-a em sua objetividade histórica, embora ainda em uma análise prevalentemente

filosófica, pois não conheciam bem as implicações da produção do valor, mas estão cada vez mais próximos. Marx e Engels apreendem a verdadeira inversão da relação Ser e Pensamento:

[...] através dessa metamorfoseação do predicado no objeto, podem-se transformar criticamente todas as determinações essenciais e todas as manifestações da essência do homem em *não-essência* e em *alienações* da essência. Dessa maneira, por exemplo, a Crítica crítica faz da crítica, enquanto predicado e atividade do homem, um sujeito à parte, que diz respeito apenas a si mesmo e é, por isso, *Crítica crítica*: um 'Moloch' [demônio] cujo culto é o auto sacrifício, o suicídio do homem, ou seja, da capacidade humana de pensar. (MARX; ENGELS, 2003, p. 31, grifo dos autores).

Sem a compreensão rigorosa dessa inversão, não é possível apreender a realidade como Totalidade concreta e o lugar da Alienação como a própria inversão entre Ser e Pensamento, objeto x sujeito, quem cria o quê, e daí perseguir a gênese, aquilo que gera, objetivamente, a inversão. Em resumo, não seria possível, mais tarde, apreender a inversão do Fetichismo da Mercadoria, fundamento da Reificação. E para isso, foi preciso olhar para a vida social, começando do mais simples, do mais imediato, por isso, em *o Capital*, Marx iniciará pela Mercadoria. o que produz e reproduz a consciência que cria a Ideia? Marx utiliza o exemplo da fruta para ilustrar a irracionalidade da filosofia especulativa, que entende a materialidade despotencializada pela Ideia. Para os irmãos Bauer, as frutas reais são as frutas especulativas, e Marx mostra o absurdo “[...] frutas dotadas de uma significação mística mais alta, frutas que brotam do éter de teu próprio cérebro e não do solo material, que são encarnações ‘da fruta’, do sujeito absoluto.” (MARX; ENGELS, 2003, p. 74). A materialidade desse mundo é, portanto, para o pensamento especulativo, encarnações da Ideia, que seria o sujeito da criação. Platonismo puro. Para mostrar o contrário, Marx continua sua batalha em favor da constituição do materialismo e demonstra que até mesmo as emoções mais escondidas no interior da subjetividade, como os desejos eróticos de um religioso, estão repletos de materialidade. Utiliza um Romance de Eugene Sue (*Os mistérios de Paris*) e seu personagem, um pároco; por meio dele descreve os efeitos materiais da sensualidade no corpo. Marx aproveita *a deixa* e retruca:

Com essa o pároco acerta na mosca. Para dominar a *sensualidade*, ele tem de dominar antes de tudo as *descargas nervosas* e a acelerada *circulação sanguínea* [...] Quando os nervos deixam de enviar descargas e o sangue das veias se resfria, *o corpo pecador*, a morada dos prazeres sensuais, converte-se em *homem morto*, e então as almas já podem, livres de qualquer atropelo corporal, sustentar seus colóquios a respeito da ‘razão geral’, do ‘verdadeiro amor’ e da ‘moral pura’. (MARX; ENGELS, 2003, p. 80, grifos dos autores).

E como resultado lógico-absurdo do pensamento especulativo, os irmãos Bauer entendem a massa, os homens que trabalham, como a gênese da alienação. Criticam os socialistas por defenderem o protagonismo dos trabalhadores como transformadores do mundo.

Essa negação da massa, do ser humano concreto, é, sobretudo, a negação da classe trabalhadora e possui relação direta com o momento histórico da burguesia. Marx confronta a acusação baueriana de que os trabalhadores, brutos e incultos, seriam os verdadeiros inimigos do Espírito, e responde (ironicamente) que Bauer tem toda razão, se o tal “espírito” é a universalização do modo de vida burguês, a massa trabalhadora é ameaça, de fato. Bauer afirma que o adversário, a massa, é incapaz espiritualmente. Marx responde novamente: “[...] Não ocorre à Crítica absoluta parar para investigar o ‘*espírito*’ em si, para investigar se por acaso ‘a frase’, ‘a ilusão’, ‘a falta de miolo’ não terão seu fundamento muito antes em sua própria natureza espiritualista.” (MARX; ENGELS, 2003, p. 101, grifo dos autores). Em outros termos, Marx convoca a consciência social a apreender a essência alienada dessa falsa universalização. E como a massa é, em sua essência, uma ameaça para o mundo burguês, precisa mesmo ser coisificada, desumanizada, despotencializada. Os Bauer, portanto, criam uma justificação filosófica para a exclusão dessa massa dos grandes avanços proporcionados pelas promessas de emancipação burguesa. Ou seja, a massa, por seu limite espiritual, seria incapaz de emancipar-se, mesmo a burguesia lhe oferecendo todas as oportunidades. Qualquer semelhança com a doutrina mais vulgarizada do empreendedorismo atual *não* é mera coincidência. Essa Reificação da massa é captada por Marx: “[...] Até aqui a *massificidade* parecia, ora mais, ora menos, apenas uma qualidade dos objetos e pessoas criticados; agora, objetos e pessoas se convertem em ‘*massa*’ e a ‘*massa*’ se faz objeto e pessoa.” (MARX; ENGELS, 2003, p. 95, grifos dos autores). É a dissimulação cínica da decadência ideológica, em que a filosofia especulativa defende que as promessas burguesas continuam válidas, mas nem todos teriam capacidade de conquistá-las.

A massa, para o pensamento especulativo, não tem salvação, está condenada à eterna ignorância porque a verdade libertadora da burguesia é muito complexa, inalcançável para aqueles que conhecem apenas a vida prática, sem potencial criador. Seu esforço deve apenas seguir os portadores dessa verdade. E nesse momento, no bojo da crítica à filosofia especulativa, Marx apresenta uma síntese sublime de sua concepção revolucionária da História, ao fazer a crítica da concepção hegeliana de história, sempre denunciando a coisificação do ser social:

A verdade é, tanto para o senhor Bauer quanto para Hegel, um *autômato* que se prova a si mesmo. O homem deve apenas *seguir-la*. E, assim como em Hegel, o resultado da argumentação real do senhor Bauer não é outro que não a verdade *demonstrada*, quer dizer, a verdade levada à consciência. [...] A História existe para servir ao ato de consumo do alimento teórico, da *demonstração*. O homem existe para que exista a História, e a História existe para que exista a *demonstração da verdade*. [...] o homem e a História existem para que a *verdade chegue à autoconsciência*. [...] A história torna-se, assim, uma persona à parte, um sujeito metafísico, do qual os indivíduos humanos reais não são mais do que simples suportes. [...] Por que a verdade, assim

como a História, é um sujeito etéreo, separado da massa material; ela não se dirige aos homens empíricos, mas sim ao ‘*mais íntimo da alma*’; não toca, para chegar a ser ‘*experimentada de verdade*’, ao corpo grosseiro do homem, alojado por exemplo nas profundidades de um porão na Inglaterra ou nas alturas de um sótão na França, [...] (MARX; ENGELS, 2003, p. 96-98, grifos dos autores).

É preciso observar o esforço marxiano para apreender, filosoficamente, a Alienação como inversão objeto x sujeito, o combate permanente à inversão do sujeito submetido ao seu produto, à exteriorização alienada já apresentada nos *Manuscritos*, a práxis invertida, determinada unilateralmente pelo pensamento dominante de uma classe específica. Lembramos que para os hegelianos de esquerda, o pensamento mais evoluído era a criação de um novo mundo segundo a burguesia, pois viviam o contexto da Alemanha fragmentada semi-feudal, em lento e cauteloso processo de aburguesamento. Um aburguesamento aristocrático que já se inicia em uma fase de decadência ideológica³⁷. Nesse sentido, não interessava a realidade, a vida concreta dos homens; contudo, era preciso explicar a existência de uma massa desumanizada pela pobreza em meio à tanta riqueza. Para suportar a violência dessa inversão, a filosofia especulativa cumpriu a sua determinação objetiva alienada: é preciso colocar a verdade fora do mundo, da práxis, da História. Separar Ser e Pensamento, que para o Hegel original eram idênticos e a práxis era o momento essencial de autoconhecimento do Ser, distorcido por Bauer. Entendemos que a Alienação se manifesta, pela inversão objeto x sujeito, em qualquer sociedade de classe de qualquer tempo histórico, com a fragmentação dos componentes da Totalidade, que existem, concretamente, em relação dialética e autônoma. Marx elucida a separação entre objetividade e subjetividade, a separação abstrata, indevida, da Totalidade inseparável:

³⁷Segundo Lukács, orientado por Marx, a decadência ideológica da burguesia é marcada, historicamente, na Revolução de 1848, onde se revela a traição da burguesia ao proletariado. Mas consideramos a decadência ideológica, anterior a isso. O momento de ruptura da burguesia com suas promessas de emancipação, se manifesta já na derrota dos jacobinos (pequena burguesia radical), que aliados aos *sans-culottes* (artesãos e pequenos proprietários) foram duramente reprimidos pela Gironda (Grande burguesia comercial) na Revolução Francesa (1793-1794). Os jacobinos foram usados para organizar a população no enfrentamento armado contra a reação aristocrática; quando cumpriram sua função foram descartados. É marcação histórica de uma burguesia vitoriosa, sem interesse mais na liberdade, igualdade, fraternidade para toda a humanidade e assume sua tarefa de destruir todas as tentativas de realização concreta de suas promessas. Ou seja, a História já tinha avisado aos trabalhadores sobre a impossibilidade ontológica da burguesia ser a verdadeira portadora da emancipação. E poderíamos, ainda, citar outros tantos avisos da História sobre isso. Hoje, a maioria absoluta dos livros de história, até mesmo, autores progressistas, reduzem o período jacobino da revolução francesa a um grupo de fanáticos sanguinários que provaram de seu próprio veneno, sendo todas as lideranças guilhotinadas. Pouco se fala de suas medidas extremamente avançadas para a época, exceto a questão da propriedade privada. As revoluções burguesas posteriores à derrota jacobina tiveram apenas o caráter de consolidação conservadora do seu poder, usando pequenos burgueses e trabalhadores, carne e sangue consumidos em seu benefício. Suas promessas perduraram como ferramentas ideológicas necessárias à condução das massas. Marx, no texto *A Sagrada Família*, de uma forma aligeirada, parece indicar isso ao discutir a desqualificação baueriana da massa que guia a si mesma para sua emancipação.

A Crítica absoluta parte [...] do *dogma* da existência do espírito como se fosse algo *fora do mundo*, quer dizer, fora da massa da humanidade. No fim ela transforma, de um lado ‘o espírito’, “o progresso”, de outro “a massa” em entes *fixos*, em conceitos e em seguida os relaciona entre si como se tais extremos fossem fixos e pré-dados. [...] não é outra coisa, com efeito, do que a *coroação criticamente caricaturizada* da *concepção hegeliana da História*, que, por sua vez, não é mais que a expressão *especulativa* do dogma *cristão-germânico* da antítese entre o *espírito* e a *matéria*, entre *Deus* e o *mundo*. E essa antítese se expressa por si mesma dentro da História, dentro do mundo dos homens, de tal modo que alguns *indivíduos* eleitos se contrapõem, como *espírito ativo*, ao resto da humanidade, que é a *massa carente de espírito*, a *matéria*. (MARX; ENGELS, 2003, p. 101-102, grifos dos autores).

Marx e Engels demonstram, portanto, o caráter onto-histórico da Alienação e denunciam a dimensão anti-histórica do pensamento baueriano que deforma o próprio legado hegeliano, zeloso da dialética histórica. Bauer, claramente, parece kantianizar o legado hegeliano, separando os elementos racionais puros dos práticos. Como Marx já alertara, os Bauer e seu séquito estão aquém de Hegel.

Depois de superarem os limites do idealismo alemão, Marx e Engels (2002) avançam nas investigações sobre o socialismo e produzem o texto *A ideologia alemã*, com foco maior em Feuerbach³⁸, por considerarem-no o mais importante dos neo-hegelianos, aquele que contribuiu, efetivamente, para a superação do idealismo objetivo e instauração do materialismo filosófico com a crítica da religião. Esse texto, enquanto crítica, também apontou os limites que precisariam ser superados para alcançar um grau mais elevado de apreensão da realidade até mesmo do socialismo.

Escrito em 1846, e conhecido somente em 1932, Marx e Engels demonstraram na *Ideologia alemã* que os jovens hegelianos, de modo geral, consideravam-se revolucionários, mas na verdade, eram conservadores, e sua luta resumia-se apenas às fraseologias que criticavam outras fraseologias, sem nenhum impacto na vida social, distantes da realidade. Não conseguiam elevar a capacidade de apreensão da Alienação, enquanto separação entre Ser e Pensamento. A unidade desses dois componentes dialéticos que formam a Totalidade pode ser compreendida observando a natureza e a sociedade em sua existência concreta. Nesse exercício, Marx e Engels demonstraram que a existência só é possível pela sua produção e reprodução material e que existe uma peculiaridade entre a produção da vida natural e social, e essa peculiaridade é a mediação constitutiva do ser social, o Trabalho. Descoberta tão prosaica, tão incompreensível para a aristocracia intelectual alemã que não conseguiu, ou não quis entender

³⁸Devido à importância do materialismo feuerbachiano para o desenvolvimento do materialismo histórico e dialético, a maior parte das traduções desse texto traz somente o capítulo sobre Feuerbach. Para o leitor interessado em aprofundar esse momento específico, a Editora Boitempo publicou texto mais completo, no qual Marx e Engels (2011) analisam outros neo-hegelianos, incluindo Marx Stirner e suas críticas iniciais ao socialismo utópico.

que são os trabalhadores, em seu dia a dia, que produzem a riqueza. Essa descoberta é expressa na seguinte síntese:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. [...] uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2002, p. 10-11).

Na citação acima Ser e Pensamento se encontram em uma das passagens marxianas mais belas produzidas pela nova ciência da História em desenvolvimento, que apreende a Totalidade, que recompõe o Real, recuperando, em grau mais elevado, as contribuições fragmentadas produzidas pelas ciências burguesas. A nova ciência faz as conexões históricas e dialéticas da filosofia, economia, história, direito, política, psicologia, estética, física e o que mais surgir no caminho. Essa nova ciência viabiliza o acelerado grau de elevação da apreensão da realidade feita por Marx e Engels. E, seguindo ancorado no processo histórico, demonstram que o processo de produção da riqueza social não se dá de forma abstrata, baseada na guerra das fraseologias, mas determinada historicamente, o que nas condições específicas, se faz na apropriação violenta do que é produzido, cotidianamente, e conclui que “[...] até agora, fez-se da violência, da guerra, da pilhagem do banditismo etc., a força motriz da história.” (MARX; ENGELS, 2002, p.14). Da Economia política estudada até aqui, extraem a gênese dessa violência na propriedade privada e no trabalho alienado, explicando o processo histórico de sua concentração nas mãos de poucos, já desde sua forma imperfeita, a propriedade fundiária da nobreza militar feudal e sua dominação sobre os servos. E devido a esse processo de expropriação da riqueza coletiva pela propriedade privada, a consciência social apreende a realidade de forma fetichizada. E mais uma vez, reforçam a unidade ontológica entre objetividade e subjetividade, na forma que a condição histórica permite, ou seja, na forma alienada:

[...] a consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo diretamente físico. [...] E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência

de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. *Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.* Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como a sua consciência. (MARX; ENGELS, 2002, p.19-20, grifos nossos).

A determinação da consciência pela vida, em unidade dialética, formando a Totalidade concreta, é o pressuposto mais importante da nova ciência da História. Esse pressuposto não é um axioma abstrato, mas uma legalidade objetiva, que possui um sujeito de carne e osso que lhe reproduz, pela força das contradições; e, que, pode superá-las e forjar novas legalidades. Focado na crítica da filosofia alemã, Marx afirma que a filosofia de forma geral, não pode mais ser tratada de forma separada da realidade. Mas podemos antecipar que essa descoberta vale para qualquer nível ou forma de produção do conhecimento. As ciências, portanto, não tem sentido fora dessa unidade Ser e Pensamento, e por isso, produz, necessariamente, conhecimento alienado, fragmentado, útil apenas à reprodução social reificada. A Totalidade existe materialmente, as relações entre os entes existem materialmente, o ser social precisa do alimento, reproduzir-se, respirar, enfim, precisa dos diversos elementos inorgânicos, orgânicos e sociais que formam essa Totalidade. Mas somente a consciência consegue captar essas conexões ontológicas. Surge a importância da linguagem para a nova ciência emancipadora, muito distante da linguagem-sujeito produzida pela alienação capitalista presente em muitas das pesquisas sobre a temática tão em evidência atualmente:

[...] a linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com os outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim. O animal *'não está em relação'* com coisa alguma, não conhece, afinal, nenhuma relação. Para o animal, suas relações com os outros não existem enquanto relações. A consciência é, portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. Assim, a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível *mais próximo* e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência. (MARX; ENGELS, 2002, p. 24-25, grifos dos autores).

Marx e Engels já apresentaram a determinação da propriedade privada que se constitui pela expropriação de uma classe social por outra como uma das gêneses da apartação entre objetividade e subjetividade. Dimensão primordial da divisão do trabalho na sociedade de classes: uma classe trabalha e produz a riqueza, enquanto a outra não trabalha e usufrui a riqueza. Logicamente que essa classe tem tempo ocioso e mais condições para produzir a

riqueza espiritual de forma mais abundante e refinada, mas limitada pela sua condição de expropriador; é produção espiritual alienada, fragmentada, uma falsa universalidade. Devido a cisão entre trabalho e propriedade, o trabalho material se separa do trabalho espiritual. E a classe que domina impõe, obviamente, sua produção cultural, educacional, ética, estética e científica etc. A classe laboral produz também espiritualmente³⁹, mas sempre referenciada por essa dominação, desvalorizada, preterida, e se por algum motivo, a produção cultural das classes dominadas se sobressaírem, serão perseguidas ou neutralizadas (cooptadas). Assim, se explicita mais uma determinação da Alienação entre Ser e Pensamento, na forma de mais uma modalidade de divisão do trabalho: material e intelectual:

[...] pela *divisão do trabalho*, torna-se possível, ou melhor, acontece efetivamente que a atividade intelectual e a atividade material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo – acabam sendo destinados a indivíduos diferentes; [...]. É evidente aliás que os ‘fantasmas’, ‘laços’, ‘ser supremo’, ‘conceito’, ‘escrúpulos’ são apenas a expressão mental idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e de limites muito empíricos no interior dos quais se move o modo de produção da vida e o modo de trocas ligado a ele. (MARX; ENGELS, 2002, p.27, grifos nossos).

Novamente surge a fetichização da realidade que será tão importante na obra de maturidade. A inversão da relação objeto x sujeito, a Alienação do sujeito submetido à sua criação, perpassa toda a obra. A coisificação do ser social, na forma de desumanização, de impedimento de realização plena do ser, vida meramente restrita à produção, como componente coisificado dessa produção. O indivíduo preso à uma única tarefa, impedido de ser e realizar outras atividades pela divisão do trabalho. Há, porém, uma luz no fim do túnel, pois o pensador alemão aponta o seu oposto, o ser social não-alienado:

[...] a partir do instante em que o trabalho começa a ser dividido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual ele não pode fugir; *ele é caçador, pescador, pastor ou crítico, e deverá permanecer assim* se não quiser perder seus meios de sobrevivência; ao passo que, na sociedade comunista, em que cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode se aperfeiçoar no ramo que lhe agrada, a sociedade regulamenta a produção geral, o que cria para mim a possibilidade de hoje fazer uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar na parte da tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer crítica após as refeições, a meu bel prazer sem nunca me tornar caçador, pescador ou crítico. (MARX; ENGELS, 2002, p.28-9, grifos nossos).

E cada linha do texto é uma exposição do processo de Alienação resultante da consciência invertida de um mundo objetivamente invertido. Marx e Engels explicam como o poder social da cooperação entre os indivíduos que trabalham parece um poder estranho que não se sabe de onde vem, como se fosse uma força da natureza. O empobrecimento do fazer

³⁹Ciência aqui no sentido de conhecimento acumulado sobre a natureza.

humano determina o empobrecimento do pensar, do sentir, do criar: “[...] está claro que a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais.” (MARX; ENGELS, 2002, p.35). A separação entre humanidade e natureza, entre o ser humano comum e a história, entre práxis e representação do mundo.

Marx e Engels reconhecem os avanços de Feuerbach em direção a uma proposta de revolucionar, tentando superar a inversão do sujeito submetido à sua criação, no caso, a alienação religiosa; o mesmo não conseguiu ir além porque sua concepção de ser humano e de história não alcançou a vida social real, reduzida a uma abstração teórica. Pretendeu estabelecer a primazia do mundo sensível, mas como algo estático, imutável, e não como processo, atividade, relação. Feuerbach não criticou as condições de vida. Não relacionou essas condições de vida à Alienação, que é muito mais ampla e objetiva que a alienação religiosa. Por essa razão, Marx e Engels precisaram abandonar o materialismo feuerbachiano para avançarem nas determinações objetivas da Alienação, uma vez que a finalidade era encontrar os caminhos históricos para superá-la:

[...] quanto mais a divisão do trabalho se aperfeiçoa, mais a acumulação aumenta e *mais esse fracionamento se acentua* também de maneira marcante. *O próprio trabalho só pode subsistir sob condição desse fracionamento.* [...] Dois fatos surgem, portanto, aqui. Primeiro, as forças produtivas se apresentam como completamente independentes e desligadas dos indivíduos. Isso tem sua razão de ser porque os indivíduos, dos quais são as forças, existem como indivíduos dispersos e em oposição uns aos outros, enquanto, que essas forças, por outro lado, só são forças reais no comércio e na interdependência desses indivíduos. Portanto, por um lado a totalidade das forças produtivas que assumiram uma espécie de forma objetiva e não são mais para esses indivíduos as suas próprias forças, mas sim as da propriedade privada e, portanto, as dos indivíduos unicamente na medida em que são proprietários privados. [...] vê-se evidenciar ante essas forças se desligaram e que dessa forma se viram frustrados do conteúdo real da sua vida, *tornaram-se indivíduos abstratos*, mas que, por isso mesmo e somente então, foram colocados em condições de entrar em contato uns com os outros *enquanto indivíduos*. (MARX; ENGELS, 2002, p. 81-82, grifos nossos).

Percebamos novamente o peso da fragmentação da consciência no processo de Alienação, impedindo o sujeito de apreender a Totalidade social e descobrir as legalidades de construção e condução do processo histórico, fundamental para que o ser social conduza as lutas necessárias para a superação da pré-história da humanidade. E finalizamos a apresentação da *Ideologia alemã* com mais uma síntese da nova ciência da História, que mesmo escrita na juventude irá perdurar por toda a trajetória marxiana:

[...] as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias. Esta soma de forças produtivas, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo e cada geração encontram como dados existentes, constitui a base concreta da representação que os filósofos fazem do que seja ‘substância’ e essência do homem’, daquilo que eles elevaram às nuvens ou combateram, base

concreta cujos efeitos e influência sobre o desenvolvimento dos homens não são absolutamente afetados pelo fato de esses filósofos se revoltarem contra ela na qualidade de ‘consciência de si’ e de ‘únicos’. [...] os elementos materiais de uma subversão total são, por um lado, as forças produtivas existentes e, por outro lado, a formação de uma massa revolucionária [...]; *se essas condições não existem, é inteiramente indiferente, para o desenvolvimento prático, que a ideia dessa subversão já tenha sido expressada mil vezes...* como prova a história do comunismo. (MARX; ENGELS, 2002, p. 37, grifos nossos).

Perseguindo todas as pistas deixadas pelo processo histórico de determinação da realidade e contribuindo para elevação da consciência social, Marx e Engels nos apresentam a Totalidade concreta, superando a totalidade abstrata hegeliana; as dificuldades objetivas de superar a Alienação, que não se dará jamais pela predominância da subjetividade, da vontade, do desejo, das ideias; e apresentam a relação dialética entre Ser e Pensamento, sempre em movimento reflexivo de determinação. Com essas ferramentas categoriais em mãos, Marx e Engels poderão avançar na análise de todas as propostas consideradas revolucionárias em seu tempo e identificar aquelas que melhor servem à desalienação do ser social.

3.3.3 Os limites do socialismo utópico

O percurso anterior foi a crítica ao idealismo alemão. Todo o percurso marxiano é uma crítica radical, crítica da raiz, dos fundamentos. Para o pensamento gnosiológico, é uma estratégia muito desconfortável e cansativa de produção do conhecimento. É mais fácil a costura de pequenos recortes conceituais, de montagem rápida, sem necessidade de muito desenvolvimento, nem recuperação histórica, que caiba em artigos aligeirados, que desvelam pouco da realidade. Muito diferente disso, a crítica radical marxiana é, necessariamente, ontológica e para essa primeira etapa necessitou de anos para ser formulada de forma consistente. Não é a crítica pela crítica, mas encontrar os fundamentos, as determinações da realidade em seu movimento.

Agora, o desafio marxiano é fazer a crítica de todo o pensamento considerado de vanguarda na segunda metade do século XIX, em especial, a hegemonia do pensamento proudhoniano na liderança dos movimentos proletários. A análise de Proudhon sobre a propriedade, feita em 1840, foi de extrema importância, contudo, Marx precisou reagir ao novo texto proudhoniano, *Filosofia da Miséria*, escrito em 1847, estranhamente conservador e conciliador, se comparado à explosiva obra anterior do pensador francês. Em uma crítica furiosa, o pensador alemão produziu um dos mais importantes textos para compreensão da

necessária superação do que ficou conhecido, genericamente, por socialismo utópico. Além disso, apropriou-se, criticamente, da Teoria do valor.

Escrito e publicado como resposta imediata em 1847, o texto marxiano *Miséria da filosofia* defende as formulações ricardianas das deformações grosseiras feitas por Proudhon. Lembrando, incansavelmente, que se trata de uma análise dialética, mantendo os avanços, superando os limites de David Ricardo (1772-1823). Nesse momento, porém, a ênfase marxiana é na defesa dos avanços da teoria ricardiana frente ao perigo de grande disseminação das deformações proudhonianas, enquanto líder doutrinário mais importante dos socialistas no tempo de Marx; e o mais grave, em momento de grande efervescência do movimento operário, às vésperas da grande onda revolucionária de 1848. Isso explica a urgência e impaciência de Marx ao produzir texto tão visceral, que os anarquistas não perdoaram até hoje⁴⁰. A superação madura da teoria ricardiana do valor virá mais tarde, nos escritos preparatórios e definitivos de *O Capital*. Como alerta Netto (2009), infelizmente, a influência de Proudhon aumentou depois desse texto, ainda sendo o pensador libertário dominante por ocasião da Comuna de Paris em 1871, e este não reconheceu nenhuma das críticas apresentadas por Marx. De qualquer maneira, Proudhon, em obra anterior, contribuiu para uma parte importante do percurso de formulação da teoria revolucionária radical ao desvelar que a burguesia não conseguiu sua riqueza por seu esforço pessoal, mas através da rapinagem, do roubo da riqueza produzida pelo trabalho alheio. Conceito bem mais fácil de assimilar e mobilizar as massas para a luta. Contudo, não era suficiente para lançar as bases concretas da emancipação. Era preciso conhecer com precisão como essa expropriação acontecia e como a reapropriação poderia ser efetivada. Proudhon não chegou às últimas consequências dessa descoberta, e, também, não respondeu adequadamente às questões suscitadas na própria luta dos trabalhadores, e coube a Marx fazê-lo.

Um dos primeiros problemas das análises teóricas dos socialistas utópicos, de uma forma geral, e de Proudhon, em especial, é colocar o fundamento da sociabilidade nos processos de troca mercantil, e não nos processos de produção, no trabalho. O próprio Marx pensava assim, antes dos *Manuscritos* de 1844. De múltiplas formas, a troca mercantil é naturalizada, na sua forma de troca individual, porque um único indivíduo não pode produzir sozinho tudo o que precisa, então, segundo eles, não tem como reproduzir a existência sem trocar com outros indivíduos⁴¹, considerada uma forma necessária e insuperável para harmonização social. Para

⁴⁰Um exemplo bem interessante desse ressentimento é a palestra do anarquista Acácio Augusto (TEORIA..., 2018) sobre a Teoria da revolução em Bakunin. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBWk2tuwNxU>.

⁴¹Marx não especula como seria uma sociedade sem troca de mercadorias, mas pelos elementos que apresenta poderíamos arriscar que para superar o Fetichismo da Mercadoria seria necessário que houvesse produção planejada e direta distribuição, impedindo o desenvolvimento de novo tipo de valor de troca, mantendo sempre

Marx esse pressuposto é uma mistificação, anti-histórico e doutrinário. E pergunta a Proudhon: como todos os *robinsons*⁴² foram convencidos a trocarem seus produtos de forma tão supostamente harmônica e equilibrada? Segundo Marx, os economistas políticos, em especial, Smith e Ricardo, fizeram uma análise mais próxima da realidade, menos mistificada. E apresenta, de forma panorâmica, a processualidade histórica das relações de troca, do desenvolvimento teórico do conceito de valor já alcançado pela burguesia, até chegar ao Fetichismo da mercadoria, embora ainda não usasse essa terminologia:

Veio, enfim, um tempo em que tudo aquilo que, outrora, os homens consideravam inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico, podendo alienar-se. Trata-se do tempo em que as próprias coisas que, até então eram transmitidas, mas jamais trocadas, oferecidas, mas jamais vendidas, conquistadas, mas jamais compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc. – trata-se do tempo em que tudo, finalmente, passa pelo comércio. O tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para expressá-lo em termos de economia política, o tempo em que todas as coisas, morais e físicas, tornando-se valores venais, devem ser levadas ao mercado para que se aprecie o seu mais justo valor. (MARX, 2009, p. 48).

Aqui podemos perceber um pouco mais o duplo caráter reificador da mercadoria, na dimensão mais imediata da coisificação da vida social, e, outro, mais essencial, ancorada na produção realizada somente para troca, na sociabilidade burguesa. Proudhon se considera o verdadeiro descobridor da contradição entre valor de uso e valor de troca, além de outros pressupostos da teoria do valor. Marx, para refutá-lo, e, ao mesmo tempo, corrigir as deformações teóricas, escreve uma breve, mas articulada, história da economia política. Segundo o pensador alemão, Proudhon criou uma antítese entre valor de uso, que entende como demanda, e o valor de troca, entendido como oferta, e a mediação seria chamada de “valor de opinião”, o livre arbítrio, que pelo bom senso iria equilibrar os dois elementos, garantindo que trabalhadores e capitalistas, enquanto produtores e consumidores, vendedores e compradores, chegassem pela negociação à igualdade. Subjetivismo excessivo, o mesmo que vem, até os dias atuais, obstruindo a consciência social, dificultando o alcance da dimensão real desse processo, ou seja, a incapacidade do capital em permitir que boas intenções controlem a autonomização insana de seu metabolismo.

a existência exclusiva do valor de uso dos produtos do trabalho humano. Apesar de ser apenas conjectura, é preciso pensar sobre isso no processo de luta contra o capitalismo. Afinal, a burguesia primeiro fez a revolução econômica para depois fazer sua revolução política. É um assunto delicado que precisa de estudos futuros, pois passa por propostas que na aparência parecem ser muito boas, mas que mantêm as bases do capital, como vimos no socialismo histórico.

⁴²Expressão jocosa de Marx para o individualismo burguês. Refere-se ao texto clássico *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe.

Marx explica que a determinação primordial da relação entre vendedores e compradores não é a necessidade individual, mas o processo social global, a Totalidade concreta. Inclusive, a demanda pode ser criada pela produção, e coisas inúteis, de baixa qualidade e/ou prejudiciais à sociedade podem ser amplamente vendidas, e dá o exemplo da aguardente, simplesmente pelo seu baixo custo de produção. Não é, portanto, a utilidade que determina a troca, como Proudhon acreditava. E mostra dados da realidade sobre o aumento dos preços dos alimentos necessários e a diminuição de preço de produtos mais supérfluos, como açúcar e café (em seu tempo). E pergunta:

Por que o mínimo de preço determina o máximo de consumo? Seria, por acaso, em função da utilidade absoluta desses produtos, da sua utilidade intrínseca, da sua utilidade enquanto melhor correspondência às necessidades do operário como homem, e não do homem como operário? Não: é porque, numa sociedade fundada na *miséria*, os produtos mais *miseráveis* têm a prerrogativa fatal de servir ao uso da grande maioria. (MARX, 2009, p. 77, grifos do autor).

Marx ensina a Proudhon como se aproximar melhor da realidade: acompanhar o processo histórico global e não factuais isoladas. E, também, explica ao socialista francês porque ele não compreende a Totalidade: sua dialética é pobre, simples sucessão de opostos, valor útil x valor de troca, escassez x abundância, produtor x consumidor, oferta x demanda etc., sem contradição, sem sínteses, e sem mediações concretas (trabalho, dinheiro etc.), apenas a mediação subjetivista do livre arbítrio. Marx demonstra como a dialética é processo concreto vivo, contraditório com eterno movimento de síntese. Faz isso exemplificando um caso: não existe oposição absoluta entre concorrência e monopólio:

Na vida prática, encontra-se não apenas a concorrência, o monopólio e o seu antagonista, mas também a sua síntese, que não é uma fórmula e sim um movimento. O monopólio produz a concorrência, a concorrência produz o monopólio. Os monopolistas concorrem entre si, os concorrentes tornam-se monopolistas. Se os monopolistas restringem a concorrência entre si através de associações parciais, a concorrência cresce entre os operários; e quanto mais a massa de proletários cresce face aos monopolistas de uma nação, mais a concorrência entre monopolistas de nações diferentes se torna desenfreada. A síntese é tal que o monopólio só pode se manter passando, continuamente, pela luta da concorrência. (MARX, 2009, p. 168-169).

E para que a produção possa ser entendida como o momento fundante da sociabilidade, e como ela foi toda comprometida com a produção, na sua forma capitalista, que expropria o trabalho e se reproduz, exclusivamente, para a troca, Marx explica por que a teoria ricardiana do valor é a mais avançada para explicar como os trabalhadores são expropriados pelo capital. E não poderia permitir que nos afastássemos dessa descoberta tão importante feita pela própria economia política, antes de sua decadência ideológica definitiva. Marx denuncia

que o novo texto de Proudhon estava aquém de seu próprio texto anterior, sobre a propriedade, estava aquém de Ricardo. Refuta, ainda, a análise moralista dos socialistas utópicos que consideram a crueza ricardiana sobre a exploração do trabalho e seu trato como simples meio de produção. Reificação explicitada:

É evidente que a linguagem de Ricardo não poderia ser mais cínica. Colocar no mesmo plano os custos de fabricação dos chapéus e os custos de manutenção do homem é transformar o homem em chapéu. Mas não protestemos tanto contra o cinismo. O cinismo está nas coisas, não nas palavras que o exprimem. (MARX, 2009, p.64).

Lembramos que Marx também recusou a teoria ricardiana em seus escritos de juventude pelo mesmo motivo. Mas não ficou preso a esse grau de apreensão e avançou em sua crítica, justamente, pela robustez do método onto-histórico. É a riqueza das determinações encontradas no percurso que aponta o que precisa ser superado ou conservado. Todo o percurso foi fundamental para sua formação intelectual, gnosiológica, capacitando-lhe para a apreensão ontológica. A dificuldade de compor o percurso formativo da consciência social, explica, em parte, a dificuldade em assimilar a Totalidade concreta.

Voltemos à Proudhon. Este entendia que a teoria do valor era uma teoria de emancipação do trabalhador, e não de sua dominação. Propunha que esta emancipação se realizaria quando cada trabalhador, individualmente, recebesse em produtos ou em tempo livre o que o seu trabalho tinha produzido, considerando a distinção qualitativa dos trabalhos. Marx afirma que os economistas políticos mais honestos já compreendiam que isso seria impossível no capitalismo. Sabiam que sua riqueza vinha da geleia geral de trabalho, da quantificação de tempo de trabalho, independente da qualidade distinta dos trabalhos, ou seja, que a medida do valor é o trabalho simples, e a proposição de Proudhon não aconteceria nem no capitalismo e nem no socialismo, pois pressupunha trocas individuais, e o processo de produção do valor é, necessariamente, social, global. Marx demonstra isso com exemplos concretos, extraídos do cotidiano das fábricas. Inclui, também, uma reflexão sobre a recusa violenta dos capitalistas em reduzir as horas de trabalho de mulheres e crianças. Os defensores da lei de redução da jornada argumentavam que este trabalho tinha menor qualidade, e os lucros do patronato não seriam diminuídos expressivamente. Isso não significa que Marx não apoiasse essas lutas, mas apontava, sistematicamente, o limite delas. Explicou que a qualidade do trabalho, no capitalismo industrial, é determinada, secundariamente, com elementos de impacto indireto como sexo, idade, atenção, paciência, assiduidade, destreza, rapidez, força, resistência. A igualdade já foi realizada pela burguesia, o tempo de trabalho geral abstrato, e não gerará outro

tipo de igualdade além dessa. Marx demonstra a real medida do valor, a redução do trabalho humano ao *quantum* de tempo necessário e a consequência inevitável da reificação do ser social: “[...] os homens se apagam diante do trabalho; supõem que o movimento do pêndulo se tornou a exata medida da atividade relativa de dois operários.” (MARX, 2009, p.67). E para tirar qualquer dúvida sobre a direção errada dos socialistas que chamou de doutrinários, explica que o capitalismo impõe um processo contínuo de depreciação do trabalho pela sua própria lógica de reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção, não para dar liberdade ao trabalhador, mas para aumentar os ganhos dos expropriadores, e apoiando-se em Ricardo, Marx faz uma síntese, importantíssima, para comprovar a impossibilidade do capital emancipar os trabalhadores: “É importante insistir sobre este ponto: o que determina o valor não é o tempo de produção de uma coisa, mas o *mínimo* de tempo no qual ela pode ser produzida, e esse mínimo é constatado pela concorrência.” (MARX, 2009, p. 80, grifos do autor)

Outro equívoco gravíssimo de Proudhon é negar o trabalho como mercadoria. Para o socialista francês, o trabalho compra mercadorias, e por isso, ele não poderia ser mercadoria, também. E defendia a implantação dos chamados escritórios de trocas, nos quais se faria a troca dos trabalhos por produtos. E aqui Marx se aproxima um pouco mais do que seria denominado, mais tarde, de Fetichismo da mercadoria, a mediação das relações sociais entre coisas, dissimulando o trabalho, como fundamento social; relações sociais invertidas, em que as coisas dominam pessoas, dominam o trabalho:

[...] e assim chegamos ao nosso primeiro resultado. [...] Em princípio, não há troca de produtos, há troca de trabalhos que concorrem para a produção. É do modo de troca das forças produtivas que depende o modo de troca dos produtos. Em geral, a forma de troca dos produtos corresponde à forma da produção. Se se modifica esta última, a primeira, em consequência, será modificada. Por isso, vemos na história da sociedade, o modo de troca dos produtos ser regulado pelo modo da sua produção. (MARX, 2009, p. 92).

O pensador alemão faz uma longa apresentação histórica tanto da economia política como do socialismo utópico, e como eles eternizaram suas categorias de análise e proposições teóricas, negligenciando o desenvolvimento histórico como critério de verdade dessas mesmas categorias. Esse limite tornou-as abstratas e reacionárias. Não duvida das boas intenções dos bons burgueses, e Marx enquadra o socialismo utópico como burguês, já que entendiam todo o problema da miséria no capitalismo apenas como relações desiguais das trocas. Marx demonstra como as proposições de preço justo das mercadorias, invocadas no período medieval, não poderiam mais ser retomadas no atual desenvolvimento da sociabilidade burguesa, e o problema localiza-se no modo de produzir, como a citação anterior já destacara. E aqui fica claro a

distinção entre o reacionário, que deseja o retorno a um tempo histórico já superado, e, nem, sempre são fascistas. Já a burguesia, em pleno processo de universalização e expansão de seu metabolismo social é conservador, isto é, quer manter o seu modo de produção a qualquer custo humano, não espera pela demanda, a precede e a determina; fonte de miséria e de progresso, contradição que poderá engendrar sua própria superação. Pode ser fascista na medida que a crise se agudiza, e o capital precisa de meios cada vez mais violentos de acumulação. Essa dialética é possível observando como a sociabilidade feudal foi destruída pela sociabilidade burguesa, e não foram os critérios éticos que determinaram o lado que triunfaria, como preconizam os weberianos, por exemplo; ao contrário: “[...] quando a burguesia se impôs, não se colocou a questão do lado bom e do lado mau da feudalidade. Ela incorporou as forças produtivas que desenvolvera sob a feudalidade.” (MARX, 2009, p. 138).

E as forças produtivas estão em pleno processo de despotencialização do trabalho humano. E Marx apresenta isso historicamente, demonstrando o interesse dos capitalistas em fazer uso cada vez mais amplo do maquinário, de forma objetiva, depreciando, sistematicamente, o caráter qualitativo do trabalho; e a palavra é dada a um dos capitalistas, Dr. Ure, que escreve uma *Filosofia das manufaturas*:

O objetivo constante e a tendência de todo aperfeiçoamento no mecanismo, são, realmente, os de prescindir inteiramente do trabalho do homem ou de reduzir-lhe o preço, substituindo a atividade do operário adulto pela de mulheres e crianças ou as tarefas de hábeis artesãos pelas de operário sem destreza. [...] Essa tendência a só empregar crianças de olhar vivo e dedos ágeis, em lugar de jornaleiros com longa experiência, demonstra que o dogma escolástico da divisão do trabalho segundo os diferentes graus de habilidade foi, finalmente, rejeitado pelos nossos manufatureiros esclarecidos. (URE, 1836 *apud* MARX, 2009, p. 159).

A citação acima demonstra, novamente, o caráter do Fetichismo da mercadoria como coisificação do ser social resultante da inversão do ser humano criador do produto dominado pelo produto criado. Este processo pretende fazer desaparecer a necessidade do capital por trabalho humano vivo. E não há outra coisa a fazer, a não ser superar esse modo de produzir a riqueza. A dialética terrível da sociabilidade burguesa será aprofundada em suas próximas obras. Passemos à etapa final do percurso formativo de Marx.

3.4 A reelaboração ontológica da teoria do valor

Vimos nas subseções anteriores algumas passagens do processo marxiano de superação das formulações teóricas mais avançadas de seu tempo: o idealismo alemão, a economia política e o socialismo utópico; desenvolvendo as condições para formular a teoria

social necessária para a efetiva emancipação humana. Esta pode ser conhecida por diversos nomes: materialismo histórico e dialético, filosofia da práxis ou ontologia do ser social. Todos eles carregam dois elementos indispensáveis: *História e Dialética*.

História é o nome mais conhecido para práxis, para Totalidade concreta, para os fundamentos ontológicos do trabalho e qualquer processo de produção material ou espiritual do ser social. *Dialética*, por sua vez, é o nome mais conhecido e, também, o menos compreendido para movimento contraditório, luta de classes, continuidade-descontinuidade, e, principalmente, o devir, enquanto desenvolvimento e superação, enfim, as lutas e as contradições do velho gerando o novo; permanência do que deve ser preservado enquanto condição para desestruturar o que precisa ser superado. A separação dos dois termos é apenas didática, mas importantíssima, porque, infelizmente, no campo teórico, a maior parte das formulações para a apreensão do movimento histórico é não-dialética, daí a necessidade de destacar o termo, como uma adjetivação do termo história. Até mesmo marxistas apresentam dificuldades em pensar dialeticamente, embora consigam conceituá-la bem.

É importante lembrar, ainda, que Marx não cunhou nenhum desses nomes para o conjunto de suas descobertas e formulações, não deixou conceitos prontos; isso foi feito por seus intérpretes e disseminadores, incluindo aí Engels, em notas de rodapé e prefácios. E nessa exposição também fazemos esse exercício, uma simplificação. O termo escolhido por Marx foi outro, e não invalida nenhum dos precedentes. Por ter mantido o foco na captura do movimento do Real, a teoria social marxiana, revolucionária, seria cunhada por ele mesmo, na fase mais madura de seu percurso, sempre como *Crítica à Economia Política*, exatamente porque já tinha descoberto o fundamento da vida social na produção material da existência; essência social expressa em forma histórica determinada, a forma histórica burguesa. E por ser histórica, é superável. Sua tarefa era, portanto, uma *Crítica* ao que existe objetivamente, independente da consciência, ou seja, *Crítica* aos fundamentos ontológicos do devir. Todo o percurso marxiano é composto por uma grande crítica ao metabolismo social alienador, na busca de seus fundamentos, formas de reprodução e apontando o horizonte da superação.

Diante da base ontológica, Marx só poderia focar sua análise no desvelamento do Capital e, uma vez que o comunismo não era uma substantivação, não existia na realidade social, não seria seu objeto de estudo, estava apenas no horizonte. Era uma possibilidade, uma potência, no sentido aristotélico; capaz de se desenvolver das contradições do processo histórico, realizada pelo esforço consciente do ser social, seres humanos de carne e osso, em sua luta pela existência. Lembrando que a substantivação que Marx faz do comunismo no

Manifesto de 1848 é na forma de um “espectro”, termo usado por ele, ainda com poucas condições de materialização, cujas tentativas iniciais de sublevação seriam realizadas no mesmo ano. Em outras palavras, justamente por não ser possível uma análise ontológica do não-existente, Marx nunca formulou uma teoria do comunismo, um sistema comunista, mas identificou implicações extraídas dos limites capitalistas que poderiam ajudar para proposições práticas. Nessa direção, vejamos mais um pouco sobre seu percurso formativo.

3.4.1 Lições objetivas da causalidade histórica sobre os processos revolucionários

Iniciamos essa subseção com a obra que sintetiza o resultado de todos os estudos e descobertas teóricas e práticas de Marx, com a contribuição incalculável de Engels, ao longo dos anos 1840, e a apresentação de uma nova proposição, o comunismo, organizado, internacionalista, focado na superação da sociabilidade reificadora que priva o ser social de sua realização. Um texto escrito para os trabalhadores, um panfleto, um programa político e econômico, uma defesa da humanidade, o método de uma nova ciência, um dos mais belos textos já escritos. Isso foi possível pela captura da Totalidade. Cada linha desse texto encerra muitas análises. Apresentaremos algumas.

Escrito em 1848, poucas semanas antes das grandes explosões revolucionárias, o *Manifesto do Partido Comunista* apresentou o quadro geral da luta de classes e as classes fundamentais que determinam a natureza dessa luta, burgueses e proletários; embora a composição social ainda não apresentasse o proletariado como classe autônoma, e não poderia mesmo, porque seriam necessárias muitas lutas para forjar algumas vanguardas. Os autores resumem o processo histórico de formação da burguesia, dos burgos à grande indústria moderna, e o proletariado como produto desse desenvolvimento. Alerta para a natureza de dominação do Estado a serviço da classe que domina todas as outras, não apenas pelo poder político, mas essencialmente pela universalização do seu Fetichismo, a substituição dos vínculos humanos pelos vínculos da mercadoria, explicitando aquilo que era dissimulado nos modos de produção anteriores, a exploração do trabalho:

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir de homem para homem outro vínculo que não o interesse nu e cru, o insensível ‘pagamento em dinheiro’. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou a liberdade de comércio sem escrúpulos. Numa palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas

e religiosas, colocou a exploração aberta, despudorada, direta e árida. (MARX; ENGELS, 2001, p. 47-48).

E alerta, também, para a força destruidora desse Fetichismo que dissolve todas as bases sociais conhecidas e as dissolverá, permanentemente, para manter seu próprio domínio, a dialética histórica da reinvenção permanente, característica exclusiva da burguesia. Descoberta feita por Hegel. Para os outros modos de produção, a mudança significava sua destruição. Apesar do entusiasmo revolucionário daqueles tempos, a apreensão teórica marxiana capturava o maior desafio da superação burguesa, a dificuldade que a consciência social teria, e continua a ter, em compreender o seu dinamismo ontológico e organizar-se contra isso, pois tudo se fetichiza, tudo se torna fantasmagoria, mistificando a realidade de múltiplas formas, e quando conseguimos desvelar um processo, o metabolismo capitalista já está criando outro:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos da produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. [...] A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. *Tudo o que é sólido e estável se volatiliza*, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas. (MARX; ENGELS, 2001, p. 48, grifo nosso).

E exatamente, por essa força fetichizadora, é que a análise da sociabilidade burguesa tem que ser necessariamente ontológica, e desvelar o seu fundamento, a essência, que esse dinamismo permanente não é capaz de superar, sob pena de ruína de si mesma, constituindo o socialismo ou a barbárie derradeira; e por isso, Marx vai dedicar todo o restante de sua vida a desvelar esse fundamento, o trabalho expropriado, o trabalho abstrato, que é a substância do Capital; formas dinâmicas que ele perseguirá ao longo dos três livros de sua obra magna. Infelizmente, nem mesmo os marxistas, em sua maioria, apropriaram-se adequadamente desse legado de sua maturidade teórica. Incluindo a presente pesquisadora.

Retornando ao *Manifesto*, o texto vai mostrar que, bem diferente da realidade imediata, e das campanhas difamatórias burguesas contra os movimentos de emancipação que se aproximavam, era a própria sociabilidade do capital que destruía a vida, a família, os valores, os direitos humanos, a liberdade, a fraternidade e a igualdade; que destruía, e destrói, a propriedade de milhões de seres humanos e prostitui mulheres, homens e crianças. Apresenta, ainda, o epicentro de sua força, a mercadoria, cujo movimento nem as muralhas da China conseguiram, literalmente, impedir. O texto também traz o ponto de contradição principal,

aquele, no qual, a consciência deve manter o foco de sua práxis rumo a ruptura radical: quando forças produtivas já desenvolvidas deixam de corresponder às relações de produção e troca, estas podem ser superadas. A descoberta do ponto de ruptura explica o próprio fracasso revolucionário daquele tempo, uma vez que os limites dessa contradição e a capacidade capitalista de controlar o conflito eram inimagináveis. Contudo, Marx e Engels já conheciam diversos mecanismos da lógica de reprodução do capital: crises recorrentes, destruição regular de produtos e forças produtivas, jogando a humanidade, de tempos em tempos, à barbárie maior, aumentando o mercado e a indissociável exploração, gerando mais contradição: “[...] as relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criadas.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 51). Eis mais um exemplo do vigor do método onto-histórico, uma vez que determinações mais precisas viriam muitos anos depois. Mesmo que a imaginação marxiana não pudesse vislumbrar, naquele momento, até onde o crescimento exponencial do capital poderia chegar e controlar a contradição entre relações de produção e forças produtivas, esse pressuposto ontológico permanece mais válido hoje do que nunca, deixando abertos os pontos de ruptura que se constituem pelo aprofundamento dessa contradição. O texto de 1848 dá mais um passo no desvelamento do processo de fetichização:

Na mesma proporção em que se desenvolve a burguesia, ou seja, o capital, desenvolve-se, também, o proletariado, a classe dos operários modernos, que vivem apenas na medida em que encontram trabalho e que só encontram trabalho na medida em que o seu trabalho aumenta o capital. Tais operários, obrigados a se vender peça por peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e estão, portanto, expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levam o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente [...]. Esse se torna um simples acessório da máquina, do qual só se requer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. [...] à medida que crescem a maquinaria e a divisão do trabalho, cresce também a massa de trabalho, quer através do aumento do trabalho exigido num certo tempo, quer através da aceleração da velocidade das máquinas. (MARX; ENGELS, 2001, p. 51-52).

Podemos considerar essa análise muito mais do que circunscrita ao período do capital industrial, do superado modelo fabril, pois percebe como tendência o aumento do que chamará depois de trabalho morto, antecipando, portanto, a formulação da composição orgânica do capital, apresentada com mais detalhes, mais tarde, no Livro III de *O Capital*, onde apresenta a forma mais desenvolvida do Fetichismo da mercadoria. Essa composição orgânica, já indicava o impacto do desenvolvimento tecnológico no aumento da massa de trabalho morto pressionando o trabalho vivo, elevando a exploração e formação de massa de capital aos níveis atuais. Constituindo-se, portanto, como pressuposto ontológico válido para os dias de hoje.

O texto também apresenta a necessidade de vigilância permanente dos operários: “[...] Massas de operários aglomeradas nas fábricas são organizadas militarmente. Como simples soldados da indústria, são postos sob a vigilância de uma completa hierarquia de suboficiais e oficiais.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 52). Hoje, com o toyotismo, o desemprego estrutural, e a redução drástica do proletariado industrial, em seu sentido clássico, não precisa mais das paredes das fábricas para extrair mais valia e vigiar os trabalhadores. Para manter seu controle sobre o trabalho, o capitalista dispõe de tecnologias para mobilidade global de capital, além das maquininhas na palma da mão de milhões de trabalhadores, compradas por eles mesmos, e carregadas com alegria, registrando todo o seu circuito de relações, o que estão vendo, ouvindo, comunicando; possibilitando aos gestores do capital calcular e manipular pensamentos, sentimentos e desejos com extrema facilidade. O capital prepara-se permanentemente para movimentos de reação, principalmente com poderosas ferramentas de comunicação, talvez mais eficazes que o aparato bélico. É o *big data*, plataformas gigantescas de coleta, manipulação e distribuição de dados, um tipo de feitiçaria dos tempos modernos, pois não conhecemos adequadamente seu funcionamento, uma nova força produtiva. Redes de robôs que identificam o seu perfil e as mercadorias que você deseja, seja um sapato ou uma ideologia. A burguesia já pode fazer democracia direta, uma vez que robôs ganham eleições. Mercantilização de quaisquer ideias que possam ser replicadas até tornaram-se verdades objetivas, quando apropriadas pelas massas, como Marx já sabia. É a involução da velha-nova sociedade da terra plana, em curso. Em oposição ao *Manifesto comunista*, o Capital criou vários manifestos, principalmente em escolas ultraconservadoras de economia, mas que ainda precisavam de algum grau de erudição para assimilação. Agora criou o que vamos denominar de *Manifesto da terra plana*, o fundo do poço da decadência ideológica, bem no formato necessário aos tempos atuais, totalmente virtual, composto por postagens incessantes e fragmentárias de toscos textos de três ou quatro linhas, um tipo de programação mental; a revelia da própria facticidade. A Alienação se aprofunda de tal forma, que as manipulações estão obtendo sucesso até quando vão de encontro à imediatividade. As chamadas redes sociais são programadas para criar bolhas de realidade, mundos paralelos. O que torna o texto marxiano atual e imprescindível, e, infelizmente, mais difícil de ser acessado e compreendido.

Vimos o entusiasmo de Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* sobre a proximidade de movimentos revolucionários, o que, de fato aconteceria poucas semanas após a publicação do texto no início de 1848. Acertaram o prognóstico, demonstrando a captura correta das legalidades do metabolismo social. Prever quais forças ganhariam é uma outra coisa,

é futurologia, e não temos isso nas formulações marxianas. Marx analisou a derrota somente quando a burguesia mostrou, historicamente, sua capacidade estratégica, não desvelada até aquele momento, o que seria possível somente na própria luta. E assim, iniciou-se o processo revolucionário de 1848; que nas palavras de um importante historiador marxista:

[...] a revolução de 1848 na Europa foi a única a afetar tanto as partes ‘desenvolvidas’ quando (sic) as atrasadas do continente. Foi, ao mesmo tempo, a mais ampla e a menos bem-sucedida revolução desse tipo. No breve período de seis meses da sua explosão, sua derrota universal era seguramente previsível; 18 meses depois, todos os regimes que derrubara, com exceção de um, foram restaurados, e após 18 meses de sua irrupção, com a exceção da República Francesa, estava mantendo toda a distância possível entre si mesma e a revolução à qual devia sua própria existência. (HOBSBAWM, 2011, p. 33).

Diante de tão esmagadora derrota, Marx fará seu esforço de capturar esse movimento da história para avançar na apreensão categorial da realidade. Apresentamos mais essa etapa de seu percurso.

Escrito em 1850 e publicado no mesmo ano, *As lutas de classes na França* busca analisar o processo, imediatamente após seu término. Nesse texto, Marx destaca na introdução que, apesar da derrota, o movimento foi vitorioso por ter contribuído para a libertação proletária do que chamou de “apêndices pré-revolucionários.” (MARX, 1986b, p. 49), e sua evolução enquanto classe, para além da subversão, e mais consciente do seu potencial revolucionário, o que sugere uma crítica aos limites do anarquismo, que preconizavam revoltas espontâneas sem muita direção. Para que sua afirmação não seja interpretada apenas como um mero discurso de encorajamento vazio para pessoas barbarizadas pela violência burguesa, Marx recupera o devir que produziu o movimento de 1848, e os motivos da derrota.

Marx retoma a Revolução de 1830, que colocou Luis Filipe⁴³(1773-1850) no poder do Estado francês. Esta figura representava a burguesia financeira e, atendendo aos interesses desse grupo, aumentou a dívida pública com empréstimos sucessivos, mantendo o Estado artificialmente sempre à beira da bancarrota, duplicando os gastos do Governo e protegeu a corrupção generalizada. Situando a análise nas relações de produção, Marx explica que essa aristocracia financeira enriquecia rapidamente, “[...] não mediante a produção, mas por meio da escamoteação da riqueza alheia, já criada.” (MARX, 1986b, p.54), ou seja, rapinagem explícita. Paris recebeu chuvas de panfletos da pequena burguesia e seu tradicional moralismo, denunciando a abominável corrupção do governo. A burguesia industrial se alia a essa pequena-

⁴³Luis Felipe foi tornado rei por golpe da burguesia ao destronar Carlos X, governante da França entre 1824 a 1830. Foi destronado porque tentou restaurar o absolutismo real, recusando-se a submeter-se à classe vitoriosa da Revolução Francesa. Em outras palavras, em 1830 a burguesia ainda estava em processo de consolidação de seu poder frente à aristocracia e se apresentava como progressista junto às massas trabalhadoras.

burguesia pois fora prejudicada pelo caráter improdutivo dessa pilhagem do Estado. Marx lembra que essa mesma burguesia industrial ajudara a burguesia financeira a submeter os segmentos mais radicais em 1830, como por exemplo, as revoltas republicanas de 1832 e republicanas-socialistas de 1839. Em 1848 precisa delas novamente para vencer a burguesia financeira e derrubar Luís Filipe. Consegue seu objetivo e forma um governo provisório, que Marx passará a analisar.

Marx apresenta a composição dos grupos que venceram a revolução de fevereiro de 1848 e compuseram o governo provisório. Embora tivessem a monarquia como inimigo comum, eram classes antagônicas que não manteriam a aliança por muito tempo. A maioria era burguesa-republicana, a classe operária tinha apenas dois representantes, Louis Blanc (1811-1882) e Albert (1815-1895). Lamartine (1790-1869), chefe do governo provisório, era burguês, mas não representava nenhum segmento diretamente, liderava apenas um movimento libertário romântico de unificação de todos os grupos. Antes mesmo da Proclamação da República, em fevereiro de 1848, os ministérios já estavam distribuídos pela, e, para a burguesia. Os operários agiram na tentativa de evitar o que acontecera em julho de 1830, quando a burguesia impediu a república para empossar o rei Luis Filipe. Buscaram se fortalecer enquanto grupo autônomo diante da burguesia e começavam a tomar consciência no próprio processo histórico, de sua posição naquele momento. E Marx (1986b, p. 58) conclui: “[...] o que o proletariado conquistava era o terreno para lutar por sua emancipação revolucionária, mas não, de modo algum, a própria emancipação.” O proletariado ajudou, em 1830, a burguesia conquistar sua monarquia constitucional, e em 1848 ajudou a conquistar sua nova tentativa de república. Não se tratava de uma escolha errada, mas ausência de condições objetivas. Segundo Marx, a aliança com os segmentos interpostos era inevitável, os operários não tinham condições de liderar o movimento:

[...] os operários franceses não podiam dar um passo à frente, não podiam sequer tocar num fio de cabelo da ordem burguesa, enquanto a marcha da revolução não sublevasse contra essa ordem, contra o domínio do capital, a massa da nação – camponeses e pequenos burgueses – que se interpunha entre o proletariado e a burguesia; enquanto não obrigasse a unir-se aos proletários como sua vanguarda. Só o preço da tremenda derrota de junho podia os operários comprar essa vitória. (MARX, 1986b, p. 61).

Marx destaca que os proletários tentaram um confronto direto contra a burguesia. E a repressão foi tão severa que o movimento cartista na Inglaterra, por exemplo, é liquidado nesse período. Marx recupera diversos eventos dessa luta, várias alianças feitas e desfeitas, distinguindo o que chamou de “bela” revolução [fevereiro de 1848], breve período de

unificação⁴⁴ entre pequena-burguesia, proletariado e campesinato, que acreditavam forçar o governo provisório a tomar medidas em favor dos trabalhadores, como a criação de um ministério do trabalho, sufrágio universal, diminuição de impostos; mas foram derrotados pela “horrenda” revolução de Junho [1848] com o massacre de milhares de trabalhadores e a criminalização de todas as suas organizações. Dessa experiência, a lição: “[...] foi a sua derrota que o convenceu dessa verdade: que a menor melhoria da sua situação é, *dentro* da república burguesa, uma *utopia*; e uma utopia que se transforma em crime logo que se queira transformá-la em realidade.” (MARX, 1986b, p. 74, grifos do autor). Desse processo, Marx extrai fatos confirmadores da importância da internacionalização do movimento operário, já apresentado no *Manifesto Comunista*. Também extrai evidências concretas do papel do Estado enquanto comitê gestor da burguesia, como a criação de um super judiciário para criminalização de qualquer tentativa de resistência. O governo provisório cria super-juízes⁴⁵, que Marx compara aos reis: “[...] O rei, que ela [burguesia] havia destronado, que era *um* só, renascia às centenas nesses inamovíveis inquisidores da legalidade.”. (MARX, 1986b, p. 86, grifo do autor).

Marx mostra como a monarquia foi reconstituída na França depois da burguesia destruir a tentativa de condução proletária: o governo provisório republicano, conduzido pela burguesia industrial, comete o grave erro de confiscar a poupança e aumentar os impostos, perdendo o apoio da pequena burguesia e do campesinato. O dinheiro da poupança foi transformado em título público, colocando os pequenos-proprietários nas mãos de especuladores, fortalecendo a burguesia financeira, aquela que a burguesia industrial pretendia enfraquecer. Com a perda do apoio das massas, o governo provisório recruta o *lumpemproletariado* através do pagamento de soldos aos jovens miseráveis franceses, que usavam uma farda distintiva, uma organização paramilitar. Isso confundiu os parisienses que viam neles uma guarda proletária. Sobre esse segmento, Marx concluiu de maneira severa:

[...] essa camada é um centro de recrutamento de gatunos e delinquentes de toda espécie, que vivem dos despojos da sociedade, pessoas sem profissão fixa, vagabundos, *gens sans feu et sans aveu* [gente sem eira nem beira], que diferem segundo o grau de cultura da nação a que pertencem, mas que jamais renegam seu

⁴⁴Lembrando que estamos falando de lideranças, vanguardas, não estamos afirmando a capacidade de levantar as massas dos respectivos segmentos.

⁴⁵Nos dias atuais, essa estratégia é chamada de *lawfare* [Guerra jurídica], criminalização de lideranças de esquerda em vários países. Mas se ainda estudássemos os clássicos, veríamos que essa estratégia já está implícita na divisão dos poderes em Montesquieu (1689-1755), que preconiza o equilíbrio de poder como sustentáculo da república burguesa, e somente dessa república. No momento em que um desses poderes é tomado por forças estranhas, que tomem medidas em favor do trabalho, os demais poderes do capital, em especial, o judiciário com seus cargos vitalícios e imunes, estarão sempre a postos para retomar o equilíbrio de poderes para os gestores burgueses. Não existe anacronismo histórico. O que parece ser resquício de outros tempos tem função estratégica para o grande jogo de xadrez da luta de classes. Os educadores progressistas podem, em sua ação fragmentada, pelo menos, ajudar os trabalhadores a enxergarem o movimento no tabuleiro.

caráter de *Lazzaroni* [alcunha italiana para o *lumpemproletariado*]; na idade juvenil, em que o governo provisório os recrutava, eram perfeitamente moldáveis, capazes tanto das façanhas mais heroicas e dos sacrifícios mais exaltados, como do banditismo mais vil e da mais infame venalidade. (MARX, 1986b, p. 66-67).

Essa análise do exército de miseráveis sempre usados pela burguesia em seu confronto com a classe trabalhadora, em momentos mais viscerais, precisa ser retomada, uma vez que o desemprego estrutural tende a aumentar esse segmento, sem a circularidade do exército industrial de reserva. Mas retornemos a 1848. Nem mesmo o exército *lumpem* foi suficiente nesse momento. O campesinato, que era maioria na França, e com apoio da pequena burguesia, conduz sua própria insurreição, ao colocar, em dezembro de 1848, Luís Napoleão na presidência da república, dando, paradoxalmente, o seu golpe de estado na república francesa, símbolo da opressão. Apoiaram-se na memória do primeiro Napoleão, que os tinha libertado da servidão feudal. Saída conservadora para massas conservadoras. O novo Napoleão, contudo, trai o campesinato, aumentando o imposto sobre o vinho. Nesse momento, os movimentos socialistas começam a se sobressair novamente. Marx apresenta a relação dos proletários com os movimentos socialistas da época, em geral, pequenos-burgueses, democratas radicais, que chamou de doutrinários, pelo seu caráter de tutela dos trabalhadores. Como já sabemos, não havia condições para essas vanguardas proletárias, nem mesmo para a pequena-burguesia radical enfrentar um violentíssimo processo histórico de autonomização dessas classes. O proletariado que não estava ainda “[...] capacitado pelo desenvolvimento das demais classes para empunhar a ditadura revolucionária, tinha de se lançar nos braços dos doutrinários da sua emancipação, dos fundadores de seitas socialistas.” (MARX, 1986b, p. 106). Essa aliança foi suficiente para disseminar o medo do terror vermelho. Marx destaca um parlamentar francês, que dizia ser menos temível a invasão prussiana do que a invasão dos revolucionários; com isso, profetiza a futura derrota da comuna de Paris, mais tarde, pela aliança dos dois exércitos inimigos (francês e alemão). O texto marxiano é riquíssimo de análises políticas, históricas e econômicas, que a presente exposição não comporta. Faremos, então, a transição para a derrota final desse importantíssimo processo revolucionário.

Marx explica as diferenças entre as burguesias industriais nacionais e o impacto disso nas peculiaridades dos processos revolucionários. Essa passagem é importante para compreender a base social para o próximo evento, o Golpe do 18 Brumário, e como as burguesias industriais mais fracas se aliam às aristocracias para vencer diversos movimentos revolucionários simultâneos, de vários matizes, considerando que somente na Inglaterra a burguesia industrial era realmente poderosa. Por isso, a França é a referência histórica para a

análise: “[...] o industrial tinha que se converter necessariamente no membro mais fanático do partido da ordem [monarquistas e burguesia financeira]. A diminuição do seu *lucro* pela finança, *que importância tem frente à supressão de todo lucro pelo proletariado.*” (MARX, 1986b, p. 125, grifos do autor). Ou seja, para o burguês industrial, era melhor perder parte dos lucros para a burguesia financeira e a aristocracia, ambos parasitários, do que perder em definitivo sua condição de donos do capital, caso o movimento proletário fosse vencedor. A análise marxiana da derrota do movimento de 1848 é atualíssima para compreendermos o caráter ultraconservador das burguesias financistas, ao manipular as burguesias industriais a sua lógica peculiar de rapinagem⁴⁶, embora em uma parceria desigual, seu inimigo é comum: a luta de ambas contra o proletariado. A burguesia financeira precisa da transferência de mais-valia, extraída dos trabalhadores pelo capital produtivo.

É nesse momento da análise que o pensador alemão conclui que o sujeito revolucionário é o proletariado inglês⁴⁷, e este precisa iniciar a revolução liderando o mundo para uma guerra mundial de classes. E por que esse segmento não participou ativamente desse processo revolucionário? Nesse texto, Marx apresenta a seguinte hipótese ancorada nas bases ontológicas já descobertas pelas primeiras formulações da teoria do valor: enquanto houver prosperidade burguesa não será possível a:

[...] verdadeira revolução. Semelhante revolução só pode ocorrer naqueles períodos em que esses *dois fatores*, as *modernas forças* produtivas e as *formas burguesas de produção*, entram em *conflito* uma com a outra. As diferentes disputas a que se arrastam e em que se comprometem reciprocamente os representantes das diferentes frações do partido continental da ordem não dão margem de modo algum a novas revoluções; pelo contrário, só são possíveis porque a base das relações sociais é, por enquanto, tão segura e – coisa que a reação ignora – tão *burguesa*. Contra ela hão de esboroar-se todas as tentativas de reação para conter o desenvolvimento burguês, assim com toda a indignação moral e todas as proclamações entusiastas dos democratas. Só é possível uma nova revolução em consequência de uma nova crise. Mas uma é tão certa quanto a outra. (MARX, 1986b, p. 146, grifos do autor).

⁴⁶No Livro II de *O Capital*, Marx se aprofunda nesse processo e descobre a substituição do crescimento mais lento mediado pela demanda do capital pelo crescimento exponencial do capital mediado por juros compostos, que intensificará as crises e o movimento destrutivo da sociabilidade conduzida pelo Fetichismo da mercadoria. A apreensão de Totalidade do método onto-histórico dá essa condição. Da análise mais fenomênica da luta política, aparência, é possível chegar à sua essência nos meandros do desenvolvimento das relações de produção.

⁴⁷Marx em entrevista ao jornalista R. Landor [Jornal *The World*], em 18/7/1871, após a derrota da comuna e forte repressão aos movimentos operários em todo o mundo, explica porque os ingleses continuaram sem mobilização. Acrescenta componentes culturais, particulares, e destaca que os movimentos são autônomos para decidir suas estratégias, e analisar seus contextos, e considera a violência da repressão como fator importante considerado para explicar a ausência de confrontos diretos: “[...] Na Inglaterra, por exemplo, a maneira de demonstrar poder político é óbvia para a classe trabalhadora. A rebelião seria uma loucura, enquanto a agitação pacífica seria uma solução rápida e certa para o problema. Na França, uma centena de leis de repressão e um antagonismo moral entre as classes parece precisar de uma solução violenta para a luta social. A escolha dessa solução é um assunto das classes trabalhadoras daquele país.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 119). Compreensão bem diferente de organização se compararmos com o sufocante controle partidário feito de fora, por militantes profissionais, como a organização partidária conduzida por Lenin.

Essa questão norteará Marx para a elucidação do movimento do capital em sua obra de maturidade, porque esse prognóstico não se concretizou historicamente. O pensador alemão faz, também, as conexões internacionais e os prejuízos de movimentos nacionais para o proletariado, e lamenta a destruição da república italiana pela república francesa, com campanha militar de Luís Napoleão em favor do Papa [julho de 1849], agradando o campesinato, e ao mesmo tempo ajudando no fortalecimento da grande burguesia europeia contra os demais focos revolucionários; solidariedade burguesa internacional, lição não aprendida pelos trabalhadores:

[...] antes de restaurar o rei, era preciso restaurar o poder que santifica os reis. [...] a hipoteca que o camponês tem sobre os bens celestiais garante a hipoteca que a burguesia tem sobre os bens do camponês. A revolução romana era, portanto, um atentado à propriedade e à ordem burguesa, tão temível quanto a revolução de junho. A dominação restaurada da burguesia na França exigia a restauração do poder papal em Roma. (MARX, 1986b, p.100).

Marx também mostra o duplo caráter do sufrágio universal, como arma de controle do capital e instrumento de resistência ao capital, embora limitado. E demonstra isso com fatos históricos. Luís Napoleão é eleito presidente por voto, manipulado, conturbado, mas voto, e com as sucessivas traições a sua base de apoio, facilita a ascensão dos segmentos de resistência e perde as eleições para a Assembleia, em 10 de março de 1850. Marx é enfático ao considerar que essa eleição, o processo político como um todo, não pode ser ignorado, pois é nele que se pavimenta o caminho para uma nova tentativa revolucionária. Isso, porque a grande burguesia não aceita o retorno de grupos políticos mais progressistas à República, mesmo que fossem socialistas doutrinários [utópicos] e dissolve sua própria república, afinal eleição só tinha valor se elessem quem lhes interessava. A eleição de segmentos progressistas provocou o confronto:

[...] as frações burguesas coligadas, fugindo da única forma possível de poder *conjunto*, da forma mais forte e mais completa da sua *dominação de classe*, da *república constitucional*, para recorrer a uma forma inferior, incompleta e mais débil, à monarquia, pronunciaram a sua sentença. [...] A sua república só tinha um mérito: o de ser a incubadeira da revolução. (MARX, 1986b, p. 142, grifos do autor).

A incubadora da revolução proletária não é ágil e a onda emancipatória de 1848, fortemente reprimida, sem a massa crítica necessária, chega ao fim. Com a destruição da segunda república francesa e o retorno à monarquia, o pequeno Bonaparte tornar-se-á em breve o imperador Napoleão III. Com o desenvolvimento desses eventos, Marx escreverá outro texto importantíssimo de captura do desenvolvimento da sociabilidade burguesa. Eventos que nos

servem, considerando a recorrente estratégia burguesa, usada até os dias de hoje, de se apoiar em governos autocráticos para conter qualquer avanço de forças progressistas.

Escrito entre dezembro de 1851 a março de 1852, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, logo no primeiro parágrafo destaca a base ontológica da práxis social, incluindo aquela que pretende criar o novo. Os homens não decidem por pura vontade suas ações, seria pura subjetividade; não podem, por mais que o desejem, materializar suas finalidades, sem as condições objetivas. As teleologias, usando a terminologia lukacsiana, não podem evitar o peso de toda a causalidade histórica que as determinam, em cada época. Mas cada esforço, mesmo não atingindo as finalidades iniciais, ajudam a empurrar um pouco mais os limites que lhes servirão de guia para as próximas tentativas⁴⁸. E assim, Marx retoma algumas análises do texto anterior e os aprofunda, e, com mais elementos descobertos, estuda um pouco mais a insurreição proletária francesa de junho de 1848 contra a traição burguesa antes do golpe do pequeno Napoleão, que considerou como:

[...] o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa. A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena-burguesia, o exército, o *lumpen proletariado* organizado em guarda móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. (MARX, 1997, p.29, grifos do autor).

Mesmo derrotada, a república burguesa é vitoriosa, porque o estado burguês prevalece. Marx informa que na França, em 1848, foram 3.000 (três mil) mortos e 15.000 (quinze mil) deportados; destaca o isolamento político do proletariado para demonstrar ao mesmo tempo sua particularidade histórica, bem como a impossibilidade de vitória nesse momento. Esse isolamento, essa particularidade, são elementos importantes para o processo de formulação do Fetichismo da mercadoria que se aprofunda de tal maneira aos dias de hoje, ao ponto de invisibilizar o sujeito da transformação, independente do nome que dermos, proletariado, trabalhadores, precariado etc. A invisibilização do sujeito revolucionário não é uma simples mistificação subjetiva, é o processo objetivo da autonomização do movimento da mercadoria, que dissimula o sujeito histórico que produz o valor. E, por isso, é tão fácil destruir os pequenos grupos de vanguarda sem as massas. Nesse momento, Marx está olhando para a factualidade histórica da luta política e extrair dela as determinações concretas. E explica as

⁴⁸As ciências históricas burguesas estão cada vez mais fragmentadas e desconectadas da Totalidade; eventualmente, descobrem elementos importantes sobre cotidianos, mentalidades, novas fontes etc. Tudo isso é válido, mas como recusam aquilo que chamam de grandes narrativas, a massa de informação produzida resulta inútil e transformam a história em uma coleção de crônicas fáceis de vender. Nesse sentido, a tarefa de constituir a nova ciência da história, Ciência da Totalidade concreta, preconizada por Marx, está posta para nós e se constitui como tarefa revolucionária.

contradições que levaram à queda da forma republicana e o retorno à monarquia. A mesma república burguesa que criara uma democracia fictícia baseada em formalidades constitucionais em 1848, teve que se submeter às massas conservadoras que lhe ajudaram a expulsar, com extrema violência, o proletariado; massas monárquicas, conduzidas pelo chamado Partido da ordem, que, agora, mantém o domínio político. O cerne da luta política é sempre quem conduz as massas. Mas isso não significou a vitória da aristocracia sobre a burguesia, mas de um segmento burguês sobre o outro: “[...] a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna.” (MARX, 1997, p. 52). Nesse momento, também fica muito claro nos diversos golpes sucessivos que antecederam ao golpe maior do 18 Brumário que a burguesia tem plena consciência de classe e entrega seu poder político para qualquer segmento social proprietário que estiver em melhor condição de garantir seus interesses frente aos segmentos não-proprietários:

[...] a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído; que o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política; que, a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa [...] (MARX, 1997, p. 71).

Napoleão III fortalece o Estado Burguês, tornando-o mais autônomo; tem como base as grandes massas camponesas; também recruta o *lumpemproletariado*, como fizera Luís Filipe; entretanto, a força mais poderosa começará a transitar, gradativamente, para as classes médias; embora a massa ainda fosse camponesa. No texto anterior, Marx fizera uma reflexão sobre a ilusão de propriedade alimentada pelo campesinato, que é a base que explica a essência conservadora desse segmento. Explica que essa ilusão se dissiparia, porque a libertação da servidão feudal não os tornou proprietários de fato, pois os impostos feudais foram trocados por hipotecas, por endividamento, levando os camponeses à mendicância. Marx entende que isso ajudaria o campesinato a encontrar “[...] seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês.” (MARX, 1997, p. 132). Essa ilusão do campesinato sobre pertencer a uma classe de pequenos proprietários também se constitui como elemento do Fetichismo da mercadoria; a ilusão da posse individual da coisa (mercadoria) que produz outras mercadorias, ilusão de possuir meio de produção. O que, mais uma vez, demonstra a particularidade do operariado que possui apenas sua força de trabalho como mercadoria, e, submetido de forma mais direta ao domínio desse poder brutal, impessoal, teria condições mais objetivas de compreendê-la e superá-la. Nesse sentido, Marx conclui que a

vitória de Napoleão III, o novo imperador dos franceses, abre caminho para ampliação das massas de base de futuros movimentos revolucionários, o que acontecerá, de fato, com a Comuna de Paris, duas décadas adiante, e até mesmo a Revolução bolchevique.

Apresentamos breve ilustração de uma análise marxiana da Totalidade concreta do metabolismo capitalismo, essa é a nova ciência da história que articula as particularidades de todos os complexos da sociabilidade: luta de classes, indivíduo social, análise política, econômica, cultural etc. As poucas proposições buscam se ancorar nas tendências, nas legalidades do processo, que poderão ser confirmadas, ou não, no próprio processo. O direcionamento da práxis proletária tinha que ser extraído das lições da experiência imediata e mediata [formadoras da Totalidade] que precisam ser capturadas, e evitar proposições morais e éticas baseadas no *dever ser* kantiano, ou na razão histórica hegeliana pré-escrita, ou mesmo no economicismo sem sujeito político. A consciência social se forma na práxis.

Essa nova ciência da história marxiana será denominada por Lukács de *ontologia do ser social*, como veremos mais adiante. Nessa reflexão também já está o indicativo de que seria necessária a compreensão cada vez mais refinada da sociabilidade capitalista para novas tentativas emancipatórias. E podemos acrescentar: se a burguesia foi capaz de vencer o processo revolucionário mais universalmente disseminado, até aquele momento, com as jornadas de 1848⁴⁹, como podemos aplicar essa reflexão aos tempos atuais com a Reificação cotidiana de todos os processos de reprodução social e o aparato técnico-militar que essas forças aprimoram diuturnamente? Em nossa compreensão, esta é a tarefa revolucionária dos pesquisadores marxistas, hoje.

3.4.2 O Fetichismo da mercadoria e os processos objetivos de alienação do ser social

Com o processo de recuo revolucionário devido à repressão extrema aos movimentos libertários de 1848, bem como os elementos extraídos das análises históricas imediatas dos fatos que foram possíveis capturar, Marx dedicou-se ao aprofundamento das

⁴⁹Lembrando que, no século XX, o movimento não conseguiu se expandir de forma internacionalista e exponencial como em 1848, conquistando apenas vitórias pontuais (Rússia, China, Cuba, Vietnã etc.). As vanguardas entenderam que o fechamento interno era a solução imediata para manterem o apoio das massas, contudo, acabaram por criar Estados autocráticos, destruindo o impulso emancipador que lhes deram origem. O que implicou na derrota de qualquer forma. Os movimentos que escolheram lideranças mais espontâneas e autenticamente proletárias foram esmagados, rapidamente, sem vitória, como a Revolução alemã de 1918 e a Revolução espanhola de 1936, o que gerou conclusões apressadas da eficácia somente de partidos altamente centralizados. Os historiadores progressistas ainda lutam para recuperar essas memórias. A tarefa, portanto, para os educadores, está em preservar e ampliar o estudo dessas memórias, de forma a identificar erros e acertos da práxis revolucionária.

determinações do ser social capitalista, já com o pressuposto da centralidade do trabalho, o desenvolvimento dos processos fetichizadores gerados pelo trabalho alienado e pela propriedade privada. A partir desse momento, munido da síntese superior do pensamento de seu tempo, com os pés bem firmados na processualidade histórica, ciente dos avanços e limites de cada um desses pilares, e focado no momento predominante da economia política, ele aglutinou as condições necessárias para novo salto. Analisando o movimento do capital em aproximações cada vez mais minuciosas das determinações de seu metabolismo, buscou descobrir seus pontos de ruptura, e fez isso analisando o desenvolvimento das contradições capitalistas até o limite possibilitado pelo seu tempo histórico. Nessa etapa, depois de anos de estudo de todas as fontes possíveis, são rascunhadas as primeiras ideias, os *Grundrisse*, escritos entre 1857 e 1858, mas não publicadas por Marx, justamente, porque eram rascunhos. Parte dessas ideias ajudariam na elaboração do texto definitivo de duas obras reciprocamente complementares: *Contribuição à Crítica da economia política*, e *O Capital*, Livro I. Antes, contudo, precisamos fazer uma breve digressão.

Marx escrevera em 1857 um texto integrante dos *Grundrisse* que, pelo seu formato peculiar foi considerado, posteriormente, sem a autorização do autor, como introdução a outro texto, *Crítica da economia política*, de 1859. Marx tinha todas as condições editoriais para agregar esse material ao texto de 1859. E por que não fez? O que já nos alerta para a natureza inconclusa ou imperfeita de seu texto, que nem mesmo Engels o publicou em vida. Esse texto foi publicado por Kautsky, em 1903 ou 1907, ainda existindo algumas controvérsias sobre as datas. Isso não significa que não deva ser lido, mas lido com a cautela necessária. Em nossa compreensão, categorias pouco desenvolvidas de um manuscrito não podem se sobrepor às categorias mais desenvolvidas em um texto amadurecido e editado pelo próprio autor. Podemos nos apropriar delas, desde que a processualidade histórica permita desenvolvê-las, mas, mesmo nesse caso, são apenas pistas marxianas, e a responsabilidade de desenvolvê-las deve ser assumida, plenamente, pelos atualizadores. Essa advertência é necessária, pelo fato de, justamente os *Grundrisse*, ser a principal fonte de afirmações marxianas usadas para defender teses de negação do trabalho na sociabilidade do capitalismo avançado, o que, por sua vez, parece anular todo o percurso investigativo do próprio Marx.

A utilização dos *Grundrisse* para suposta atualização de Marx é bem comum, mas destacamos as teses do fim do trabalho por serem as mais nocivas às lutas pela superação do capitalismo; por prejudicarem, seriamente, a apreensão dos fundamentos ontológicos da sociabilidade, o que nos coloca no mesmo patamar alienado da fragmentação do pensamento

burguês, segurando o pêndulo da história ora no subjetivismo, ora no objetivismo, sem a relação reflexiva. Essa fetichização é utilizada, de forma abrangente, tanto pelos críticos de Marx, como por alguns autores marxistas. As teses do fim do trabalho conseguiram muitos adeptos nos anos 1990. Destacamos a emblemática pesquisa de Moishe Postone (1842-2018)⁵⁰, que apresentou o capital como um tipo de vírus autogerado, cuja reprodução incessante e incontrolável de trabalho morto destrói, de forma cada vez mais acelerada o trabalho vivo, daí a tese do fim do trabalho (vivo). Essa reflexão está parcialmente correta e contribui, de fato, para aprofundar o conhecimento sobre o Fetichismo da mercadoria e o caráter reificador das estruturas autonomizadoras do Capital; contudo, negligenciaram a categoria mais importante de Marx, a Totalidade concreta⁵¹, a processualidade histórica, que, sempre dialética, contém as chaves para compreender a gênese, o desenvolvimento e a superação. Postone e seus disseminadores acabaram criando um objetivismo puro, tão problemático quanto o subjetivismo puro dos neokantianos. O Fetichismo da mercadoria deixa de ser a inversão objeto x sujeito, na qual o movimento da mercadoria domina o ser social. Para Postone, o capital passa a ser o único sujeito, e no limite, nem há mais sujeito, uma vez que o movimento de destruição do trabalho vivo estaria automatizado.

Certamente que o desenvolvimento atual do capital aponta, claramente, para a tentativa de substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, o mais radicalmente possível; entretanto, mesmo sem conhecer os textos marxianos, e apenas com uma reflexão superficial, podemos concluir que o capital não se mantém na ausência do trabalho vivo. Ora, mesmo que um grupo pequeno e altamente especializado produza inteligência artificial capaz de identificar, extrair, manipular, sintetizar os elementos naturais, e destes, produzir as demais tecnologias necessárias à substituição do trabalho vivo; a manutenção do pequeno e especial grupo de trabalhadores (vivos) já desautoriza o desaparecimento definitivo do trabalho. E sabemos que a produção e apropriação da mais valia são processos mais complexos do que isto. Também temos que considerar a imprevisibilidade de reação das massas ao se defrontarem com ameaças amplas e diretas à sua existência. Mesmo que o complexo industrial-militar se prepare, sistematicamente, para o extermínio do trabalho vivo excedente e para o confronto com explosões sociais; ainda que a indústria ideológica seja muito eficiente em coisificar os

⁵⁰Ironicamente, Postone não aparece, significativamente, na varredura da Categoria Reificação que apresentamos. Fizemos a varredura para além da área educação. Independente dos problemas teóricos presentes em seus escritos, a tese do fim do trabalho (vivo) possui uma ancoragem na objetividade imediata do capital. Sua ausência nas pesquisas sobre Reificação é mais uma evidência da hegemonia do subjetivismo que nega qualquer dimensão objetiva (autônoma) do real.

⁵¹Recomendamos palestra de José Paulo Netto sobre os *Grundrisse*, em que ele apoia essa afirmação (GRUNDRISSE..., 2011). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cuDSsZ2JQz0>.

segmentos humanos destinados ao extermínio, não há garantias absolutas do controle das massas. Essa é uma expressão dialética da alienação da generidade, apontada por Marx desde os *Manuscritos* de Paris.

Talvez o maior problema gerado por essas teses de fim do trabalho seja o pretenso desaparecimento da luta de classes, substituída por uma amálgama social indistinguível, submetida a uma mesma dominação sem sujeito. Marx tratou do capital como sujeito e o processo de desdobramento e autonomização universal de seu metabolismo, o que chamamos de Reificação. Seu fundamento é o Fetichismo da mercadoria, e este se constitui da inversão objeto x sujeito, a base ontológica da Alienação, o que já aponta para a luta, ou seja, o sujeito dominado pela sua criação, precisa, objetivamente, se opor a sua criação para sobreviver. Nunca é demais repetir, o capital só é sujeito na aparência, porque o sujeito essencial não se reconhece como tal e apenas reproduz o movimento da mercadoria que criou socialmente. Marx apresenta as diversas formas históricas dessa inversão, desde seus primeiros textos. E nesse fundamento está a luta não-consciente entre os que produzem a riqueza e os que se apropriam dela. Não reconhecer o sujeito real da produção social é uma das consequências da abordagem não-ontológica que alguns autores fazem da obra marxiana: não compreendem a relação essência-aparência que constitui a Totalidade. O sujeito social existe e continua lutando, por mais invisibilizado que esteja, mas devido à Reificação, esse sujeito não usa as armas corretas [luta pelo trabalho livre associado]⁵² e não mira o alvo correto [superar o trabalho abstrato]. A ironia é que essas teorias, em geral, recusam a base ontológica, o momento predominante do trabalho, por entenderem essa natureza como economicismo. Absolutizar a autonomização do capital, eliminando em definitivo o trabalho vivo, os sujeitos históricos, é absolutizar o fim da história. E não há nada mais anti-marxiano do que isso. Encerramos a digressão sobre a tese do fim do trabalho e retornamos à trajetória marxiana.

Observando para o processo histórico, podemos perceber que, paralelo à tentativa de destruição do trabalho vivo, decorrente da expansão da robótica e do capital fictício, vemos, também, o contraditório recuo às formas que pareciam superadas de extração da mais valia

⁵²Sabemos que o trabalho livre associado só é possível, plenamente, na sociedade emancipada do trabalho abstrato; contudo, o processo histórico exige experiências que demonstrem por si mesmas os seus limites. Da mesma forma que as feiras de artesãos constituídas dentro das relações feudais de produção deram origem ao processo burguês que superaria essas relações, entendemos que ensaios limitados de trabalho livre associado poderão ajudar no processo de superação do capital, mantendo o foco nas relações de produção. As revoluções socialistas até hoje têm essa carência histórica, acreditando que, magicamente, o ser socialista apareceria sem nova forma de trabalho. Lembramos que Marx não condenava as experiências de cooperativas dos trabalhadores, mesmo sabendo que estavam longe da experiência autêntica do trabalho livre associado; entendia que seu papel era apontar limites e contradições, que seriam validadas ou não pela práxis histórica. Recomendamos, ainda, a leitura da Tese de Zeferino (2020) com importantes reflexões sobre o tema.

absoluta, com a desregulamentação severa das jornadas e salários, bem como, o aumento da pauperização absoluta, que o próprio Marx considerou como superada. Fenômeno que retornou até mesmo nos países centrais do capital. Entender essas contradições é a tarefa principal do pesquisador marxista. Uma visão mais orgânica das investigações marxianas nos ajudará a retomar essa Totalidade. O fragmento dos *Grundrisse*, a referida “introdução” à *Contribuição* é publicada, geralmente, como anexo da *Contribuição à crítica da economia política* de 1859, criando uma confusão editorial desnecessária. Essa pulverização das publicações dos textos marxianos dificulta a disseminação do seu legado⁵³. Feitas as advertências, passemos ao texto.

A *Introdução de 1857* resume de uma forma concisa e direta o quadro geral da nova ciência da história marxiana, ou seja, do método onto-histórico. Logo no primeiro parágrafo, Marx (2008) apresenta o fundamento de todo o processo histórico na produção material socialmente determinada, diferenciando-se das análises de Rousseau, Smith e Ricardo, estas baseadas nas relações individuais. Marx denominou essa deformação de *robinsonadas*. Explica que esse aparente desprendimento dos laços sociais é um resultado objetivo de uma sociedade que se constitui na concorrência. Marx conseguiu apreender isso de seus estudos teóricos sobre os processos revolucionários. Além disso, mergulhou nas teorias ricardianas. No texto de 1847 [*Miséria da filosofia*], destacara os avanços para defendê-lo das deformações proudhonianas. Agora, no texto de 1857, já anuncia a superação desse mesmo Ricardo, não como um pensador individual, mas como consciência social burguesa, junto com outros expoentes. Se ficássemos no texto de 1847, poderíamos concluir, erroneamente, que Marx era um economista ricardiano⁵⁴.

Marx explica que a consciência social burguesa entende que sua sociabilidade, baseada na livre concorrência, é a verdadeira natureza humana, e não um produto histórico; sendo assim, seria insuperável e a humanidade não poderia viver sem as relações individuais de troca; lembrando que esse grau de Fetichismo da mercadoria foi aceito como verdade também pelos socialistas utópicos, como vimos anteriormente. E para provar que, ao longo de toda a existência, os seres humanos fizeram uso da troca para sobreviver, como se todas as trocas fossem mercantis, o burguês apresenta a história para provar que a relação de troca é não-histórica, imutável, natural. Dito de outra forma: como sempre existiu na história, então seria natural. Um paradoxo. Nesse esforço, o desenvolvimento burguês acaba revelando o que

⁵³Hoje, temos os *Grundrisse* [*Manuscritos* de 1857-1858] publicados na íntegra em português.

⁵⁴Os enquadramentos acadêmicos são incompatíveis com a crítica ontológica marxiana. Na estrutura de produção científica atual, é praticamente impossível cultivar o método onto-histórico, e, justamente, quando seria mais viável, uma vez que as tecnologias de acesso, trato e disseminação da informação possibilitariam grandes bancos de dados com informações articuladas, prontas para o trabalho mais importante que é a conexão dos complexos.

quer negar, o caráter histórico dos processos de troca, as lutas antagônicas que foram necessárias para chegar ao estágio atual. O pensador alemão concluiu que é da explicitação do isolamento individual aparente, conquistado pela burguesia, que se revelou o caráter social da produção: “[...], porém, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as condições sociais (gerais desse ponto de vista) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento.” (MARX, 2008, p. 241). Só é possível extrair essa conclusão se o processo histórico for visto como Totalidade objetiva, capturada pelo pensamento, através de abstrações, que gradativamente, possibilitam identificar as determinações que lhes dão concreticidade. Por isso, não podemos fazer a separação absoluta entre ontologia e gnosologia:

[...] a produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, pelo fato de que põe realmente em relevo e fixa o caráter comum, poupando-nos, portanto, as repetições. Esse caráter geral, entretanto, ou esse elemento comum, discriminado pela comparação, está organizado de uma maneira complexa e diverge em diversas determinações. Alguns desses elementos pertencem a todas as épocas; outros são comuns a algumas delas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se os idiomas mais perfeitos têm leis e caracteres determinados que são comuns aos menos desenvolvidos, o que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia desses elementos gerais e comuns. As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se perca de vista a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito - a humanidade - e o objeto - a natureza - são os mesmos. Nesse esquecimento reside toda a sabedoria dos modernos economistas, que demonstram a eternidade e a harmonia das condições sociais existentes; que expõem, por exemplo, que nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, embora esse instrumento não fosse senão a mão; sem trabalho passado, acumulado, embora esse trabalho fosse somente a destreza que o exercício repetido desenvolvera e concentrara na mão do selvagem. O capital, entre outras coisas, é também um instrumento de trabalho, é trabalho passado, objetivado. (MARX, 2008, p. 242).

Abstrato, aqui, não significa, idealista ou discursivo. E da mesma forma, concreto, não é o que pode ser visto ou tocado, no sentido de experiência sensorial, mas o que revela suas conexões com o todo, conexões ontológicas, que são reais, mas só podem ser apreendidas pelo pensamento. A experiência imediata não permite compreender as conexões. Podemos usar como analogia a velha metáfora de ser impossível ver o todo da floresta, se estamos dentro dela, em contato com árvores isoladas. É preciso que as informações disponíveis pelo conjunto das árvores possibilitem ao pensamento abstrair a relação entre elas, o solo, o subsolo, o ar, o sol. Relações que não podem ser vistas, tocadas, mas formuladas pelo pensamento, a Totalidade de relações entre os elementos da floresta compõe a Totalidade da floresta. Lembrando que, na vida social real, não é possível ao investigador sair da floresta e vê-la de fora. E Marx explica por que a Totalidade é imprescindível para compreender a produção como fundante da

sociabilidade, para que não nos percamos nas singularidades/particularidades que nos impedem de ver o todo:

[...] a produção tampouco é somente particular. É sempre, ao contrário, um corpo social dado, um sujeito social, que exerce sua atividade em um agregado mais ou menos considerável de ramos da produção. Não é este o lugar adequado para examinar a relação que existe entre a representação científica e o movimento real. [temos, pois, que distinguir] entre a produção em geral, os ramos de produção particulares e a totalidade da produção. (MARX, 2008, p. 243).

Marx descobre que uma das condições para compreender a produção e a propriedade como unidade dialética no interior da Totalidade é compreender que “[...] toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é tautologia dizer que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção.” (MARX, 2008, p. 246). Demonstra, portanto, que não há sociabilidade sem propriedade, e na maior parte do tempo histórico, a propriedade é comunal, e dá exemplos de vários povos. E daí começa a analisar a propriedade privada, em seu caráter histórico, que se constitui nos modos de produção anteriores, e que se desdobra dela as formas de distribuição:

O escravo, o servo, o operário assalariado, por exemplo, recebem todos [um *quantum*] de alimentos que lhes permitem existir como escravo, como servo, como operário assalariado. Enquanto vivem, o conquistador do tributo, o funcionário encarregado dos impostos, o proprietário fundiário da renda, tanto quanto o frade esmoler e o levita dos dízimos, todos recebem [um *quantum*] da produção social. (MARX, 2008, p.244).

O desdobramento da forma de distribuição para a forma de produção, que determina a forma de propriedade, é importante porque a economia política busca demonstrar que a produção seria regida por leis naturais, insuperáveis, para justificar seu modo de produção e distribuição. O pensamento burguês separa completamente as duas esferas. Novamente a evidência que a Alienação objetiva sempre é resultante da cisão da Totalidade. Marx destaca muito o erro burguês de considerar a produção como isolada em si mesmo. E faz as conexões iniciais de como produção e distribuição se desenvolvem reciprocamente. Lembrando que Marx precisará dos três livros de *O Capital* para apresentar as determinações de todo o circuito metabólico da mercadoria, e não conseguiu completá-lo devido aos limites físicos de sua existência.

E o consumo? O burguês já conhecia a relação entre produção e consumo. O primeiro elemento implica sempre no segundo, pois produzir é consumir meios de produção e forças vitais, chamado de consumo produtivo, para distinguir o consumo que não produz riqueza, que seria consumo improdutivo. Marx concorda com isso, parcialmente, e explica, filosoficamente, usando o princípio spinoziano da determinação ser sempre negação, que as

relações de mediação entre produção e o consumo, já estão estabelecidas na produção como objeto:

A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também imediatamente produção enquanto procura para os produtos o sujeito para o qual são produtos. O produto recebe o seu acabamento final no consumo. [...] Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção. (MARX, 2008, p. 249).

E mais adiante, após algumas análises nessa direção, explicita que o produto consumido é a realização da produção, e que tem impacto, também, na consciência de produtores e consumidores, portanto, formando a unidade entre objetividade e subjetividade: “[...] o produto é o [resultado] da produção não somente como atividade objetivada, mas também enquanto é objeto para o sujeito ativo.” (MARX, 2008, p. 249). E o sujeito pode criar novas necessidades que precisam da produção para objetivar as subjetivações. Apresenta a unidade ontológica entre Ser e Pensamento, modos de ser. E somente Marx foi capaz dessa síntese do processo de produção e reprodução social:

[...] a fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de um garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes. A produção não produz, pois, unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores. [...] O objeto de arte, e analogamente qualquer outro produto, cria um público sensível à arte e apto para gozar da beleza. De modo que a produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. (MARX, 2008, p. 250).

Em determinados pontos da *Introdução* de 1857 parece que todo o processo social virou produção, em especial, nos trechos dedicados ao trabalho produtivo e improdutivo, e em outros momentos aparecem afirmações que sugerem que a produção perde a sua centralidade, o que pode ter suscitado as teses do fim do trabalho, debate que não temos capacidade de apresentar, nesse momento. Essas análises marxianas não foram desenvolvidas. Como insistimos, é apenas um rascunho. Preferimos destacar o que prevalece no texto: de forma bem mais clara e desenvolvida, o esforço marxiano em compor a Totalidade concreta do metabolismo capitalista. Marx afirma que um erro dos hegelianos foi tratar produção e consumo como idênticos, que seria o extremo oposto da crítica feita àqueles que tratam produção e consumo como elementos totalmente separados. Essa nos parece a discussão principal do pensador alemão nesse momento, e corroborada depois em *O Capital*. E mergulha na história, investigando as evidências em várias direções, procurando encontrar o fio condutor. Depois de várias análises sobre como a distribuição é determinada pelo modo de produção, faz o movimento inverso e demonstra como, na processualidade histórica, formas prévias de

distribuição podem determinar formas de produção, e dá diversos exemplos de modos de produção implantados por distribuição resultantes de guerras e invasões, até chegar a simples e bárbara pilhagem, concluindo que a produção é o momento predominante, afinal “[...] para poder saquear, é necessário que exista algo que saquear, isto é, produção. E o próprio gênero de pilhagem é determinado pelo gênero da produção.” (MARX, 2008, p. 257). E mais, já apresenta um quadro geral da relação dialética entre os elementos da Totalidade, que Lenin e Lukács denominarão, mais tarde, de teoria do reflexo:

O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade. A produção excede-se tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, que ultrapassa os demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. Compreende-se que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante. O mesmo acontece com a distribuição como distribuição dos produtos. Porém, como distribuição dos agentes de produção, constitui um momento da produção. Uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações recíprocas determinadas desses diferentes fatores. A produção, sem dúvida, em sua forma unilateral, é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera das trocas, se estende, a produção ganha em extensão e divide-se mais profundamente. Se a distribuição sofre uma modificação, também varia a produção; por exemplo, com a concentração do capital, com uma distribuição diferente da população na cidade e no campo etc. Enfim, a necessidade de consumo determina a produção. Uma ação recíproca ocorre entre os diferentes momentos. Esse é o caso para cada todo orgânico. (MARX, 2008, p. 259).

E eis que surge em um parágrafo, em uma síntese didática, a concepção marxiana de Totalidade concreta que, repetiremos à exaustão: não é um pressuposto metafísico construído apenas pelo pensamento, mas o pressuposto extraído do esforço monumental de capturar o que ficou registrado do processo histórico em suas relações de influência recíproca, de continuidade e descontinuidade, explicitando a relação ontológica entre Ser e Pensamento:

[...] o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008, p. 260-261).

Deixando claro que a realidade social é uma objetivação que existe fora do pensamento, a coisa em si, que pode ser captada por ele, superando os limites do kantismo e do hegelianismo ao mesmo tempo: “[...] o objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo.” (MARX, 2008, p. 262).

Para concluir esse ponto do trajeto, entendemos que são todas essas conexões que possibilitaram a Marx chegar à formulação do Fetichismo da mercadoria e entendê-lo para além de sua forma fenomênica de coisificação, lembrando que também é isso. Veremos mais adiante

que a Categoria lukasciana da Reificação, é geneticamente determinada pelo movimento da mercadoria, e vai se constituindo como a própria Totalidade alienada do capital, que chega a todas às objetivações e relações da vida social. Marx já afirma isso com outras palavras: “[...] o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo.” (MARX, 2008, p. 268). Concluimos aqui a *Introdução* de 1857, passemos ao texto do prefácio da obra de 1859.

Escrito em 1859, a *Contribuição à crítica da economia política* se constitui uma resumida apresentação pública das descobertas realizadas nos *Grundrisse*, rascunhos já mencionados, e importante preparação para a leitura de *O Capital*. Carcanholo (2008) afirma que o texto da *Contribuição* desenvolve melhor a categoria trabalho e o texto de *O Capital* desenvolve melhor a categoria valor de troca; portanto, são complementares. Florestan Fernandes (2008), por sua vez, apresenta esse texto como a síntese da superação da teoria ricardiana do valor, destacando o brilhantismo de seu prefácio.

O pensador alemão adverte, novamente, a exigência principal de seu método, a apreensão da Totalidade em diversos níveis: “[...] o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral.” (MARX, 2008, p. 48). Explicita a economia política como seu objeto de estudo. Faz um breve resumo de sua trajetória, valorizando, inclusive, sua rápida experiência jornalística na Gazeta Renana (1842-1843), quando se defrontou com os problemas concretos da luta pela sobrevivência, as condições de existência dos camponeses. Explica que caminhando nessa direção, com o incansável estudo histórico que perseguiu, gradativamente, descobriu que nenhuma forma de evolução do espírito humano se explica por si mesma, pois o fundamento da sociabilidade precisa ser procurado na produção da existência, e nos resume de forma extremamente feliz:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as

quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. (MARX, 2008, p.49-50).

Marx apresenta, novamente, a Alienação como separação de todos esses elementos, levando a consciência do ser social a apreender as contradições sempre de forma fragmentada, superestrutural (direito, filosofia, economia, artes, religião etc.), descoladas de seus fundamentos. Para conduzir de forma consciente a luta pela superação na direção de formas de sociabilidades emancipadas, a apreensão da realidade precisa se ancorar, necessariamente, na apreensão da Totalidade concreta, e é nesse sentido que o marxismo se constitui como ontologia do ser social.

E Marx concorda, parcialmente, com seus antecessores: a sociabilidade burguesa é a mais desenvolvida, e a última, de fato, a reproduzir-se pela luta de classes, uma vez que o seu desenvolvimento destrutivo acelerado conduz esse metabolismo às contradições limites, levando ou à superação ou à autodestruição do gênero. Contudo, em seu humanismo, Marx aposta na possibilidade da consciência social apreender os limites e agir a tempo, consciente que isso não se dá automaticamente, mas na luta social diária pela vida:

[...] as relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana. (MARX, 2008, p.50).

O pensador alemão conclui seu prefácio reconhecendo a inestimável participação de Engels em sua trajetória teórica, a genialidade de suas análises das categorias econômicas da sociedade burguesa; e recomenda a leitura dos textos de seu companheiro sobre o desenvolvimento da classe operária inglesa.

Acreditamos que, diante do percurso autoformativo marxiano exposto até aqui, poderemos apresentar o Fetichismo da mercadoria formulado por Marx em sua obra de maturidade, sem os reducionismos daqueles que consideraram essa categoria como resquício filosófico ou como uma elaboração pontual excessivamente abstrata, com pouco impacto no conjunto de sua obra.

Escrito e publicado em 1867, o Livro I de *O Capital*, editado pelo próprio pensador alemão, em vida, é uma obra prima de forma e conteúdo. Traz em seu primeiro capítulo a Totalidade social capitalista, ou seja, o *ser social capitalista*, já manifestando seu caráter ontológico. Expostas de forma bem abrangente e abstrata, as categorias aqui apresentadas seriam desdobradas ao longo dos três livros da obra que só foram publicados depois de sua

morte, sem o acabamento valiosíssimo de Marx. Apesar disso, precisam ser lidos. A dificuldade de leitura da apresentação abrangente do primeiro capítulo é reconhecida pelo próprio autor, justamente pelo grau de abstração necessário. Não é uma limitação, integra o método, que parte do todo menos determinado para o mais determinado, mediado pelo processo histórico. Tão distante dos empirismos e fenomenologias, hegemônicos, sob os quais somos treinados e deformados. Portanto, o primeiro capítulo trata da mercadoria como a categoria mais simples e abstrata, e dela desdobra as categorias mais complexas e determinadas como valor, trabalho abstrato, revelando que a mercadoria é muito mais do que o produto levado ao mercado, mas relação social, a própria sociabilidade burguesa; seu modo de produção e reprodução.

Podemos perceber que o fato da última subseção, do primeiro capítulo do Livro I de *O Capital* tratar o Fetichismo da mercadoria, de forma destacada, indica a importância da categoria, e não o contrário. E se considerarmos toda a trajetória marxiana, todo o seu esforço em determinar os fundamentos e desenvolvimentos da Alienação, o equívoco se dissipa em um quadro de desenvolvimento teórico mais articulado. Essa dificuldade é reconhecida por Marx ao esclarecer que o valor é desmaterializado, não é percebido diretamente pelos sentidos como os produtos do trabalho, e demanda esforço analítico muito maior para apreendê-lo. Infelizmente, a nossa mente treinada para memorizar conceitos, necessita de uma definição pronta do que seria o valor, que não nos será dada; simplesmente, porque é uma relação social, tangível somente em sua substância, o trabalho; diluída na sua aparência historicamente determinada, a forma, a mercadoria: “[...] a força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria o valor, mas não é valor. Torna-se valor quando se cristaliza na forma de um objeto.” (MARX, 1989, p. 59). Não se trata de um trabalho qualquer, e sim um tipo especial de trabalho, que criará um tipo especial de objeto, forjado no tempo histórico, se complexificando, perdendo a explicitude das relações de exploração do trabalhador que produzia e consumia sua farinha, entregava parte de sua produção ao seu senhor, que tinha nome e rosto, e, de vez em quando, levava à feira a farinha que sobrava. E como ele consegue chegar às determinações desse trabalho especial? Pela mercadoria, seu movimento e suas propriedades.

Marx inicia a subseção sobre o Fetichismo mostrando a relação entre essência e aparência, na qual a segunda é condição para acessar a primeira. Não há em Marx dicotomia entre essas duas dimensões da realidade, elas formam uma unidade concreta, a abordagem é sempre ontológica e dialética. Explica daí o duplo caráter da mercadoria; um aparente, sensível, imediato, trivial, útil, feito pelo indivíduo social, e o outro caráter, das relações sociais fetichizadas, geradas pela forma de produzir o valor. Ele destaca que todos sabem que é o ser

humano que transforma a natureza, faz do tronco de árvore uma cadeira. O Fetichismo começa a se formar quando a cadeira assume a forma mercadoria e precisa se relacionar com outras mercadorias, se desprendendo do valor de uso e passando a ter valor, em si mesma, enquanto mercadoria, com poder de transformar o sujeito, não em ser humano criador de valor de uso, mas em vendedor e comprador, não importando, no limite, a utilidade e a qualidade [diversidade e complexidade do trabalho]. O que importa é a capacidade da mercadoria em vender-se ou comprar-se. E a mística provém dessa homogeneização dos diversos trabalhos humanos, que se invisibiliza pela medida matemática e impessoal do tempo socialmente necessário para produzir as mercadorias. A substância, o trabalho que as produziu fica dissimulada, porque a dimensão qualitativa foi reduzida somente à quantitativa; não se vê mais a relação entre trabalhadores, a relação visível será feita somente pelos objetos, os produtos do trabalho levados ao mercado:

[...] A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. (MARX, 1989, p. 80).

A mística da mercadoria consiste na dissimulação do caráter social do trabalho, manifestando somente as relações de produtores individuais, que parecem não se relacionar na produção, apenas no mercado, incluindo aí a venda da mercadoria força de trabalho, que precisa ser vendida para conseguir comprar as mercadorias que necessita para continuar vendendo sua própria mercadoria, colado aos seus órgãos vitais de existência. Nesse sentido, a dissimulação do caráter social da produção pelo movimento da mercadoria não é uma ilusão, criada apenas subjetivamente, ela é um processo objetivo de inversão objeto x sujeito. Essa descoberta é o fundamento ontológico da alienação. É a descoberta decisiva para direcionar a consciência social para a práxis emancipadora, completamente distinta da práxis mistificada e mistificadora que acredita na força ilusória de discursos e códigos de ética para superar a barbárie capitalista.

Marx explica que a dificuldade para a consciência social apreender essa mistificação está na intangibilidade das relações sociais que constituem o movimento da produção. Este movimento obriga os sujeitos a irem ao mercado, vender e comprar, para continuar existindo, e somente a mercadoria parece ter existência real. E compara a um fenômeno óptico, criado objetivamente, que reflete o real, mas de forma invertida:

[...] a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como sensação subjetiva desse nervo, mas como forma sensível de uma coisa existente fora do órgão da visão. Mas, aí, a luz se projeta realmente de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. Há uma relação física entre coisas físicas. Mas a forma mercadoria

e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada tem a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a *forma fantasmagórica de uma relação entre coisas*. (MARX, 1989, p. 81, grifo nosso).

Ou seja, os produtos do trabalho não possuem a propriedade de mercadoria em si mesmas, eles passam a ter essa propriedade no trabalho orientado para o mercado, chamado de trabalho abstrato⁵⁵. Essa forma específica transforma o ser-humano, gênero rico de potencialidades, em abstração, presos à roda incessante da compra e venda de mercadorias. E para reforçar um pouco mais o entendimento do Fetichismo, Marx compara o movimento da mercadoria à mistificação religiosa, que não é uma analogia tão boa quanto a anterior, como ele mesmo reconhece, porque a mistificação religiosa não demarca sua base objetiva, mas talvez facilite a compreensão para as massas:

[...] para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados por mercadorias. É inseparável da produção das mercadorias. (MARX, 1989, p. 81).

Agora há condições para compreender a diferença entre a teoria valor-trabalho dos economistas clássicos e a teoria do valor de Marx. Os primeiros não conseguiram, pela negação da dialética, distinguir que há uma diferença na natureza do trabalho concreto, fundante da sociabilidade, em todos os tempos históricos, e a particularidade específica desse trabalho em cada tempo, e mais especial ainda, no modo de produção capitalista, que se desenvolve, exclusivamente para a produção de mercadorias. O valor de uso é secundário, é importante somente para vendê-las para alguém que precisa desse valor de uso; serve de motor inicial. E nos estágios mais avançados de Fetichização, no Livro III, Marx demonstra que o valor de troca pode ser, ele mesmo, valor de uso, quando o capital começa a reproduzir-se de si mesmo, com o capital fictício; embora consiga, apenas, autonomização relativa do trabalho vivo. No Livro I, ele quer mostrar a Totalidade alienada que transforma a produção humana em geleia geral de trabalho, tempo de dispêndio de força de cérebro e músculos; por isso os indivíduos só conseguem ver as mercadorias, elas é que estão em movimento, sempre expostas na arena social. Os trabalhadores estão separados, e são apenas força de trabalho, e a base social concreta vira uma abstração, contagem do tempo social. Abstração não é ilusória, é indeterminada,

⁵⁵Para aprofundamento da Categoria Trabalho abstrato em *O Capital*, recomendamos a leitura da Tese de Braga (2015).

intangível, pelo senso comum que só percebe o fragmento, o imediato. E, reiteramos, a determinação social do trabalho só aparece para a consciência social no mercado, as necessidades humanas particulares só podem ser atendidas quando os produtos são levados ao mercado, por isso para a sociabilidade burguesa, somente o mercado é real:

[...] só com a troca, adquirem os produtos do trabalho, como valores, uma realidade socialmente homogênea de objetos úteis, perceptível aos sentidos. Esta cisão do produto do trabalho em coisa útil e em valor só atua, na prática, depois de ter a troca atingido tal expansão e importância que se produzam as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas. Desde esse momento, manifestam, efetivamente, os trabalhos dos produtores duplo caráter social. De um lado, definidos de acordo com sua utilidade, têm de satisfazer determinadas necessidades sociais e de firmar-se assim, como parte componente do trabalho total, do sistema da divisão social do trabalho que espontaneamente se desenvolve. (MARX, 1989, p. 82).

Lembrando que os produtores reais são os trabalhadores. Também é sempre bom frisar que o tempo é social. Os seres humanos são seres de tempo, uma construção objetiva-subjetiva, determinada, em última instância, pelas rotações do planeta, ancoradoras de cada minuto subjetivo de prazer, sofrimento ou tédio, que o encurta ou alonga. O tempo socialmente necessário que é usado para medir a geleia geral de trabalho faz parte desse tempo e não deve ser confundido com tempo de relógio, em sentido estrito. Alguns detratores usam esse elemento para desqualificar a categoria marxiana como farsa, já que o pensador alemão não “conseguiu” uma fórmula matemática microeconômica expressa nos moldes da economia vulgar. O tempo socialmente necessário para Marx é uma abstração teórica que se materializa, se determina historicamente, no movimento da mercadoria gerado pelo trabalho abstrato: “[...] a igualdade completa de diferentes trabalhos só pode assentar numa abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato.” (MARX, 1989, p. 82). O tempo socialmente necessário aglutina o processo global do capital, o conjunto das forças produtivas disponíveis, a concorrência, as contingências, como a guerra, desastres naturais, e, até mesmo, as questões culturais. Por isso, não existe na obra marxiana o cálculo matemático de quantas horas o compõe.

[...] a condição de ter valor só se fixa nos produtos do trabalho quando eles se determinam como quantidades de valor. Estas variam sempre, independentes da vontade, da previsão e dos atos dos participantes da troca. Para estes, a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de as controlarem [...] nas eventuais e flutuantes proporções de troca dos produtos desses trabalhos particulares impõem-se o tempo de trabalho necessário à sua produção, que é a lei natural reguladora, que não leva em conta pessoas, [...] A determinação da quantidade do valor pelo tempo de trabalho é, por

isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias. (MARX, 1989, p.83-84).

E ainda que saibamos disso, nos arriscamos com sínteses provisórias em cada passo do caminho, na tentativa de facilitar a disseminação do legado revolucionário. Façamos a nossa. O valor é o conjunto das relações sociais produzidas pela sociabilidade capitalista, a Totalidade concreta do capital, objetiva, que no âmbito da produção transforma o trabalho concreto em trabalho abstrato como geleia geral de força humana dispendida com o exclusivo objetivo de cristalizar o trabalho na forma de mercadorias. O Fetichismo da mercadoria é a relação fantasmagórica (alienada), resultante do trabalho abstrato, que atribui à mercadoria o caráter objetivo de sujeito social do processo de produção, dissimulando os reais produtores da riqueza social, os trabalhadores.

O Fetichismo dissimula que todo o problema é gerado no processo de produção, e esse modo específico de produção foi engendrado a partir das contradições dos modos de produção anteriores, e os seres humanos foram construindo essa sociabilidade, sem o saber, reproduzindo a existência material, cotidianamente, naturalizando a reprodução social, invisibilizando seus fundamentos. Somente apreendendo a Totalidade desse processo, é possível discerni-lo. Marx faz o alerta para os subjetivistas que acreditam que a conscientização dos trabalhadores é suficiente: “[...] sua descoberta destrói a aparência de casualidade que reveste a determinação das quantidades de valor dos produtos do trabalho, mas não suprime a forma material dessa determinação.” (MARX, 1989, p. 84). Descobrir a mistificação é imprescindível para suprimi-la, mas, simplesmente, descobri-la não a suprime, o que já aponta para a exigência da práxis revolucionária, ou seja, se deixarmos esse processo de reprodução seguir seu curso, ele não se destruirá por si mesma, sem desaparecermos junto.

Marx explica que, metodologicamente, precisa refazer o percurso histórico ao contrário, e partir das formas mais desenvolvidas de Fetichismo para as menos desenvolvidas. As mais desenvolvidas são as mais distantes de seus fundamentos, e mais forte é a mística de autonomização absoluta do modo de produção que lhe sustenta. Parte, então, do dinheiro como “encarnação universal do trabalho humano abstrato.” (MARX, 1989, p. 84), em pleno desenvolvimento. Dinheiro em todas as suas formas, a moeda de ouro, o título de papel, ou qualquer outra forma, material, ou imaterial, que ainda surgirá no futuro, porque o fundamento ontológico é o mesmo, o trabalho abstrato. Ele é abstrato, porque é geleia geral, indeterminado, conceito hegeliano que nunca foi abandonado por Marx. Este também resgata uma análise que já tinha feito nos seus textos filosóficos de juventude. Um pedaço de metal, de papel, ou um saldo bancário projetado em uma tela de celular adquiriram o poder social máximo sobre os

homens porque estes não se reconhecem como produtores da riqueza social e atribuíram ao dinheiro esse poder, ou seja, “[...] são formas de pensamento socialmente válidas, portanto, objetivas.” (MARX, 1989, p. 85). Esse processo não ocorreu pacificamente, com os homens se reunindo na praça e assumindo um contrato social, como pensa até hoje a burguesia, dos contratualistas a Habermas. Mas, para romper com essa mistificação, precisamos fazer toda a leitura do esforço marxiano de captura do violentíssimo processo de apropriação privada da riqueza social, da acumulação primitiva de capital, dos conflitos que foram necessários para que as formas de pensamento ganhassem objetividade social. Convite difícil de aceitar até para os historiadores marxistas: conhecer o levantamento histórico de *O Capital*, e seus rascunhos. O que não será possível em nenhuma pesquisa acadêmica isolada. Mas não desanimemos. Marx alivia um pouco o peso de seu método e nos antecipa a saída: “[...] A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado.” (MARX, 1989, p. 88). Precisamos conhecer o processo histórico que engendrou o capital, ver as legalidades contraditórias para ação futura, atualizar a teoria social capaz de orientar a práxis concretamente emancipatória, que nos dê alguma chance de realizá-la. “Só isso”. Mas nos aponta a parte do horizonte que precisamos olhar e saber o que colher dessa história.

Nesse ponto, ficam mais claras as implicações da leitura fragmentada da obra marxiana, sem o conhecimento mais panorâmico de sua trajetória teórica⁵⁶. Por isso, por mais importante que seja cada um dos textos do pensador alemão, a leitura solitária de qualquer um deles não é suficiente, mesmo o Livro I de *O Capital*. Como bem advertiu o Professor José Paulo Netto,⁵⁷ não é produtiva a leitura de livros isolados da obra magna marxiana, pois compromete a compreensão do capitalismo como Totalidade, como metabolismo global, e as grandes espirais de aproximações cada vez mais concretas das determinações. Lukács percebeu essa necessidade e apontou, incansavelmente, a importância dos textos marxianos de juventude para retomar corretamente o seu legado e acompanhar o desenvolvimento do metabolismo que ainda está posto para humanidade como tarefa de superação. Antes de passarmos para o percurso lukacsiano de recuperação do Fetichismo da mercadoria, concluiremos essa seção com um texto de Marx, fundamental para conexão dos contextos históricos pessoais de cada um dos

⁵⁶Lembramos que esse estudo ainda está em aberto, e à medida que novos manuscritos, sob a guarda da MEGA II (*Marx-Engels-Gesamtausgabe*), forem tratados e publicizados, novas descobertas marxianas poderão nos ajudar a reencontrar o caminho da emancipação.

⁵⁷Recomendamos palestra sobre os *Grundrisse*, com os Professores José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho e Virgínia Fontes (GRUNDRISSE..., 2011). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cuDSsZ2JQz0>.

autores, o que ajudará na elucidação da Reificação, e sua carga de dificuldades obstruidoras da consciência social, necessária para construir a grande onda revolucionária da emancipação humana.

Escrito entre julho de 1870 e julho de 1871, *A guerra civil na França* se constitui de três mensagens aprovadas nas sessões da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). Esses documentos analisavam a conjuntura da Guerra franco-prussiana (julho de 1870 a maio de 1871) e o seu desdobramento na Comuna de Paris (28/3 a 28/05/1871), a extraordinária e brevíssima tentativa de implantação de um tipo de Estado operário em uma das mais importantes cidades europeias do século XIX. Mesmo fracassada, é um marco histórico. Mais um passo na direção da autonomização da classe trabalhadora enquanto classe consciente de seu papel emancipador da sociedade, em classe para si, como disse Marx. Essa experiência revelou com mais clareza um elemento que já emergira no processo revolucionário de 1848, o problema do nacionalismo como grande obstáculo à união de todos os proletários do mundo e, principalmente, por demonstrar a enorme capacidade do capital em reprimir violentamente as vanguardas, de formas inimagináveis, como a união de dois exércitos inimigos de longa data, o francês e o prussiano, para destruir a Comuna. Revelou ainda, em meio a uma guerra de grandes proporções, o prenúncio do imperialismo e dos conflitos mundiais, dele decorrente, que em breve explodiriam.

Nesse texto, antes mesmo da deflagração da Comuna, Marx faz exortações aos trabalhadores para não apoiarem a guerra que os dividia e favorecia somente ao capital, e os conclamou para a luta por uma nova sociedade “[...] cujo princípio de política internacional será a *paz*, porque o governante nacional será o mesmo em todos os países: o trabalho. O pioneiro dessa sociedade nova é a Associação Internacional dos Trabalhadores.” (MARX, 1986a, p. 38, grifo do autor). Contextualiza o processo revolucionário no fervor dos acontecimentos, com muito discernimento, lembrando que a derrubada do imperador Napoleão III, em curso pela burguesia e que se efetivaria logo, em setembro de 1870. Anunciava-se a repetição dos feitos de 1848, ou seja, a traição dos trabalhadores após usá-los na carnificina. Dessa vez, contudo, a vanguarda dos trabalhadores, organizados na Comuna, não necessariamente marxistas, toma as rédeas do processo e assume o comando de todo o processo revolucionário em 18/03/1871. Marx (1986a) apresenta sua análise e os apoia entusiasticamente:

[...] a Comuna - exclamam - pretende abolir a propriedade, base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava a expropriação

dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o 'irrealizável' comunismo! (MARX, 1986a, p. 76).

Marx relata como o antagonismo do capital contra o trabalho se manifesta na história: a partir da eclosão do movimento, os generais franceses viam como verdadeiro inimigo a Comuna, e não mais a Prússia; aceleraram a finalização da própria derrota, negociaram a libertação de seus soldados e pediram a ajuda do exército prussiano para destruir a Comuna com violência exemplar, martelos esmagando ovos. Depois de tudo destruído, o pensador alemão fez uma primeira avaliação e apontou o que considerou os principais erros dos líderes do movimento; mas diante da violência aplicada e do enorme avanço que representou, se comparado ao movimento de 1848, não é tão relevante para essa exposição; afinal, escaramuças e barricadas não são opções para nós hoje⁵⁸. Consideramos mais importante a revelação da objetivação ontológica de um dos elementos que precisa ser enfrentado. Marx demonstrou o Estado Burguês como garantidor da livre exploração do trabalho, e a guerra como instrumento de acumulação, aumentando exponencialmente o uso da violência, gravada na memória da Comuna para a posteridade. Marx faz questão de destacar o desvelamento mais importante de tamanho sacrifício:

O fato inédito de que, na mais tremenda guerra dos tempos modernos, o exército vencedor e o exército vencido confraternizem-se na matança comum do proletariado, não representa, como pensa Bismarck, o esmagamento definitivo da nova sociedade que avança, mas o desmoronamento completo da sociedade burguesa. A empresa mais heroica de que ainda é capaz a velha sociedade é a guerra nacional. E fica provado agora que ela é uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são *um* só contra o proletariado. (MARX, 1986a, p. 96, grifo do autor).

Além de comprovar, historicamente, a impossibilidade do capital em conviver com o trabalho emancipado, não se satisfazendo, inclusive, com a neutralização do movimento; perpetrou a eliminação física dos remanescentes da Comuna, mesmo depois de completamente

⁵⁸Mais tarde, 1890, Engels escreveria, em um prefácio a esse texto de Marx, que a Comuna marcara o fim do tempo das barricadas, afirmação mal interpretada, que nunca significou fim da tarefa revolucionária, mas o fim das estratégias usadas até ali, uma vez que a força de reação capitalista escalara em superioridade, o que nos parece óbvio, mas que será fonte de polêmica fortíssima no contexto histórico das análises lukaacsianas da Segunda Internacional, que veremos adiante, ainda não superada. Muitos marxistas, lamentavelmente, vivem no século XIX, deformação inaceitável. Marx não descuidou da metamorfose histórica do Capital. Sua obra magna perseguia isso em detalhes. A forma é tão importante quanto o conteúdo. As formas carregam a substância. Nesse sentido, novamente recomendamos a leitura de Mészáros e sua análise sobre o super-empoderamento do complexo industrial militar.

vencidos; também destruiu o movimento operário francês, incluindo os que não participaram diretamente do evento, o que determinou severo refluxo revolucionário, deslocando o centro irradiador do movimento operário para a *social-democracia alemã*, que de forma geral era bem menos revolucionária, mesmo assimilando muito mais o marxismo, situação paradoxal que demonstra: é o ser que determina a consciência, como afirmava Marx. A mentalidade mais radical do movimento operário dava seus sinais no leste europeu, e, segundo as últimas cartas de Marx, ele percebera esse movimento, pois voltava sua atenção para eventos e grupos que se organizavam na Rússia. Mas não fazia isso como guia intelectual que diria aos russos o que deveria ser feito. Ao contrário; em carta de 8 de março de 1881 à Vera Zaslitch⁵⁹, reconheceu a peculiaridade desse povo e concluiu que: “[...] A análise apresentada em *O capital* não oferece, portanto, nada que se possa alegar nem a favor nem contra a vitalidade da comuna russa.” (MARX; ENGELS, 2013, p. 113). Impressionante seu discernimento. E dedicou seus últimos momentos de vida a estudar a história russa.

Para finalizar a subseção, retomamos nossa crítica inicial dessa seção para a indevida separação do suposto “Marx não-marxiano” do “Marx marxiano”. Esperamos que a presente exposição tenha evidenciado um pouco mais o caráter anti-histórico e anti-dialético desse tipo de cisão dos percursos formativos da consciência social; armadilhas nas quais resvalamos, e, sem o querer, acabamos por negar a própria estrutura teórico-metodológica que o pensador alemão nos deixou de herança, ancorada na Totalidade histórica da existência singular, particular e universal, enfim, vida social genérica. Nesse sentido, entendemos que a preocupação com o desenvolvimento histórico do ser social, enquanto generidade humana, está presente desde os primeiros textos marxianos, seja na imediaticidade do sofrimento humano de indivíduos considerados menos importantes que o valor comercial de gravetos de lenha, seja nas formulações teóricas mais abrangentes sobre o Estado. A mediação provisória do Direito, do Estado democrático burguês, em seus escritos iniciais contribuiu para as primeiras aproximações ontológicas, necessárias à crítica radical que seria feita mais tarde. Isso, porque, pela sua formação hegeliana, não viu o Direito como potência isolada, mas síntese de um todo contraditório em movimento, e ao confrontar com a vida social concreta, não foi paralisado em sua trajetória de apreensão da realidade. É da aparência que se acessa a essência. Encontrar a essência é o objetivo de acompanhar o movimento do objeto, passo importante para a emancipação.

⁵⁹Liderança da vanguarda russa no final do século XIX.

3.5 Marx e a educação reificada

Entendemos que a nova ciência da história, proposta por Marx, é a ontologia do ser social. O pensador não afirmou isso, de forma peremptória, em nenhuma obra. Ele demonstrou, pelo conjunto de suas obras, pela sua própria trajetória de elaboração teórica, a captura dos fundamentos ontológicos da realidade, a coisa em si. Esta para Marx, não é uma substância inalcançável, idealizada, fora do tempo e do espaço. A especificidade de apreensão ontológica marxiana está, justamente, em apreender a coisa em si como o devir humano, constituído no processo histórico, em movimento, geneticamente determinado pelo trabalho.

Mas não é uma tarefa fácil capturar as legalidades do devir, é preciso habilidades gnosiológicas para a apreender a dimensão ontológica da realidade; e sem alcançar essa dimensão, não é possível orientar a práxis para a emancipação do ser social; por isso o metabolismo capitalista nega, em toda a sua produção espiritual, a possibilidade de apreensão do real. A burguesia fez excelente uso do complexo da educação de seu tempo não-decadente para desmistificar as ideologias aristocráticas-religiosas, como processo paralelo ao engendramento concreto de sua nova forma de produzir a riqueza material, sempre em relação reflexiva de determinação. Nessa fase de confronto, para superar o modo de produção feudal, os pensadores-educadores mais progressistas, produziram e disseminaram novos conhecimentos, inicialmente, nas universidades e monastérios geridos pela própria estrutura feudal, e de dentro da estrutura, desgastaram, gradativamente, os principais alicerces espirituais que ajudaram, por centenas de anos, a manter as relações de produção medievais; da teoria heliocêntrica até a legitimação ética da usura. Depois de conquistar o poder sobre a universalidade laica, o burguês, obviamente, passou a defender o mundo que criou para si, iniciando sua decadência ideológica ao combater qualquer conhecimento ou práxis que pudesse ameaçá-lo.

O fundamento ontológico, a coisa em si desse novo mundo, o capitalista, pela sua natureza negativa, passou a ser incognoscível. A incognoscibilidade não é uma mera elaboração teórica, mas consequência do modo de produção que a sustenta. Incognoscibilidade é, basicamente, a incapacidade da consciência social em apreender os fundamentos materiais que produzem e reproduzem a vida social. Não se trata de um limite do sujeito, mas de um limite objetivo do processo de reprodução das sociedades de classe. No metabolismo capitalista, a Reificação expressa a fragmentação do Real em várias camadas, fazendo parecer que existe apenas o caos sem uma gênese apreensível. Todos os complexos sociais são tragados para esse

caos, capturando apenas pedaços da realidade imediata, insuficientes para compreender a Totalidade, desveladora dos fundamentos concretos da realidade. Nesse sentido, a reprodução de todos os complexos, com destaque para os complexos da educação e da ciência, serve à reprodução do capital, mantendo a fragmentação dos elementos apreensíveis pela consciência, no plano do conhecimento, porque a própria realidade está fragmentada pela luta de classes, pela apartação trabalho e posse do produto do trabalho. Daí, a apreensão ontológica ser possível apenas com a recomposição teórica da Totalidade concreta, do processo histórico, que oriente para a construção de novas relações fundamentais de produção da existência. Toda a obra de Marx é um esforço nessa direção.

As massas são impedidas de conhecer a essência do modo de produção, e basta deixá-las se auto conduzirem pelo movimento aparente da mercadoria, mantendo-se presas à ilusões de humanização dessa sociabilidade e que cada indivíduo é responsável pelo seu destino. E o complexo da educação, pelo seu caráter de reprodução social, é imprescindível à qualquer sociabilidade, independente das formas particulares manifestas. Na especificidade do capitalismo, é o complexo mais permeável aos mecanismos de velamento da realidade, incluído aí, aqueles imbuídos das melhores intenções. Da mesma forma, pelo movimento contraditório do Real, esse mesmo complexo oportunizou, e continua oportunizando, momentos de desvelamento, embora não sejam predominantes. Destacamos nesse momento, a excessiva pluralidade de interpretações nas tentativas de disseminação do pensamento marxiano. A pluralidade é positiva para prevenir doutrinas, mas negativa, quando foge aos fundamentos teórico-metodológicos básicos. Vejamos algumas reflexões marxianas sobre o complexo da educação e nosso esforço em respeitar os referidos fundamentos. Lembramos que Marx não tinha a educação como objeto, mas suas análises ancoradas na Totalidade concreta permite a articulação de qualquer complexo produzido pela sociabilidade capitalista.

Na *Ideologia alemã*, Marx e Engels explicitam a apartação entre pensar e fazer como desdobramento da divisão do trabalho na sociedade de classes. Esse processo objetivo engendrou a produção do conhecimento dissociada da realidade, da vida concreta:

Reencontramos aqui a divisão do trabalho mencionada antes como uma das forças capitais da história. Ela se manifesta também na classe dominante sob a forma de divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho material, de tal modo que teremos duas categorias de indivíduos dentro dessa mesma classe: uns serão os pensadores dessa classe (os ideólogos ativos, que teorizam e fazem da elaboração da ilusão que essa classe tem de si mesma sua substância principal), ao passo que os outros terão uma atitude mais passiva e mais receptiva em face desses pensamentos e dessas ilusões, porque eles são na realidade os membros ativos dessa classe e tem menos tempo para alimentar ilusões e ideias sobre suas próprias pessoas. Dentro dessa classe, essa cisão pode mesmo chegar a uma certa oposição e a uma certa hostilidade das duas partes

em questão. Mas surgindo algum conflito prático em que a classe toda fique ameaçada, essa oposição cai por si mesma, enquanto vemos volatizar-se a ilusão de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominante e que teriam um poder distinto do poder dessa classe. A existência de ideias revolucionárias em uma determinada época já supõe a existência de uma classe revolucionária [...] (MARX; ENGELS, 2002, p. 48-49).

Percebamos o destaque para as cisões sucessivas que Marx apresenta ao longo de sua análise, como expressão da Alienação, fragmentadora da Totalidade, criadora de fantasmagorias no processo formativo da consciência social. Esse processo ocorre de maneira contraditória, ou seja, pode criar espaço de conflito no interior da própria classe dominante, mas nada que ameace à existência da classe. E podemos acrescentar que, para as classes dominadas, esse conflito produz maiores danos, obstruindo, sistematicamente, o desenvolvimento da consciência de classe, que não é apenas o desvelamento, mas a práxis emancipatória. Esse é limite do complexo da educação na sociabilidade capitalista, uma vez que o pensar está, inexoravelmente, separado do fazer, ou seja, a consciência está separada da prática, o que limita a atividades dos educadores, por mais revolucionárias que sejam suas consciências individuais.

Ainda na *ideologia alemã*, Marx faz sua análise com categorias predominantemente filosóficas, como vimos, em processo inicial de aprofundamento das categorias da economia política. Na obra de maturidade, *O Capital*, com a descoberta da composição orgânica do capital, terá condições de compreender a cisão objetiva entre trabalho material e imaterial (intelectual). Apesar disso, percebe, claramente, que o trabalho intelectual está afastado de sua gênese material, o que coloca como consequência a tendência de autonomização alienada da produção espiritual, contributiva da universalização da particularidade burguesa no processo de formação da consciência social:

Admitamos que, no modo de conceber a marcha da história, as ideias da classe dominante sejam desvinculadas dessa mesma classe e ganhem autonomia. Suponhamos que fiquemos apenas no fato de terem estas ou aquelas ideias dominando em tal época, sem nos preocuparmos com as condições de produção nem com os produtores dessas mesmas ideias, abstraído-nos, portanto, dos indivíduos e das circunstâncias mundiais que estão na base dessas ideias. Então poderemos dizer, por exemplo, que no tempo em que imperava a aristocracia imperava os conceitos de honra, fidelidade etc. e que, no tempo que dominava a burguesia, imperavam os conceitos de liberdade e igualdade etc. É o que imagina a própria classe dominante em sua totalidade. Essa concepção da história, comum a todos os historiadores, especialmente a partir do século XVIII, colidirá necessariamente com o fenômeno de que os pensamentos dominantes serão cada vez mais abstratos, ou seja, assumirão cada vez mais a forma de universalidade. (MARX; ENGELS, 2002, p. 50-51).

Traduzindo a questão: quanto mais fragmentado é o pensamento social, distanciado de suas bases materiais, mais fácil é a universalização da particularidade do modo de produção burguês⁶⁰.

Continuando com a *Ideologia alemã*, Marx explica, ancorado no processo histórico de formação da burguesia, que o triunfo de qualquer classe que queira dominar é conseguir colocar-se como classe universal. Começa a luta como classe, mas precisa superar sua própria particularidade e tornar-se expressão de toda a generidade humana. Isso precisa se realizar nas dimensões objetiva e subjetiva:

Nas cidades, a divisão do trabalho se fazia ainda [período feudal] de maneira perfeitamente espontânea entre as diferentes corporações, mas não se estabelecia entre os trabalhadores tomados isoladamente, dentro das próprias corporações. Cada trabalhador devia estar apto a executar todo um ciclo de trabalhos. Devia estar em condições de fazer tudo o que podia ser feito com suas ferramentas; as trocas restritas, a pouca ligação entre as cidades, a rarefação da população e a exiguidade das necessidades tampouco favoreciam uma divisão do trabalho mais avançada, e por isso, quem quisesse tornar-se mestre devia conhecer todos os aspectos de sua profissão. Por isso encontra-se ainda entre os artesãos da idade média um interesse por seu trabalho particular e pela habilidade nesse trabalho que pode elevar-se até um certo sentido artístico. E é também por isso que cada artesão da idade média se entregava inteiramente a seu trabalho; tinha para com ele uma relação de sujeição sentimental e a ele estava muito mais subordinado do que o trabalhador moderno, que é indiferente para com seu trabalho. (MARX; ENGELS, 2002, p. 58-59).

O aprofundamento da Alienação burguesa invisibiliza a conexão entre a produção material e espiritual da existência, coisificando cada um dos componentes da unidade objetividade-subjetividade, daí a facilidade com que a educação se transforma em trabalho intelectual autonomizado, ganhando uma dimensão maior do que possui, ontologicamente. Denominaremos esse processo de *hiperautonomização do complexo da educação*. Marx explicita esse processo em sua obra madura, *O Capital*, quando desvela a composição orgânica e apreende sua tendência metabólica de expandir trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. Se a consequência disso é a negação de atividade produtiva aos trabalhadores, estes, para sobreviver, realizam, na medida do possível, atividades improdutivas, e as atividades educacionais remuneradas, são uma das mais acessíveis. Nesse sentido, não dá para

⁶⁰Um exemplo bem visível é a convivência do desenvolvimento científico mais avançado com as teses terraplanistas mais toscas e inimagináveis que vemos hoje. Cabe tudo na fragmentação do pensamento, e qualquer um pode ser agente de produção e propagação de produtos imateriais; desde um professor-doutor ensinando como identificar os incontrolláveis rizomas deleuzianos até um *youtuber*, com milhares de visualizações, ensinando a identificar os perigosos comunistas. Esse turbilhão ocupa a consciência social com avalanches quantitativas e sistemáticas dos mais esdrúxulos exercícios de convencimento, atingindo, exponencialmente, o complexo da educação, de forma reificada e reificadora. O caos, contudo, é aparente, pois existe o fio condutor, o lastro tangível da liberdade irrestrita e irracional da reprodução do Capital. E como uma evidência, basta um *youtuber* progressista ampliar sua rede de comunicação para sofrer o peso do Estado burguês sobre si.

negligenciar o referido complexo na sociabilidade capitalista, como simples espelhamento ou espaço inútil de luta. Com a *hiperautonomização*, ele, o complexo, pode assumir conteúdos e proporções imprevisíveis, porque tem a capacidade de ganhar força material ao se apropriar das massas, como Marx já sabia e registrou na *Ideologia alemã*. Para o bem ou para o mal, mesmo sem condições objetivas para efetivar o processo de emancipação ou barbárie, o complexo da educação pode criar ondas importantes.

No *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, também encontramos uma reflexão sobre o complexo da educação, na sua forma particular de educação formal, e sua importância para reprodução social burguesa, seus impactos reificadores, e, ao rebater as acusações, tão atuais, de que as instituições educacionais estariam tomadas por agentes do comunismo, aponta que não podemos abandonar a educação à exclusiva “influência” burguesa:

[...] e vossa educação, não é ela também determinada pela sociedade? Não é determinada pelas relações sociais nas quais educais vossos filhos, pela ingerência mais ou menos direta ou indireta da sociedade através das escolas, etc? Os comunistas não inventaram a influência da sociedade sobre a educação; procuram apenas transformar o seu caráter, arrancando a educação da influência da classe dominante. [...] A fraseologia burguesa sobre a família e a educação, sobre os afetuosos vínculos entre crianças e pais, torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e transforma suas crianças em simples artigos de comércio e em simples instrumentos de trabalho. (MARX; ENGELS, 2001, p. 63).

E apesar das críticas já feitas ao socialismo utópico e seus limites, há o reconhecimento marxiano sobre o caráter formativo, positivo, dos textos desses teóricos, portadores de elementos críticos das bases sociais existentes, além de proposições importantes como a abolição da separação cidade-campo, o lucro privado etc., e, portanto, se constituíam como “[...] valioso material para o esclarecimento dos operários.” (MARX, ENGELS, 2001, p. 78).

Na análise marxiana das revoluções de 1848, no texto *As lutas de classes na França*, é destacada a contraofensiva aos movimentos libertários com a aliança da burguesia com a aristocracia. Marx faz referência ao inimaginável retorno à educação eclesiástica universal e à perseguição aos educadores pela Lei *Falloux* [nome de um parlamentar] de 13/12/1849. Essa lei determinava que a instrução pública fosse, novamente, responsabilidade exclusiva dos clérigos e, como resultado, “[...] os professores – proletários da classe culta – são expulsos de município em município como caça acuada.” (MARX, 1986b, p. 132). Mais uma evidência histórica do quanto a burguesia está atenta às implicações formativas dos indivíduos, em especial, em seus momentos de crise, quando aumenta o potencial de reação da classe explorada. E complementando a análise da mesma lei de ensino, estratégica, pinçamos a citação

de Marx no texto *18 Brumário*, explicitando um pouco mais a necessidade burguesa de abolir a irreligiosidade para garantir a formação conformista das massas:

[...] procurava através da lei do ensino assegurar entre as massas o velho estado de espírito conformista. É espantoso ver os orleanistas, os burgueses liberais, esses velhos apóstolos de voltairianismo e da filosofia eclética, confiarem a seus inimigos tradicionais, os jesuítas, a supervisão do espírito francês. Por mais que divergissem os orleanistas e legitimistas a respeito dos pretendentes ao trono, compreendiam que para assegurar seu domínio unificado era necessário unificar os meios de repressão de duas épocas. (MARX, 1997, p. 68).

Além desses fragmentos, o texto marxiano que explicitou de forma mais direta sua posição sobre o que poderíamos considerar educação formal dos trabalhadores é *Crítica do programa de Gotha*, escrito em 1875, mas publicado somente em 1891, por Engels. Tratou-se de uma crítica à condução do processo de unificação das organizações de trabalhadores na Alemanha, sob a liderança dos Lassalianos, os mais influentes na época, e que acabou definindo os termos fundamentais do programa do movimento unificado, o programa assinado na cidade alemã de Gotha. Como Marx sabia da importância da unificação, fez a crítica privadamente, para não ferir a autonomia dos operários. Sua preocupação era que a social democracia alemã, mais avançada teoricamente, mais consciente do caráter internacional da luta e da superação do modo de produção, fosse sufocada pela pobreza programática lassaliana que restringia a luta aos limites das reivindicações de políticas junto ao Estado Nacional, que, no caso alemão, era recém formado e tivera forte apoio dos movimentos dos trabalhadores, cooptados, inteligentemente, por Bismarck, o chanceler alemão. E nesse bojo, entre outras reivindicações, a educação formal para os trabalhadores pleiteada por todo o movimento operário, agora unificado, seria estatal, gerenciada pela classe dominante. Nada mais distante da proposta marxiana, que defendia o acesso teórico-prático irrestrito ao conhecimento acumulado pela humanidade, controlado exclusivamente pela classe trabalhadora.

Sabemos que a questão do Estado é um dos principais obstáculos para unificar o movimento dos trabalhadores, e estamos presos nesse ponto até hoje, o que traduz a dificuldade em compreender a natureza ontológica do Estado como mecanismo exclusivo de dominação de classe que precisa ser superado, e mais difícil, ainda, compreender a ditadura do proletariado como Estado, peculiar, necessário e temporário, porque a burguesia não cederá, facilmente, e permanecerá em luta até a superação das bases materiais de sustentação de sua classe. Todas as experiências socialistas inicialmente vitoriosas foram derrotadas, posteriormente, porque não conseguiram passar dessa fase. E não passaram, porque não conseguiram desenvolver, nesse momento, o trabalho livremente associado, transformando-se em burocracias subordinadoras

do trabalho, sem relação com a emancipação humana, e, portanto, sem relação com o socialismo autêntico. Por outro lado, muitas tendências marxistas não discutem mais o Estado, nem mesmo o Estado capitalista, nem a ditadura do proletariado; como se fosse possível um processo emancipatório sem uma fase de transição. Segue uma síntese acertada feita por pesquisadores marxistas sobre a importância da transição na forma de Ditadura do proletariado:

A luta pela superação das condições sociais burguesas, entretanto, exigirá um período de transição. Nesse período, o poder político, nas mãos da classe operária, será exercido em forma de ditadura do proletariado. Nela, o regime de opressão não será contra as pessoas, contra o ser humano em si, mas contra a dominação do capital, seu modus operandi enquanto modo de produção opressor sobre trabalhadores. Podemos entender o verdadeiro significado da ditadura do proletariado defendida por Marx quando tomamos conhecimento do desenrolar dos acontecimentos nas lutas de classes. A ditadura do proletariado é a ditadura sobre e contra o capital, sobre os proprietários dos meios de produção. Ela é o impedimento da exploração do trabalho para fins da acumulação das riquezas por uma classe, a burguesia. Ela significa a autêntica democracia desfrutada pelos verdadeiros produtores da riqueza, os trabalhadores. (SILVA; SANTOS; AMARAL, 2020, p. 275).

A expressão ditadura, nesse contexto, elucidado acima, seria a mais autêntica das democracias. E, portanto, com potencial de apoiar o processo de desfetichização dos processos produtivos fundamentais, que, por sua vez, apoiaria o processo de desreificação dos complexos sociais. Sabemos, historicamente, que as sociedades de classe sempre necessitaram de um tipo de estado para garantir a dominação de classe. No processo de transição, enquanto existirem classes em luta, mesmo com trabalhadores no comando, o estado, de um novo tipo, é necessário para desmontar o outro estado. Um dos problemas da superação está justamente nesse ponto: a paralisia destrutiva das tentativas socialistas que não conseguiram superar o estado. Do ponto de vista histórico, não dá para desmontar a estrutura reificadora do capital sem a transição de um estado proletário.

Não estamos negando a importância das lutas por direitos. As lutas para arrancar do Estado burguês melhores condições de vida e de trabalho são válidas e necessárias, e Marx apoiou todas elas, mesmo ciente de que nunca conquistariam resultados sólidos. Servem como exercícios de luta para compreender a estrutura de funcionamento do próprio capital, seus limites de aplicação de força contra a classe expropriada, ou até mesmo, como alívios provisórios que sempre serão negados em curto espaço de tempo. Marx afirma, inclusive, que os programas, em si mesmos, até os mais revolucionários, são apenas registros elucidativos do processo real: “Cada passo do movimento real é mais importante que uma dúzia de programas.” (MARX, 2012, p. 20). A questão do complexo da educação é tratada sempre de forma secundária, porque ela não determina a si mesma, e o foco da crítica é para a equivocada replicação lassaliana da concepção burguesa de Estado, de trabalho e de produção da riqueza,

sem o discernimento de como o modo de produção gera a miséria do trabalhador. E o pensador alemão adverte que o maior erro do programa lassaliano foi considerar a distribuição descolada da produção, desorientando a classe trabalhadora para a luta por uma suposta “distribuição justa” impossível no capitalismo. Esse era o pensamento predominante dos socialistas utópicos de seu tempo, tarefa enfrentada por Marx desde a *Ideologia alemã*, como vimos. Sabemos que as esquerdas progressistas continuam, em sua maioria, presas a essa mistificação.

O resultado do processo de unificação dos movimentos operários alemães, no final do século XIX, confirmou as preocupações marxianas e a hegemonia lassaliana teve grande participação no esvaziamento revolucionário da social-democracia-alemã, justamente, o movimento europeu com maior adesão ao materialismo histórico e dialético até aquele momento. Isso contribuiu, junto com fatores estruturais, para inviabilizar a revolução proletária alemã, tão esperada.⁶¹ Essa tendência mais reformista de negociação de melhorias junto ao estado burguês prevaleceria na chamada Segunda Internacional, como veremos no contexto lukacsiano.

No conjunto dos livros de *O Capital*, podemos extrair os mais severos desdobramentos do Fetichismo da mercadoria sobre o complexo da educação. O desenvolvimento tecnológico aumenta a quantidade de trabalho morto na composição orgânica do capital, de forma acelerada e progressiva, que, por sua vez, cria perigoso nível de excedente de trabalho vivo. Com a ampliação de montantes cada vez maiores de seres humanos que não tem mais para quem vender sua força de trabalho; criam-se, necessariamente, novas formas de atividade remunerada, pouco contributivas para o desenvolvimento do ser social; criados apenas como meios de vida. Não é acidental o crescimento descontrolado do setor de serviços, aprofundando a concorrência direta. Sua universalização rápida se dá porque o desemprego é estrutural, decorrente da referida diminuição do trabalho vivo na produção de mais valia. Como ilustração desta realidade, destacamos que, os trabalhadores impossibilitados de realizar atividade produtiva, tentam ganhar algum rendimento com os serviços mais diversos, como a

⁶¹Sempre precisamos lembrar que é o ser que determina a consciência, em última instância. A influência de vanguardas não determina o ser da classe trabalhadora. É preciso considerar o caráter peculiar da dominação burguesa na Alemanha unificada, ancorada no poder dos grandes proprietários de terras de famílias medievais seculares que se aburguesaram, sem processo revolucionário plural, como ocorreu na França, por exemplo. A burguesia alemã já nasce decadente, distante das exortações de liberdade, igualdade, fraternidade. Além disso, já estava inserida na revolução industrial com maquinário mais desenvolvido que a própria maquinaria inglesa. Preparava forte aparato bélico para enfrentar as guerras de grandes proporções com as potências europeias, em disputa por matérias-primas e mercados consumidores. Força bélica ensaiada, de leve, na guerra franco-prussiana de 1870-1871, cuja extrema violência aplicada pelo exército prussiano para destruir a Comuna de Paris ainda estava forte na memória. Talvez, a causa maior do recuo reformista do movimento operário alemão fosse tão simples, quanto difícil de resolver: convencer massas humanas a se entregarem ao massacre deliberado em um confronto com o poderoso estado belicista alemão.

entrega e transporte de mercadorias, organização de eventos, disseminação de informação/desinformação, transferência e/ou conexão de dados etc. Destacamos a efervescência atual de cursos oferecidos no *youtube*. São desempregados que repassam suas “competências e habilidades” para outros desempregados, vendem seu conhecimento prático como mercadoria, e em geral, agregam outras mercadorias, blusas, livros etc. Não há produção de riqueza nova, apenas manipulam-se produtos e ideias já existentes. Vejam a sistemática reificante: na aparência, o indivíduo vende sua força de trabalho diretamente para massas indeterminadas, mas que na realidade, a venda é para a gestão da plataforma que ganha muito dinheiro com publicidade, o verdadeiro patrão, invisibilizado. O sujeito torna-se objeto de si mesmo e das massas em um processo recíproco de coisificação; produzindo conteúdos repetitivos e superficiais para cumprir as metas estabelecidas pela plataforma de compartilhamento de vídeos, cada vez mais acessível, para ficarmos somente nessa ferramenta. As massas cada vez mais infantilizadas, demandam conteúdos aligeirados e rasteiros. Assim, o indivíduo reificado-reificador transforma-se, diretamente, em um vetor de mistificação das consciências, um poderoso mecanismo formativo do complexo da educação na sociabilidade capitalista contemporânea. Mais uma aproximação do que denominamos de *hiperautonomização* desse complexo. Este processo intensifica a invisibilização das bases que sustentam essa relação e aprofunda a transformação de quaisquer graus de conhecimento em mercadoria.

Ainda na lógica da mercantilização da informação, temos a facilidade de uso das redes sociais, no interior das quais, qualquer pessoa pode transmitir seus “conhecimentos e habilidades”, disputando a atenção dos navegantes do oceano sem fronteiras da rede mundial de computadores. Nesse sentido, a produção de conhecimento mais consistente e refinada, pela própria dificuldade de comunicação no formato aligeirado das redes não consegue muitos acessos; além disso, com o desmonte gradativo da estrutura escolar formal como conhecemos, novas demandas e novos formatos de trabalho intelectual são criados, mais e mais fragmentados. Ao mesmo tempo, a rapidez e amplitude com que um fenômeno de massa pode surgir e desaparecer na rede, de qualquer ponto do globo, controlado e vigiado pelo *big data*, dificulta muito a apropriação desse espaço para a luta emancipatória. Ainda assim, é imprescindível o conhecimento profundo do funcionamento desses campos de luta e encontrar formas de atuação. Nesse momento, a simples mensuração de acessos extremamente desiguais entre sites conservadores e progressistas nos aponta o gigantismo da tarefa em ajudar massas alienadas a se apropriarem da Teoria revolucionária.

Por fim, concluindo as extrações mais diretas sobre o complexo da educação de alguns textos marxianos, apresentamos o fragmento de uma carta do jovem Marx ao seu pai, datada de 10/11/1837, em que ele demonstra plena consciência do caráter ontológico da empreitada que iniciava e que não abandonaria até o fim de sua vida.

Em meu estudo, tudo assumia a forma acientífica do dogmatismo matemático, no qual o espírito gira em torno da coisa, tangenciando-a aqui e ali, sem que a coisa possa se desdobrar ela mesma em algo rico e vivo, mas se apresentando de antemão como um obstáculo para compreender a verdade. [...] Mas, na expressão concreta de um mundo de pensamentos vivos como o são o Direito, o Estado, a Natureza, toda a Filosofia, é necessário se deter para escutar atentamente o próprio objeto em seu desenvolvimento, sem se empenhar em imputar-lhe classificações arbitrárias, e sim deixando que a própria razão da coisa siga seu curso contraditório e encontre em si mesma a sua própria unidade. (MARX, 2010 *apud* NETTO, 2015, p. 106).

Diante disso, e mesmo sabedores que o complexo da educação não tenha força social suficiente para promover a emancipação do capital, as contradições da reprodução de seu metabolismo fetichizado/reificado potencializam os processos educacionais para além de suas bases ontológicas, e podemos aproveitar essa condição, uma vez que o limite da práxis educacional capitalista é apenas a atividade intelectual isolada, sem a práxis. Munidos do método onto-histórico, talvez, possamos continuar o trabalho de desvelamento permanente dos fundamentos da sociabilidade até o momento em que as contradições do capitalismo demandarem o enfrentamento irrecusável da consciência do ser social.

O problema da emancipação evoca o problema da Alienação, que emerge em todos os textos marxianos. Problema que, como ele alertou, só pode ser resolvido na própria vida social, perdurando até hoje como desafio para todos os marxistas, considerando que o metabolismo que a engendra continua a se reproduzir, de forma mais auto dissimuladora. O percurso formativo individual de Marx, que tentamos apresentar, deixou-nos como legado mais precioso a Teoria do valor, o grau mais elevado de apreensão do problema da Alienação, na forma de Fetichismo da mercadoria, elucidando os fundamentos ontológicos da formação do próprio ser social alienado, e o desdobramento desse processo em todos os complexos sociais, a Reificação. Nosso próximo passo é continuar seguindo o fio condutor da Categoria e investigar como esse legado foi recuperado e estendido por Lukács, nas lutas emancipatórias do século XX.

4 O PERCURSO FORMATIVO LUKACSIANO E O RESGATE DAS DETERMINAÇÕES ONTOLÓGICAS DA SOCIEDADE REIFICADA

Vimos na seção anterior que o pensamento marxiano sofreu algumas tentativas de cisão de seu pensamento, não por mera subjetividade voluntarista de alguns disseminadores, mas pelas determinações objetivas da consciência social fragmentada pelo Fetichismo da mercadoria. Isso exige dos investigadores de seu legado, enorme esforço para preservar a ancoragem ontológica e manterem-se no trajeto teórico-metodológico das aproximações sucessivas da realidade pela consciência social. Nem todos percebem essa necessidade. Quando é feita a cisão do pensamento marxiano criam-se recortes e dualidades que prejudicam a apreensão da Totalidade, tanto nas dimensões históricas, quanto lógicas. Esse problema se repete em relação a compreensão do pensamento, obra e trajetória lukacsiana. Para visualização geral desse processo, apresentaremos, de forma breve, o contexto histórico de sua produção teórica, de forma a situá-la melhor. Em seguida, apresentaremos algumas passagens da referida produção teórica, que, conforme compreendemos, contribuíram para a apreensão da Categoria Reificação. Lembramos que categorias são formas de ser. Não são propriedades subjetivas de nenhum pensador, mas capturas do movimento do Real, determinadas historicamente.

4.1 Considerações sobre o contexto histórico da produção teórica lukacsiana

Destacamos, logo de início, duas diferenças primordiais entre as trajetórias pessoais de Marx e Lukács, que tiveram implicações importantes nas respectivas apreensões teóricas da realidade, e que poderão ajudar na compreensão de continuidades e descontinuidades do pensamento lukacsiano.

Primeira grande diferença: Marx teve sua formação inicial calcada em um período que a herança hegeliana era muito valorizada. Hegel (1770-1831) foi crítico severo da dualidade anti-ontológica entre Ser e Pensamento defendida pelo kantismo. Lukács teve que superar mistificações maiores, devido ao neo-kantismo, deformador do próprio kantismo, em um período no qual a herança hegeliana estava obscurecida até pela maioria dos marxistas. O pensador húngaro precisou refazer parte do caminho de superação dessa mesma dualidade, em novo contexto histórico. Explicando um pouco mais: para Kant (1724-1804), o Ser era incognoscível ao pensamento, mas o pensador não negou sua existência, enquanto que, para os neo-kantianos, a própria existência do Ser foi negada. Para estes, a realidade é criação

exclusivamente subjetiva, sem nenhuma autonomia. Imagine o tamanho do recuo que teve que ser novamente percorrido por Lukács nos anos 1920, para superar o irracionalismo neokantista. Neste caminho, seguiu a orientação de Lenin e estudou Hegel, para finalmente chegar ao Marx que considerou autêntico. O esforço de superação do subjetivismo kantiano/neokantiano exigiu de Lukács um combate que perdurou durante toda a sua trajetória. Isso porque o subjetivismo também se instalou em alguns marxismos, problema posto para nós até os dias atuais. Esse fenômeno expressa a universalização hegemônica do controle da produção espiritual pela burguesia, totalmente orientada para as mistificações das análises unilaterais da vida imediata. Isso significa que as análises da realidade feitas pelas ciências burguesas são fragmentárias, naturalizadas, descoladas da Totalidade, que é a unidade histórica indissociável entre subjetividade e objetividade. Esta forma de produzir conhecimento é a origem dos diversos tipos de objetivismos e subjetivismos, como o positivismo e o existencialismo, respectivamente, culminando com a negação completa do necessário caráter ontológico da apreensão da realidade. Apresentamos, no início dessa investigação, um quadro dessa situação hoje, no Brasil.

Segunda grande diferença: Marx viveu as lutas finais da burguesia para consolidação de seu poder universal, e as tentativas operárias iniciais de materializar seu movimento autônomo frente à burguesia. Lukács teve que lidar com o contexto de uma burguesia já vitoriosa e conservadora, em luta sangüinária contra a experiência do comunismo implantado pela Revolução Russa de 1917. Esta, mesmo isolada, sem capacidade de expansão, e enredada nas incongruências de suas características históricas próprias, foi duramente perseguida pelo capital, o que contribuiu, sem dúvida, para sua deformação. Entendemos que, de acordo com diversos indícios em seus escritos, Lukács lutou para a preservação do que entendeu ser a herança positiva dessa revolução: uma sociedade autoproclamada comunista, instituída por um esforço revolucionário extraordinário, e, até agora, irrepetível, que *quase*⁶² conseguiu socializar os meios de produção e instalar a ditadura do proletariado. Lukács buscou formas de contribuir para o desenvolvimento dessa sociedade de novo tipo, acreditando que as deformações causadas pelas lutas políticas internas, externas e limites históricos poderiam ser superadas. Ou seja, Lukács buscou a consolidação das condições subjetivas de realização do ser social. O desenvolvimento categorial de seus textos sugere que o referido pensador entendia

⁶²A Revolução Russa de outubro de 1917 fez uma socialização incompleta dos meios de produção, pois com a dissolução dos conselhos operários, o Estado proletário torna-se Estado autocrático, não conseguindo fazer a transição para o trabalho livre associado. Comprovou-se assim o que Marx já tinha alertado: o Estado é, em essência, máquina de dominação de classe, e a classe burocrática soviética surgida de ex-militantes profissionais e dos antigos burocratas czaristas passou a dominar os trabalhadores, em uma outra forma de Alienação.

que as bases objetivas já tinham sido conquistadas pela economia planificada. Netto (2018) ressalta que Lukács não teve condições de acompanhar o desenvolvimento econômico do capitalismo fora das fronteiras do comunismo soviético, o que limitou bastante sua avaliação do complexo econômico.

Diante disso, temos uma situação paradoxal de crítica e defesa da sociabilidade soviética⁶³, e uma série de implicações para o desenvolvimento da Categoria Reificação na trajetória de Lukács, da juventude à maturidade. O jovem militante, em seus primeiros contatos com o marxismo, travou combate contra o positivismo reformista que predominou na II Internacional (1889-1916). Mas, podemos aplicar suas críticas, talvez, de maneira mais severa, ao dogmatismo paralisante da III Internacional (1919-1943), exclusivamente bolchevique, criada por Lenin e apropriada por Stalin. Lukács, ironicamente, criticava a II Internacional como forma de valorização da III Internacional. Explicando melhor: ao criticar o reformismo e a luta exclusivamente política defendida pelas lideranças da II Internacional, implicitamente, Lukács defendia a III Internacional como, supostamente, mais revolucionária, embora, claramente, em processo de recuo. Esse fato refletiu-se, profundamente, em todo o seu percurso auto formativo e seu combate ao positivismo não pode sair de pauta. Lembrando que o positivismo não é uma mera escola de pensamento, mas um reflexo da objetividade fraturada, ou seja, reflexo da cisão entre Ser e Pensamento, tanto no mundo do capitalismo vitorioso, como no mundo pseudo socialista mumificado pelo Estado burocrático-autocrático. Junto com a defesa do socialismo conseguido até ali, Lukács também fez a crítica de algumas incongruências a essa nova sociedade, embora de forma muito controversa, dificultando a interpretação de sua obra. Não iremos nos deter em uma trajetória biográfica⁶⁴, mas um contexto histórico geral.

E aqui precisamos fazer uma digressão. Tonet e Lessa (2018) fizeram uma corajosa e importante análise da Revolução Russa, contribuindo para desmistificar as usuais abordagens estereotipadas de Lenin, Trotsky e Stalin; sendo imputado somente ao último a deformação da Revolução Russa. Contudo, apesar do avanço das análises dos referidos marxistas brasileiros, precisamos problematizar sobre a formulação de que a Revolução de Outubro de 1917 não foi

⁶³Pela amplitude de disseminação da dominação do modelo econômico peculiar soviético, mesmo nas sociedades que supostamente conquistaram autonomia em relação a ela, como a China, por exemplo, preferimos denominar de sociabilidade soviética, próximo do sentido meszariano de sociedade pós-capitalista. Utilizar o termo Regime seria, ao nosso ver, reduzir à dimensão política.

⁶⁴Para aprofundamento biográfico de Lukács, recomendamos a leitura de Diógenes (2019) e Araújo, Santos e Gonçalves (2014) que realizaram o difícil trabalho de compilar e articular os dados pulverizados em inúmeros textos de comentadores do pensador húngaro, apresentando uma excelente visão de conjunto para o quebra-cabeça complexo da vida pessoal, da práxis revolucionária, influências teóricas, políticas e literárias.

uma revolução socialista. Não há espaço nessa investigação para aprofundar esse debate, mas podemos fazer algumas rápidas considerações sobre os principais argumentos apresentados. Essa digressão é importante, pois está diretamente ligada ao contexto lukacsiano.

Começamos com o problema da inexistência das condições objetivas favoráveis, apontado pelos autores. Sabemos que é da experiência histórica que se constrói o conhecimento, e não o contrário. Se as sociedades capitalistas mais desenvolvidas no início do século XX, como a Inglaterra e Alemanha, não se mobilizaram para finalidades revolucionárias e mantiveram-se restritas às lutas reformistas; e, se, o confronto com a exploração do trabalho estava mais violento na periferia do capital, então, seria lá que a luta se daria pela própria legalidade histórica. Asseveramos que a resistência à barbárie é um imperativo de sobrevivência que não pode esperar pelas condições ideais de vitória; ao contrário disso, faz parte do próprio processo de construção das condições para a luta pelo próprio socialismo, semelhante a um *ariete* que testa a resistência do portão do castelo, vimos um exemplo disso nas análises marxianas dos movimentos operários e camponeses de seu tempo. O fracasso de cada uma das experiências socialistas do século XX, se revisto com a tranquilidade necessária, ajudará a compor o rol de conhecimento acumulado para enfrentar melhor as causalidades e subjetividades nas próximas empreitadas. Claro que as derrotas também têm o efeito inverso, corroendo o espírito de luta, até que a próxima situação-limite empurre para o confronto novamente. Mas, no caso da luta emancipatória, o *telos*, a finalidade revolucionária é imprescindível; sem isso, são apenas insurreições. Ou seja, o sujeito revolucionário precisa conhecer sua história para aperfeiçoar a práxis e não repetir os mesmos erros. A luta emancipatória precisa ser intencionalmente emancipatória, caso contrário, apenas reage à violência do antagonista. E havia o *telos* socialista em 1917. Se assim não fosse, a Revolução Russa teria ficado apenas na primeira fase, a fase burguesa. Ao contrário disso, houve um esforço extraordinário em direcionar a práxis para a emancipação e superar a própria burguesia. Se o confronto com as causalidades (processualidade histórica) e casualidades (contingências históricas) demonstrou que ainda não havia *todas* as condições objetivas necessárias para a consolidação do processo, isso comprova, justamente, um dos pressupostos fundamentais do próprio método onto-histórico, a relação reflexiva entre teleologia e causalidade. A degeneração dos ganhos iniciais da Revolução Russa não invalida sua práxis revolucionária que foi a essência dessa luta socialista.

O mérito de Tonet e Lessa (2018) reside na vigorosa análise crítica da atuação bolchevique, e demonstram como, antes mesmo de Stalin, os conselhos operários foram

desmontados e substituídos pelo Estado burocrático. A autocrítica de Lenin, nos momentos finais de vida, não foi suficiente para reverter as forças causais que foram postas em movimento. Pressionado pelas contingências, mas principalmente, em nossa visão, pela essência de seu programa político-partidário. Ironicamente, Tonet e Lessa (2018) apresentaram os fatos comprobatórios da construção do *telos* revolucionário, construído pelos soviets, conselhos organizados de operários, soldados e camponeses cujo objetivo fora a apropriação e controle dos meios de produção, objetivo revolucionário. Nesse sentido, negar à Revolução russa seu caráter socialista é o mesmo que negar a luta pelo socialismo como processualidade. Mais interessante, ainda, é que os referidos autores quase tocam no que talvez seja uma das questões mais importantes da luta de classes, apontado pelo próprio Marx: o problema da condução natimorta de movimentos proletários por pequenas-burguesias radicais intelectualizadas. Trata-se de um limite da classe, não dos indivíduos que optaram por lutar pela causa operária. E esta classe, a pequena burguesia radical, é bem vinda para apoiar, elucidar, criticar, a exemplo dado por Marx e Engels, que nunca controlaram os movimentos operários e não escreveram o manual da revolução socialista. As classes médias radicais, quando defensoras do comunismo, não podem, jamais, decidir os rumos do movimento proletário. A história nos diz que, internamente, essas lideranças pequeno-burguesas com poderes totais sobre os movimentos, foram prejudiciais ao processo de luta revolucionária.

Sabemos que a origem social não é condição suficiente para o trabalhador ter consciência de classe, mas na hora do confronto real é condição necessária que os autênticos produtores da riqueza social sejam os protagonistas de sua emancipação. Por isso o debate sobre a formação da consciência de classe é imprescindível, e, é nesse campo que as melhorias das condições de vida cotidiana da pequena-burguesia, lhes dá maior condição de enriquecimento teórico que ajuda no processo formativo. Infelizmente, a presente investigação não comporta o aprofundamento desse debate e não desenvolve todas as mediações que a temática exigiria. Apenas demarcamos uma posição para evitar mal-entendidos sobre nossa posição em relação à referida análise da Revolução Russa.

Esse contexto precisa estar presente em qualquer estudo sobre Lukács. Consideramos como pressuposto para a análise da trajetória do pensador, sua convicção pessoal na Revolução Russa como socialista, ainda em processo de desenvolvimento histórico. Registramos aqui sua confiança na liderança de Stalin, principalmente, nos eventos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945); é importante considerar esses elementos como relevantes para compreensão de seu pensamento. Afinal, até o momento da morte do pensador

húngaro, em 1971, a experiência socialista tinha pouco mais de cinquenta anos. O que significa meio século na processualidade histórica de uma nova⁶⁵ sociabilidade? No prefácio de relançamento de *HCC*, em 1967, um Lukács maduro, renova sua profissão de fé na Revolução russa, no *telos* socialista da sociabilidade soviética:

[...] somente com a Revolução Russa inaugurou-se, inclusive para mim, uma perspectiva de futuro na própria realidade; já com a derrocada do czarismo e ainda mais com a do capitalismo. Nosso conhecimento dos fatos e princípios era então muito reduzido e pouco confiável, mas, apesar disso, vislumbrávamos que – finalmente! Finalmente! – um caminho para a humanidade sair da guerra e do capitalismo havia sido aberto. (LUKACS, 2012, p. 6).

Apesar da referida crença, Lukács não considerava a experiência pronta e acabada. E, mesmo com as dificuldades, não desistiu de seu objetivo primordial e inicial: a recuperação do marxismo autêntico, que ele foi descobrindo na própria trajetória pessoal, capaz de orientar a práxis da classe que produz a riqueza social em direção à emancipação humana. Para alcançar seu objetivo, realizou feitos teóricos importantes; destacaremos alguns:

Lukács participou do trabalho arqueológico que descobriu e publicizou os *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844* escritos por Marx. Somente um movimento de aproximação da consciência ontológica de mundo conseguiria perceber a importância desses *Manuscritos*. Netto (2015) ressalta que a sua publicação em 1932 não teve “ressonância imediata”, principalmente na URSS, devido à autocracia stalinista, que elaborava os textos “marxistas” que deveriam ser lidos. Lukács conheceu os *Manuscritos* em 1931, em seu estágio no Instituto Marx-Engels, sob a coordenação de Riazanov, uma das muitas vítimas dos expurgos stalinistas. Estudou-os no seu exílio na URSS de 1933 a 1945. Os *Manuscritos* só foram revalorizados após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética [fevereiro de 1956], no qual Krushev, o líder máximo da URSS no período, denunciou os crimes de Stálin. Nesse mesmo exílio, o pensador húngaro escreveu, em 1938, *O jovem Hegel*, texto publicado somente em 1948 na Suíça, no qual fez suas primeiras explicitações do trabalho concreto como fundante da sociabilidade. Netto (2015) destaca que, antes disso, em *HCC*, Lukács fora o primeiro a perceber a relação entre a elaboração teórica de Marx e o avanço histórico do movimento operário. Segundo nosso entendimento, trata-se de outra evidência de suas “inclinações ontológicas” desde o texto de juventude. Mesmo antes de conhecer os *Manuscritos*, Lukács já realizava um percurso nessa direção, uma vez que seu encontro com

⁶⁵Entendemos que a sociabilidade soviética se constituiu como nova sociabilidade pela superação de alguns elementos importantes da luta de classes, entretanto, não conseguiu se constituir como socialismo autêntico, uma vez que não desenvolveu o trabalho livre associado.

Marx fora mediado por Hegel, este pensador o ajudou na luta contra sua própria formação neo-kantiana. Lembrando que o stalinismo impediu a divulgação adequada dos referidos *Manuscritos* marxianos, e as descobertas lukacsianas permaneceram proscritas.

Em entrevista gravada, no ano de sua morte, 1971, o pensador húngaro dá sua palavra final sobre os terríveis Processos de Moscou, ocorridos nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Nesses Processos, nos quais foram assassinadas as principais lideranças bolcheviques participantes da Revolução de 1917, pelo “crime” de oposição ao stalinismo. Lukács diz que:

[...] naquela época, a questão mais importante era o aniquilamento de Hitler. [...] Stalin era o único poder anti-Hitler que existia. [...] Hoje vejo a situação de modo diferente, à medida que Stalin não tinha necessidade nenhuma daqueles processos. Com o processo Bukharin, ele havia liquidado completamente a oposição e, no plano político, a grande onda de prisões não trouxe nenhum proveito. Depois do processo de Bukharin, excluiu-se totalmente a possibilidade de que alguém ousasse agir contra Stalin. Stalin, entretanto, manteve sua linha tática de intimidação das pessoas. (LUKÁCS, 2017, p. 138).

Os expurgos stalinistas e suas consequências para a deformação do pensamento marxiano, para a degeneração da experiência socialista, e, até mesmo, para o incremento do inacreditável custo humano necessário à vitória soviética sobre Hitler⁶⁶ não podem ser reduzidos. De qualquer maneira, considerando a grandeza da trajetória teórica lukacsiana, é preciso reconhecer que há implicações das mistificações criadas pelo stalinismo, que, pela mão pesada do Estado, sustentou uma sociedade, dita, socialista.

Nesse ponto, Mészáros, um herdeiro lukacsiano, é de grande ajuda ao apresentar no seu texto *Para além do Capital*, um importante e lúcido estudo sobre as características da sociabilidade soviética, denominando-a de sociedade pós-capitalista. O referido autor afirma que nesta houve a superação do capitalismo, mas não a superação do capital. Este último, em poucas palavras, é relação primordial da luta de classes, trans histórica, que vem explorando o trabalho, de forma universal, desde a sociedade escravista, criando formas historicamente diferenciadas de Alienação, mas mantendo sua base que é a subordinação do trabalho aos mecanismos de reprodução do capital. Essa reflexão de Mészáros apresenta evidência histórica de que o sujeito social, no socialismo soviético, se encontrava, ainda, dominado pelas objetivações necessárias à produção da vida social, ou seja, a inversão objeto x sujeito que

⁶⁶Um dos entrevistadores lembra a Lukács (2017) a responsabilidade de Stalin no desmonte da inteligência militar do país, pelos expurgos, com o inimigo externo a postos; o que facilitou a entrada do exército alemão em território russo, praticamente sem resistência. Milhões de vidas perdidas, barbaramente, até à organização da contra-ofensiva russa com a liberação dos generais que sobreviveram. Lukács insiste na defesa do autocrata dizendo que este confiava no pacto de não-agressão com Hitler.

defendemos como determinação essencial da Alienação. O capital só pode ser vencido pelo trabalho livre associado, não conquistado pelo socialismo histórico. Alguns elementos podem explicar a longevidade soviética, em relação às tentativas anteriores e as novas mistificações criadas. Mészáros aponta, por exemplo, que houve a superação do desemprego e, conseqüentemente, do exército industrial de reserva e do mercado de trabalho, fundamentos para manter a competição entre os trabalhadores no capitalismo. Vejamos uma síntese interessante, aglutinadora de diversas análises de Mészáros, feita por um pesquisador de sua obra:

[...] os desempregados, ou o “exército industrial de reserva”, são um elemento fundamental para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para o funcionamento do sistema de produção capitalista. Segundo Mészáros, a “adoção de tal abordagem do trabalho” existente na sociedade soviética “seria inconcebível – e, claro, absolutamente intolerável – na ordem capitalista, pois o direito constitucional ao trabalho eliminaria a possibilidade de um ‘exército industrial de reserva’, com todas as suas vantagens para o capital”, ao manter a oferta de capacidade de trabalho sempre maior que a sua procura pelas fábricas. Isto anularia ‘o modo econômico herdado de alocar a força de trabalho no interior da estrutura do mercado de trabalho capitalista’. (ALBUQUERQUE, 2017, p. 67).

Neste contexto, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores facilitou a adesão. Afinal, nenhum poder político, por mais violento que seja, se apoia sem as massas, como o próprio Lukács nos alerta em suas reflexões maduras sobre a Ideologia. Não vamos nos deter nessas características, para isto, recomendamos a leitura de Mészáros (2011b). O objetivo, nesse momento, é demonstrar que o apoio de Lukács ao socialismo soviético exige uma crítica mais complexa, que vai além do medo da repressão ou a simples simpatia política. Defendemos que, de forma geral, as novas mistificações criadas pelo socialismo histórico dificultaram elaborações categoriais mais concretas sobre a Alienação, o que precisa estar no horizonte contextual específico de sua obra de maturidade. Esse movimento também indica as enormes implicações sobre a excessiva abstração da Categoria Reificação na *POSS*.

Outra evidência importante da relação complexa de Lukács com a experiência soviética foi sua participação na Revolta húngara de 1956, tentativa de autonomia do país, frente à tutela soviética, mas sem caráter anti-comunista. Lukács ficou entre o apoio e a crítica à tutela da URSS, na esperança de elevar o desenvolvimento da sociabilidade, sem destruí-la. O relato mais detalhado que temos desse evento é feito por Mészáros (2018), no exílio, pouco depois da derrocada da Revolta. A Hungria sofria a política cultural stalinista do Regime de Révai (1898-1959), ministro da cultura, que se enrijeceu em 1948-1950, com forte perseguição aos intelectuais, destacando-se a perseguição a Lukács, que voltaria a ficar no centro dos “debates ideológicos”. Révai o acusava de desvio político. Toda a produção literária e científica só

poderia se orientar pelo chamado “verdadeiro realismo socialista”, obras esquemáticas com o propósito único de mostrar a fidelidade à Stálin. Mesmo depois de denunciado seus crimes, a política continuou. Na universidade e no ensino médio húngaro só era permitido o que os censores chamavam de marxismo-leninismo, que era de fato, a produção teórica stalinista. Além disso, somente o idioma russo era estudado como língua estrangeira, isolando os intelectuais húngaros do conhecimento acumulado pela humanidade. A atividade dos cientistas estava paralisada. A nova perseguição a Lukács ficou conhecida como “Debate Rudas”, em referência ao nome de um dos seus inimigos políticos mais incansáveis. Em 1949, as obras de Lukács foram proibidas dentro e fora do país e as publicações em andamento foram suspensas. A censura fora da Hungria foi possível devido ao alinhamento dos partidos comunistas nacionais ao Estado soviético. Lukács foi acusado de cosmopolita e serviçal do imperialismo. O Realismo socialista considerava toda a cultura ocidental como burguesa.

Apesar da forte repressão à produção teórica, o pensador húngaro não foi preso, “apenas” afastado da vida cultural húngara e coagido a fazer mais uma autocrítica “formal”. Lembrando que a repressão à produção teórica de Lukács é bem anterior. Além da autocrítica contra *HCC* nos anos 1920, foi preso em 1941, no exílio da URSS, por combater o romantismo revolucionário e a defesa do que considerava realismo autêntico. Para Mészáros (2018), o movimento húngaro de 1956 foi ingênuo e chegou muito cedo, repetindo a avaliação de Marx ao movimento camponês liderado por Thomas Muntzer, teólogo alemão, que, durante a Reforma Protestante, organizou a luta camponesa contra os grandes latifundiários, sendo morto em 1525. Mészáros lembra que o último expurgo de Stálin ocorreu em 1953, um ano antes de sua morte. A memória do terror ainda estava muito viva na população. Mészáros destaca, ainda, o motivo da resistência ter surgido entre os intelectuais: a importância da literatura em todos os movimentos de resistência, desde a luta contra os turcos. Os escritores da resistência eram chamados de “populistas”, tinham grande aproximação com as massas e participavam ativamente do processo político do país, preenchendo a lacuna da liderança política.

Mészáros, corretamente, não viu mais nenhum futuro naquela experiência socialista e saiu da Hungria. Lukács, ao contrário, permanece. Em sua autobiografia, Lukács (2017) relata que, após a derrocada da Revolta, ficou detido em um campo russo, mas destacou que foi tratado com cortesia e depois liberado, retornando à Hungria em 1957, embora, sem autorização para refiliação ao Partido Comunista húngaro. Sofreu pressão para emigrar, mas recusou. Somente dez anos mais tarde, depois de apoiar, publicamente, as reformas econômicas promovidas pelo Partido é que pode retornar a ele. Lukács afirmou que acreditava nas reformas como

contributivas para a “[...] democratização do partido e renovação do marxismo” (LUKÁCS, 2017, p. 173). Na mesma autobiografia, assume que não concordou plenamente com a tentativa húngara de libertar-se do Pacto de Varsóvia⁶⁷ e apoiou a invasão dos tchecos, sob o comando russo, ao seu próprio país: “[...] assumi uma postura crítica em relação aos tchecos, mas era a atitude de um simpatizante.” (LUKÁCS, 2017, p. 176). Muitas evidências apontam que Lukács via a URSS como materialização do socialismo, ainda que incompleta. Não julgamos o mérito disso, apenas precisamos lembrar que o contexto histórico não pode ser dissociado da produção teórica em seu movimento de captura do Real. Também é preciso não confundir o socialismo histórico com o stalinismo, embora existam, historicamente, inúmeras implicações entre os dois elementos. O que Lukács defendia não era um regime, passageiro, mas o potencial de maior desenvolvimento de uma nova sociabilidade em curso, tão importante, que atrasou, de fato, a hegemonia absoluta do capitalismo, por um tempo significativo. A sociabilidade soviética obrigou, por exemplo, os gestores do capital a conceder direitos coletivos extraordinários, criando o chamado *Estado de bem estar social* para a aristocracia operária da Europa ocidental. Estado tão artificial e divergente das legalidades capitalistas, que colapsou junto com a URSS.

Continuando o breve contexto histórico da trajetória lukacsiana, destacamos a autocrítica publicada no Prefácio de relançamento de *HCC* em 1967, considerando a implicação direta com nossa categoria de estudo. Além disso, esperamos, também, que a exposição anterior da trajetória marxiana e sua apreensão teórica do Fetichismo da mercadoria facilite a compreensão do pensamento lukacsiano e seu esforço em resgatar o legado marxiano como ontologia. Como afirmamos, anteriormente, a trajetória lukacsiana também foi dividida por uma mal chamada *virada ontológica*, que, supostamente, separou o lukács-ontológico do lukács-não-ontológico. Contudo, diferentemente de Marx, foi o próprio Lukács que demarcou a cisão de sua trajetória, negando parte de sua obra, com destaque especial para *HCC*. Essa diferença demanda uma forma de análise específica, e começaremos pela negação do texto antes de apresentar o próprio texto, pois entendemos que *HCC* fala por si, e apresenta parte importante do trajeto de autoconscientização ontológica do autor. O que importa para essa investigação é identificar o impacto dessa negação no processo de aproximações sucessivas.

Praticamente, todas as críticas de marxistas ao texto de *HCC* são repetições das críticas do próprio Lukács. Nesse sentido, o ônus da prova fica para aqueles que querem resgatar

⁶⁷O Pacto de Varsóvia era a coalizão militar dos países socialistas, controlado pelos soviéticos, durante a Guerra Fria. Também era usado para manter o domínio interno das nações sob sua influência. Foi criado para contrapor-se à coalizão dos países capitalistas centrais, a OTAN. Esta última continua a postos para defender militarmente as novas ameaças ao capitalismo central, como o capitalismo chinês, russo, latinoamericano etc.

o lugar dessa obra em sua trajetória. Na pesquisa de mestrado (CARVALHO, 2017a), fizemos uma análise nessa direção. Aqui avançaremos um pouco mais. A questão que consideramos mais relevante é que o método de aproximações sucessivas força o desenvolvimento categorial para formas de elaboração muito diferentes do padrão hegemônico burguês de produção do conhecimento. Talvez, se Marx tivesse publicado todas as suas obras, teria também que dar explicações sobre o seu desenvolvimento categorial. Explicar é diferente de negar. A recusa marxiana inicial da teoria do valor nos textos de juventude, é uma evidência importante. Não se pode excluir os textos marxianos de juventude por esse motivo. As formulações abstratas vão se enriquecendo com as determinações apreensíveis pelo processo histórico e o que vai ficando para trás não são erros, no sentido positivista do termo. Imagine se deixássemos de ler os *Manuscritos* marxianos de 1844 por que lá existe apropriação limitada da economia política? Da mesma forma, apesar das diversas limitações categoriais, *HCC* é o marco que recoloca as principais categorias do método onto-histórico marxiano, a Alienação, a Totalidade e a Dialética, como unidade real do devir, a bússola do percurso histórico-formativo, ontológico. Lukács enfatiza isso textualmente:

[...] sem dúvida, um dos grandes méritos da *História e consciência de classe* foi ter restituído à categoria totalidade, que a ‘cientificidade’ do oportunismo socialdemocrata empurrara totalmente para o esquecimento, a posição metodológica central que sempre ocupou na obra de Marx. [...] surgia em mim um exagero hegeliano, porquanto opunha a posição metodológica central da totalidade à prioridade da economia: [...] Esse paradoxo metodológico acentua-se ainda mais porque a totalidade era vista [por ele mesmo] como a portadora categorial do princípio revolucionário da ciência. [...] Sem dúvida, esses paradoxos metodológicos desempenharam um papel relevante e muitas vezes até progressista na influência exercida pela *História e consciência de classe*. Afinal, o recurso à dialética de Hegel significa, por um lado, um duro golpe contra a tradição revisionista; já Bernstein queria eliminar do Marxismo, em nome da ‘cientificidade’, tudo aquilo que lembrasse principalmente a dialética hegeliana. E mesmo seus adversários teóricos, sobretudo Kautsky, não estavam muito longe de defender essa tradição. Para o retorno revolucionário ao marxismo, era um dever óbvio, portanto, renovar a tradição hegeliana no marxismo. (LUKÁCS, 2012, p. 20-21).

A autocrítica lukacsiana não pode ser lida como simples negação de uma obra de juventude, mas como uma fonte interessante de captura do movimento do objeto, no caso de Lukács, o marxismo autêntico. Ele analisa, por exemplo, as diferenças entre o sectarismo da II Internacional (social-democracia alemã) e da III Internacional (leninista-stalinista):

[...] quando se fala do sectarismo nos anos 20, não se deve pensar naquela espécie desenvolvida pela prática stalinista. Esta pretende, acima de tudo proteger as relações de força estabelecidas contra qualquer reforma. É conservadora nas suas finalidades e burocrática nos seus métodos. O sectarismo dos anos 20 tinha, pelo contrário, objetivos messiânicos e utópicos, e os seus métodos baseavam-se em tendências fortemente antiburocráticas. As duas orientações só têm em comum o nome pelo qual são designados e internamente representam oposições hostis. (Por certo é verdade que

já na III Internacional Zinoviev⁶⁸ e seus discípulos tinham introduzido hábitos burocráticos, como também é verdade que, durante os seus últimos anos de doença, Lenin estava muito preocupado em encontrar um modo para combater a burocratização crescente e espontânea da República Soviética com base na democracia proletária. (LUKÁCS, 2012, p. 9).

Mesmo que a apresentação do Lenin histórico seja bastante romântica pela maioria dos leninistas, e a questão da burocracia seja associada, equivocadamente, somente ao stalinismo, é importante destacar a relação estabelecida entre o contexto e a capacidade do sujeito do conhecimento em apreender a realidade. O *telos*, a intencionalidade, é fator importante para compreender por que determinados elementos são captados ou não. Se em um momento da Revolução Russa se queria expandir o processo revolucionário e anunciá-lo como boa nova da luta contra a exploração e a opressão, em outro momento, o imperativo era restringir a Revolução para, supostamente, manter, a qualquer preço, o que se tinha conquistado; essa mudança no *telos* precisa ser considerada na trajetória lukasiana. O *telos* da restrição está implícito nos textos maduros, em oposição à *HCC* que defendia a expansão do movimento, como se Lukács ainda não soubesse do recuo revolucionário de Lenin em relação aos soviets. A restrição do *telos* revolucionário que passou a conduzir o processo social na URSS, ainda com Lenin vivo, precisa ser considerado na negação de *HCC*.

Lukács explica, ainda, em seu prefácio de negação, a luta para livrar-se dos pressupostos teóricos burgueses que conservava ao escrever *HCC*, em especial, os kantianos e neo-kantianos. Considera sua negação da dialética da natureza como a fonte de todos os males. Concordamos com isso. Ao negá-la, de fato, estava negando a autonomia objetiva da natureza em relação à sociabilidade mediada pelo trabalho, o que resulta em negar a própria autonomia da realidade frente à subjetividade, o que seria, portanto, anti-ontológico. Entretanto, esse equívoco não se dá de forma plena, pois sua ancoragem teórica se dá sobre o trabalho alienado, uma negatividade objetiva, por isso discordamos que *HCC* seja um texto subjetivista kantiano. Repetimos: a ancoragem de *HCC* é objetiva, portanto, ontológica. Lukács demonstra que a consciência de classe é obstruída pelo fundamento objetivo da Alienação no capitalismo, o Fetichismo da mercadoria, base da formulação categorial proposta, a Reificação. E, por isso, apreendeu apenas o trabalho alienado, e devido a essa grave lacuna, a emancipação estaria fora da relação concreta com o trabalho, restringindo-se ao plano da consciência e da luta política, e por isso, considerava que sua obra traía o marxismo. Mas vamos colocar isso no seu contexto de tentativa de expansão da Revolução Russa. Ora, o confronto direto era, somente, contra as

⁶⁸Zinoviev (1883-1936) foi um dos membros da *troika* que governou a URSS enquanto Lenin estava doente e logo após a sua morte (1922-1925), até o golpe de Stalin.

objetivações negativas do capitalismo. Não havia, nesse momento, preocupação com o outro aspecto do trabalho. E mesmo considerando as formulações teóricas, temos a extrema importância das ferramentas categoriais que ele recuperou em *HCC* (Totalidade, Dialética e Alienação, Fetichismo) que ajudam a dar o próximo passo, e sair, em definitivo, do Idealismo subjetivo de Kant e do Idealismo objetivo de Hegel. E constrói a unidade das referidas categorias, na forma de Alienação específica do capitalismo, fundada, objetivamente, pelo modo de produção. O pensador húngaro reconhece isso ao destacar que a atualidade de *HCC* está na questão central da Alienação. Suas palavras:

[...] para compreender tanto o efeito que o livro causou na época quanto sua eventual atualidade, é preciso considerar um problema de importância decisiva, que ultrapassa todas as observações de detalhe: trata-se do problema da alienação, que, pela primeira vez desde Marx, foi tratado como questão central da crítica revolucionária do capitalismo, e cujas raízes histórico-teóricas e metodológicas remontam à dialética de Hegel. [...] O que continua sendo importante, afinal, é que a alienação do homem foi conhecida e reconhecida como problema central da época em que vivemos, tanto pelos pensadores burgueses como pelos proletários, por aqueles social e politicamente de direita como pelos de esquerda. *História e consciência de classe* exerceu, assim, uma profunda influência nos círculos dos jovens intelectuais; conheço toda uma série de bons comunistas que foram conquistados para o movimento exatamente por esse motivo. (LUKÁCS, 2012, p. 23-24).

Questões metodológicas levantadas por *HCC* também são consideradas pelo autor como válidas. Lembrando que o termo “ortodoxia” empregado por Lukács, aqui, possui o seu sentido etimológico. Para alcançar o marxismo ortodoxo (correto, autêntico, original), segundo Lukács, é preciso compreender o método desenvolvido por Marx:

A presente exposição não significa que todas as ideias expressas neste livro [HCC] sejam, sem exceção, deficientes. Sem dúvida, não se trata disso. As observações introdutórias ao primeiro ensaio já oferecem uma definição da ortodoxia no marxismo que, segundo minhas convicções atuais, está não apenas objetivamente correta, como poderia ter mesmo hoje, às vésperas de um renascimento do Marxismo, uma importância considerável. (LUKÁCS, 2012, p. 29).

Lukács afirma que uma das consequências da equivocada desvinculação entre método de apreensão da realidade e a processualidade histórica, que ele reconhece ter sido aprofundada pelo stalinismo, foi a impossibilidade de construir a unidade da social-democracia alemã e partidos comunistas para o enfrentamento do fascismo/nazismo, devastador para o movimento operário. Lukács afirma textualmente, embora mantenha seu apoio à Stálin:

[...] o próprio Stalin interveio nessa situação de incerteza de maneira extremamente funesta quando declarou, em 1928, que os socialdemocratas eram ‘irmãos gêmeos’ dos fascistas. Com isso fechavam-se de vez as portas para qualquer frente única de esquerda. Embora me posicionasse a favor de Stalin na questão central da Rússia, repugnei-me profundamente essa tomada de posição. Ela não interferiu na minha decisão de abandonar gradualmente as tendências de extrema-esquerda dos primeiros

anos de revolução, tanto mais que a maioria dos agrupamentos de esquerda nos partidos europeus se convertia ao trotskismo, posição que sempre recusei. (LUKÁCS, 2012, p. 34).

A citação acima indica, claramente, que Lukács reconheceu o stalinismo como força mantenedora dos supostos ganhos da sociabilidade soviética, e se colocou contra as forças mais vanguardistas, embora aponte somente os trotskistas. Lembrando que ser trotskista era crime punido com pena capital, e, da mesma forma, defender a internacionalização e a expansão socialista. Nesse momento histórico, é compreensível o stalinismo pragmático de Lukács. Afirmou que procurou por uma terceira via entre stalinismo e trotskismo, mas fracassou na missão, e não desistiu do stalinismo. Justifica que este dominava a estrutura partidária, “[...] a exclusão do partido significava a impossibilidade de participar ativamente da luta contra o fascismo iminente.” (LUKÁCS, 2012, p. 36); por isso, trocou a luta política pela luta teórica. Explicação muito problemática para um marxista. Sabemos que, para Marx, a luta teórica é o guia da luta política. Estamos nos referindo ao período de, aproximadamente, duas décadas de luta; contra o fascismo/nazismo [1933-1945] concomitante ao domínio de Stalin [1928-1954]. Depois disso, viria a Guerra Fria, com estratégias novas de dominação capitalista e resistência conservadora dos socialistas.

Ao dedicar-se somente ao que chamou de luta teórica, estabeleceu, ele mesmo, que sua virada ontológica se deu em 1929, com as *Teses de Blum* e a descoberta dos *Manuscritos* de Marx. Sua abordagem ontológica se materializou pela primeira vez no seu texto *O Jovem Hegel*. Entretanto, afirmamos que, sem *HCC* e a recuperação das categorias marxianas da Dialética, Totalidade, Alienação e Fetichismo da mercadoria, dificilmente teria alcançado a apreensão do legado marxiano como ontologia do ser social. No final da vida, Lukács foi um pouco mais generoso com sua obra de juventude e mais feliz em apontar o limite principal:

O livro [*HCC*] possui certo valor, porque nele também foram enfrentados problemas ignorados pelo marxismo da época. É geralmente reconhecido que nele, pela primeira vez, é tratado o problema do estranhamento e é feita uma tentativa de enquadrar organicamente na concepção global do marxismo a teoria leniniana da revolução. O erro ontológico fundamental de todo livro é que eu, na verdade, reconhecia apenas o ser social como ser e rejeitava a dialética da natureza. O que falta a *História e Consciência de Classe* é a universalidade do marxismo segundo a qual o orgânico provém do inorgânico e a sociedade, por intermédio do trabalho, da natureza orgânica. E deve-se acrescentar ainda que, no conjunto da concepção social e política, [...] sectarismo messiânico tem grande participação. [...] Apesar de todos os erros, *HCC* é ainda um livro mais inteligente e melhor em relação aos vários estudos mal-alinhados que são feitos atualmente sobre Marx da perspectiva burguesa. [...] Já que no tratamento do problema da consciência de classe também estão presentes elementos idealistas e, por conseguinte, o materialismo ontológico do marxismo está menos presente do que nos trabalhos posteriores, este livro, naturalmente, também se torna acessível aos burgueses. (LUKÁCS, 2017, p. 103-104).

Além do Prefácio de autonegação, temos as cartas entre Lukács e o marxista brasileiro Carlos Nelson Coutinho, nos anos 1960. Seleccionamos uma breve sequência de comunicação entre os dois estudiosos. Coutinho (2005, p. 201) faz sua empolgada avaliação de *HCC* como “[...] um dos mais lúcidos estudos marxistas, sobretudo no que se refere à questão do Fetichismo e da Alienação.” E recebe de Lukács a seguinte resposta:

[...] gostaria, sobretudo de adverti-lo contra uma leitura acrítica de *História e Consciência de Classe*. Neste Livro, escrito há 40 anos, a alienação [*Verfremdung*] ainda é tratada no sentido hegeliano, ou seja, a reificação [*Verdinglichung*], enquanto categoria filosófica universal, compreende em si tanto a objetivação [*Vergegenständlichung*] em sentido geral quanto a alienação em sentido social específico. Isso tem como consequência que também seja posta em dúvida a objetividade das relações naturais (dialética da natureza). (COUTINHO, 2005, p. 202-203).

Coutinho reflete sobre as proposições, faz a leitura da obra lukacsiana *O Jovem Hegel*, que avalia como muito elucidativa, embora continue considerando positivamente o texto de *HCC* sobre Reificação:

[...] um estudo muito importante para a análise da dialética objetiva da sociedade reificada pelo capitalismo, mas compreendo agora como este ensaio permanece preso a algumas categorias hegelianas (em particular a identidade entre objetividade [*objectivité*] e alienação [*aliénation*]), cuja superação dialética é necessária para o desenvolvimento *materialista* do pensamento marxista. (COUTINHO, 2005, p. 204, grifo do autor).

Coutinho também pergunta qual seria o critério para considerar um autor genuinamente marxista e recebe como resposta um resumo dos pressupostos da ontologia do ser social. Lukács alerta sobre os limites do pensamento de Sartre e Goldman, elogiados por Coutinho, afirmando que eles:

[...] recusam o materialismo dialético. Eles não aceitam: a) que haja uma realidade independente de nossa consciência; b) que essa realidade tenha um caráter objetivamente dialético, que nossa consciência – livremente, não mecanicamente – reproduz; e, finalmente, c) que o homem seja ontologicamente um ser social e não que ingresse em relações sociais (independentemente da essência do seu ser-homem) somente em um segundo momento. (COUTINHO, 2005, p. 206).

Podemos extrair dessas referências à *HCC* o problema da identidade entre Alienação e objetividade, bem como a não aceitação de Goldman e Sartre sobre a anterioridade da sociedade sobre o indivíduo, fundamento inicial da apropriação ontológica do marxismo.

Considerando o desenvolvimento categorial, em si mesmo, entendemos que o empenho do autor húngaro em negar *HCC* era desestimular a leitura de sua obra mais difundida (até hoje), para que pudesse abrir passagem para sua obra de maturidade, e, com isso, completar sua missão de recuperar o marxismo autêntico, o marxismo ontológico. Além disso, excluída a

Reificação, o clamor de *HCC* para a luta por um socialismo internacionalista estava fora de contexto e criminalizado, considerado trotskista. Como sabemos, a produção do conhecimento é determinada ontologicamente, pelo modo de produção da vida material, em processo contraditório resultante de descontinuidades e continuidades históricas. Só é possível apreender o real em seu movimento com aproximações sucessivas que demandam bastante tempo e esforço. A simples autonegação da obra não é suficiente para a negação real das descobertas de sua trajetória. O cuidado a ser tomado, da mesma forma que é exigido para leitura de Marx, é compreender a construção processual das formulações categoriais e sua dinâmica frente ao movimento do objeto, sem a leitura congelada e isolada de nenhuma de suas obras. A forma reificada de produzir conhecimento dificulta ao máximo esse esforço, presa a esquemas categoriais pré-estabelecidos.

E, por fim, é preciso ressaltar que Lukács não condenou a Categoria Reificação em sua autocrítica, retomando-a em um patamar menos privilegiado na obra de maturidade. Como já afirmamos, entendemos que isso se deu pelo seu contexto histórico, desatualizado das novas estratégias do metabolismo capitalista e preso às mistificações da economia planificada soviética, já em fase decadente, aproximando-se da derrocada final. A Reificação, no contexto soviético, não era aparente, considerando que, supostamente, a economia planificada vencera o Fetichismo da mercadoria. Por isso, defendemos que sua análise da Alienação se apresentou de forma mais abstrata e, até mesmo, com indicativos discretos de ser ontologicamente insuperável para o gênero humano.

No início do último capítulo da *POSS* (2013), sobre Alienação, Lukács afirma, enfaticamente, que esta é superável por tratar-se de produto histórico; contudo, nos parece que, ao longo do texto, aparecem algumas análises que apontam a direção oposta; um exemplo é a concepção de “reificação inocente” que, praticamente, assume um grau de alienação aceitável e perpétuo, como se fosse objetivação simples, inofensiva. Sabemos que o cotidiano está repleto de objetivações simples, mas se chamarmos a isso de alienação ou reificação inocente, como propõe Lukács, desaparece o sentido original dado pelo legado marxiano de capturar os fundamentos da desrealização do ser social. Em nossa compreensão, o entendimento ontológico de Alienação, elaborado por Marx, é a inversão da relação objeto x sujeito, produzida pela apropriação privada dos meios de produção e produtos do trabalho, transformando o produtor da riqueza social (trabalhadores escravos, servos, operários etc.) em mero objeto de sua produção social. Marx focaliza sua análise na forma mais complexa dessa Alienação, consolidada na Teoria do valor, sendo o Fetichismo da mercadoria a expressão fenomenológica

do movimento da mercadoria. Trata-se de um processo essencialmente negativo, no qual o ser social não consegue desenvolver plenamente suas potencialidades, nem como gênero, nem no âmbito da individualidade. Essa inversão da relação objeto x sujeito, específica da Alienação capitalista (Fetichismo), universaliza-se como Reificação, formulada pelo Jovem Lukács. Aqui, o termo *coisa* não é sinônimo de objetivação em geral, *coisa em si*, mas de uma forma determinada de objetivação negativa que domina o sujeito. Coisificar, na sociabilidade capitalista é tornar mercadoria, é mercantilizar, uma vez que os indivíduos são apenas representantes das mercadorias, os sujeitos invertidos do capital, como já afirmara Marx. Nesse sentido, podemos dizer que, quando o sujeito social conseguir implantar o trabalho livre associado, como modo de produção genérica, passará a determinar suas objetivações. Assim, a Alienação poderá ser considerada superada, não fazendo sentido pensar em “reificações inocentes”. Apagar uma luz em sociabilidade alienada, não pode ser considerada inocente, uma vez que resulta do processo alienado de produção, que, por sua vez, reproduz uma Totalidade alienada. Só há condições reais de pensar em reificações inocentes em uma sociabilidade emancipada.

Nesse sentido, Mészáros (2011b) faz uma análise mais aproximativa das diferenças reificadoras entre a sociedade capitalista e pós-capitalista, no período da guerra fria; análise válida para o grau de desenvolvimento do capitalismo hoje, embora não use o termo reificação. Conseguiu fazer sua análise depois que saiu da Hungria soviética, acompanhando, mais de perto, o desenvolvimento do processo histórico capitalista. Ironicamente, Mészáros teve mais condições de fazer sua crítica ao capital, na sociabilidade capitalista. A precária liberdade burguesa, em tempos de *Estado de Bem Estar Social*, era mais favorável ao pensamento crítico que o pensamento único stalinista. Infelizmente, as contribuições meszarianas sobre a Reificação ficarão para pesquisas futuras.

Para concluir a breve contextualização da obra lukacsiana, destacamos que a subjetividade para a luta imediata se orienta, mais comumente, pelo passado, não pelo futuro, e tem enorme dificuldade em *por teleologicamente* uma sociabilidade radicalmente nova como o comunismo. Não há a menor possibilidade de sua implantação, pronta e acabada, mesmo com as condições objetivas postas, sem passarmos por várias tentativas. E, consciente do caráter radicalmente histórico do *por teleológico* do socialismo, Lukács insistiu em considerar a sociabilidade soviética como parte dessa construção, ainda válida e passível de elevação em seu tempo de vida.

4.2 Primeiros passos de autoconscientização ontológica de Lukács: Alienação e Reificação em *História e Consciência de Classe*

Agora apresentaremos o texto de juventude propriamente dito. Publicado em 1923, *HCC* é uma coletânea de textos escritos no processo de assimilação marxista do jovem Lukács, iniciado, formalmente, em 1918, quando tornou-se membro do Partido Comunista e impactado pela Revolução russa. Percebe-se isso no desenvolvimento dos artigos que a compõe, escritos entre 1919 e 1922. Na pesquisa de mestrado (CARVALHO, 2017a), fizemos uma apresentação geral do texto, de forma a fundamentar a análise do fenômeno que denominamos de Política de Responsabilização Docente. Aqui, aprofundaremos um pouco mais os elementos ontológicos embrionários que se desenvolveriam até a obra de maturidade.

O subjetivismo da formação kantiana inicial de Lukács, visível nas análises dos primeiros artigos, é gradativamente vencido e vai conquistando importantes aproximações das objetividades econômicas permitidas pela Categoria Reificação nesse momento. A Categoria, cunhada⁶⁹ e desenvolvida teoricamente por ele, surgiu de seus estudos marxianos sobre o Fetichismo da mercadoria. Totalmente imbuído de um desejo de apresentar a Revolução Russa como símbolo de emancipação proletária para o mundo, Lukács busca compreender os motivos do recuo revolucionário que interrompeu o espraiamento no restante da Europa. Como sabemos, na própria União Soviética pré-stalinista, o ambiente não estava mais favorável à expansão internacionalista da Revolução. Lenin fora vencido pelas forças causais da história, e, principalmente, pelas casuais, daquele movimento revolucionário. Esse é um dos problemas de apoiar a práxis revolucionária em contingências⁷⁰. Ganha-se, inicialmente,

⁶⁹O termo reificação aparece no texto de *O Capital*. Contudo, a utilização da palavra é feita de forma rarefeita, como resultante do Fetichismo da mercadoria, com o propósito de enfatizar o caráter de desumanização do humano. O foco de Marx é desvelar a gênese determinada da Alienação capitalista, deixando para os pesquisadores futuros os incontáveis e incessantes efeitos. Lukács, em *HCC*, apropria-se dessa gênese e utiliza o termo reificação para denominar o processo de universalização do Fetichismo em todos os complexos sociais. O tratamento lukacsiano eleva o termo ao *status* de categoria, desdobrada da gênese anterior legada por Marx. A nova categorização objetiva, em nossa compreensão, apresentar a reprodução do Fetichismo em todos os complexos, desvelando a Totalidade alienada do capitalismo, suas conexões reflexivas, visibilizando seus fundamentos.

⁷⁰Consideramos como contingências principais o caos da derrota russa na Primeira Guerra (1914-1918), que favoreceu muitíssimo o processo revolucionário, tanto em fevereiro contra o czarismo, como em outubro contra a burguesia russa, que tentou manter a guerra. Os trabalhadores queriam a saída do conflito, o que fortaleceu os bolcheviques, levando-os ao controle do movimento. Da mesma forma, a contingência da morte precoce de Lenin, nos primeiros anos revolucionários, prejudicou o ganho inicial. O poder passou para um grupo de dirigentes e os soviets, já enfraquecidos, foram rapidamente neutralizados, mesmo antes do stalinismo. Como o critério de verdade é a história, podemos dizer que o anarquismo teve sua parcela de acerto, ao profetizar que excesso de controle das vanguardas sobre as massas proletárias produziria lideranças autocráticas e diminuiria o protagonismo da classe. Contudo, precisamos considerar que a análise de Lenin sobre a viabilidade da revolução em países pouco desenvolvidos, que ele denominou de elo fraco da corrente, devido à universalização das

realiza-se o quase impossível, mas não se sustenta por muito tempo. As casualidades são importantes para alavancar movimentos. Seu peso histórico, contudo, termina aí, ficando a experiência para novas tentativas. Sabemos que Lenin foi um grande teórico da revolução e buscou aplicá-la; além disso, dedicou mais de uma década à organização da classe; mas, é preciso pontuar que foram eventos imprevistos que garantiram as conquistas iniciais naquele momento, em confronto com as dificuldades objetivas para manter o processo revolucionário socialista em uma sociedade semifeudal, de maioria camponesa. Somente uma parte do Império russo estava integrado ao capital. Com o fracasso da Revolução alemã (1918-1919), o enfraquecimento dos soviets e a morte precoce do líder que centralizou as decisões, tudo foi se perdendo neste processo.

O desafio maior para o desenvolvimento da consciência de classe já está, portanto, posto aqui: o confronto da consciência do ser social (subjetividade) com as causalidades (objetivações históricas) de seu tempo. Lukács não tinha condições de criticar o socialismo soviético, nesse momento, visto como a vanguarda da humanidade, e focou sua crítica, corretamente, para o fatalismo da maioria das lideranças da social-democracia-alemã, hegemônicas na II Internacional. Estas consideravam o capitalismo insuperável. E nessa direção, podemos extrair elementos que seriam, facilmente, aplicados ao nosso recuo atual, mesmo que, no jovem Lukács, as bases ontológicas estivessem pouco determinadas. Vejamos algumas delas. Logo de início, apresentamos uma citação em que Lukács expõe, com clareza impressionante, a principal dificuldade ontológica do desenvolvimento da consciência de classe do proletariado em qualquer momento da sociabilidade capitalista:

[...] como o proletariado é colocado pela história diante da tarefa de uma *transformação consciente da sociedade*, surge necessariamente em sua consciência de classe a contradição dialética entre o interesse imediato e o fim último, entre o fator individual e a totalidade. Pois, a situação concreta, com suas exigências concretas são, por sua própria essência, imanescentes à sociedade capitalista presente, encontram-se sob suas leis, estão submetidos à sua estrutura econômica. Somente quando inseridos na visão geral do processo e relacionados à meta final, esses fatores apontam de maneira

contradições objetivas do imperialismo capitalista global, também tem sua parcela de acerto. No fim, Marx é quem mais acerta. Revolução socialista *efetiva* não é possível com forças produtivas pouco desenvolvidas e sem levar as contradições do capital ao seu limite. Talvez esse limite, de uma forma geral, ainda não tenha chegado, mesmo hoje, nem para o Capitalismo central, nem para o periférico, o que explicaria todos os fracassos das tentativas socialistas até agora. Se Mészáros (2011a; 2011b) estiver correto, e os trabalhadores não conseguirem mais arrancar “concessões” do capital, em sua crise derradeira, talvez esses limites estejam próximos e possam ser apreendidos a tempo. Este é, provavelmente, o autor marxista mais engajado na compreensão ontológica desses limites, que chegarão, certamente, pelo esgotamento dos recursos. O resultado do confronto com esses limites, porém, não é certo, depende da amplitude da práxis orientada pela consciência de classe transformadora: socialismo ou barbárie, lembrando Rosa Luxemburgo. Nesse sentido, reiteramos a Categoria Reificação como uma das chaves para apreender a capacidade autoregenerativa do capital, que não é ilimitada, mas dificulta bastante a construção da nova práxis. Sua apreensão é imprescindível para acompanhar o impacto desse processo na consciência de classe.

concreta e consciente para além da sociedade capitalista e se tornam revolucionários. Para a consciência de classe do proletariado, porém, subjetivamente, isso significa que a relação dialética entre o interesse imediato e a influência objetiva sobre a totalidade da sociedade é transferida *para a própria consciência do proletariado*, em vez de desenrolar-se – como para todas as classes anteriores – como um processo puramente objetivo para além da consciência (adjudicada). A vitória revolucionária do proletariado não é, portanto, como para as classes anteriores, a realização imediata do ser socialmente dado da classe, mas, como já reconhecera e enfatizara vivamente o jovem Marx, é *seu auto-aniquilamento*. (LUKÁCS, 2012, p. 176-177, grifos do autor).

Lukács busca mostrar que a revolução operária é diferente da revolução burguesa. O proletariado precisa ter consciência que está fazendo uma revolução de toda a sociabilidade, tem que superar sua própria condição de proletário, e não apenas lutar por melhores condições de vida; mas, ao mesmo tempo, não pode deixar de lutar por suas necessidades imediatas. E podemos acrescentar: a revolução burguesa resultou de uma tendência objetiva de evolução das forças produtivas já estabelecidas pelas contradições do desenvolvimento feudal, assim, bastava acelerar a lógica desse desenvolvimento, pois seu fundamento apenas aprofundou a divisão do trabalho e apropriação privada dos meios de produção que existia de forma incipiente na feudalidade. A burguesa revoluciona o modo de explorar e se apropriar da riqueza social criada pelo trabalho, em patamar mais severo, mais eficiente e mais dissimulado do que os modos de produção anteriores. Explicitado somente na Totalidade de sua reprodução. E, mesmo com o poder econômico, precisou fazer uma violenta e longa revolução política para vencer em definitivo a sociabilidade feudal. A burguesia, portanto, não tinha como superar, mesmo que quisesse, a Alienação em sua essência, ou seja, pela lógica de seu modo de produção, pela subordinação do Trabalho ao capital. O proletariado, para se emancipar, precisa superar a Alienação primordial e não apenas vencer a burguesia e instaurar seu próprio Estado, sua dominação de classe. As tentativas do socialismo histórico comprovam isso. O proletariado precisa recompor a unidade autêntica da relação objeto x sujeito, não só na consciência, mas na prática, ou seja, controlar livremente o processo global de produção; precisa ser o proprietário coletivo de sua produção, não individual, mas genérica. Lukács, ao identificar o fundamento da Alienação no Fetichismo da mercadoria, já identificou, portanto, o fundamento objetivo e subjetivo que dificulta a formação da consciência de classe necessária ao processo revolucionário total. A saída desse processo de Alienação, por outro lado, precisa da identificação do trabalho concreto fundante para se chegar ao trabalho livre associado, não apreendido por Lukács, nesse momento.

Por conta da precoce “intuição” ontológica sobre a prioridade de superar o Fetichismo, *HCC* insiste no desenvolvimento da consciência de classe em camadas cada vez

mais amplas do proletariado, com o intuito de expandir o processo revolucionário. E mesmo com escorregadas subjetivistas, faz enorme esforço para ancorar esse desenvolvimento na práxis, como unidade dialética entre pensar e fazer, que ajudará o proletariado a apreender a Totalidade. Enfatizou, inclusive, que, para a burguesia, práticas isoladas eram favoráveis à sua reprodução; já para o proletariado, era extremamente prejudicial. Apontava o fundamento econômico como o catalisador para elevar a consciência proletária:

[...] o fundamento econômico de uma crise mundial, por exemplo, constitui, seguramente, uma unidade, e como tal, pode ser compreendido, economicamente, como uma unidade. [...] mesmo que o reflexo correspondente na consciência psicológica imediata dos trabalhadores tenha um caráter isolado, hoje [anos 1920] já é possível e necessário ir além dessa consciência; e essa necessidade é sentida instintivamente por camadas cada vez mais amplas do proletariado. (LUKÁCS, 2012, p.181-182).

Ao contrário da autocrítica, acusando a si próprio de mais idealista que Hegel, Lukács cita uma carta de Marx de 1843 sobre a consciência proletária ser imanente ao seu desenvolvimento prático. E, também, ao contrário da autocrítica, não considerava o cotidiano um negativo absoluto, uma instância exclusivamente alienada, destacando, da mesma carta, a orientação marxiana para valorizar as “[...] pequenas lutas do mundo.” (MARX, 1957 *apud* LUKÁCS, 2012, p. 186). Ciente de que a imediatez não conduz, por si mesma, a apreensão da Totalidade. Lukács afirma nesse texto que existem “gradações” de consciência de classe, tratando-se, não só, de diferenças nacionais, mas de diferenças no interior das camadas proletárias. Afirma que acertam na luta econômica, mas se mantêm utopistas no plano político, e até burgueses, no plano cultural:

[...] essa estrutura revela-se de maneira ainda mais flagrante em todos os domínios em que o desenvolvimento social não se expandiu o suficiente para produzir, a partir de si mesmo, a possibilidade objetiva de uma visão da totalidade. [...] essas gradações são, portanto, necessidades históricas objetivas. (LUKÁCS, 2012, p. 189).

Embora não tenhamos concordância que a luta desse tempo tenha acertado economicamente, o importante a destacar é que a elaboração acima é muito próxima do que o pensador húngaro denominará, em sua obra madura, de “graus de apreensão” da realidade. O jovem pensador húngaro ressentia-se do desinteresse dos marxistas em investigar a estratificação desses graus no interior do proletariado, o que ajudaria a compreender melhor as dificuldades de apropriação teórica pelas massas. Essa preocupação continua viva em *POSS*. E, sem o saber, afronta o leninismo, defendendo que a consciência proletária não pode se limitar à capacidade de algumas mentes geniais para conduzi-la. Talvez, seja o motivo mais forte para a condenação do texto lukacsiano pelos soviéticos nos anos 1920:

[...] levanta-se sempre a questão da realização efetiva da possibilidade objetiva da consciência de classe. Se antes essa era uma questão apenas para indivíduos extraordinários [...], hoje ela é uma questão real e atual para toda a classe: é a questão da transformação interna do proletariado, do seu desenvolvimento em direção ao nível de sua própria missão histórica e objetiva. Uma crise ideológica, cuja solução só será possível com a solução prática da crise econômica mundial. (LUKÁCS, 2012, p. 190).

Embora, em muitas outras passagens, Lukács posicione-se como fervoroso defensor da condução severa das massas proletárias pelo partido único, encontramos mais afrontas inconscientes ao leninismo, fazendo a defesa dos conselhos operários como uma das ferramentas mais importantes para elevação da consciência de classe. Mesmo com relato extenso, precisa ser apresentado aqui:

[...] o simples fato de cada revolução proletária ter produzido – de maneira cada vez mais intensa e consciente – o órgão de luta de todo o proletariado, que evolui em órgão estatal, o conselho operário, é um sinal, por exemplo, de que a consciência de classe do proletariado está prestes a superar vitoriosamente o caráter burguês de sua camada dirigente. [...] o conselho operário revolucionário, que nunca deve ser confundido com sua caricatura oportunista, é uma das formas pelas quais a consciência da classe proletária lutou incessantemente desde seu nascimento. Sua existência, seu desenvolvimento permanente mostra que o proletariado já está no limiar de sua própria consciência e, assim, no limiar da vitória. Com efeito, o conselho operário é a superação econômica e política da reificação capitalista. Assim como, na situação posterior à ditadura, ele deve superar a divisão burguesa de legislação, administração e jurisdição, na luta pelo poder ele é chamado a reunir, de um lado, a fragmentação espacial e temporal do proletariado e, de outro, a economia e a política, numa unidade verdadeira da ação proletária, ajudando então a reconciliar a cisão dialética entre interesse imediato e objetivo final. [...] *O proletariado se realiza somente ao negar a si mesmo, ao criar a sociedade sem classes levando até o fim a luta de classes.* A luta por essa sociedade, em que a ditadura do proletariado não passa de uma fase, não é uma luta somente contra o inimigo exterior, a burguesia; é também, ao mesmo tempo, a luta do proletariado *consigo mesmo*: contra os efeitos devastadores e aviltantes do sistema capitalista sobre sua consciência de classe. [...] O proletariado não deve temer nenhuma autocrítica, pois somente a verdade pode trazer sua vitória, e a autocrítica deve ser, por isso, seu elemento vital. (LUKÁCS, 2012, p. 190-191, grifos do autor).

Pelo contexto apresentado, podemos dimensionar o tamanho dessa afronta, na fase pós-revolucionária soviética. Valorizar os conselhos que dariam autonomia para as massas proletárias se libertarem de dirigentes autocráticos fantasiados de líderes operários? Lukács referia-se somente aos reformistas da II Internacional. Mas a crítica era muito mais reveladora da III Internacional. Aparentemente, Lukács não tinha consciência disso. Esse fragmento de *HCC* foi escrito em 1920, contudo, publicado somente em 1923. E aí, a situação é outra. A dissolução dos conselhos e do protagonismo proletário foi obra do próprio Estado soviético, como já destacamos. As lideranças bolcheviques “esqueceram” o que já sabiam: a ditadura do proletariado, e, portanto, o Estado, mesmo se declarando “proletário”, precisava também ser superado. E o convite para a autocrítica permanente, tão defendida por Lenin nos confrontos pré-revolucionários? Nenhum de seus discípulos lembraram disso ao disseminar o leninismo.

Vejam a complexidade do contexto. O que Lukács não tinha como saber, até aquele momento, era que provocar reflexões antidogmáticas poderia custar não só a permanência no Partido, mas a própria vida, como aconteceria, brevemente, para muitos críticos internos. Entendeu rapidamente, e fez suas autocríticas.

Foi acusado de subjetivista e acabou assimilando a crítica para si mesmo, processo comum na lavagem cerebral stalinista, como sabemos. Para o jovem Lukács, a questão da subjetividade não é questão de desejo, dissociada das questões objetivas; por outro lado, a objetividade não tem domínio exclusivo sobre o devir, principalmente, o devir orientado para a emancipação, com *telos* definido, capaz de forçar causalidades ao seu limite, e não apenas permanecer reativo à violência do capital. O jovem Lukács consegue isso por já ter um ponto de partida ontológico, a Totalidade. A Teoria marxiana, portanto, já é tratada como unidade teoria-prática, com impacto direto para a construção de um devir específico, e não um catecismo a ser repetido, sem confronto com a materialidade histórica. O pensador húngaro afirma: “[...] trata-se, antes, de investigar, tanto na teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução.” (LUKÁCS, 2012, p. 64-65, grifo nosso). Lukács aponta que a dissociação teórica da ação pode até ser apropriada pelas massas, mas servirá apenas como exortação para a luta, não servirá para práxis reflexiva, realmente útil à ação. No texto de maturidade, *POSS*, o pensador húngaro dedicará muitas páginas ao *por teleológico* que, para se realizar, precisa do conhecimento cada vez mais perfeito das causalidades. Isso já está posto, embrionariamente, em *HCC*:

[...] apenas tal relação da consciência com a realidade torna possível a unidade entre a teoria e a práxis. Para tanto, a conscientização precisa se transformar no *passo decisivo* a ser dado pelo processo histórico em direção ao seu próprio objetivo (objetivo este constituído pela vontade humana, mas que não depende do livre-arbítrio humano e não é um produto da invenção intelectual). Somente quando a função histórica da teoria consistir no fato de tornar esse passo possível na prática; quando for dada uma situação histórica, na qual o conhecimento exato da sociedade tornar-se para uma classe, a condição imediata de sua autoafirmação na luta; quando, para essa classe, seu autoconhecimento significar, ao mesmo tempo, o conhecimento correto de toda a sociedade; quando, por consequência, para tal conhecimento, essa classe for, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento e, portanto, a teoria interferir de modo *imediate* e *adequado* no processo de revolução social, somente então a unidade da teoria e da prática, enquanto condição prévia da função revolucionária da teoria, será possível. (LUKÁCS, 2012, p. 65-66, grifos do autor).

A teoria para o jovem Lukács, tal e qual para Marx, não é um dogma, uma apropriação congelada no tempo, é viva, dinâmica, para continuar acompanhando o movimento do objeto. Teoria é a própria apreensão do objeto em movimento, portanto, dizer

que o materialismo histórico é teoria social não se opõe ao seu caráter ontológico. Com este fundamento, Lukács defendia a sobrevivência do processo revolucionário, mesmo que, no confronto com os limites causais, o avanço socialista fora derrotado nos demais países Europeus (destaque para fracasso da revolução alemã 1918-1923 e a Revolução húngara de 1919); lembrando que nesta última, o pensador participou diretamente. Paradoxo que valorizava, exponencialmente, os ganhos da Revolução russa como luz do mundo. Na imediatividade histórica, a Revolução parecia mesmo uma vitória retumbante de uma nova sociabilidade conquistada somente pelos soviéticos. Com eventos tão extraordinários em uma terra tão complexa e pouco conhecida. Uma Rússia quase destruída pela maior guerra de todos os tempos até ali, levantar-se contra o czarismo milenar e contra a face bélica estrondosa do capitalismo imperialista em plena ascensão. Tamanho custo humano não poderia mesmo ser desperdiçado e precisava ser protegido a todo custo. Ainda assim, pelos meios que encontrou, Lukács não desistiu de cumprir a tarefa da crítica ao que ainda precisava ser superado na nova sociabilidade.

Em seu debate explícito com o que chamou de marxismo vulgar da II internacional (Bernstein, em especial), e no debate implícito com o marxismo soviético, que, muito em breve, se constituiria como mais vulgar ainda, se apoiou em algumas sínteses metodológicas de Engels e apresentou uma delimitação embrionária da teoria do reflexo:

[...] no método dialético, a rigidez dos conceitos (e dos objetos que lhes correspondem) é dissolvida, que a dialética é um processo constante da passagem fluida de uma determinação para outra, uma superação permanente dos contrários, que ela é sua passagem de um para dentro do outro; que, por consequência, a causalidade unilateral e rígida deve ser substituída pela ação recíproca. Mas o aspecto mais essencial dessa ação recíproca, a *relação dialética do sujeito e do objeto no processo da história*, não chega a ser mencionado, e muito menos colocado no centro (como deveria sê-lo) das considerações metodológicas. Ora, privado dessa determinação, o método dialético (malgrado a manutenção, puramente aparente, é verdade, dos conceitos ‘fluidos’) deixa de ser um método revolucionário (LUKÁCS, 2012, p. 67, grifos do autor).

A relação recíproca entre causalidades e finalidades, objetividade e subjetividade é imprescindível para superação dogmática de qualquer ordem, retirando a categoria Totalidade tanto da dimensão objetivista de estruturalismos econômicos sem sujeito, bem como, da dimensão subjetivista que considera a Totalidade apenas uma abstração intangível, resíduo idealista, e assim por diante. A recuperação da teoria marxiana do reflexo, mediada pela apropriação leniniana, é um dos feitos mais importantes na obra madura do autor, ao explicitar, exaustivamente, a relação teleologia-causalidade. Sem isso, não é possível apreender a ontologia do ser social em suas bases marxianas. Esse processo começa em *HCC*; são análises

tão intuitivas, que mesmo recusando a dialética da natureza, considerando-a como mistificação engelsiana, equívoco que corrigirá posteriormente, Lukács consegue extrair o caráter reflexivo, mesmo sem compreender ainda a determinação principal.

Diferente de tantos outros leninistas de ocasião, Lukács levou a sério as orientações de Lenin sobre a importância de retornar a Hegel para compreender Marx e os cuidados com o empirismo. O estudo de Hegel, orientado pelos *Cadernos filosóficos* de Lenin, ajudou Lukács no resgate do Marx ontológico, apesar de todos os limites práticos da Revolução russa:

[...] o caráter fetichista da forma econômica, a reificação de todas as relações humanas, a extensão sempre crescente de uma divisão do trabalho, que atomiza abstratamente e racionalmente o processo de produção, sem se preocupar com as possibilidades e capacidades humanas dos produtores imediatos, transformam os fenômenos da sociedade e, com eles, sua apreensão. Surgem fatos “isolados”, conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito, etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico. Sendo assim, pode parecer particularmente “científico” levar até o fim e elevar ao nível de uma ciência essa tendência já inerente aos próprios fatos e sistemas parciais isolados e isolantes, a dialética, além de insistir na unidade concreta do todo e desmascarar essa ilusão, produzida necessariamente pelo capitalismo, atua como uma simples construção. (LUKÁCS, 2012, p. 72-73).

O autor húngaro demonstra que o problema não está na experiência em si mesma, mas na compreensão da experiência como única fonte de verdade, uma vez que se trata de um fragmento ininteligível, quando dissociado da Totalidade. O todo desvela o fundamento econômico do Fetichismo da mercadoria espalhado pela Reificação de todas as relações sociais, que na obra de maturidade, serão melhor determinadas como complexos sociais. Lukács dedica muitas linhas sobre isso no texto de juventude. Dessa forma, as ciências particulares burguesas, que se orientam pela fragmentação empirista, só podem resultar em pseudociência, em cientificismo. Esta ciência burguesa é decadente. Imagine o discernimento desse confronto no auge da divinização da ciência no começo do Século XX. Podemos incluir aqui, o taylorismo utilizado pelo regime soviético, sem nenhuma mudança na forma de produção fabril que apontasse, no horizonte, o desenvolvimento do trabalho livre associado. Não é uma simples questão de recompor a cisão sensível e suprassensível, como faz Habermas (1968), por exemplo, no seu texto clássico *Técnica e ciência como ideologia*. Como este pensador frankfurtiano não tem a ancoragem ontológica necessária, lamentavelmente, identifica trabalho com técnica, negando-o como elemento fundante, perdendo-se no labirinto do pensamento burguês. Lukács, ao contrário, faz sua crítica ao caráter alienado do trabalho como fundante da Alienação total da consciência de classe pelo Fetichismo da mercadoria. Infelizmente, enfatiza excessivamente os elementos do pensamento, o neopositivismo

empirista burguês, preocupado com a fragmentação interna de todos os âmbitos científicistas. Apesar desse limite, Lukács está consciente de que a base do fenômeno é objetiva, apontando que essa fragmentação da realidade e do pensamento é Reificação, desdobramento do Fetichismo da mercadoria para a consciência social. Como o ponto de partida já era, ontológico, o trabalho alienado como fundamento objetivo das cisões históricas, sua trajetória investigativa o conduziria, mais tarde, ao trabalho concreto como elemento fundante.

Em *HCC*, Lukács denuncia a “inexatidão científica” de considerar reais e universais os fatos e os fenômenos condicionados pela historicidade capitalista, como se fossem fatos e fenômenos “puros”, a-históricos, verdades imutáveis. Esse baixo grau de apreensão resultante da sociabilidade burguesa contaminou o marxismo hegemônico da II Internacional, que passou a recusar a Dialética e a Totalidade;

[...] tão logo o método dialético e, com ele, o predomínio metódico da totalidade sobre cada aspecto foram abalados; tão logo as partes deixaram de encontrar no conjunto seu conceito e sua verdade e, em vez disso, o todo passou a ser eliminado da investigação como não científico ou reduzido a uma simples ‘ideia’ ou a uma ‘soma’ das partes, a relação reflexiva das partes isoladas apareceu como uma lei intemporal de toda a sociedade humana. (LUKÁCS, 2012, p. 78).

Marx denunciou a deformação do legado hegeliano, em especial a dialética, realizada pela maioria dos jovens hegelianos, por temor das massas, como vimos na análise da *Sagrada Família*. No contexto lukacsiano, Hegel fora suplantado pelo neokantismo, base do neopositivismo, um recuo inacreditável da Consciência do ser social. Processo facilitado pelas deformações da dialética disseminadas por aqueles que, supostamente, defendiam o legado hegeliano. Por isso, a orientação de Lenin para recuperar Hegel era tão importante.

Paradoxalmente, Lukács não poderá fazer a mesma advertência teórica para o marxismo hipervulgar do stalinismo, sob pena de ruína, colocando-se em uma posição oscilante de defesa e crítica extremamente problemática para compreensão de algumas de suas formulações teóricas. *HCC* nos dá alguns elementos para capturar o Lukács do período pré-stalinista. Quanto ao Lukács do período stalinista, paralelo a algumas defesas registradas em entrevistas pelo próprio autor, e a estranha lacuna temporal que escamoteou as condições de sua sobrevivência em solo soviético; o que parece evidente é que, mesmo defendendo práticas stalinistas, o marxismo teórico lukacsiano não é stalinista. O que é uma ótima notícia para os pesquisadores, mas é preciso considerar que gera um problema para a unidade teoria-prática. Em algum momento isso terá que ser enfrentado. Não fizemos o ajuste de contas necessário com essa herança maldita, e existem revisionistas e movimentos crescentes de reabilitação da

figura de Stálin. Além do velho e improdutivo antagonismo entre stalinistas e trotskistas⁷¹. O marxismo atual ainda é predominantemente vulgar enquanto não recuperar a Totalidade e insistir na sua apreensão mais aproximativamente possível, para que veja o estorvo do stalinismo com mais clareza⁷². *HCC* tenta demonstrar o requisito da recuperação da Totalidade para avançarmos, de forma enfática:

[...] a questão da compreensão unitária do processo histórico surge necessariamente com o estudo de cada época e de cada setor parcial, entre outras coisas. E é aqui que se revela a importância decisiva da concepção dialética da totalidade, pois é inteiramente possível que alguém compreenda e descreva de forma correta os principais pontos de um acontecimento naquilo que ele realmente representa, em sua verdadeira função no interior do conjunto histórico ao qual pertence, [...] a categoria da totalidade não reduz, portanto, seus elementos a uma uniformidade indiferenciada, a uma identidade; a manifestação de sua independência, de sua autonomia – autonomia que eles possuem na ordem de produção capitalista – só se revela como pura aparência na medida em que eles chegaram a uma inter-relação dialética e dinâmica e passam a ser compreendidos como aspectos dialéticos e dinâmicos de um todo igualmente dialético e dinâmico. (LUKÁCS, 2012, p. 83-84).

A crítica lukacsiana à II Internacional servia igualmente ao leninismo-stalinismo, mesmo que Lukács não tivesse consciência disso, na efervescência daqueles tempos. E acrescentamos: a paralisia do movimento revolucionário perpetrado pela dissolução dos *soviets* e a ideologia sufocante do *comunismo em um só país* foram tão ou mais danosas quanto o reformismo da social-democracia alemã, muito mais plural, se comparado ao stalinismo. O que nos remete a procurar as causalidades, não somente nas decisões perversas de lideranças, mas nas condições objetivas que inviabilizaram o movimento operário nas duas direções, sem diminuir a responsabilidade dessas lideranças. Ao contrário do que afirmou em sua autocrítica, em *HCC*, Lukács consegue entender a economia como momento predominante e o conhecimento dela pelo proletariado como fundamental para capturar as determinações do processo histórico, os subjetivos e objetivos, que se autonomizaram frente ao sujeito, enfim, apreender a Reificação:

[...] o fato de que em toda categoria econômica se revela uma determinada relação entre os homens num determinado nível de sua evolução social e de que essa relação se torna consciente e conceitual faz com que o movimento da sociedade humana

⁷¹Em 2016, por exemplo, jovens militantes brasileiros, ditos comunistas, defenderam que “Stalin matou foi pouco!”, em referência ao assassinato dos supostos inimigos. A ironia trágica é que Stalin foi o maior promotor da memória áurea de Trotsky ao assassiná-lo. Não é novidade que pessoas martirizadas tenham suas ideias perenizadas, sem julgar o mérito delas. Contudo, é muito preocupante quando vemos jovens vermelhos defendendo regimes infames, que foram derrotados historicamente, sem promover nenhum vestígio de trabalho livre associado. O que demonstra, lamentavelmente, que ainda não aprendemos o suficiente com o processo vivido. (LIMA; K, 2016). Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Stalin-matou-foi-pouco-e-PicBadge-de-militantes-do-PCB-no-Facebook>.

⁷²Fazemos referência somente ao stalinismo, pois este se materializou historicamente, diferente do trotskismo, que não teve a mesma oportunidade.

possa, enfim, ser compreendido em suas leis internas e, ao mesmo tempo, como produto dos próprios homens e das forças que surgiram de suas relações e escaparam do seu controle. (LUKÁCS, 2012, p. 88).

Segundo Lukács, a principal crítica de Marx a Hegel reside na incapacidade de seu sistema teórico não ter conseguido superar “[...] efetivamente a dualidade do pensamento e do ser, da teoria e da práxis, do sujeito e do objeto.” (LUKÁCS, 2012, p. 89-90). Por outro lado, Marx preservou e desenvolveu a dialética da história hegeliana. Hegel conseguiu apreender a consciência e seu substrato, as forças motrizes da economia, mas atribuiu à primeira o momento predominante. Lukács afirma, ainda, que o fracasso hegeliano em apreender a Totalidade concreta, que sabemos ser outro nome para o Ser, facilitou o retorno a Kant, no século XX. Na obra de maturidade, esse processo será aprofundado. Da mesma forma, aprofundará o desdobramento objetivo da universalização das formas capitalistas que tornará discernível o ser Social, já posto em *HCC*:

O capitalismo derruba todas as barreiras espaciais e temporais entre os diferentes países e domínios, do mesmo modo que os muros de separação jurídica entre os estados. Em seu universo de igualdade formal entre todos os homens, desaparecem cada vez mais aquelas relações econômicas que regularam as trocas materiais imediatas entre homem e natureza. O homem torna-se – no verdadeiro sentido da palavra – ser social. A sociedade torna-se a realidade para o homem. [...] Desse modo, somente no terreno do capitalismo, da sociedade civil, é possível reconhecer a sociedade como realidade. Contudo, a classe que se apresenta como agente histórico dessa revolução – a burguesia – cumpre ainda inconscientemente essa função; as formas sociais desencadeadas por ela e que a levaram à supremacia parece opor-se a ela como uma segunda natureza, porém, mais desprovida de alma e mais impenetrável do que aquela do feudalismo. (LUKÁCS, 2012, p. 96).

A questão da segunda natureza é imprescindível para compreender a Reificação como Totalidade alienada, força hostil relativamente autônoma, mas que pode ser superada pelos trabalhadores, potenciais criadores dos mecanismos que podem levar à dissolução. E junto com esses embriões teóricos, aparece o que consideramos o principal limite de *HCC* e que será corrigido de forma muito feliz em *POSS*, que é a identidade sujeito-objeto:

[...] o proletariado é o sujeito cognoscente desse conhecimento da realidade social total. Mas não é um sujeito do conhecimento no sentido do método kantiano, em que o sujeito é definido como o que não pode jamais tornar-se objeto. Não é um espectador imparcial desse processo. O proletariado não é somente parte ativa e passiva dessa totalidade; a ascensão e a evolução de seu conhecimento, de um lado, e sua ascensão e evolução no curso da história, de outro, são apenas dois aspectos do mesmo processo real. (LUKÁCS, 2012, p. 99).

A equivocada identidade sujeito-objeto, extraída por Lukács da leitura juvenil de Hegel, é resultante da ausente mediação do trabalho fundante. Com suas leituras marxianas iniciais até ali, apreendera apenas o trabalho alienado, referência negativa que não possibilitava proposições de formas reais de desalienação. Nesse sentido, a mediação possível, naquele

momento, para o pensador húngaro, era a consciência, capacitá-la para desvelar o trabalho alienado e o Fetichismo da mercadoria; o jovem pensador não alcançou, nesse momento, a Totalidade concreta desdobrada de sua substância. Ou seja, ele apreendeu a base objetiva da Alienação (trabalho abstrato), mas não apreendeu a base objetiva que precisa ser acessada para superar a Alienação (trabalho concreto). Os elementos ontológicos estão postos, mas sem condições de desenvolvimento. Apesar do limite, a análise lukacsiana em *HCC* esforça-se para não se descolar da práxis e não cair no *dever ser* da ética kantiana, inócua para a emancipação, da qual lutava para desvencilhar-se. Lukács sabe que precisa encontrar a práxis, mas não sabe, ainda, como fazê-lo:

[...] a meta final não é um estado que aguarda o proletariado ao termo do movimento, independente deste e do caminho que ele percorre, como um ‘estado futuro’; não é um estado que se possa, por conseguinte, esquecer tranquilamente nas lutas cotidianas e, quando muito, invocar nos sermões de domingo, como um momento de elevação oposto aos cuidados cotidianos; não é um ‘dever’, uma ‘ideia’, designada a regular o processo ‘real’. A meta final é, antes, essa *relação com a totalidade* (com a totalidade da sociedade considerada como processo), pela qual cada momento da luta adquire seu sentido revolucionário. Essa relação é inerente a cada momento exatamente no que concerne à sua trivialidade simples e prosaica, mas torna-se real somente quando tomamos conhecimento dela, o que confere realidade ao momento da luta cotidiana, manifestando sua relação com a totalidade. (LUKÁCS, 2012, p. 101).

Nesse esforço, Lukács faz mais exercícios iniciais sobre a relação entre teleologia e causalidade, demonstrando que “[...] uma decisão puramente subjetiva deva se chocar contra o poder dos fatos não compreendidos a que agem automaticamente 'segundo as leis'.” (LUKÁCS, 2012, p. 102). Faz o necessário confronto entre vontade e história, o conhecimento dos fatos como contributivo para orientar a ação revolucionária e escapar ao fatalismo da opressão universal ou do voluntarismo individualista. E, por fim, convida todos os marxistas a resgatarem o que defende ser o verdadeiro marxismo, ortodoxo:

A função do marxismo ortodoxo – a superação do revisionismo e do utopismo – não é, portanto, uma liquidação definitiva das falsas tendências, mas uma luta incessantemente renovada contra a influência perversora das formas de pensamento burguês sobre o pensamento do proletariado. Essa ortodoxia não é guardiã de tradições, mas a anunciadora, sempre em vigília, da relação entre o instante presente e suas tarefas em relação à totalidade do processo histórico. (LUKÁCS, 2012, p. 104).

Como os marxistas puderam recusar esse convite? consideravam que o resgate da Totalidade e da Dialética era um complicador no trabalho de simplificação e disseminação do marxismo para as massas trabalhadoras. Mais fácil, tanto para a social-democracia era a expressão imediata da luta de classes, na forma de confrontos menos violentos para arrancar algumas reformas do Estado burguês. E em solos soviéticos, em breve, nem essas lutas seriam possíveis. Como os trabalhadores iriam lutar contra o Estado soviético, que, supostamente, era

deles, Estado proletário? Os prejuízos dessas deformações são incalculáveis. Além disso, a Alienação fora reduzida a ser ou não ser membro de um partido comunista.

Em 1921, ainda desenvolvendo artigos de *HCC*, Lukács dá mais um passo em sua análise do complexo econômico como fundamento social e escreve um texto, que tenta conciliar o legado de Rosa Luxemburgo e o legado de Lenin, tarefa muito difícil, considerando as diferenças fundamentais entre os dois intelectuais-militantes. Essa discussão tem importância para tratar da Categoria Reificação porque há um paradoxo entre a defesa apaixonada de Lukács ao leninismo, defensor de militância profissional partidária, poder exclusivo e total de condução sobre as massas, e, sua, igualmente, apaixonada defesa da conscientização e protagonismo da massa dos trabalhadores, e a necessidade destes conhecerem os mecanismos reificadores por si mesmos. O jovem militante não percebeu a contradição, considerando que a tarefa de conscientizar, mobilizar e unificar a força dos soviets era do Partido Comunista, e este era a instância organizativa *autenticamente* proletária. Entretanto, como o próprio processo de conscientização exigia atuação prática intensa, daria muito trabalho aos leninistas conciliarem as duas variáveis, ou seja, massas conscientes dos mecanismos de reprodução social, tuteladas com o controle rígido de lideranças bolcheviques em movimento regressista de acomodação ao poder, e controle estatal do trabalho. O famoso grito de *todo o poder aos soviets* fora substituído, muito rapidamente, por *todo o poder à burocracia!* É preciso lembrar que esses eventos não eram plenamente conhecidos naquele momento, e até mesmo as barbaridades stalinistas demoraram a ser conhecidas. É preciso destacar, também, que a contradição entre consciência de classe e controle partidário não poderia ser apreendida naquele momento, porque, aparentemente, o leninismo comprovara-se pela história; afinal, os bolcheviques foram os únicos vitoriosos, enquanto que as estratégias mais espontaneístas dos espartaquistas alemães, entre eles, Rosa Luxemburgo, sofrera derrota arrasadora na tentativa de revolução alemã⁷³. Ainda, assim, Lukács, insistiu em resgatar o que considerou como contribuições

⁷³Entendemos que os pressupostos do espontaneísmo, ou o seu oposto, a tutela dos trabalhadores pelas vanguardas como causas de vitória ou derrota das experiências revolucionárias são dilemas aparentes, pois as duas revoluções [alemã e russa] fracassaram de formas diferentes e não foram considerados, devidamente, outros fatores importantes, amplamente conhecidos e mais objetivos. Destacamos, novamente, o poder bélico do Estado alemão, incomparavelmente superior ao poder bélico czarista, já demonstrado com a destruição da comuna parisiense, quase cinco décadas antes. No início do século XX, o belicismo alemão estava muito mais desenvolvido. A burguesia-aristocrática alemã preparava-se para conflitos de maior envergadura com as potências imperialistas de seu tempo, em disputa por matérias-primas e mercados. Não dá para comparar a fragilidade do exército czarista com o exército alemão. Não seria difícil eliminar organizações internas radicais, mesmo que tivessem maior porte que os espartaquistas. Além disso, a inteligência militar alemã soube desvencilhar-se do peso político de sua derrota na Primeira Guerra mundial, transferindo-a para a social-democracia. Esta última repetiu a mesma terrível aliança menchevique com as forças armadas reacionárias para deter os movimentos mais radicais de emancipação operária; contudo, no caso alemão, o plano da inteligência foi mais eficaz. As duas revoluções foram iniciadas como movimentos autênticos de trabalhadores lutando pela

válidas dessa importante militante comunista, enredada nos confrontos entre marxistas e anarquistas.

Nesse texto de 1921, antes de apresentar sua avaliação do legado de Luxemburgo, Lukács aprofunda a Categoria da Totalidade como central para o marxismo, viabilizada pela correção marxiana da dialética invertida de Hegel, não sendo admissível ao marxismo que se diz ortodoxo (correto) abrir mão dessa categoria no processo formativo das massas. E vai direto ao ponto:

[...] o princípio revolucionário da dialética hegeliana só pôde se manifestar nessa inversão e por meio dela porque a essência do método, isto é, o ponto de vista da totalidade, a consideração de todos os fenômenos parciais como elementos do todo, do processo dialético, que é apreendido como unidade do pensamento e da história, foi salvaguardado. (LUKÁCS, 2012, p. 106).

O autor continua demonstrando como a ausência da Categoria Totalidade mistifica o conhecimento da realidade produzido pela burguesia, e, nesse sentido, a vulgarização marxista perde sua capacidade crítica de apreensão do real, inviabilizando a práxis conscientemente direcionada à revolução socialista, rendendo-se à forma de pensar e produzir conhecimento da burguesia. E nunca é demais enfatizar que a Totalidade como categoria central não é uma negação da centralidade do trabalho, porque esta última é a mediação primordial da produção e reprodução social, cujo desdobramento se constitui a mediação concreta de todos os complexos. Esse grau de apreensão mais elevado se consolidará na obra madura do pensador. Em *HCC*, Lukács faz a mediação abstrata pela consciência e pelo trabalho alienado que deforma essa consciência, mas é a clareza da Totalidade como categoria central, que possibilitou chegar ao seu fundamento, o trabalho concreto. Da compreensão da Totalidade como categoria central é que extrai a forma e o conteúdo da Reificação:

[...] a categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes constitui a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova. A separação capitalista entre produtor e o processo global da produção, a fragmentação do processo de trabalho em partes que deixam de lado o caráter humano do trabalhador, a atomização da sociedade em indivíduos que produzem irrefletidamente, sem planejamento nem coerência, tudo isso devia ter também uma influência profunda sobre o pensamento, a ciência e a filosofia do capitalismo. (LUKÁCS, 2012, p. 105).

Lukács reforça que o conhecimento produzido pela burguesia jamais poderá favorecer processos formativos de consciência de classe, porque dissocia pensamento e base

emancipação e posteriormente detidos em sua radicalização pelas próprias forças internas operárias conservadoras. No final, nem a condução rígida soviética e nem a condução espontaneísta espartaquista lograram sucesso, de fato, mas devem servir para definição de novas estratégias/táticas organizativas e orientar as próximas tentativas, que certamente, virão.

concreta do modo de produção. E defende o que denominou de ciência proletária, nascida da ancoragem do conhecimento do todo. Proletária porque potencialmente emancipatória, desveladora das contradições que geram o movimento histórico; conhecimento não, necessariamente, produzido pelos proletários. Podemos intuir que este é o lugar dos intelectuais de outras classes sociais que contribuem para a causa da emancipação do trabalho. Lukács explica, também, o sujeito como ser social, embora não use a terminologia: “[...] A totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade.” (LUKÁCS, 2012, p. 107). Nesse momento, o foco está na classe que pode emancipar todas as outras classes. Somente mais tarde, no contexto da precária superação de classes do socialismo histórico, o ser social poderá surgir de forma mais inteligível na obra do pensador húngaro.

Com o reforço da Totalidade como categoria central, Lukács poderá apresentar o equívoco de críticas feitas por alguns membros da II Internacional à teoria da acumulação primitiva de Rosa Luxemburgo. Seu objetivo é colocar no mesmo nível de importância, para a recuperação do marxismo autêntico, a obra de Rosa e de Lenin. Muito ousado. Sem a compreensão do todo histórico que engendrou a acumulação de capital, não dá para compreendê-lo em movimento, e afirma, sem rodeios, que Rosa buscou retomar o trabalho de Marx de onde ele parou. Ora, sabemos que sem compreender a acumulação como movimento total não dá para compreender as crises, as guerras, a pauperização etc., como intrínsecas ao capital. Entendendo isso, fica compreensível a afirmação de que não é possível humanizá-lo. Por sua vez, sem a compreensão do capitalismo como particularidade alienada, tornada Totalidade alienada pela Reificação, engolidora de seres humanos, não dá para insistir no objetivo maior da sua superação. Está tudo interligado. Dito de outra forma: o conhecimento do capitalismo precisa ser feito ancorado na Totalidade para compreender que, mesmo sendo necessário negociações pontuais para ganhos imediatos de manutenção da vida, a única saída para o ser social é a superação definitiva desse modo de produção. Partindo disso, o pensador húngaro dedica muitas e muitas páginas de *HCC* à crítica contra os principais expoentes da II Internacional. Infelizmente, valorizou, de forma indireta, a Terceira Internacional (leninista-stalinista), sem saber que esta última seria ainda mais danosa à disseminação do pensamento marxiano ontológico, padronizando e domesticando quase todos os partidos comunistas do globo; perseguindo e silenciando, implacavelmente, qualquer dissenso com ostracismos, expulsões, prisões, torturas e mortes, dependendo do país. A II Internacional, do ponto de vista do debate teórico, ironicamente, foi muito mais rica e plural do que a Terceira, uma vez que os reformistas não tinham força política para exclusão dos adversários. Precisamos ainda estudá-

las, uma vez que, mesmo hoje, a construção da unidade do *telos* revolucionário ainda está longe de se definir, e mais difícil, ainda, de se realizar.

Vejamos o discernimento histórico que a ancoragem da Categoria Totalidade proporciona. Lukács explica que a social-democracia-alemã, ao perder essa ancoragem, perdeu de vista que sua condição específica de aristocracia operária, com melhores condições de vida, em relação aos operários da periferia do capital, não era uma situação permanente e segura. Ela extraiu apenas a imediatividade e passou a defender lutas operárias moderadas. Lukács percebe o caráter ontológico das análises de Rosa nessa direção, apontando que aquela situação mais confortável era apenas conjuntural, e não duraria, considerando os fundamentos da forma de acumulação capitalista. Daí vem o equivocado nacionalismo alemão de esquerda⁷⁴ que neutralizou o necessário internacionalismo da luta para vencer inimigo tão poderoso, o capitalismo. Essa aristocracia operária alemã passou a disseminar uma formação marxista empobrecida, incapaz de apreender a realidade, porque desprovida “[...] da categoria da totalidade, a única capaz de síntese.” (LUKÁCS, 2012, p. 123). O autor também destaca a importância que Rosa dava à teoria revolucionária para não reduzir as lutas operárias ao espontaneísmo sem direção das escaramuças anarquistas. O espontaneísmo defendido por Rosa significava, sobretudo, resguardar o protagonismo das massas de apropriações de lideranças autocráticas, ou seja, resguardar os operários sobre o seu poder de definir os objetivos revolucionários. A intencionalidade (*telos*) tinha que ser definida pelos operários; estes tinham que saber o que estavam fazendo. E aqui, o pensador húngaro tenta conciliar as reflexões de Rosa com Lenin, defendendo que a conscientização do proletariado só pode acontecer pelo Partido:

[...] na unidade dialética da teoria e da práxis, que Marx reconheceu e descreveu na luta emancipatória do proletariado, não pode haver uma simples consciência, nem como ‘pura’ teoria, nem como simples exigência, como simples dever ou norma de ação. [...] Essa forma de consciência de classe proletária é o partido. (LUKÁCS, 2012, p. 127).

E tudo começa a se complicar historicamente. Não pela defesa lukacsiana do Partido, em si, que consideramos relevante, mas pela dissolução dos conselhos operários pelo Partido único bolchevique, como se fossem estruturas incompatíveis. Infelizmente, Lukács fez a defesa da proeminência partidária, talvez para não ser expulso do partido ou por uma fidelidade ao pensamento de Lenin. Lukács acredita no partido como objetivação da vontade

⁷⁴Não confundir com o nazismo, nacional-socialista. Nas primeiras décadas do século XX, o nacionalismo foi a ideologia predominante da maioria dos grupos políticos, reacionários, conservadores ou progressistas. A social-democracia temia perder simpatizantes se não aderisse ao nacionalismo. Um exemplo de como as massas determinam as lideranças.

proletária, e já sabe, em *HCC*, que a vontade se confronta com as causalidades. O pensador húngaro apresenta citação de Engels de que nada ocorre sem uma finalidade ou intenção, mas é preciso ir além disso, e afirma que o conjunto das vontades geralmente chegam a resultados diferentes das intenções iniciais, e o mais importante é descobrir as forças motrizes das vontades. Ontologia explicitada: “[...] a essência do marxismo científico consiste, portanto, em reconhecer a independência das forças motrizes reais da história em relação à consciência (psicológica) que os homens têm delas.” (LUKÁCS, 2012, p. 135). Aqui está o caráter ontológico da autonomia do real frente ao sujeito, mas usa essa descoberta para justificar o enfraquecimento das vontades dispersas nos conselhos, que precisam ser organizadas pelo partido. Terminada essa reflexão, o autor passa para seu principal objeto de estudo nessa obra, a Categoria Reificação. Com a recuperação da Categoria da Totalidade, Lukács tem condições para recuperar o Fetichismo da mercadoria, que, naquele momento, era considerado pela maioria dos marxistas, apenas uma digressão feita por Marx, em sua obra magna *O Capital*. A Reificação é compreensível somente se o Fetichismo for compreendido como seu fundamento ontológico desdobrado na Totalidade social:

[...] o problema da mercadoria não aparece apenas como um problema isolado, tampouco como problema central da economia enquanto ciência particular, mas como problema central e estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais. Pois somente nesse caso pode-se descobrir na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa. (LUKÁCS, 2012, p. 193).

Lembramos que a desvalorização da análise do Fetichismo da mercadoria em *O Capital* perdurou até os anos 1970, com a cisão althusseriana do Marx filosófico e o Marx científico, o que evidencia a magnitude do feito do jovem Lukács em destacar o caráter ontológico do Fetichismo no início de sua trajetória de adesão ao marxismo. O pensador húngaro recupera as análises marxianas sobre a formação histórica da categoria, e explica que não é um processo superficial, mas resultante do desenvolvimento e da capilarização do metabolismo capitalista, diferente da Alienação dos modos de produção anteriores, incluindo as peculiaridades das trocas mercantis em outros tempos:

[...] a extensão da troca mercantil como forma dominante do metabolismo de uma sociedade não pode ser tratada como uma simples questão quantitativa – conforme os hábitos modernos de pensamento, já reificados sob a influência da forma mercantil dominante. A diferença entre uma sociedade em que forma mercantil é a dominante que influencia decisivamente todas as manifestações da vida e uma sociedade em que ela aparece apenas episodicamente é, antes, uma diferença qualitativa. (LUKÁCS, 2012, p. 195).

E, assim, o jovem Lukács apresenta Marx de maneira ontológica, explicitando a articulação das categorias, como a força de trabalho transformada em mercadoria torna o trabalho alienado, abstrato, objetivando-se apenas na mercadoria, reduzida ao aspecto quantitativo e autônomo, despotencializando o sujeito que a produz. Nesse processo, a mercadoria produzida pelo ser humano transforma-se em sujeito universal. Aqui aparece, claramente, a Alienação como inversão objeto x sujeito, como processo objetivo. Explica que a fragmentação do processo e do produto do trabalho humano também fragmentam o sujeito, e, portanto, sua apreensão da realidade, sua consciência, submetendo-o ao seu objeto. Esse processo de inversão se manifesta em todas as dimensões da vida social, mercantilizando toda a existência, é a Reificação. Parece óbvio, mas o debate com os próprios marxistas exigiu muita dedicação. Lukács apresentou o impacto da Alienação, objetiva, na subjetividade humana, e, por isso, foi acusado de subjetivista, weberianista, idealista, psicologista etc. E mesmo direcionando sua crítica para o reformismo e o positivismo de grande parte dos marxistas da II Internacional, em sua fase derradeira, foi o Regime soviético, defendido por ele, que mais lhe hostilizou e silenciou. Paradoxal.

Por fim, *HCC* desagradou tanto os reformistas social-democratas quanto os “vitoriosos” revolucionários soviéticos. Depois da morte de Lenin, os ex-revolucionários, agora stalinistas de ocasião, obstruem as proposições e análises do jovem Lukács, e este terá que fazer autocríticas formais para manter-se como partícipe da nova sociabilidade.

4.3 Consolidação lukacsiana da ontologia do ser social

Devido aos limites dessa investigação e ao objeto específico de estudo, faremos o salto para a obra magna de maturidade. Precisamos demarcar, contudo, que as importantes contribuições de Lukács para a redescoberta do Trabalho concreto como fundante da sociabilidade e a imprescindível explicitação do ser social, foi resultado de toda sua trajetória e muitas outras obras precisariam ser estudadas. Mas a Categoria Reificação é desenvolvida, de forma mais privilegiada, nas duas obras que destacamos aqui: *HCC* e *POSS*.

4.3.1 Crítica ao pensamento anti-ontológico do século XX

A escrita do texto *Para uma ontologia do ser social* foi concluída em finais de 1968; o autor falece em 1971, e o texto é publicado em 1976, em húngaro e italiano, e em 1984 é

publicado em alemão (NETTO, 2018). O objetivo original de Lukács era uma introdução à formulação categorial da ética em Marx. Contudo, devido à complexidade da formulação e às dificuldades objetivas cotidianas do autor, o texto se alongou e demorou a ser concluído, inviabilizando o projeto da ética. Netto destaca a inserção dessa obra no contexto de renascimento do marxismo, após a crítica oficial do stalinismo em 1956, culminando com a reintegração de Lukács ao Partido Comunista húngaro em 1967.

Lukács (2018b), na introdução da obra, demarca de forma direta o marxismo como ontologia do ser social. Afirma que os filósofos antes de Marx trataram do ser social considerando-o como dissolvido, indistinguível do “ser em geral” ou totalmente separado dele, criando a dicotomia entre *ser material* (natureza, necessidade, ser em geral) e *ser espiritual* (liberdade), o que acabou por negar o Ser como Totalidade. Estes teóricos reconheciam que o ser social estava sujeito às legalidades, mas sem considerá-las como determinação principal, e assim, a vida social tornou-se incognoscível, de fato. O autor relaciona o agravamento dessa fragmentação, na filosofia, à separação kantiana entre a crítica da razão pura e a crítica da razão prática. Lukács afirma que somente em Marx o problema ontológico é tratado de forma adequada, uma vez que capturou as determinações categoriais necessárias para apreensão do Ser, o que demandou uma ontologia geral para chegar ao ser social concreto. Lukács adverte que a ontologia geral não pode ser reduzida à teoria geral do conhecimento para preencher as lacunas da fragmentação das ciências burguesas, mas como fundamento mesmo do Ser, como um todo, em processo dialético de conservação e superação. Essa ontologia geral é, grosso modo, a natureza inorgânica e orgânica que possibilita o desenvolvimento de outra esfera do Ser, o ser humano, o ser social. Essa natureza é a base da unidade geral de todo ser, primeiro pressuposto da especificidade ontológica descoberta por Marx. Este confere “[...] posição central ao espelhamento⁷⁵ dialético da realidade objetiva.” (LUKÁCS, 2018b, p. 27). E dessa base objetiva que suporta o desenvolvimento histórico do ser social, a subjetividade encontra seu lugar na relação com a objetividade:

[...] objetivamente, o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel de *condition sine qua non* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento. E, em virtude dessa função singular na estrutura e na dinâmica do ser social, a práxis é também subjetiva e gnosiologicamente o critério decisivo de todo conhecimento correto. (LUKÁCS, 2018b, p. 28).

⁷⁵Espelhamento é traduzido em outras edições como reflexo. Não deve ser considerado como projeção idêntica da realidade na consciência. Há sempre mediações e o processo de conhecimento da realidade se dá de forma aproximativa porque o objeto não é idêntico ao sujeito e está em movimento.

Assim, a materialidade objetiva possui relação reflexiva com a subjetividade, sem relação de identidade. O Ser tem existência por si, é coisa-em-si, e, nesse sentido, o pensamento jamais irá apreendê-lo de forma absoluta, imediata, justamente, porque não são idênticos. Para o Pensamento (consciência social) apreender o Ser (a realidade, o existente autônomo) são necessárias as mediações concretas. Chegaremos nelas em breve. Esse é um ponto de superação importante da formulação de sujeito-objeto idêntico em *HCC*. Mas é preciso lembrar que a equivocada formulação hegeliana do sujeito-objeto idêntico era uma saída para a dualidade kantiana entre consciência e realidade, mediada por elementos abstratos, mas existiam mediações importantes, sendo um grau de apreensão mais elevado que o kantiano. Lukács teve que enfrentar o neokantismo. A dificuldade neokantiana em capturar as mediações cria uma profusão de teorias que o autor húngaro denominou de “unilaterais”⁷⁶, com ênfase somente em um dos elementos da relação, subjetividade ou objetividade, no qual um deles determina o outro de forma absoluta, sem reciprocidade; daí a extrema importância da recuperação lukacsiana das Categorias marxianas da Dialética, da Totalidade e da Alienação, nos estudos de juventude. Sem esse passo, dificilmente teria chegado até aqui. Acrescentamos que descobertas marxianas, recuperadas por Lukács, solucionaram o problema mais perseguido por toda a história humana: a relação concreta entre Ser e Pensamento. Solução desenvolvida somente no plano lógico, pois no plano histórico, conforme Marx explicitou, a solução prática é a constituição de novo modo de produção capaz de superar o trabalho alienado. Com essa conquista, o ser social poderá apropriar-se, plenamente, de suas objetivações.

Apesar de tamanho salto de desenvolvimento da consciência social alcançado por Marx, a dominação objetiva do metabolismo do capital conseguiu fazer o recuo teórico para o pensamento anterior à Hegel e fixar-se no dualismo kantiano. É o ser social, sua forma de reproduzir sua existência, que determina a consciência, como sabemos. O que demandou de Lukács grande empenho na crítica ao kantismo e ao neokantismo. O domínio burguês sobre a produção espiritual, como nos foi alertado por Marx e Engels, desde a *Ideologia alemã*, conseguiu, obviamente, a hegemonia de seu pensamento, expresso de forma mais adequada nas formulações kantianas e sua defesa da incognoscibilidade do Ser. Esse recuo prejudicou a disseminação do legado hegeliano-marxiano de várias formas, ora pelo reducionismo, ora pela complexificação intelectual excessiva do legado marxiano, mas, principalmente, pela kantianização, que Lukács elucidará na primeira parte de *POSS*. O pensador húngaro demonstra as mistificações criadas pelos desdobramentos kantianos do positivismo e do existencialismo;

⁷⁶Em *HCC*, Lukács já relacionara o pensamento unilateral que desagrega a Totalidade com falsa consciência.

bem como, o impacto dessas mistificações sobre o percurso formativo da consciência social, incluído o próprio desenvolvimento do marxismo.

Uma condição necessária, mas não suficiente, para superar as referidas mistificações no plano teórico-prático é observar como a práxis se constitui e se desenvolve. O cotidiano é parte fundamental desse desenvolvimento. Com a compreensão da práxis em movimento, suas tendências, como unidade dialética entre subjetividade e objetividade (teleologia/causalidade), saberemos, de forma aproximativa, o que poderá ser feito, historicamente, ou seja, dentro dos limites causais, para conduzir o devir genérico humano para a emancipação, ou não:

[...] as necessidades vitais da práxis humana, entendidas no sentido mais amplo, estão em interação com visões teóricas dos homens, sobretudo com as ontológicas. Naturalmente, essa práxis é determinada – objetivamente, em última análise – pelo ser, pelo ser social e pela *natureza* por ele mediada. Entretanto, essa práxis postula por si só, necessariamente, uma *imagem de mundo* com a qual possa harmonizar-se e a partir da qual a totalidade das atividades vitais produz um contexto pleno de *sentido*. (LUKÁCS, 2018b, p. 31, grifos nosso).

Podemos compreender a importância da Categoria Totalidade com mais clareza aqui. Na ontologia marxiana, nada se perde, nada se fragmenta; todos os elementos da existência, dos mais singulares aos mais universais, presentes no desenvolvimento do Ser estão conectados, e a realidade é o produto objetivo-subjetivo dessas conexões. Uma teoria unilateral subjetivista que refletir a “imagem de mundo” ou o “sentido do mundo”, defenderá, somente, a determinação absoluta da dimensão subjetiva, com mediações arbitrárias da vontade, do desejo, da cultura, da fé etc. Da mesma forma, uma teoria unilateral objetivista defenderá que a natureza e a economia determinam a sociedade de forma absoluta, existindo apenas o reino da necessidade direcionando a práxis; sem possibilidade, portanto, de emancipação, em qualquer sociabilidade. E lembramos que essa cisão teórica é produzida de forma objetiva pela subordinação do trabalho ao capital, que na forma capitalista se manifesta como Fetichismo da mercadoria. Lukács, contudo, não se ampara mais nesse fundamento em sua obra de maturidade. Apenas enfatiza que a fragmentação do pensamento dificulta a apreensão da realidade e facilita a dominação em qualquer sociedade de classes. Em resumo, os fragmentos do real apreendidos por subjetivistas ou objetivistas criam mistificações, porque se descolam, de forma intencional ou não, da Totalidade.

Lukács (2018b, p. 32-35) faz uma recuperação histórica do processo de desqualificação filosófica da ontologia pela religião e pela ciência burguesa. Analisa como o

cotidiano potencializa a “ontologia”⁷⁷ religiosa, tanto a relação direta com as necessidades imediatas, quanto como os desejos que transcendem o cotidiano, para explicar as dificuldades de consolidação de uma ontologia radicalmente terrena, em qualquer época. Já a “ontologia” científica-filosófica burguesa quer descobrir os espaços reais da práxis. E o conhecimento científico burguês da natureza pode evoluir concomitante à teologia. O pensador húngaro entende que o berço da ontologia é a Grécia Antiga, por não haver uma estrutura sacerdotal dogmática; disso se pode extrair a grandeza dos pré-socráticos. Até as acusações de impiedade tinham caráter mais político do que religioso. Com Platão (428-347 a.C.), vem a crise da pólis e a centralidade do problema moral, o agir correto, para salvar a pólis. O mundo é separado, um imanente e outro transcendente, chegando à mesma dualidade no cristianismo. Aristóteles (384-322 a.C.) é, segundo o autor, o contraponto terreno à Platão, embora seu motor imóvel o mantenha, em certa medida, na dualidade de dois mundos. Aristóteles dá um passo importante para descoberta do trabalho como elemento fundante:

[...] Aristóteles é o primeiro a apreender de modo aproximadamente correto, em termos filosóficos, esses nexos com o trabalho -, a observação e a elucidação do ‘finalismo’ na esfera da vida levam ‘por si mesmas’ a conceber teleologicamente também a natureza inorgânica, isto é, a procurar uma substância ou força teleológica originária por detrás das necessidades regulares dos fenômenos singulares – resultando daí também o problema do motor imóvel. (LUKÁCS, 2018b, p. 34).

Continuando sua análise, Lukács (2018b) afirma que o cristianismo é o aperfeiçoamento da necessidade religiosa de redenção e fim de mundo. Essa “ontologia” religiosa refutou, inicialmente, o cotidiano e a ciência. O geocentrismo representou a vida humana no centro determinada pelo poder de Deus. Copérnico (1473-1543), Kepler (1571-1630) e Galileu (1564-1642) derrubam o geocentrismo impondo mudanças à ontologia religiosa, o que demandou da Igreja a estratégia da dupla verdade (religiosa e científica). Aprofundada e disseminada com mais afincamento pela figura do Cardeal Belarmino (1542-1621), que entendeu o imperativo da ciência da natureza como força da burguesia, classe em ascensão, e, ao mesmo tempo, protegeu as escrituras, expressão do poder da Igreja. Lukács destaca, ainda, que os filósofos burgueses ao polarizarem com a igreja, completaram o trabalho da Renascença: Hobbes (1588-1679), Espinosa (1632-1677), Helvétius (1715-1771) e Diderot (1713-1784). Considera Berkeley (1685-1753) e Kant (1724-1804) como os filósofos que fundamentaram o cinismo da dupla verdade na fase de vitória burguesa: “[...] o elemento comum das aparições

⁷⁷Entendemos que Lukács usa o termo ontologia para a religião e ciência-filosóficas, embora sejam falsas ontologias, porque, historicamente, todo o pensamento social até a consolidação da sociabilidade burguesa, reconheciam a existência do Ser, embora divergissem sobre sua essência.

de ambos consiste em demonstrar gnosiologicamente que não é possível atribuir significado ontológico aos nossos conhecimentos do mundo material” (LUKÁCS, 2018, p.39). Nem mesmo as descobertas de Darwin conseguiram abalar esse domínio; pelo contrário, a filosofia burguesa aprofundou o que Lukács chamou de “compromisso belarminiano” criando:

[...] uma pura teoria do conhecimento, de orientação resolutamente antiontológica; pense-se como os neokantianos expurgam cada vez mais energicamente a coisa-em-si kantiana da teoria do conhecimento, pois nem mesmo uma realidade ontológica por princípio incognoscível podia ser reconhecida. (LUKÁCS, 2018b, p.40).

O positivismo atual, segundo o autor, é a universalização do neokantismo na forma de empiriocriticismo e pragmatismo, que negam a existência de uma verdade objetiva, existindo apenas “[...] posições de finalidade prático-imediatas.” (LUKÁCS, 2018b, p.42). Afirma, ainda, que a imediaticidade⁷⁸ excessiva do neopositivismo ultrapassa o neokantismo, mas é sua consequência. O neokantismo, enquanto tendência geral: “[...] pretende a eliminação definitiva de todos os critérios objetivos de verdade, procurando substituí-los por procedimentos que possibilitem uma manipulação ilimitada, corretamente operativa, dos fatos importantes na prática.” (LUKÁCS, 2018b, p. 43).

Lukács dedicou muitas páginas a demonstrar como o caráter ontológico da realidade foi dissolvido na consciência social pela aliança filosófica entre religião e ciência, e avança para recuperar dessa mesma processualidade histórica a apreensão ontológica de Hegel, desdobrada no que denominou de “falsa e verdadeira ontologia de Hegel”. Análise importantíssima para compreender a dialética de conservação e superação da filosofia hegeliana na trajetória de Marx. Nesse texto, Lukács afirma que, em resposta às contradições da razão burguesa, o Romantismo propõe o irracional, ao buscar o caminho para o passado que considera pré-contraditório, com exceção de Fichte, que vê a contradição como passagem para a razão autêntica. Hegel se localiza entre esses dois extremos e entende que a razão já está reinando e a contradição faz parte do real. A contradição seria a categoria ontológica central. As categorias hegelianas são sempre simultaneamente históricas e lógicas, em relação de identidade entre sujeito e objeto, erro repetido por Lukács em *HCC* e corrigido em *O jovem Hegel*. Hegel entende o presente como reino da razão que se constitui, ontologicamente, pela contradição, insuperável, motor do processo histórico. Hegel articula Ser e Pensamento (ontologia e gnosiologia), salto importante. Um dos seus limites teóricos é que, ao defender a sociabilidade

⁷⁸Lembramos que em *HCC*, Lukács destaca muito o problema da rendição do marxismo vulgar ao imediatismo positivista, dificultado ao proletariado compreender sua condição real de existência.

burguesa como a mais perfeita, o processo histórico-dialético (contradição) não promoveria mais a mudança, criando uma antinomia insolúvel. Lukács resume o problema:

[...] o presente pode alcançar um fundamento ontológico genuíno tão-somente enquanto ponte entre passado e futuro; todavia, se ele é a realização efetiva das potencialidades internas da dialética precisamente em sua realidade e por causa de sua realização, então o processo teria de terminar; e aquilo que até esse momento aparecia como motor ontológico da realidade deve frear o próprio movimento para a frente, orientado para o enriquecimento interior, para se converter em simples momento da própria autoreprodução. (LUKÁCS, 1979a, p. 11-12).

Assim, o novo não seria mais possível além da sociedade burguesa, pois a emancipação já fora alcançada. Hegel eternizou o capitalismo, criador de novas formas de reprodução, mas mantenedor de sua substância, de seus fundamentos. Hegel errou ao decretar o fim da história, mas, em nossa compreensão, acertou ao apontar para a capacidade extremamente versátil do capitalismo em inovar para conservar-se. Apesar da antinomia insolúvel criada pelo Idealismo Hegeliano, ele captura elementos importantes, e, mesmo com equívocos, contribuiu para o salto teórico do materialismo histórico. Para Hegel, a ontologia é unitária (sociedade e natureza), sendo a natureza uma pré-história muda da sociedade, sem intencionalidade. Apesar de não distinguir sociedade de natureza, aponta a base objetiva da existência social e abre as possibilidades de descoberta do trabalho como categoria fundante. Dessa base, Hegel encontra a prioridade ontológica do Ser em relação ao *dever-ser* moral de Kant, ou seja, é Hegel que apresenta a objetividade que se sobrepõe às intenções. Esse passo dado por Hegel, segundo Lukács, já é uma nova ontologia. Para Hegel, a realidade é imanente e para Kant, é transcendente; por isso, para o último, o *dever-ser* é prioridade, pois teria a força para que o sujeito superasse os fenômenos e se aproximasse da realidade. Para Hegel, a práxis é a autêntica eticidade e o *dever-ser* expressa a defasagem entre vontade e coisa-em-si. Podemos relacionar essa formulação hegeliana com a formulação lukacsiana de descompasso entre capacidades e personalidade que veremos mais adiante. É possível deduzir qual ética Lukács pensava em analisar, o que novamente aponta para a sociabilidade soviética como experiência objetiva socialista, passível de aperfeiçoamento pela ética autêntica, extraída de uma práxis que considerava mais elevada. Não faria sentido Lukács analisar as possibilidades de uma nova ética no capitalismo.

Lukács destaca que, para Hegel, o complexo primário é o processo histórico descrito como “espaço-tempo-matéria-movimento” (LUKÁCS, 1979a, p. 20). Embora o pensamento hegeliano entenda um destino histórico extraído de sua própria racionalidade, determinado de forma absoluta, inescapável, seu mérito é demonstrar que o devir humano é

inteligível, a coisa-em-si é cognoscível, sendo muito mais do que a soma de fatos e ações individuais. E outros méritos hegelianos são apontados. A partir da concepção de movimento histórico de Hegel, que trata da objetividade social construída no tempo, é que Lukács destaca o oposto irracionalista que fragmenta essa objetividade no pensamento e reduz toda a história aos componentes subjetivos. O autor húngaro diferencia duas fases de análise histórica de Hegel: 1º) Na *Fenomenologia*, com otimismo pelo fim da miséria alemã anunciada pela Revolução francesa e o Espírito materializado na pessoa de Napoleão Bonaparte. 2º) Já na *Lógica*, o otimismo se perde, gradativamente, até o Espírito ser substituído por Frederico Guilherme III, acentuando o pensamento conservador. De qualquer maneira, Hegel está sempre em busca do objeto em seu movimento histórico. Outro avanço promovido por Hegel foi articular a filosofia da história com as descobertas da economia clássica, chegando à estrutura dinâmica da moderna sociedade civil.

Boa parte dos elementos acima serão aproveitados e aperfeiçoados por Marx, fazendo as críticas e inversões necessárias. Lukács alerta que a crítica de Marx a Hegel não deve ser interpretada como dissociação da lógica em relação aos fatos, como fazem os neokantianos, pois só entendem a lógica formal, não a lógica dialética. A lógica hegeliana, que Marx não sentiu necessidade de explicar, era a lógica dialética que implica relação entre objetividade e subjetividade, entre Ser e Pensamento. A limitação de Hegel é o caráter abstrato dessa relação, entretanto estava consciente de que é o Ser que determina o Pensamento. Vejamos citação de Hegel na *Fenomenologia do Espírito*, que é destacada por Lukács para demonstrar como o pensador alemão orientou para se chegar ao conhecimento da realidade: “abandonar-se à vida do objeto”. (HEGEL, 1932 *apud* LUKÁCS, 1979a, p. 29).

Até mesmo o equívoco filosófico de entender o sujeito idêntico ao objeto foi um elemento de vanguarda, até certo ponto, porque viabilizou a compreensão de um mundo imanente, sem a dualidade kantiana entre objeto e sujeito. Lukács (1979a, p. 35) explica:

[...] indissolúvel conexão com o mundo dos objetos reais, o surgimento da compreensão adequada do mundo da inter-relação de duas realidades imanentes [Ser e Pensamento], aparecem aqui certamente expressos sob a forma de um mito filosófico; mas esse mito dirige-se no sentido da realidade objetiva com muito maior decisão que a gnosiologia subjetivo-transcendente de Kant, [...] ao tentar superar simultaneamente o elemento mecanicista do materialismo [burguês] e o elemento transcendente-subjetivista do idealismo kantiano [...].

Apesar desse elemento progressista, a identidade sujeito-objeto hegeliana cria um problema enorme, e a principal crítica de Marx a Hegel está nesse ponto: como o sujeito precisa alienar-se de si em cada objetivação, a Alienação seria, para Hegel, insuperável no devir

humano. A emancipação seria possível apenas no âmbito da Consciência. Mas o vigor do método dialético não permite que a batalha termine aqui. Para Hegel, a objetivação é sempre alienação, é sempre negação de alguma outra objetivação, que precisa ser negada de novo, é o movimento contraditório perpétuo, *negação da negação*, que tem caráter de positividade, no sentido de possibilitar ao Ser determinações progressivas autoconscientes. Positividade é semelhante à autoafirmação do Ser, não significa positivo no sentido de bom. Embora Hegel não distinguisse sociedade da natureza, é do movimento contraditório da *negação da negação* que pode ser extraída a categoria do trabalho e a peculiaridade do ser social. Arriscamos um exemplo da forma como compreendemos esse pressuposto hegeliano: o ser humano precisa da pedra para realizar alguma atividade; a pedra usada como instrumento é uma objetivação, que para Hegel é alienação insuperável⁷⁹, simplesmente porque gente não é pedra, é um outro ente; depois esse ser humano nega a pedra acrescentando um cabo para melhorar seu uso, e assim, cada transformação da pedra é uma negação, até chegar aos instrumentos mais desenvolvidos, e cada negação tem retorno sobre o sujeito como indivíduo. O ser humano que usa a pedra com cabo é diferente daquele que usa a pedra sem o cabo, repassado ao gênero o conhecimento acumulado através de um processo gradativo de autodeterminação consciente. Processo articulado da dimensão singular e universal, mediada pela particularidade de cada processo de negação, formando a Totalidade, histórica, dinâmica, que é o Real. O Ser se determina pela mediação de sua atividade, de suas objetivações. Dessa compreensão de Totalidade surgem também as determinações reflexivas. Hegel acerta o mais importante: “[...] a essência – mesmo segundo a errada ontologia logicista de Hegel – é um produto do ser e não do pensamento”. (LUKÁCS, 1979a, p. 81).

O trabalho em Hegel é o trabalho da consciência, mas para ele, consciência não está apartada do processo de objetivação; basta considerarmos a importância que deu a Adam Smith. Por isso que o pensamento hegeliano é chamado de idealismo objetivo. Por fim, Lukács relata um pouco do processo de desqualificação do pensamento hegeliano e o recuo ao pensamento kantiano, coincidindo com o período da decadência ideológica burguesa, atingindo inclusive os teóricos marxistas:

[...] Engels ainda era vivo e já advertia inutilmente contra o perigo de esquecer a herança dialética de Hegel, num momento em que o kantismo e o positivismo já tentavam expulsar a dialética da consciência dos socialistas da época. E foi inútil, de

⁷⁹Para Hegel, a Alienação seria a forma de autodeterminação do Ser pela atividade que precisa realizar para existir. Ao longo do devir humano, essa atividade *aparece*, sempre, como trabalho alienado. Talvez, pela manifestação histórica do trabalho até hoje, sempre como sofrimento, Hegel não conseguisse ver a dimensão *não* alienada do trabalho como potência.

imediatamente, também a segunda tentativa de restauração, já que o marxismo esclerosado e deformado do período de Stálin transformou igualmente a imagem de Hegel numa caricatura. (Os esforços contrários das pessoas isoladas, também dessa feita, permaneceram episódicos). Só nos últimos anos é que parece ter chegado o momento para retomar de novo as grandes tradições filosóficas de Marx. (LUKÁCS, 1979a, p.66).

Depois de demarcar bem a importância de Hegel para elaboração de uma nova ontologia, Lukács apresenta, ainda na primeira parte de *POSS*, o que denominou de *Princípios ontológicos fundamentais de Marx*, extraídos e aperfeiçoados do referido legado hegeliano. Faz um balanço dos elementos ontológicos presentes nos textos marxianos. Seleccionamos alguns.

O pensador húngaro destaca a tese de doutoramento de Marx em que este diz ser inútil as discussões sobre as provas da existência de Deus, e coloca o centro da discussão na vida social concreta, no ser humano real que acredita na existência desse Deus ou do dinheiro, e contrai dívidas reais em nome dele. Portanto, Marx, já nesse texto, segundo Lukács (1979b, p.13), considera “[...] a realidade social enquanto critério último do Ser de um fenómeno.” Observe que Lukács valoriza cada momento da trajetória marxiana, sem fazer a cisão de seu pensamento. Não considerou a mesma historicidade de sua própria trajetória, com vimos. Sigamos. Na *Ideologia alemã*, Marx faz sua crítica de superação também em relação a Feurbach. Concordou com este sobre a ontologia da natureza e a crítica à inversão do sujeito dominado por suas mistificações religiosas, mas não aceitou a separação absoluta entre natureza e sociedade, capturando a inter-relação entre as duas dimensões do Ser. Marx defende que a unidade natureza e sociedade é passível de ser apreendida pelo conhecimento articulado em uma única ciência, a História, capaz de englobar natureza e sociedade, preservando suas especificidades e mediando-as pelo trabalho:

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surge – tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. – a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base. [...] Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc. Existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico. (LUKÁCS, 1979b, p.16).

Lukács enfatiza, também, que Marx e Engels viram, em alguma medida, em Darwin, a ciência unitária que eles enxergavam. Discorre, ainda, contra a falsa acusação de negação da filosofia pelo Marx maduro, depois do fracasso de 1848. Afirma que essa deformação foi produto do positivismo do século XIX que transformou a filosofia em ciência particular. Essa particularização também pode ser aplicada à economia marxiana. Lukács

(1979b, p. 21) entende como “subjetivismo existencialista” a separação entre o jovem Marx (filósofo) e o velho Marx (economista), criticando a cisão de seu pensamento. Destaca passagens de *O Capital* em que Marx aprofunda suas concepções filosóficas, com destaque para a contradição como “princípio do ser” e não meras abstrações lógicas:

[...] as obras econômicas do Marx Maduro são, decerto, centradas coerentemente sobre a cientificidade da economia, mas nada tem em comum com a concepção burguesa segundo a qual a economia é uma mera ciência particular, na qual os chamados fenômenos econômicos puros são isolados das inter-relações complexivas do ser social como totalidade e, posteriormente, analisados nesse isolamento artificial, com o objetivo – eventual – de relacionar abstratamente o setor assim formado com outros setores isolados, de modo igualmente artificial (o direito, a sociologia, etc.) Ao contrário, a economia marxiana parte sempre da totalidade do ser social e volta sempre a desembocar nessa totalidade. Como já esclarecemos, o tratamento central e - sob certos aspectos – frequentemente imanente dos fenômenos econômicos encontra seu fundamento no fato de que aqui deve ser buscada e encontrada a força motriz, decisiva, em última análise, do desenvolvimento social em seu conjunto. (LUKÁCS, 1979b, p. 22).

Lukács (1979b, p. 29-30) destaca que a ontologia marxiana se deu em longo processo de crítica ao sistema mais avançado de hierarquização do pensamento (Hegel), resgatando, também, as tentativas feitas por Aristóteles (385-322 a. C.), Maquiavel (1469-1527) e Vico (1668-1744), para captar, ontologicamente “a historicidade do mundo social”. Marx deu a “forma filosoficamente madura e consciente” de apreensão do mundo. Mas a compreensão ontológica se perde com o avanço do neokantismo, a partir de 1848, com a derrocada da influência do pensamento hegeliano, inclusive entre os marxistas. Chama a atenção para o esforço de Engels, com cartas para Kautsky (1854-1938), na tentativa de recompor a dialética perdida. Depois, Bernstein (1850-1932) vai usar as mesmas cartas para o seu revisionismo. Lukács também critica Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Franz Mehring (1846-1919) pela limitada compreensão filosófica de Marx. Bernstein e Max Adler (1873-1937) chegaram a criar uma teoria marxista-kantiana.

Desde *HCC*, e reafirmando na *POSS*, Lukács destaca que é Lenin quem resgata o marxismo autêntico com os *Cadernos filosóficos*, nos quais afirma a importância da dialética hegeliana para ajudar na superação das leituras equivocadas dos próprios marxistas, incluindo Plekhanov (1856-1918), considerado o maior especialista em Hegel. Lenin seguiu o Engels tardio em muitos pontos, embora Lukács considere que Engels não foi tão rigoroso na crítica a Hegel quanto Marx. Para Lenin, Marx nos deixou a lógica do capital, que seria o mesmo que dialética ou teoria do conhecimento. Ainda segundo Lukács, Lenin é o único marxista de seu tempo que combateu a prioridade gnosiológica, recuperando a unidade entre lógica e dialética, em uma perspectiva materialista. Lukács destaca também que em *Materialismo e*

empiriocriticismo, Lenin desenvolve uma gnosiologia do reflexo da realidade material que é uma ontologia materialista. E vê em Lenin o único realmente a desenvolver o marxismo na direção correta, na abordagem ontológica. Diz que a estratégia de Stalin era a substituição gradual de Marx por Lenin, mas o próprio autor húngaro aponta que, posteriormente, prevaleceram os escritos do próprio autocrata.

A perda da abordagem ontológica de Marx criou os diversos Marxismos particularizados (economicista, sociológico, filosófico, educacional etc.). E, na experiência acadêmica, somos obrigados a fazer recortes artificiais de suas elaborações categoriais, para atender aos enquadramentos da forma burguesa de produzir conhecimento. Sabemos “[...] que no âmbito do ser social é ontologicamente impossível isolar realmente os processos singulares mediante experimentos efetivos, [...]” (LUKÁCS, 1979b, p.42). Por isso, é tão importante compreender o resgate ontológico de Marx feito por Lukács que sintetiza o problema da seguinte forma: Marx distingue entre o ser social em si mesmo e o processo de apreensão da realidade do ser social através do conhecimento, com prioridade do referente ontológico. E essa é a posição de Marx desde os textos de juventude. O ente relaciona-se com um objeto fora de si e se constitui como objeto para outro ente. Marx discordava da afirmação kantiana de que é o sujeito que faz a síntese concreta da abstrata coisa em si, a partir de regras do pensamento. Lukács afirma que a principal fonte de “marginalização” da ontologia marxiana é o “influxo kantiano”. Resume, ainda, como identificar a prioridade ontológica:

[...] é preciso distinguir claramente o princípio da prioridade ontológica dos princípios de valor gnosiológicos, morais, etc., inerentes a toda hierarquia sistemática idealista ou materialista vulgar. Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação à outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência. Ao contrário, toda investigação ontológica concreta sobre a relação entre ambos mostra que a consciência só se torna possível num grau relativamente elevado do desenvolvimento da matéria. (LUKÁCS, 1979b, p. 40).

O pensador húngaro busca dissolver a redução da Teoria marxiana do valor a uma mera abstração lógica. Ele explica para nós que isso não é possível, porque a base é o trabalho:

[...] o caráter médio do trabalho surge de modo espontâneo, objetivo, desde os graus mais primitivos de sua socialidade; que esse caráter não é uma mera representação ideal da constituição ontológica do seu objeto, mas significa o surgimento de uma nova categoria ontológica do próprio trabalho, no curso de sua crescente socialização, categoria que só bem mais tarde ganha representação na consciência. Também o trabalho socialmente necessário (e *ipso facto* abstrato) é uma realidade, um momento

da ontologia do ser social, uma abstração real de objetos reais, que se dá de modo inteiramente independente da circunstância de que seja ou não realizada também na consciência. No século XIX, milhões de artesãos autônomos experimentaram os efeitos dessa abstração, do trabalho socialmente necessário, quando se arruinavam, isto é, quando experimentavam na prática as suas consequências concretas, sem terem a mínima ideia de encontrar-se diante de uma abstração realizada pelo processo social. Essa abstração tem a mesma dureza ontológica da facticidade, digamos, de um automóvel que atropela uma pessoa. (LUKÁCS, 1979b, p. 49).

A exposição até aqui é útil à investigação por demonstrar que sem a visão ontológica, que no caso marxiano pressupõe a Totalidade concreta, é impossível apreender a Categoria Reificação como desdobramento do Fetichismo da Mercadoria, componente imprescindível da Teoria marxiana do valor e sua dimensão catalisadora da forma atual de reprodução do capital. O que explica a redução da Categoria, pelo pensamento burguês, somente ao aspecto ético da desumanização ou consumismo, como veremos na quarta seção da presente investigação. E para deixar um pouco mais evidente a Reificação como categoria ontológica, como uma forma determinada de Alienação, resultante do Fetichismo:

[...] no célebre capítulo sobre o fetichismo da mercadoria, Marx expõe amplamente esse processo de 'reificação' das relações e das conexões sociais; e demonstra que ele não se limita às categorias econômicas em sentido estrito, mas constitui a base de uma deformação ontológica que atinge os objetos espirituais mais refinados e importantes da vida humana (que vai se tornando cada vez mais social). Marx retoma aqui a argumentação no nível filosoficamente mais maduro de sua crítica aos conceitos hegelianos de alienação e de estranhamento. (LUKÁCS, 1979b, p. 49-50).

Outra explicitação dessa relação é a força silenciosa dos atos singulares e cotidianos que realizamos durante toda a nossa vida, necessárias à reprodução da vida biológica e social, tornando o sujeito submisso a esses atos, nas sociabilidades que subordinam o trabalho ao capital. Somente quando estes atos são apreendidos de forma conectada à Totalidade social é que pode ser capturada a sua dimensão alienada:

[...] há, portanto, uma lei segundo a qual os resultados dos atos econômicos singulares realizados praticamente (e com consciência prática) pelos homens assumem, para os seus próprios agentes, a forma fenomênica de um 'destino' transcendente. É o que ocorre no referido caso da 'reificação'; e é o que ocorre também, com particular evidência, no caso do dinheiro. (LUKÁCS, 1979b, p. 51).

Como afirmamos anteriormente, nada se perde na ontologia marxiana, a causalidade, a casualidade, a subjetividade, a práxis consciente, a vida cotidiana, a generidade etc. E como registrar o esforço do pensamento em apreender todos esses elementos da Totalidade? Lukács explica que as categorias marxianas não são elaborações apriorísticas, mas resultantes de longo e rigoroso esforço de acompanhamento do movimento do objeto em seu devir histórico. A aparência de construção apriorística é inerente à intelegibilidade necessária à

exposição das categorias, que são formas de Ser, portanto, objetivas. Na polêmica sobre a Categoria Legalidade, em Marx, por exemplo, alguns críticos entendem que haveria um conceito positivista de Lei social absoluta, impossível de ser superada; Lukács esclarece que não existe esse tipo de legalidade em Marx. Para nos ajudar a compreender, usa o debate sobre a tendência da queda da taxa de lucro apresentada em *O Capital*. A síntese é longa, mas muito elucidativa:

[...] para nossas finalidades, basta destacar o seguinte: primeiro, que a tendencialidade, enquanto forma fenomênica necessária de uma lei na totalidade concreta do ser social, é consequência inevitável do fato de que nos encontramos aqui diante de complexos reais que interagem de modo complexo, frequentemente passando por amplas mediações, com outros complexos reais; a lei tem caráter tendencial porque, por sua própria essência, é resultado desse movimento dinâmico-contraditório entre complexos. *Segundo*: que a taxa de lucro, em sua queda tendencial, é certamente o resultado final de atos teleológicos individuais, ou seja, ou seja, de posições conscientes, mas seu conteúdo, sua direção, etc., produzem o exato oposto do que era visado objetiva e subjetivamente por esses atos individuais. Esse fato fundamental elementar e necessário, da existência e das atividades históricos-sociais dos homens se apresenta, também nesse caso, sob uma forma factual que pode ser verificada de modo exato; quando as relações econômicas são compreendidas em sua totalidade dinâmica e concreta, torna-se evidente, a cada passo, que os homens fazem certamente sua própria história, mas os resultados do decurso histórico são diversos frequentemente opostos aos objetivos visados pelos inelimináveis atos de vontade dos homens individuais. É preciso acrescentar, além disso, que no âmbito do movimento total – verifica-se um progresso objetivo. A queda da taxa de lucro pressupõe a modificação do valor dos produtos por causa da diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-los. Isso significa, mais uma vez, que se acresceu o domínio do homem sobre as forças da natureza, que aumentou sua capacidade de fazer, que diminuiu o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir. (LUKÁCS, 1979b, p.63-64).

Outra demonstração do caráter ontológico das categorias marxianas em *O Capital* é a centralidade da produção no metabolismo social. Lukács destaca a dissociação mistificadora entre econômico e extraeconômico, denunciadas por Marx. Essa mistificação geralmente é feita nas análises moralistas sobre os saques e as rapinagens, negligenciando a obviedade desconcertante de que é preciso, primeiramente, que algo seja produzido, exista, para, então, ser saqueada. E esclarece a questão metodológica que garante a relação adequada entre singularidade e universalidade:

[...] concepção marxiana de realidade: ponto de partida de todo pensamento são as manifestações factuais do ser social. Isso, não implica, porém, nenhum empirismo, embora – como vimos- também o empirismo possa conter uma *intentio recta* ontológica, ainda que incompleta e fragmentária. Ao contrário, todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico em interação com outros complexos, como algo que é determinado – interna e externamente – por múltiplas leis. A ontologia marxiana do ser social funda-se nessa unidade materialista-dialética (contraditória) de lei e fato (incluídas naturalmente as relações e as conexões). A lei se realiza no fato; o fato recebe sua determinação e especificidade concreta do tipo de lei que se afirma na intersecção das interações. (LUKÁCS, 1979b, p.74-75).

Ainda sobre a relação indissociável entre econômico e extraeconômico, Lukács apresenta a Teoria do valor marxiana como síntese do processo de apreensão do ser social enquanto unidade dialética entre objetividade (produção da existência) e subjetividade (consciência). E fecha o raciocínio apontando a fragmentação da Totalidade, reproduzida objetivamente pelo modo de produção, em um dos componentes dessa unidade como fonte principal da Alienação: “[...] os muitos mal entendidos acerca do ser social nascem, em sua maioria, porque um dos dois componentes que só são reais em sua interação recíproca – é considerado ou como único existente ou como o que possui predomínio absoluto.” (LUKÁCS, 1979, p.83). Ora, sabemos por Marx, que essa fragmentação no capitalismo é resultante do Fetichismo da mercadoria, um dos componentes da teoria do valor. E porque Lukács invisibiliza o Fetichismo na obra de maturidade? Precisaremos da apresentação lukacsiana do método onto-histórico e a necessária ancoragem objetiva das formulações categoriais, apresentadas até aqui, para busca de uma resposta possível.

Postos alguns dos fundamentos ontológicos do pensamento marxiano recuperados pelo pensador húngaro, concluímos a apresentação da primeira parte de *POSS*. Dessa análise podemos resumir que a dissimulação da *coisa em si* pelo processo de produção nas sociedades de classe que opõe capital e trabalho, como um todo, desconecta o sujeito até da sua realidade mais imediata, como a indiferença e a passividade diante da morte de milhares de pessoas por uma pandemia (Covid-19), como vivemos hoje. Uma pandemia que poderia ser debelada, facilmente, se o foco da produção da riqueza social fosse, de fato, a realização do gênero humano. Para aprendermos a profundidade da Alienação criada pelo capital, que permite a barbárie constante, Lukács faz a análise das principais categorias que determinam o devir do ser social, culminado suas formulações categoriais com a própria Alienação. Mesmo com os diversos problemas típicos de obra publicada postumamente, sem a edição do próprio autor (exceto o capítulo sobre Hegel), a obra madura lukacsiana muito oferece para compreensão do método onto-histórico.

4.3.2 Categorias fundamentais para elevar o grau de apreensão da realidade pelo ser social

De certa forma, e guardadas as devidas proporções, Lukács repete o exercício marxiano de fazer a análise crítica do pensamento filosófico de seu tempo, como parte prévia e indispensável da aproximação da realidade, em sua tentativa de recuperar e atualizar as principais categorias ontológicas de Marx. Talvez, por isso, tenha separado sua obra final entre

parte histórica e parte categorial. Uma vez apresentado o grau de apreensão da realidade de seu tempo e as obstruções criadas pela sociabilidade burguesa para negação da realidade objetiva, o pensador húngaro passa para sua análise categorial. Quais categorias considerou mais importantes para sua análise? Em nossa compreensão, Lukács apresenta as principais categorias ontológicas, as mais abrangentes no processo de desenvolvimento do ser social; além disso, entendemos que são categorias mais diretamente desdobradas do complexo fundante do *Trabalho: Reprodução, Ideologia e Alienação*. Outras categorias são apresentadas no interior das referidas categorias principais. Inicia pela base ontológica do trabalho, ancoragem imprescindível para a análise de todas as categorias posteriores.

Como vimos, a realidade objetiva com existência autônoma frente ao sujeito é completamente negada, objetivamente, pelo processo de reprodução do capital, e, subjetivamente, pela produção teórica hegemônica. A negação da objetividade é resultante da negação do trabalho humano como categoria fundante. Quando trata da Categoria Trabalho, Lukács refere-se ao seu sentido ontológico de necessária interação entre humanidade e natureza, condição insuperável e imprescindível para que a humanidade produza sua existência material e espiritual, desdobrado em incontáveis atos singulares e particularidades históricas. O mais evidente e incontestável pressuposto objetivo invocado por Marx é aquele que afirma: para produzir cultura, ciência, arte ou qualquer outra riqueza social, o ser humano precisa alimentar e proteger seu corpo orgânico e inorgânico. O Trabalho é, portanto, condição permanente para existência do ser social, mas seu processo se dá de forma historicamente determinada. Até agora, se desenvolve de forma alienada devido a subordinação ao capital, em diversas formas, o que facilitou a naturalização da Alienação como insuperável. Essa negação do Trabalho se manifesta desde a antiguidade, mas a economia política burguesa clássica desvelou importantes determinações do Trabalho fundante, habilmente capturadas e melhor desenvolvidas por Marx. Com a vitória das revoluções burguesas e a universalização de seu modo de produção, a classe burguesa passou, de forma reflexa, a produzir conhecimento esvaziado de seu conteúdo ontológico, tornando a Categoria Trabalho invisível. Esta Categoria é, potencialmente, revolucionária, porque somente nela é possível apreender a exploração e a apropriação privada da riqueza social como processo cognoscível, como produto histórico dos homens que poder ser superado; e, sobretudo, indicar que é o modo de produção que precisa ser superado para que culturas, linguagens e éticas se desenvolvam de um modo novo.

Marx não precisou fazer um capítulo específico sobre o Trabalho concreto em *O Capital*, porque a economia política de seu tempo, mesmo a vulgar, reconhecia o Trabalho como

categoria fundante da sociabilidade, ainda que considerasse a exploração como inerente a quaisquer formas de trabalho. Lukács, em um contexto formativo bem diferente da realidade marxiana, enfrentou uma ciência econômica ultra vulgar, reduzida à matematização manipuladora de taxas e índices, sofisticando-se até os dias atuais, o que exigiu novo esforço para rerepresentar a referida categoria fundante. Não iremos nos deter nessa categoria, amplamente estudada por diversos pesquisadores lukacsianos⁸⁰. Buscaremos, apenas, capturar elementos que facilitem a compreensão da Categoria Reificação.

Ao recuperar o Trabalho como categoria fundante, Lukács apresenta o ser social e sua especificidade em relação ao Ser como um todo; ou seja, como unidade indissolúvel entre o ser humano e suas dimensões inorgânica e orgânica. Sem essa base não é possível apreender o Trabalho na sua forma alienada; e como resultado, também não há como compreender a Alienação como processo objetivo. Muito mais difícil, ainda, é apreender a Categoria Reificação, considerando que se manifesta em estágio muito mais desenvolvido da interação entre humanidade e natureza, a sociabilidade do capital, com afastamento severo das barreiras naturais e destruição acelerada dos recursos indispensáveis à vida, se comparado aos modos de produção anteriores. Desdobrada a análise categorial do Trabalho, Lukács passou a analisar como o ser social reproduz sua existência. Vamos nos deter mais nessa categoria, porque de forma implícita se aproxima mais do nosso objeto de estudo.

O pensador húngaro apresenta o processo de reprodução social como “[...] a categoria decisiva para o ser em geral: a rigor, ser significa o mesmo que reproduzir a si mesmo.” (LUKÁCS, 2013, p.170); destaca a relação das esferas do ser (orgânica, inorgânica, social) e a peculiaridade da reprodução do ser social, capaz de criar um tipo específico de novo, para além das necessidades imediatas de sobrevivência:

[...] como o ser social tem como base irrevogável o homem enquanto ser vivo, está claro que essa forma da reprodução deve constituir um momento igualmente irrevogável também da reprodução social. Mas apenas um momento, pois da ação social conjunta dos homens visando à reprodução de sua vida, que permanentemente compõe o fundamento ontológico de todas as suas ações cooperativas, surgem categorias e relações categoriais totalmente novas, qualitativamente distintas, que, como já vimos e ainda veremos, têm um efeito modificador também sobre a reprodução biológica da vida humana. (LUKÁCS, 2013, p. 170).

Um dos primeiros aspectos da reprodução social, considerando o Trabalho como elemento fundante, é sua dinamicidade criadora que produz mais do que o necessário à vida imediata e individual. Sem esse aspecto essencial, não haveria condições de apreender o

⁸⁰Recomendamos a leitura de Lima (2014) que apresenta o trajeto da apreensão ontológica da Categoria Trabalho em Marx e Lukács.

processo de apropriação da mais valia, e, muito menos, pensar na possibilidade concreta de emancipação do trabalho alienado, conquistando o reino da liberdade com tempo disponível para outros níveis de objetivação da existência, como ciência e arte para todos. Lukács sugere, ainda, que haverá sempre o que chama de *mais-trabalho*, ou seja, excedente de riqueza, e que os teóricos do Socialismo precisariam pensar sobre isso: “[...] certos teóricos podem até ter algum receio ideológico diante da expressão ‘mais-trabalho’ –, o reino da liberdade no socialismo, a possibilidade de cultivar um ócio sensato, acaba baseando-se nessa peculiaridade fundamental do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p.160).

O referido pensador também afirma a necessidade orgânica da divisão do trabalho, fazendo uma varredura histórica desde o paleolítico. Os teóricos socialistas também precisam pensar sobre esses elementos, uma vez que, de forma geral, os entendem como específicos da alienação classista. Este destaque é um indicativo de que Lukács aponta, no limite, graus insuperáveis da Alienação, embora um tipo menos negativo; nesse caso, Alienação do próprio processo interno do trabalho fundante, e, portanto, capilarizada em toda a sociabilidade. Veremos melhor adiante. E cabe perguntar: toda divisão do trabalho é alienante ou somente a divisão do trabalho presente nas sociedades classistas? Incluindo nesse grupo a sociedade pseudosocialista que criou novo tipo de luta de classes entre trabalhadores e burocratas. Lembramos que uma das cisões mais evidentes nas sociedades de classes é separar o pensar do fazer no processo de objetivação, o que contribui para a inversão da relação objeto x sujeito. Lukács defende, no limite, a tese de que qualquer divisão do trabalho é alienante, já que não apresenta determinações concretas que desvelem qual sociabilidade está, de fato, analisando; busca Marx para sua fundamentação, apresentando-a como base ontológica de reprodução social:

[...] a conversão dos produtos do trabalho em mercadoria constitui, portanto, um estágio mais elevado da socialidade, da dominação da sociedade por categorias de movimento de cunho cada vez mais puramente social, e não mais de cunho apenas natural. Constatamos essa dinâmica no fato de que do trabalho, do seu desenvolvimento imanentemente necessário, brota uma divisão do trabalho cada vez mais abrangente e ramificada e, de modo correspondente, no fato de que *o desenvolvimento da divisão do trabalho impele na direção do intercâmbio de mercadorias, assim como este, por seu turno, retroage na mesma direção sobre a divisão do trabalho*. Portanto, é preciso perceber, já nessas categorias mais simples e fundamentais da vida socioeconômica, a tendência que lhes é inerente, a saber, que elas não só são ininterruptamente reproduzidas, mas que *essa reprodução também possui uma tendência imanente de elevação, de passagem para formas mais elevadas do socioeconômico*. (LUKÁCS, 2013, p.165, grifo nosso).

Como afirmamos, Lukács aborda o processo de reprodução sem referência a uma sociabilidade específica, lembrando que em seu período histórico existiam duas sociabilidades

em disputa. No contexto marxiano, não há esse complicador, a sociedade burguesa é o objeto. Lukács indica a divisão do trabalho como elemento insuperável da reprodução social. Como a divisão do trabalho mais desenvolvida é aquela que produz mercadorias, podemos intuir que ele analisava o acelerado aumento da produtividade, e até mesmo, do intercâmbio de mercadorias que permaneceu na economia planificada soviética, e suas tentativas de incrementar a produção, supostamente dirigida para a construção do reino da liberdade socialista. Sua análise se apresenta quase como uma justificativa da manutenção da divisão do trabalho e não uma crítica severa, como seria o mais frequente se a crítica fosse direcionada ao capitalismo. Se considerarmos que sua análise categorial trata do gênero humano, independente de determinações específicas, seria mais problemático, porque seria anti-ontológico, então não pode ser esse o objetivo do autor; apenas não poderia explicitar qual sociabilidade analisava. Insistiremos nisso. O fato é que levanta uma questão importante: o incremento contínuo da divisão do trabalho e, por conseguinte, da produtividade, mesmo em uma sociabilidade mais elevada que a capitalista, torna impossível o fim da divisão alienada do trabalho e do intercâmbio de mercadorias? E com isso fica sugerida a impossibilidade de superação da Alienação, mesmo que não seja, exatamente, o formato fetichista criado pelo trabalho abstrato capitalista, o que explicaria a invisibilização do Fetichismo da mercadoria nessa obra. Sabemos, contudo, que o trabalho abstrato perdurou na economia planificada soviética, o que pode explicar a avaliação lukacsiana sobre essa questão. Na mesma passagem, Lukács também indica que o intercâmbio de mercadorias pode viabilizar formas mais elevadas posteriormente. O autor estaria fazendo referência à manutenção peculiar do movimento da mercadoria no socialismo soviético? Contudo, em uma das inúmeras passagens contraditórias do texto, o pensador afirma o oposto e aponta, extraído de Marx, a possibilidade da superação do valor de troca:

[...] do mesmo modo que, num estágio superior do desenvolvimento, o valor de uso (o objeto natural, elaborado economicamente, em termos de trabalho) possui uma prioridade ontológica com relação ao valor de troca; uma vez mais, a existência, o funcionamento do valor de uso é possível sem troca, isto é, sem valor de troca, e foi realidade durante longos períodos, enquanto um valor de troca não é capaz de existir sem valor de uso. (LUKÁCS, 2013, p. 195).

O pensador magiar destaca, principalmente, a divisão do trabalho como a origem da Alienação, da inversão entre objeto e sujeito, e, para isso, utiliza uma citação extraída da *Ideologia alemã* em que Marx responde a pergunta: como os poderes criados pelos homens em suas próprias relações tornam-se poderes superiores aos homens? E a divisão do trabalho foi a resposta dada pelo pensador alemão. Lukács conclui, então, que:

A divisão do trabalho aparece assim como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, mas como uma consequência que, por sua vez, constitui o ponto de partida de um desenvolvimento ulterior, que surgiu imediatamente a partir dos pores teleológicos singulares dos homens singulares, porém que, uma vez existente, defronta-se com os homens singulares na forma de poder social, de fator importante de seu ser social, influenciando e até determinando este; tal poder assume em relação a eles um caráter autônomo de ser, embora tenha surgido dos seus próprios atos laborais. Temos em mente, quanto a isso, sobretudo dois complexos que diferenciam com nitidez a sociedade originalmente unitária: a divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal e a divisão entre cidade e campo, que, no entanto, ininterruptamente se entrecruzam com o surgimento de classes e antagonismos de classes. (LUKÁCS, 2013, p. 179).

Entendemos que o foco aqui é apontar aspectos da alienação do trabalho que são, segundo parece sugerir o pensador, insuperáveis. Sabemos, por Marx, que a gênese e o desenvolvimento do capitalismo se constituem do que vamos chamar de uma *tríade* ontológica da Alienação constituída como unidade dialética, ou seja, um elemento não existe sem os outros: a apropriação privada da produção social, o trabalho abstrato e o Fetichismo da mercadoria. Podemos dizer que tudo isso foi possível, sobretudo, por uma manifestação específica de divisão do trabalho: uns trabalham e outros vivem do trabalho alheio; desdobrada em outras manifestações. E podemos concluir, também, que o Fetichismo da mercadoria e a apropriação privada da produção, presentes de forma mais dissimulada no socialismo soviético, mais difíceis de analisar, explicariam a ênfase de Lukács na problemática da divisão do trabalho como necessidade ontológica. Lembramos que Marx analisou a divisão alienada do trabalho ao longo de toda a chamada pré-história da humanidade (escavidão ao capitalismo), focando a forma mais desenvolvida, a capitalista; não se deteve em vislumbrar como seria a divisão do trabalho em uma sociedade emancipada; mas sabemos que, para o autor alemão, a superação do valor de troca e do movimento da mercadoria são imprescindíveis para emancipação do capital.

Entendemos que aqui seria um bom momento para pensar se o elemento ausente da análise lukacsiana não seria a formulação marxiana do trabalho livremente associado e seu impacto na transformação da forma da divisão do trabalho e do intercâmbio dos produtos do trabalho. Se a forma da produção determina a sociabilidade, em relação à circulação e distribuição, o *trabalho livremente associado*⁸¹ não seria a chave para pensar as possibilidades concretas de superação da Alienação? Mas essa chave não aparece no texto, sugerindo que

⁸¹O trabalho livremente associado é a chave para a emancipação concreta porque seria o único capaz de recolocar o verdadeiro produtor da riqueza social como determinante dos processos de produção, na dimensão genérica do Ser, viabilizados da apropriação coletiva da riqueza social, e assim dominar suas objetivações e não mais ser dominado por elas. O capítulo do trabalho em *POSS* ao demonstrar a natureza ontológica do trabalho, possibilita pensar formas novas de intercâmbio entre humanidade e natureza e viabiliza a aproximação da Categoria Trabalho livre associado. Essa tarefa está posta para nós.

Lukács procurava compreender a sociabilidade socialista soviética em curso, no qual estava inserido, sem a presença dessa forma emancipada de trabalho. Ele não pôde desenvolver, ou não apreendeu, que sua própria recuperação do trabalho como categoria fundante do ser social lhe dava a condição de pensar *o novo* no âmbito da produção, mais do que qualquer outro teórico até hoje, e de forma mais concreta que o próprio Marx, que não viu o desenvolvimento industrial do século XX. Em nossa compreensão, a preocupação lukacsiana em apontar o que não seria superável no processo de trabalho concreto é expressão implícita de que ele analisava a experiência socialista naquele momento. A identificação de elementos insuperáveis da Alienação não faria sentido se referenciada, somente, ao capitalismo. Seria contraproducente e, até mesmo, antirrevolucionário, incompatível com a trajetória teórico-prática do autor.

A distinção da sociabilidade analisada ocorre, de forma explícita, quando Lukács apresenta o caráter ontológico do tempo socialmente necessário no capitalismo, em comparação com as demais formações; contudo, afirma que a Reificação se desenvolve mais severamente no capitalismo, sua forma geral de reprodução:

Essa universalidade social do tempo de trabalho socialmente necessário enquanto regulador de toda produção econômico-social aparece no capitalismo numa forma fetichizada-reificada e, também por essa razão, é vista como peculiaridade de tal formação. Marx, porém, atribui grande importância a mostrar que se trata de uma característica comum da reprodução social em geral, que, nas diversas formações, naturalmente aparece de modo diverso, em graus diversos da consciência parcial ou da mera espontaneidade. (LUKÁCS, 2013, p. 168).

As reflexões acima apresentadas são extremamente importantes para o debate sobre a superação da Reificação e as possibilidades futuras da sociedade emancipada e demandam aprofundamento. Nessa investigação apresentaremos apenas a problematização lukacsiana em considerar a Reificação como parte inerente do processo geral de reprodução social. Mesmo defendendo que o autor analisava os limites do socialismo soviético, já superada, a análise continua relevante, tanto por ser uma categoria catalisadora dos processos de subordinação do trabalho e mecanismos de autopreservação metabólica. Podemos enfatizar, sobretudo, em um dos aspectos mais importantes da obra de maturidade do autor húngaro: apresentar o método legado por Marx, o método onto-histórico; o que, sem dúvida, nos instrumentaliza para enfrentar algumas das questões abertas deixadas ao longo do texto. Destacaremos alguns pressupostos (sempre históricos):

Um dos elementos fundamentais do método, recuperado por Lukács, é a identificação da prioridade de um complexo sobre outro, diante da profusão dinâmica de complexos que constituem a Totalidade social:

[...] é com esse método que se deve empreender também ontologicamente a análise da estrutura interna do ser social. Isto é, deve-se investigar que categoria ou então que complexo de categorias possui prioridade ontológica em relação às demais, que categoria pode existir sem as demais e, em contraposição, o ser de qual delas pressupõe ontologicamente o ser das demais. (LUKÁCS, 2013, p. 194).

As determinações econômicas serão sempre as mais poderosas, em relação reflexiva com as demais determinações. A consciência é elemento fundamental nos processos de objetivação, sempre em relação recíproca com a autonomia do objeto. Lukács lutou contra todas as formas de subjetivismo, incluindo o marxismo vulgar, até o fim da vida:

[...] o ente objetivo da classe origina-se das relações de produção concretas, da estrutura da referida formação. O fato de a conscientização ser capaz de exercer uma função objetivamente modificadora no ser social da classe só pode causar surpresa naqueles que, em correspondência a certas tradições marxistas vulgares, veem uma infraestrutura “puramente objetiva” e uma superestrutura tão “puramente subjetiva” como concepção marxista de sociedade; (LUKÁCS, 2013, p. 184-185).

O autor reforça a Categoria da Totalidade, desenvolvida desde *HCC*, agora mais concreta, ou seja, incluída a relação com a natureza orgânica e inorgânica; mais rica de determinações e explicitando melhor a relação parte-todo: “[...] em seu processo de reprodução, o ser vivo singular se encontra, por um lado, diante dessa totalidade da natureza inorgânica e orgânica e, por outro, numa relação de interações concretas com momentos parciais individuais, orgânicos e inorgânicos, dessa totalidade”. (LUKÁCS, 2013, p. 202).

Com o resgate do Trabalho como elemento fundante da sociabilidade, Lukács consegue articular a relação recíproca entre objetividade e subjetividade; ou seja, o poder determinante da produção material e espiritual da existência (causalidades) e a consciência prática (pores teleológicos) que interage com as causalidades, materializando, portanto, a Totalidade:

[...] um pôr teleológico sempre vai produzindo novos pores, até que deles surgem totalidades complexas, que propiciam a mediação entre homem e natureza de maneira cada vez mais abrangente, cada vez mais exclusivamente social. [...] vale a pena lançar um olhar para a modificação do próprio homem em tais processos, pois, fazendo isso, torna-se visível a dialética do conscientemente intencionado e do espontaneamente provocado nos homens pelo desenvolvimento. Costuma-se avaliar erroneamente essa situação a partir de dois pontos de vista opostos: por um lado, isola-se o papel ativo do homem nesse processo, desvincula-se a estrutura alternativa de sua práxis desses fatos realmente causadores da realidade, bem como de suas ações e retroações objetivas sobre os sujeitos dessas atividades. Através disso, é construída uma autonomia inextricável, infundada como base do seu ser e do seu devir. Por outro lado, as mudanças adquirem um caráter enigmático quando se atribui ao ambiente um poder mecânico irresistível. Na realidade, as alternativas são postas concretamente pelo metabolismo da sociedade com a natureza. O homem precisa reagir a elas, sob pena de ruína, com decisões alternativas ativas, com novos pores teleológicos. (LUKÁCS, 2013, p. 205-206).

Não há espaço para economicismos ou subjetivismos, no método marxiano. A processualidade histórica é, basicamente, o devir humanidade e mundo, que engloba atos singulares articulados à genericidade. O devir não é um barco à deriva e, também, não é um barco com porto absolutamente certo para atracar; há o confronto dialético, prático, entre Ser e Consciência, determinando-se reflexivamente, que começa no cotidiano e precisa retornar a ele. A consciência tem a capacidade de elevar o grau de apreensão do seu próprio devir, sua relação com o mundo; não existe no vácuo. É a consciência que apreende o complexo de complexos, a relação do tempo histórico entre passado, presente e possibilidades futuras concretas. Desconectar a consciência social das causalidades é incapacitá-la para compreender a vida social para além do caos aparente, da guerra de todos contra todos; universalizações produzidas pelo mundo burguês e mantidas no mundo socialista em que Lukács estava inserido, de forma menos evidente. Nesse sentido, a Consciência tem papel importante na luta pela emancipação, pois pode modificar a realidade, conhecendo-a para confrontá-la;

[...] o papel ativo da consciência na continuidade do ser social é qualitativamente mais significativo, é muito mais que um simples registro daquilo que emerge e submerge objetivamente, independentemente da sua percepção pelos envolvidos em tais processos. Pelo fato de figurar como medium mediador da continuidade, a consciência tem sobre esta retroações qualitativamente modificadoras. A conservação de fatos passados na memória social influencia ininterruptamente todo acontecimento posterior. Isso de modo algum abole a legalidade objetiva do processo, mas certamente a modifica, às vezes até decisivamente. (LUKÁCS, 2013, p. 210-211).

Como vimos, o que garante a eficácia do método onto-histórico em articular objetividade e subjetividade, sem esquecer a importância e os limites das elaborações da consciência social, é a ancoragem na categoria fundante do Trabalho, por mais autônomo que qualquer complexo *pareça* ser. Entendendo isso, temos a chance de orientar a práxis para um *novo* modo de produção, uma nova forma de produzir a existência: “[...] o trabalho, até o mais primitivo, cria continuamente o novo, tanto subjetiva como objetivamente; desse modo, surgem condições de reprodução totalmente novas para o ser social.” (LUKÁCS, 2013, p.215). Lukács afirma, ainda, que além da capacidade de criar o novo, o Trabalho (concreto) é essencialmente genérico, passível de distinção e elevação em meio aos múltiplos complexos particulares e não pode sair do horizonte teórico-prático, sob pena de perdermos o caminho da apreensão da Totalidade social: “[...] a ação genérica no trabalho, com todas as suas determinações objetivas, permanece como a meta última, [...]” (LUKÁCS, 2013, p.219), e, acrescentamos: para não se perder do caminho para a emancipação possível.

E, em meio à análise tão abstrata, Lukács nos dá mais um indício do que está analisando a sociabilidade soviética: ao tratar do complexo do Direito, sugere que a gênese da

permanência do Direito se deve a não superação do trabalho alienado: “[...] somente quando todas as condições e relações objetivas do trabalho social tiverem sido revolucionadas, [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 244). Permanência do complexo do Direito? Não faria sentido analisar a permanência do complexo do Direito no capitalismo se os seus fundamentos econômicos continuavam intactos. Como também não faria sentido apontar que nem *todas* as relações de trabalho foram revolucionadas em referência ao capitalismo. Percebamos o caráter propositivo, embora velado, desse texto, indicando os processos que ainda precisavam ser desenvolvidos no socialismo histórico, de pé, naquele momento.

Para compreender a centralidade do Trabalho, Lukács explica que é preciso compreender que não há complexo com autonomia absoluta; suas especificidades interagem como Totalidade, mas é o complexo do Trabalho que se constitui a gênese de todos eles, por menos aparente que seja a relação. É o momento predominante do desenvolvimento do ser social. Sem esse momento predominante, o devir seria caótico e, de fato, incognoscível. E lembra que essa é uma descoberta hegeliana. O Trabalho faz a mediação do ser social com sua esfera orgânica e inorgânica, tornando possível apreender a unidade objetiva. Por isso, o Trabalho carrega sempre a generidade, mesmo nos estágios mais primitivos da humanidade. O momento predominante é a determinação principal, não se refere a uma escala de valores de mais ou menos importantes. Aponta o marxismo vulgar como um dos responsáveis por uma hierarquia de esferas que colocou a infraestrutura como mais importante que a superestrutura, mas reconhece que é, sobretudo, a legalidade do processo de socialização que distancia a apreensão da centralidade econômica:

[...] à medida que se tornam cada vez mais sociais as atividades humanas que, em última análise, estão a serviço do cumprimento daquilo que é exigido pela reprodução ontogenético-biológica dos homens, tanto mais forte se torna a resistência do pensamento em conceder à esfera econômica essa prioridade ontológica com relação a todas as demais. (LUKÁCS, 2013, p. 258).

Com as formulações categoriais apresentadas, o pensador húngaro avança muito na recuperação da ontologia marxiana. Se o foco, nesse momento, fosse a crítica da sociabilidade capitalista, certamente, apresentaria na análise o peso do Fetichismo da mercadoria no processo objetivo das determinações econômicas e, portanto, do trabalho alienado, da apropriação privada da riqueza social. Se o objeto fosse o capitalismo, esse elemento não poderia ser negligenciado. Ao invés disso, o pensador húngaro reforça, de maneira genérica, o peso da socialização humana como segunda natureza, criadora de reificações. Em *HCC*, diferentemente, a segunda natureza é determinada historicamente, como o peso da

autonomização reificadora da reprodução capitalista que reduz o ser social a objeto. Extraiu essa ancoragem de Marx, quando este afirmava que, no capitalismo, as pessoas são meros representantes de mercadorias. Na obra de maturidade, Lukács apresenta a segunda natureza sem vinculação direta com as determinações específicas do capitalismo: “[...] toda essa segunda natureza representa uma transformação da primeira, que foi efetuada pelo próprio gênero humano, que ela se defronta com o homem que vive dentro dessa segunda natureza como a produção de sua própria generidade.” (LUKÁCS, 2013, p.255). O distanciamento não significa erro de formulação categorial; ao contrário, indica que o autor olhava para o processo histórico, e, naquele momento, essa processualidade continha uma experiência de socialismo. Isso explica as categorias lukacsianas apresentadas sempre com duplo aspecto, uma dimensão positiva e negativa, mesmo aquelas que em Marx, foram tratadas como exclusivamente negativas. Alienação e a Reificação não tinham desaparecido na nova sociedade que o pensador analisava, mas apresentavam novas particularidades em seu desenvolvimento.

Considerando esse contexto de análise, faz sentido a invisibilização do Fetichismo da mercadoria enquanto base da reformulação da Categoria Reificação na obra de maturidade. A Fetichização, não mais atrelada ao movimento da mercadoria, se manifesta somente como autonomização absoluta dos complexos em relação ao complexo do Trabalho, e essa falsa autonomia absoluta dificulta a apreensão da Totalidade. A sociabilidade capitalista surge como parte da análise histórica, mas não parece ser o foco do estudo. Não estamos afirmando que há uma oposição entre capitalismo e Totalidade. O capitalismo é uma totalidade alienada, da mesma forma que o socialismo soviético foi uma totalidade alienada. E, se considerarmos o capital de forma geral, no sentido meszariano, capitalismo e socialismo formaram uma totalidade alienada, quando coexistiram. O cerne da questão que estamos apontando é que não faz sentido invisibilizar o Fetichismo da mercadoria se o objeto de análise do autor for o capitalismo.

De fato, a autonomização absoluta de qualquer complexo inverte a relação objeto x sujeito, mas o desaparecimento categorial do Fetichismo específico da forma capitalista é muito problemático, uma vez que o trabalho alienado e o movimento da mercadoria permaneceram no socialismo soviético, embora de forma peculiar. Outra evidência da preocupação lukacsiana em descobrir os limites e possibilidades da experiência socialista está na identificação da diferença principal entre socialismo e capitalismo:

[...] o desenvolvimento econômico produz constantemente novas formas do mais-trabalho, novas formas de sua apropriação (e de suas garantias jurídicas), novas formas de sua distribuição entre os diferentes grupos e estratos de apropriadores. O

que se conserva como substância desse desenvolvimento desigual e repleto de contradições na mudança continuada fica reduzido ao fato da apropriação e – em decorrência do crescimento das forças produtivas – à crescente quantidade e qualidade do que é apropriado. O socialismo se diferencia das demais formas de sociedade “só” pelo fato de que nele a sociedade como tal, a sociedade em sua totalidade, torna-se o sujeito único dessa apropriação, de que esta, por conseguinte, deixa de ser um princípio diferenciador das relações entre um homem singular e outro, entre um grupo social singular e outro. (LUKÁCS, 2013, p. 269).

Como o destaque foi para a apropriação da riqueza, sem tratar do trabalho emancipado propriamente dito, podemos concluir que o socialismo aqui é a sociabilidade concreta pós-capitalista soviética, e não um socialismo idealizado, pensado como futuro distante. Quando trata da Reificação capitalista, o autor é bem direto, e a categoria tem sempre caráter negativo:

[...] a representação fetichizante-idealista da independência absoluta dos complexos singulares, tão frequente nas ciências históricas e sociais, parte, por um lado, de uma representação estreitada e reificada do econômico; as suas rigorosas legalidades, que de fato existem, fazem esquecer por força dessa objetivação que o econômico não é uma realidade puramente objetiva, indiferente à nossa existência, como a natureza inorgânica, que ele é, muito antes, a síntese no plano das leis daqueles atos teleológicos que cada um de nós efetua ininterruptamente e – sob pena da ruína física – tem de efetuar ininterruptamente durante toda a sua vida. [...] Por outro lado, é preciso romper com a representação igualmente reificada, nascida da oposição abstrata à reificação capitalista, como se um crescente isolamento intelectual do indivíduo em relação ao seu entorno social, sua independência (imaginária) em relação a ele, pudessem promover ou mesmo produzir a riqueza e o fortalecimento da individualidade. Quanto mais rica e forte for uma individualidade, tanto mais entrelaçadas estarão suas respostas à vida com o ser-propriadamente-assim da sociedade em que ela vive, tanto mais autenticamente elas serão trazidas à existência pelas questões da época – mesmo que tenham uma postura negativa diante das correntes da época. (LUKÁCS, 2013, p. 269-270, grifo nosso).

Aqui o autor apresenta sua formulação categorial amplificada de Reificação, entendida como autonomização absoluta dos complexos, desdobrada sempre da categoria fundante, o Trabalho concreto, o elemento que faltava em *HCC*. Contudo, não podemos esquecer que o Trabalho no capitalismo assume a forma alienada do Trabalho abstrato, pouco destacado no texto. O que é outra evidência que o foco principal do autor não era o capitalismo. O Trabalho fundante é essencial para extrair da essência da Reificação a saída para uma nova forma de produção da riqueza. Sem isso, a crítica ao capitalismo não é propositiva, objetivamente.

Considerando o contexto histórico das formulações categoriais da obra de maturidade lukacsiana apresentado até aqui, temos melhores condições de destacar nosso objeto de estudo, de forma mais inteligível, considerando o motivo do abandono do Fetichismo da Mercadoria como fundamento da Reificação. Esta é tratada de forma mais direta no interior da análise da Categoria *Alienação*, embora o autor faça reflexões pulverizadas em toda a obra. Isso

acontece porque os complexos são simultâneos e articulados reflexivamente. Não dá para separar ou hierarquizar mecanicamente. É a Totalidade concreta, é o complexo de complexos; o que exige muito do pesquisador. Considerando toda essa imbricação, vejamos mais de perto.

A Reificação continua, na obra de maturidade, entendida como expressão da Alienação; a novidade está em apreendê-la como portadora de duplo aspecto, não sendo mais um negativo absoluto, exclusivamente desdobrado do Fetichismo da Mercadoria, como preconiza Marx, e como foi apresentada na obra lukacsiana de juventude. O pensador magiar identifica um aspecto positivo, inofensivo, da Reificação, chamado de *reificação inocente*; entretanto, a ênfase continua na análise do seu aspecto negativo, gerado pela dominação do sujeito social por suas objetivações. Consideramos o desdobramento de um suposto duplo aspecto da Reificação incompatível com a análise da sociabilidade capitalista. Ao longo de nossa investigação, apresentamos a Alienação como inversão objeto x sujeito. E porque o Fetichismo não seria mais a gênese da Reificação? Reforçamos nossa hipótese: o desdobramento de um duplo aspecto da Reificação é inteligível, somente, se o objeto de análise for a experiência socialista. Lukács buscava compreender as permanências, os elementos não superados, e quais possibilidades haveria, ou não, de superação. Lutava pela preservação e elevação dessa nova sociabilidade, apesar de todas as suas contradições. Não faria sentido buscar elementos insuperáveis como contributivos para a luta contra o capitalismo. E extraímos algumas passagens que ajudam a apreender a reformulação da Categoria Reificação no Lukács maduro.

4.3.3 Alienação e Reificação em Para uma ontologia do ser social

Como já antecipamos, na obra de maturidade de Lukács (*POSS*), encontramos a análise da Categoria Reificação como forma determinada da Alienação, mantendo a premissa de *HCC*, que por sua vez foi extraída de Marx; entretanto, apresenta-se com peculiaridades diferenciadas da obra de juventude, continuidades e descontinuidades históricas que se refletiram na formulação teórica. Iniciamos com uma continuidade importante. A obra de maturidade mantém a Totalidade, tornando-a mais determinada pela mediação do trabalho concreto, e dessa concreticidade extrai a Alienação, demarcada pelo seu caráter radicalmente histórico. A Alienação é:

[...] fenômeno exclusivamente histórico-social, que emerge em certos picos do desenvolvimento em curso, assumindo a partir daí formas historicamente sempre diferentes, cada vez mais marcantes. A sua constituição, portanto, não tem nada a ver

com uma *condition humaine* universal, possuindo menos ainda qualquer universalidade cósmica. (LUKÁCS, 2013, p. 577).

Se não é uma condição humana universal, a Alienação é, por conseguinte, superável historicamente. E como podemos superá-la? Ao longo da obra apresenta-se o elemento determinante que precisa ser considerado para pensar sua superação: o Trabalho fundante do ser social é a chave para apreender como as objetivações são produzidas e tornam-se autônomas da consciência. A gênese da Alienação está na produção material da existência:

[...] o problema central que nos interessa é o próprio antagonismo dialético que se exterioriza como estranhamento⁸². [...] o desenvolvimento das forças produtivas acarreta de imediato um incremento na formação das capacidades humanas, que, no entanto, abriga em si simultaneamente a possibilidade de sacrificar os indivíduos (e até classes inteiras) nesse processo. Essa contradição é necessária, pois pressupõe, no plano do ser, momentos do processo social do trabalho, que já reconhecemos anteriormente, em outras conexões, como componentes inelimináveis do seu funcionamento como totalidade. (LUKÁCS, 2013, p. 580).

O pensador húngaro afirma que a Alienação é intrínseca ao próprio processo de produção, qualquer produção desenvolvida em uma sociedade de classes, e não somente na produção capitalista. Concordamos plenamente. Entretanto, apresenta um conceito muito abstrato, com poucas determinações concretas. Observe que a determinação específica da sociabilidade capitalista, o Fetichismo da mercadoria, não aparece explicitamente, na análise, sendo a Alienação apreendida de forma geral, como o descompasso entre o desenvolvimento das capacidades e das personalidades:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo – e nesse ponto o problema do estranhamento vem concretamente à luz do dia –, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário: justamente por meio do incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar etc. a personalidade humana. (Basta pensar em muitos dos integrantes de equipes especializadas da atualidade, nos quais as habilidades específicas cultivadas de modo sofisticado têm um efeito altamente destrutivo sobre a sua personalidade). (LUKÁCS, 2013, p. 581).

Insistimos que a ausência de determinações específicas da sociabilidade capitalista na análise lukacsiana é um indicativo de que o autor tratava do descompasso entre capacidade e personalidade que se reproduzia na sociabilidade soviética. Não faria sentido negligenciar os elementos genéticos da Alienação capitalista já descobertos por Marx. Faz sentido no contexto do socialismo histórico que acreditava ter superado a exploração do trabalho e a desigualdade, embora muito longe das indicações marxianas do que seria uma sociedade emancipada.

⁸²O termo estranhamento nas citações de Lukács, nessa investigação (2013), tradução Boitempo, deve ser entendida como alienação no sentido de negativo absoluto.

Vimos na contextualização histórica que Lukács defendeu o socialismo soviético. Sendo assim, outro indicativo desse contexto da formulação é que o referido descompasso se constitui muito mais como consequência da Alienação, do que a própria essência da Alienação, o que ela é, seu ser. Então precisamos perguntar: qual a gênese desse descompasso? Essa é a pergunta que revela as determinações. O autor faz a reflexão sobre o problema do livre desenvolvimento das manufaturas à revelia do desenvolvimento espiritual dos indivíduos. Porque destacar a centralidade da produção fabril, quando o capitalismo de seu tempo já apresentava redução significativa de trabalho vivo em relação ao trabalho morto, e o capital fictício já sobrepuja-se ao capital produtivo? A economia planificada soviética poderia ainda se enquadrar na centralidade do capital produtivo fabril nos anos 1960. Nas páginas seguintes o autor afirma que o descompasso entre capacidade e personalidade é a gênese da Alienação. A citação é longa, mas muito necessária:

[...] o antagonismo fundamental entre desenvolvimento da capacidade e desdobramento da personalidade está na base de seus diferentes modos fenomênicos. Ora, esse é o caso em todos os fenômenos de estranhamento, especialmente no da produção mais desenvolvida. Para deixar mais clara em termos ontológicos essa factualidade descrita com precisão por Marx, tomei a liberdade de diferenciar terminologicamente um pouco mais o ato de trabalho [...] eu o decompos analiticamente em objetivação e alienação⁸³, enquanto Marx o descreveu de modo unitário, ainda que terminologicamente variado. No ato real, todavia, os dois momentos são inseparáveis: cada movimento, cada ponderação durante (ou antes) do trabalho está direcionado em primeira linha para a objetivação, isto é, para a transformação ideologicamente correspondente do objeto do trabalho: a consumação desse processo se exterioriza no fato de que o objeto que antes existia apenas no plano natural experimenta uma objetivação, isto é, adquire uma utilidade social. Recordo o elemento ontologicamente novo que vem à tona nesse processo: enquanto os objetos naturais como tais possuem um ser-em-si, o seu devir-para-nós tem de ser elaborado pelo sujeito humano no plano cognitivo – mesmo que isso se torne rotineiro devido às muitas repetições –, a objetivação expressa imediata e materialmente o ser-para-si na existência material das objetivações; dali por diante, ele passa a fazer parte de modo imediato de sua constituição material, mesmo que as pessoas que jamais tiveram algo a ver com esse processo específico de produção não sejam capazes de percebê-lo. [...] Porém, todo ato dessa espécie constitui simultaneamente um ato da alienação do sujeito humano. Marx descreveu com precisão essa duplicidade do trabalho, e isso reforça nosso direito de também fixar terminologicamente a existência dessa duplicidade desse ato unitário. (LUKÁCS, 2013, p. 582-583, grifo nosso).

Entendemos que a gênese indicada acima só faz sentido se referir-se a uma sociedade pós-capitalista, ainda em processo de desenvolvimento. O pensador húngaro esclarece que as diversas terminologias que usa é uma iniciativa própria para desdobrar, com mais detalhes, o processo de objetivação descoberto por Marx, mas parece indicar que o duplo

⁸³ O termo *alienação*, nessa citação, é entendido como estranhamento, negação do ser. Em outra edição da *POSS* é traduzido por Lessa como *exteriorização* (LUKÁCS, 2018a, p. 506).

aspecto do trabalho é, no limite, insuperável. Sabemos, por Marx, que o antagonismo entre capital e trabalho tem gênese historicamente determinada: a exploração do trabalho vivo pela propriedade privada dos meios de produção por uma classe; se tratarmos, especificamente, da sociabilidade capitalista, a gênese é o Trabalho abstrato. Desdobrar o processo de objetivação, explicitando a exteriorização pela qual o objeto volta-se para o sujeito, transformando-o, sem discriminar o que determina se o retorno é negativo ou positivo para o sujeito, abre espaço para problemas de interpretação. Marx já elucidara esse processo no capitalismo. Lukács demonstra o processo de forma muito geral, destacando com mais detalhes apenas o momento em que a causalidade está em relação reflexiva com a teleologia, qualquer causalidade, qualquer teleologia. Sabemos que o Fetichismo da mercadoria é uma expressão negativa desse processo; trata das objetivações (movimento da mercadoria) que se voltam, nesse caso, de forma exclusivamente negativa, para o sujeito na reprodução capitalista. Lukács, ao contrário, parece indicar que o limite imposto pelo objeto, qualquer objeto, submete o sujeito, em algum grau, no processo de objetivação (limites causais); o que seria intrinsecamente negativo e inevitável. Nesse sentido, na compreensão do autor, a Alienação possuiria, de fato, um duplo aspecto, um positivo e outro negativo. Em nossa compreensão, os limites causais não são tratados como Alienação por Marx. E o duplo aspecto apontado por Lukács não é uma ruptura com Marx, mas a análise de uma nova sociabilidade. Defendemos que esses são os elementos concretos que levaram Lukács à reformulação categorial da Reificação.

Como já advertimos em nota, o termo *alienação* na citação anterior de Lukács é traduzido em outra edição da *POSS* como *exteriorização* (LUKÁCS, 2018), o que poderia evitar o duplo sentido ao termo alienação, compreendendo-o sempre como negativo absoluto, ou “crítico negativo” como diria José Paulo Netto,⁸⁴ o que consideramos ser a abordagem feita por Marx em toda sua trajetória. Entretanto, o problema não parece ser de tradução, mas da própria formulação categorial lukacsiana. Ao isolar o momento da exteriorização como o voltar-se do objeto para o sujeito, em relação recíproca, parece⁸⁵ mesmo que o autor está pensando em Alienação, sentido negativo, uma vez que nesse momento da objetivação o sujeito está

⁸⁴Ver palestra sobre Ideologia no Lukács maduro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWCjQVptv7w&list=PLHiE8QPap5vQVG1X3S0HnMNVxT2G77SJh&index=6>.

⁸⁵Não dispomos de passagens diretas do texto que explicitem a análise do socialismo soviético, pelos motivos amplamente conhecidos sobre a impossibilidade de críticas diretas ao regime stalinista; este se identificava com a referida sociedade. Sendo assim, foi necessário utilizar termos indiretos como *parece, indica, sugere* para apresentar os indícios, passagens de análise indireta. Acreditamos, porém, que o conjunto do processo histórico apresentado na pesquisa dá condições para desvelar as linhas que não puderam ser escritas. As lacunas históricas revelam mais do que escondem.

submetido à influência do objeto, potencialmente negativa, que pode desenvolver-se ou não. Em outras palavras, a Categoria carrega duplo aspecto, e a negatividade está lá. Há, em nossa compreensão, duas categorias na análise lukacsiana de maturidade sobre a Alienação: na tradução da Boitempo (LUKÁCS, 2013), aparecem os termos *alienação* (duplo aspecto) e *estranhamento* (aspecto somente negativo); na tradução de Lessa (LUKÁCS, 2018a) aparecem os termos *exteriorização* (duplo aspecto) e *alienação* (aspecto somente negativo). O leitor deve considerar qual é o mais inteligível. Marx não faz esse desdobramento; considerou que a Alienação é uma objetivação negativa, historicamente determinada, que, por sua vez, gera consciência negativa em algum grau (falsa consciência); não sendo possível gerar consciência plena da realidade em uma sociabilidade que se baseia na oposição entre capital e trabalho. Considerando isso, não havia necessidade de desdobrar movimentos internos da objetivação negativa. Como seu objeto era o capitalismo, focou sua essência, sempre negativa, e, com o desvelamento do movimento da mercadoria apresentou essa negatividade concretamente. Repetimos: Lukács, ao não determinar geneticamente a Alienação que analisa, cria um conceito abstrato, dificultando a interpretação. Além disso, ao desdobrar excessivamente o processo de objetivação, separa a exteriorização, ainda que não afirme a separação⁸⁶. O autor pode ter criado uma antinomia, pois como seria possível uma objetivação positiva (realizadora do Ser) gerar uma exteriorização negativa (desrealizadora)? Ou vice-versa? Como o autor enfatiza com muita frequência a exteriorização, e bem menos a objetivação em si mesma, não parece apenas situar o espaço da subjetividade no processo de produção. Essa formulação faz mais sentido se referenciada pelas contradições da sociabilidade soviética. É como se Lukács afirmasse que as objetivações econômicas criadas pelo socialismo histórico fossem positivas, mas não o suficiente para garantir o retorno positivo delas sobre um sujeito supostamente emancipado do capitalismo. Isso explicaria por que, em seu entendimento, a personalidade estaria em descompasso com as capacidades. Em Marx não há essa dificuldade, porque seu objeto é o capitalismo⁸⁷, e nele, a objetivação e a exteriorização são sempre negativas. As capacidades que se desenvolvem beneficiam uma classe particular, e de forma parcial, porque o capitalista também está submetido ao Fetichismo. Não tem como uma produção baseada na exploração do

⁸⁶Lukács está plenamente consciente de que objetivação e exteriorização estão, inexoravelmente, relacionados, um movimento único, apenas desdobrado didaticamente. O problema de sua formulação é a ênfase na exteriorização ao longo de toda a obra, mesmo repetindo, axiomáticamente, que o momento predominante é a objetivação *per se*.

⁸⁷Afirmar o capitalismo como objeto de Marx não nega o caráter ontológico de estudo da humanidade enquanto ser social, ao contrário, afirma esse caráter. O ser social não consegue se realizar sob o metabolismo capitalista. Desvendar as bases e indicar os pontos de superação do capitalismo são condições necessárias para orientar a práxis na direção do desenvolvimento do ser social emancipado.

trabalho vivo produzir retorno positivo sobre o ser social, então não faz sentido esse desdobramento da exteriorização, nesse contexto. Como já afirmamos, não se trata de erro conceitual, mas expressão das insolúveis contradições do socialismo histórico vivido por Lukács, do qual ele extraiu os elementos concretos para suas formulações. O método onto-histórico não permite elaborações teóricas desconectadas da vida social, como sabemos. O autor, provavelmente não teve condições políticas de explicitar as determinações soviéticas, mas isso não o impediu de procurar saídas para o seu desenvolvimento.

É importante frisar que não estamos negando a teoria do reflexo, pois dissolveria a unidade dialética entre objetividade e subjetividade que movimenta a contradição, e o próprio devir. O destaque de Lukács ao movimento de retorno da objetivação para o sujeito é extremamente importante, pois revela o ponto exato em que o modo de produção impõe ao ser social uma resposta, mas não poderia ser o lugar manifesto da essência da Alienação, como o autor defende. Este, talvez sem perceber, desloca a centralidade da objetivação em si mesma para o impacto desta sobre o sujeito, o momento do retorno sobre a consciência social. Nesse sentido, fica aparente que o modo de produção em si mesmo não é mais o problema principal. Diante disso, o foco do autor não pode ser o capitalismo.

Explicando de outra forma: sabemos, pela análise marxiana, que a Alienação é a relação na qual o sujeito está dominado por suas objetivações, relação invertida entre sujeito e objeto; mas a formulação é feita a partir de uma forma historicamente determinada (capitalismo), com gênese específica (trabalho abstrato) e reprodução específica (Fetichismo da mercadoria). Nessa sociedade, o sujeito está dominado pelo movimento da mercadoria (relação social) que ele próprio produziu. O retorno negativo da objetivação sobre o sujeito surge de uma produção negativa, baseada em uma geleia meramente quantitativa de trabalho humano, e o momento do retorno sobre o ser social é, sempre, negativo. Assim, a Alienação, em Marx não possui duplo aspecto. Nesse sentido, sabemos exatamente qual deveria ser o alvo da luta se as massas se apropriassem da Teoria revolucionária: a dissolução do modo de produção capitalista para criação do trabalho livremente associado, e deste surgir o ser social livre produtor de suas objetivações, emancipado, não-alienado. No Lukács maduro, o cerne da análise não se localiza na produção em si mesma, mas no momento do retorno da objetivação sobre o ser social, na força que a autonomização do objeto tem sobre a consciência, qualquer objeto. A gênese da Alienação se apresenta para o autor, nesse momento, como limitação imposta pelo próprio objeto, suscitando graus diferenciados de Alienação em cada indivíduo.

Lukács afirma que uma das causalidades dessa Alienação intrínseca ao processo de objetivação é a própria pluralidade de objetivações da vida cotidiana dos indivíduos, no momento do retorno, que não pode ser apreendida plenamente pela consciência. Essa conclusão não responderia adequadamente ao problema, se o objeto fosse o capitalismo, uma vez que Marx revelou a gênese da Alienação no Trabalho abstrato reproduzido como mercantilização da vida, o Fetichismo. Por outro lado, se o objeto for a economia planificada soviética, seria mais coerente, considerando que esta sociabilidade, na aparência, teria resolvido o problema da exploração do trabalho, e ainda assim, o ser social não se realizava. Nesse sentido, o processo de produção possível naquele momento revelava que a Alienação era, em algum grau, dissociada da produção em si mesma, e no limite, insuperável; considerando, exclusivamente, o nível da produção. E, talvez, aí esteja o gancho para a Ética buscada pelo autor como forma de elevação das personalidades e a superação do referido descompasso com as capacidades.

Considerando a unidade dialética entre objetividade e subjetividade para apreender o momento de elevação das personalidades, Lukács destaca o cotidiano como o lugar da produção e manifestação da Alienação; e esse é, ontologicamente, o principal espaço de onde surgirão os homens concretos que lutarão pela emancipação, nesse caso a elevação das personalidades. Concordamos. O que é bastante ousado, se considerarmos a herança Leninista-stalinista do Partido, controlador da ação das massas. O autor apresenta, primeiramente, o indivíduo e sua relação com a sociabilidade:

[...] cada trabalhador reage individualmente ao modo como as suas alienações retroagem sobre a sua personalidade. As decisões alternativas que se originam daí são direta e primeiramente individuais. [...] vislumbramos no homem singular um dos polos ontológicos, um dos polos reais de todo e qualquer processo social, visto que o estranhamento é um dos fenômenos sociais que mais decididamente está centrado no indivíduo, torna-se importante lembrar que, também nesse caso, não se trata de uma “liberdade” abstrata individual, à qual se contraporía, no outro polo, no da totalidade social, uma “necessidade” igualmente abstrata, só que abstrata social, mas que não é possível eliminar totalmente a alternativa de nenhum processo social. Mesmo quando a questão é se uma estrutura social, em seu desenvolvimento ulterior, consegue preservar a peculiaridade que tinha até aquele momento ou se reverterá em algo essencialmente diferente, a mudança não se efetua sem alternativas. (LUKÁCS, 2013, p. 584-585).

O autor nos enche de esperanças objetivas. Por maior que seja o peso dessas sociabilidades alienadas, sempre existem alternativas possíveis. Reflexão importante para vislumbrar saídas para a Alienação no próprio cotidiano, embora este precise de estratégias de elevação, mesmo que temporárias e precárias. Lukács destaca o sujeito revolucionário em potencial:

[...] se e como uma insatisfação com a própria vida estranhada, que eventualmente esteja latente ou que repentinamente aflore à consciência, se transformará em ação depende, via de regra, predominantemente de ponderações e decisões pessoais. Isso se refere a todas as formas do estranhamento, tanto às que surgem no plano socioeconômico imediato quanto àquelas em que a forma fenomênica imediata é ideológica (religião), embora também estes e semelhantes modos de estranhamento, por mais remotamente mediados que sejam, estão, em última análise, socialmente fundados. Porém, talvez nem seja demasiadamente ousado afirmar que, no caso destes últimos, as decisões puramente pessoais têm mais peso. De qualquer modo, nesse tocante, nunca se deve esquecer que também as decisões puramente pessoais no plano imediato se dão sob condições sociais concretas, são respostas às perguntas que emergem dessas condições. (LUKÁCS, 2013, p. 587-588).

Por que Lukács não aponta os trabalhadores de forma explícita como sujeito revolucionário? Nossa hipótese: porque o foco é a elevação da personalidade na sociabilidade soviética, supostamente, livre da luta de classes, gerenciada pelos próprios trabalhadores através do Partido; e não a luta contra a exploração do trabalho e as demais determinações capitalistas amplamente conhecidas. Nesse contexto, o ser humano pode emergir como sujeito geral, sem classe. O pensador húngaro manteve, da forma como pôde, o caráter ontológico da sua análise, e mesmo com o foco na elevação da personalidade, Lukács não resvala em subjetivismo:

[...] o desenvolvimento do homem até chegar a uma autêntica generidade de modo algum é, como descrevem a maioria das religiões e quase todas as filosofias idealistas, meramente um simples desenvolvimento das assim chamadas capacidades “superiores” dos homens (pensamento etc.) com a simultânea repressão da sensibilidade “inferior”, mas precisa expressar-se no complexo total da existência humana, portanto também – no plano imediato até: antes de tudo – em sua sensibilidade. (LUKÁCS, 2013, p. 591-592).

O ser social está irremediavelmente ligado à generidade, e uma das formas de elevação da personalidade seria tornar o indivíduo capaz de apreender a sua generidade como processo objetivo. Surge no texto, então, mais determinações do que seria a Categoria Reificação em sua obra de maturidade:

[...] a generidade constitui um processo real, mais exatamente, um processo que não transcorre paralelamente aos indivíduos, o que os obrigaria a permanecer na condição de meros espectadores; a sua verdadeira processualidade consiste, muito antes, em que o processo não reificado da vida singular forma uma parte integrante indispensável da totalidade dinâmica. Só quando o homem singular apreende a sua própria vida como um processo que faz parte desse desenvolvimento do gênero, só quando ele, por essa via, experimenta e busca realizar a sua própria conduta de vida, os autocomprometimentos daí decorrentes, como pertencentes a esse contexto dinâmico, só então ele terá alcançado uma ligação real e não mais muda com a sua própria generidade. Só quando tiver a intenção de almejar ao menos seriamente uma generidade desse tipo em sua própria vida o homem conseguirá apropriar-se de sua própria elevação acima de seu ser-homem meramente particular – pelo menos como obrigação perante si mesmo. (LUKÁCS, 2013, p. 601).

A Reificação, de acordo com as pistas acima, é a forma específica de Alienação que gera a dissociação entre indivíduo e gênero humano, é a Totalidade social concreta fragmentada. Essa formulação não está muito distante daquela apresentada em *HCC*. A diferença é que, na obra de juventude, o autor indicava a gênese da fragmentação: o movimento da mercadoria (Fetichismo da mercadoria). Na obra de maturidade, a gênese não é explicitada de forma adequada. Até aqui, é apresentada como o descompasso entre capacidades e personalidade resultante do retorno limitador da objetivação sobre o sujeito. E reconhece que está tratando de nova forma de Alienação:

[...] não pode haver estranhamento como categoria antropológica geral ou até supra-histórica, [...] a superação econômica de uma situação social estranhada pode, com muita frequência, acarretar uma nova forma de estranhamento que supera aquela, diante da qual os meios de luta experimentados já de longa data passam a mostrar-se impotentes. [...] também com um fenômeno cujo efeito precípua atinge o homem singular enquanto homem singular. Num sentido generalizado, isso naturalmente se refere a tudo que acontece socialmente: somente em decorrência da soma social de atos singulares podem efetuar-se objetividades, processos etc. socialmente relevantes. No processo de produção, contudo, essa síntese somatória se dá de modo tão irresistivelmente espontâneo que o desempenho do homem singular, a sua peculiaridade expressa nesse desempenho, só adquire validade na totalidade econômica como modo de trabalho socialmente necessário, essencialmente só como média [...] (LUKÁCS, 2013, p. 605).

De qual Alienação superada Lukács estaria se referindo? Entendia que a alienação capitalista fora superada pelo socialismo soviético? Estaria lidando com nova forma de Alienação? É o que a análise do pensador húngaro sugere. Sabemos que não há espontaneidade no processo da Alienação gerada pela exploração do trabalho, mas o controle implacável de uma classe sobre outra, além da própria autonomização do movimento da mercadoria, nada espontâneo, termo muito diferente de autônomo. Fica implícito que não é da Alienação capitalista que o autor trata, mas de uma etapa em que essa forma já estivesse, supostamente, superada, pelo menos na aparência, e dela outras formas surgissem, espontaneamente, no processo de produção. O novo cotidiano impor-se-ia, assim, novas formas de Alienação. Não faria o menor sentido tratar de formas de Alienação, ditas espontâneas, sobre a sociabilidade capitalista. Encontramos algumas passagens em que a sociabilidade capitalista é explicitada na análise. São claríssimas e apresentam o processo como negativo absoluto, tal como Marx desvelou:

[...] Percebe-se como a luta de classes prática do momento está inseparavelmente ligada à situação economicamente determinante. Quer um trabalhador, digamos, no século XIX, considerasse a jornada de doze horas como um destino humano universal, quer um trabalhador de hoje considere a sua manipulabilidade pela organização megacapitalista do consumo e das prestações de serviço como um estado de bem-estar humano finalmente alcançado, esses dois modos do estranhamento – tão diferentes

quanto à forma – correspondem exatamente às respectivas finalidades socioeconômicas do grande capital. Nesse tocante, está claro que quanto mais intensamente o estranhamento se apoderar de toda a vida interior do trabalhador, tanto mais desimpedidamente poderá funcionar a dominação do grande capital. Portanto, quanto mais desenvolvido for o aparato ideológico do capitalismo, tanto maior será a sua disposição de fixar mais firmemente tais formas de estranhamento nos homens singulares, ao passo que, para o movimento revolucionário dos trabalhadores, para o despertar, a promoção e a maior organização possível do fator subjetivo, desmascarar o estranhamento enquanto estranhamento, a luta consciente contra ele, constitui um momento importante (todavia: apesar disso, apenas um momento) da preparação para a revolução. (LUKÁCS, 2013, p. 624-625).

Observe-se como ao tratar do capitalismo, o texto desenvolve linguagem bem direta. Mas ao descrever a Alienação de forma geral, destaca que ela se manifesta de formas muito diversas e sobrepostas, denominando essa propriedade de *pluralismo ontológico* da Alienação. Novamente, aqui não parece tratar-se do capitalismo, pois o *ontológico*, nessa apropriação, sugere ser sinônimo de insuperável, um circuito eterno no qual se debelaria um tipo de alienação, ao mesmo tempo em que surgiria outra forma:

[...] é perfeitamente possível e também ocorre frequentemente na realidade que pessoas combatam com fervor um dado estranhamento que mais as oprime e, simultaneamente, em outros campos, não deem nenhuma atenção a outros estranhamentos. De fato, particularmente nos casos em que a pessoa se percebe como objeto que sofre um dos estranhamentos, enquanto, no outro, ela é mediadora ativa – socialmente desencaminhada – de seu ser objetivo no caso real do homem singular, ela pode, a despeito de todo o ódio profundamente convicto contra o primeiro estranhamento, continuar a desempenhar um papel ativamente estranhador no segundo. (LUKÁCS, 2013, p. 633).

Reconhecemos essa complexidade, mas esse tipo de ontologização da Alienação, sugestiva de insuperabilidade, mudando apenas a forma e o grau, é problemática e não ajudaria a chegar à causalidade principal dos limites do socialismo histórico e muito menos para compreender os limites do capitalismo. Entendemos que a análise marxiana da Alienação sugere que a superação do modo de produção que explora o trabalho cria um ser social pleno, senhor de suas objetivações cotidianas. Sendo assim, as formas de Alienação decorrentes da exploração do trabalho não poderiam sobreviver, e, portanto, o descompasso entre capacidades e personalidades não durariam muito tempo. É preciso considerar que Lukács não teve condições históricas de partir da premissa mais importante: o socialismo soviético não desenvolveu o trabalho livremente associado, essa era a fonte real do tal descompasso. A forma emancipada de trabalho é o lugar da gênese do ser social emancipado, com controle livre sobre o desenvolvimento de sua vida real. Lukács sabia disso até certo ponto:

[...] Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx mostra os contornos gerais decisivos da solução concreta e real dessa questão [...]: para que cesse a projeção estranhadora da essência da vida humana para o transcendente, o homem deve

compreender a sua própria gênese, a sua própria vida como momento de um processo no qual ele próprio sempre é um participante ativo, o qual, por isso mesmo, é seu próprio processo real de vida. (LUKÁCS, 2013, p. 647-648).

O pensador húngaro, talvez, não tivesse condições de apreender a amplitude dos impactos do não desenvolvimento do trabalho livremente associado no socialismo soviético. Ao longo de todo o texto, a Categoria Reificação está identificada ao próprio processo de objetivação, alienados ou não, e afirma que o termo foi cunhado por Marx:

Na base do Deus criador estão, portanto, bem diretamente as analogias das experiências de trabalho dos homens. Porém, nesse processo há ainda outras determinações que possibilitam a construção completa dessa forma de estranhamento tão universal e influente. Com efeito, à simples analogia com o processo associa-se o que Marx costuma chamar de reificação para dar início à significação desse modo de análise ontológica da coisidade. Embora a formação de um conhecimento mais abrangente e mais profundo da natureza leve cada vez mais decididamente a compreender os processos físico-químicos e os processos fisiológicos como o princípio autenticamente fundamental do ser na natureza, está claro que a existência das coisas de modo algum é mera aparência, nem mesmo um simples modo fenomênico, mas uma forma de ser que sob certas circunstâncias faz desaparecer na imediatidade os processos fundamentais da natureza. Ao constatar a processualidade como primária na natureza, Marx apontou corretamente para o desenvolvimento da Terra como processo. Contudo, de modo algum contradiz esse fato que, embora a Terra seja permanente, múltipla e qualitativamente modificada por esse processo, ela ainda assim preserve, em meio à mudança, uma determinada coisidade relativamente constante em sua objetividade. É isso que ocorre com a natureza descendo até o nível dos seixos. Em conformidade com isso, o trabalho – ele próprio um processo – pode em parte tornar um processo natural diretamente útil para o homem, em parte ele transforma uma coisa em outra coisa – uma vez mais, numa coisa útil – por exemplo, uma pedra em ferramenta. Desse modo, nada ainda teria sido modificado na dualidade recém-descrita de processo e coisa mediante a sua socialização. Contudo, o que constitui uma diferença de graves consequências nesse ponto é a mudança no modo de ser do produto do trabalho, já ressaltada por nós em outros contextos: o fato de ele passar a ser não só um objeto, mas também uma objetivação, tendo como consequência que o seu ser-para-nós não seja mais só um produto do processo de conhecimento, como nos objetos da natureza, mas necessariamente exista também numa ligação orgânica com a sua constituição ontológica, com o ser-propriadamente-assim de sua objetividade objetiva. Sobretudo, o fato de que esse ser-para-nós objetivo só consiga demonstrar e preservar o seu ser no processo econômico de reprodução. (LUKÁCS, 2013, p. 661-662).

A Reificação, pelas pistas acima, com mais determinações que a formulação anterior, é o próprio processo de objetivação humana, o próprio caráter ontológico da realidade, o grau de autonomização alcançado pelos objetos em relação à consciência (coisidade). Processo determinado pelo trabalho, em última instância, mas que vai além dele próprio. É, novamente, a questão do retorno do objeto sobre o sujeito, mas agora temos mais clara a autonomização dos objetos frente à consciência. Há uma diferença sutil entre objetivação e Reificação, determinada pelo grau de autonomização do objeto frente à consciência. Ou seja, quanto mais autônomo for o objeto, mais reificado ele é. Lukács explica, antes da citação abaixo, que o *ser-para-nós* é constituído, segundo Marx, pela objetivação de valores de uso:

Essa determinação marxiana mostra claramente a essência de tal ser-para-nós que surgiu mediante o trabalho. Por um lado, ele só existe no trabalho bem-sucedido enquanto componente existente de um complexo existente. (O produto do trabalho malsucedido permanece natural, tendo um ser-para-nós natural, meramente pensado.) Por outro lado, o produto do trabalho não utilizado volta a submergir num ser meramente natural. Portanto, esse ser-para-nós enquanto ser real é uma categoria exclusiva do ser social. Porém, também mediante essa vinculação indissolúvel do ser-para-nós objetivamente existente a uma determinada utilização (eventualmente ser-consumido) no processo econômico, esse ser social igualmente se revela como uma reificação. Antes de passar a expor com as palavras de Marx as determinações específicas dessa categoria, devemos apontar para o fato de que, no uso exclusivo de certas coisas como portadoras de funções rigorosamente diferenciadas para cada processo, aflora a tendência de validar o seu funcionamento de um modo puramente coisal. Quanto mais desenvolvidos forem os modos técnico-econômicos de trabalho de uma sociedade, tanto mais multiformes e resolutos serão. Nesse momento ainda não há nada que obrigue as forças que levam ao estranhamento a se tornarem operantes. Usa-se, por exemplo, uma lâmpada elétrica apertando um botão ao ligá-la ou ao desligá-la e normalmente a ninguém nem de longe ocorreria pensar que estaria pondo em movimento ou interrompendo um processo. O processo elétrico tornou-se uma coisa no quadro do ser cotidiano. É claro que a vida cotidiana está repleta de tais reificações espontâneas que não se tornam conscientes, e isso não em níveis altamente desenvolvidos. Poderíamos talvez dizer, generalizando: sempre que a reação a um processo, seja na produção ou no comércio ou no consumo, já não for mais consciente, mas for efetuada mediante reflexos condicionados, os processos que entram em cogitação são espontaneamente coisificados. As reações ao mundo exterior que daí surgem naturalmente também se referem à natureza; na vida cotidiana, o rio via de regra é tão coisificado quanto o barco que nele navega. (LUKÁCS, 2013, p. 663-664).

Reforçamos: com mais indícios extraídos da citação acima, podemos dizer que, conforme Lukács, quanto mais perfeita for uma objetivação humana, maior é o grau de autonomia desse objeto frente à consciência. Os valores de uso, usados cotidianamente, desconectam a consciência do processo de objetivação e passa a considerá-las como coisidades autocriadas. Novamente a inversão do sujeito dominado pelo objeto. Como são valores de uso seriam reificações espontâneas do próprio processo ontológico de objetivação, o que o autor denomina de *reificações inocentes*, em contraposição às reificações que, efetivamente, geram alienações negativas, denominadas de *reificações autênticas*:

[...] do ponto de vista do estranhamento em si, quando certos tipos de comportamento social “inocentes” penetram profundamente na vida cotidiana, eles reforçam a eficácia dos que já estão agindo diretamente nesse sentido; [...] Com efeito, quanto mais a vida cotidiana dos homens produzir modos e situações de vida coisificados – por enquanto ainda no sentido até aqui indicado –, tanto mais facilmente o homem da vida cotidiana se adaptará espiritualmente a elas enquanto “fatos da natureza” sem oferecer-lhes resistência espiritual-moral, e por essa via pode surgir em média – sem que, em princípio, isso vá necessariamente ocorrer – uma resistência atenuada contra autênticas reificações que produzem estranhamento. As pessoas se habitua a certas dependências reificadas e desenvolvem dentro de si – uma vez mais: possivelmente, em média, não de modo socialmente necessário – uma adaptação geral também a dependências que produzem estranhamento. Agora ficou claro que a reificação, a transformação da reação aos fatos cotidianos puramente por meio de reflexos condicionados, revela tendências ascendentes com o desenvolvimento das forças produtivas, com a socialização do cotidiano social: elas influenciam bem menos o

comportamento pessoal, por exemplo, de um cocheiro de tempos passados do que o de um motorista de automóvel dos dias de hoje. (LUKÁCS, 2013, p. 664-665).

Até aqui, a Reificação é apresentada na *POSS* constituída por um duplo aspecto, negativo e positivo, ou seja, desrealizador (ou não) do ser social; identificada com o processo de retorno da objetivação sobre o sujeito, criadora de condicionamentos inevitáveis, geneticamente espontâneos, no processo cotidiano de produção de valores de uso, fragmentando a Totalidade e autonomizando os complexos de forma absoluta para a consciência social. Defendemos que essa formulação traz diferenças significativas em relação à formulação marxiana, justamente, porque Lukács tratava de uma sociedade pós-capitalista. Quando formula a *Reificação autêntica* (negativa, alienada) recupera a descoberta marxiana do Fetichismo da mercadoria, embora de forma quase axiomática, como se fosse uma base distante, mas que não foi superada:

Tudo isso pressuposto, podemos passar para a determinação propriamente marxiana da reificação. Nas suas análises da estrutura da mercadoria, fundamentais para a ontologia do ser social, análises introdutórias à sua obra principal, ele denomina a forma de mercadoria como uma ‘objetividade fantasmagórica’, nas quais os objetos concretos materialmente reais e os processos da produção de valores de uso se convertem numa ‘geleia de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio’ [*O Capital*]. Sobre essa base, fundada sobre a essência dessa constelação que surge socialmente por necessidade espontânea, brota do intercâmbio de mercadorias, enquanto forma material e espiritual de reprodução da sociedade humana, a reificação propriamente dita, a reificação socialmente relevante. Marx determina a sua essência da seguinte maneira: O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (LUKÁCS, 2013, p.665).

Lukács recupera o Fetichismo da mercadoria como fundamento da Reificação, entretanto, distancia a relação, como já enfatizamos e apresentamos uma hipótese explicativa para esse movimento categorial. Entendemos que o Fetichismo da mercadoria foi consolidado no capitalismo e mantido na sociabilidade pós-capitalista, embora de forma aparentemente secundária, o que explicaria o distanciamento excessivo e a ênfase da Alienação surgida no processo de produção cotidiana de valores de uso, e pouquíssimo destaque aos valores de troca. Apesar da importância dessa recuperação, permanece o problema da *Reificação inocente*. A leitura que o autor húngaro faz da citação marxiana analisada acima sugere que a produção dos valores de uso cria os valores de troca, espontaneamente. Não entendemos o pensamento

marxiano dessa forma. Lukács parece indicar, também, que a gênese da Alienação é o cotidiano, em si mesmo, pelo seu caráter repetitivo, condicionador e pouco reflexivo. Entendemos que há uma diferença entre processos desenvolvidos *do* cotidiano e *no* cotidiano. Ou seja, as objetivações (positivas ou negativas) se desenvolvem *no* cotidiano, mas não são produtos *do* cotidiano em si; não é o cotidiano *per se* que determina que tipo de objetivação surgirá. Entendemos que há determinações que agem *no* cotidiano, impondo os condicionamentos negativos, alienadores. Embora o autor repita o tempo todo que é o modo de produção o momento predominante, perde um pouco desse lastro com a formulação de *reificação inocente*. Se toda objetivação gera algum grau de Reificação, então, as especificidades dos modos de produção não teriam importância. Mas, se o objeto do autor for o socialismo soviético, a situação muda, pois este, supostamente, pela melhoria nas condições de vida do cotidiano operário, produziria mais reificações inocentes que autênticas, sendo menos danoso ao desenvolvimento do ser social. O próprio autor reconhece que sua nova formulação da Categoria Reificação, portadora de duplo aspecto, afasta-se das formulações marxianas, uma vez que desloca a gênese da Reificação, para o período anterior à universalização da mercadoria:

Não nos encontramos em contradição com essa determinação de Marx quando separamos o que chamamos de reificações “inocentes” das reificações propriamente ditas e deslocamos a sua gênese para um período anterior à mercadoria e ao intercâmbio de mercadorias. A dedução ontológica marxiana da peculiaridade do ser social remete a dois pontos de partida genéticos. Por um lado, sempre é enfatizado de modo coerente que o trabalho é fundamento do devir homem, tanto em termos histórico-genéticos como por sua essência, constituindo força motriz decisiva e indispensável tanto da reprodução como do desenvolvimento para um patamar superior da existência humana. Por outro lado, em *O capital*, Marx introduz o quadro geral teórico-histórico do ser e devir da sociedade não com a análise do trabalho, mas com a da estrutura da mercadoria, da relação com a mercadoria. Trata-se aí de um estágio ontologicamente posterior do devir-homem e do ser do homem, um estágio que já abrange a gênese propriamente dita; isso fica evidente pelo fato de o trabalho (enquanto atividade concreta de criação de valores de uso) constituir um momento ininterruptamente presente, mas que simultaneamente sempre volta a ser suprimido, do complexo representado pela relação de mercadoria. A transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, os destinos sociais dessa forma do trabalho abstrato que voltou a ser objetivada perfazem justamente a essência da mercadoria em sua dinâmica no ser. Portanto, economicamente é evidente que o intercâmbio de mercadorias pressupõe o trabalho, ao passo que um trabalho, até mesmo um trabalho cujo desenvolvimento já leva à divisão social do trabalho, é perfeitamente possível antes da existência da mercadoria. (LUKÁCS, 2013, p. 666).

As explicações lukacsianas sobre as chamadas *Reificações inocentes* são muito problemáticas porque identificam estas com o próprio trabalho concreto e os condicionamentos cotidianos decorrentes da necessidade, inexorável, da humanidade de produzir sua existência. Isso cria relação intrínseca entre Alienação e qualquer forma de produção da existência;

independente do antagonismo capital x trabalho e, por conseguinte, seria insuperável. Essa formulação não se adequa à sociabilidade capitalista. Na economia soviética, pode fazer sentido, uma vez que a produção era voltada, prioritariamente, para valores de uso, o que explicaria o deslocamento da análise para a esfera da produção de valores de uso. Claramente, a análise da produção de valores de troca está secundarizada na obra. É como se o processo de objetivação do devir humano fosse a própria *Reificação inocente* de Lukács. Mais estranho, ainda, é a inserção da persistência da alienação religiosa. Persistência? Por que pensar em persistência de um tipo de alienação cujos fundamentos continuavam intactos? Também não faria sentido apontar fundamentos tão diferenciados das formulações marxianas, se o objeto de estudo fosse o capitalismo. Essa abordagem, em nossa compreensão, é inteligível somente na sociabilidade soviética, uma vez que o combate à alienação religiosa (leia-se combate ao poder clerical sobre as massas) era política de Estado, considerado um resquício capitalista a ser superado. Nesse contexto, faria sentido buscar novas determinações para a alienação religiosa que persistiu na, então, experiência socialista. Deixaremos o aprofundamento das *reificações inocentes* para debates futuros e ficaremos com as *reificações autênticas*, mais relevantes e concretas para a atualização da luta contra o capital e o capitalismo. Nelas, os valores de troca são, como já sabemos por Marx, determinações principais da Alienação:

[...] A nova forma objetiva “fantasmagórica” do valor de troca cria aqui – de maneira crescente com o desenvolvimento econômico – reificações cada vez mais incrementadas, cada vez mais universais, que, nos seus estágios mais elevados, no capitalismo, já se convertem diretamente em estranhamentos, em autoestranhamentos. Basta indicar que, para o trabalhador, a sua própria força de trabalho se converte em mercadoria, em valor de troca, que ele é obrigado a vender no mercado como se faz com qualquer outra mercadoria. Da compra e venda do escravo enquanto *instrumentum vocale* parte um caminho necessário, em cuja investigação não se pode esquecer que ele, por um lado, traz consigo um claro progresso socioeconômico, mas, por outro lado e simultaneamente, também acarreta – pela modificação das formas econômicas – uma intensificação das reificações e dos estranhamentos para autorreificações e autoestranhamentos socialmente nascidos. O grau de radicalidade com que os processos se reificam é evidenciado pelo papel desempenhado pelo dinheiro na vida cotidiana (e não só nela, mas até os píncaros da práxis econômica generalizada, até a teoria econômica de Marx). (LUKÁCS, 2013, p. 668-669).

A *Reificação autêntica* tem como base, portanto, o Fetichismo da mercadoria, embora de forma muito velada. O autor prefere destacar valor de troca de uma forma geral. Nossa hipótese: porque o valor de troca possui múltiplas formas históricas, e persistiu na sociabilidade pós-capitalista, enquanto, que o Fetichismo da mercadoria é mais determinante no capitalismo, como Marx explicitou. Essa abordagem indica que, para o autor, a Categoria Reificação não poderia ser desconsiderada, ao contrário, precisaria ser ampliada, retirada do escopo capitalista, para ainda ser útil na apreensão de outros tempos e sociedades que

desenvolveram relações de troca. Defendemos que essa mudança foi necessária para apreender a permanência da Reificação em uma nova sociabilidade que se pensava emancipada do capital. Isso foi possível ao atribuir-lhe duplo aspecto de objetivação. Identificou um processo contínuo de Reificação no passado pré-capitalista. Isso sugere que essa ampliação lhe daria condições para compreender o desenvolvimento da categoria no pós-capitalismo:

[...] Pense-se, por exemplo, na crescente desumanização da existência do escravo na Antiguidade, no autoestranhamento dos escravizadores, que já está contida na designação de um homem como *instrumentum vocale*. Naturalmente, a escravidão já é em si um estranhamento, e o é para todos os envolvidos; mas ela atingiu a sua forma de ser objetiva, que retroage com os efeitos mais deformadores sobre as pessoas, depois que o escravo se tornou uma mercadoria universal e quando a essa exclusão “natural”-brutal da essência humana nessas relações entre homens ainda se somou o princípio reificante da transformação em mercadoria. (Algo parecido, contudo não idêntico, pode ser observado na transformação feudal da renda do trabalho e dos produtos e renda do dinheiro.) [...] O que se revela aí é um movimento duplo: por um lado, o desenvolvimento extingue certas formas da autorreificação, no entanto, na maioria dos casos, só de tal modo que também nesse caso a barreira natural afasta e uma reificação mais primitiva é substituída por uma mais refinada. Isso acarreta espontaneamente não só uma elevação da base econômica da vida para a maioria dos homens, mas simultaneamente também uma humanização e uma desumanização de tais autorreificações. Pense-se em como, por exemplo, a crueldade, que jamais é própria do animal, mas sempre é humano-social, simultaneamente aumenta e diminui; uma comparação entre Gengis Khan e Eichmann ilustra claramente esse movimento duplo simultâneo. Das relações de produção que necessariamente são revolucionadas no plano econômico surgem tipos de comportamento pessoais-sociais igualmente necessários que lhes correspondem e que provocam esses movimentos interiormente duplicados. Estes fazem desaparecer, em certos casos, determinadas formas de reificação como já incompatíveis com o desenvolvimento humano, mas criam simultaneamente formas novas, mais desenvolvidas, mais socializadas, às quais muitas vezes é inerente uma tendência ainda mais forte para novas reificações. Assim, todo o progresso até aqui alcançado se converte num retrocesso e toda teoria do desenvolvimento da sociedade que não for rigorosamente ontológica fracassará diante dessa desigualdade irrevogável, interiormente contraditória. (LUKÁCS, 2013, p. 671).

Diante do exposto acima, para o Lukács maduro, as objetivações negativas, inerentes ao desenvolvimento do ser social, as *reificações autênticas*, são, no limite, insuperáveis, mudando de forma e intensidade; restringindo o espaço onde poderemos atuar na luta contra a Alienação. Essa compreensão é estranha se relacionada ao capitalismo. E para complementar, encontramos uma passagem que apresenta a distinção formal entre Alienação e Reificação autêntica:

[...] a reificação que Marx descreve, no intercâmbio de mercadorias, como necessariamente inerente a ele, em termos ideológicos, na relação imediata e acrítica com ele, leva com certa obrigatoriedade à autorreificação do homem, dos seus processos vitais; por essa via, esse tipo de reificação, em contraposição à forma universalmente ontológica já exposta num momento anterior, adquire uma tendência interior de passar diretamente para o estranhamento. Quanto mais fortemente o domínio dessa última tendência estiver fundado na vida socioeconômica de uma sociedade, tanto mais disseminada se tornará também a tendência de configurar

formas “inocentes” – do ponto de vista do estranhamento – de reificação como veículos do estranhamento. (LUKÁCS, 2013, p. 672-673).

A Reificação, pelo seu caráter de objetivação, é, segundo o autor, o veículo da Alienação. Ou seja, toda objetivação social é, potencialmente, alienante. Formulação extremamente problemática.

Resumimos as determinações encontradas até aqui: a Reificação no Lukács maduro seria o processo de autonomização dos objetos produzidos (objetivação) frente à consciência (subjetividade), com impacto de retorno sobre essa consciência, produzida cotidianamente, inerente à produção material da existência em qualquer sociabilidade; por isso, teria duplo aspecto, um retorno positivo ou negativo sobre o sujeito, dependendo da intensidade das relações de troca. Para o pensador húngaro, a prioridade do valor de uso é potencialmente positiva para o desenvolvimento do ser social, gerando *reificações inocentes*, enquanto, que, o valor de troca é necessariamente negativo, gerando *reificações autênticas*. Aqui fica mais evidente que não é o capitalismo o objeto de estudo, pois neste, não se pode dissociar valor de uso de valor de troca em sua reprodução. Quanto mais severa for a Reificação, mais isolados e absolutizados desenvolvem-se os complexos sociais, distanciados do complexo do trabalho e da apreensão da Totalidade, dificultando a resistência às múltiplas formas de Alienação. A formulação de maturidade permanece com o Fetichismo da mercadoria como base do valor de troca; contudo, ampliou a Categoria Reificação de tal forma, que, na aparência, dissimulou as determinações específicas de sua base. Insistimos: a invisibilização teórica do Fetichismo na reformulação categorial da Reificação parece indicar que o foco de sua análise era o socialismo histórico que vivenciou.

Considerando a vitória global do capitalismo, hoje, entendemos que precisamos recompor e explicitar a prioridade ontológica do Fetichismo da mercadoria para compreender a Reificação em seu estágio atual, com desdobramentos muito mais sofisticados do que no estágio capitalista conhecido pelo autor. Contudo, não podemos prescindir do legado do último Lukács: a recuperação da centralidade do trabalho fundante e da Totalidade concreta dos complexos sociais para apreender a realidade. A Categoria Reificação foi ampliada e fortalecida, e as determinações das *reificações autênticas* são valiosas para o contexto capitalista e sua sofisticação. Sem a ancoragem dessas categorias no processo de análise atualizada da Reificação, não é possível encontrar a saída concreta através da constituição de novo modo de produção que garanta ao produtor da riqueza social, os trabalhadores, o controle sobre o processo de produção material e espiritual da existência.

4.4 Lukács e a educação reificada

Apresentamos breve panorama das formulações marxianas e lukacsianas sobre a Categoria Reificação por considerarmos sua robustez para continuar desvelando o desenvolvimento da sociabilidade capitalista. Essa categoria nos garante manter a conexão ontológica com o complexo econômico que dá sustentação aos demais complexos, incluindo a Educação, campo teórico-prático no qual essa investigação se insere.

Orientada pelas descobertas marxianas sobre o metabolismo social capitalista, a presente investigação apresentou, sumariamente, no final da análise da trajetória marxiana, a tendência histórica de *hiperautonomização* de todos os complexos sociais em relação ao trabalho fundante. Este processo é um desenvolvimento lógico e concreto do metabolismo capitalista em seu antagonismo com o trabalho vivo, progressivamente reduzido na composição orgânica do capital. Essa legalidade aumenta o contingente de trabalhadores improdutivos, entre eles os trabalhadores da educação. Por sua vez, apresentamos, nesta seção, a contribuição de Lukács para essa discussão, recuperando a autonomização dos complexos em relação ao complexo fundante da sociabilidade como uma das expressões do processo de Alienação.

Já sabemos, por Marx e Lukács, que os complexos sociais (educação, estética, direito, religião etc.), não são espelhamentos diretos do trabalho fundante, sem mediações; há uma autonomia, mas relativa. Sem a produção material da existência, não há como o ser social desenvolver os demais capítulos. O metabolismo capitalista, contudo, pela profunda fragmentação da realidade que precisa realizar para se reproduzir, potencializa esse processo de afastamento do complexo fundante ao limite, uma *hiperautonomização*, levando o sujeito a apreender somente a imediatividade cotidiana; a humanidade passa a ser somente uma abstração, presa às mistificações dos complexos autonomizados. Lukács, em *HCC*, denominou esse processo de sistemas parciais; na obra madura, *POSS*, como vimos, denominou de autonomização dos complexos sociais, termos relacionados diretamente à Reificação.

Considerando que nossa área de atuação é o complexo da educação, aprofundaremos um pouco mais a análise do processo de *hiperautonomização* nesse complexo. Faremos mais algumas reflexões sobre a dimensão ontológica da educação e como essas dimensões são ampliadas em um contexto de demanda de absorção de trabalho vivo gerado pelo desemprego estrutural, que fragmenta e invisibiliza os fundamentos da realidade objetiva.

Inicialmente, precisamos ter clareza de que a *hiperautonomização* não significa fortalecimento do complexo da educação na direção de atividades emancipatórias; ao contrário,

significa maior grau de alienação no processo de disseminação do conhecimento produzido pela humanidade, justamente porque se afasta cada vez mais de suas bases objetivas, dificultando a apreensão da realidade pela consciência do ser social. Entretanto, sabemos, pelo movimento dialético do processo histórico, que esse se constitui um dos espaços para desvelar as contradições para essa mesma consciência. Nesse sentido, é preciso agregar ao termo *hiperautonomização* a adjectivação negativa de reificada, entendendo que esse processo se dá como alienação historicamente determinada pela sociabilidade capitalista.

A *hiperautonomização* do complexo é reificada porque inverte a relação entre os complexos, tornando o complexo da educação, na aparência, mais determinante do que o complexo fundante, coisificando a educação, como algo isolado e determinante de si mesmo, submetendo o sujeito. Se a relação de determinação entre os complexos está invertida, alienada, a consciência social também faz uma apropriação invertida dessa realidade; daí a necessidade da disseminação do método onto-histórico e sua capacidade de desvelar, no plano da produção e disseminação do conhecimento, a inversão. O desvelamento não é suficiente para a superação, mas é necessário. Essa determinação é o limite da nossa práxis enquanto educadores.

Vimos que Lukács tomou para si a tarefa de recuperar o Marx ontológico, ou seja, o Marx radicalmente histórico que capturou a Alienação do gênero humano na Totalidade do processo de produção material-espiritual da existência na sociabilidade capitalista. Lukács recupera o ser social concreto, diverso em sua unidade objetiva-subjetiva, cindido pela inversão sujeito x objeto, isto é, o sujeito dominado pelas suas objetivações. A Alienação, portanto, é um processo objetivo e não, apenas, simples apreensão distorcida na consciência. A vida social está invertida, obstruindo o desenvolvimento do ser social. O pensador húngaro não analisou a educação em si, mas ao explicitar a categoria marxiana da Totalidade como complexo de complexos, nos possibilita explicitá-la um pouco mais, em sentido amplo, como complexo plasmático que interage com todos os outros, insuperável em essência, sempre moldado à forma do modo de produção e reprodução social:

É possível que a peculiaridade específica do ser social fique ainda mais evidente no complexo de atividades que costumamos chamar de educação. Naturalmente, também para isso há certas analogias nas espécies animais superiores. Estas, contudo, empalidecem quando ponderamos que o auxílio que os animais adultos dão aos seus filhotes se reduz à apropriação de uma vez por todas, com a destreza correspondente à espécie, de certos comportamentos que permanecem indispensáveis por toda a sua vida. Porém, o essencial da educação dos homens, pelo contrário, consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida. (LUKÁCS, 2013, p. 176).

A Educação é, basicamente, o processo de socialização das alternativas disponíveis, descobertas pelo sujeito em sua interação com o mundo e as respectivas respostas desenvolvidas

no processo de reprodução social: “[...] a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem às novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado.” (LUKÁCS, 2013, p. 178). Tamanha importância já desautoriza qualquer postura negligente em relação a esse complexo, mesmo determinado pelo Fetichismo da mercadoria. Diante da afirmação lukacsiana, temos que encontrar espaços formativos no interior das contradições capitalistas para apresentar, ao menos teoricamente, as alternativas possíveis ao metabolismo destrutivo do capital. Essa tarefa é possível pelo caráter cada vez mais social do desenvolvimento humano, o que potencializa o complexo da educação para além do caráter imposto pela forma burguesa, embora dominado por ela:

[...] De modo imediato, trata-se de que o ser social, ao reproduzir a si mesmo, torna-se cada vez mais social, que ele constrói o seu próprio ser de modo cada vez mais forte e mais intenso a partir de categorias próprias, de categorias sociais. Esse aspecto do processo de reprodução, que de imediato parece ser de cunho ontológico-formal, é, contudo, ao mesmo tempo – sendo igualmente de cunho ontológico objetivo – um processo de integração das comunidades humanas singulares, o processo de realização de um gênero humano não mais mudo e, desse modo, da individualidade humana que se desdobra de modo cada vez mais multilateral (cada vez mais social). (LUKÁCS, 2013, p. 178).

Como já defendemos, a excessiva abstração de Lukács analisa a sociabilidade soviética e não destaca a dimensão exclusivamente negativa da alienação capitalista. Em ambas as sociabilidades, a autonomização dos complexos em relação ao complexo do trabalho também é expressão da alienação em graus diferenciados; contudo, entendemos que não há nenhuma dimensão positiva no cotidiano capitalista; mesmo os acasos e os avanços científicos que poderiam libertar a humanidade do reino da necessidade são rapidamente administrados pelas legalidades de seu metabolismo. Resumimos: a gênese dessa negatividade absoluta está, justamente, no modo de produção do valor, que gera o Fetichismo da mercadoria, universalizado pela Reificação. No interior desse processo temos a diminuição do trabalho vivo na composição orgânica do capital que exclui contingente significativo de seres humanos das atividades produtivas. É nesse contexto que podemos nos apropriar da Reificação da educação como *hiperautonomização*. Usamos o prefixo hiper para explicitar que a produção espiritual realizada no âmbito do complexo educativo está em processo acelerado de distanciamento das bases produtivas, o mais próximo possível do absoluto, criando um mundo à parte, ainda mais mistificado de acomodação das massas ao horizonte fictício de sobrevivência somente com a

reprodução de conhecimento como mercadoria. Não é inocente a expressão *Era da informação* ou *Era do conhecimento*.⁸⁸

Para compreender a *hiperautonomização* do complexo da educação é preciso, também, observar o mesmo processo no complexo da ciência, embora as potências alienadoras sejam distintas. Lukács nos ajuda, parcialmente, nessa tarefa, demonstrando como o processo de autonomização se dá de forma relativa na produção científica. Vamos considerar a particularidade das ciências da natureza para ficar mais didático. Esse complexo é essencial ao ser social para aperfeiçoar os processos materiais de produção e reprodução de sua existência; para o capital, por sua vez, o complexo da ciência é essencial para produzir novas mercadorias, bem como a otimização do próprio processo de produção, aumentando o trabalho morto na composição orgânica, legalidade descoberta por Marx pouco destacada na obra lukacsiana; ausência compreensível caso nossa hipótese do objeto socialista esteja correta. A autonomização do complexo da ciência, em qualquer sociabilidade, é mais limitada, porque precisa se apropriar o mais perfeitamente possível da objetividade para conseguir interagir ou explorar, dependendo do grau de desenvolvimento das forças produtivas, para produzir novas objetivações. O complexo da ciência da natureza é ontológico em sua substância. Vejamos um exemplo significativo do Lukács maduro:

[...] na base da vida cotidiana está uma relação imediata entre teoria e práxis. Essa imediatez de fato precisa ser dispensada nos atos teóricos de preparação de todo trabalho – que ainda não se transformou em rotina. Nesse processo, com efeito, precisa ser compreendida de modo objetivamente correto a verdadeira constituição objetiva, existente independentemente da consciência, de meios de trabalho, do objeto do trabalho etc., caso se pretenda que o processo do trabalho leve a uma realização exitosa da finalidade do trabalho contida no pôr teleológico. (Por isso, não é nenhum acaso que a autonomização desse processo de preparação do trabalho tenha resultado na ciência e, desse modo, levado para além dessa conexão imediata entre teoria e práxis). (LUKACS, 2013, p. 656).

O que Lukács analisa acima, no limite, é a autonomização como resultado intrínseco do desenvolvimento do ser social em geral, não, exatamente, o caráter negativo desse processo. O nosso interesse, contudo, é o desenvolvimento negativo do processo, as determinações que desrealizam o Ser. Se tratarmos da produção do conhecimento das chamadas ciências sociais, na sociabilidade capitalista⁸⁹, o quadro muda completamente, e a autonomização se hipertrofia com facilidade. Até mesmo as ciências econômicas conseguem mistificar a realidade a tal ponto que em cursos de educação financeira, por exemplo, um

⁸⁸Para aprofundamento do caráter mistificador dessas expressões recomendamos a leitura de Barbosa (2008, 2016).

⁸⁹Lembramos que as chamadas ciências sociais no socialismo soviético também foram profundamente afetadas pelo stalinismo.

trabalhador assalariado é induzido a acreditar que ficará rico em um ano se investir seus centavos no mercado financeiro. No contexto capitalista, a redução do trabalho vivo, demandado pelo Fetichismo da mercadoria, se constitui a determinação principal do que denominamos de *hiperautonomização* dos complexos. O complexo das ciências naturais mantém sob controle sua autonomia relativa porque o capital necessita conhecer os limites de exploração concreta da natureza, mesmo destruindo-a, enquanto, que as ciências sociais apresentam maior tendência à *hiperautonomização*, considerando a maior facilidade em elaborar, impunemente, formulações subjetivistas ancoradas na imediatividade social ou excessivamente abstratas. Usamos o termo impunemente porque o pensamento burguês de sua fase decadente atual não exige a comprovação histórica dessas formulações. É tão consciente disso que considera as ciências da natureza como as verdadeiras ciências pelo menor grau de afastamento das bases objetivas da realidade. A dualidade entre ciência da natureza e ciência da sociedade só poderá ser superada com a nova *Ciência* (una) da história, (Totalidade concreta), preconizada por Marx, como vimos. Esta é possível somente em uma sociedade já emancipada.

Se, no contexto capitalista, a produção do conhecimento se desenvolve de forma reificada, orientada apenas para o movimento da mercadoria, inexoravelmente a reprodução do conhecimento no complexo da educação também de se dará de forma tendencial à crescente *hiperautonomização*, em patamar ainda mais volátil, descartável, devido à força das TIC (Tecnologias da Informação e comunicação). Com o atual ritmo de desenvolvimento e ampliação do acesso às TIC para produção e disseminação de dados que facilitam o movimento da mercadoria e a manipulação das subjetividades; em algumas décadas, o capital não necessitará das paredes das escolas, da mesma forma que já conseguiu demolir as paredes das fábricas.

Como ilustração da tendência de utilização dos recursos tecnológicos na educação que nos aguarda na pós-pandemia, apresentamos dois elementos que se articulam perfeitamente: uma pesquisa realizada por uma grande empresa de tecnologia e uma aplicação na escola. Segundo pesquisa⁹⁰ realizada pelo IFTF, *Institute for the Future* (Instituto pelo Futuro), “[...] estima-se que 85% dos empregos que existirão em 2030 ainda não foram inventados. As mudanças ocorrerão em velocidade tão rápida que as pessoas aprenderão ‘em tempo real’ [...]” (DELL TECHNOLOGIES, 2017). Sabemos pela velocidade do aumento do trabalho morto na composição orgânica do capital, que essa projeção não é exagerada. Nesse

⁹⁰Disponível em: <https://corporate.delltechnologies.com/pt-br/newsroom/announcements/2017/07/20170712-12.htm>.

sentido, a antiga função da educação como preparação de mão de obra, da forma como se dá hoje, não terá, em brevíssimo tempo, nenhuma utilidade para o capitalismo. Ao mesmo tempo, a necessidade de disciplinamento geral, como por exemplo, a preparação para aprender (permanentemente e rapidamente) novos comandos, indica que a Reificação se automatiza, como objetivo principal do processo educativo, em especial, para as massas. Podemos dar um exemplo, ainda, embrionário: uma das estratégias de uso de tecnologia para estimular o engajamento⁹¹ dos alunos é a gamificação⁹² (neologismo com *game*, termo inglês para jogo). O aluno aprende jogando e o professor “cria” o conteúdo dos jogos com a ajuda de plataformas com ferramentas para este fim. Para se adaptar à estrutura de jogo, os conteúdos são reduzidos ainda mais. E como sabemos, a cultura do jogo não favorece o pensamento crítico, mas é muito útil para formar hábeis cumpridores de tarefas, agora na forma de incontáveis sequências de algoritmos. Estes, nada mais são que uma sequência objetiva de tarefas.

Isso não significa que devemos recusar as ferramentas tecnológicas educativas. Ao contrário, devemos nos apropriar delas e utilizá-las para fazer a crítica. Não podemos cometer o mesmo erro do movimento *ludista*, no qual, os operários ingleses dos primórdios da Revolução industrial, entenderam que sua luta deveria ser contra às máquinas e passaram a destruí-las. Diante do exposto, enfatizamos que o fundamento da Reificação no Fetichismo da mercadoria aponta para a tendência de diminuição do trabalho vivo no processo de produção; esta, por sua vez, é a gênese da *hiperautonomização* dos complexos. Uma expressão da forma como se dá a Reificação no âmbito da produção espiritual (educação, ciências, artes etc.). Resgatamos, a seguir, alguns elementos analisados pelos companheiros de luta que demonstraram esse processo no âmbito específico da educação. Não utilizam a terminologia reificação, mas revelam o processo de exploração e dominação capitalista pela mediação do complexo da educação. Vejamos a primeira contribuição:

[...] ao examinarmos o papel conferido à educação na atualidade, compreendemos que esse complexo social é tomado como uma panaceia geral, capaz de resolver todos os problemas próprios da organização sociometabólica capitalista. Percebemos evidenciar-se, no âmbito dessa proposição, um caráter de inversão ideológica entre fundado e fundante, atribuindo ao complexo da educação uma autonomia absoluta frente aos demais complexos sociais – inclusive em relação à economia – para justificar seu papel redentor. Denominamos tal processo de *fetichização da educação*, e o caracterizamos como um movimento em duplo sentido: a atribuição de múltiplas e diferenciadas funções à educação e a dissimulação do real papel por ela jogado na reprodução social. O estudo desenvolvido ao longo do mestrado e cujo objetivo

⁹¹Não fica claro na proposta se o engajamento é com o conhecimento, supostamente facilitado pelo jogo ou se com os comandos do jogo, o disciplinamento do jogo. Sabemos bem a resposta. Um questionamento que podemos levar para o processo educativo.

⁹²Uma apresentação geral da gamificação apresentada em formação de professores da educação pública (TECNOLOGIAS..., 2021) está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UnhJGinp0bU>.

primordial consistiu em examinar o complexo da educação na *Ontologia* de Lukács, mais precisamente no volume dois, composto pelos capítulos “O trabalho” e “A reprodução”, nos proporcionou uma aproximação da compreensão da educação, elucidando sua *dependência ontológica e autonomia relativa* em relação ao trabalho e ao complexo da economia. (LIMA, 2014, p. 16).

Com a citação acima, Lima (2014) destaca o processo de distanciamento entre o complexo da educação e o complexo do trabalho; autonomização absoluta, nos termos da pesquisadora. Apresenta, como resultado desse processo, o que denomina de *fetichização da educação*. O conjunto dessa reflexão converge para nossa formulação: a expressão determinada da Reificação é a *hiperautonomização* do complexo da educação. Demarcamos seu fundamento no Fetichismo da mercadoria.

A educação torna-se, de fato, panacéia; não se trata apenas de discurso vazio, uma vez que serve como espaço de sobrevivência, como remédio imediato (ineficaz), como alternativa prática à redução do trabalho vivo no processo de produção de mercadorias. Isso acontece de duas formas principais: primeiramente, oferece oportunidades de trabalho improdutivo, ou seja, que não gera riqueza social nova, concreta, velando o desemprego estrutural. Outra função importante é a manipulação de teleologias secundárias, processo contínuo de convencimento da consciência do ser social, acomodando-o (não sem sofrimento) às legalidades capitalistas. Nesse sentido, há uma tendência objetiva de ampliação da importância do complexo educativo para a reprodução do capital, enquanto estratégia mais eficaz de controle das massas. A ampliação da importância estratégica da educação para o capital não coincide com a valorização da educação formal, ao contrário disso, o capital estimula processos educativos informais, muito mais eficientes, levando, talvez, a contradição entre ciência e educação ao seu limite.

Nessa mesma direção, temos diversas análises organizadas por Jimenez, Rabelo e Mendes Segundo (2010) sobre o Fetichismo da mercadoria, gênese da Reificação, no âmbito da Gestão educacional global feita pelo capital. Mediadas por organismos internacionais junto aos estados nacionais, a gestão central do capital demanda políticas públicas que garantam o alinhamento dos processos educativos às necessidades do mercado. As referidas análises desvelam diversas implicações do processo de reificação da educação para as massas e os diversos agentes estatais, como os professores das redes públicas de ensino, por exemplo, independente do seu grau de apreensão da realidade. Uma pálida ideia do Fetichismo: para os organismos internacionais “[...] a educação é entendida como ‘serviço ou *commodity*’, como mercadoria [...]” (MAIA, 2010, p. 91).

Gostaríamos de destacar, ainda, as reflexões de Jimenez, Gonçalves e Barbosa (2006) sobre a invisibilização do pensamento marxista nos cursos de formação docente, e, conseqüentemente, o distanciamento da luta anticapitalista:

[...] no rol de formulações relativas às possíveis linhas centrais do curso colocadas à disposição dos professores no referido questionário, constavam alternativas alusivas à inserção da educação na sociabilidade capitalista e a um possível papel mediador da educação na luta contra a reprodução do capital, a saber: análise das questões sócio-educacionais na perspectiva do socialismo; a formação da consciência de classe; e a reflexão sobre o papel da educação na sociedade capitalista. Ao lado dessas, ainda, apresentavam-se opções vinculadas às formas históricas de organização dos trabalhadores e estudantes, respectivamente: a formação para a atuação junto ao movimento sindical; e o incentivo à participação no movimento estudantil. Desse conjunto de itens, aquele referente à reflexão sobre o papel da educação na sociedade capitalista fez jus a um índice significativo de menções, na verdade, ao terceiro maior índice, correspondente a 38% do total de indicações. No entanto, as demais alternativas do conjunto supracitado foram ignoradas pelos entrevistados, que não apontaram qualquer uma delas como eixo norteador do curso. [...] Voltando aos dados obtidos na pesquisa, estes parecem indicar que, no contexto do curso, a reflexão sobre o lugar da educação na sociedade capitalista, se efetivamente elaborada, se desconectaria de uma disposição verdadeiramente anti-capitalista, não logrando, nesse sentido, desembocar no horizonte da ruptura com o capital, ou legitimar as estratégias de luta contra a presente ordem. (JIMENEZ; GONÇALVES; BARBOSA, 2006, p. 190-191).

Esse fenômeno não resulta apenas de decisões voluntaristas dos gestores do currículo desses cursos, mas expressa a própria legalidade da educação enquanto complexo de reprodução no contexto capitalista. Se a base dessa reprodução é alienada, a educação nesse contexto só pode gerar reprodução alienada. Mas a processualidade histórica não possui destino inexorável, as determinações do devir humano não são absolutas, e as contradições que geram o movimento da realidade abrem espaços para apreensão dessas mesmas legalidades, primeiro passo necessário à práxis emancipadora. Vimos, ao longo dessa investigação, que a negação anti-ontológica da Totalidade, perpetrada pelo pensamento contemporâneo é um problema a ser superado pela consciência do ser social na prática, mas sem a teoria que a ajude a elevar-se do cotidiano reificado, há poucas possibilidades de superação do metabolismo capitalista. Nesse sentido, uma das tarefas emancipadoras para enfrentar, no âmbito da produção e reprodução do conhecimento no capitalismo, o acelerado processo de hiperautonomização dos complexos sociais é recuperar o conhecimento das bases objetivas da produção teórica.

Apresentamos nessa investigação a Categoria Totalidade como a categoria principal de qualquer abordagem ontológica. O que diferencia uma abordagem ontológica da outra é a substância do Ser. Para a ontologia marxiana, o ser social é a Totalidade concreta, é o próprio processo histórico apreendido na relação dos complexos sociais que se articulam reflexivamente, fundados pelo trabalho. O trabalho fundante relaciona todas as dimensões do

ser social (inorgânica, orgânica e social) que “[...] jamais pode deixar de ter uma base do ser biológica e se reproduz biologicamente, também jamais pode romper sua ligação com a esfera inorgânica. [...] As determinações biológicas não podem ser suprimidas, apenas qualitativamente modificadas.” (LUKÁCS, 2010, p. 80).

A Totalidade concreta também articula as conexões entre o singular, o particular e o universal, explicitando o caráter social do devir humano mistificado pelo capitalismo: “[...] a individualidade não é o centro do ser do homem. Sua gênese é social. O burguês não sente necessidade de fundamentar pois vê como evidente o indivíduo como centro.” (LUKÁCS, 2010, p. 102). E somente pela apreensão da Categoria Totalidade concreta é possível extrair a generidade, uma generidade especial, resultante dos saltos ontológicos de desenvolvimento do Ser em geral: “[...] ‘generidade-não-mais-muda’. A relação sujeito objeto, sendo o sujeito, o homem em sua práxis, e o objeto não somente a relação direta homem-natureza, mas a própria sociabilidade.” (LUKÁCS, 2010, p. 82).

Dessa forma, se a Totalidade concreta tem existência real, a Totalidade historicamente determinada que se desenvolve no metabolismo capitalista, e toda a desrealização do ser social, só pode ser uma Totalidade alienada. Para superá-la é preciso, antes de tudo, conhecer seus fundamentos e sua forma de reprodução, respectivamente, o Fetichismo da mercadoria e a Reificação, o cerne dessa investigação.

Lukács no fim de sua trajetória nos legou um fechamento⁹³ importante de sua obra de maturidade, apresentando a Totalidade social concreta como generidade. Embora não tenha focado a totalidade alienada do capitalismo, propriamente dito, onde estaria melhor situada a Reificação, sua recuperação é imprescindível para entendermos a concreticidade do todo apreendido pelo pensamento marxiano. Nesse sentido, apresentamos de forma brevíssima esse último texto lukacsiano, somente para arrematar a presente pesquisa. O texto em questão é *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, (LUKÁCS, 2010), que doravante chamaremos de *Prolegômenos*. Apresenta a Totalidade, desde as mais metafísicas, até a Totalidade concreta marxiana.

A Totalidade é a categoria principal da apreensão ontológica da realidade porque apreende o complexo fundante e todos os seus desdobramentos, articulando todos os pares dialéticos (indivíduo e sociedade, natureza e sociabilidade, objetividade e subjetividade, etc.).

⁹³Apesar de se apresentar no título como *prolegômenos* (introdutório), entendemos que o texto tem caráter conclusivo, um caminho de volta, colocando a Categoria Totalidade como arremate imprescindível para a recuperação do Marx ontológico. Mesmo com análise excessivamente abstrata e difusa, nos últimos momentos de vida, Lukács consegue apresentar a Totalidade como a concreticidade do devir humano enquanto gênero.

Para facilitar a aproximação da Totalidade concreta, Lukács usa o termo *generidade* (gênero humano), associação feliz de categoria tão abstrata à realidade de seres humanos de carne e osso, que nascem, vivem, lutam, produzem sua existência e morrem de forma peculiar, conscientes que são seres do tempo histórico. O pensador húngaro explica que a humanidade, em seu devir determinado, constitui-se da produção e reprodução de um complexo de complexos.

Nos *Prolegômenos*, o autor aponta que ali está o horizonte da tarefa revolucionária que ainda estava posta, mesmo na sociabilidade soviética: elevar a consciência do ser social de forma a reencontrar-se com a sua humanidade e superar a alienação criada pela humanidade cindida. E acrescentamos: a cisão se aplica tanto ao capitalismo, como ao socialismo soviético, desdobrada nas inúmeras fragmentações internas de cada uma dessas sociabilidades, formas diferentes de vida social reificada. Lukács recoloca no horizonte a categoria humanidade que precisava, e ainda precisa, ser reconstruída por uma nova práxis. E completamos: a emancipação do gênero depende, portanto, da superação da fragmentação objetiva da Totalidade gerada por todas as inversões alienantes dos sujeitos dominados pelas objetivações históricas que apresentamos ao longo dessa investigação.

Sabendo que a Totalidade se desdobra do trabalho fundante (produção da existência), gerando inúmeros outros complexos, todos em relação reflexiva; sabendo que o complexo fundante se encontra, atualmente, historicamente determinado pela forma alienada do trabalho abstrato que desencadeia o Fetichismo da mercadoria, que, por sua vez, se universaliza pela Reificação, podemos discernir em meio ao caos aparente que a emancipação depende da transformação do complexo fundante que produz e reproduz todos os complexos. Mas para chegar até ele, é preciso que a consciência social compreenda que a emancipação dessa sociabilidade é a própria emancipação de toda a humanidade, a emancipação do gênero. A tarefa para recompor a generidade está nos ombros de uma classe, nos ombros dos produtores da riqueza social, que precisa superar a Reificação global.

5 CONCLUSÃO

A garantia da abordagem ontológica do legado marxiano está na compreensão rigorosa da radicalidade histórica em seu devir. Concluímos a investigação com o destaque do Manifesto Comunista, feito por Netto:

Não bastava a existência histórico-concreta de uma classe social revolucionária para que emergisse uma consciência de classe revolucionária – era preciso a elaboração teórica da perspectiva desta classe, e esse passo não derivava, nem era uma simples resultante, daquela existência. Sinteticamente: o trânsito de uma *classe em si* para uma *classe para si* reclama tanto a consciência do que está em jogo nos confrontos quanto a autoconsciência da classe que se dispõe à luta. É da elaboração e explicitação dessa autoconsciência, desta consciente perspectiva de classe, que o manifesto se fez responsável. (NETTO, 2004, p. 63).

O desenvolvimento da consciência de classe se dá no confronto com forças objetivas do modo de produção capitalista e suas contradições. O trajeto não é linear em direção a um destino transcendente, pré-escrito, seja a barbárie final da auto extinção humana, seja a emancipação. Depende da capacidade da consciência social em apreender as referidas contradições e encontrar os espaços e os meios de ação sobre elas.

Enquanto educadores comprometidos com a emancipação humana, não podemos esquecer que a separação entre o pensar e o fazer que limita nossa atuação é a própria práxis cindida pelo capital; nossa tarefa, nesses limites, é compreender os graus mais elevados de apreensão da realidade e facilitar aos educandos o desvelamento das mistificações disseminadas pelos graus menos elevados nos diversos percursos formativos do ser social nos quais estamos inseridos. Em nossa compreensão, uma das categorias que nos dá as melhores condições para realizar essa tarefa é a Reificação. Desse entendimento, definimos o objetivo geral de analisar os graus de apreensão da Reificação pela consciência do ser social em seu percurso histórico-formativo. Para cumpri-lo, percorremos o caminho norteado pelos objetivos específicos: 1º) Recuperamos o percurso marxiano de descoberta dos fundamentos do Fetichismo da Mercadoria, enquanto gênese da Reificação, culminando na obra magna *O Capital*. 2º) Analisamos as determinações e mediações da Categoria Reificação encontradas por Lukács em seu percurso histórico-formativo em *HCC* e em *POSS*. 3º) Situamos o grau atual de apreensão da Categoria Reificação no pensamento acadêmico brasileiro, identificando aproximações e distanciamentos do legado marxiano-lukacsiano. 4º) Extraímos dos percursos formativos de Marx e Lukács os elementos da abordagem ontológica sobre o processo de reificação de forma geral, e fizemos um breve ensaio de um aspecto da Reificação no complexo da educação, enquanto práxis desdobrada das relações de produção.

A recuperação do percurso de apreensão marxiana do Fetichismo da mercadoria desvelou os elementos concretos que permitiram a formulação categorial. Desvelou o processo de Alienação, de forma abrangente, trans histórica, presente em todas as sociedades de classes, e, até mesmo, anterior a elas; bem como, desvelou sua forma historicamente determinada pela sociabilidade capitalista, forma mais desenvolvida, objeto de estudo de Marx. Encontramos, em sua análise, um elemento comum a todas as formas de Alienação: sempre se manifesta como relação invertida entre o sujeito histórico e suas objetivações, na qual estas últimas se voltam contra o primeiro elemento, em relação de dominação. Na forma determinada da Alienação capitalista, cuja gênese está na forma de apropriação privada da produção da riqueza social, criadora do trabalho abstrato cujo objetivo exclusivo é produzir valor, materializado pelo movimento da mercadoria, denominado por Marx de Fetichismo, processo domina a produção da vida social. Organizamos as descobertas marxianas em etapas de seu trajeto com vistas a explicitar as determinações capturadas pelo pensador sobre a referida inversão sujeito x objeto. Resumimos o percurso:

A primeira etapa apresentou o contato inicial de Marx com a realidade objetiva de trabalhadores pobres, criminalizados pela coleta de gravetos caídos das árvores, em novo contexto. Os gravetos deixaram de ser propriedade comum, tornando-se propriedade privada e mercadoria. A inversão da relação sujeito x objeto surge na prioridade alienada da propriedade privada sobre os insumos necessários à vida social. No capitalismo que se consolidava, a propriedade/mercadoria graveto passa a ter maior valor social do que a vida de seres humanos não-proprietários.

A segunda etapa apresentou as obras marxianas sobre a essência do Estado. Aqui Marx descobriu os limites do Estado burguês, sua função de dominação de classe. Desmistificou a liberdade, a igualdade e a fraternidade meramente formais criadas pela burguesia. A inversão da relação sujeito x objeto destacada nesse momento é a prioridade alienada do Estado sobre a sociedade civil.

A terceira etapa apresentou o salto marxiano da descoberta do duplo aspecto do trabalho, seu aspecto fundante e seu aspecto alienado, determinado pelas particularidades de cada tempo histórico. Descobriu, ainda, o circuito geral da Alienação: o ser social se aliena do processo e do produto do trabalho, se aliena de si mesmo e se aliena do outro. A inversão da relação sujeito x objeto é apreendida em sua essência: o trabalho fundante encontra-se dominado pelo trabalho alienado.

A quarta etapa apresentou a superação marxiana do idealismo alemão e o encontro com o pensamento socialista e os movimentos operários. A referida inversão apresentou-se como a prioridade alienada da consciência sobre a vida concreta.

A quinta etapa apresentou a superação marxiana do socialismo utópico, apropriando-se criticamente da Teoria do valor ricardiana. Aqui Marx captura a relação invertida que submete a produção dos valores de uso aos valores de troca.

A sexta e última etapa do percurso marxiano apresentou a reelaboração marxiana da Teoria do valor na qual superou, em definitivo, a economia política clássica, rerepresentando a relação invertida que põe a prioridade da propriedade privada sobre a propriedade comum dos meios de produção da vida, agora de forma mais concreta, determinada. Nessa etapa, se revelam os mecanismos internos do metabolismo capitalista, com destaque para o Fetichismo da mercadoria e o seu processo de reprodução, no qual a inversão sujeito x objeto é a mais refinada e mistificadora até o momento histórico atual: o poder social é atribuído à mercadoria e não ao produtor da riqueza.

Articulado à descoberta marxiana do Fetichismo da mercadoria, recuperamos o percurso lukacsiano da Categoria Reificação, fundada pelo Fetichismo. Organizamos duas etapas de formulação categorial:

A primeira etapa do percurso lukacsiano apresentou a formulação precursora da referida Categoria. O pensador húngaro apreendeu o processo objetivo de universalização do trabalho alienado e pelo Fetichismo da mercadoria, na sociabilidade capitalista. O autor reapresenta a inversão sujeito x objeto marxiana, na qual a consciência do ser social está submetida ao movimento da mercadoria.

A segunda e última etapa apresentou novas determinações da Categoria Reificação, desdobrada em reificações inocentes (geradas no âmbito da produção cotidiana de valores de uso) e reificações autênticas (geradas nos processos mais alienantes da produção de valores de troca). O Fetichismo da mercadoria permanece como fundamento da Reificação, mas de forma distanciada, como um resquício de outros tempos. Defendemos, ao longo da pesquisa, que a formulação do Lukács maduro sobre a categoria em questão é mais elucidativa das contradições e mistificações do socialismo soviético. Apontamos alguns indícios. A relação invertida entre sujeito e objeto é substituída pelo afastamento excessivo do objeto em relação ao sujeito, sem gerar, necessariamente, uma relação de dominação. Nessa formulação, a Reificação se manifesta como graus progressivos de autonomia do objeto em relação ao sujeito, aproximativo de uma autonomia absoluta. O grau de afastamento determinaria o grau de Reificação. A

negação da relação invertida no Lukács maduro explicaria, em nossa compreensão, a possibilidade do duplo aspecto; contudo, somente intelegível em uma sociedade não-capitalista, o que reforça o caráter ontológico da análise lukacsiana, uma vez que o contexto do pensador húngaro não era, de fato, o capitalismo, mas uma nova sociabilidade em desenvolvimento.

As trajetórias de Marx e Lukács, portanto, são percursos singulares que sintetizaram, dialeticamente, o esforço do gênero humano nos seus respectivos tempos históricos, para apreender o próprio devir, o percurso concreto do ser social, sustentando as verdades encontradas e superando os limites das apreensões fragmentadas dos reflexos entre Ser e Pensamento nas sociedades de classe, seja na forma severa de Alienação capitalista, seja na forma velada criada pelo socialismo histórico daquele momento específico.

Também demonstramos, nessa investigação, que as extraordinárias contribuições marxianas e lukacsianas não conseguiram a disseminação necessária para que a consciência social tivesse as condições de, ao menos, conhecer adequadamente a capacidade destrutiva da reprodução metabólica contra a qual se defronta. O levantamento feito junto ao Banco de teses e dissertações da CAPES indica a hegemonia da apropriação não-ontológica da realidade e o distanciamento severo do legado marxiano-lukacsiano, reduzindo a Categoria Reificação, em termos gerais, aos seus efeitos, sem desvelamento da base objetiva do processo, o metabolismo destrutivo do capital. Somente 31% das pesquisas se orientaram pelo legado marxiano, com abordagem plural e heterogênea. Somente 3% das pesquisas enfatizaram o referido legado como ontologia do ser social⁹⁴.

A apreensão ontológica do legado marxiano nos possibilita maior aproximação com a realidade concreta, capturando a cisão entre objetividade e subjetividade criada pela mesma cisão entre as classes laborais produtoras da riqueza social e apropriação privada das classes não-laborais. Esse processo é o que o marxismo denomina de antagonismo entre capital e trabalho. Precisamos superar o objetivismo e o subjetivismo da produção científica atual para acompanhar melhor as legalidades/ tendências do processo histórico. Como vimos, os objetivistas entendem as determinações de forma absoluta, um tipo de história sem-sujeito, sem as implicações das subjetividades. Os subjetivistas, por sua vez, acreditam em super-sujeitos indiferentes ao processo histórico, sem as implicações das causalidades. O desafio do método onto-histórico é articulá-las na Totalidade.

Se as causalidades capitalistas determinam que nossas finalidades se voltem para autopreservação individual cotidiana, essas mesmas finalidades, de forma reflexiva, também

⁹⁴Ver quadro 7.

determinam a reprodutibilidade do capital, fortalecida pelas múltiplas formas de educação criadas por esse metabolismo; também está aberta para os educadores uma pequena brecha de atuação sobre as teleologias secundárias, atividade principal do complexo da educação. Entretanto, para não sermos seduzidos por crenças redentoras, não podemos perder de vista que são os mecanismos causais capitalistas e suas contradições objetivas o verdadeiro espaço para a identificação dos pontos de ruptura e atuação sobre eles. O complexo educativo pode contribuir para apresentar novas finalidades para a consciência do ser social, e nada mais do que isso. Os educadores só podem atuar dentro dessa contradição. A educação sozinha, apartada das causalidades, não tem a capacidade de transformação, uma vez que sua função primordial não é a produção, mas reprodução. Por outro lado, o conhecimento da realidade é imprescindível para que o sujeito histórico não se mova somente na direção determinada pela Alienação capitalista rumo à barbárie. Na presente investigação, contribuímos, um pouco mais, para compor o rol de conhecimentos necessários à práxis orientada à emancipação, apresentando a grande jornada de apreensão da Categoria Reificação pela consciência do ser social.

Estamos cientes dos enormes riscos de produzir uma tese panorâmica, uma grande narrativa, que se proponha a demonstrar para nós mesmos como o conhecimento mais elevado exige o movimento contínuo de conexão dos elementos que compõem o complexo de complexos em que se desenvolve a vida social. A tendência metodológica de nosso tempo, que explicamos pela própria Reificação, é a delimitação microscópica, ultra especializada, erroneamente considerada mais segura contra as enormes lacunas deixadas pelas grandes narrativas. Sabemos que a especialização é importante, pelo volume de conhecimento alcançado pela humanidade; o problema é a exclusividade da especialização, sem a conexão inicial e final com o todo que revela os fundamentos. De qualquer maneira, não seria possível apresentar nossa categoria de estudo nos parâmetros da delimitação excessiva. A investigação sobre a Reificação exigiu recuperar o percurso formativo singular percorrido por Marx e Lukács, bem como as aproximações e distanciamentos de sua apropriação atual pelo pensamento acadêmico. Com esse esforço, se consolidou a compreensão da categoria como a mais robusta para a apreensão da sociabilidade capitalista enquanto Totalidade alienada que se auto dissimula objetiva e subjetivamente, dificultando à consciência social capturar as conexões ontológicas que produzem e reproduzem metabolismo tão destrutivo. No processo, extraímos algumas teses. Estas compreendidas de forma muito próxima à síntese proposta por Umberto Eco:

[...] quando se fala em ‘descoberta’, em especial no campo humanista, [...] podem ser descobertas mais modestas, considerando-se resultado ‘científico’ até mesmo uma nova maneira de ler e entender um texto clássico, a identificação de um manuscrito que lança nova luz sobre a biografia de um autor, uma reorganização e releitura de estudos precedentes que conduzem à maturação e sistematização das ideias que se encontravam dispersas em outros textos. (ECO, 2004, p. 2).

Caminhamos nessa direção. Poderíamos dizer também redescoberta, já que o pensamento ontológico é sistematicamente soterrado pelo processo permanente de mistificação capitalista. É quase um trabalho de arqueologia. Não é possível criar teses ontológicas novas, nas condições de pesquisas estabelecidas pela educação institucional, e pelos próprios limites metabólicos capitalistas. Podemos recuperar suas bases em uma nova forma de ler e reorganizar o conhecimento. Buscamos desenhar um quadro geral, didático, acessível, da articulação dos indivíduos com o seu próprio tempo histórico, que é sempre síntese de todos os tempos históricos. Desse quadro, esperamos que se possa extrair também o encadeamento lógico do desenvolvimento das categorias como apreensão das formas de ser, (como afirmava Marx) e demonstrar que o processo histórico [ontológico] só pode ter suas conexões capturadas pela consciência [gnosiológico]. O desafio é preservar a relação dialética entre as duas dimensões da Totalidade, Ser (objetividade) e Pensamento (subjetividade). O quadro geral resultante desse esforço é, na realidade, ponto de partida para novos estudos sobre o desenvolvimento acelerado das determinações da categoria em questão. Fica a certeza de que a apreensão teórica de metabolismo tão dinâmico, quanto perverso, está apenas no início. O quadro geral é importante para recuperar teses que já se apresentavam de forma diluída no conjunto do material estudado, e que compreendemos imprescindíveis para continuar a jornada:

Tese 1: Recuperação do Fetichismo da mercadoria como base ontológica do processo de Reificação da Totalidade social, considerando o esvaziamento categorial gerado ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo avançado e mistificações criadas pelo socialismo histórico.

Na investigação, apresentamos o percurso marxiano e lukacsiano de apreensão da Categoria Reificação, partindo do seu fundamento, o Fetichismo da mercadoria, até as discontinuidades históricas que suscitaram reformulações teóricas pelo Lukács maduro. Apresentamos o grau de apreensão da referida Categoria pelo pensamento acadêmico brasileiro e o distanciamento das formulações categoriais das bases objetivas. As pesquisas acadêmicas brasileiras, em sua maioria, estão presas à problemática circularidade fenomenológica das abordagens subjetivistas; ou seja, tratam apenas do fenômeno, sem compreender o que gera o fenômeno.

Como afirmamos ao longo da pesquisa, a Categoria Reificação catalisa diversos elementos do desenvolvimento do capital, incluídas a sociabilidade capitalista e a breve experiência pós-capitalista. Entre esses elementos, temos o trabalho concreto e o trabalho abstrato, produção de valor e mais-valor, apropriação privada da riqueza social. O Fetichismo da mercadoria é a síntese gerado na esfera da produção, mas que se desdobra para os demais complexos sociais. O conjunto é a Totalidade social alienada. Vimos que outros pesquisadores já apontaram a Reificação como Totalidade Social estranhada e gostaríamos de contribuir com o desenvolvimento da Categoria nessa direção. O Fetichismo da mercadoria universalizado pela Reificação desvela as formas mais desenvolvidas de Alienação. Marx e Lukács capturaram a unidade entre objetividade e subjetividade, na qual os dois elementos se determinam de modo reflexivo, com predominância do primeiro elemento, uma vez que sua existência independe da consciência. A mediação fundamental que permite a relação entre os dois elementos é a relação humanidade-natureza, o trabalho. A realidade, a Totalidade, portanto, é concreta e cognoscível. O trabalho, por sua vez, possui, ontologicamente, duplo aspecto; é essência insuperável do Ser, não há possibilidade de vida humana sem produção material, sem trabalho, que se diferencia e se desenvolve no tempo. Em outras palavras, o ser social precisa produzir materialmente sua existência de forma inexorável, mas os modos dessa produção são determinados historicamente. Só a dialética consegue capturar essa contradição: o ser *é e não-é* ao mesmo tempo. O trabalho *é* fundante, *não é* alienado em essência; o trabalho está alienado pelo capitalismo e pode deixar de sê-lo quando houver as condições objetivas e subjetivas de sua superação.

Considerando que estamos situados, historicamente, na forma de produção baseada no trabalho abstrato e na apropriação privada da produção da riqueza, o ser social aparece na sua forma alienada, cindido, invertido. O resultado é a dificuldade da consciência social de aproximar-se das determinações objetivas de sua própria condição material de existência, mistificando-a, ora como objetividade transcendente imutável, ora como produto imaterial do pensamento ou da vontade. Exatamente por isso, a superação tem que ser histórica, com a instauração do trabalho associado autêntico, capaz de assegurar ao produtor da riqueza social a propriedade coletiva dos meios e processos de produção, e, assim, vivenciar concretamente uma subjetividade que se compreende em unidade com o mundo natural e social, transformando-o.

Para recolocar no horizonte a tarefa da superação, é preciso recuperar os fundamentos da produção e reprodução alienada do capital. Entendemos que a Reificação é a Categoria que explicita o Fetichismo da Mercadoria, e, como tal, é a mais privilegiada para elucidar causas e consequências, e articular o fenômeno mais singular de coisificação do ser

humano e a universalidade dos processos objetivos que o produz. A invisibilização do Fetichismo inviabiliza qualquer horizonte emancipatório concreto porque inviabiliza a apreensão da forma destrutiva de produzir existência no capitalismo.

Uma das tarefas primordiais, portanto, é elevar o grau de apreensão da realidade para além da cisão sujeito x objeto (no plano teórico). Vimos que Lukács, para recuperar a interação ontológica entre sujeito e objeto, já realizada por Marx, teve que superar as duas principais mistificações criadas pelo pensamento burguês: a dualidade kantiana de sua formação inicial, que separou completamente a objetividade da subjetividade, e o seu extremo oposto, a identidade hegeliana atribuída à relação sujeito-objeto. Elevar os graus de apreensão da realidade depende das particularidades de cada tempo histórico, que pode encurtar ou alongar esse caminho. Se considerarmos que o neokantismo da formação lukacsiana, como o Weberianismo, por exemplo, é muito diferente do neokantismo contemporâneo e sua colcha mal costurada da bricolagem ou dos corpos deleuzianos que não possuem sequer os órgãos, nossa trajetória atual é mais longa e árida. Weber, por exemplo, apesar de combater o marxismo, reconhecia algumas antinomias insolúveis da sociabilidade capitalista que defendia. Simplesmente aceitou como insolúvel a tendência à coisificação, que chamava de desencantamento, cuja gênese entendia ser o estado, e não o capitalismo em si mesmo. Para as elites é bem mais fácil aceitar as mazelas. Lukács, um ex-weberiano, não aceitou e continuou sua jornada. Como vimos, o pensamento atual, ao contrário, encontra-se incapaz de realizar análises sociais de maior envergadura, restringindo-se à superfície dos fenômenos e à interioridade subjetivas individuais cada vez mais atomizadas.

Diante do exposto, concluímos que a apropriação da Categoria Reificação revela o Fetichismo da mercadoria como Alienação total gerada pelo capital, uma vez que facilita acessar a ancoragem ontológica da realidade em diversos graus de apreensão, ou seja, desde a sua fenomenologia mais simples e evidente da coisificação, desumanização, mercantilização, consumismo, até a apreensão mais elevada do Trabalho abstrato e da Teoria do valor. A universalização da sociabilidade burguesa aprofunda seu poder destruidor; entretanto, também aprofunda suas contradições e nos possibilita apreender, com o desenvolvimento cada vez mais rápido das forças produtivas, a conexão concreta dos elementos que compõem a referida sociabilidade. A violência da expropriação e a pauperização crescente dos produtores da riqueza poderá ser captada pelo sujeito para além da dimensão fenomenológica, se a gênese for explicitada para a consciência social. A apreensão da Totalidade concreta pode nos reorientar para os grandes estudos econômicos sobre o movimento da mercadoria na fase atual do

capitalismo, sem nos descolarmos das implicações reflexivas sobre a subjetividade. E, talvez, tenhamos a chance de reencontrar o caminho da práxis necessária à nova sociabilidade, que, necessariamente, passa pela superação da forma mercadoria.

Para a apreensão da Totalidade concreta é fundamental apreender a relação ontológica entre subjetividade e objetividade. Formulada categorialmente, ajuda a recompor, no plano gnosiológico, o movimento ontológico da realidade. Não podemos negar a dimensão gnosiológica desse processo; outrossim, precisamos evitar a unilateralidade dessa dimensão. As relações sociais reificadas capitalistas, as que nos interessam, devido a sua hegemonia global hoje, apresentam os complexos sociais como caixinhas separadas e desconectada; apesar disso, possui um elemento em comum que deixa transparecer, mesmo para os graus menos elevados de apreensão, a coisificação destrutiva do ser humano. Como vimos nas pesquisas acadêmicas, em qualquer caixinha social escolhida (família, escola, empresa, hospital, artes, política, economia etc.), os investigadores se depararam com algum fenômeno da Reificação. Formularam explicações que, em geral, não rompem com os limites dos complexos nos quais os fenômenos aparecem. E quando conseguem sair dos referidos limites, fazem costuras, apenas aglutinando elementos, sem estabelecer relações dinâmicas. Não conseguem ver a sociabilidade como complexo de complexos.

Diante da capilaridade e sofisticação dos processos de Alienação capitalista em seu estágio atual, é a Categoria Reificação que carrega a conexão entre os diversos fenômenos de coisificação e a base objetiva criada na esfera da produção e reproduzida pelo Fetichismo da mercadoria. Este é o obstáculo objetivo a ser vencido para que a humanidade caminhe em direção à emancipação autêntica. Esse movimento histórico não se dá de forma transcendente ao metabolismo capitalista, mas imanente, a partir de suas contradições. Para apreendê-las precisamos elevar a consciência acima do imediatismo cotidiano, precisamos das aproximações teóricas, necessariamente dialéticas, dos seus fundamentos. A dialética, por sua vez, não é uma abstração, é uma propriedade concreta da História, do desenvolvimento do Ser (inorgânico-orgânico-social), que se movimenta pela negação da negação, acumulando determinações. Sem a apreensão da dialética histórica, não é possível identificar os pontos de ruptura para a criação do novo. Para melhor apreensão do método que nos dá as condições de realizar as tarefas propostas, também precisamos superar as equivocadas visões do legado marxiano-lukacsiano, próxima tese extraída dessa investigação.

Tese 2: Caráter ontológico das trajetórias teóricas de Marx e Lukács, da Juventude à maturidade. As continuidades e descontinuidades foram determinadas historicamente,

articuladas ao percurso da genericidade humana, com a qual se confrontaram, assimilaram e elevaram, em um processo dialético de aproximações sucessivas da realidade social com o objetivo de oferecer ao ser social o método necessário à construção da práxis emancipadora do capital;

A formulação marxiana do Fetichismo da Mercadoria nos oferece as condições básicas para compreender os fundamentos objetivos da Alienação social na sociabilidade capitalista e as conexões ontológicas que explicam o estágio atual de seu desenvolvimento, na forma de Reificação, categoria consolidada pelo jovem Lukács, e rerepresentada na maturidade, como novas determinações. Esse esforço, infelizmente, foi apreendido por muitos disseminadores de forma fragmentária, gerando cisões indevidas do pensamento dos autores em questão. Por conseguinte, algumas categorias foram prejudicadas, entre elas o Fetichismo da mercadoria e a própria Alienação. Nessa investigação buscamos apresentar o processo de formulação das referidas categorias no trajeto marxiano, agregando a crítica às cisões de seu pensamento. Da mesma forma, apresentamos o percurso lukacsiano de formulação da Categoria Reificação e as conexões em todo o trajeto, contrapondo-se, também, à cisão de seu pensamento. Além disso, apresentamos a relação reflexiva entre os elementos do conjunto de formulações categoriais dos dois estudiosos, bem como as continuidades e descontinuidades históricas que suscitaram continuidades e descontinuidades teóricas.

Devido à universalização do metabolismo capitalista, todo o gênero humano foi envolvido pela Reificação, forma historicamente determinada da Alienação. Se a produção material oriunda da relação humanidade e natureza, o trabalho, funda a existência social, o fundamento primordial da Alienação não poderia ser outro, senão, o próprio trabalho, na forma alienada, determinada pela extração de mais-valia e apropriação privada da riqueza social, sua forma de realização concreta, no processo histórico. Vimos que foi necessário a síntese de reflexão teórica de muitas gerações de pensadores sobre a Alienação para que Marx fizesse a síntese extraordinária mais elevada até aqui, e descobrisse o que faltava, o trabalho abstrato, a coisificação do Ser gerada pela apropriação do tempo do trabalho alheio, direcionado para o objetivo exclusivo de manter o movimento da mercadoria (Fetichismo). O foco de Marx era a esfera da produção, o desdobramento desse processo para os demais complexos foi a tarefa assumida por Lukács (Reificação).

Na síntese superior, Marx superou dialeticamente, as formulações dos economistas clássicos, dos filósofos hegelianos e dos socialistas utópicos. Não se tratou de arrogância intelectual, mas de exercício profícuo de apreensão da Totalidade social concreta, enfim, da

realidade. E o conjunto da produção espiritual (ocidental) da humanidade lhe ajudou em seu trajeto teórico, sem minimizar seu gênio. Marx, com sua formação hegeliana, já superara, de partida, a cisão kantiana que separou o pensamento puro da práxis e condenou o ser social a jamais conhecer os fundamentos da realidade. Ao avançar na crítica do pensamento de seu tempo, também superou a totalidade abstrata hegeliana que pressupunha o desenvolvimento burguês como natural, harmônico, com crises temporárias, contingentes, que seriam resolvidas com a conciliação dos explorados. Marx também superou os devaneios socialistas que acreditavam humanizar o capital. E, por fim, superou as robinsonadas da economia capitalista que condenou a humanidade ao restrito e reificante papel de vendedores e compradores em concorrência perpétua. Ao fechar o circuito da crítica, consolida a descoberta do trabalho concreto a mediação da unidade entre Ser e Pensamento; e, na forma historicamente determinada do trabalho no capitalismo, o trabalho abstrato, os fundamentos ontológicos que mantêm essa unidade cindida, alienada, sujeito dominado pelo objeto, expressão prática que se reproduz na luta de classes.

Além de demonstrar o processo de desenvolvimento categorial da base objetiva de reprodução da Alienação capitalista, o Fetichismo da mercadoria, a apresentação da trajetória marxiana buscou criar um parâmetro de comparação, guardando as devidas proporções, do semelhante esforço lukacsiano em resgatar o método legado pelo pensador alemão. Nesse paralelo, emergem fenômenos próximos, como a suposta ruptura entre pensamento jovem e maduro, resvalos anti-históricos de alguns disseminadores, o que já constitui um indício da tendência às múltiplas formas de fragmentação e dualidades apreendidas pelo pensamento, mesmo entre aqueles que já alcançaram graus mais elevados de apreensão da realidade; o que pode contribuir para compreender o caráter objetivo e universal da Alienação, do qual nenhum indivíduo vivente no capitalismo escapa, salvo, alguns aspectos de elevação temporária do cotidiano.

Nesta investigação, destacamos, portanto, o que se constitui um dos maiores desafios do método onto-histórico, em nossa compreensão: o esforço gigantesco que precisa ser despendido para capturar as diversas dimensões da realidade em seu movimento inserido na Totalidade. Marx obteve sucesso nessa empreitada. Desvelou a pré-história da humanidade e as possibilidades de superação do capitalismo. Lukács, por sua vez, percebeu a mesma exigência, e obteve sucesso em recuperar o legado marxiano que capturou as conexões ontológicas entre Ser e Pensamento, objetivo perseguido pela humanidade desde os primórdios da filosofia e dos primeiros registros históricos. Lukács recupera, depois de todas as deformações sofridas no

processo de disseminação do pensamento marxiano, a Totalidade concreta como ontologia do ser social. Como o pensamento contemporâneo nega o caráter ontológico da realidade, o pensador húngaro necessitou explicitar as categorias de forma mais conceitual e apresentou terminologias muito específicas, se comparado à forma de investigar e expor de Marx. Este último, por exemplo, não escreveu capítulo específico sobre Totalidade, e, por isso, até mesmo alguns marxistas consideram essa categoria como mera abstração. Nesse sentido, a ontologia marxiana recuperada por Lukács buscou rerepresentar para a consciência social seu próprio Ser, em vínculo permanente com a natureza, para recuperar o domínio sobre suas objetivações sociais tornadas hostis e destrutivas pelo metabolismo capitalista.

A síntese superior alcançada pelo pensamento marxiano-lukacsiano precisa ser continuada. Uma das tarefas é conhecer, o melhor possível, todas as produções materiais/espirituais do nosso tempo e refazer, permanentemente, as conexões, no sentido plenamente dialético, conservando os avanços e criticando os limites, à medida que as contradições e tendências históricas se revelarem. Essa tarefa nos moveu para a varredura inicial sobre os graus de apropriação da Categoria Reificação pelo pensamento acadêmico atual. Mesmo que tenha apresentado tamanho recuo revolucionário e distanciamento severo das descobertas marxianas, nossa tarefa é a crítica externa e interna das tentativas de apreensão da realidade.

A situação atual da Consciência acadêmica, como vimos, mantém para aqueles que se consideram marxistas, o desafio de compreender o desenvolvimento desigual entre Ser e Pensamento. Nesse campo, o legado marxiano-lukasiano se preserva como ferramenta importante na luta objetiva e subjetiva contra o capital, buscando a elevação do pensar e do agir para além da imediatividade fenomênica, ou da abstração teórica excessiva, que nos empurra para a direção contrária à emancipação. Sem disposição para enfrentar as exigências do método, não há mesmo como ir além de pedaços do real, insuficientes para encontrar a concreticidade⁹⁵ e os pontos de ruptura. A demonstração empírica, rústica, dessa quase⁹⁶ impossibilidade para a consciência social contemporânea está expressa nos achados de pesquisas sobre Reificação apresentados nessa exposição. Vimos aí, na maioria dos casos, a redução do conhecimento à produtos teóricos palatáveis para consumo rápido nos balcões da produtividade acadêmica. O

⁹⁵O chamado pensamento pós-moderno, banuiu a palavra verdade junto com a História, dificultando a compreensão dos pressupostos ontológicos do pensamento marxiano. Daí, mesmo quando alguns teóricos subjetivistas se cansam de perambular em seus labirintos e rizomas e buscam inserir em suas análises alguma contribuição marxiana, acabam por criar as deformações mais absurdas, uma vez que falta o lastro da verdade histórica. Lembramos que, para Marx, o verdadeiro é o concreto: a síntese de múltiplas determinações históricas.

⁹⁶Não existe no pensamento marxiano determinação absoluta, insuperável. São as contradições históricas que apontam os limites e as fissuras para alterar as estruturas, que aparentemente, são intransponíveis.

que também ilustra a importância do combate permanente da trajetória lukacsiana contra o irracionalismo de seu tempo.

Na exposição do percurso específico lukacsiano, encontramos sua luta pessoal contra as simplificações teóricas de alguns segmentos hegemônicos na Segunda Internacional, quando esta tentava promover a divulgação do marxismo junto ao movimento operário. Embora o foco lukacsiano seja, nesse período, a pluralidade e superficialidade no pensamento hegemônico da social-democracia alemã reformista, podemos acrescentar deformações muito mais graves, como as formulações ideológicas direcionadas para o controle das massas, feitas tanto pelas lideranças stalinistas, como pelas lideranças capitalistas na Guerra Fria, culminando nos ideólogos terraplanistas dos últimos dias que transformaram todo e qualquer pensamento minimamente progressista em marxismo; ou seja, as peculiaridades do estágio atual do capitalismo, em crise estrutural, aumentaram as dificuldades para nossa atuação em prol da práxis emancipadora. E, apesar do incalculável prejuízo causado pelos fascistas de esquerda ou direita às lutas dos trabalhadores, as reflexões lukacsianas sobre a hegemonia das deformações anti-ontológicas promovidas pelo neokantismo, que contaminam também pensadores progressistas, nos parece apontar melhor a expressão subjetiva mais poderosa da Alienação capitalista no meio acadêmico. Destacamos, ainda, que o esforço lukacsiano em superar as influências kantianas e neokantianas de sua própria trajetória pessoal orienta o esforço necessário que também teremos que empreender para a reapropriação de Marx, nesse espaço.

Lukács, em seu percurso formativo singular, a exemplo de Marx, também fez o mapeamento crítico do esforço histórico necessário ao ente para apreender as determinações da realidade, criticando e indicando as possibilidades de superação. Nesse contexto, a obra *HCC* se constitui o marco inicial do encontro de Lukács com o pensamento marxiano; condição necessária para a apreensão ontológica exposta em sua obra madura, sem rupturas, do ponto de vista do método onto-histórico. As rupturas foram históricas e o método exigiu de Lukács acompanhar o movimento das rupturas. Um processo rico de continuidades e descontinuidades, enfim, um processo dialético. Percurso formativo singular-universal enquanto materialização do método onto-histórico. Ao demonstrar as conexões ontológicas entre *HCC* e *POSS*, semelhante às conexões entre o jovem e o velho Marx, buscamos explicitar, um pouco mais, o necessário processo de aproximações sucessivas do objeto, que expressa, por sua vez, a própria relação do fenômeno com a Totalidade essencial que lhe determina, evitando os equívocos provocados pelas cisões, ou seja, a separação indevida de *Marx-Lukács ontológicos e não-ontológicos*. Entendemos que esse cuidado nos prepara para o passo seguinte: caminhar com

mais segurança no labirinto rizomático em que o capitalismo aprisionou a consciência social, conhecimento excessivamente particularizado, sem fundamentos, autogeradores, tal e qual a fetichização do capital fictício. Deleuze, por exemplo, não errou na sua formulação do Rizoma para expressar o caos em que estamos, errou em negar-lhes um fundamento que pode ser apropriado objetivamente. Deleuze é um exemplo clássico do neokantismo.

Da mesma forma que Marx e Lukács, não temos como nos isolar do pensamento do nosso tempo. E a arena acadêmica se apresenta como espaço privilegiado de observação dos impactos das objetivações alienadas produzidas pelo capital sobre a subjetividade, sempre em relação de determinação reflexiva, na qual a subjetividade reforça o processo de reprodução das objetivações, fortalecendo, mutuamente, a própria Alienação. Enquanto educadores, nosso ofício nos coloca em melhores condições para apreender os diversos graus de apreensão da Consciência do ser social, em sua forma histórica atual. Sem esquecer que também estamos inseridos nesse processo destrutivo de adoecimento progressivo, em variados graus. A diferença é que conhecemos a doença e a cura. Sabemos que precisaremos de uma massa crítica abrangente para conquistar a cura. Temos que atuar, inexoravelmente, nesse espaço alienado em nossas relações cotidianas concretas, seja na caixinha profissional ou pessoal, até a superação desse modo de produzir a existência.

E nada melhor do que dedicarmos alguma atenção para as nossas próprias mistificações ao disseminarmos o legado marxiano e refletir as estranhas ‘viradas ontológicas’ que promovem antinomias infrutíferas. Preservar o fio condutor que torna inteligível a processualidade histórica da relação entre Ser e Pensamento é fundamental para escapar às armadilhas da captura fragmentada da realidade. Capturar a relação objetividade-subjetividade no âmbito universal-particular-singular do ser social.

A trajetória marxiana-lukacsiana demonstra a complexidade de seguir o movimento do real enquanto radicalidade histórica. As críticas e deformações, muitas vezes, surgem da dualidade entre gnosiologia x ontologia que cria distorções nos dois componentes, além da perda da unidade dialética entre subjetividade e objetividade, que nem sempre é uma relação sujeito-objeto. A primeira relação (subjetividade e objetividade) evoca, já em princípio, uma base ontológica, uma materialidade independente da consciência. A objetividade existe por si, mesmo que a subjetividade não a reconheça. Já a relação sujeito e objeto pressupõe o reconhecimento da objetividade pelo sujeito, isto é, o sujeito sabe que está em relação com o objeto e o submete como objeto de conhecimento, passível de manipulação, em algum sentido. Isso não significa, necessariamente, que o sujeito tenha consciência da dimensão ontológica da

relação; o que leva, na maioria das vezes, aos recortes de conhecimento em que o momento predominante é determinação exclusiva do sujeito, reproduzindo as antinomias entre Ser e Pensamento, típicas da vida cotidiana, que contaminaram a ciência. Pelo mesmo motivo, na tentativa de demonstrar o oposto, empurramos o pêndulo para o lado exclusivo da objetividade, esquecendo que a realidade independe da consciência, mas só é revelada em suas conexões por ela. E resvalamos nesse problema com muita frequência, porque o pensamento está, de fato, cindido pela separação fazer-pensar, criada pela divisão do trabalho capitalista. Precisamos ser vigilantes, dentro das possibilidades.

Nessa direção, Lukács capturou de forma excepcional a unidade dialética do processo de constituição do pensamento marxiano, valorizando desde a tese de doutoramento de Marx às contribuições do jovem Hegel; mas, ironicamente, não o fez em relação a sua própria trajetória. Sua autocrítica, repetida por disseminadores e detratores, ajudou a reforçar o antagonismo gnosiologia-ontologia. Entendemos que na forma contemporânea de produção do conhecimento, é preciso, a exemplo de Marx, prefaciá-los os limites de cada produção e destacar, sem constrangimentos, o que já foi superado pelo tempo histórico. Outra coisa, bem diferente, é descartar partes importantes do trajeto, como se o conhecimento fosse uma evolução linear, ascendente; ranço positivista sempre a espreita. A Categoria Reificação foi justamente a que mais perdeu força nesse processo, sofrendo forte descontinuidade. Afinal, como seria possível a Lukács desenvolver essa categoria no contexto de defesa incongruente da sociabilidade Soviética que supostamente vencera o Fetichismo da mercadoria? A imediaticidade histórica daquele momento demandava desenvolver categorias que contribuíssem para aperfeiçoar uma sociedade que se compreendia socialista, ainda em consolidação, sem uma *Ética* superior, ainda por realizar. Arriscamos a afirmação de que a magnitude da obra *POSS* adiou o texto da *Ética* não somente por falta de tempo suficiente para sua elaboração, mas, sobretudo, porque a processualidade do socialismo histórico não oferecia condições para esse desenvolvimento categorial. Trata-se de categoria muito problemática para desenvolver sob o socialismo histórico, e impossível de desenvolver sob o capitalismo. A ancoragem teórica marxiana não permite a formulação de uma ética antes da superação do trabalho alienado, salvo na presença de uma sociabilidade que acreditava ter superado o trabalho alienado.

Até mesmo práticas que parecem não oferecer nenhum risco teórico-metodológico, como análises baseadas (somente) na leitura do livro I de *O Capital* perdem com os descartes de partes da trajetória marxiana. Apesar de ser a obra magna, ela é, necessariamente, a síntese das determinações encontradas no caminho. Basta lembrar da importância dos *Manuscritos* de

1844 para que Lukács elevasse seu grau de apreensão do legado marxiano. A síntese superior do conhecimento acumulado pela humanidade, pelo seu caráter onto-histórico, portanto, é cobrança permanente para o desenvolvimento do novo ser social com suas potencialidades libertas da Alienação capitalista.

Diante do exposto, a expressão “virada ontológica” aplicada ao percurso formativo de Marx e Lukács parece inadequada por reforçar a dualidade indevida entre ontologia e gnosiologia. O percurso formativo do ser social é um só porque é o próprio processo histórico, em permanente reciprocidade objetiva-subjetiva, contínua-descontínua, singular-universal. Não fazendo sentido, portanto, na perspectiva histórica e dialética, desqualificar ou isolar os tempos vividos, relações e conhecimentos que foram necessários para fazer cada aproximação do real. A Totalidade concreta, expressa nas trajetórias dos pensadores estudados, contém uma das chaves para encontrar as fissuras da coisificação da consciência social. Toda reprodução ideal do movimento real, consciente ou não dessa relação, possui, sempre, caráter ontológico. O que muda no percurso é o grau de apreensão da consciência, engendrado pela qualidade da práxis possível em nossa sociabilidade reificada: avanços, recuos, paradas, incompreensão, cansaço e medo.

Nunca é demais lembrar: a Alienação é processo objetivo e imanente, estamos todos nós mergulhados nela, reproduzindo-a cotidianamente. A formulação lukacsiana sobre os *graus de apreensão ontológica* da realidade apresenta, então, capacidades diferenciadas da consciência social em apreender as determinações históricas da sociabilidade em que vive, produzindo, simultaneamente, conhecimentos de vanguarda, de conservação ou de recuo, ainda predominando as formas mais alienadas sobre as menos alienadas, passível de superação apenas individual, no momento, até que reunamos as condições objetivas de emancipação do gênero: relações de produção desreificadas pelo trabalho associado.

A Alienação não é processo individual/subjetivo das consciências. O sujeito social que produz a riqueza social, por não ter o controle sobre sua própria criação, a mistifica, e passa a ser controlado por sua própria objetivação. Por isso, os pensadores sob forças produtivas mais antigas (antiguidade e medievo) só conseguiram produzir ontologias abstratas, estagnadas, idealistas, mas que, de alguma forma, ajudaram os pensadores dos primórdios da modernidade a capturar alguns elementos dos fundamentos do ser social, que se perderam com o desenvolvimento do capitalismo, chegando à dificuldade extrema dos subjetivistas compreenderem a Totalidade, categoria primordial da ontologia. Esta foi reduzida a um sistema vazio de conteúdo, pois não a compreendem como processo histórico global, posto em

movimento pela esfera da produção material da existência. A ontologia marxiana é radicalmente nova, porque conseguiu completar o circuito da apreensão da Totalidade concreta, a unidade entre objetividade e subjetividade, desvelando a Alienação objetiva dos meios de produção material e espiritual. Lukács toma para si a tarefa de recuperar dimensão ontológica da Alienação, com mais determinações expostas pelo próprio desenvolvimento histórico do capital, e cunha, na juventude, a reprodução incessante e universalizada da Alienação, na forma historicamente determinada de Fetichismo da mercadoria, denominada de Reificação.

Consideramos que a Categoria Reificação é fio de Ariadne⁹⁷ para entrarmos no labirinto das mistificações da realidade criadas pelo capital. Vimos na exposição como ela recupera as presenças de Marx e Lukács nos embates com as Teorias Subjetivistas, Teorias Críticas, e até entre marxistas. A apresentação do quadro geral de apreensão da categoria pelo pensamento acadêmico aponta para uma mistificação anti-ontológica comum aos diversos graus de apreensão da realidade: os subjetivistas olham apenas para o fenômeno e invocam o elemento da consciência como unicamente existente. Os teóricos críticos, por sua vez, tentaram superar o subjetivismo puro, resgatando algum nível de ancoragem objetiva, mas com momento predominante mantido na consciência. Os teóricos marxistas, em muitos casos, ainda criam mistificações quando subordinam a subjetividade à objetividade econômica de forma espelhada, não-reflexiva, sem mediações ou reciprocidade. Isso acontece, por exemplo, quando negam a luta política, considerando-a como negativo absoluto. Outros marxistas incorrem no equívoco oposto, quando se deixam seduzir pelo subjetivismo e reduzem a emancipação do capital à emancipação política. Apesar disso, os marxistas reúnem melhores possibilidades de elevação mais rápida do seu grau de consciência, porque já sabem que na relação objetividade-subjetividade o momento predominante está no primeiro elemento.

Pelos motivos apresentados, podemos concluir que o subjetivismo que nega a objetividade como referente da realidade, bem como os equívocos de alguns marxistas em negarem implicações reflexivas da subjetividade sobre a objetividade, se constituem, no limite, discussões ontológicas, não sendo possível escapar à Totalidade, mesmo negando-a, ou tratando-a de forma abstrata. O que nos conduz, queiramos ou não, à ontologia do ser social. Diante de toda a exposição, a Categoria Reificação se afirmou, em nossa investigação, como

⁹⁷Referência ao mito grego de Teseu que conseguiu entrar e sair vitorioso do labirinto do Minotauro, graças ao novelo presenteado por Ariadne que o orientou nos caminhos enganadores que enfrentou para destruir o supostamente invencível monstro, metade homem, metade touro. Uma bela metáfora para os educadores que lutam para instrumentalizar os trabalhadores na luta contra o capital.

uma das mais importantes para capturar as conexões entre esses diversos graus de apreensão da Totalidade.

Considerando que Lukács estava inserido na sociabilidade pós-capitalista, que dissimulou, de forma peculiar, pela economia planificada, o Fetichismo da Mercadoria, é preciso recuperar a ancoragem deste fundamento essencial da Alienação capitalista para retomar a categoria Reificação, em sua forma determinada pela sociabilidade vitoriosa e plenamente universalizada do capitalismo avançado. Entendemos que, nessa sociabilidade não existe reificação inocente, todas as objetivações humanas são produzidas no interior de relações exclusivamente voltadas para a produção de mercadorias, invertendo a relação sujeito-objeto. Somente superando essa forma de produção da riqueza é que será possível pensar novamente em *reificação inocente*. Enfatizamos que as descontinuidades teóricas de Lukács ao despotencializar o Fetichismo da mercadoria como gênese da reificação expressa descontinuidades concretas do processo histórico, e não podem ser tomadas como erros no sentido gnosiológico, como já afirmamos. Esse elemento é muito importante para entender a dinamicidade do método e ancoragem concreta, e não abstrações lógicas congeladas. Fizemos um breve resumo dos limites e avanços das duas obras do percurso formativo lukacsiano que explicitam a Categoria Reificação, apenas a título de quadro geral para o leitor:

História e consciência de classe:

Limites: Não considera o trabalho concreto na análise da Reificação e faz a mediação somente com a consciência para emancipação do trabalho abstrato. Os trabalhadores precisariam apenas desenvolver a consciência de classe para fazer a revolução. A Totalidade social é abstrata, com poucas determinações, devido à ausência do trabalho fundante do ser social.

Avanços: Considera a Reificação como maior obstáculo à emancipação dos trabalhadores, superável pela práxis revolucionária da classe, destacando a Totalidade como processualidade histórica dialética. Aponta o Fetichismo da mercadoria como a base objetiva (ontológica) da Reificação, gerado na esfera da produção.

Para uma ontologia do ser social:

Limites: despotencializa a Categoria Reificação como maior obstáculo à emancipação humana, criando dupla dimensão (positiva/objetivação em geral e negativa/Alienação). A base objetiva da Reificação, o Fetichismo da mercadoria, também é despotencializada, com menor influência sobre o metabolismo social.

Avanços: Apresenta o processo de produção e reprodução social na forma teoricamente mais pura do trabalho fundante, explicitando a mediação reflexiva entre objetividade e subjetividade. A apreensão da Categoria Reificação articulada à apreensão da Categoria do Trabalho fundante, em tempos de capitalismo vitorioso, contribui para apontar os caminhos para emancipação do capital de volta para a esfera da produção, a demanda de novo modo de produção. Ou seja, a Categoria Reificação ajuda a compreender a gênese e a reprodução do trabalho alienado e a Categoria Trabalho fundante ajuda a compreender que somente uma nova forma de trabalho que recoloca o sujeito no controle de suas objetivações será capaz de superar concretamente o metabolismo capitalista.

Ambas as obras lukacsianas buscaram acompanhar, no processo histórico, o desenvolvimento objetivo da Alienação com determinações distintas, porque o contexto histórico também se apresentava de forma distinta no período de escrita de cada uma. Depois da derrota nazista, a Guerra Fria contribuiu para retardar as críticas mais contundentes à sociabilidade soviética pelos setores mais progressistas, receosos de favorecerem os interesses burgueses. Após a queda do muro de Berlim e a unipolarização geopolítica desde os anos 1990, ainda não conseguimos fazer a crítica necessária à assimilação equilibrada desse legado e planejarmos as lutas do futuro. Em geral, com exceção de Mészáros, não acompanhamos, adequadamente, as metamorfoses aceleradas do capital que mantém sua substância destrutiva; estudamos seu movimento de forma isolada, submetidos à fragmentação acadêmica. Temos que encontrar uma forma de trabalhar para além disso. Quanto à questão organizativa e política, congelamos no tempo; ainda pensamos em barricadas e reabilitação de personagens que tiveram sua importância histórica, mas não atendem às demandas atuais de enfrentamento. Ainda temos a tarefa básica de articular as diversas ilhas marxistas para aumentar a massa crítica. As trajetórias marxiana e lukacsiana, da juventude para a maturidade tem fôlego para nos orientar a sair desse congelamento, porque capturam o organismo mutante da Alienação do capital em movimento, e daí nos ajudar a encontrarmos novas estratégias e unificar os objetivos emancipatórios.

Tese 3: Hiperautonomização do complexo da educação como elemento importante do processo de Reificação em decorrência do aumento do trabalho morto na composição orgânica do capital, potencializador da exploração pelo capital.

Considerando que somos educadores profissionais, função imposta pela divisão social do trabalho capitalista, nossa atuação é determinada por certos limites práticos, mas que

nos permitem contribuições importantes. Extraímos alguns elementos da Categoria Reificação que nos ajudam a compreender o complexo da educação e sua interação com outros complexos.

Marx e Lukács não escreveram especificamente sobre educação, mesmo porque, esse tipo de abordagem fragmenta a realidade, e a nova Ciência da História se propõe a desvelar sempre a realidade em sua Totalidade, como complexo de complexos, todos interligados. Por isso, em suas trajetórias, deixaram elementos para reflexões importantes sobre todos os complexos sociais. Entretanto, devido à fragmentação das ciências particulares burguesas, suas formulações categoriais foram disseminadas de forma separada (economia, sociologia, filosofia, história, política, educação, estética etc.), contribuindo para a perda das bases objetivas da sociabilidade como um todo, perda da Totalidade concreta. Com essa advertência, podemos afirmar que qualquer processo de formação da consciência social é, também, processo educativo de reprodução, incluindo a educação formal, extremamente desenvolvida pela sociabilidade burguesa, com tarefa quase exclusiva de transmitir o conhecimento acumulado pela humanidade, de forma classista, imposta pela divisão do trabalho.

As descobertas marxianas e lukacsianas indicam que a educação não é o complexo determinante do desenvolvimento do modo de produção, mas é um dos principais componentes de sua reprodução e não pode se dissociar de seu desenvolvimento. A Totalidade possibilita compreender essa conexão e articulá-la a outros complexos essenciais à reprodução como a ciência, a estética e a ética. Sendo assim, sabemos que as lutas travadas pelos educadores em sua atividade cotidiana no interior de estruturas de reprodução do capital, isoladas pela divisão do trabalho que separa o pensar do fazer, jamais terão forças suficientes para a emancipação. Contudo, nada se fará na direção da emancipação sem uma educação que, ao menos, apresente outras possibilidades de existência. Os gerentes do capital sabem disso, e permanecem alertas diuturnamente para manter sob controle esse complexo; em especial, as duas mais importantes criações burguesas: a escolarização universal e os meios de comunicação de massa. Embora essas duas criações estejam cada vez mais articuladas, destacaremos a educação escolar, particularmente, o ensino superior, que, pelo seu caráter elitizado, esqueceu-se que também é escola, cada dia mais próxima da escola básica, pelo trato superficial e aligeirado do conhecimento, incluindo aí, não só a forma como transmite, mas, sobretudo, a forma como produz conhecimento.

A atenção constante do Estado burguês sobre o complexo da educação evidencia-se com facilidade. Podemos apontar o controle permanente dos capitalistas sobre os espaços públicos de escolarização, em especial, na periferia do capital, como o Brasil, pela precarização

curricular do ensino público, mediada pela expansão da educação privada no interior da própria estrutura estatal, definidora de conteúdos e resultados educacionais. Demonstramos parcialmente a referida estratégia em pesquisa anterior sobre a Gestão por Resultados nas escolas básicas e a Política de Responsabilização Docente (CARVALHO, 2017a). No breve intervalo entre a pesquisa anterior e a pesquisa atual, temos ataques mais severos, como a expansão do fundamentalismo religioso, ampliação da rede de escolas militares, forte perseguição aos cientistas e educadores, censura de livros etc. O recuo resultante desse processo exigirá décadas para compensação, considerando, apenas, o retorno ao ponto que já tínhamos chegado. Para o metabolismo capitalista, sempre vale a pena esses momentos de recuo; como Marx desvelou ao analisar a derrota da Revolução de 1848, a burguesia sempre se alia às forças mais primitivas que enfraquecem, temporariamente, seu poder político, mas preservam seu poder econômico, o poder real, até que a ameaça do momento perca a potência.

A escola superior estatal brasileira é um exemplo forte dessa legalidade. Tivemos um brevíssimo momento de expansão dos espaços de luta (ampliação de vagas e organização de novos cursos), que mesmo tutelado pelo referido controle da produção espiritual, abriu espaços de transmissão do conhecimento acumulado para maior número de pessoas. Os novos espaços viabilizaram estudos mais progressistas e possibilitaram linhas de pesquisa de pós-graduação orientadas pelo legado marxiano. Espaços diminutos, mas não desimportantes, porque se o fossem, não seriam tão combatidos.

Sabemos que conhecer não é suficiente, mas é condição necessária para redirecionar a práxis. A divisão do trabalho no capitalismo aprofundou a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, obstruindo severamente as possibilidades de associação do exercício teórico-prático, forjador da consciência histórica efetivamente transformadora. Diante da cisão objetiva, a tarefa necessária de construir o *telos* revolucionário pela consciência social é transferida, majoritariamente, e de forma reificada, para o complexo da educação, que ganha uma dimensão mais importante do que ele mesmo possui, ontologicamente; fenômeno que denominamos nessa investigação de *Hiperautonomização* do complexo da educação pelo capitalismo, enquanto expressão da Reificação nesse complexo específico. Estas duas dimensões do ser social, pensamento e ação, por sua vez, fragmentam-se em outras múltiplas caixinhas. Se isolarmos artificialmente o fazer, podemos exemplificar algumas dessa caixinhas, como produzir alimentos, extrair minerais, apertar botões, até à criação de satélites, robôs etc. Já ensaiamos, inclusive, tentativas de explorar recursos naturais de outros planetas e sobreviver

neles. Os bilionários sabem que o Planeta Terra não sobreviverá à rapinagem brutal que realizam.

Apesar de relação tão evidente, o trabalho fundante (relação humanidade-natureza) é invisibilizado. Isso se desenvolve ontologicamente, resultante do afastamento das barreiras naturais que torna a produção da existência cada vez mais social, mas em uma forma historicamente determinada, a capitalista. O afastamento das barreiras naturais não precisa ser, necessariamente, alienado, destrutivo. O que determina esse caráter destrutivo é a particularidade do modo de produção. Nesse sentido, Marx desvelou que o capitalismo diminui, sistematicamente, pela sua própria lógica de reprodução, a participação do trabalho vivo na composição orgânica do capital, devido ao incremento tecnológico orientado para a produção de mais-valia, expulsando massas de trabalho vivo, que, para sobreviverem, ampliam o montante de trabalho não-produtivo. É uma das contradições, que, no limite, pode colapsar o capitalismo. Caso não sejamos capazes de constituir outro modo de produção, enquanto generidade (humanidade), poderemos ser tragados pelo referido colapso.

Considerando a legalidade acima, os múltiplos espaços educativos-formativos, em sentido amplo, se constituem como espaços de trabalho não-produtivo. Ao mesmo tempo, se constituem como espaços de produção de teleologias secundárias, campos de batalha pelo *telos*, a finalidade orientadora da práxis, na reprodução social. O *telos* não determina a reprodução social em si mesma, ele é determinado pelo modo de reprodução. Apesar disso, na relação reflexiva entre objetividade e subjetividade, pode impactar sobre a práxis da consciência social. O complexo da educação assume, portanto, pela ampliação dos espaços de trabalho não-produtivo, dimensão maior do que possui, ontologicamente; e passa a ser o complexo com maior capacidade, no plano subjetivo, de reproduzir universalmente as *teleologias secundárias* da sociabilidade burguesa em seu estágio de hegemonia global.

A *hiperautonomização* do complexo da educação fortalece, sem dúvida, os mecanismos alienadores da apreensão da realidade, mas pela sua própria tendência de expansão contraditória, pode articular o conhecimento fragmentário produzido por diversos outros complexos, em especial, a ciência, a estética, a ética, e reconstituir uma camada da Totalidade, mesmo que somente abstrata, um rascunho. Considerando o grau de fragmentação da realidade resultante da divisão capitalista do trabalho, mesmo frágil e abstrata, essa Totalidade fosca talvez seja uma das poucas veredas possíveis para mostrar lampejos da Totalidade concreta e indicar alternativas de práxis ao gênero.

Sabemos que a educação não é capaz de recompor por si mesma a unidade objetiva e subjetiva do ser social; mas uma educação orientada para disseminar alternativas ao capital se apresenta como grau mais elevado de apreensão da realidade, superior, portanto, às apreensões imediatas do cotidiano. Insistir nas alternativas pode contribuir para recolocar o *telos* da emancipação articulado ao que já aprendemos com o processo histórico. Usamos o termo *telos* (finalidade) ao tratar da emancipação, e não *por teleológico* (finalidade posta), porque o complexo da educação não possui condições de apresentá-lo como tal, não pode colocá-lo em prática, realizá-las objetivamente. Apesar disso, sem um *telos* revolucionário para guiar nossa práxis, não temos como superar a reprodução do capital, e seguiremos, apenas, reproduzindo o combate bárbaro pela sobrevivência até à auto extinção. Mas, atenção, o *telos* a que nos referimos, possível de ser apresentado à consciência social pelo complexo da educação, precisa ser a síntese mais elevada da produção do conhecimento da realidade até aqui, o método onto-histórico. Não podemos confundir com exortações éticas, semelhante ao dever-ser kantiano.

Aprendemos com Marx e Lukács que o trabalho fundante em seu processo de desenvolvimento e reprodução acumula conhecimentos cada vez mais próximos, precisos, das propriedades dos elementos da natureza, relação gradativamente mais perfeita entre causalidades primárias e o por teleológico. Na mesma direção, embora de forma muito mais complexa e difícil, porque mais vulnerável às mistificações ideológicas, a consciência social precisa se apropriar dos fundamentos da sociabilidade que cria, da forma mais precisa possível: como ela se autonomiza e passa a dominar o sujeito social, e assim, reorientar as teleologias secundárias para a crítica e superação do existente.

Uma exigência importante da relação reflexiva entre o por teleológico e as causalidades reside na autoexplicitação objetiva no âmbito primário, ou seja, se o ser humano quer fazer um machado, tem que descobrir o material e o modo mais adequado para fazê-lo, acumulando experiências concretas. Para o âmbito secundário, as propriedades fundamentais que compõem a realidade podem ser acessadas somente na Totalidade, pelo plano da generidade⁹⁸. O complexo da educação oportuniza visualizar o quadro social. O conhecimento

⁹⁸A apreensão da Totalidade concreta é essencial em qualquer âmbito da relação teleologia e causalidade. Nas ciências da natureza, temos alguns estudos ecológicos mais sistêmicos que a redescobriram, apropriando-se das conexões recíprocas entre diversos elementos. Um exemplo: a relação entre a diminuição dos nutrientes do solo e o escasseamento de chuvas como causa dos ataques parasitários em larga escala às plantações. Ilustra a reificação extrema da natureza através da morte intencional do solo e das plantas com produtos químicos que produzem alimentos mortos de solo morto (sem nutrientes e envenenados). É a capilaridade destrutiva do capital, incapaz de se reproduzir sem destruir a vida autêntica. Para aprofundamento sobre esse processo, recomendamos as pesquisas de Ana Primavesi (1920-2020).

produzido pelo grande desenvolvimento das forças produtivas na sociabilidade burguesa pode ser articulado pelo complexo da educação, embora somente no plano subjetivo. Pode recuperar, por exemplo, as lutas concretas vividas pela generidade contra a expropriação brutal dos verdadeiros produtores da riqueza social. Quando chegar o momento das novas ondas insurgentes será necessário que o *telos* da emancipação esteja no horizonte. Lembrando a advertência marxiana sobre a necessidade da direção teórica da luta. Precisamos saber o que queremos e como conseguir. Uma proposta já se apresentou: “[...] queremos prática e teoria juntas ao deleite da fantasia espiritual; fazer, pensar, criar, sonhar. Queremos para todos os trabalhadores e seus filhos o comando de nosso trabalho e do produto dele.” (SILVA; SANTOS; AMARAL, 2020, p. 283).

Não temos como prever quando, onde, nem como surgirão as novas vanguardas. Ou se o futuro nos reserva a barbárie de massas pauperizadas do *lumpemproletariado* ampliado, incapazes de promover a emancipação. Considerando nossa tarefa específica de formadores/educadores⁹⁹, uma das opções no contexto da fragmentação da vida social capitalista é compreender o profundo recuo revolucionário atual; ou seja, as implicações objetivas-subjetivas, históricas e teóricas que nos trouxeram ao ponto onde estamos, mesmo depois das extraordinárias descobertas marxianas-lukacsianas em seus respectivos percursos formativos. Essa tarefa exaustiva, que se apresenta com mais força justamente nos momentos de maior recuo, demanda incalculável tempo de maturação, em parâmetros coletivos e individuais, além de uma disposição para permanente recomeço, a cada derrota; por isso é uma tarefa coletiva, ampla, aberta para todos que compartilhem o *telos* emancipatório, uma corrida de revezamento, que precisa se ampliar.

Enfatizamos: o passo inicial é situar o complexo da educação na Totalidade concreta e sua importância fundamental para a reprodução social. Não há possibilidade de reprodução da sociabilidade capitalista sem os processos formativos, como pores teleológicos secundários ancorados no movimento da mercadoria já apresentado. Muito além da educação institucionalizada, a Educação é o processo global de reprodução orientada das práticas do ser social, intrinsecamente colado ao seu elemento fundante de produção material da existência, o trabalho. Não significa que a educação institucional tenha menor importância ou menor impacto

⁹⁹Entendemos que a diferença primordial entre educadores e formadores é que os primeiros sabem que estão atuando em processos formativos, independente da finalidade ou da qualidade. O escopo de formadores é bem mais amplo. Qualquer agente social com poder de influência e meios de comunicação de massa à disposição pode ser um formador e até mesmo mecanismos automatizados como programas de computador podem ser formadores, atingindo o grau máximo de eficácia no processo de formação de condicionamentos sociais reificados.

na formação da consciência social. Pelo contrário. Considerando a extensão da forma burguesa de escolarização, ela é a expressão mais poderosa do complexo educativo, embora, com o desenvolvimento tecnológico atual, novas estratégias de formação dirigida estejam surgindo, de forma tendencial, como mais eficazes que a própria educação institucional que conhecemos hoje¹⁰⁰. Dificilmente, contudo, o capital dispensará a escolarização universal, pela própria natureza do estado burguês; apenas busca neutralizar os focos de educação emancipadora com modelos mais padronizados, controlados, e ao mesmo tempo, mais pulverizados. Essa tendência não se constitui apenas pela vontade dos gestores do capital, mas decorre da necessidade objetiva do trabalho alienado. O desemprego estrutural demanda processos educativos-formativos que contribuam diretamente para o controle social. É outro aspecto da *hiperautonomização* que estudamos. O capital precisa aperfeiçoar seus mecanismos pacíficos de controle social para adiar o máximo possível a explosão social que ele próprio está engendrando com sua lógica destrutiva.

O complexo da educação pode contribuir para que a consciência social faça bom uso desses elementos: os pores teleológicos, as causalidades e as casualidades. Nesse sentido, o educador precisa estar atento ao seu tempo histórico e à forma como esse tempo histórico é apropriado pelos educandos. Parte da tarefa é conhecer e desmistificar as abordagens subjetivistas/objetivistas. A Categoria Reificação expressa de maneira privilegiada esses diversos graus de apreensão, ao mesmo tempo que explicita a relação objetividade-subjetividade e os diversos pares dialéticos (essência-aparência, universalidade-singularidade etc.). A recuperação da unidade dialética cindida pela fragmentação do ser social só se realiza na superação do capital; mas podemos desafiar, até certo ponto, os limites restritivos que são impostos pelo pensamento burguês às pesquisas educacionais.

¹⁰⁰Em artigo (CARVALHO; MENDES SEGUNDO, 2019), ilustramos esse processo com a chamada aprendizagem móvel desenvolvida pela UNESCO, em parceria com empresas de tecnologia.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, Maria Elisa Magalhaes. **Adolescentes preocupadas em conquistar um corpo magro**: um estudo sobre discursos produzidos em diários eletrônicos. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

ALBUQUERQUE, Rafael João Mendonça de. Capital e capitalismo: uma distinção necessária. *In*: PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Mészáros e a crítica à experiência Soviética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017. p. 51-80.

ALMEIDA JUNIOR, João Baptista de. **Imagem e conhecimento**: análise das concepções representacionista e fenomenológica e suas implicações na educação. 1997. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

ALMEIDA, Emiliano Cesar de. **Entre o homem e o bicho**: a reificação e o realismo no romance *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

ALMEIDA, Roberto Ribeiro de. **Reificação e totalidade à luz de história e consciência de classe (1923) de György Lukács**. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Sérgio Antunes de. **Novas tecnologias e o trabalho docente na modalidade ensino à distância**. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O Direito no jovem Lukács**: uma Reflexão de Filosofia do Direito em Torno de *História e Consciência de Classe*. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

ALVES, Paulo. **A farpa e a lira**: uma análise socioliterária a partir de Cruz e Sousa e Lima Barreto. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

AMORIM, Christiano Correia Santa`Ana. **O impacto da mídia televisiva sobre o padrao estético odontológico**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Odontologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ANJOS JUNIOR, Jose dos. **Teoria da modernidade e razão comunicativa em Habermas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. **Reificação e linguagem em André Breton e Guy Debord**. 2005. 295 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ARAÚJO, Adéle Cristina Braga; Deribaldo, SANTOS; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. Gênese, evolução e contexto da trajetória dos estudos estéticos de Georg Lukács. *In*: COSTA, Gilmaisa; ALCANTÁRA, Norma (org.). **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014. p. 205-234.

ARAÚJO, Sinval Silva de. **A crise do valor, reificação e fetichismo da mercadoria: os limites da revolução proletária**. 2013. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ÁVILA, Livia Neves. **A Reificação como fenômeno histórico de determinação sociocultural**. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BARBAGALLO, Leonardo. **Trajelórias profissionais, história e subjetividade: a produção de sentidos no Serviço Social**. 2005. 433 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARBOSA, Fabiano Geraldo. **Estatuto ontológico do conhecimento em Lukács: uma análise a partir da obra Prolegômenos para uma Ontologia do ser social**. 2016. 122 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BARBOSA, Fabiano Geraldo. **Sociedade do conhecimento: um novo paradigma em favor da nova ordem**. 2008. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BARROSO, Aloísio Sérgio Rocha. **Capitalismo e crise contemporânea: a razão novamente oculta**. 2003. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BARTOLY, Beatriz Emilia. **Nas tramas do discurso jurídico: uma abordagem crítica**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

BATISTA, Erika. **A insustentável teoria da sustentabilidade ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social no Brasil**. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.

BEWES, Timothy. Reificação, representação e instanciação: Georg Lukács contra seus intérpretes. Tradução Aline Zouvi. **Remate de Males**, Campinas, n. 35.1, p. 13-37, jan. 2015.

BEZERRA, Silvia Ramos. **Boemia e modernidade em Cuiabá: o personagem Zé Bolo-flor**. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

BRAGA, Erivania de Meneses. **Dialética e negatividade**: um estudo sobre História e Consciência de Classe. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

BRAGA, Samara Almeida Chaves. **A problemática da alienação e seus rebatimentos no complexo da educação no contexto da crise estrutural do capital**. 2015. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BUENO, Natalia de Lima. **Tecnologia educacional e reificação**: uma abordagem crítica a partir de Marx e Lukács. 2013. 503 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CAMARGO, Silvio; SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha. Axel Honneth leitor de Lukács: reificação e reconhecimento. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 11, p. 165-186, jul./dez. 2012.

CAPES. **Catálogo de teses**. Brasília, DF: CAPES, 2018. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> Acesso em: 26 set. 2018

CARCANHOLO, Reinaldo. Apresentação. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 9-17.

CARVALHO, Ana Paula Monteiro de. **Para compreender o processo de reificação do capital**: a política de responsabilização docente nas escolas estaduais de educação profissional. 2017a. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

CARVALHO, Raphael Boldt de. **Processo penal e catástrofe**: entre as ilusões da razão punitiva e as imagens utópicas abolicionistas. 2017b. 238 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2017.

CARVALHO; Ana Paula Monteiro de; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Aprendizagem móvel, reformas estatais e reprodução do capital no Brasil. In: RIBEIRO, Luís Távora *et al.* (org.). **Educação brasileira em pauta**. Curitiba: CRV, 2019. p. 183-193.

CASALE, Luis Gustavo. **Guy Debord e vanguardas**: combate à sociedade do espetáculo. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2012.

CASTRO, Talita Pereira de. **Auto-ajuda e a reificação da meia idade**. 2009. 233 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CHASIN, José. Marx. Estatuto ontológico e resolução metodológica. Posfácio. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares Teixeira. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O capital. São Paulo: Ensaio, 1995. p. 335-537.

CIRINO, Samia Moda. **(Des) construção da identidade de gênero**: inserção crítica ao sujeito do feminismo e o reconhecimento do trabalho da mulher. 2017. 220 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

COLOMBO, Virginia Susana Orlando. **!Estamos em japonês!**: dimensão ativo-dialógica da compreensão e gêneros discursivos em cursos de leitura em línguas estrangeiras próximas. 2012. 356 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

CORDEIRO, Luciana Zenha. **Saberes na web**: trocas discursivas sobre dengue nas redes sociais on-line. 2013. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CORDEIRO, Luisa Fernandes. **As transformações no mundo do trabalho**: a produção flexível e suas manifestações na subjetividade do trabalhador. 2018. 74 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

COSTA, Barbara Rossin. **A morte no seu devido tempo**: disputas e controvérsias judiciais envolvendo pacientes terminais. 2017a. 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Lukács, Proust e Kafka**: literatura e sociedade no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CRISTOFARO, Helgis Torres. **O trabalho como categoria em economia política**. 2017. 212 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CSISZER, Juliana Vieira. **O valor social do trabalho**: uma leitura neoconstitucional. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2011.

CUNHA, Higor Hebert Franca da. **Cruzando fronteiras e corpos**: a criminalização da migração africana em Israel. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CUNHA, Marcelo Ferreira Carlos. **A racionalidade da mercantilização da doença**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DAMASCENO, Cláudia Régia. **Le Robert Micro**: desvelando ideologia(s) em torno do gênero verbete. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

DELL TECHNOLOGIES. **Para entender 2030**: a pesquisa da Dell Technologies investiga a próxima era de parcerias entre humanos e máquinas. [S. l.]: Dell Technologies, 12 jul. 2017. Disponível em: <https://corporate.delltechnologies.com/pt-br/newsroom/announcements/2017/07/20170712-12.htm>. Acesso em: 1 jul. 2021.

DIAS, Fabio Alves dos Santos. **Toyotismo e reificação**: novas e velhas formas de controle do trabalho pelo capital. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

DIÓGENES, Lenha Aparecida Silva. **György Lukács e Honoré de Balzac**: um diálogo entre estética, literatura e formação humana. 2019. 221 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

DUTRA, Marcone Antonio. **O Fetichismo da avaliação numérica do Ideb e a reificação da cultura nas escolas ludovicenses**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Sousa. 19. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAGUNDES, Andre Luiz de Oliveira. **A onipresença das competências na formação docente**: um estudo no horizonte da reificação e do reconhecimento. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 19-44.

FRANCO, Renata Rosa. **O cinema como (im)possibilidade formativa**: uma discussão a partir da perspectiva de Adorno. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

FREIRE, Gesseldo de Brito. **Medicalização da comida e transformação de pessoas em mercadoria**: reflexões a partir de revistas dirigidas ao público feminino. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GAIOLI, Yheda Maria de Lanes. **Essência e aparência**: uma análise do caráter fetichista das mercadorias. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.

GAJANIGO, Paulo Rodrigues. **Identidade cultural e consciência de classe no capitalismo tardio**. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GONÇALVES FILHO, Jose Moura. **Passagem para a Vila Joanisa**: problema da humilhação social. 1995. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GOULART, Fabio. **Alienação e reificação na indústria cultural e internet**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GOUVEIA, Monique Rangel do Carmo. **Capitalismo, sociabilidade contemporânea e violência**: impactos na juventude de Macaé. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GRUNDRISSE de Marx. Debates com José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho e Virginia Fontes. [S. l.]: TV Boitempo, 2011. 1 vídeo (126 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cuDSsZ2JQz0>. Acesso em: 4 abr. 2020.

GUELMAN, Regina Prado Lima de Souza. **A reificação do patrimônio**: a reapropriação de sítios históricos e reconhecidos com patrimônio na lógica da indústria cultural. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Maria Paula Piotto da Silveira. **NOVA**: 30 anos da mulher de 30. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era do capital 1848-1875**. Tradução Luciano Costa Neto. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLANDA, Maria Norma Alcantara Brandao de. **Alienação e ser social**: determinações objetivas e subjetivas. 2005. 258 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

HONNETH, Axel. Observações sobre a reificação. Tradução Emil Sobottka e Giovanni Saavedra. **Civitas**, Porto Alegre, n.1, p. 68-79, jan./abr. 2008.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: UNESP, 2015.

HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica e marxismo**: fragmento de 1:58 min de entrevista. [Entrevista]. [S. l.: s. n.], 1969. 1 vídeo (117 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o-WWvteGCWM>. Acesso em: 13 maio 2019.

HÚNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana**: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

HUNOLD, Lara Silvia. **Campos da violência**: estudo sobre a relação senhor escravo na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. 1986. 457 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 1986.

INFRANCA, Antonino. Em defesa de história e consciência de classe. **Verinotio**, Niterói, ano VIII, n. 16, p. 94-99, out. 2013.

INTRODUÇÃO ao método de Marx (primeira parte). Com José Paulo Netto. Brasília, DF: UNB, 19 abr. 2016. 1 vídeo (170 mim). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8&t=3916s>. Acesso em: 19 ago. 2019.

JAMESON, Fredric. **Reificação e utopia na cultura de massa**. Tradução: João Roberto Martins Filho; revisão técnica: Maria Elisa Cevasco. [S. l.: s. n.], 1995. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo43Artigo1.1.pdf. Acesso em: 3 jul. 2017.

JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. Trad. Sílvio Rosa Filho. **Limiar**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 4-29, 1. sem. 2014.

JIMENEZ, Susana; GONÇALVES, Laurinete Paiva; BARBOSA, Luis Adriano Soares. O lugar do marxismo na formação do educador. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 12, n. 23, p. 189-203, jul./dez. 2006.

JIMENEZ, Susana; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (org.). **Marxismo, educação e luta de classes**: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideológicos. Fortaleza: EDUECE-IMO, 2010.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. **O mundo na caixa**: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999. 2006. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

KORGUT, Alexander. **Processo de trabalho e novas tecnologias**: estudo sobre a Alienação e Reificação do Trabalho em Call Center. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2008.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Tradução Antonio Sousa Ribeiro. Porto: Afrontamento, 1966.

LACERDA, Sara Miranda de. **Aprender a ensinar matemática**: a participação de estudantes de pedagogia em uma comunidade de prática. 2017. 210 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

LEMOS, Solon Sales. **Dialética negativa**: formação e resistência em Theodor Adorno. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

LESSA, Sérgio. Alienação e estranhamento. *In*: MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 449-491.

LIMA, Cristhian Dani de. **Reencontrando Sísifo**: tecnologia e reificação. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

LIMA, Marteana Ferreira de. **A alienação em Lukács**: fundamentos para o entendimento do complexo da educação. 2014. 192 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

LIMA, Tatiane; K, Guilherme. “Stalin matou foi pouco” é PicBadge de militantes do PCB no Facebook. **Esquerda Diário**, [s. l.], 7 dez. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Stalin-matou-foi-pouco-e-PicBadge-de-militantes-do-PCB-no-Facebook>. Acesso em: 2 maio 2020.

LINCK, Valéria de Sousa. **O sistema de justiça penal e a justiça restaurativa**: concepções filosóficas e psicológicas subjacentes. 2008. 1 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LOPES, Maria Isabel Nunes. **A construção do fato político midiático na visão dos políticos**: uma interdependência. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social E Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento. 2. ed. São Paulo: Martins fontes, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Pensamento vivo**: autobiografia em diálogo. Trad. Cristina Alberta Franco. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

LUKÁCS, György. **Para a ontologia do ser social**. Tradução Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a. (Obras de Georg Lukács, v. 14).

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018b.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução Lya Luft, Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUSTOSA, Solange de Carvalho. **Brasilidade no cinema nacional**: problematizando os processos de identidade. 2013. 272 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

MACHADO, Arminda Rosa Rodrigues da Matta. **Reconhecimento e reificação**: um estudo segundo o pensamento de Axel Honneth. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2016.

MACHADO, Dagoberto de Oliveira. **Movimentos**: das coisas que a Educação Física pode dizer sobre o corpo para a saúde. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MACIEL, Janine Barreira Leandro. **Trabalho e emancipação em Marx**. 2004a. 77 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MAGALHÃES NÉTO, José Vaz. **Masculinidades**: um estudo crítico das práticas discursivas de alunos do ensino médio. 2007. 165 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MAGALHAES, Érika Barreto. **O corpo rebelado**: dependência física versus autonomia na paralisia cerebral. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MAIA, Beatriz Ribeiro Ferreira. **Cemitério de livros**: a trajetória de um escritor no romance *Angústia* de Graciliano Ramos. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MAIA, Osterne. *Gestão participativa e educação: ensinando a escola a governar?* In: JIMENEZ, Susana; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (org.). **Marxismo, educação e luta de classes**: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideológicos. Fortaleza: EDUECE-IMO, 2010. p. 83-105.

MANUSCRITOS econômico-filosóficos: I Curso livre Marx-Engels. Palestrante: Ruy Braga. [S. l.: s. n.], 2008. 1 vídeo (121 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P0qQGxUBzzU>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MARANHÃO, Luis Henrique Barbosa Leal. **Chris Marker**: comentários sobre uma crítica da Imagem. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Tradução Eduardo Chitas. São Paulo: Global Editora, 1986a.

MARX, Karl. **As lutas de classe na França (1848-1850)**. Tradução Álvaro Pina e Fernando Silvestre, São Paulo: Global, 1986b.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel 1843**. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes em Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução Leandro Konder e Renato Guimarães. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1 O processo de produção do capital. Tradução Reginaldo Santana. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 1.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa Martins Fontes: São Paulo, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família ou a crítica da crítica crítica**. Trad. Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYA NETO, Olegario da Costa. **Actualizing Che's history**: Che Guevara's enduring relevance through film. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Inglês, Estudos Linguísticos e Literários) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MAYER, Andre Luiz Monteiro. **Reificação e barbárie**: crítica às relações sociais capitalistas. 2006. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

- MEDEIROS, Jonas Marcondes Sarubi de. **Crítica imanente como práxis: apresentação e investigação no ensaio lukacsiano sobre a reificação.** 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MEDEIROS, Ruy Hermann Araujo. **Memória compartilhada e história: entre alienação e ideologia.** 2015. 135 f. Tese (Doutorado em Memória, linguagem e sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.
- MEDEIROS, Sonia Maria Guedes de. **O treinamento empresarial: uma etapa de construção de uma administração por significados.** 1996. 126 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- MEJAT, Guillaume. **Gilles Deleuze e Félix Guattari leitores de Marx: a inspiração marxista do conceito de desejo desenvolvido no Anti-Édipo.** [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <https://maquinacrisica.org/2015/12/21/gilles-deleuze-e-felix-guattari-leitores-de-marx-a-inspiracao-marxista-do-conceito-de-desejo-desenvolvido-no-anti-edipo/>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna**, São Paulo, ano 5, n.11, p. 1-18, jul./dez. 2009.
- MELO, Rúrion. Reificação e reconhecimento: um estudo a partir da Teoria Crítica da sociedade de Axel Honneth. **Ethica**, Florianópolis v. 9, n. 2 p. 231-245, dez. 2010.
- MENDES, Bruno Moretti Falcão. **Uma abordagem filosófica sobre a reificação em história e consciência de classe de Georg Lukács.** 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Trad. Francisco Raul Cornejo *et al.* 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A revolta dos intelectuais na Hungria: dos debates sobre Lukács e sobre Tibor Déry ao Círculo Petöfi.** Tradução João Pedro Alves Bueno. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MOURA, Eptacio Macario. **Trabalho, estranhamento, reificação: ensaios de compreensão.** 1999. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.
- NASCIMENTO, Arione Vieira do. **Avaliação da política de humanização em saúde no Hospital Barão de Lucena: o reconhecimento no cuidado da criança.** 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

NAVARRO, Michel Platiny Assis. **O projeto davidsoniano de uma semântica composicional para as línguas naturais**. 2017. 236 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. Tecendo a colcha de retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Educ. Real.**, Porto Alegre, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012.

NETTO, José Paulo. Apresentação. *In*: LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 9-21.

NETTO, José Paulo. Apresentação: Marx em Paris. *In*: MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 9-178.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. Introdução à miséria da filosofia de Karl Marx. *In*: MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 13-40.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo; FORTES, Ronaldo. **Ideologia e política no último Lukács**: curso livre Lukács. [S. l.]: TV Boitempo, 26 fev. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWCjQVptv7w&list=PLHiE8QPap5vQVG1X3S0HnMN VxT2G77SJh&index=6>. Acesso em: 11 jan. 2021

NOBRE, Marcos Severino. **Limites da reificação**: um estudo sobre história e consciência de classe de Georg Lukacs. 1991. 150 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

NOGUEIRA, Vanessa dos Santos. **Relações sociais de reconhecimento intersubjetivo virtual na formação de professores a distância**. 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Capão do Leão Biblioteca, 2016.

NUNES, Renata da Silva. **O corpo, o “corpo-máquina” e os desafios da educação estética na sociedade industrial**. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

OLIVEIRA, Carla Cristina Soares de. **Paciente comatoso**: sujeito e objeto. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

OLIVEIRA, Cristiane Porfirio de. **A política nacional de formação da CUT: análise crítica dos princípios e estratégias da Escola Nordeste.** 2003. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

OLIVEIRA, Edward Meirelles de. **Sistema Único de Saúde (SUS): contradições determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.** 2015. 209 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Acioli de. **Ruídos do ser: corpo, subjetividade e novas tecnologias.** 2001. 322 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Theóphilo Moreira Barreto de. **Adorno e a subjetividade inexpressiva.** 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

PEREIRA, Dieison Marconi. **Documentário queer no sul do Brasil (2000 a 2014): narrativas contrassexuais e contradisciplinares nas representações das personagens LGBT.** 2015. 231 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

PERFEITO, Sidnei da Silva. **Direitos territoriais dos índios no STF: superando a epistemologia da invisibilidade social indígena através do reconhecimento primário e da contrapublicidade.** 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

PETRY, Franciele Bete. **Indústria cultural, subjetividade e formação danificadas na dialética do esclarecimento e nas mínimas moralias.** 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PIVA, Ricardo Ríspoli. **Razão & dominação: Adorno e o dilema do materialismo histórico-dialético.** 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

POCAHY, Fernando Altair. **Entre vapores e dugblagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento.** 2011. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PROUDHON, Pierre Joseph. **O que é a propriedade.** Tradução Marília Caeiro. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1975.

PUZONE, Vladimir Ferrari. **Da revolução à integração: a trajetória do proletariado vista por Max Horkheimer.** 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Marx e o feitiçismo da mercadoria: notas a respeito do primeiro capítulo do livro I d' O capital. *In*: MOTA, Leonardo

de Araújo e (org.). **Capitalismo contemporâneo: olhares multidisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 45-68.

RAMALHO, Eric Renan. **A dialética das coisas: método e reificação em História e Consciência de Classe**. 2017. 239 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. Teoria crítica e pensamento marxista na pesquisa em educação. **Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 62-73, ago. 2013.

RESENDE, Anita Cristina Azevedo. **Fetichismo e subjetividade**. 1992. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

ROCHA, Marcio Roberto da. **Empreendimentos de uma comunidade de prática de professores de matemática na busca de aprender e ensinar frações**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RODRIGUES, Ângela Maria. **A sociedade emancipada em Herbert Marcuse**. 2000. 130 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2000.

RODRIGUES, Cássia Regina. **Reificação e saúde mental: representações de profissionais, pacientes e cuidadores domésticos**. 2001. 167 f. Tese (Doutorado em Medicina – Saúde Mental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SÁ, Kátia Oliver de. **Lazer, trabalho e educação: pressupostos ontológicos dos estudos do lazer no Brasil**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SANTOS, Edna Maria dos. **A catarse de Paulo Honório: passagem da reificação à humanização – uma abertura religiosa?** 2010. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Fabrizio Candia dos. **Liberdades fundamentais e integração econômica: reificação das relações de trabalho no Mercosul**. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2014.

SILVA, Amanda Maria dos Santos. **Turismo e qualificação profissional: reflexos da experiência vivenciada entre os integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – Piauí/Brasil**. 2014a. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, André Gustavo Ferreira da. **Educação e liberdade: o conceito de liberdade na pedagogia brasileira na década de oitenta**. 2007a. 299 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Antonio Nascimento; SANTOS, Deribaldo; AMARAL, George. Educação na crítica ao programa de Gotha: uma síntese. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 272-287, jan./abr. 2020.

SILVA, Elizeu do Nascimento. **Crítica periodística**: a mediação das artes visuais na Folha de São Paulo e no Estadão de São Paulo. 2011b. 181 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2011.

SILVA, Lucas Alessandro. **Por um Biodireito além da dignidade da pessoa humana**: uma abordagem sobre o Biodireito em face dos dilemas do Mercado Humano. 2016c. 115 f. Dissertação (Mestrado em Direito Negocial) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

SILVA, Marianna de Araujo E. **O pós-modernismo e a cultura das favelas**. 2010d. 125 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Rodrigo Daniel Felix da. **Direito civil e reificação do ser humano**: um estudo crítico do caráter capitalista do dano moral brasileiro a partir da doutrina Marxista. 2013e. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

SILVA, Rodrigo Fernandes da. **Traduções da desigualdade**: pensamento criminológico e campo policial no Rio de Janeiro da Primeira República. 2015a. 217 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Wanusa Rodrigues da. **Observatório da Educação da PUC/SP e a formação de professores que ensinam Matemática em comunidades de prática**. 2015b. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SIQUEIRA, Daniel Valente Pedroso de. **Habermas e a crítica da razão instrumental**: um estudo sobre a Teoria da Ação Comunicativa. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOARES, Fabio Montalvão. **Uma leitura sobre a indústria audiovisual e a captura dos processos de subjetivação**. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SOTTILLI, Tiago Andrea. **"A palavra é densa e nos fere"**: trabalho e arte na poesia de Orides Fontela. 2014. 89 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

STRUCHINER, Cinthia Dutra. Fenomenologia: de volta ao mundo-da-vida. **Abordagem Gestalt**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 241-246, 2007.

TARDIN, Micheline Mattedi Tomazi. **O escritor e o poeta nas vitrines**. 2007. 169 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TECNOLOGIAS educacionais para gamificação: aula 42. [S. l.]: Laboratório Educacional Digital, 2021. 1 vídeo (168 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UnhJGinp0bU>. Acesso em: 9 jul. 2021.

TEIXEIRA, Mariana Oliveira do Nascimento. **Razão e reificação**: um estudo sobre Max Weber em história e consciência de classe, de Georg Lukács. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

TEORIA da revolução em Bakunin. Palestrante: Acácio Augusto. [S. l.: s. n.], 3 set. 2018. 1 vídeo (123 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBWk2tuwNxU>. Acesso em: 3 mar. 2020.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n.43, p. 897-918, jul./ago. 2009.

TONET, Ivo; LESSA, Sergio. **A grande Revolução Russa (1917 a 1921)**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

VIEIRA, Daniela Villas Boas Bazenga. **Imigrantes no discurso jornalístico**: quem são eles? 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2018.

WICKERT, Tarcisio Alfonso. **Reconhecimento em Hegel**: uma análise da Fenomenologia do Espírito e dos princípios da Filosofia do Direito. 2013. 155 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

WOLFF, Simone. **Informatização do trabalho**: uma análise à luz dos programas de qualidade total. 1998. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

WOLFF, Simone. **O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações**: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. 2004. 380 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ZEFERINO, Bárbara Cristhiny Gomes. **Trabalho livremente associado**: fundamento da sociedade emancipada. 2020. 171 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

ZENGO, Zakeu Antonio. **A ontologia social de Georg Lukács**: estudo dos pressupostos ontológicos de história e consciência de classe. 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ZIZEK, Slavoj. De história e consciência de classe à dialética do esclarecimento, e volta. Tradução Bernardo Ricuper. **Lua Nova**, São Paulo, n. 59, p. 159-175, 2003.

APÊNDICE A – RESUMO MAPEAMENTO TESES E DISSERTAÇÕES CAPES

Total de Teses e Dissertações com a palavra-chave Reificação por segmentação de referenciais teóricos

Grupos e subgrupos	Qtde	% do grupo	% do todo
Grupo 1-TS - Teorias subjetivistas/ Subgrupo - Linguagem, Discurso	36	53%	11%
Grupo 1-TS - Teorias subjetivistas/ Subgrupo - Referenciais não explicitados	15	22%	4%
Grupo 1-TS - Teorias subjetivistas/ Subgrupo - Psicanálise, Existencialismo	8	12%	2%
Grupo 1-TS - Teorias subjetivistas/ Subgrupo - Fenomenologia	5	7%	1%
Grupo 1-TS - Teorias subjetivistas/ Subgrupo - Bricolagem	4	6%	1%
Grupo 1-TS - Teorias Subjetivistas/ Totalização	68	100%	20%
Grupo 2-TC - Teorias Críticas/ Subgrupo - Referenciais não explicitados	38	33%	11%
Grupo 2-TC - Teorias Críticas/ Subgrupo - Adorno, Horkheimer, Marcuse	32	28%	9%
Grupo 2-TC - Teorias Críticas/ Subgrupo - Habermas, Honneth	18	16%	5%
Grupo 2-TC - Teorias Críticas/ Subgrupo - Bricolagem	13	11%	4%
Grupo 2-TC - Teorias Críticas/ Subgrupo - Benjamin	7	6%	2%
Grupo 2-TC - Teorias Críticas/ Subgrupo - Weber	7	6%	2%
Grupo 2-TC - Teorias Críticas/ Totalização	115	100%	34%
Grupo 3-TM - Teorias Marxistas/ Subgrupo - Ênfase na subjetividade	51	48%	15%
Grupo 3-TM - Teorias Marxistas/ Subgrupo - Referenciadas em Lukács*	18	17%	5%
Grupo 3-TM - Teorias Marxistas/ Subgrupo - Ênfase no econômico	15	14%	4%
Grupo 3-TM - Teorias Marxistas/ Subgrupo - Bricolagem	13	12%	4%
Grupo 3-TM - Teorias Marxistas/ Subgrupo - Ênfase na ontologia marxiana	9	8%	3%
Grupo 3-TM - Teorias Marxistas/ Totalização	106	100%	31%
Total geral de pesquisas encontradas no Banco de Teses e Dissertações CAPES	289		85%**

*Ver quadro 6 para detalhamento desse segmento.

**Ver quadro 4 (foram descartadas pesquisas da área técnica da informática e referenciais não identificados).

APÊNDICE B – LISTA DE TESES E DISSERTAÇÕES REIFICAÇÃO

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação

(continua)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Palavra-chave: Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
AGUIAR, David Leitao. Juventude em marcha : o desmonte da máquina-cinema. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.	1		1			
ALBAN, Carlos Eduardo de Oliveira. A reificação nos discursos e práticas biomédicas em intersexos : a violação de direitos e a luta pela despatologização. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.	2					1
ALBUQUERQUE, Maria Elisa Magalhaes. Adolescentes preocupadas em conquistar um corpo magro : um estudo sobre discursos produzidos em diários eletrônicos. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.	3	1				
ALMEIDA JUNIOR, João Baptista de. Imagem e conhecimento : análise das concepções representacionista e fenomenológica e suas implicações na educação. 1997. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.	4	1				
ALMEIDA, Adroaldo José Silva. O anjo reificado : sentidos do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.	5					1
ALMEIDA, Emiliano Cesar de. Entre o homem e o bicho : a reificação e o realismo no romance S. Bernardo, de Graciliano Ramos. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.	6			1		
ALMEIDA, Roberto Ribeiro de. Reificação e totalidade à luz de história e consciência de classe (1923) de György Lukács . 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.	7			1		
ALMEIDA, Sérgio Antunes de. Novas tecnologias e o trabalho docente na modalidade ensino à distância . 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.	8			1		
ALMEIDA, Silvio Luiz de. O Direito no Jovem Lukács : uma Reflexão de Filosofia do Direito em Torno de <i>História e Consciência de Classe</i> . 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.	9			1		
ALVES, Jorge Jose. Mobilização subjetiva para o prazer-sofrimento no trabalho dos taquígrafos parlamentares : uma prática em clínica psicodinâmica da cooperação. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.	10			1		
ALVES, Paulo. A farpa e a lira : uma análise socioliterária a partir de Cruz e Sousa e Lima Barreto. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.	11		1			
AMORIM, Christiano Correia Santa`Ana. O impacto da mídia televisiva sobre o padrao estético odontológico . 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Odontologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.	12		1			
ANDRADE, Edgleuba de Carvalho Queiroz de. A construção identitária do “brasiliense” . 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.	13			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
ANDRADE, Leandro Feitosa. Prostituição infanto-juvenil e mídia: estigmatização da pobreza e ideologia. 2001. 266 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.	14					1
ANDREATO, Laura Huzak. Guia prático para reprodução de paisagens. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.	15	1				
ANDREWS, Christina Windsor. Reificação e legitimidade: Habermas como metateoria das Policy Sciences. 2003. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.	16		1			
ANJOS JUNIOR, Jose dos. Teoria da modernidade e razão comunicativa em Habermas. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.	17		1			
AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. Reificação e linguagem em André Breton e Guy Debord. 2005. 295 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.	18			1		
ARAÚJO, Allyson Carvalho de. Um olhar estético sobre o espetáculo esportivo: contribuições para o ensino do esporte na escola. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.	19	1				
ARAÚJO, Ana Carolina Monte Procópio de. A dialética estado-direitos humanos: limites e possibilidades. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.	20		1			
ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986). 2016. 495 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2016.	21	1				
ARAÚJO, Romes Heriberto Pires de. Advento da emancipação humana pelo estatuto das redes ciberculturais de aprendizagem colaborativa. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.	22			1		
ARAÚJO, Sinval Silva de. A crise do valor, reificação e fetichismo da mercadoria: os limites da revolução proletária. 2013. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.	23			1		
ARAÚJO, Wilza Maria dos Santos. A Filosofia de Humanitar: análise do Aforismo “Ao vencedor as batatas” em Quincas Borba – Machado de Assis. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.	24				1	
ARRUDA, Lina Alves. Estratégias desconstrutivas: a crítica feminista da representação. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.	25	1				
AVILA, Astrid Baecker. As relações entre cultura e subculturas: circunscrevendo a cultura corporal. 2000. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.	26			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
ÁVILA, Livia Neves. A Reificação como fenômeno histórico de determinação sociocultural . 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.	27			1		
BACCIN, Adriana Nolibos. Corpo e Cultura de Movimento no Teatro da Formação Cultural: ainda Ulisses? 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.	28		1			
BARBAGALLO, Leonardo. Trajetórias profissionais, história e subjetividade: a produção de sentidos no Serviço Social . 2005. 433 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.	29			1		
BARBOSA, Jorge Luis Verly. Adornando um Velho Bandido: Sérgio Sampaio à Luz de Theodor W. Adorno . 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.	30		1			
BARBOSA, Osnir Pereira. Estudo dos pressupostos axiológicos e epistemológicos de Burnout, a chamada síndrome da desistência, que poderia levar a educação à falência (?) . 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.	31					1
BARCELLOS, Ana Carolina Kastein. A experiência estética na formação do docente da educação básica . 2014. 107 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014.	32		1			
BARRETO, Kátia Marly Mendonça. A salvação pelo espetáculo: o mito político do herói no Brasil Novo . 1997. 366 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.	33	1				
BARRIENTOS, Anolan Yamilé Milanés. Suporte de linguagens de programação para migração heterogênea de computações . 2008. Tese (Doutorado em Informática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.	34				1	
BARROSO, Aloísio Sérgio Rocha. Capitalismo e crise contemporânea: a razão novamente oculta . 2003. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.	35			1		
BARTOLY, Beatriz Emilia. Nas tramas do discurso jurídico: uma abordagem crítica . 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.	36	1				
BASSANI, Jaison José. Corpo, educação e reificação: Theodor W. Adorno e a crítica da cultura e da técnica . 2008. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.	37		1			
BASTOS, Shirley da Silva. O ensino religioso: representações sobre um tema polêmico . 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2005.	38		1			
BASTOS, Shirley da Silva. O ensino religioso: representações sobre um tema polêmico . 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2005.	39					1
BATISTA, Erika. A insustentável teoria da sustentabilidade ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social no Brasil . 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.	40			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
BAUNILHA, Eduardo Fernando. A lógica do absurdo: loucura, reificação e cinismo em Quincas Borba. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.	41		1			
BELLENTANI, Natália Freire. Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Pr. Prudent, Presidente Prudente, 2010.	42			1		
BERTIZOLI, Jose Vitor Fernandes. Formação cultural e arte/educação: análise das proposições pedagógicas paulistas na perspectiva da Teoria Crítica. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017.	43		1			
BEZERRA, Silvia Ramos. Boemia e modernidade em Cuiabá: o personagem Zé Bolo-flor. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.	44		1			
BISCHOF, Betina. Razão da recusa. 2002. 206 f. Tese (Doutorado em Letras – Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.	45	1				
BITAZI, Fernanda Isabel. A (des)construção pela ironia: vozes veladas e desveladas nas narrativas curtas de Moacyr Scliar. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo Biblioteca, 2008.	46		1			
BORTOLAZ NETO, José. Políticas públicas e a formação do médico: Bioética e humanização da Medicina. 2008. 252 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.	47					1
BRAGA, Erivania de Meneses. Dialética e negatividade: um estudo sobre História e Consciência de Classe. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.	48			1		
BUENO, Natalia de Lima. Tecnologia educacional e reificação: uma abordagem crítica a partir de Marx e Lukács. 2013. 503 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.	49			1		
BUSSMANN, Christian James de Castro. Conhecimentos mobilizados por estudantes do Curso de Matemática sobre o Conceito de Grupo. 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.	50	1				
CABRAL, Paula Bonfim Guimarães. Conservadorismo moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.	51					1
CANELLA, Sandra Cassia. A indústria cultural e a reificação da ideologia. 1991. 165 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.	52		1			
CAPAVERDE, Luiz Gonzaga. Corpo e indústria cultural. 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.	53		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
CARDOSO, Danielle Regina do Amaral. O ofuscamento da infância no brilho das telas: relações entre Teoria Crítica, Educação e Sociedade. 2016. 221 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.	54		1			
CARON, Eduardo. A saúde do Jornal Nacional. 2014. 288 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.	55	1				
CARRIEL, Ana Lucia de Mello Lemos. Embuste? Ficção? Utopia? O ensino de língua inglesa na escola pública: mistérios que o complicam, caminhos que o viabilizam. 2002. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.	56	1				
CARVALHO, Ana Paula Monteiro de. Para compreender o processo de reificação do capital: a política de responsabilização Docente nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. 2017a. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.	57			1		
CARVALHO, Elanir França. Do épico ao trágico: uma leitura do romance Selva trágica. 2003a. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.	58	1				
CARVALHO, Giselle Viana. A passagem da Coluna Prestes pela Chapada Diamantina (BA): memórias de um confronto. 2003c. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.	59					1
CARVALHO, Raphael Boldt de. Processo penal e catástrofe: entre as ilusões da razão punitiva e as imagens utópicas abolicionistas. 2017b. 238 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2017.	60		1			
CASALE, Luis Gustavo. Guy Debord e vanguardas: combate à sociedade do espetáculo. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2012.	61			1		
CASTRO, Talita Pereira de. Auto-ajuda e a reificação da meia idade. 2009. 233 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.	62	1				
CECCIM, Ricardo Burg. Políticas da inteligência: educação, tempo de aprender e dessegregação da deficiência mental. 1998. 221 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.	63					1
CHAVES, Leonardo Rossano Martins. Crítica ao capitalismo e práxis jurídica: uma contribuição marxista para o estudo do Direito. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.	64			1		
CHAVES, Weber José Neiva. Brazlândia, agricultura e identidade: fragarias, da festa do morango e da reificação triunfante da mercadoria ao simulacro e à venda sem charme dos ambulantes. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.	65		1			
CHIARELLO, Mauricio Garcia. Uma filosofia em duas metades: o conceito de natureza em Max Horkheimer. 1995. 192 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.	66		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
CHUC, Paulo Vassily. A visão do mundo na literatura romântica e o espírito do capitalismo : uma leitura do Hipérion de Hölderlin. 2000. 143 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.	67		1			
CIRINO, Samia Moda. (Des) construção da identidade de gênero : inserção crítica ao sujeito do feminismo e o reconhecimento do trabalho da mulher. 2017. 220 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.	68		1			
CLOS, Michelle Bertoglio. Cuidados no fim da vida de pessoas idosas institucionalizadas : contradições e desafios. 2016. 146 f. Tese (Doutorado em Gerontologia Biomédica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.	69		1			
COELHO, Joao Paulo Lopes. Estudo sobre a dinâmica de organização do "si mesmo" de adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei . 2013. 212 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.	70	1				
COLOMBO, Virginia Susana Orlando. !Estamos em japonês! : dimensão ativo-dialógica da compreensão e gêneros discursivos em cursos de leitura em línguas estrangeiras próximas. 2012. 356 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.	71	1				
CONCEIÇÃO, José Felipe Mendonça da. A estética do vertiginoso na poesia de Armando Freitas Filho . 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.	72			1		
CORDEIRO, Luciana Zenha. Saberes na web : trocas discursivas sobre dengue nas redes sociais on-line. 2013. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.	73	1				
CORDEIRO, Luisa Fernandes. As transformações no mundo do trabalho : a produção flexível e suas manifestações na subjetividade do trabalhador. 2018. 74 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.	74			1		
CORREIA JÚNIOR, Sebastião Rios. Ceticismo e ironia no pensamento social de Machado de Assis . 1998. 327 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1998.	75					1
COSTA, Antonio Paulo Silva. A comunicação na pós-modernidade : tensões e a metamorfoses da subjetividade. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2011.	76		1			
COSTA, Barbara Rossin. A morte no seu devido tempo : disputas e controvérsias judiciais envolvendo pacientes terminais. 2017a. 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	77	1				
COSTA, Gisele Maria Tonin da. A resignificação do projeto político-pedagógico na escola : das necessidades às ações. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.	78		1			
COSTA, Kátia Regina Rebello da. Mulher-signo e significados da mulher na publicidade : reinado ou reificação? 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.	79	1				

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
COSTA, Luciana Barboza. A psicologia na instituição escolar: tessituras no cotidiano. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.	80	1				
COSTA, Michel de Rezende. Entre ruínas e farrapos: a im/possibilidade da memória dos vencidos na Cidade dos Loucos. 2017b. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2017.	81		1			
COUTO, Luciana do Nascimento. Trabalho, eticidade e desejo: uma abordagem crítica da Teoria Marcuseana. 1996. 136 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, 1996.	82		1			
CRISTOFARO, Helgis Torres. O trabalho como categoria em economia política. 2017. 212 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.	83			1		
CSERMAK, Caio. Pro povo é festa, pra gente é outra coisa: cultura popular, raça e políticas públicas na Comunidade Negra dos Arturos. 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.	84		1			
CSISZER, Juliana Vieira. O valor social do trabalho: uma leitura neoconstitucional. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2011.	85			1		
CUNHA, Higor Hebert Franca da. Cruzando fronteiras e corpos: a criminalização da migração africana em Israel. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	86	1				
CUNHA, Marcelo Ferreira Carlos. A racionalidade da mercantilização da doença. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.	87			1		
DADICO, Luciana. Constelações do livro: fisionomia e experiências de leitura. 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.	88		1			
DAMASCENO, Cláudia Régia. Le Robert Micro: desvelando ideologia(s) em torno do gênero verbete. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.	89	1				
DAU, Erick Mendonca. A Pornografia hoje: as estratégias do capitalismo através do sexo – ideologia e opressão da mulher. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.	90			1		
DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas. Adolescência: entre o passado e o futuro, a experiência. 2001. 206 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.	91		1			
DIAS, Evandro Dotto. Políticas avaliativas da pós-graduação em educação brasileira: uma hermenêutica do trabalho docente. 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.	92		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
DIAS, Fabio Alves dos Santos. Toyotismo e reificação: novas e velhas formas de controle do trabalho pelo capital. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.	93			1		
DIAS, Márcio Roberto Soares. Da cidade ao mundo: o lirismo urbano de Carlos Drummond de Andrade. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2004.	94	1				
DIEHL, Rafael. Máquinas, inscrições e observador: o problema da visualização do conhecimento numa abordagem sistêmica. 2010. 130 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.	95	1				
DURANTE, Lúcia de Almeida. Pensamento e felicidade na infância. 2016. 104 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.	96		1			
DURÃO, Fabio Akcelrud. Uma leitura da dialética e a dialética do texto: duas posições no debate da Teoria Literária contemporânea. 1997. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.	97			1		
DUTRA, Marcone Antonio. O Fetichismo da avaliação numérica do Ideb e a reificação da cultura nas escolas ludovicenses. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.	98			1		
DWORAKOWSKI, Luiz Antonio de Quadros. Construção e interpretação de gráficos: uma proposta para o ensino médio politécnico. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Fundação Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2015.	99	1				
ELIAS, Henrique Rizek. Dificuldades de estudantes de licenciatura em matemática na compreensão de conceitos de grupo e/ou isomorfismo de grupos. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências da Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.	100	1				
ELMAUER, Douglas. O direito na teoria crítica dos sistemas: da justiça autossubversiva à crítica imanente do direito. 2015. 315 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.	101		1			
FAGUNDES, Andre Luiz de Oliveira. A onipresença das competências na formação docente: um estudo no horizonte da reificação e do reconhecimento. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.	102		1			
FARIA, Alessandra Gomes de. O Direito à intimidade e a Sociedade da Informação: a vulnerabilidade de um direito fundamental. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário FIEO, Osasco, 2011.	103					1
FELDENS, Gabriela Gerson. Sistema Jurídico Autopoiético, Reificação e Pena: uma reflexão crítica acerca dos imperativos sistêmicos reificantes que colonizam o direito penal a partir de Niklas Luhmann e Axel Honneth. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.	104		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
FERNANDES, Rosa Maria Valente. O espaço literário de um romance africano: Le Bel Immonde. 1992. 290 f. Tese (Doutorado em Letras – Língua e Literatura Francesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.	105		1			
FERRARI, Marian Avila L. Dias. Clinica psicanalítica brasileira: delineando algumas paisagens. 1995. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia – Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.	106					1
FERREIRA, Andreia Cristina Peixoto. O projeto curricular da Faculdade de Educação Física da UFG e suas perspectivas emancipatórias: uma crítica imanente. 2007. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.	107			1		
FIGUEIREDO, Talita Cristina Bandeira de. O mal-estar hipermoderno: uma vertente na poesia de Marilza Ribeiro. 2016. 85 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.	108		1			
FIORONI, Luciana Nogueira. Vulnerabilidade feminina e a construção de significados sobre a maternidade em mulheres portadoras do HIV. 2005. 261 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2005.	109		1			
FRAGA, Pauline Neutzling. As representações da identidade regional no discurso publicitário contemporâneo. 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.	110		1			
FRANCISCATTI, Kety Valéria Simões. Violência, preconceito e propriedade: um estudo sobre a violência a partir da Teoria Crítica da sociedade. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.	111		1			
FRANCO, Renata Rosa. O cinema como (im)possibilidade formativa: uma discussão a partir da perspectiva de Adorno. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.	112		1			
FREIRE, Gesseldo de Brito. Medicalização da comida e transformação de pessoas em mercadoria: reflexões a partir de revistas dirigidas ao público feminino. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.	113			1		
FURLANETTO, Elton Luiz Aliandro. Reificação e utopia na ficção norte-americana da guerra fria. 2010. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.	114			1		
FURTADO, Elizabeth Bezerra. Entre a topia e utopia: a crise do capital e a possibilidade da emancipação humana. 2002. 380 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.	115			1		
FUZITAKI, Claudio Naoto. Mapeamento da Linguagem Nautilus para Java. 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Computação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.	116	1				
GAIOLI, Yheda Maria de Lanes. Essência e aparência: uma análise do caráter fetichista das mercadorias. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.	117			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
GAJANIGO, Paulo Rodrigues. Identidade cultural e consciência de classe no capitalismo tardio . 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.	118			1		
GAMA, Lucia Helena. Hare Krsna: o Sonho Acabou – Movimentos de Jovens na década de 60/90 e a emergência de grupos religiosos de Filosofias Orientais . 1990. 420 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.	119					1
GARCIA, Silvana Santos. Worktown . As prisioneiras da modernidade. Estudo psico-social sobre as secretarias executivas do Centro Empresarial de São Paulo. 1994. 182 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia – Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.	120					1
GODOY, Maximiliano Vieira Franco de. Emancipação e racionalização: Sociologia Crítica em Marx, Weber e na "Teoria da Ação Comunicativa" de Habermas . 2007. 66 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.	121			1		
GÓES, Carlos Eduardo Oliveira. CORPOdiVERsidade: uma reflexão artística sobre a forma humana e suas transformações . 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.	122		1			
GOMES, Adriano. A (ir) responsabilidade social das empresas e seus desmembramentos . Pesquisa realizada junto às empresas do setor financeiro, associadas ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social no período de 2001 a 2002. 2005. 350 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.	123					1
GOMES, Maria Socorro. Mimesis, educação e prática docente em Theodor W. Adorno . 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.	124		1			
GONÇALVES FILHO, Jose Moura. Passagem para a Vila Joanisa: problema da humilhação social . 1995. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.	125			1		
GONÇALVES, Guillermo de Avila. Adolescentes e jogos eletrônicos: racionalidade, submissão e resistência . 2014. 137 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.	126		1			
GONTIJO, Jamila Silveira. Poéticas de um ventre antropofágico: um olhar simbólico sobre o Tribal Fusion . 2018. undefined f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.	127	1				
GOULART, Fabio. Alienação e reificação na indústria cultural e internet . 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.	128		1			
GOUVEIA, Monique Rangel do Carmo. Capitalismo, sociabilidade contemporânea e violência: impactos na juventude de Macaé . 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.	129			1		
GRANJA, Christiano Sousa. Cacos da seca e restos do sal: influências estéticas e ideológicas do regionalismo nordestino de 30 em Barro Branco, de José Mauro de Vasconcelos . 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.	130			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
GRISCI, Carmem Ligia Iochns. Mulher-mãe: a ideologia patriarcal na reprodução das relações de gênero. 1994. 247 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.	131		1			
GUELMAN, Regina Prado Lima de Souza. A reificação do patrimônio: a reapropriação de sítios históricos e reconhecidos com patrimônio na lógica da indústria cultural. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.	132			1		
GUIMARÃES, Maria Paula Piotto da Silveira. NOVA: 30 anos da mulher de 30. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.	133	1				
HARITCALDE, Christian Campos de Oliveira. Sonho e espetáculo: uma aproximação à Guy Debord. 2014. 68 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.	134			1		
HARTMANN, Mariane Rigatti. Representações sociais e ideologia: o usuário de drogas segundo Correio do Povo e Zero Hora. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.	135		1			
HERNANDEZ, Claudio Reus Silveira. O Mito do herói gaúcho e a realidade da formação agrária do Rio Grande do Sul na Poesia de Jaime Caetano Braun. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.	136		1			
HOLANDA, Maria Norma Alcantara Brandao de. Alienação e ser social: determinações objetivas e subjetivas. 2005. 258 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.	137			1		
HÚNGARO, Edson Marcelo. Trabalho, tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.	138			1		
HUNOLD, Lara Silvia. Campos da violência: estudo sobre a relação senhor escravo na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. 1986. 457 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 1986.	139		1			
IGLESIAS, Luciene Ivone de Lima. Capital intelectual – “ouro moderno ou ouro de tolo”: um estudo de formas de precarização no setor de call center. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.	140			1		
KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999. 2006. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.	141	1				
KLOSS, Milene Vânia. Uma abordagem comparatista entre A rosa do povo de Carlos Drummond de Andrade e Die niemandrose de Paul Celan. 2003. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.	142					1

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
KORGUT, Alexander. Processo de trabalho e novas tecnologias: estudo sobre a Alienação e Reificação do Trabalho em Call Center. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2008.	143			1		
LACERDA, Sara Miranda de. Aprender a ensinar matemática: a participação de estudantes de pedagogia em uma comunidade de prática. 2017. 210 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.	144		1			
LAMAS, Maria Stela. A reificação nos contos de Bernardo Élis. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2003.	145					1
LEAL, Antonio Donizeti. Trajetória e resistência: análise da construção de identidade em jovens em condição de rua. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.	146					1
LEAL, Carlos Alberto Salim. O neoliberalismo e a lógica cultural do capitalismo contemporâneo. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.	147			1		
LEAL, Leila Salim. Culpe a era em que vivemos: comunicação, cultura e sujeito nos movimentos sociais contemporâneos. 2017. 330 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	148			1		
LEFEVRE, Fernando. O medicamento como problema de saúde pública. Contribuição para o estudo de uma mercadoria simbólica. 1990. 197 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca, 1990.	149		1			
LEITE, Alexandre Vasconcelos. Suporte à Reflexão Computacional em Ambientes de Desenvolvimento visual de Software. 2001. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.	150				1	
LEME, Caroline Gomes. Enquanto isso, em São Paulo...: à l'époque do Cinema Novo, um cinema paulista no "entre-lugar". 2016. 342 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.	151			1		
LEMOS, Antonio Carlos Teixeira. A visão da reificação em Henry James. 1987. 100 f. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar de Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.	152					1
LEMOS, Solon Sales. Dialética negativa: formação e resistência em Theodor Adorno. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.	153		1			
LEONE, Alexandre Goes. A imagem divina e o pó da terra: humanismo sagrado e crítica da modernidade em A. J. Heschel. 2000. 209 f. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.	154					1

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
LESSA, Nilton de Oliveira. Avaliação de arquitetura de sistemas de defesa baseada no conceito de Capacidade. 2016. 133 f. Tese (Doutorado em Engenharia Aeronáutica e Mecânica) – Ensino: Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, 2016.	155	1				
LIMA, Cristhian Dani de. Reencontrando Sísifo: tecnologia e reificação. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.	156			1		
LIMA, Joao Carlos Felix de. Cultura, Imaginação Literária e Resistência em Alfredo Bosi. 2013. 619 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.	157		1			
LIMA, Lilian Victorino Felix de. Dilemas do pós-modernismo na cultura de massa. 2009. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2009.	158		1			
LINCK, Valéria de Sousa. O sistema de justiça penal e a justiça restaurativa: concepções filosóficas e psicológicas subjacentes. 2008. 1 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.	159		1			
LINHARES, Silvana Valdomiro. Germinal e cacau: uma reflexão estética sobre o real. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004.	160					1
LINS, Barbara Buril. Como se forma a imagem que nos mantém presos: o déficit etiológico no diagnóstico das patologias sociais na teoria crítica contemporânea. 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.	161		1			
LISBAO, Yuri Marcondes. Metamorfoses da estética da mercadoria: implicações do fetichismo da mercadoria para as negociações identitárias de modelos comerciais. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.	162		1			
LOPES, Maria Isabel Nunes. A construção do fato político midiático na visão dos políticos: uma interdependência. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social E Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.	163		1			
LUCENA, Pablo Lemos. Sweet blue dream (Doce sonho azul). 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.	164					1
LUIZ, Ercilia Maria de Moura Garcia. Autorreificação da imagem e reconhecimento docente. 2015. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.	165		1			
LUSTOSA, Solange de Carvalho. Brasilidade no cinema nacional: problematizando os processos de identidade. 2013. 272 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.	166	1				
MACHADO, Arminda Rosa Rodrigues da Matta. Reconhecimento e reificação: um estudo segundo o pensamento de Axel Honneth. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2016.	167		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
MACHADO, Dagoberto de Oliveira. Movimentos: das coisas que a Educação Física pode dizer sobre o corpo para a saúde. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.	168	1				
MACHADO, Gisele Terezinha. Escreveu, não leu, o pau comeu: a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina (1889-1920). 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.	169					1
MACIEL, Janine Barreira Leandro. Trabalho e emancipação em Marx. 2004a. 77 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.	170			1		
MACIEL, Marcos Antonio Esquef. Desenho industrial e desenvolvimentismo: as relações sociais de produção e o ensino do design no Brasil. 2009. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.	171			1		
MACIEL, Marcos Antonio Esquef. Design gráfico e reestruturação produtiva da economia: um estudo sobre a padronização tecnológica e a estética na formação do tecnólogo no CEFET-Campos. 2004b. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.	172			1		
MAGALHÃES NÉTO, José Vaz. Masculinidades: um estudo crítico das práticas discursivas de alunos do ensino médio. 2007. 165 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, 2007.	173	1				
MAGALHÃES, Erika Barreto. A coragem de singularizar: reflexões sobre a escola bilíngüe para surdos. 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.	174					1
MAGALHAES, Érika Barreto. O corpo rebelado: dependência física versus autonomia na paralisia cerebral. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.	175	1				
MAIA, Beatriz Ribeiro Ferreira. Cemitério de livros: a trajetória de um escritor no romance Angústia de Graciliano Ramos. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.	176		1			
MARANHÃO, Luis Henrique Barbosa Leal. Chris Marker: comentários sobre uma crítica da Imagem. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.	177		1			
MARINHO, Daniela Dias. Educação para viver: contra a reprodução da sobrevivência nas escolas. Elementos dos fundamentos sociais da Escola e da Educação. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.	178			1		
MAYER, Andre Luiz Monteiro. Reificação e barbárie: crítica às relações sociais capitalistas. 2006. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.	179			1		
MAZON, José Vicente. Chico Buarque: a "construção" artística da realidade social. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2002.	180		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
MEDEIROS, Jonas Marcondes Sarubi de. Crítica imanente como práxis: apresentação e investigação no ensaio lukacsiano sobre a reificação. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.	181			1		
MEDEIROS, Ruy Hermann Araujo. Memória compartilhada e história: entre alienação e ideologia. 2015. 135 f. Tese (Doutorado em Memória, linguagem e sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.	182			1		
MEDEIROS, Sonia Maria Guedes de. O treinamento empresarial: uma etapa de construção de uma administração por significados. 1996. 126 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.	183	1				
MENDES, Bruno Moretti Falcão. Uma abordagem filosófica sobre a reificação em história e consciência de classe de Georg Lukács. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.	184			1		
MENDES, Josimar Antonio de Alcantara. Reflexões sistêmicas sobre o olhar dos atores jurídicos que atuam nos casos de disputa de guarda envolvendo alienação parental. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.	185	1				
MENDES, Luciano Ramos. Caminha entre as palavras como num campo minado. Comentário acerca da poesia de Abraham Sutskever, com tradução. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.	186	1				
MENEZES, Aline Jesus de. Tensões, aridez e realidade no romance O Cabeleira de Franklin Távora. 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.	187		1			
MENEZES, Allan Sinclair Haynes de. A reserva extrativista marinha de Itaipu: A reificação de uma identidade ligada do mar. 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.	188	1				
MIGLIARI, Wellington. Filosofia e tragédia: o processo de reificação em Quincas Borba. 2011. 243 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.	189			1		
MONTEIRO, Henrique Pereira. História motorizada: aspectos da relação entre teoria crítica e marxismo. 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.	190			1		
MONTEIRO, Israel de França. (De) formação em S. Bernardo: a reificação de Paulo Honório e seu aprendizado no percurso da vantagem. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.	191		1			
MONTEIRO, Viviane da Silveira. Informática e democratização do ensino: o uso de computadores na rede pública do município de Araraquara. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2005.	192	1				
MONTI, Manuela. As possibilidades de reflexão na indústria cultural. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.	193		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
MORAES, Verena Raquel Fornetti. Jornalismo científico fetichizado: análise das Revistas Superinteressante e National Geographic Magazine. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2007.	194			1		
MOREIRA, Ines Da Silva. Serviço social e meio ambiente: a contribuição do assistente social em Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. 2013. 167 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2013.	195	1				
MOREIRA, Luiz Carlos Hubner. Clínica, cuidado e subjetividade: uma análise da prática médica no Programa Médico de Família de Niterói a partir dos encontros no território. 2012. 235 f. Tese (Doutorado em Clínica Médica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.	196	1				
MOURA, Epitacio Macario. Trabalho, estranhamento, reificação: ensaios de compreensão. 1999. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.	197			1		
NAPOLI, Ricardo Bins Di. Ética e violência: a filosofia política do jovem Lukács (1908-1923). 1988. 270 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988	198			1		
NASCIMENTO, Arione Vieira do. Avaliação da política de humanização em saúde no Hospital Barão de Lucena: o reconhecimento no cuidado da criança. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.	199		1			
NASCIMENTO, Fabio Santiago. Sexual/social ‘borderlands’: men’s narratives of masculinity and same-sex desire in Brazil. 2016. 172 f. Tese (Doutorado em Inglês: Estudos Lingüísticos e Literários) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.	200			1		
NAVARRO, Michel Platiny Assis. O projeto davidsoniano de uma semântica composicional para as línguas naturais. 2017. 236 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.	201	1				
NETO, Olegario da Costa Maya. Actualizing che’s History: Che Guevara’s enduring relevance through film. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Inglês, Estudos Lingüísticos e Literários) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.	202		1			
NEVES, Cleuler Barbosa das. Apropriação das paguas doces no Brasil: a concessão onerosa de direito real resolúvel de uso de derivação de corpo de água. 2002. 337 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.	203					1
NEVES, Paula Cals Brugger. Uma leitura ambientalista da comunicação no ocidente. 1999. 285 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.	204	1				
NOBRE, Marcos Severino. Limites da reificação: um estudo sobre história e consciência de classe de Georg Lukacs. 1991. 150 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991	205			1		
NOGUEIRA, Vanessa dos Santos. Relações sociais de reconhecimento intersubjetivo virtual na formação de professores a distância. 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Capão do Leão Biblioteca, 2016.	206		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
NUNES, Hélio Alvarenga. Pintura para catálogos: notas sobre o Arquivamento da Arte. 2009. 224 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.	207		1			
NUNES, Renata da Silva. O corpo, o “corpo-máquina” e os desafios da educação estética na sociedade industrial. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.	208			1		
OLIVEIRA, Alessandro Eleuterio de. A educação escolar na arena do ciberespaço. 2013a. 128 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.	209		1			
OLIVEIRA, Aluísio Barros de. Africa(S), mocambicanidade, Mia Couto: uma varanda para o Indico. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.	210		1			
OLIVEIRA, Carla Cristina Soares de. Paciente comatoso: sujeito e objeto. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.	211	1				
OLIVEIRA, Cristiane Porfirio de. A política nacional de formação da CUT: análise crítica dos princípios e estratégias da Escola Nordeste. 2003. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.	212			1		
OLIVEIRA, Edward Meirelles de. Sistema Único de Saúde (SUS): contradições determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. 2015. 209 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.	213			1		
OLIVEIRA, Larissa Cristina Arruda de. Caminhos cruzados: literatura e pintura, Graciliano Ramos e Cândido Portinari. 2013b. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de literatura) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.	214			1		
OLIVEIRA, Leopoldo Osório C. de. A estranha nação de Moacyr Scliar: a ficcionalização de lugares, identidades e imaginários judaicos e brasileiros. 2006a. 175 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.	215					1
OLIVEIRA, Maria Angela de Oliveira. Potencialidades didáticas e pedagógicas do Facebook como uma comunidade de prática virtual para a formação continuada de professores de matemática. 2018. 380 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2018.	216	1				
OLIVEIRA, Paloma Maira de. Uma aplicação em 3D de vida artificial baseada em agentes de software cognitivos e situados. 2006b. 133 f. Dissertação (Mestrado em Modelagem Matemática e Computacional) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.	217				1	
OLIVEIRA, Roberto Acioli de. Ruídos do ser: corpo, subjetividade e novas tecnologias. 2001. 322 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.	218	1				
OLIVEIRA, Sílvia Maria de. O sentido da técnica sem sentido: dilemas do ato médico na hipermodernidade. 2011. 216 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.	219		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
OLIVEIRA, Theóphilo Moreira Barreto de. Adorno e a subjetividade inexpressiva . 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.	220		1			
PAVELACKI, Luiz Fernandes. A visibilidade do invisível e a visibilidade do invisível . 1997. 122 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre., 1997.	221					1
PAZ, Welington Rodrigues da. Sociedade do espetáculo e formação humana: mercado, tecnologia e cultura . 2011. 109 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.	222			1		
PEDERSEN, Jaina Raqueli. Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento . 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.	223		1			
PENA, Will Lucas Silva. Negociando gêneros com o Paralelo 60: por uma genealogia do prestígio antártico . 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.	224	1				
PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. Economia maranhense de 1890 a 2010: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento . 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.	225			1		
PEREIRA, Anderson de Carvalho. Letramento, esquecimento e alteridade: o processo de reificação da escrita . 2005. 237 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.	226	1				
PEREIRA, Dieison Marconi. Documentário queer no sul do Brasil (2000 a 2014): narrativas contrassexuais e contradisciplinares nas representações das personagens LGBT . 2015. 231 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.	227		1			
PEREIRA, Iana de Souza. De contos a depoimentos: memórias de escritoras negras brasileiras e moçambicanas . 2018. 279 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.	228		1			
PEREIRA, Karin Cristina Kramer. O Direito privado em reconstrução e a bioética: uma leitura da Ortotanásia à luz da Repersonalização . 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.	229					1
PEREZ JUNIOR, Jesus Vasquez Meira. A expropriação psicológica do sujeito no capitalismo tardio e a concepção neurocientífica de homem . 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.	230			1		
PERFEITO, Sidnei da Silva. Direitos territoriais dos índios no STF: superando a epistemologia da invisibilidade social indígena através do reconhecimento primário e da contrapublicidade . 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.	231		1			
PETRY, Franciele Bete. Filosofia como formação: seu ensino no pensamento de Theodor W. Adorno . 2011. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.	232		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
PETRY, Franciele Bete. Indústria cultural, subjetividade e formação danificadas na dialética do esclarecimento e nas mínima moralia. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.	233		1			
PIACENTINI, Gustavo. Reificação na ficção científica norte-americana dos anos 60: uma análise do foco narrativo de do androids dream of electric sheep? de Philip K. Dick. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.	234					1
PINHEIRO, André de Oliveira. Revista Espiritual de Umbanda: tradição e tensões no campo umbandista. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.	235		1			
PINTO, Joao Pereira. Da reificacao a reflexão: dialogo entre a literatura e a filosofia em "São Bernardo" de Graciliano Ramos. 1994. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.	236					1
PIRES, Rogerio Fernando. Função: concepções de professores e estudantes dos ensinos médio e superior. 2014. 437 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.	237	1				
PIVA, Ricardo Ríspoli. Razão & dominação: Adorno e o dilema do materialismo histórico-dialético. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.	238		1			
POCAHY, Fernando Altair. Entre vapores e dugblagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento. 2011. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.	239	1				
PORCIUNCULA, Debora Carol Luz da. O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana do Salvador: usos, alterações e abandono. 2017. 542 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017.	240		1			
PUZONE, Vladimir Ferrari. Da revolução à integração: a trajetória do proletariado vista por Max Horkheimer. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.	241			1		
QUEIROS, Ilse Lorena Von Borstel G. de. A oktoberfest de Marechal Cândido Rondon, Paraná: um estudo sobre o significado do lazer entre descendentes de alemães. 1999. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.	242		1			
RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterrloo. Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.	243		1			
RAMALHO, Eric Renan. A dialética das coisas: método e reificação em História e Consciência de Classe. 2017. 239 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.	244			1		
REBOUCAS, Jose Valter. As representações ideológicas em verbetes de dicionários escolares da língua portuguesa. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2015.	245			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
REIS, Ana Paula Monteiro dos. A análise semântica das expressões denotativas nas teorias de Frege e Carnap. 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.	246	1				
REIS, Paulo Luiz dos. Da crítica de Herbert Marcuse à razão tecnológica e seus fins destrutivos: uma leitura de O Homem Unidimensional. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2017.	247		1			
REIS, Roberto Henrique dos. O lugar do negro nos espaços de poder: crítica ao modelo vigente. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em Biodireito, Ética e Cidadania) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2009.	248					1
REIS, Tatiane Sant'ana Coelho. Masculinities e Manhood: comparação entre duas concepções de corpo em estudos sobre homens e masculinidades. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.	249					1
RESENDE, Ana Cristina da Rocha Bérenger. “Ser velho não significa que não vai fazer as coisas”: conversas sobre textos culturais como local de rearticulação dos regimes de verdade. 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar Lingüística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.	250	1				
RESENDE, Anita Cristina Azevedo. Fetichismo e subjetividade. 1992. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.	251			1		
RIBAS, Sandra Aparecida Schneider. Um passeio pelos espaços de O Processo de Franz Kafka e O quieto animal da esquina de João Gilberto Noll. 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.	252					1
RIZZUTI, Elaine Valéria. Representação social dos professores de educação física sobre a relação entre as atividades físicas e o desempenho acadêmico. 1999. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.	253		1			
ROCHA, Marcio Roberto da. Empreendimentos de uma comunidade de prática de professores de matemática na busca de aprender e ensinar frações. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.	254		1			
ROCHA, Vanda Maria Sousa. A estética da esperança em Sete Dias, de Franklin de Oliveira. 2014. 174 f. Tese (Doutorado em Letras – Ciência da Literatura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.	255			1		
RODRIGUES, Ângela Maria. A sociedade emancipada em Herbert Marcuse. 2000. 130 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2000.	256		1			
RODRIGUES, Cássia Regina. Reificação e saúde mental: representações de profissionais, pacientes e cuidadores domésticos. 2001. 167 f. Tese (Doutorado em Medicina – Saúde Mental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.	257	1				

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
RODRIGUES, Perciliana Costa. Trabalho educativo: a que será que se destina? 2002. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.	258					1
RODRIGUES, Silvia Viana. Dom de iludir. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.	259		1			
ROMEIRO, Artieres Estevão. Dialética negativa, teoria estética e educação: experiência formativa e racionalidade estética em Theodor W. Adorno. 2015. 131 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.	260		1			
ROSA, Daniela Peixoto. Educação do corpo na esteira da racionalidade tecnológica: um convite nos cartazes olímpicos. 2010. 100 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.	261		1			
ROSA, Daniela Peixoto. Repressão do corpo numa sociedade esportivizada. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.	262					1
SÁ, Cristina Rita Alves. A festa halloween e o inglês no ensino fundamental: fragmentos da imposição de uma prática cultural e ideológica. 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.	263					1
SÁ, Kátia Oliver de. Lazer, trabalho e educação: pressupostos ontológicos dos estudos do lazer no Brasil. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.	264			1		
SAKAGUCHI, Douglas Sherer. Juquery: a história revisitada da assistência psiquiátrica entre muros na Ditadura Militar. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.	265	1				
SALGADO, Mara. Corporalidade da mulher artesã: elementos da formação cultural entre o anacronismo e o desejo de vida. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.	266	1				
SANDESKI, Vicente Estevan. Humanismo: uma concepção ética da educação na contemporaneidade. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.	267		1			
SANTOS, Anderson Marcos dos. Patenteamento de elementos genéticos: transformações conceituais e reificação da vida. 2002. 331 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.	268			1		
SANTOS, Edna Maria dos. A catarse de Paulo Honório: passagem da reificação à humanização – uma abertura religiosa? 2010. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.	269	1				
SANTOS, Fabrizio Candia dos. Liberdades fundamentais e integração econômica: reificação das relações de trabalho no Mercosul. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Parana, Foz do Iguaçu, 2014.	270			1		
SANTOS, Mateus Braga Silva dos. Vertigens para perturbar a razão: a tecnociência no licenciamento ambiental. 2016. undefined f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.	271			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
SANTOS, Tiago Vinicius Andre dos. Desigualdade racial midiática: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.	272		1			
SARAIVA, Bruno Cozza. Estado, Constituição e meio ambiente: o projeto antropológico como desencantamento e a crise ambiental como dessacralização do habitar-morar na terra. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.	273	1				
SEIBERT, Laci Cecília. A formação dos sentidos do ver a partir da percepção de Las meninas. 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.	274		1			
SEPULVEDA, Cecília de Alencar Serra E. O progresso, a cidade e as letras: o intelectual e a transição do século XIX para o XX em Salvador da Bahia. 2014. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.	275	1				
SILVA FILHO, Israel do Nascimento. Duas concepções de leis da natureza: Bas Van Fraassen Brian Ellis. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.	276					1
SILVA, Adriana da. Os efeitos dos slogans nos discursos da educação: uma leitura dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. 2011a. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.	277		1			
SILVA, Amanda Maria dos Santos. Turismo e qualificação profissional: reflexos da experiência vivenciada entre os integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – Piauí/Brasil. 2014a. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.	278			1		
SILVA, Ana Lucia Migowski da. Memórias coletivas na comunicação mediada por computador: uma análise à luz do acontecimento de 11 de setembro de 2001 em seu décimo aniversário. 2013a. 239 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.	279	1				
SILVA, André Gustavo Ferreira da. Educação e liberdade: o conceito de liberdade na pedagogia brasileira na década de oitenta. 2007a. 299 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.	280			1		
SILVA, Antonio Cesar Machado da. Reconhecimentos e reificação no atendimento a jovens em conflito com a lei: estudo de caso do Centro de Atendimento Sócio-educativo em Semiliberdade (CASEMI-COL/SL) e do Conselho Municipal de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente (COMDEDICA). 2010a. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.	281		1			
SILVA, Cesar Augusto Alves da. Indústria cultural, educação escolar e currículo: a contradição ocultada e o desinteresse dos alunos pela educação formal. 2010b. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Currículo) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.	282			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
SILVA, Danne Vieira. O marketing: uma análise a partir da Crítica da Economia Política. 2017a. undefined f. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia, Ambiente e Sociedade) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2017.	283			1		
SILVA, Deborah Pereira da. A comunicação publicitária como reencantamento: a relação entre publicidade e religião no Brasil e na América Latina. 2008. 145 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.	284			1		
SILVA, Dionísio Oliveira da. O sagrado como mercadoria: aspectos e imputações para uma experiência religiosa. 1998. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.	285					1
SILVA, Douglas Cardoso da. Participação vazia: formação, traços e resultados. Um estudo de Psicologia Social sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. 2017b. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.	286		1			
SILVA, Edson Moises de Araujo. Murilo Rubião e a poética do estranho: as fronteiras do discurso fantástico e engajamento na escrita do absurdo. 2016a. 75 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.	287			1		
SILVA, Elizeu do Nascimento. Crítica periodística: a mediação das artes visuais na Folha de São Paulo e no Estadão de São Paulo. 2011b. 181 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2011.	288	1				
SILVA, Fernando Cândido da. Uma aliança abominável e perversa?: anotações subalternas sobre o arquivo deuteronômico. 2011c. 343 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.	289		1			
SILVA, Gabrielle Carolina. O trabalho imaterial do jornalista: relações de produção, conhecimento e reificação. 2016b. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.	290			1		
SILVA, Gelsa Rocha da. Ancorando sonhos e realidades: representações sociais e ideologia da aposentadoria. 2000. 112 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.	291					1
SILVA, Gerson Heidrich da. A supervisão como parte do processo de formação continuada do educador social: uma mediação necessária para a construção e desenvolvimento do trabalho socioeducativo. 2013b. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.	292		1			
SILVA, José Guilherme Rodrigues da. Roma e a representação de domínio do mundo no contexto das Guerras Púnicas: uma leitura das histórias, de Políbio. 2010c. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.	293	1				
SILVA, Lucas Alessandro. Por um Biodireito além da dignidade da pessoa humana: uma abordagem sobre o Biodireito em face dos dilemas do Mercado Humano. 2016c. 115 f. Dissertação (Mestrado em Direito Negocial) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.	294			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
SILVA, Marcio Rufino. A reprodução do urbano nas tramas da metrópole: Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. 2013c. 455 f. Tese (Doutorado em Geografia – Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.	295			1		
SILVA, Marcos Fabricio Lopes da. Mil e uma utilidades: a contribuição da literatura brasileira para a crítica da publicidade. 2013d. 156 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.	296		1			
SILVA, Maria Fernanda Andrade da. Do anonimato à fama: a construção de celebridades do funk ostentação através da análise da produção de videoclipes para o YouTube. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Paulista, São Paulo, 2018.	297		1			
SILVA, Marianna de Araujo E. O pós-modernismo e a cultura das favelas. 2010d. 125 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.	298			1		
SILVA, Mirella Miranda de Brito. Em busca de um lirismo perdido: modos de representação da experiência em contos de Dalton Trevisan. 2003. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.	299	1				
SILVA, Reia Silvia Rios Magalhaes E. Corrida de ratos? A inscrição de docentes e discentes em processos midiáticos: percepção dos agentes educacionais sobre usos e interações na produção acadêmica em redes digitais. 2014b. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.	300		1			
SILVA, Rodrigo Daniel Felix da. Direito civil e reificação do ser humano: um estudo crítico do caráter capitalista do dano moral brasileiro a partir da doutrina Marxista. 2013e. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.	301			1		
SILVA, Rodrigo Fernandes da. Traduções da desigualdade: pensamento criminológico e campo policial no Rio de Janeiro da Primeira República. 2015a. 217 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.	302		1			
SILVA, Ronei Teodoro da. Configuração das mediações na internet: fluxo comunicacional das críticas de filmes publicadas no YouTube. 2017c. 277 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.	303		1			
SILVA, Vilmar da. O papel do programa de aquisição de alimentos – PAA – para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada – COOPAFI – de Capanema, 2013f. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.	304		1			
SILVA, Vinicius Rangel Bertho da. O doce & o amargo do Secos e Molhados: poesia, estética, política na música popular brasileira. 2007b. 409 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.	305		1			

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
SILVA, Wanusa Rodrigues da. Observatório da Educação da PUC/SP e a formação de professores que ensinam Matemática em comunidades de prática. 2015b. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.	306		1			
SILVEIRA, Maria Lucia da. Discurso participativo: fragilidade e ambivalência. 1991. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.	307					1
SIQUEIRA, Daniel Valente Pedroso de. Habermas e a crítica da razão instrumental: um estudo sobre a Teoria da Ação Comunicativa. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.	308		1			
SOARES, Fabio Montalvão. Uma leitura sobre a indústria audiovisual e a captura dos processos de subjetivação. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.	309			1		
SOARES, Flávia dos Santos. No brejo poético das memórias inventadas de Manoel de Barros. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos Dos Goytacaze, 2011.	310	1				
SOTTILLI, Tiago Andrea. "A palavra é densa e nos fere": trabalho e arte na poesia de Orides Fontela. 2014. 89 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.	311			1		
SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Reinvenções da utopia: a militância política de jovens dos anos 90. 1997. 258 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.	312					1
SOUSA, Maria Antonia de. Ruína e reificação em Ópera dos mortos de Autan Dourado. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.	313		1			
SOUSA, Maria Aparecida de. Vivências de prazer de sofrimento: uma leitura do trabalho de professores. 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.	314					1
SOUZA, Filipe Augusto Silveira de. Carreiras com fronteiras: reconstruindo trajetórias de trabalhadoras das classes populares. 2018. 316 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.	315			1		
SOUZA, Mariza Borges Brito de. A avaliação mostra a face: um estudo da prática avaliativa na Enfermagem. 2000. 299 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.	316					1
SOUZA, Venceslau Alves de. A defesa incondicional do liberalismo radical em Veja: o que poderia representar tal apologia para a modernidade brasileira? 2003. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.	317			1		
SPINI, Ana Paula. Os sentidos do amor: utopia e reificação na construção de representações das relações amorosas no cinema de autor dos anos 60. 2000. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.	318	1				

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (continuação)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
STAGGEMEIER, Andrea Toniolo. Meta-estrutura para problemas de otimização combinatorial . 1999. 83 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1999.	319				1	
SVARTMAN, Bernardo Parodi. Trabalho e reificação?: um estudo participante de psicologia social em uma metalúrgica da Região do ABC. 2004. 187 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.	320			1		
TARDIN, Micheline Mattedi Tomazi. O escritor e o poeta nas vitrines . 2007. 169 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.	321			1		
TAUNAY, Mônica Schiller d'Escragnoille. Dia a dia diabetes: a reificação da doença nas relações familiares. 2003. 1107 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.	322					1
TEIXEIRA, Luanna Carvalho Miranda. A dominação, a reificação e as novas tecnologias de informação e comunicação: a experiência do governo brasileiro a partir do uso do aplicativo Sinesp Cidadão de 2012 São Luís. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.	323		1			
TEIXEIRA, Mariana Oliveira do Nascimento. Razão e reificação: um estudo sobre Max Weber em História e Consciência de Classe, de Georg Lukács. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.	324		1			
TINTI, Tauan Fernandes. Sobre a erosão da forma: Lolita e o modernismo tardio. 2017. 306 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.	325			1		
UEMA, Elizabeth Eriko. Licenciamento ambiental e participação popular . 2002. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.	326					1
VALE, Fabiano Ferreira Costa. “Enxoto de imagens luxuriantes”: o processo de escrita em Angústia, de Graciliano Ramos. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.	327			1		
VALE, Rosiney Aparecida Lopes do. Linguagem: entre a libertação e o cárcere. 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2005.	328	1				
VANNUCHI, Maira Villas Boas. O vendedor ambulante nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014: mecanismos de controle, captura e espoliação. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.	329			1		
VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. Análise crítica da globalização neoliberal e seu impacto no mundo do trabalho à luz da interpretação dos conceitos de fetichização e racionalização nas obras de Karl Marx e Max Weber . 2004. 894 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.	330			1		

Quadro 9 – Lista de teses e dissertações reificação (conclusão)

Lista de Teses e Dissertações CAPES - Reificação	Nº	TS	TC	TM	TTI	RNI
VIANNA, Rubiana Zamot Carneiro. A bioética o biodireito e as relações familiares : identidade genética, busca da perfeição e gestação de substituição. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2016.	331	1				
VIEIRA, Cristina Dias Díaz. Alguns aportes elementares sobre a subjetividade e a constituição do sujeito nos Grundrisse . 2001. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2001.	332			1		
VIEIRA, Daniela Villas Boas Bazenga. Imigrantes no discurso jornalístico : quem são eles? 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2018.	333	1				
VIEIRA, Ewerthon Clauber de Jesus. Espectacularização da cidade e (re) apropriações culturais : políticas urbanas e as novas imagens de consumo de Salvador-BA. 2016. 480 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.	334		1			
WICKERT, Tarcisio Alfonso. Reconhecimento em Hegel : uma análise da Fenomenologia do Espírito e dos princípios da Filosofia do Direito. 2013. 155 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.	335		1			
WOLFF, Simone. Informatização do trabalho : uma análise à luz dos programas de qualidade total. 1998. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.	336			1		
WOLFF, Simone. O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações : o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. 2004. 380 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.	337			1		
ZACHARIAS, Denizye Aleksandra. Subjetividade e manifestações corporais : o caso da professora universitária. 2002. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.	338			1		
ZAMBORLINI, Veruska Carretta. Estudo de alternativas de mapeamento de ontologias da linguagem OntoUML para OWL : abordagens para Representação de Informação Temporal. 2011. 75 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.	339				1	
ZENGO, Zakeu Antonio. A ontologia social de Georg Lukács : estudo dos pressupostos ontológicos de história e consciência de classe. 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.	340			1		
TOTALIZAÇÕES		68	115	106	6	45